

O ESTADO DA ÍNDIA E A COSTA ORIENTAL AFRICANA

Coordenação

André Teixeira

Artur Teodoro de Matos

João Teles e Cunha



O ESTADO DA ÍNDIA E A COSTA ORIENTAL AFRICANA

Coordenação

André Teixeira

Artur Teodoro de Matos

João Teles e Cunha

O Estado da Índia e a Costa Oriental Africana

Coordenação: André Teixeira
Artur Teodoro de Matos
João Teles e Cunha

Capa: António Pedro

Paginação: Pedro Panrra

© Edições Húmus, 2024 e Autores

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

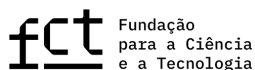
Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Setembro de 2024

Depósito legal: 537049/24

ISBN 978-989-9213-32-6

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UIDB/04666/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>) e UIDP/04666/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020>).



Índice

- 7 Introdução
André Teixeira | Artur Teodoro de Matos | João Teles e Cunha

A Carreira da Índia e a Ilha de Moçambique

- 13 A ilha de Moçambique e os Descobrimentos
João Paulo Oliveira e Costa
- 25 Na rota da “Carreira da Índia”: Camões e Couto na Ilha de Moçambique
Maria Augusta Lima Cruz
- 43 Religiosidade e comportamentos nas viagens da carreira da Índia em Seiscentos
Artur Teodoro de Matos

Africanos, indianos e europeus: migrações e agentes

- 65 Connecting Indo-Portuguese worlds.
Women as brokers and go-betweens in the Portuguese State of India
Amélia Polónia
- 89 Goans on the move to Moçambique:
Doctors, administrators, priests, soldiers and *degredados*
Fátima da Silva Gracias
- 111 Agentes de saúde no império português do Oriente (séculos XVI-XVIII)
Laurinda Abreu
- 141 A Inquisição e os seus réus moçambicanos: um perfil possível dos sentenciados
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim
- 159 “Lhe dei a sua alforria e liberdade que por esta torno a repetir”:
escravatura e manumissão na sociedade colonial de Moçambique
Eugénia Rodrigues

Redes comerciais e mercadores no Índico ocidental

- 177 A Propósito do Comércio de Marfim Africano no Oceano Índico e Mares Adjacentes
Luís Filipe F. R. Thomaz
- 207 The Portuguese, East Africa and Coastal Western India:
A Study on the Changing Patterns of Trade, 1500-1750
Pius Malekandathil

- 231 Exploring the Dynamics of the Late Eighteenth Century Moçambique-India Commercial Circuit: Strategies for Survival and Revival
Celsa Pinto
- 247 Four Years in Mozambique.
History of the Austrian Base in Delagoa Bay (1777-1781)
Franz Halbartschlager
- 269 A ilha de Moçambique no comércio mundial em finais do Antigo Regime: a carreira do armador goês Joaquim do Rosário Monteiro (1775-1814)
Ernestine Carreira

Territórios e configurações políticas na costa oriental africana

- 325 Os antecedentes da elevação da vila de Moçambique à condição de cidade (1800)
Ana Paula Wagner
- 339 Conquista, Reforma e *El Dorado* - A “empresa do senhorio do Monomotapa” no contexto dos impérios ibéricos no século XVI
Paulo Jorge de Sousa Pinto
- 359 A luta pelo sertão moçambicano: o Monomotapa e os portugueses (c. 1596-1631)
João Teles e Cunha

Cultura material e visual no Índico

- 393 Arte a bordo. Retábulos da Província do Norte e Goa na Prelazia de Moçambique
Mónica Esteves Reis
- 421 A urbanização da ilha de Moçambique a partir das fortificações militares
Moisés Timba
- 439 Uma planta inédita de finais do século XVII da fortificação de São Sebastião, Ilha de Moçambique
Sidh Losa Mendiratta
- 457 O Estado da Índia a bordo através da arqueologia: diversidade étnica e social na fragata *Santo António de Taná* (1697)
André Teixeira | Patrícia Carvalho
- 491 Mobilidades e Obras Públicas: rupturas e permanências entre os antigos territórios do Estado da Índia.
Alice Santiago Faria
- 515 Madalena de Cagigal e Silva e o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique (1966)
Carla Alferes Pinto

Introdução

ANDRÉ TEIXEIRA

Departamento de História e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

ARTUR TEODORO DE MATOS

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

JOÃO TELES E CUNHA

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

O presente livro foi concebido a partir de um evento científico ocorrido na ilha de Moçambique, entre 31 de Outubro e 3 de Novembro de 2018, o *XV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. O encontro foi organizado pelo CHAM, unidade de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores, e pelo CECROI, centro de estudos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Lúrio.

Perfizeram-se então quarenta anos desde a realização do primeiro Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, ocorrida em Pangim em Novembro de 1978, com o objectivo confesso do seu organizador, o sacerdote jesuíta John Correia Afonso, de sublinhar a importância das fontes portuguesas para a história indiana, procurando estimular a abertura de novas áreas temáticas e reatar a cooperação científica entre a Índia e Portugal, que estava interrompida desde 1961.

Dos treze participantes iniciais, de seis nacionalidades diferentes, estes encontros acabariam por acolher, ao longo dos anos, dezenas de historiadores e investigadores oriundos dos quatro cantos do mundo, dando corpo à abertura desejada desde o início. Estabeleceu-se, assim, um diálogo científico e académico profícuo e livre de constrangimentos, num debate intergeracional onde se misturaram investigadores em princípio de carreira com outros mais experimentados. Sinal dos tempos, alguns dos seus fundadores e dos primeiros participantes já não se encontram entre nós, mas os seminários conseguiram, ao longo das quatro

décadas de existência, atrair novos participantes e manter viva a sua importância para o campo histórico que ajudaram a definir e a construir.

Os seminários centraram a investigação na história do Estado da Índia, tendo os horizontes então abertos dado origem a uma renovação metodológica e historiográfica sobre este tema, em boa parte por via do franco debate e da contribuição dos historiadores participantes. Estes procuraram extravasar o estreito quadro nacional e dar perspectivas abrangentes, nas quais o império português e os seus agentes foram analisados a par das sociedades e dos estados asiáticos, atendendo-se também aos que actuavam à margem dos empreendimentos oficiais. O testemunho da renovação historiográfica proporcionada pelos seminários pode ser comprovado nas actas publicadas, quer em volume próprio, quer inseridas em números monográficos de revistas prestigiadas, com comunicações aí presentes a serem ainda hoje importantes e influentes para o campo que desbravaram.

Numa primeira fase os seminários organizaram-se alternadamente na Índia e em Portugal (Pangim, 1978; Lisboa, 1980; Pangim, 1983; Lisboa, 1985; Cochim, 1989), aportando depois a outras geografias que, directa ou indirectamente, se relacionaram com o Estado da Índia, sem nunca deixar de regressar aos países que lhe deram origem (Macau, 1991; Pangim, 1994; Angra do Heroísmo, 1996; Nova Deli, 1998; São Salvador da Bahia, 2000; Goa, 2003; Lisboa, 2006). A diversificação geográfica permitiu abordar espaços específicos, como a Ásia Oriental ou o Brasil, e temas particulares, como o das rotas oceânicas. Mesmo quando saiu deste âmbito (Aix-en-Provence, 2011), encontraram-se pontos de contacto com a história do Estado da Índia, nomeadamente a ligação entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico e as conexões da Provença com o comércio efectuado pela Carreira da Índia. Na década passada atingiram-se quinze edições destes seminários (Deli, 2013; ilha de Moçambique, 2018), conferindo a este fórum uma longevidade inaudita na investigação histórica dos dois países que lhe deram origem.

O último seminário ocorreu, pois, na ilha de Moçambique, tendo como subtítulo *O Estado da Índia e a África Oriental*. Como aconteceu no passado, o encontro procurou ancorar o seu tema numa região não tratada de forma exclusiva em reuniões anteriores, inserindo-o dentro de perspectivas alargadas e transversais quanto à geografia (costa oriental africana, Índico e Índia), aos actores (africanos, asiáticos e europeus) e aos campos de análise (sociedade, economia, religião, arte, política). Esta ilha foi o centro da presença portuguesa na costa oriental africana, assumindo-se também como uma das principais escalas da Carreira da Índia. Nesta zona ocorreu também uma das experiências mais duradouras de ocupação territorial por parte dos portugueses no Índico, com repercussões evidentes na história de Moçambique. A região fez parte integrante do Estado da Índia até 1752, mas os fortes laços humanos, económicos, culturais

e religiosos entre a costa oriental africana e o Hindustão, que são prévios à expansão portuguesa, chegaram aos nossos dias. Refira-se que em 2018 se cumpria o segundo centenário da elevação de Moçambique a cidade, efemérida a que o evento naturalmente se associou.

Assim, o livro que aqui apresentamos reúne 22 textos, cuja origem são outras tantas comunicações apresentadas no seminário, naturalmente ajustadas, completadas ou mesmo modificadas a partir do profícuo debate então realizado e da edição destes artigos. Reuniram-se autores provenientes de Portugal e da Índia, mas também de Moçambique, de França, do Brasil e da Áustria, na sua maioria exteriores às instituições organizadoras.

O livro inclui os vários temas tratados no congresso, numa organização que difere, contudo, da que estruturou as sessões. Assim, num primeiro apartado estuda-se a ilha de Moçambique como escala da Carreira da Índia, peça fundamental de uma estratégia de inserção no oceano Índico, zona de passagem de muitos dos que deram corpo ao Estado da Índia. Num segundo bloco analisam-se os diversos agentes que deram corpo à presença portuguesa nesta região, sob perspectivas muito distintas, realçando o papel das mulheres, dos goeses, dos profissionais de saúde, mas também analisando a questão da escravatura, ou da acção da Inquisição. O terceiro grupo de estudos centra-se nas questões económicas, olhando ao lugar de Moçambique e da costa oriental africana nas redes comerciais do Índico entre inícios do século XVI e primeiros decénios do século XIX, o escopo cronológico do livro. A quarta parte inclui trabalhos sobre questões políticas e territoriais, desde a análise específica de conjunturas da própria ilha de Moçambique, aos projectos de conquista territorial do Monomatapa. Por fim, a derradeira secção do livro caracteriza-se essencialmente pelo tipo de fontes utilizadas, as materiais e visuais, atentando a aspectos urbanísticos, arquitectónicos, artísticos e arqueológicos, estendendo a sua análise ao século XX e à reflexão sobre o legado patrimonial deste passado.

Uma palavra final de agradecimento às instituições que tornaram possível o seminário em Moçambique. Em primeiro lugar, os centros universitários que organizaram este evento, esperando-se que este seja o primeiro marco de uma frutífera relação entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Lúrio. Nesta última, permitimo-nos nomear o seu então reitor, Prof. Francisco Pedro do Santos Noa, e o director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Prof. João Salavessa, figuras indispensáveis para a realização do evento em Moçambique. Paralelamente, uma palavra de particular reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian, que tem sido, ao longo dos anos, um dos grandes apoios destes seminários e grande dinamizadora da história indo-portuguesa. Menção igualmente à Fundação Portugal – África, que a ele se associou especificamente nesta edição.

Institucionalmente, deve reconhecer-se o empenho das autoridades locais, seja o Conselho Municipal da ilha de Moçambique, seja a Administração do Distrito da ilha de Moçambique. Uma palavra final para o CHAM, que custeou este livro, assumindo em pleno o propósito que o levou a lançar o seminário em Moçambique, bem como à editora húmus, que o deu à estampa com grande dedicação e eficiência.

A Carreira da Índia e a Ilha de Moçambique

A ilha de Moçambique e os Descobrimentos

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

Departamento de História e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Há 520 anos, quando Vasco da Gama aqui aportou pela primeira vez, esta ilha de Moçambique integrava-se nos limites extremo ocidentais de um vasto e complexo sistema de comércio oceânico intercontinental que se estendia até ao Japão.¹ Através de negócios de cariz regional, de pequena e média dimensão, a ilha de Moçambique estava ligada a outros portos desta costa oriental africana, e também aos da entrada do Mar Vermelho e aos do Golfo Pérsico bem como a diversas escáculas da Índia Ocidental, desde o Guzerate até ao Malabar (Roque 2017, 19-36).

Estes negócios alimentavam sistemas mercantis de uma escala gigantesca, que cobria toda a Eurásia e toda a bacia mediterrânica, desde o Atlântico ao Pacífico. Era um sistema que funcionava pelo transbordo sucessivo das mercadorias de porto em porto até chegar a ocasião de irradiarem para o interior dos continentes satisfazendo mercados carenciados e sofisticados. E neste oceano Índico, era igualmente um sistema que tinha sido desenhado pelas exigências da

1 Os portugueses cedo se aperceberam deste sistema, pois a estratégia prosseguida por Afonso de Albuquerque durante o seu governo (1510-1515) teve em conta, precisamente, o papel dos portos afro-asiáticos na articulação das rotas comerciais do Índico e do Pacífico (cf. Pelúcia 2016). Por essa razão, o Estado da Índia configurou-se como uma rede de pontos costeiros, assente numa ampla descontinuidade territorial (cf. Thomaz 1994, 207-244). Nessa época foram escritas também as primeiras sínteses do sistema mercantil afro-asiático pela pena de Tomé Pires (1978) e de Duarte Barbosa (1996-2000).

monção, pois a alternância dos ventos condicionava o ritmo das chegadas, das partidas e dos rumos de todos os portos, incluindo o desta ilha de Moçambique e justificava mesmo a existência de cidades em locais inóspitos como Ormuz, numa ilha sem água potável, ou Malaca, encravada na densa floresta equatorial (Chaudhuri 1990; McPherson 1993).

O mundo euro-asiático e mediterrânico interagia há milénios, numa larga circulação desde o extremo ocidente europeu até ao extremo oriente asiático, por força das dinâmicas do que comodamente designamos hoje por Rota da Seda;² a África a sul do Saara era um parceiro passivo desse vasto sistema, pois eram os mercadores euro-asiáticos que procuravam o mundo africano e que se entendiam com poderes periféricos para obter produtos raros e valiosos, a troco de miudezas que, por sua vez, eram raras e valiosas no sistema político-económico africano.³ Sem interferências significativas nem colonialismos, mas gozando da lenta propagação do Islão, no caso do oceano Índico os mercadores desse mundo conectado preferiam as pequenas ilhas próximas da costa, como esta, para localizarem as bases das suas operações.

Esta ilha de Moçambique limitava-se, assim, a ser o ponto de partida de uma espécie de conduta, uma *pipe-line*, que colocava ouro, marfim e escravos a circular no grande fluxo dos negócios do Velho Mundo, ao mesmo tempo que os intermediários africanos recebiam produtos baratos, na perspectiva desse grande fluxo, mas que, ainda assim ajudavam os chefes africanos a conservar a supremacia entre os seus concorrentes.⁴

Esta situação mudou irreversivelmente quando Vasco da Gama chegou aqui pela primeira vez, em 1498.⁵ Nessa ocasião, a ilha de Moçambique foi tocada pelo processo de globalização que era então conduzido pelos ibéricos, sob o impulso do pioneirismo português. A era dos Descobrimentos

2 O conceito de Rota da Seda evoluiu, desde que no século XIX a expressão começou por designar os trilhos das caravanas que atravessavam os desertos e as estepes da Ásia Central ligando a China ao Ocidente. Atualmente o conceito abrange todas as ligações euro-asiáticas, fossem terrestres ou marítimas (e tantas vezes foram complementares). Cf. Frankopan 2018.

3 Um dos principais negócios seculares consistiu na compra de cativos africanos que foram transformados em escravos no mundo islâmico. Cf. N'Diaye 2019.

4 Com o início da exploração da costa ocidental africana, os europeus estabeleceram um modelo de relação semelhante ao que os muçulmanos haviam desenvolvido ao longo do litoral oriental do continente, o que significa que uns e outros se adaptaram às mesmas condições climáticas e sanitárias e a um mesmo modelo de reacção das populações litorâneas africanas. Para a expansão portuguesa sigo, basicamente, Costa, Rodrigues e Oliveira 2014.

5 A viagem e as peripécias da expedição foram narradas por um dos membros da armada, comumente identificado como Álvaro Velho. Vide “Relação da primeira viagem à Índia pela armada chefiada por Vasco da Gama”, in Garcia 1983, 153-224. Sobre o almirante vide Subrahmanyam 1998.

alastrava-se até aqui e num ápice dotou este porto periférico de uma centralidade que fez dele uma das muitas placas giratórias da globalização que foram despontando por este Mundo Novo.

Estando outra vez na ordem do dia a discussão da pertinência e da importância da palavra ou do conceito de Descobrimentos, permitam-me uma primeira reflexão em torno desta ideia, focado no episódio aqui ocorrido em 1498. Como nos é relatado no Diário da expedição portuguesa, geralmente atribuído a Álvaro Velho, os habitantes desta ilha começaram por julgar que os membros da tripulação do Gama seriam inevitavelmente muçulmanos e pelos seus traços julgaram que seriam turcos.⁶

De facto, era-lhes inconcebível que aqueles navios, que revelavam uma capacidade construtiva e militar avançada, viessem do sul. Tinham de vir do Norte, pois nunca haviam chegado aqui navios de longo curso vindos do sul.⁷

A palavra nunca espelha com toda a propriedade o pensamento dos moçambicanos de há 520 anos bem como o verdadeiro sentido revolucionário da chegada das naus portuguesas (porque não eram turcas) a esta região. É por isso mesmo que a palavra nunca é usada repetidamente por Gomes Eanes de Zurara na sua *Crónica da Guiné*⁸ e por Alvisse Cadamosto no seu relato de viagens;⁹ quer isto dizer que logo o cronista que narrou as primeiras viagens dos Descobrimentos e o primeiro navegador que relatou a sua experiência pessoal, tiveram a noção exacta da importância extraordinária, revolucionária mesmo, dos factos

6 “E isto foi enquanto lhes parecia que nós éramos turcos ou mouros de alguma outra parte, porque eles nos perguntavam se vínhamos da Turquia e que lhes mostrássemos os arcos da nossa terra e os livros da nossa lei”, in Garcia 1983, 173.

7 De facto, nem Bartolomeu Dias nem Vasco da Gama, encontraram sinais de navegação de longo curso ao longo da orla costeira correspondente à actual África do Sul.

8 Zurara narrou as navegações henriquinas desde os seus primórdios, em 1422, até ao ano de 1448, quando o infante deu ordem para interagir com as populações africanas apenas por via pacífica, pelo que o cronista deixou de ter feitos honrados para recordar. Apesar de o seu texto ter como principal finalidade descrever as acções militares, o autor foi particularmente sensível ao facto de estas expedições se desenrolarem em territórios que nunca tinham sido explorados pela cristandade, denotando uma profunda consciência da absoluta novidade daquelas navegações. Cf. Zurara s/d.

9 Cadamosto foi um mercador veneziano que o infante D. Henrique aliciou a trocar uma viagem de negócios a Inglaterra pela exploração das novidades da Guiné, ao que ele anuiu. Viajou à Guiné em 1455 e em 1456 e escreveu depois um relato dessas expedições que enviou às autoridades da Senhoria lembrando que foi o primeiro de sua nação a ter viajado àquelas partes. Esta menção, só por si, já nos demonstra a consciência da novidade revolucionária dos Descobrimentos no espírito de Cadamosto, mas o seu texto, à semelhança do de Zurara, caracteriza-se pelo uso muito frequente da palavra nunca, tanto para referir a sua experiência como europeu, como para aludir à reacção das populações africanas. Cf. “Navegações”, in Garcia 1983, 73-138.

que relatava. Não era uma conquista espectacular, não era um percurso singular nem eram expedições aventureiras inconsequentes – eram antes viagens realizadas por mares nunca dantes navegados, águas que tinham sido até então uma barreira à circulação da Humanidade e que, repentinamente, se tornaram no eixo privilegiado de comunicação dos seres humanos à escala planetária.

A importância dos Descobrimentos está, pois, neste carácter revolucionário e na sua irreversibilidade; de facto, o mundo nunca mais foi o mesmo depois de Gil Eanes ter passado o cabo Bojador. Ainda assim a palavra e o conceito associado têm sido desvalorizados sob o pretexto de ser uma ideia eurocêntrica; eu próprio logo na primeira vez que estive no Japão, em 1991, fui confrontado com essa contestação – “não nos descobriram, pois nós já nos conhecíamos”. No entanto, à luz da História da Globalização, isto é, da História do Mundo, os séculos XV e XVI podem ser vistos como uma Era dos Descobrimentos (ou *Age of Discoveries*) e a palavra em si não testemunha um processo eurocêntrico, mas antes um processo global.

A herança de historiografias coloniais de há décadas atrás não nos pode condicionar hoje; quem olhou para cada episódio dos descobrimentos como se fosse um encontro entre um descobridor e um descoberto percebeu mal o que se passou, pois, na verdade, em cada episódio houve dois descobridores e dois descobertos, houve uma dupla e simultânea visão do exótico no interlocutor, como sucedeu aqui mesmo há 520 anos quando os habitantes desta ilha descobriram que afinal podiam vir armadas organizadas do sul; do mesmo modo que a chegada dos portugueses ao Japão não representou apenas a inclusão das ilhas do sol nascente nos planisférios europeus, mas a descoberta dos portugueses e de quase todo o mundo exterior pelos japoneses. O caso japonês é, provavelmente, dos mais significativos, pois o mundo exterior deixou de ser designado *sankoku* (três países) para passar a ser denominado *bankoku* (dez mil países).¹⁰

E em todas as fontes dos encontros iniciais, como seja a Crónica da Guiné (Zurara s/d, cap. LXIII), ou o relato de Cadamosto (Garcia 1983, 90-91), ou o da primeira expedição de Vasco da Gama ou a carta de Pero Vaz de Caminha nós encontramos a voz dos outros que olham para os europeus brancos, e que julgam que os navios são peixes porque nunca viram coisa assim, ou que se assustam com uma galinha, como sucede no convés de Pedro Álvares Cabral porque nunca tinham visto tal bicho (“Carta”, publicada em Garcia 1983 241-263 e 248), ou que cospem no braço de Cadamosto para terem a certeza que a sua pele não está

10 Sobre o carácter exótico dos portugueses no longínquo Japão, vide Simões 2012.

pintada e ele é mesmo branco porque nunca tinham visto homens assim,¹¹ e pela mesma razão Oda Nobunaga mandou despir o primeiro homem negro que viu pois também não queria acreditar numa coisa que nunca tinha visto ... nem ele nem os seus (ver Costa 1995 e Costa 1999, 107-128).

Os relatos do século XV e XVI proporcionam-nos uma visão completa deste processo abrangente e bilateral, ou mesmo multilateral. Sente-se a percepção de continuidades pelos portugueses quando no Diário da expedição de Vasco da Gama nos é dito que os cães da baía de Santa Helena ladram como os de Portugal (Garcia 1983, 161), ou a das diversidades quando Tomé Pires ou Duarte Barbosa nos descrevem o sistema de castas, ou Fernão Lopes de Castanheda fala de mulheres que andam cobertas por um lençol só com dois buracos no lugar dos olhos; mas sente-se essa mesma percepção da diversidade nos saleiros do Benim que retratam os portugueses e os seus símbolos, ou nas primeiras porcelanas Ming com a esfera armilar.¹² A consciência da descoberta, e o potencial político do exótico percebe-se logo nos primeiros negócios quando os chefes guineenses usam as caudas de cavalo como elemento distintivo, ou depois quando diversos chefes africanos usaram cadeiras para acentuar a sua proeminência.

E quantos povos descobriram o botão e passaram a representar os portugueses com seus gibões, como se pode ver na colunata de um templo hindu de Tiruchilappalli, por exemplo, ou pelo facto de a palavra japonesa “botan” ser precisamente de origem portuguesa? E que dizer sobre a descoberta da espingarda pelos japoneses que transformou o sistema político do país no curto espaço de meio século?¹³ Nenhum destes objectos eram conhecidos por aqueles povos antes da chegada dos Portugueses – nunca os tinham visto. Ou como negar as descobertas científicas feitas pelos chineses perante as lições dos matemáticos jesuítas que entraram no Celeste Império no esteio de Mateus Ricci (Engelfriet 1998; Qi 2013, 71-79; Pina 2018, 31-53)? E o que dizer dos biombos namban onde podemos ver, por exemplo, os japoneses a apreciarem um animal

11 “Estes negros, tanto machos como fêmeas, vinham ver-me como uma maravilha, e parecia-lhes coisa extraordinária ver um cristão em tal lugar, nunca dantes visto. E não menos se espantavam do meu traje e de minha brancura; o qual traje era à espanhola, com um gibão de damasco preto, e uma capinha de gris. Reparavam para o pano de lã, que eles não têm, e reparavam para o gibão, e muito pasmavam. Alguns tocavam-me nas mãos e nos braços, e com cuspo esfregavam-me para ver se minha brancura era tinta ou carne; e vendo que era carne branca, ficavam-se em admiração (...)”. Cf. “Navegações”, in Garcia 1983, 111-112.

12 Os saleiros do Benim podem ser apreciados no Museu Nacional de Arte Antiga e o gomil na Fundação Medeiros e Almeida. Vide, por exemplo, Levenson 2007.

13 Sobre a relevância do impacto da presença portuguesa no Japão nada mais elucidativo do que a referência do próprio imperador Akihito 1992, 578. Veja-se também o estudo clássico de Parker 1988.

indiano, o pavão, trazido ao seu país por uns europeus, os portugueses?¹⁴ E o mesmo tipo de raciocínio poderia ser aplicado aos múltiplos encontros entre castelhanos e ameríndios.

Em todos estes casos, que são meros exemplos entre centos de outros, é possível negar que houve descobrimentos no amplo sentido da palavra e numa perspectiva universalista, que deve ser a nossa? O descobrimento do homem branco pelos africanos ou do homem negro pelos japoneses, do bico e das penas da galinha pelos tupiniquins ou de um veículo como o navio, tanto por africanos como por ameríndios, ou a descoberta dos cavalos, das cadeiras, dos botões ou das espingardas não são isso mesmo? Descobrimientos?

Os Descobrimientos foram, sem dúvida, um processo global – o mundo em movimento nas sábias palavras de John Russel Wood (1998). Penso por isso, que o argumento persistente de que o conceito de Descobrimientos, hoje, é eurocêntrico, mais do que um erro, corresponde a uma visão passadista, perdida no tempo que nos nossos dias acaba por ser pura e simplesmente uma demonstração de ignorância. E permitam-me lembrar e agradecer aos que me ensinaram e me prepararam e que estão aqui connosco hoje, Luís Filipe Thomaz e Artur Teodoro de Matos. Há trinta e quatro anos, quando comecei o mestrado de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o nosso primeiro ano era dedicado exclusivamente às histórias extra-europeias, da América à Ásia, do Índico ao Atlântico e só depois é que estudávamos a acção dos Portugueses. Nunca fomos confrontados com um processo unilateral, mas sempre com a interacção e a reciprocidade ... mas há quem tenha ficado parado no tempo e quais quixotes, tomem moinhos por mouros.

A palavra globalização é outra fonte de controvérsia entre egos de historiadores e outros autores ... e eu disse “egos” propositadamente. Já participei em reuniões internacionais sobre o assunto que foram sempre inconclusivas, sobretudo por duas ordens de razões: porque cada um inventa os seus próprios critérios e porque há uns quantos que ficam obcecados por uma determinada palavra. Passo de imediato a este segundo caso, porque há várias palavras que não definindo etimologicamente exactamente o mesmo remetem sempre para a mesma ideia – falar de descompartimentação (Léon 1981), como alguns dos aqui presentes me aturaram, de conexões (conceito explorado inicialmente em Subrahmanyam 1997, 735-762), ou de globalização (ver, por exemplo, Costa 2018) não altera os factos que conhecemos e nunca nega a crescente interligação entre as comunidades humanas. No campo dos critérios o que se discute basicamente é a definição de quando é que se pode falar de um mundo global, mas essa é outra

14 O primeiro estudo relevante foi o de Pinto 1986. É fundamental o trabalho de Curvelo 2007.

discussão estéril, pois já ouvi a uma reputada historiadora norte-americana dizer que não há cidades globais antes da Londres do século XIX ou que Roma não podia ser uma cidade global porque era uma cidade com a Inquisição.

A este propósito o meu ego é muito pouco exigente e contenta-se em ter a certeza de que a irreversibilidade da globalização foi desencadeada, como disse atrás, pela passagem do cabo Bojador, em 1434, como tem sido defendido por tantos autores, mas de que me abastam Vitorino Magalhães Godinho (1983-1984) e Pierre Léon (1981). E lembro apenas a grande obra coordenada por Pierre Léon há uns quarenta anos, intitulada *História Económica e Social do Mundo*, que começava precisamente com o tempo do início dos Descobrimentos, que é apresentado como o momento do começo da descompartimentação e que assinala, por isso, o primeiríssimo passo para a globalização irreversível da economia mundial e do jogo das trocas.

De facto, foi aí que começou a globalização, que no limite continua por completar. Foi na sequência da revolução causada por essa viagem que as diferentes sociedades que viviam espalhadas pelo planeta começaram a ter consciência de outras que estavam distantes; foi na sequência e na continuidade dessas viagens revolucionárias que finalmente a Humanidade começou a ter uma noção da verdadeira configuração do planeta – da silhueta de oceanos e de continentes e da enormidade da superfície dos oceanos; e por isso mesmo o vislumbre mais antigo do mundo é o planisfério de Cantino, concluído em Lisboa no outono de 1502.

E para reforçar a importância crucial desse acontecimento de 1434 e o seu carácter irreversível regressemos a esta linha da costa oriental africana; poucos anos antes de Gil Eanes vencer o medo e passar o Bojador, navios oriundos da China chegaram a territórios africanos mais a norte, mas não prosseguiram suas explorações e nunca chegaram a esta região. Se quisessem poderiam ter prosseguido esse movimento, pois não tinham nenhuma armada inimiga a contrariá-los; ou seja, poderiam ter prosseguido para sul em busca de novas terras, novos mercados ou novas riquezas, e se tivessem tido essa ambição ou esse sonho, teriam achado o oceano Atlântico e o limite meridional de África e poderiam ter sido os primeiros exploradores, pelo menos, do Atlântico sul.

A expansão marítima chinesa de 1405 a 1433 das armadas do célebre almirante Zheng He constitui, pois, um excelente exemplo da diferença entre um processo que não alterou o curso da História e outro, o português, que alterou (Costa 2018, 18-19). As andanças chinesas tiveram uma motivação essencialmente política e não provocaram alterações nem no comércio oceânico nem no conhecimento geral da Humanidade, exactamente o oposto das navegações portuguesas e europeias suas sucedâneas. Os portugueses no seu movimento

imparável chegaram aqui; os chineses, por sua vez, pararam o seu próprio movimento quando entenderam que não era útil para os seus objectivos geo-estratégicos, pouco antes de chegar aqui.

E é por causa desse carácter revolucionário dos Descobrimentos que os historiadores do oceano Índico encaram 1498 como um ano de ruptura e que muitos falam mesmo de uma era gâmica. Mas a dita era gâmica no oceano Índico não é um processo unilateral, como todos nós bem sabemos; a dita era gâmica corresponde, com efeito, a sucessivas reorganizações dos poderes à escala oceânica e ao aparecimento de novas rotas neste mesmo oceano.

Olhando agora especificamente para as transformações históricas irreversíveis que afectaram a ilha de Moçambique na sequência dos acontecimentos de 1498, a primeira é, como referi no início desta intervenção, o facto de a ilha ter sido incorporada numa nova realidade geo-estratégica. Lembro-me de Geneviève Bouchon, nas suas aulas de História do Oceano Índico, nos referir como a relação de Calicut com o mundo se alterou radicalmente com o aparecimento anual das naus dos portugueses nas suas águas (Bouchon 1999); também me lembro de Denis Lombard, noutra sessão dessa mesma disciplina de História do Oceano Índico nos ensinar que a chegada dos Portugueses ao sul da China tinha provocado uma perturbação na geo-política chinesa, na medida em que pela primeira vez o Celeste Império se sentiu ameaçado simultaneamente em duas frentes (Lombard 1997). A China nunca tinha sentido esse tipo de ameaça ... e voltei a usar a palavra nunca. Esse tipo de mudança apontado pelos meus velhos mestres para outras regiões deste mundo afro-asiático aplicou-se em primeiro lugar nesta ilha que, de um terminus, passou a ser uma base de operações entre dois oceanos e três continentes – a base fixa para a mais complexa rota transoceânica do tempo.

O que é particularmente interessante de notar é que a transformação da ilha de Moçambique de um porto terminal para um base de uma longuíssima rota transoceânica resultou do mesmo fenómeno que contribuiu para a fortuna de Ormuz ou de Malaca nesses dias – a monção. É verdade que os Portugueses cedo se interessaram por dominar a região, e sobretudo Sofala com o seu ouro, para manter em funcionamento os circuitos que alimentavam indirectamente o comércio das especiarias. No entanto, e independentemente deste interesse já relacionado com os circuitos internos do Índico, a existência dos ventos de monção no oceano Índico obrigava à existência de um porto de escala que apoiasse a ligação com o Atlântico,¹⁵ o que obrigou à criação de infraestruturas portuárias muito mais complexas do que as existentes, e mais tarde às estruturas defensivas que constituem hoje um ex-libris da ilha e uma sua nova centralidade

15 Sobre a Carreira da Índia vide Domingues 2012.

no âmbito do mapa do Património da Humanidade classificado pela UNESCO. Acrescente-se ainda que a utilização de ilhas próximas da terra firme foi um dos principais modelos de fixação das bases portuguesas pelo mundo; ou seja a ilha de Moçambique era o espaço ideal por coincidirem em si a utilidade regional e a intercontinental. Ora a escolha desta ilha para base do comércio pré-gâmico assentava nos mesmos pressupostos em que se afirmou a talassocracia portuguesa intercontinental; os mercadores originários do Próximo e Médio Oriente que se tinham assenhoreado da rede de portos da costa oriental africana também preferiam um local resguardado das populações nativas, como é esta ilha. Assim, a integração da ilha de Moçambique nos domínios portugueses representou uma continuidade da sua vocação de espaço de apoio a poderes extra-africanos para negociar com África (Rodrigues 2014; Antunes 2002).

Não tendo perdido a sua função de alimentador de uma conduta que punha produtos africanos em circulação por todo o Velho Mundo, a ilha de Moçambique tornou-se simultaneamente numa peça de uma engrenagem completamente diferente e policentrada. A este propósito, outro dos debates tanto do agrado da historiografia contemporânea versa sobre centros e periferias. É um modelo de análise útil, obviamente, mas que raramente define um local em absoluto. O caso de Nagasaki é um bom exemplo, pois este porto japonês era, no final do século XVI o terminus das rotas mercantis do império português, que circulavam pela Rota do Cabo e pelas águas afro-asiáticas, e era simultaneamente um terminal dos negócios castelhanos que atravessavam o Pacífico e que se desenvolviam através do galeão de Manila; na periferia de dois impérios europeus, ao articular esses mesmos impérios, Nagasaki tornava-se num novo centro que também comunicava por si próprio com os portos da Indochina (Costa 1998; Hesselink 2016). O mesmo se pode dizer, por exemplo, de Ormuz, que sendo outra periferia dos interesses portugueses no século XVI, era simultaneamente a placa giratória do Golfo Pérsico (ver, por exemplo, Couto 2010, 43-60).

Assim, a maior parte dos entrepostos portugueses do século XVI podem ser considerados nessa dupla perspectiva de serem simultaneamente centros e periferias. O caso desta ilha de Moçambique, uma vez mais, é um bom exemplo desta perspectiva, pois se por um lado era escala da Carreira da Índia, e por essa via adquiria características de centralidade, por outro continuava a ser um porto do extremo ocidente do sistema mercantil dos mares afro-asiáticos. É certo que a ilha se foi tornando também num ponto de passagem de gente vinda da Ásia ou da Europa que se foi internando e entranhando pelas terras africanas, mas o mobiliário deste edifício onde decorrem os nossos trabalhos, que foi o centro da governação portuguesa para a costa oriental africana durante séculos, e que manteve funções de representação política depois da transferência da capital de

Moçambique para a então Lourenço Marques, mostra-nos de forma claríssima o modo como esta ilha se integrava no Estado da Índia, mesmo depois de ter ganhado autonomia político-administrativa no reinado de D. José. O que predomina é mobiliário indo-português em vez de peças de sabor africano. Ou seja, este nódulo central da Carreira da Índia, que acrescentou aos negócios tradicionais com portos do Índico novas ligações com o Atlântico, incluindo o Brasil, não deixou simultaneamente de funcionar como a periferia da Índia Portuguesa.

Bibliografia

- AKIHITO, His Majesty the Emperor of Japan. 1992. "Early cultivators of science in Japan." *Science* 259(5082): 578-580.
- ANTUNES, Luís Frederico. 2002. "O bazar e a fortaleza em Moçambique: a comunidade Baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- BARBOSA, Duarte. 1996-2000. *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. Maria Augusta Veiga de Sousa, 2 vols.. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- BOUCHON, Geneviève. 1999. *Inde découverte, Inde retrouvée, 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*. Lisboa-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CHAUDHURI, K. N.. 1990. *Asia before Europe: Economy and Civilisation of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, José Damião Rodrigues, e Pedro Aires de Oliveira. 2014. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. 1995. *A descoberta da civilização japonesa pelos portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. 1998. "O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. 1999. *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de história luso-nipónica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. 2018. *Os Descobrimentos Portugueses. O início da Globalização*. s/l: EMSE EDAPP.
- COUTO, Dejanirah. 2010. "Hormuz under the Portuguese Protectorate: some notes on Maritime economic nets to India (early 16th century)." In *Aspects from the Maritime Silk Road: from the Persian Gulf to the East China Sea*, ed. Ralph Kautz, 43-60. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- CURVELO, Alexandra. 2007. "Nuvens douradas e paisagens habitadas. A arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América: Japão, China e a Nova Espanha (c. 1550-c. 1700)." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

- DOMINGUES, Francisco Contente (ed.). 2012. *História da Marinha Portuguesa – Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1500-1668*. Lisboa: Academia de Marinha.
- ENGELFRIET, Peter. 1998. *Euclid in China. The Genesis of the First Translation of Euclid's Elements in 1607 & its Reception up to 1723*. Leiden: Brill.
- FRANKOPAN, Peter. 2018. *The New Silk Roads. The Present and the Futur of the World*. Londres: Bloomsbury.
- GARCIA, José Manuel (ed.). 1983. *As Viagens dos Descobrimentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1983-1984. *Descobrimentos e Economia Mundial*, 4 vols.. Lisboa: Editorial Presença.
- HESSELINK, Reinier. 2016. *The dream of Christian Nagasaki. World trade and the clash of cultures, 1560-1640*. Jefferson, McFarland & Company, Inc. Publishers.
- LÉON, Pierre (ed.). 1981. *História Económica e Social do Mundo*, 6 vols. Lisboa: Sá da Costa.
- LEVENSON, Jay A. (ed.). 2007. *Encompassing the globe. Portugal and the world in the 16th and 17th centuries. Reference Catalogue*. Washington: Smithsonian.
- LOMBARD, Denys. 1997. *La Chine Impériale*. Paris: PUF.
- MCPHERSON, Kenneth. 1993. *The Indian Ocean. A history of the people and the Sea*. Oxford: Oxford University Press.
- N'DIAYE, Tidiane. 2019. *O genocídio ocultado. Investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano*. Lisboa: Gradiva (original, Paris, 2008).
- PARKER, Geoffrey. 1988. *The Military Revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PELÚCIA, Alexandra. 2016. *Afonso de Albuquerque. Corte, cruzada e império*. Lisboa: Círculo de Leitores
- PINA, Isabel. 2018. "Representations of China in Álvaro Semedo's work." In *Visual and Textual Representations in Exchanges between Europe and East Asia, 16th-18th Centuries*, ed. Luís Saraiva e Catherine Jami, 31-53. Singapura: World Scientific.
- PINTO, Maria Helena Mendes. 1986. *Biombos Namban*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.
- PIRES, Tomé. 1978. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. Armando Cortesão. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- QI, Han. 2013. "The Jesuits and their study of Chinese astronomy and chronology in the seventeenth and eighteenth centuries." In *Europe and China: Science and the Arts in the 17th and 18th centuries*, ed. Luís Saraiva, 71-79. Singapura: World Scientific.
- RODRIGUES, Eugénia. 2014. *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROQUE, Ana Cristina. 2017. "The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th century: between the African traderoutes and the Indian Ocean trade." In *Fluid networks and hegemonic powers in the Western Indian Ocean*, ed. Iain Walker, Manuel João Ramos e Preben Kaarsholm, 19-36. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais.

- RUSSEL-WOOD, A. J. R.. 1998. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Carnaxide: Difel (original, 1992).
- SIMÕES, Catarina. 2012. "Para uma análise do conceito de "exótico". O interesse japonês na cultura europeia (1549-1598)." Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1997. "Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia." *Modern Asian Studies* 31(3): 735-762.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1998. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1994. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Difel, 1994.
- ZURARA, Gomes Eanes. s/d. *Crónica da Guiné*, ed. José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização.

Na rota da “Carreira da Índia”: Camões e Couto na Ilha de Moçambique

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ

CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

A história da literatura portuguesa tem recorrentemente associado Luís de Camões (1524/25-1580) e Diogo do Couto (1542-1616) com base em alguns dos paralelismos, cruzamentos e complementaridades que ligaram as suas vidas e obras.

Sob o título “Camões e Diogo do Couto: Irmãos em Armas e nas Letras”, publicado aquando do quarto centenário da primeira edição d’ *Os Lusíadas*, Charles R. Boxer (1972, 25-37), revisitando os argumentos que explicam a associação estabelecida entre os dois autores, releva a importância de terem tido um biógrafo comum, o polígrafo setecentista Manuel Severim de Faria (1583-1655) o qual incluiu as vidas de ambos, nos seus *Discursos vários políticos*.

Revisitando as obras de Camões e Couto – um, poeta e dramaturgo; o outro, cronista e escritor político de intervenção – é inevitável desvendar, à sombra das respetivas musas, muitas afinidades e, naturalmente, alguns contrastes. Por esses caminhos, já sobejamente trilhados, encontraremos os paralelismos dos tópicos literários glosados, dos feitos de armas exaltados, das denúncias e críticas formuladas com maior ou menor veemência, das ideologias imperiais e valores cívicos/morais defendidos. Em suma, constantes e variáveis numa “irmandade” nas armas e nas letras que, todavia, no panorama cultural e social da época, não albergou apenas Camões e Couto.¹

1 Nas citações de textos quinhentistas e seiscentistas procedeu-se à atualização ortográfica.

1. A experiência da Índia

O alicerce de todos os exercícios fundados em paralelismos, aproximações, complementaridades e cruzamentos nas vidas ou nas produções literárias de Camões e de Couto é a sua experiência comum da Índia e assenta em grande parte na convicção da existência de uma relação de amizade e de colaboração literária entre ambos. Mesmo se tal convicção, como se verá, tem por base um único testemunho: o do próprio Couto. Quer através de correspondência mantida com interlocutores estantes no Reino, quer sobretudo pelas informações dadas nas duas versões conhecidas da sua *Década oitava da Ásia*, onde afirma expressamente ter sido “matalote e amigo” de Camões, situando, numa delas, esse tempo de camaradagem na Índia. Quando se fala da Índia, enquanto espaço de associação entre Camões e Couto, tenha-se em mente a designação atribuída, à época, a todo o conjunto do império oriental português.

Tanto Camões como Couto tinham partido para a Índia como homens de armas. Camões, ao que se pensa, em 1553. Couto em 1559, com apenas 17 anos de idade, altura em que Camões, com o dobro da idade, contaria já cerca de seis anos de militância por terras e mares asiáticos. Ambos tinham partido na condição de soldados, esperando vir a alcançar, por via das armas, honra e proveito. Não sendo de condição humilde, também não pertenceram ao grupo dos celebrizados nas crónicas da Ásia. Apesar das pontuais e dispersas notícias autobiográficas de Couto referindo a sua participação em campanhas militares, podemos afirmar terem ambos integrado o grupo dos soldados “desconhecidos” que guarneceram o império. Camões, ao que se suspeita, por terras e mares mais longínquos e orientais. Couto, ao que se sabe dos seus primeiros anos de Índia, sem ultrapassar os territórios ribeirinhos da costa ocidental do Indostão. Isto não invalida a probabilidade de se terem podido encontrar em Goa, nos intervalos das missões, durante a chamada época de “inverno”, quando, de maio a finais de agosto, se fechavam os portos do Indostão.

Se para Diogo Couto, além das notícias autobiográficas que se respigam na sua obra historiográfica, temos razoável *corpus* epistolográfico e documental para podermos reconstituir os rasgos fundamentais da sua vida,² não assim em Camões. Com efeito, os testemunhos diretos ficam-se por dois documentos oficiais e duas cartas. Por isso, os seus biógrafos (diria mesmo até aos nossos dias) têm gizado a sua biografia através fundamentalmente da exegese da sua produção poética.³ Ou seja, extrapolações de carácter biográfico feitas a partir dos seus

2 O estudo mais detalhado sobre a vida e obra de Couto deve-se a António Coimbra Martins (Martins 1991). Para uma versão mais concisa, ver Cruz 2018.

3 Que saibamos, a síntese mais recente é de Maria Vitalina Leal de Matos (Matos 2011).

próprios escritos poéticos ou a partir dos primeiros comentários feitos aos mesmos (notas anónimas à edição de *d’Os Lusíadas* de 1584 e comentários de Manuel Correia à edição de 1613, edição que integra um apontamento biográfico de Camões da autoria de Pero Mariz). Em suma, leituras especulativas, baseadas em interpretações por vezes abusivas de passagens menos transparentes da épica e lírica camonianas. Daí as lições por vezes contraditórias. Sirva de exemplo o recente artigo de Rui Manuel Loureiro, “Camões em Macau – um mito historiográfico” (2003), em que refuta lições biográficas sobre as deambulações de Camões nos Mares do Sul e a sua eventual passagem por Macau, consignadas na esmagadora maioria das biografias do poeta. Concluindo, na pegada de Luís Cunha Gonçalves (1928) e de Charles Boxer (1980), que Camões “não foi certamente provedor dos defuntos, nem residiu longos anos em Macau, nem tão-pouco compôs a sua célebre epopeia – ou parte dela – numa gruta macaense” (Loureiro 2003, 125).

2. O encontro na ilha de Moçambique

Neste mar de incertezas e interrogações, um ponto parece seguro: a estadia de escassos dois anos (fins de 1567/inícios de 1568 a novembro de 1569) de Camões na ilha de Moçambique, onde, neste último ano, Diogo do Couto o viria a encontrar.

Sabe-se que ambos, embora em tempos diferentes, tinham abalado de Goa/ Cochim com o intuito de rumarem para o Reino. Camões chegara à ilha com Pedro Barreto Rolim, nos finais de 1567/inícios de 1568, quando este fora ocupar o cargo de capitão-mor de Sofala e Moçambique,⁴ na esperança, assim se supõe, de aí arranjar meios para embarcar numa das naus da torna-viagem da “Carreira da Índia”. Uma espera que poderia demorar alguns anos. Se, como se sabe, na viagem de ida, de Lisboa para a Índia, a escala em Moçambique era habitual quando se seguia a rota “por dentro”; menos habitual era essa paragem na torna-viagem, aquela que Camões esperava apanhar, pois só por motivo de força maior aí se deveria aportar, embora na prática nem sempre assim acontecesse. Prova de o recurso a essa escala nem sempre ocorrer só em situações excecionais, encontra-se na necessidade de o poder central legislar sobre o assunto. E, de facto, quando Diogo do Couto parte de

4 A carta de concessão da capitania de Sofala e Moçambique a Pero Barreto Rolim foi passada a 4 de setembro de 1563, especificando-se que ele só tomaria posse na vagante dos providos até 20 de fevereiro de 1563; no entanto, só deve ter ocupado o cargo em fins de 1567 / inícios de 1568, pois, à margem, foi anotado “Dos termos desta carta se passaram duas este ano de 1567 para irem por duas vias”. Carta de nomeação de Pero Barreto Rolim para a capitania de Sofala e Moçambique, Lisboa, 04/09/1563, Torre do Tombo, Portugal, *Chancelaria de D. Sebastião*, liv. 14, fl. 103. Deduz-se, por isso, que as duas vias foram para a Índia na armada da “Carreira” que partiu de Lisboa em 1567 e chegou a Goa em setembro do mesmo ano.

Goa, acabara de chegar a essa cidade um novo vice-rei, D. Luís de Ataíde, portador de regimento no qual expressamente o rei D. Sebastião determinava: «mando que nenhum capitão de nau que venha com carga minha da Índia para estes reinos, não vá a Moçambique, salvo sendo de extrema necessidade», acrescentando que, se tal viesse a acontecer, as armadas só aí poderiam permanecer o tempo estritamente necessário, discriminando-se mesmo as sanções a aplicar aos infratores.⁵

Ora, foi precisamente um caso de extrema necessidade que levou Diogo do Couto à ilha de Moçambique, propiciando o seu encontro com Camões. Embarcou para o Reino na torna-viagem de uma armada da “Carreira”, constituída por quatro naus (*Chagas, Santa Clara, Fé e Santa Catarina*), as quais zarparam de Cochim um pouco tardiamente: as três primeiras a 2 de fevereiro de 1569 e a *Santa Catarina* a 21 do mesmo mês, tendo sido, afinal, esta última a única que conseguiu chegar a Lisboa nesse mesmo ano. Diogo do Couto ia embarcado na *Chagas*, a nau capitaina, onde seguia também o capitão-mor da armada, D. Antão de Noronha, vice-rei cessante. Em ambas as versões da *Década Oitava da Ásia*, o cronista dá uma informação detalhada desta viagem. Assim, após quarenta dias de navegação e de já terem ultrapassado o Cabo das Agulhas, sofrem uma tempestade com ventos contrários. Não podendo sofrer o pairo, voltam para trás, e, em maio, D. Antão decide rumar para Moçambique. Durante este percurso, pouco antes das ilhas Angoche, D. Antão, que já ia bastante doente, acabaria por morrer. As três naus teriam arribado a Moçambique no mês de junho 1569, e só retomariam viagem para o Reino em novembro do mesmo ano.

Portanto, cerca de cinco a seis meses em que Camões e Couto tiveram oportunidade de se encontrar e conviver. E, não teriam sido poucas essas oportunidades se tivermos em conta as dimensões da ilha e a sua população ao tempo.

O padre jesuíta Francisco Monclaro, em carta escrita de Moçambique em 1570, informava serem “os casados portugueses alguns setenta, e de cafres e índios alguns seiscentos, afora os mouros de Moxicate que serão alguns setenta moradores”.⁶ Posteriormente, o mesmo autor, na relação elaborada, cerca de 1573, sobre a empresa de conquista do Monomotapa em que participou, altera um pouco os números.⁷ Assim,

5 Regimento dado por el-rei D. Sebastião a Dom Luís de Ataíde, Lisboa, 27/02/1568, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa, *Livro das Monções*, nº1, fls. 137-147, in Rego 1953, 436-464, citação colhida da página 458.

6 “Carta do Padre Francisco Monclaro SJ ao Padre Leão Henriques”, Moçambique, 01/08/1570, Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral*, ms. 4352, fls. 73r-79v, in Wicki 1964, 274-296, citação colhida página 295.

7 “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na Conquista do Monomotapa, feita pelo Padre Monclaro da mesma Companhia”, s. d., Biblioteca Nacional de França, *Manuscritos do Fundo Português* 8, fls. 241-265v, e Biblioteca Nacional de

os moradores portugueses sobem para 100, quanto à gente da terra, entre cafres e índios misturados, seriam 200, informando ter sido destruída a povoação moura de Moxicate.⁸ Na década de 1580, Jan Huygen van Linschoten que, a caminho da Índia, fez escala em Moçambique (c. 15 dias, entre 5 e 28 de agosto de 1583), dá-nos valores semelhantes. Referindo-se à importância da recém-concluída fortaleza de S. Sebastião, ainda inacabada quando Camões e Couto aí estanciam, sublinha nela não haver soldados, além do capitão e seus oficiais, pelo que, para a defender, era necessário recorrer aos cerca de 40 ou 50 portugueses casados aí vivendo. Especificando serem estes “portugueses e mestiços, que são resultado da sua procriação na Índia. Os quais se chamam *mestiços*, que quer dizer meio-sangue; esses são igualmente considerados como portugueses” (Linschoten 1997, 81). Naturalmente, neste número só estavam contabilizados os homens aptos a pegar em armas.

Esta população residia em torno da Torre Velha (antigo forte de S. Gabriel), em casas de alvenaria cobertas de macute (Lobato 1988, 69). Por esta altura eram poucos os religiosos estantes na ilha, não havendo sequer número suficiente para constituir conventos, viviam em casas religiosas, como a dos dominicanos. Os jesuítas, somente três, haviam chegado à ilha em 1560 (Alden 1996, 54), mas de passagem, pois empenhados na missão em Inhambane e no Monomotapa, como era o caso do referido Padre Monclaro.

Mas, na realidade, a ilha acolhia muito mais gente, que poderíamos designar por população em trânsito, enquanto importante escala do Índico, sobretudo da “Carreira da Índia”, mas também como plataforma de comércio entre os portos indianos e a África Oriental. Eram, por isso, frequentes os problemas de alojamento para os quais não havia soluções satisfatórias, agravados pelo elevado número de soldados e marinheiros aí desembarcados doentes, designadamente das naus da “Carreira da Índia”. Lembre-se que, nos cinco a seis meses em que Camões e Couto coabitaram na ilha, aí permaneceu a gente das três naus da “Carreira” em que viera Couto, além de, no mês de agosto, ter arribado, sob o comando de Vasco Fernandes Homem, uma nau da armada da conquista do Monomotapa. Chegara com cerca de 200 homens de armas, afora a gente do mar (Couto 1786, 152-153). Talvez com um certo exagero, o Padre Monclaro afirma estarem todos eles doentes e alguns mortos.⁹ Por isso, a ilha sempre se debateu com dificuldades logísticas e de abastecimento desta população em trânsito.

Espanha, *Manuscritos* 12.866, fls. 725v-768v, publicado em Wicki 1964, 683-739, informação colhida na página 690.

8 A povoação muçulmana da ilha, já muito arruinada, acabou destruída pelos portugueses juntamente com a mesquita local, que foi demolida cerca 1570. Veja-se Lobato 1998.

9 “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na Conquista do Monomotapa...”, publicado em Wicki 1964, 683-739, informação colhida na página 691.

Mais populosa era a gente nativa. Segundo o citado Linschoten, viviam em “mais de 300 a 400 casinhas e cabanas de palha, que pertencem aos naturais da terra, que são todos pretos como os de Cabo Verde, São Tomé e toda a Etiópia. Estes são sujeitos dos portugueses e alguns deles seguem a lei de Maomé” (Linschoten 1997, 81).

No mapa abaixo, publicado no *Itinerário* de Linschoten (Amesterdão, 1595), é possível visualizar a fortaleza de S. Sebastião (erguida entre 1558 e 1583), bem como a fisionomia do casario, construído à volta da Torre Velha, onde, como dito, se organizava a população portuguesa e pontuavam vários edifícios, como o hospital, misericórdia e S. Domingos. Segundo testemunho anónimo de participante no ataque holandês à ilha, em 1604, esta povoação “était bien bâti, avec des rues bien rangées, & qui ressembloit à une petite ville” (Mocquet 1996, 165).

À exceção da fortaleza de S. Sebastião, a segunda maior fortificação portuguesa no Oriente depois de Diu, e da ermida de Nossa Senhora do Baluarte, construção manuelina de 1522, situada entre os muros da fortaleza e o mar, tudo o mais foi arrasado pelos holandeses, aquando dos ataques de 1604 e 1607.

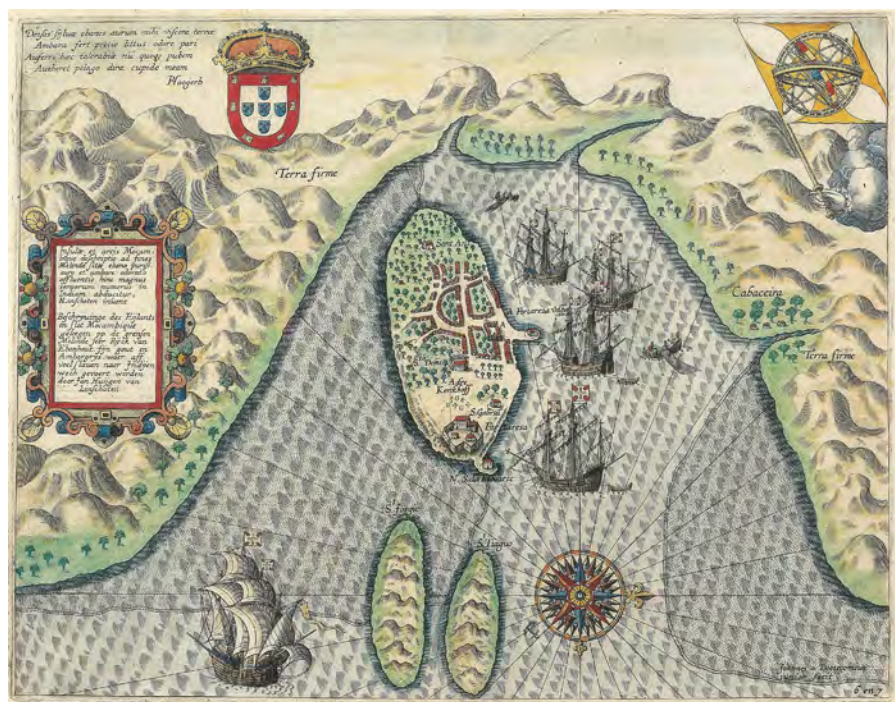


Fig. 1. Mapa da ilha de Moçambique, in *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten (Amesterdão, 1595)

3. Os testemunhos escritos do encontro em Moçambique

Mas, retomando o encontro de Camões e Couto na ilha de Moçambique, temos, como referido, três fontes escritas e todas tendo por base, em última instância, o testemunho do próprio Couto. São elas: i) a versão resumida da *Década Oitava da Ásia* da autoria de Diogo do Couto; ii) uma outra versão desta *Década*, só descoberta no séc. XX e que, para facilitar, designaremos por versão Porto/Madrid, pois as duas cópias manuscritas conhecidas foram encontradas, uma na Biblioteca Pública Municipal do Porto (ms. 839) e outra na Biblioteca Nacional de Espanha (ms. 2980); iii) e, por último, as biografias de Camões e Couto elaboradas por Manuel Severim de Faria e publicadas na sua obra *Discursos Vários Políticos* (Faria 1624b, fls. 88-135; Faria 1624a, fls. 148-157), nas quais veicula informações colhidas junto de Couto ou junto de interlocutores deste no Reino.

Começemos por Manuel Severim de Faria, o autor que validou e divulgou, pela primeira vez em letra de forma, a informação relativa ao encontro de Camões e Couto na ilha de Moçambique. Neste particular, importa sublinhar que, na rede de sociabilidades dinamizadas pela via epistolar por Manuel Severim de Faria, Diogo do Couto foi um dos seus primeiros correspondentes na Ásia. A comunicação entre ambos ter-se-á iniciado nos primórdios do séc. XVII, quando Couto era já bem conhecido como autor das *Décadas da Ásia*. A iniciativa partiu de Severim de Faria. Segundo anota, foi o apreço por este autor que o levou “a procurar com cartas desde este Reino a amizade de Diogo do Couto” (Faria 1624a, fl. 148). Significativo em reforço desta ligação é o facto de Couto ser o destinatário da primeira das *Relações* anuais compostas por Severim.¹⁰ Embora não se conheçam cartas ou outros testemunhos diretos, atestando este relacionamento, há indícios de ele se ter mantido até à morte do cronista ocorrida em 1616. De facto, Severim de Faria, na biografia de Diogo do Couto, dá informações sobre as vicissitudes e processo de reformulação de algumas obras do cronista, como os diálogos do *Soldado prático* e as *Décadas Oitava* e *Nona da Ásia*, que permitem supor um conhecimento adquirido através do canal pessoal de diálogo estabelecido entre ambos. Nele residirá porventura a explicação para a biblioteca de Severim de Faria ser depositária dos manuscritos originais e autógrafos das orações (discursos) proferidos por Diogo do Couto em atos solenes de tomada de posse de vice-reis e governadores em Goa (Machado 1731, 649), bem como do *Soldado Prático* e de algumas das *Décadas da Ásia*,¹¹ entre os quais um manuscrito com a versão resumida da *Década Oitava*.

10 “Relação do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Occidente o anno de 1610 té fevereiro de 1611”, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, *Reservados*, cód. 241.

11 *Collecção de Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, anos de 1724 e 1725, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1724-1725, onde é publicada a série de conferências proferidas na Academia Real da História Portuguesa pelo conde da Ericeira, sobre a livraria (biblioteca) do

Passando aos outros dois testemunhos, as duas versões da *Década Oitava da Ásia* de Diogo do Couto, a história é mais complexa. A versão resumida foi a primeira a ser publicada, embora na segunda metade do séc. XVII (Lisboa, João da Costa e Diogo Soares, 1673); seguir-se-iam mais duas publicações: em 1736 (Lisboa, oficina de Domingos Gonçalves), e em 1786 (Lisboa Régia Oficina Tipográfica), a qual foi objeto de edição fac-similada em 1974 pela Livraria Sam Carlos. Desta lição resumida é conhecido um elevado número de testemunhos manuscritos (onze), na sua maioria cópias do séc. XVII e em volume duplo com o resumo da *Década Nona*. Mais importante ainda é a circunstância de um deles ser um original, parcialmente autógrafo, que teria sido enviado por Couto a seu cunhado Frei Adeodato da Trindade, agostinho do convento da Nossa Senhora da Graça em Lisboa, a quem cabia a revisão para impressão de grande parte das suas Décadas. Trata-se de um códice duplo, contendo a versão resumida da *Década Oitava* e a versão resumida e truncada da *Década Nona*, o qual hoje se conserva na Torre do Tombo, Portugal (*Manuscritos da Livraria*, nº 613). Ora na epístola dirigida ao rei, acompanhando este códice duplo, Diogo do Couto explica a razão da elaboração dos dois resumos das referidas Décadas. Segundo ele, tinha concluído as versões extensas, em dois volumes, prontas para enviar para o Reino na armada que zarparia de Goa em finais de 1514 / inícios de 1515, quando lhe foram roubadas, durante grave doença que padeceu. Apesar de já velho, conseguiu arranjar forças para recopilá-las, “a modo de epílogo”, com base em “fragmentos”, “lembranças” e “memória das coisas que vi”, lançando-as em volume duplo. Esta carta, acompanhando o envio do códice contendo as versões resumidas das *Décadas Oitava* e *Nona*, é datada de 28 de janeiro de 1616. Couto viria a morrer em Goa, a 10 de dezembro desse ano, com 74 anos de idade.

Esta atribulada história complica-se ainda mais quando, cerca de dez anos depois, os herdeiros de Couto encontram um “borrão” da *Década Oitava*, e só desta Década, que “puseram a limpo”. O então vice-rei, D. Francisco da Gama, remeteu-o para Portugal, em 1626, por duas vias,¹² e a sua receção foi acusada pelo monarca português no ano seguinte.¹³ Ora, sabendo-se como Couto era useiro e vezeiro em dar por findas obras ainda por concluir ou meramente alinhavadas, e como receava ver os seus textos roubados, receio agravado pela idade a ponto de se tornar obsessivo, não devemos rejeitar a hipótese de o dito

conde do Vimieiro. Segundo informação por ele fornecida era composta por “400 manuscritos e livros raros”, sendo que a maior parte era oriunda da livraria particular de Manuel Severim de Faria.

12 Carta do vice-rei D. Francisco da Gama ao rei, Goa, 04/03/1626, Torre do Tombo, Portugal, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, Livro 22, fl. 127; Couto 1947, XLVII-XLIX.

13 Carta do rei ao vice-rei D. Francisco Mascarenhas, Lisboa, 01/04/1627, Torre do Tombo, Portugal, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, Livro 24, fl. 249, in Couto 1947, LI.

“borrão” corresponder à tal versão integral da *Década Oitava* que ele afirmara ter-lhe sido roubada.

Mas, já no séc. XX, foram localizados mais dois manuscritos da *Década Oitava* cujos textos (cópias do séc. XVII derivando do mesmo modelo), praticamente idênticos, contêm uma versão em muitos aspetos diferente da resumida, até então conhecida. Contêm a tal versão que convencionámos designar Porto/Madrid.

O aparecimento desta versão, em especial aquando da descoberta do primeiro manuscrito, em 1917, gerou enorme polémica entre os camonistas.¹⁴ E a discórdia, salvo alguns estudos assentes na análise da totalidade do texto,¹⁵ centrou-se precisamente no apontamento biográfico de Camões, localizado no capítulo 9 do livro V, aqui bem mais extenso e pormenorizado do que o narrado no capítulo 28 da versão resumida que já corria impressa. Os argumentos pró e contra o reconhecimento da autenticidade desta versão Porto/Madrid vão da aceitação de que ela contém o texto original e integral roubado a Couto,¹⁶ até ao extremo de se afirmar ser ela rigorosamente igual à versão resumida, exceto no passo sobre Camões, e que este resultaria de uma falsificação ou amplificação feita por um erudito, nos finais do séc. XVII, com o intuito de fazer aceitar, a coberto da autoridade de Couto, certas leituras sobre a vida e a obra do poeta.¹⁷ Muitos se ficaram pela dúvida, na expectativa de um estudo mais aprofundado.¹⁸

Esse estudo, viria a surgir em 1993-1994, com a publicação, em edição crítica, da lição dos códices Porto/Madrid, acompanhada de um estudo comparativo dessa lição com a da versão resumida (Cruz 1993-1994). O levantamento exaustivo das variantes substantivas, cerca de 850, bem como das diferentes estruturações da narrativa, permitiu concluir estar-se de facto em presença de duas versões da mesma *Década*, cujas divergências não se esgotavam no passo sobre Camões que tanta polémica levantara. Embora sem demarcações rigorosas, apurou-se que as variantes se concentravam na primeira parte das crónicas,

14 Deve-se a João Grave a divulgação da existência do códice manuscrito conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, em comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, depois publicada (Grave 1918). Anos depois, em 1971, António Coimbra Martins revelou a existência, na Biblioteca Nacional de Espanha, de um outro códice contendo um texto da *Década Oitava* idêntico ao do Porto (Martins 1971, 272-355).

15 Destes, destaca-se o trabalho de Artur Magalhães Basto (1953, 79-96). Mais tarde, António Coimbra Martins, ao revelar a existência do códice de Madrid, notifica aspetos que o aproximam mais de uma *Década* extensa que de um resumo (Martins 1971).

16 A título de exemplo, Carolina Michaëlis, Afrânio Peixoto e Roger Bismut.

17 Mais uma vez a título de exemplo, Aquilino Ribeiro, Álvaro Júlio Costa Pimpão e José Hermano Saraiva.

18 Entre outros, Aubrey Bell, António Coimbra Martins e Arthur Lee-Francis Askins.

onde são narrados acontecimentos anteriores à viagem de Couto a Portugal, ou seja, meados de 1564 a inícios de 1569. Aí se acumulam as variantes entre as duas versões, as quais, no seu conjunto, indiciam ser Couto também o autor da versão Porto/Madrid. É a presença de uma técnica de composição que o próprio designa pelo “enfiar da história”, são as expressões utilizadas para retomar matérias em aberto, os apartes e comentários críticos, para não falar do estilo, da sua sintaxe confusa e da sua escrita eivada de repetições de termos e ideias.¹⁹ A explicação para estas variações residirá no facto de Couto, para a narrativa desta primeira parte, ter recorrido preferencialmente às lembranças do que, ao tempo, presenciou, ouviu contar ou acompanhou de perto na Índia.

Mas as duas versões são praticamente coincidentes, sendo muitos os capítulos ou trechos textualmente idênticos, quando a crónica aborda o período em que, *grosso modo*, Couto esteve ausente da Índia (1569 a 1571) ou quando cobre eventos ocorridos em zonas muito afastadas de Goa e dos territórios por onde Couto deambulou, para cuja montagem teria recorrido sobretudo a fontes escritas previamente selecionadas.

Nesses blocos coincidentes, as únicas diferenças residem em enclaves, de extensão variável, dispersamente disseminados ora numa versão ora noutra, e ainda na sua estrutura global externa. Na versão resumida, só dividida em capítulos, estes são excessivamente longos para o que é habitual nas demais Décadas extensas de Couto, enquanto na versão Porto/Madrid as mesmas matérias surgem desdobradas em vários livros e capítulos (a estrutura seguida pelo cronista nas demais Décadas completas). Ora, foi através da colação dos passos idênticos que se relevaram algumas das conclusões mais significativas. Nela constatou-se estar a redação da versão Porto/Madrid mais próxima do texto da versão resumida, parcialmente autógrafo, enviado pelo cronista, conservada na Torre do Tombo. Mais importante ainda, a versão Porto/Madrid deriva, pelo menos nos passos em apreço, de um original escrito em Goa, pois reproduz o primeiro estado da escrita desse original autógrafo. Por fim, pôde-se apurar que a génese da versão Porto/Madrid se situa em 1601, logo após o envio para Portugal da primeira versão da *Década Sétima* (Cruz 1982, 93-114).

Apesar de todos estes indicadores, é nossa convicção que a versão Porto/Madrid não é propriamente a versão integral da *Década Oitava*, mas antes um conjunto de materiais organizados e já arrumados em livros e capítulos, visando a composição e redação finais de uma Década extensa. Uma espécie de dossier, onde o cronista ia arquivando memórias, transcrições de fontes selecionadas ou rascunhos. Em suma, uma coleção de apontamentos já arrumados em livros e

19 Sobre as marcas da escrita coutiana, ver Cruz 1993-1994, vol. II, 33-37 e 285-291.

capítulos perspetivando a composição da *Década Oitava*. Um trabalho inacabado, ainda com lacunas na cobertura dos acontecimentos, falhas na articulação entre capítulos ou mudanças de tema, repetições e, até, sobreposições a capítulos de outras Décadas entretanto compostas.

Em conclusão, não nos admiraria serem os códices Porto/Madrid depositários de cópias do “borrão” da *Década Oitava* encontrado pelos herdeiros de Couto após a sua morte.

Todos estes indícios contrariam, obviamente, a tese de uma falsificação, e apontam para um texto da lavra de Couto. Mas, sendo eles cópias e, para mais, cópias do séc. XVII, nada nos garante que eles não tivessem sofrido intervenções alheias, dúvida que necessariamente não poupa o passo sobre Camões

4. A propósito do encontro em Moçambique: traços biográficos de Camões

O apontamento biográfico de Camões surge em ambas as versões da *Década Oitava* na sequência da notícia do encontro de Couto com Camões ilha de Moçambique.

No cap. 28 da versão resumida, com informação mais sucinta, Couto afirma que o poeta se encontrava em tal estado de pobreza que “comia de amigos” e que durante essa estadia acabou de “aperfeiçoar as suas Lusíadas para as imprimir”, trabalhando também numa coletânea intitulada *Parnaso*. Diz terem sido os amigos, entre os quais se inclui, a juntar o necessário para possibilitar o seu regresso ao Reino onde as desditas continuariam, pois roubaram-lhe o *Parnaso*. E lamenta o insucesso na busca do manuscrito do “excelente Poeta” que acabaria por morrer em Portugal em “pura pobreza”.

Já no capítulo 9 do livro V da versão Porto/Madrid, muito mais desenvolvido com respeito à vida e obra de Camões, é traçado um breve apanhado das razões da sua passagem a Moçambique e fala-se do seu mísero estado, intercalando-se excertos de poemas, mencionando as condições em que os escreveu, e acrescentam-se notícias sobre a vida e morte do poeta. Assim, depois de uma viagem à China como provedor dos defuntos, Camões naufragou na costa do Sião; conseguiu escapar com outros náufragos e salvar “as suas Lusíadas, como ele diz nelas”. No acidente pereceu uma moça china, à qual chamou nas suas obras Dinamene. No Sião, além de vários sonetos sobre a morte desta jovem, entre os quais o célebre “Alma minha gentil que te partiste” [*transcreve-se o 1º quarteto*], compôs também “aquela grave e docta canção” começada pelo verso “Sobre os rios que vão” [*transcreve-se a 1ª quintilha*], informando, por fim, que “tudo anda impresso no livro dos seus sonetos”. A condição de pobreza em que Camões chegou à Índia levou Pêro Barreto Rolim, nomeado capitão da fortaleza

da ilha de Moçambique, a levá-lo consigo, para o “pôr em estado de se poder ir para o Reino”. Mas a sua estrela de poeta, “que é serem todos pobres e uma natureza terrível e, enfim, pouca ventura”, levou o seu protetor a zangar-se com ele, deixando-o a viver das esmolas de algumas pessoas. No período em que a armada onde viajava Couto invernou em Moçambique, Camões “reformou as suas *Lusíadas*”, começou a compor o *Parnaso* texto que, já no Reino, lhe desapareceu. Ao regressar à Índia, Couto deixou em Portugal um Camões “pobre e sem remédio e estado” que, ao morrer, foi enterrado no exterior do Mosteiro de Santa Ana, até D. Gonçalo Coutinho, mecenas amigo das letras, lhe mandar colocar uma campa, com lápide, dizendo quem era e as obras que compôs. Por fim, conclui-se ter tido Camões no Reino a mesma fortuna que na Índia, pois “quem nasceu para ser triste, já não pode ser contente”.

Como dito, este apontamento tão detalhado sobre a vida e obra de Camões, fez correr rios de tinta, entre os camonistas. Contradições, imprecisões nele contidas foram analisadas até à exaustão. Na impossibilidade de as discriminar, sirva de exemplo a referência à “moça china”, a quem chamou Dinamene (ambos os copistas confundiram o nome com o advérbio “dignamente”) e dedicou o soneto “Alma minha...”, que esteve na origem de debate literário entre Costa Pimpão e Roger Bismut, chegando este último a dedicar ao assunto um artigo, intitulado “Plaidoyer pour Dynamene” (Bismut 1969).

Em síntese, parece-nos que toda esta polémica assentou num equívoco. Dito por outras palavras, ela assentou na convicção, quer de uns quer de outros, de a resenha biográfica apresentada, centrada fundamentalmente na experiência indiana do poeta, resultar do testemunho privilegiado de alguém, como Couto, que com ele conviveu na Índia, na ilha de Moçambique e na viagem de regresso a Portugal. Fica-nos, todavia, a suspeita de que esta “construção” biográfica, elaborada por Couto, mais de 40 anos após o encontro em Moçambique, mais não é que uma das muitas reconstituições da vida de Camões, baseadas na exegese da sua produção literária e nos seus primeiros biógrafos. E um tal exercício de pesquisa e reflexão, moroso e ponderado, não encaixa de todo na forma como Couto tratava as matérias a integrar nas suas *Décadas*. O usual nele é proceder a verdadeiras montagens de textos já existentes, seus ou alheios, de lembranças e de informações orais de várias procedências.²⁰ Ora, atentando em certas afinidades pontuais existentes entre o apontamento biográfico de Camões da versão Porto/Madrid e as matérias correspondentes da biografia do poeta composta por

20 Sobre as fontes de Diogo do Couto, ver Loureiro 1998. Sobre a metodologia de trabalho de Couto, ver Cruz 2019, 97-115, especialmente item 3 “A apropriação de escritas alheias: formas de presença” (páginas 104-110).

Severim de Faria, não podemos deixar de nos questionar se o tão polémico passo não terá resultado em parte de notas colhidas por Couto nas cartas trocadas com o polígrafo. Uma pista que carece de fundamentação.

5. Das relações entre Camões e Couto

Por outro lado, as relações de Couto com o poeta surgem também ampliadas e reforçadas na versão Porto/Madrid. Assim, na versão resumida, fica-se pela menção a Luís de Camões, como “meu matalote e amigo”. Já na versão Porto/Madrid, afirma ter sido “especial” amigo de Camões, terem ambos sido contemporâneos nos estudos em Portugal e, depois, na Índia, matalotes de casa e mesa. A testemunhar essa amizade, transcreve-se na íntegra o soneto “Amado Couto o largo e poderoso”, dedicado por Camões ao amigo mal soube da sua presença nas naus que fundearam na barra de Moçambique e no qual expõe o lamentável estado em que se encontrava.²¹ Mais ainda. Camões pediu-lhe para comentar *Os Lusíadas*, tarefa que Couto abraçou de imediato, vindo a dedicar-lhe mais de 25 anos da sua vida. Nessa altura, tinha já comentado quatro Cantos, que lhe “beberam mais de cinco mãos de papel”, por ser o comentário muito copioso, pois, “para se fazer bem, era necessário declarar tudo o que Vasco da Gama contou ao rei de Melinde da origem de Portugal e de seus reis e tudo o que aquela ninfa mostrou na ilha de Santa Helena dos vice-reis que haviam de governar a Índia e todos os seus feitos”. Faltou-lhe tempo para tratar esta última parte, mas lembra que, se o não fez no “comento”, fê-lo largamente “nas nove Décadas da História da Índia que tenho compostas, de que andam já cinco ou seis impressas”. E afirma ter mandado encadernar o inacabado Comentário.

Ponto fulcral, neste trecho, é o hipotético pedido de comentário d’*Os Lusíadas* dirigido pelo poeta a Couto. As razões que teriam levado Camões a formular tal pedido levantam interrogações, e alguns investigadores, ao rejeitar que tal tivesse acontecido, questionam, implicitamente, o grau de veracidade do relacionamento havido entre ambos. Entre os argumentos avançados, aponta-se a diferença de idades, ou a circunstância de um estar no auge da sua carreira e outro não passar de um soldado sem grandes provas literárias dadas. Em síntese, estranha-se que as referências explícitas a Camões na obra de Couto (por ordem de escrita: *Década Sétima, Segundo Soldado Prático, Década Oitava*) só surjam

21 Cleonice Seroa da Motta Berardinelli inclui este poema no *corpus* de sonetos camonianos, atribuindo-lhe o nº398, e transcrevendo-o com uma proposta de reconstituição, in Camões 1980, 456. Já Maria de Lourdes Saraiva inclui-o nos sonetos de autoria discutida, in Camões 1994, vol. II, 483.

muitos anos após a primeira publicação d'*Os Lusíadas*, quando já era notório o prestígio alcançado pelo poema.²²

Há, porém, argumentos à luz dos quais uma tal diligência do poeta surge como plausível. Camões não deveria ignorar que Couto tivera uma formação de letrado. Frequentara desde os 10 anos a casa do infante D. Luís, onde teria tido oportunidade de conviver com o elevado ambiente cultural que a caracterizou; frequentara, depois, o colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus em Lisboa e teria ainda frequentado o convento de S. Domingos de Benfica, onde assistira às aulas de Filosofia de frei Bartolomeu dos Mártires. É provável que já tivesse começado a escrever poemas. Segundo Severim de Faria, Couto deixou um grosso volume de composições, de paradeiro desconhecido.

Mas entendemos haver razões mais fortes para justificar um tal pedido por parte de Camões, se é que ele alguma vez foi formulado. Desde logo, o interesse, aliás precoce, de Couto pelas matérias históricas. Em inúmeros passos autobiográficos das suas *Décadas*, respigam-se breves notas comprovativas da sua vocação para a compilação de testemunhos, escritos ou orais, sobre temas relacionados com a expansão portuguesa do Oriente. Esta sua inclinação seria do conhecimento público, tal como o facto de andar a escrever o *Primeiro Soldado Prático*, diálogo onde, importa sublinhar, o peso da matéria histórica é muito maior que no Segundo. Ora, o conhecimento desse manifesto interesse de Couto pela história da presença portuguesa na Índia talvez bastasse para explicar a solicitação de Camões. Nesse sentido parece apontar o trecho da versão Porto/Madrid ao realçar a natureza predominantemente histórica do Comentário inacabado.

Como se sabe este Comentário d'*Os Lusíadas* levou sumiço e alguns investigadores duvidam mesmo que alguma vez tenha existido. Há, no entanto, alguns indícios que nos impedem de aderir a tal ceticismo. Severim de Faria que, sublinhe-se, não teve acesso a esta versão Porto/Madrid, atesta a sua existência. De facto, cruzando os dados contidos nas duas biografias da sua autoria, apura-se sinteticamente o seguinte: Camões consultou Couto muitas vezes e pediu-lhe parecer sobre alguns passos d'*Os Lusíadas*; ainda na Ilha de Moçambique “comunicou-lhe” *Os Lusíadas* e rogou-lhe que elaborasse um Comentário ao poema, tarefa que Couto só não cumpriu integralmente (não passou do Canto V) devido a impedimentos vários; Couto enviou o volume original, com os fragmentos deste trabalho, a um outro “especial” amigo que tinha no Reino, D. Fernando de Castro Pereira, tio de D. Fernando de Castro, cónego da catedral de Évora, que tinha o volume em seu poder à data em que ele, Severim

22 Para o conjunto de interrogações e questões levantadas, ver Martins 1979.

de Faria, redigia a biografia de Couto (Faria 1624a, fl. 151). E, no que toca à encomenda do Comentário d’Os *Lusíadas*, menciona explicitamente uma carta sobre o assunto escrita por Couto, em 1611, a um outro correspondente seu no Reino (Faria 1624b, fls. 105-105v). E, já no séc. XVIII, o 4º conde da Ericeira, nas “Advertências Preliminares” ao seu poema *Henriqueida*, parece apontar para a existência de um exemplar do Comentário na livraria do duque de Lafões (Ericeira 1741). Depois disso, perde-se-lhe o rasto.

Mas a nossa convicção de que ele foi escrito estriba-se, também, nos sinais reveladores de que Couto teve um longo e próximo “convívio” com *Os Lusíadas*. Nas Décadas da Ásia, mas, sobretudo, no *Segundo do Soldado Prático*, as reminiscências d’Os *Lusíadas* vão dos decalques textuais à assimilação, como o comprovaram os estudos, ainda que não exaustivos, de A. Coimbra Martins (Martins 1979; Martins 1999) e de M. Vitalina Leal de Matos (Matos 1984), para quem o *Segundo Soldado Prático* é um texto de inspiração camonianiana. Um grau de intertextualidade estranho a Couto quando recorre a obras alheias para compor as suas Décadas, e que aponta mais para uma “absorção” de citações, de imagens, de sentenças e de frases feitas, resultante dessa prolongada convivência com o poema para o comentar. Marcas compreensíveis, se relembrarmos ter Couto suspenso o Comentário à época em que se inicia o seu período mais produtivo, ou seja, quando foi nomeado cronista oficial da Ásia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, por Filipe II, em 1595. Tinham passado 15 anos sobre a morte do poeta e 26 sobre o encontro na Ilha de Moçambique.

Em conclusão, certo é ambos terem embarcado na mesma armada de Moçambique para Portugal, onde chegaram em Abril de 1570. Camões para ficar, Couto para regressar à Índia e não mais voltar ao Reino. Quando abalaram de Moçambique, em novembro de 1569, não trariam por certo cartas de serviços de feitos militares tão proeminentes como os de outros companheiros de viagem, cavaleiros e fidalgos como, entre outros, D. João Pereira, D. Pedro da Guerra, Heitor da Silveira, o Drago, Aires de Sousa e Fernão Gomes da Grã.

E se Camões regressava pobre, Couto não viria muito abonado, pois sabe-se que o vice-rei D. Luís de Ataíde lhe fizera mercê de ajudas de custo para embarcar.²³ No entanto, não deixa de ser curioso verificar, entre eles, uma outra afinidade: a circunstância de ambos carregarem consigo textos tão importantes como

23 “e aquele dia me concedeu [o vice rei D. Luís de Ataíde] também licença para me ir [para o Reino] e ainda me fez mercê da ajuda de custo para a embarcação”, escreve Couto na versão Porto-Madrid da *Década Oitava*, livro V, cap. 2 (Cruz 1993-1994, 377).

os manuscritos *d'Os Lusíadas* e do *Primeiro Soldado Prático*, o diálogo que, desde 1563, Couto andara escrevinhando nas horas vagas. Como lapidarmente sintetiza António Coimbra Martins, eram “frutos” da Índia levados como presentes ao rei de Portugal, o jovem D. Sebastião.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. 1996. *The making of an enterprise – The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford, California: Stanford University Press.
- BASTO, Artur Magalhães. 1953. “Breve estudo de uma versão inédita da Década VIII de Diogo do Couto, pertencente à Biblioteca Pública do Porto.” *Stvdium Genarale, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, anos I e II, nºs 1 e 2: 79-96.
- BISMUT, Roger. 1969. “Plaidoyer pour Dynamene.” *Bulletin des Études Portugaises* 30: 89-93.
- BOXER, Charles R.. 1972. “Camões e Diogo do Couto: Irmãos em Armas e nas Letras.” *Ocidente. Revista portuguesa de cultura*, número especial (novembro): 25-37.
- BOXER, Charles R.. 1980. “Was Camões ever in Macau?” *Boletim do Instituto Luís de Camões* 14, nº 1-4: 33-40.
- CAMÕES, Luís de. 1980. *Sonetos. Corpus dos Sonetos Camonianos*, apresentação de José V. de Pina Martins, ed. e notas de Cleonice Seroa da Motta Berardinelli. Paris e Braga: École Pratique des Hautes Études – IV section – Centre de Recherches sur le Portugal de la Renaissance / Barbosa & Xavier.
- CAMÕES, Luís de. 1994. *Lírica Completa*, prefácio e notas de Maria de Lourdes Saraiva. 2ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COUTO, Diogo do. 1786. *Década Nona da Ásia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- COUTO, Diogo do. 1947. *Diogo do Couto Décadas*, seleção, prefácio e notas de António Baião. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 1982. “Para uma edição crítica da Década VIII de Diogo do Couto.” *Arquivos do Centro Cultural Português* XVII: 93-114.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 1993-1994. *Diogo do Couto e Década 8ª da Ásia*, vol. I (Edição crítica e comentada de uma versão inédita) e vol. II (Das variantes entre as duas versões à explicação de um texto inédito. O discurso histórico). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2018. “Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico.” *Memórias 2017*, vol. XLVII, 157-170. Lisboa: Academia de Marinha.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2019. “Da construção historiográfica de Couto: os trabalhos forçados do editor.” *Diogo do Couto – história e intervenção política de um escritor polémico*, ed. Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz, 97-115. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

- ERICEIRA, 4º Conde da, D. Francisco Xavier de Meneses. 1741. *Henriqueida: poema heroico com advertencias preliminares das regras da poesia épica, argumentos e notas*. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca.
- FARIA, Manuel Severim de. 1624a. “Vida de Diogo do Couto.” In *Discursos Vários Políticos*, fls. 148-157. Évora: Manuel de Carvalho impressor da Universidade.
- FARIA, Manuel Severim de. 1624b. “Vida de Luís de Camões.” In *Discursos Vários Políticos*, fls. 88-135. Évora: Manuel de Carvalho impressor da Universidade.
- GONÇALVES, Luís da Cunha. 1928. “Camões não esteve em Macau.” *O Instituto*, série 4, vol. 75: 14-42, 161-177, 318-342.
- JOÃO Grave. 1918. “Para a história da literatura quinhentista – um soneto inédito de Camões?” *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 11 (1916-1917): 1041-1048.
- LINSCHOTEN, Jan Huygen van. 1997. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LOBATO, Alexandre. 1988. “Ilha de Moçambique: Notícia Histórica.” *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, número (outubro): 67-78.
- LOBATO, Manuel. 1998. “Ilha de Moçambique: escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII.” In *Pavilhão de Portugal. Exposição Mundial de Lisboa de 1998. Catálogo oficial*, 115-129. Lisboa: Parque Expo 98.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 1998. *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 2003. “Camões em Macau – um mito historiográfico.” *Revista de Cultura* 7: 109-125.
- MACHADO, Diogo Barbosa. 1731. *Bibliotheca Lusitana*, tomo I. Lisboa: oficina de António Isidoro da Fonseca.
- MARTINS, António Coimbra. 1971. “Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas.” *Arquivos do Centro Cultural Português* III: 272-355.
- MARTINS, António Coimbra. 1979. “Camões et Couto.” In *Les Cultures Ibériques en Devenir, Essais publiés en hommage à la mémoire de Marcel Bataillon (1895-1977)*, 691-705. Paris: Fondation Singer-Polignac.
- MARTINS, António Coimbra. 1991. “História de Diogo do Couto e dos seus livros.” *Revista da Universidade de Coimbra* XXXVI: 73-118.
- MARTINS, António Coimbra. 1999. “Introdução à leitura da Década Quarta.” In Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica e comentada, coordenação de Maria Augusta Lima Cruz, fixação do texto por Ana Dulce de Seabra, Cristina Maria Serafim, Maria Augusta Lima Cruz, Maria do Rosário Laureano Santos e Rui Manuel Loureiro, vol. I, XXIX-XXXV. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos / Fundação Oriente / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- MATOS, Maria Vitalina Leal de. 1984. "Camões lido por Diogo do Couto no 'soldado prático'." In *IV Reunião Internacional de Camonistas – Actas*, 359-372. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de. 2011. "Biografia de Luís de Camões." *Dicionário de Luís de Camões*, coord. Vítor Aguiar e Silva, 80-94. Lisboa: Editorial Caminho.
- MOCQUET, Jean. 1996. *Voyage à Mozambique & Goa – Relation de voyage de Jean Mocquet*, préface de Dejanirah Couto, texte établie & annoté par Xavier de Castro, annexe II "Les sièges de Mozambique", 161-188. Paris: Editions Chandeigne.
- REGO, António Silva (ed.). 1953. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente – Índia*, vol. X. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- WICKI, Joseph, SJ. 1964. *Documenta Indica VIII (1569-1573)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu.

Religiosidade e comportamentos nas viagens da carreira da Índia em Seiscentos

ARTUR TEODORO DE MATOS

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Escreveu Francisco Pirard de Laval em começos do século XVII, que “desprezar a navegação é o mesmo que um homem privar-se do uso de um dos seus membros e como cortar um deles”, já que “a mais excelente sorte de negociação é aquela que se faz por mar” (Laval 1944, I, 15). Por isso a necessidade de sulcar o oceano era um imperativo da era moderna para se atingir as riquezas das novas terras. Daí a necessidade do estabelecimento de carreiras, mais ou menos regulares, servidas por meios adequados.

Muito se tem escrito sobre essas viagens e mais haverá, porventura, a dizer, se as fontes a isso nos conduzirem. Apesar da sua escassez, a carreira da Índia continua a ser tema que suscita a atenção dos estudiosos nos muitos aspectos de que se revestiu, quer sejam de natureza económica, técnica, social, política, religiosa ou outros. E se o seu quotidiano desde meados do século passado começou a ser estudado pelo saudoso, mas pouco lembrado, Rev. Prof. António da Silva Rego (1954, 77-142), não será desocasionado determo-nos sobre aspectos já algumas vezes referidos, mas nem sempre devidamente enquadrados, como sejam a religiosidade e os comportamentos das gentes, em período menos analisado, como é o século XVII.

Como se sabe, anualmente seguiam nas armadas da Índia religiosos das diversas Ordens, até porque aos naturais só foi permitido o seu ingresso no século XVIII. Havia que satisfazer as necessidades da evangelização dos diversos territórios do extenso Estado da Índia. Algumas das crónicas das várias famílias

religiosas inventariaram tais missões, mas quase nenhuma delas deu notícias da viagem, lançando no anonimato os acontecimentos de uma tal aventura. Excepção seja apontada aos religiosos da Companhia de Jesus, que teriam de informar os Irmãos do que acontecera na viagem. Era a denominada “carta de missão”. Apesar da existência de um capelão de bordo – por regra franciscano – eram os inicianos que mais se preocupavam em promover uma adequada prática religiosa a bordo. Como escrevia o Padre Sebastião d’Almeida em viagem na nau *São Gonçalo* para a Índia em 1668, “no mar e na terra há conversões, há baptismos e há missões para quem as quer fazer e tem espírito de missionário”.¹ Aliás, o Visitador da Província da China e do Japão, Francisco Vieira, no regimento que fez em Goa para os Irmãos que viajassem de Portugal para a Índia, recomendava que “na nau deveriam ajudar o próximo no corporal e no espiritual”. Até eles próprios deveriam seguir a bordo as regras a que estavam obrigados e que pudessem ser cumpridas, embora usando de prudência, moderação e acomodação.²

Numa sociedade habituada às práticas cristãs, perante as dificuldades e a morosidade da viagem, havia que pedir a ajuda divina para chegar com vida ao destino. Daí a obrigatoriedade de uma boa confissão ainda antes da partida, ou se a não tivessem feito, teriam de a cumprir no prazo determinado e anunciado em aviso afixado no mastro grande do navio. Eram geralmente os jesuítas que tomavam a dianteira na organização das coisas espirituais. A escolha do padroeiro recaía no nome do santo dado à nau, mas havia que tirar também o dos veneráveis no mês, à semelhança do que acontecia nos colégios e sempre que a folha impressa com esse calendário católico não lhe tivesse sido entregue.³ A partir de 1604 e após dificuldades e delongas, é reintroduzida a missa sob as duas espécies, prática que o Concílio de Trento havia proibido” (Santos s/d, 734; Bayle 1942, 233-248).

Em 25 de Março de 1681 viajava o novo vice-rei Francisco de Távora conde de Alvor, na nau *Conceição*, onde seguia também uma missão de 10 jesuítas. No dia seguinte ao da partida, programavam-se as “coisas espirituais” para a longa viagem. Na câmara do Conde ergueu-se um altar para missa diária celebrada

-
- 1 Carta para os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, feita pelo Padre Sebastião de Almeida, Archivium Romanorum Societatis Iesu (ARSI), *Goana Historica*, 35, fl. 63v. Esta fonte, como as demais aqui citadas, serão objecto de publicação na obra que preparamos, sobre *Viagens e Viajantes da Carreira da Índia nos séculos XVII-XVIII*.
 - 2 “Regimento para os Padres e Irmãos da Companhia que se embarcaram de Portugal para a Índia, feito em Janeiro de 1616”, ARSI, *Fundo Gesuitico*, 721/II/3/2, fl. 1.
 - 3 Relação hidrográfica da viagem que fez à Índia a nau Nossa Senhora da Conceição o ano de 1688 e da missão da Companhia que nela se embarcou para Goa..., British Library (BL), *Add.*, 20934, fl. 13.

alternadamente por inacianos e demais sacerdotes e, na popa, levantou-se outro para a gente da nau, aonde tinham lugar, diariamente, uma ou duas celebrações. Era este o altar público da nau, que estava à conta do sacristão, um irmão jesuíta, que tinha o encargo prepará-lo e acompanhar as celebrações litúrgicas. Mas se o tempo o permitisse todos os sacerdotes lá poderiam celebrar missa, se não escasseassem as hóstias. Na viagem de 1668 rarearam e por isso determinou-se que se dissessem só duas missas diárias e apenas três em dias de preceito⁴.

Na viagem da nau *Conceição*, que duraria apenas seis meses, diariamente foi celebrada missa pois, como escreveu o Procurador da Companhia, o navio podia ter sido acompanhado por “qualquer barco dos que saem a pescar na volta de Cascais”. E acrescentava: mas porque o mar não professou “firmeza”, um dia mostrou “que também sabia agastar-se”, impedindo-a. Mas logo lhe passou, concluiria com alguma ironia o sacerdote.⁵ Em dias assinalados e festivos – e eram muitos – a missa poderia ser cantada, com pregação, precedida ou não de novena. Até um particular, por devoção, poderia encomendar missa cantada como a que a cada sábado se fazia na nau *Conceição*. Lembre-se que era comum alguns dos passageiros ou familiares e amigos, por devoção, confiarem aos sacerdotes sermões, missas, festas, com ou sem oitavário, etc. Talvez assim ganhassem mais facilmente graças que garantissem uma feliz viagem.

Dias comemorativos da vida de Cristo, das diversas invocações da Virgem e dos Santos, ditados pelo calendário da liturgia católica aconteciam ao longo da viagem, como o *Corpus Christi*, Santíssimo Sacramento, Santa Cruz, Natividade, Purificação, Páscoa, Ascensão, Santo António, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Assis, entre muitos outros. Até o avistamento de uma nuvem tenebrosa ou bomba (como lhe chamavam), o capitão poderia mandar rezar os Evangelhos, como o fez em 1668 o comandante da nau *S. Gonçalo*. E, com tanto sucesso que, asseverou o Padre Sebastião d’Almeida “à vista daquelas divinas palavras se desfez toda aquela máquina sem chegar a nós”⁶. Repare-se que a festa do Espírito Santo que em Quinhentos conhecera grande esplendor, a sua comemoração ao longo do século XVII é apenas assinalada com uma missa e pregação.

Um dia festivo poderia ser ocasião para alguma confraternização. É o que aconteceu, em 1688, quando Tomé de Sousa de Sá, sobrinho de Salvador Correia de Sá e novo Provedor da Fazenda Real da Índia, retribuía com um “grandioso jantar” o que os jesuítas lhe haviam oferecido em dia de Páscoa. Poderia também

4 Carta para os Padres... pelo Padre Sebastião d’Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fls. 61, 62v.

5 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fl. 8.

6 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d’Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 62.

ser o escolhido para assinalar especial acontecimento de natureza espiritual, como aconteceu em dia de S. João de 1668, em que foram baptizados seis hereges tripulantes holandeses, catequizados já na viagem. Tal facto era comemorado pelos Padres, convidando-os para o jantar. Seriam também dispensados das tarefas da nau naquele dia. Mas toda a nau deveria aplaudir. Naquela tarde representar-se-ia a comédia *A Vida é Sonho*, de Calderón de la Barca, “com grande regozijo de todos”, garantiu o autor do relato.⁷ Em dia aniversário da Companhia de Jesus e quando a mesma nau já saía de Moçambique, era a vez de baptizar um “cafrino” trazido da ilha de que seria padrinho o comandante da nau. A delonga da viagem e o esgotamento dos víveres, por certo terão desmotivado um convite ao neófito para com eles jantar⁸. Na viagem do vice-rei Francisco de Távora, o Domingo do Espírito Santo seria a altura escolhida para que dois recém-convertidos comunhassem pela primeira vez, tendo sido obsequiados pelos inicianos com um jantar oferecido no seu camarote.⁹ A Semana Santa continuaria a ser habitualmente celebrada com grande solenidade, não só pela proximidade de datas em relação à saída de Lisboa que a isso convidava, como por as condições do mar habitualmente o permitirem.

As cerimónias iniciavam-se no Domingo de Ramos, com missa e paixão cantadas. Seria depois armado o sepulcro. Na viagem de Francisco de Távora em 1681, apesar das limitações que a nau oferecia, seria armado o sepulcro na sala do Vice-rei “com muita riqueza de ouro e prata”, oferecidos pelo anfitrião, com um requintado dossel, de onde pendiam brilhantes damascos vermelhos com flores de seda trazidas pelos jesuítas para o altar de São Francisco Xavier em ocasião da sua festa. Também por iniciativa dos mesmos regulares em 1688 e com larga participação dos passageiros, era erguido no altar da nau um sepulcro de três andares, encimado por um trono onde seria exposto o Santíssimo, numa custódia “que com algum artifício se formava de um cálice”.¹⁰ Seguiu-se a quarta feira de trevas, a quinta feira com missa cantada, a que poderia seguir-se *colóquios* “com letras devotas ao tom da capucha”, proferidos por passageiros e tripulantes havendo

7 *Ibidem*, fl. 62. Os novos baptizados chamam-se Arnem Simoens, João Classes, Abraham, Pedro Potrarques, Andre Gemen, Cornelio Queyo. “A vida é sonho”, do dramaturgo e poeta Pedro Caldéron de la Barca (1600-1681), é uma peça com um tom, mas que não chega a constituir tragédia. É do género de teatro barroco pertencente também ao popular, que trata da vaidade humana. O objectivo moral é ensinar que é vã a vida humana sobre a terra, não sendo mais que vaidade e aflicção dos bens que aos homens parecem honra, riqueza e glória.

8 *Ibidem*, fl. 63v.

9 Relação da viagem de Lisboa à Índia pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 210v.

10 Relação hidrográfica.... já cit., BL. *Add.*, 20934, fl. 13v.

ainda o sermão do *mandato* (de tarde) e da *paixão*. Na sexta depois do beijo na Cruz, tinha lugar a comunhão, consumindo-se o Sacramento. A aleluia era festejada no Sábado, com a procissão de Jesus Ressuscitado.

O Domingo de Páscoa era dia de alegria, não só dos devotos como de toda a nau que festivamente se embandeirava, disparando ainda salvas na ocasião da Elevação, na missa festiva. Escrevia o Padre Francisco Sarmento em 1681 que a Semana Santa havia passado com tanta piedade, devoção e solenidade “que não tinha o mar que invejar a terra”.¹¹ Idêntico testemunho era feito anos depois por um outro inaciano a propósito das Endoenças celebradas na nau.¹² Naturalmente que as condições do mar eram essenciais para que o esplendor dessas cerimónias pudesse competir com as que aconteciam nas igrejas de Portugal.

Dez anos depois, apesar da nau *S. Francisco de Borja* transportar o novo arcebispo de Goa D. Frei Agostinho da Anunciação e o bispo de Macau D. João do Casal, as celebrações não conheceriam o brilho de anteriores. Quarta e quinta-feira santas eram assinaladas com missas e pregação, mas nos restantes dias da semana os ventos nordestes obrigaram a que se suspendessem as cerimónias.¹³ Havia que manter a melhor relação com Deus, para que permitisse uma feliz viagem e chegar ao destino com vida e saúde. As condições do mar eram essenciais, como também a saúde do corpo. Daí a necessidade de manter uma boa relação com o Alto ou, o mesmo é dizer, estar sempre em estado de graça. Por isso a necessidade de uma reconciliação.

As celebrações litúrgicas incluíam confissões, como muitas das festas comemorativas eram antecedidas de novenas preparatórias, ou seja, encontros de oração para implorar graças a Deus, à Virgem e aos Santos. Poderiam ter lugar em altura sugerida pelo calendário litúrgico, como também – e eram muito frequentes – antes de terem de enfrentar alguma dificuldade, como era a linha do Equador ou a do cabo da Boa Esperança. A trezena de Santo António, por exemplo, antecedia a passagem da Linha, que costumava ser transposta em altura da sua festa. Mas também se implorava a protecção de S. Francisco Xavier para dobrar, sem tempestades, o cabo da Boa Esperança, como na aproximação a Goa. Asseverava o Padre Francisco Sarmento em 1681 que os treze dias do Santo aconteceram com muita devoção e confissões, cantando-se na

11 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, Roma, *Goana Historica*, 35, fl. 21v.

12 Relação hidrográfica... já cit., BL. *Add.*, 20934, fl. 4v.

13 “Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho da Annunciação, Arcebispo de Goa, Primas da Índia Oriental, na Nao São Francisco da Borja, o Anno de 1691”, BL, *Add.*, 20953, fls. 243-243v.

popa a ladainha, com arpa e outros instrumentos.¹⁴ Noutra ocasião, decerto por falta deles, a cantoria fazia-se à capucha.¹⁵

A festa de Santo Inácio de Loiola por acontecer em altura de viagem (31 de Julho) revestia-se de grande pompa, bem como a sua novena. Ao aproximar-se a data festiva, afirmava o Padre Francisco Sarmento, desejava-se que “fosse a mais solene de todas”, como aconteceria, com missa diária, confissões e representações teatrais, canções, diálogos em verso, sorteios, etc.¹⁶

Escolhido o mastro de mezena para “quartel” das festas, abriu o novenário uma missa cantada, sermão empolgante, cânticos acompanhados de harpa e outros instrumentos musicais, disparos de artilharia, além de muitas vivas a Santo Inácio. No segundo dia missa pela manhã “concorrendo a ela toda a gente da nau” e de tarde “colóquios” diante da imagem do santo que estava pregada no mastro “e com tanto fervor e lágrimas que os ouvintes não puderam conter as lágrimas. No 3º houve sortes que chegaram a 5000 e a 25000 réis. Mas como eram muitas tiveram de estender-se pelo dia seguinte, a que se juntaram motetes com “galantarias religiosas e modestas para alívio do enfado”, que a repetição de tal género musical costumava causar. No 5º armou-se um primoroso teatro a que não faltaram sedas e alcatifas “de preço, representando-se uma comédia “com tanto garbo e bizzarria” que, garante o autor, “por votos não se faria melhor em terra”. Assumiu a representação o próprio capitão, tendo participado “os melhores da nau”. No 6º dia, além da missa e ladainha diariamente rezadas, contou-se um exemplo do de Santo Inácio, havendo neste e nos demais, grande afluência à confissão e comunhão, até porque nem todos o podiam fazer no dia do Santo. No 7º apresentou-se aos olhos de todos um enigma muito bem pintado “que deu bem que fazer aos que o quizeram adivinhar”. Acertou um músico que colaborava no novenário e de quem muito gostavam, tendo-se explicado “com muita galanteria, porque tinha graça natural”. Recebeu como prémio uma caixa de ameixas de Santa Clara que havia oferecido o vice-rei. No 8º declamariam poemas em heroico e elegia três Irmãos da Companhia de Jesus. Apesar de muito novos mas por mostrarem grande talento, o Padre Francisco de Almeida seria felicitado pela sua escolha. No último dia a câmara do Vice-rei seria de novo o local escolhido para o altar da festa, ricamente ornamentado onde seriam celebradas várias missas que antecederam a missa cantada com sermão. Ao terminar, o piloto mandaria recado que estavam a chegar a Moçambique.

14 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*³⁵, fl. 211.

15 Relação hidrográfica.... já cit., BL. *Add.*, 20934, fl. 17v.

16 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fls. 211v-212.

A mais repetida devoção a bordo era sem dúvida a ladainha de *Todos os Santos*, que se rezava ou cantava duas vezes por dia e às vezes até mais, na popa e na proa. Recomendava-se aos jesuítas que o fizessem diariamente à tarde e, se sábado, deveria ser a da *Virgem Maria*, embora invocando-se também o Santo protector da nau¹⁷.

Em viagem tão longa tornava-se propícia a pregação e prática espiritual, mas também oportunidade para instruir as gentes na doutrina cristã. E faziam-no pelo menos duas vezes por semana. Na viagem de 1668 todos os domingos acontecia o ensino da doutrina, distribuindo-se os ouvintes pela praça de armas, proa e popa, de modo a que todos pudessem aproveitar. Na popa até se fazia uma prática espiritual¹⁸. No mar como em terra os missionários procuravam fazer apostolado: pela palavra e pelo exemplo. Não se trata de ocupar tempos vazios com prática religiosa, mas, sobretudo, instruir os fiéis na doutrina cristã através do ensino e da pregação, além do exemplo de inter-ajuda que procuravam dar. Dizia um inaciano em viagem para a Índia em 1688, que mais obra espiritual não se havia feito na nau, ou porque o tempo não permitira as doutrinas na popa e na proa, ou por virem as tempestades no dia destinado à pregação. É que, afirmava ele, o mar “o sabe fazer muito bem e ninguém melhor que ele mete por dentro quando fala alto”¹⁹.

Grandes padecimentos a bordo ditavam formas devocionais especiais, de súplica e até de pedidos de excepção, com devoções, sacrifícios até, como forma de se tornarem dignos de receberem do Céu a graça pretendida. Bênção das árvores (mastros) e leme, oferta do traquete, procissões especiais de penitência com imagens e objectos sagrados, recolha de esmolas aconteciam em momentos particularmente penosos. Assim sucedeu em 1668 à nau *São Gonçalo*, que depois de ter tocado Moçambique e estando a terminar a monção, as fortes correntes fizeram-na retroceder, impedindo-a de prosseguir viagem até à Índia. O Padre Sebastião d’Almeida, Procurador eleito pela Província de Goa, que então seguia a bordo com outros Irmãos, ordenou uma procissão de penitência por toda a nau em honra de S. Francisco Xavier: “iam nela meninos nus da cinta para cima, com cordas, levavam paus às costas cruces e espadas”. Mas ou porque a penitência mais caíra sobre quem não teria culpas a espiar, não surtiu efeito. Concluiria o seu promotor: é “trabalho remar contra a maré e contra o que Deus tem ordenado”²⁰.

17 “Regimento para os Padres... feito em Janeiro de 616”, já cit., ARSI, *Fundo Jesuítico*, 721/II/3/2, fl. 4v.

18 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d’Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, fl. 62.

19 Relação hidrográfica.... já cit., BL. *Add.*, 20934, fls. 12-12v.

20 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d’Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 64.

E porque ficassem sem esperança de poderem continuar a viagem por entrarem calmarias, tripulantes e passageiros continuavam a morrer, os alimentos e a água a faltar, tirou-se uma “grossa” esmola para Nossa Senhora dos Milagres, como acto de caridade e de donativo, com muitas confissões em simultâneo. E como continuasse a não resultar, uma nova procissão de Penitência, agora com adultos e meninos também amarrados do modo anterior e alguns até de joelhos, carregando as imagens de Nossa Senhora e de São Xavier, cantavam ladainhas “em som triste e lacrimoso”. Mas nem com tais súplicas, piedade e sacrifícios, foram atendidos. Os doentes aumentavam, o “mal de Luanda” alastrava por quase toda a gente, mas Deus não os ouvia, exclamava o Procurador! Mas conformando-se retorquia: “Deus sabe melhor o que nos convém”!²¹

Era também habitual tripulantes ou passageiros fazerem-se acompanhar de objectos sagrados, como cabeças e mantos de imagens, ou até objectos que tivessem tocado no corpo de S. Francisco Xavier em Goa.

Estando a nau Nossa Senhora da Conceição já a caminho do Cabo da Boa Esperança, a pedido do piloto mor entrou na camara dos jesuítas o Padre Manuel Saraiva com um véu na mão. Rogava-lhe que rezarem uma ladainha e orassem ao véu e o lançassem à janela, para que o mar o respeitasse e não continuasse tão “enraivecido” Por consideração ou não, o vento amainou²².

Recorde-se que a Câmara de Lisboa em 1599, como resultado da peste surgida no ano anterior, prometeu fazer “para todo o sempre” uma procissão anual à Senhora da Penha de França, se a Virgem desse saúde à Cidade.²³ Em 5 de Agosto desse ano realizou-se a primeira procissão, incorporando-se nela todo o Senado. Segundo a tradição, durante esse acto público de manifestação de fé, alguns populares iam batendo nos ferrolhos das portas das residências, para que os seus moradores viessem juntar-se a eles. Daí ser conhecida, a partir de então, pela “procissão do ferrolho” (Araújo 1903, 13).

A mortalidade causada pela peste, que em 1599 atingiu Lisboa, chegou à armada da Índia, de que era capitão mor D. Jerónimo Coutinho que viajava na nau *S. Roque*. Perante as mortes que diariamente ocorriam nos navios, D. Jerónimo resolveu fazer um voto a Nossa Senhora da Penha de França em 20 de Março desse ano de instituírem na nau capitânia e na *S. Martinho*, uma confraria

21 *Ibidem*, fl. 64.

22 Relação hidrográfica.... já cit., BL. *Add.*, 20934, fls. 7v-8.

23 Tal voto, além da procissão, incluía a erecção da capela-mor na nova igreja da Penha de França. Matos 2012, 1-7.

em seu louvor, com a mesma invocação, para que a Virgem lhes acudisse, não permitindo mais mortalidade na viagem²⁴.

Após a instituição da confraria da Senhora da Penha de França, a quando da largada das naus da Índia, na popa de uma das embarcações era colocada a imagem da Virgem, para aqui transportada em solene procissão no dia da partida. Levariam ainda tantos círios quantos as naus, entregando-os aos respectivos mestres – sendo Irmãos – ou oficiais que sendo-o ou não, os quisessem levar para que a Mãe de Deus os livrasse de tormentas e ou trouxesse a bom salvamento.

Na viagem de D. Frei Agostinho da Anunciação em 1691, o próprio arcebispo havia-se feito acompanhar de mantos da Virgem da Luz e de Santo Cristo da mesma igreja, que guardava como seguro de uma boa viagem. Em dia de tempestade delas se serviu colocando-as “por suas mãos” nos mastros do navio²⁵.

*

Nas muitas dificuldades que se deparavam numa viagem da carreira da Índia, havia duas com que sempre contavam: a transposição da linha do Equador e a do cabo da Boa Esperança.

Na vizinhança da Linha – como então era sempre designada – começavam a aparecer as calmas e os muitos tubarões brancos, alertas seguros da sua proximidade. Logo alguma calma se fazia sentir, provocando doentes na nau. Mas também os furacões, com trovoadas e raios surgiam. Escreveu Maria Graham no diário de uma viagem ao Brasil, já de começo oitocentista, que tendo experimentado as duas situações, preferia a tempestade de ventos e trovões à calma tropical (Graham 1990, 124). Era a denominada “febre quente”, a que aludem os navegadores do século XVIII, responsável por muitas mortes, causadas pela malária, pela deterioração de alimentos, a escassez de água potável e a questão dos detritos (Hutter 2005, 79-81). É que pelos escassos movimentos do navio e a inexistência de tanques sanitários ou similares, com o passar dos dias os dejectos acumulavam-se no mar em redor do navio, causando uma pasta nauseabunda que medrava com o tempo e o calor. A falta de higiene do navio agravava penosamente o ambiente de bordo, tornando-o fétido e doentio.

24 “Compromisso da Confraria e Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França sita na sua propria casa, que esta no arrabalde desta Cidade de Lisboa ordenada pelos mareantes da Carreira da India no anno de 1609”, publicado in Matos 2012, 99-121.

25 Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fl. 249.

Era também a altura da frequente invasão dos piolhos muito referida nas viagens ao Brasil, como aconteceu na da princesa Carlota Joaquina que se viu forçada a rapar o cabelo para assim atacar eficazmente os parasitas com banha e pós da Joanna. Como se sabe, chega ao Rio de Janeiro de cabeça rapada, acabando por ditar moda carioca! (Light 2008, 142).

Se para já não dispomos de abundante notícia da infestação destes parasitas nas viagens à Índia, são muitos os relatos sobre as calmarias que ali se faziam sentir, situação que se agravava penosamente com elevada população dos navios. Jerónimo Lobo, que viajou para a Índia em Abril de 1621 na armada onde também seguia D. Afonso de Noronha, refere que dois meses e meio permaneceram na paragem da linha equatorial. E das, 900 pessoas que embarcaram, poucas foram as que escaparam às febres malignas.

Segundo ele a principal causa foi a “larga detença” no local de clima tão doentio. A segunda terá sido o elevado número de passageiros e estar já a nau “iscada” de tal mal do ano anterior, que provocara a morte a 300 pessoas, obrigando ainda ao retorno da viagem. A terceira e mais “urgente” era os mantimentos, por estarem “ruins e corruptos” por a carne de porco estar “podre e ardida”, por ter sido salgada não estando enxuta, para pesar mais. O arroz parecia cal, o vinho estava danado, etc. (Lobo 1971, 139-155).

A passagem do Equador, segunda vez e já no Índico, também poderia oferecer dificuldades, obrigando até a retornar a Moçambique. Na viagem de 1688, já várias vezes aqui referida, houve calmaria que parecia prolongar-se, mas pela intercessão de S. Francisco Xavier – cuja novena estava a findar – entraram ventos rijos que permitiram vencer as correntes do mar Roxo. O autor do relato, também se congratularia, já que os devotos não teriam motivo para diminuir “o conceito de Xavier”²⁶. Nessa mesma viagem, a Linha seria transposta ao fim de 38 dias, sem calmaria, nem tempestade, nem doentes.

Seria então a oportunidade de cumprir-se a praxe aos que pela primeira vez a transpunham. Todos os novatos, sem excepção, deveriam pagar matrícula à gente do mar, que para esse efeito estabelecia um tribunal com ministros da justiça. Se o autor não quis descrever a festa acostumada, o Padre Francisco Sarmento sete anos antes havia dado notícia mais detalhada. Sabendo das “desordens e desmanchos que nessa ocasião costumam acontecer, adianta ainda o Padre Sarmento, o vice-rei ordenou que em lugar da patente se pedisse uma esmola por toda a nau para a irmandade das Chagas. O mesmo vice-rei contribuiu “liberalmente”,

26 Relação hidrográfica.... já cit., BL. *Add.*, 20934, fl. 28.

tendo-se-lhes seguindo o exemplo, totalizando uma grande esmola como garante o mesmo sacerdote.²⁷ Um criado de D. Frei Inácio de Santa Teresa e que o acompanhou na viagem para a Índia em 1721, denunciou as práticas de extorsão e violência dos marinheiros que não podiam contribuir ou o faziam diminutamente²⁸.

Escrevia o autor ao relatar a viagem à Índia da nau *Nossa Senhora da Conceição* em 1688, que um dos maiores receios com que embarcavam os navegantes da Índia é o de passar com felicidade e boa monção o cabo de Boa Esperança, que apesar de lhe mudarem o nome, continuava a ser tormentoso.

E prosseguia: “é que ainda não perdeu o antigo nome de Tormentoso e se tem infamado com tempestades e naufrágios”²⁹ Estava ainda bem presente o naufrágio da nau Milagres, que três anos antes se havia ali perdido³⁰.

Frequentes foram também os anos em que as naus, acometidas por temporais, procuraram abrigo e reparação na baía de Luanda, ou retrocederem até Moçambique (Matos 2016, 109-124).

Na viagem do vice-rei de 1681, avistou-se o cabo com grande bonança, sendo até ocasião para abraços e lágrimas: “uns por saudades por verem perdidas as esperanças de voltar à sua pátria, outros de consolação por se imaginarem já na Índia” comentaria o autor da narrativa. Seria até ocasião do vice-rei receber dos oficiais maiores da nau felicitações por estar a pisar já território da sua jurisdição, como deste presentear, como era habitual, o mestre e o piloto com anéis de ouro e diamante. Cantar-se-ia um solene *Te Deum Laudamus* com música à noite e umas vozes tão afinadas que, garante o Padre Sarmento “faziam esquecer os trabalhos passados e podiam causar saudades a quem não as tinha”³¹

Na viagem de 1688 o receio de tormenta levou os inicianos a promoverem uma novena à padroeira da nau como “mais eficaz remédio” de a prevenir. O sucesso da novena, feita com grande solenidade, parece ter surtido efeito, já que do primeiro ao último dia teriam vento à popa. Adiantava-se ainda, que não só o vento partia do lado onde se encontrava a Senhora, como esta terá também querido mostrar que o vento era dádiva sua.³²

27 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 211.

28 Diário da viagem que fez a nau Nossa Senhora da Piedade para o Estado da Índia no ano de 1721, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Conselho Geral do Santo Ofício*, cód. 287, fls. 5-5v.

29 Relação hidrográfica... já cit., BL. *Add.*, 20934, fls. 18v-19.

30 A nau Nossa Senhora dos Milagres naufragou nas imediações do cabo das Agulhas, em 1686.

31 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 211v.

32 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fls. 19-19v.



Naus lotadas de gente na ida e sobretudo de carga no regresso, mais agravavam as más condições de bordo. Em finais da década de 80 de seiscentos, a gente de mar, guerra, fogo e passageiros ultrapassavam as seis centenas. Somavam-se-lhe uma dezena de jesuítas, 25 dominicanos e alguns franciscanos. Em Moçambique carregou-se ainda mais 200 cafres. Com navios sobrelotados, pioravam as condições de higiene a bordo. O autor do relato da viagem de D. Frei Agostinho de finais do mesmo século elogia a caridade do seu Prelado em visitar os enfermos, não se importando dos lugares “asquerosos” por onde passou, ou das pessoas de quem se abeirava.

Conta mesmo que o Arcebispo ao aproximar-se de um “soldadico” que levava uma surra dos grumetes por lhes perturbar especial momento de oração, julgando-o a morrer esfregou-lhe as pernas, “que podiam meter nojo a quem fosse criado com muito menos limpeza” que o mesmo Prelado. Releva ainda que por insistência do mesmo, se abriram as portinholas das peças para arejar a coberta, se lavou a nau duas vezes com vinagre e defumou com alecrim, para atalhar as doenças dos soldados que já ultrapassavam as duas dezenas³³.

O ambiente era também propício aos desacatos e brigas que podiam ser mortais. Escrevia o Padre Sebastião de Almeida, que embora lhe não tivessem feito mal pessoalmente, nestas naus aconteciam muitas “travessuras”, até ao capitão, sendo frequentes as muitas “desgraças”. Mas também e “segundo melhor juízo” muitos desses rapazes tinham sede e como não lhes bastasse a ração de água para a apagar, bebiam o vinho “e este lhes subia à cabeça e os fazia obrar como rapazes”!³⁴

A escassez da ração d’El-Rei, poderia ser um motivo, mas também as alterações entre a marinhagem e os soldados, por palavras menos desatenciosas, provocavam actos de violência, que facilmente conduziam à morte. Explicava um autor, que “o facto de vir muita gente embarcada e com menos criação” gerava esses “dissabores”³⁵ Chegou mesmo a retirar-se as armas à gente de guerra, deixando-as apenas aos fidalgos.

33 Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.* 20953, fls. 244 e 245.

34 *Ibidem*, fl. 244.

35 *Ibidem*, fl. 244.

Conta-se mesmo que em momento de inquieta busca dos baixos da Judia da ilha de S. Lourenço dois grumetes esfaqueavam-se comentando o autor com alguma ironia que “esta gente nem à vista de perigos teme gente”! Assim acontecia em ambientes de bordo.³⁶

Mas os acidentes a bordo foram uma constante. As quedas na nau ou no mar foram as mais apontadas, talvez também por serem trágicas.

Em 12 de Agosto de 1668 um soldado, sobrinho de João da Costa “livreiro francês bem conhecido em Lisboa”, caindo, apesar dos “grossos mares” agarrou-se à amura da vela grande que vinha pelo mar e a custo se recolheu. O Padre Sebastião de Almeida logo atribuiria o sucesso à intercessão da Virgem³⁷. Se a muitos foi possível salvarem-se, lançando-lhe cordas e objectos, muitos conheceram aí a sepultura.

Não é fácil contabilizar-se estes acidentes, nem as mortes ocorridas. Na viagem de 1668, de uma população de pouco mais de meio milhar, terão falecido 41 pessoas, em resultado de acidentes, doença ou até homicídio.

O estatuto do falecido e as condições do mar poderiam ditar exéquias fúnebres. Foi o caso de um frade capucho que morreu na viagem de 1681. Vestido do seu hábito foi levado para o portel da nau, sendo deitado numa esteira. Terminado o ofício de oito lições que se lhe rezou, com uma pedra nos pés foi atirado ao mar, “às vozes de três boas viagens” como era costume³⁸. Talvez que a sua pobreza dispensasse o leilão dos haveres. Já a morte, em 1691, de um soldado, por sinal antigo criado do Núncio Francisco Nicolino, possibilitou o leilão do seu fato.

D. Frei Agostinho da Anunciação, que seguia na viagem, não só lhe assistiu na morte, como através de terceiros, elevou os lanços no leilão, para que arrematando muitas peças por um mais elevado custo, o defunto pudesse usufruir de um maior número de missas por sua alma. Depois, distribuiu-as por pobres da nau.³⁹

Mas não só com missas, ladainhas novenas, pregações e doutrinas se passavam os dias nas naus da Índia. A pesca ocupava espaço importante, como o jogo e até o estudo. A pesca seria não só distração e passatempo, mas oportunidade para consumir alimento fresco e presentear benfeitores ou alguém de referência.

36 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d'Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 63; Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fls. 244 e 246; Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fls. 19-19v.

37 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d'Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 3.

38 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fls. 211-211v.

39 Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fl. 246.

Quanto ao jogo, recomendava-se aos jesuítas que pugnassem para que os populares evitassem as ofensas a Deus, os juramentos, brigas e perdas grandes. É que o jogo deveria servir apenas de recreação e entretenimento. Aconselhava-se ainda que não o procurassem suprimir totalmente, pois “é menos mal que a ociosidade” dizia o Padre Visitador.⁴⁰

Recomendava-se aos inacianos que não fizessem mais estudo do que o necessário à preparação da pregação. Para entreter o tempo poderiam ler a Bíblia, livros espirituais, história de Santos e os confessores uma *Suma* de casos.⁴¹ Na missão de 1688 alguns estudantes já aceites para a Companhia de Jesus, tinham lições com o mestre Irmão Francisco Pacheco. Mas outros meninos se lhe juntaram e entre eles um filho do capitão da nau, que dispensou a sua própria câmara para as aulas. O aproveitamento terá sido animador, já que o mestre entendeu fazer representação com os discípulos, que recitaram orações em verso (heroico, elegia e alcaico) a S. Luis Gonzaga, com prólogo e epílogo. E atesta o narrador da viagem que, sendo o epílogo dito por criança de 12 anos, mais sobressaía “a graça e a madureza” com que foi recitado.

A festa do *Corpus Christi* seria animada pelo Irmão Luis Rodrigues com um diálogo que outros meninos proferiram na popa da nau *Nossa Senhora da Conceição*⁴². Na viagem de 1668 foi representada, como já se referiu, a peça “A vida é um sonho” de Pedro Calderon. Novenas solenes, como as da festa de Santo Inácio podiam ser ocasião para recitação de diálogos. No 8º dia desse novenário três Irmãos da Companhia declamaram em “heroico e elegia” com tanto talento que surpreenderiam os ouvintes. No dia anterior houvera uma prova de decifração de um enigma “bem pintado” e que se prestara a diversas interpretações. Explicou-o muito bem e com graça, um dos músicos que admiravam.⁴³

A festividade de Santo António era particularmente animada, cantando-se as ladainhas com harpa e outros instrumentos. E na tarde do dia da festa representar-se-iam duas orações latinas em louvor do santo taumaturgo⁴⁴. Mas um particular também poderia lembrar-se de chamar a atenção dos companheiros de viagem, contando ou inventando factos ou personalidades, mais ou menor verdadeiras. É o caso do *Encoberto*, contado por Sebastião de Almeida:

40 “Regimento para os Padres... feito em Janeiro de 616”, já cit., ARSI, *Fundo Jesuítico*, 721/II/3/2, fl. 6.

41 *Ibidem.*, fls, 5-5v.

42 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fl. 18v.

43 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmiento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 212.

44 *Ibidem*, fl. 211.

Um soldado tentou fazer-se passar pelo Encoberto, personagem não entendida pelos demais que o fizeram saber ao jesuíta que logo o contactou. Inquirido pelo se conhecia seus pais e que profissão tinham, logo respondeu com a maior simplicidade. Confrontado com o facto de o Encoberto ter de descender de reis, logo respondeu que Encoberto “era o que se descobria”, retorquindo o sacerdote que “todos nós, quando nos cobrimos somos encobertos”, despedindo-o como já o havia feito em tempos no noviciado de Lisboa⁴⁵.

Depois da escala na ilha de Moçambique e já com a esperança de em breve chegarem à Índia, realizava-se uma novena a S. Francisco Xavier. Em 1688, no dia da festa, com a nau embandeirada, disparos de artilharia e uma missa cantada, o Vedor da Fazenda, que seguia na nau, entendeu obsequiar os jesuítas, seus companheiros de viagem, com um “grandioso” jantar servido na câmara destes, mas tendo também como convidado o capitão da nau. À noite representou-se uma comédia, cujo nome desconhecemos. Sabemos apenas que foi muito apreciada pois tivera “muitos lumes, que saíram riquíssimos vestidos” e fora uma elogiada representação. As enxárcias, serviram de palanques e o tombadilho ou castelo de popa, de teatro ou auditório, com uma assistência de 500 pessoas⁴⁶.

As visitas entre os navios de uma armada eram também uma normalidade, se as condições do mar o permitissem. A urgência de transmitir orientações ou acontecimentos a isso obrigavam; a recolha de correspondência com notícias para a Coroa de navios que se destinassem ao Brasil e antes de se apartarem na zona de Cabo Verde; ou apenas o desejo de manter cordialidade entre oficiais e grupos religiosos repartidos pelos navios da armada⁴⁷.

*

A rota Portugal-Índia, se bem que pudesse fazer-se sem qualquer escala, a ilha de Moçambique era por regra tocada, ou pelos doentes que traziam, ou porque para aí transportassem homens e matérias, especialmente de guerra; ou porque a necessidade de se abastecerem, sobretudo de lenha e água, a isso obrigava. Mas também a necessidade de tratar doentes e de algum descanso na já longa viagem recomendavam essa paragem (Boxer 1961, 95-117; Boxer 1984, 29-61). Todavia a entrada no seu porto não se afigurava fácil devido aos muitos

45 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d'Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 63v.

46 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fls. 27v-28.

47 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fl. 15; Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fl. 243.

arrecifes e baixos ali existentes. Lembrava Pyrard de Laval que apenas existia um estreito e difícil canal de entrada, mas que para o transpor se tornava sempre necessário tomar pilotos da terra, os chamados *malemos*, que nunca largavam a sonda (Laval 1944, II, 172). Todavia garantia que, com um experiente piloto e bom tempo, podia entrar-se com grande segurança. Talvez por isso o Padre Sebastião de Almeida ao desembarcar na ilha quase se afogara, porque os marinheiros e grumetes enjoaram e o batel foi dar a um banco da Cabaceira. Não fora o envio de um novo batel que os foi socorrer, talvez não se teriam salvo, apesar dos perigos que também correu.⁴⁸

Na viagem para a Índia o vice-rei Conde de Alvor em 1681, também escalou a ilha e ao dobrar da ponta da fortaleza para o mar, a nau bateu três vezes com nas restingas, escapando com sorte ao encalhe e até ao rombo. Rodeados de embarcações da terra que traziam refrescos e gente a saudar o vice-rei, ficaria alojado com os demais religiosos no Colégio da Companhia. Tiveram ainda oportunidade de receber os novos religiosos de S. João de Deus, que com eles tinham viajado e para ali vinham fundar um hospital. Do Colégio levarão em solene procissão a imagem de S. João de Deus até à ermida de Nossa Senhora da Saúde, já fora da freguesia, onde ouve missa “com os melhores músicos que na terra havia”, por certo a capela de canarins que existia no Colégio⁴⁹

As festividades no mar podiam ter continuidade ou ser transferidas para terra. Foi o caso da do Patriarca S. Domingos, cuja proximidade de calendário em 8 de Agosto de 1688 e a existência de convento na ilha ditaram essa opção. Mas também os pilotos entenderam louvar a Senhora da Saúde, na capela junto ao Hospital Real, já assistido por sete ou oito Irmãos de S. João de Deus⁵⁰.

O Inaciano anónimo, autor da narrativa de viagem, atento e interessado observador, mas comedido no elogio próprio e no dos seus pares de Religião, releva a paisagem humana e natural da ilha. Talvez o estado físico e psicológico lhe tenham dado condição propícia à sagaz observação. Mas por certo que o seu interesse pela novidade e diversidade, sobrepôs as dificuldades que outros encontraram. Surpreendeu-se com o número dos sete patachos que encontrou no porto, oriundos de Damão, Diu, Rios de Sena e até a fragata do risco, que em breve iria aguardar as demais embarcações que ainda não haviam chegado.

Uma semana durou a escala. Tempo para largar na fortaleza os 50 homens a ela destinados, um grumete enfermo no hospital e meterem lenha, água, alguns frescos

48 Carta para os Padres... feita pelo Padre Sebastião d'Almeida, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 63v.

49 Relação ... pelo Padre Francisco Sarmiento em 1681, já cit., ARSI, *Goana Historica*, 35, fl. 212-212v; Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fl. 26v.

50 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fls. 22v-23.

e os cafres que particulares haviam ali adquirido. O perspicaz jesuíta há muito que desejava ter lido nas “cartas de missão” uma informação mais detalhada da ilha. Por isso achou oportuno deixar “a quem quiser ser leitor”, uma curiosa notícia. Porque desconhecida e também porque devedores da generosidade com que nos acolheram, aqui a resumimos e por inteiro a divulgamos no final deste estudo.⁵¹

O atento jesuíta não só se limitou a descrever o que observava com particular cuidado, como terá colhida informação da rudimentar estrutura político-administrativa e militar ali existente enunciado ofícios, funções, salários, receitas, despesas, etc. Se é certo que já os orçamentos do Estado da Índia as detalhavam, o narrador aqui acrescentou-lhe vida, valores, funções, individualizando-as até. Causou-lhe admiração ver as praias cheias de marfim, âmbar e ouro. Por isso achou normal o rendimento anual que a sua alfândega usufruía. Contraria a fama do mau clima da ilha, já que de manhã e de tarde era visitada por “virações”. Também o autor do relato que acompanhou D. Frei Agostinho da Anunciação à Índia e por lá passou três anos depois, e aí se deteve cerca de três semanas, comunga da mesma ideia, afirmando até que “Moçambique não é tão feio como o pintam”. Imputa tal reputação à conduta dos portugueses que, “com a sua lascívia e gula enchem as sepulturas”⁵².

É certo que havia escassez de água, mas as cisternas resolviam a carência. O narrador da viagem de 1688 sentiu dificuldade em dar notícia capaz da gente da ilha, quer no número, como na qualidade. Lembra que ao desembarcar avistara, negreando nas praias, uma enorme multidão, mas diferente nas modas (embora não nos vestidos, porque os não podiam usar) (Linschoten 1997, 81 e gravura 24)⁵³. Desigualdades sim, mas na cabeça, nos pendentes das orelhas, no furar dos lábios, nas manilhas dos braços e das pernas, confundindo assim a distinção dos seus moradores (Laval 1942, II, 51). É que como vestido, bastavam-lhes “o que serve para reparo da decência” e, na cabeça, o modo como se tosquiavam. Além destes, que esclarece serem cafres, refere mouros, lascars que serviam de pilotos, mestres e marinheiros, além dos gentios, certamente hindus, que executavam os ofícios mecânicos por casta e nunca dela poderiam sair. Informaram-no que na ilha existiam 15 portugueses moradores fora do castelo, além de 17 canarins, mercadores e homens de negócio e ricos, que vestiam à maneira indiática.

51 *Ibidem*, fls. 23v-26v.

52 Viagem que fez o Illustrissimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fl. 251v.

53 O autor, que visitou a ilha em 1583 referia que “andam todos como nus, os homens apenas com as suas partes mais privadas envolvidas num paninho, e as mulheres embrulhadas de metade dos seios até metade das coxas, num pano de algodão grosso como se pode ver nos desenhos deles nas figuras da Índia”.

Se a catequização tinha lugar no mar, também em escala poderia acontecer. A cristandade da ilha de Moçambique pertencia à arquidiocese de Goa. É natural, que passando por lá o seu Prelado, este procurasse indagar do comportamento e da religiosidade de leigos e eclesiásticos. Assim aconteceu com D. Frei Agostinho da Anunciação que por ali passou em Agosto de 1691 a caminho da sua arquidiocese, entendendo fazer uma visitação às paróquias da ilha, crismando e baptizando. Sem as diligências nem o ritual seguido nas paróquias da Metrópole e simplificando procedimentos e atitudes, o Prelado encontrou delitos para castigar. Mas a sua maior atenção foi para “algumas portuguesas que ali viviam com escândalo”. Optou por admoesta-las apenas, encarregando pessoa de confiança de lhes entregar mensalmente algum dinheiro a título de “ordinárias”, retirando-as assim do meretrício. É que “em vez de lhe dar castigos com severidade de juiz”, justificava o seu, biógrafo e admirador, “tratou só de procurar emendas com entranhas de pai⁵⁴”.

Um mês de viagem separava Moçambique de Goa. Mas era necessário sair a tempo da ilha para apanhar os ventos de feição que permitissem a passagem de novo do Equador sem perturbação. Era a última etapa da viagem. Fazia-se o oitavário a S. Francisco Xavier na aproximação a Goa. O avistar de terra podia até ser festejado com um solene *Te Deum* se a viagem o tivesse ditado ou então o mesmo hino, mas rezado com muita piedade e gratidão. Se meio ano de convivência criara atritos e dissensões, também gerara amizades. Como expressou um autor: “era dia tão alegre que só se pode experimentar mas explicar não”. Abraçavam-se com afecto e parabenizavam-se mutuamente. “Qualquer que tenha sido companheiro de viagem, parecia mais que amigo”.⁵⁵

*

Os actos de religiosidade ocupam, como se notou, boa parte do quotidiano de bordo, mas ao contrário do que muitas vezes se escreveu, não se trata de programa para preencher o tempo com actividades piedosas, mas sim de incessantemente pedir o auxílio sobrenatural em viagem tão longa, cheia de incertezas, desconfortável e até tormentosa. Era ainda oportunidade para catequizar aproveitando o tempo longo e as dificuldades da viagem.

Os acontecimentos naturais são expressão da vontade divina e as doenças punição e resultado da ira do Céu pelos pecados cometidos. A ciência está ainda muito ligada à teologia e a sociedade profundamente dominada pela religiosidade, pelo misticismo e pela superstição.

54 Viagem que fez o Illustíssimo Senhor D. Frei Agostinho..., já cit., BL, *Add.*, 20953, fls. 251-251v.

55 Relação hidrográfica... já cit., BL, *Add.*, 20934, fl. 28v.

As Ordens Religiosas teriam também de cumprir a bordo, na medida possível, o seu plano de vida religiosa, a que não faltavam as orações diárias, os jejuns e até as penitências. Recomendava-se ainda aos jesuítas que cuidassem em ajudar o próximo no corporal e no espiritual, como aliás sempre o fizeram ao longo do tempo⁵⁶.

O convívio forçado com gentes diferentes ao longo de meses em condições por vezes quase desumanas, gerou atitudes e comportamentos desiguais que a título de exemplo aqui analisamos. Mas o entusiasmo de chegar à Índia era grande. Um mundo de sonho e perspectivas se abria. Por mais contrariedades que a viagem lhes tivesse proporcionado o português renascia ao chegar a Goa. Para trás ficavam as atribulações, mas também haviam já ganho uma experiência humana inigualável, um conhecimento da África Oriental, que o ambientava à já próxima Goa do destino. A Índia fascinava e continua ainda a fazê-lo, embora talvez noutras perspectivas.

Bibliografia

- ARAÚJO, Fernando Augusto de. 1903. *Notícia Histórica da Veneranda Imagem de Nossa Senhora da Penha de França*. 3ª ed, Lisboa: Tipografia Eduardo Roza.
- BAYLE, S.J. Constantino. 1942. "Misas en la carrera de Indias." *Revista General de Marina*, número (Março): 233-48.
- BOXER, C.R.. 1961. "Moçambique Island and the *carreira da Índia*." *Stvdia* 8, 95-132.
- BOXER, C.R.. 1984. *From Lisbon to Goa, 1500-1750. Studies in Portuguese Maritime Enterprise*. Londres: Variorum Reprints.
- GRAHM, Maria. 1990. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte – São Paulo: Editora Itatiaia – Editora da USP.
- HUTTER, Lucy Maffei. 2005. *Navegação nos séculos XVII e XVIII Rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp.
- LAVAL, Francisco Pirard de. 1944. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval, versão portuguesa correcta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*, ed. A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização Editora.
- LIGHT, Kenneth. 2008. *A viagem marítima da família real. A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LINSCHOTEN, Jan Huygen van. 1997. *Itinerário, Viagem Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

56 "Regimento para os Padres... feito em Janeiro de 616", já cit., ARSI, *Fundo Jesuítico*, 721/II/3/2, fl. 2.

- LOBO, Padre Jerónimo. 1971. *Itinerário e outros escritos inéditos*, ed. Padre M. Gonçalves da Costa. Porto: Livraria Civilização Editora.
- MATOS, Artur Teodoro de. 2012. "Uma confraria dos mareantes da carreira da Índia na Lisboa Quinhentista, 99-121." In *Diafânicas do Mundo. Homenagem a Mário F. Lages*. Lisboa: Universidade Católica.
- MATOS, Artur Teodoro de. 2016. "Luanda: uma escala ocasional da carreira da Índia, em começo seiscentista. Abusos, conflitos e contrabandos em terra e no mar." *Povos e Culturas* 20: 109-124.
- REGO, António da Silva Rego. 1954. "Viagens Portuguesas à Índia em meados do século XVI." *Anais da Academia Portuguesa da História* V: 75-142.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. s/d. "A Missa a bordo das naus da Índia." *Las Ciencias*, ano XVII, nº 4: 729-61.

Africanos, indianos e europeus:
migrações e agentes

Connecting Indo-Portuguese worlds. Women as brokers and go-betweens in the Portuguese State of India^{*}

AMÉLIA POLÓNIA

University of Porto/CITCEM^{**}

Non-state actors and cooperation models in Early Modern history

The study of early modern empires usually centres around imperial rivalries, monopolies, warfare strategies and political disputes between European colonisers. The focus on such central power European strategies neglects the active influence of African, Asian, and American agents, societies and civilizations, ignoring local inputs into colonial dynamics. In the case of the Portuguese empire, a number of studies have already gone beyond this perception with regard to Asia, and particularly the Indian Ocean.¹ Classic and well established as much as new historiographical approaches, both European and non-European, have questioned traditional perspectives, giving rise to the concept of informal empires, or rather informal ways of empire building, that highlight all the

^{*} This paper synthesizes ideas developed in greater detail, but not in this overall context, in papers by the same author, such as Polónia 2017, 113-139; Polónia and Capelão 2017, 58-89 and Polónia and Capelão 2018b, 269-295.

^{**} Acknowledgements are due to CITCEM assignment co-financed by the European Regional Development Fund (ERDF) through the COMPETE 2020 – Operational Programme Competitiveness and Internationalization (POCI) and by national funds by the FCT under the POCI-01-0145-FEDER-007460 project, for financing the translation.

¹ See, above all, Subrahmanyam 1990a; Subrahmanyam 1996; Subrahmanyam 1990b; Subrahmanyam 1993; Pearson 1976; Pearson 1998; Boyajian 2008; Polónia 2019, 97-123.

unofficial ways in which the European overseas dominion was built in the First Global Age, the period from 1400 to 1800.

This paper follows this perspective, as well as recent historiographical approaches deriving from theories of cooperation.² One must bear in mind that there are different kinds of cooperation. In some situations, cooperation is enforced; in others, cooperation is promoted and encouraged in order to achieve state-oriented goals; there are situations where cooperation results from mechanisms that go beyond the intentions and the aims of the formal empire builders; and finally, there are cases where cross-cultural and cross-imperial cooperation among individuals, who appear to be part of different worlds, goes against the very purposes of the national entities they are supposed to belong to and serve (Polónia 2013, 133-58; Polónia and Capelão 2019, 107-123).

This understanding is the basis for our analysis of women who acted as intermediaries between different worlds in the Portuguese colonial setup. The focus on women as brokers fills a significant gap in colonial studies. Our approach aims at shedding new light on the crucial, but so far ignored, role of women. Literature addressing the role of women in colonial worlds has so far mostly centred upon Atlantic societies in the eighteenth and nineteenth centuries (Catterall and Campbell 2012; Owens and Mangan 2012). Yet, regarding the East, including the East Coast of Africa, and the Far East, local women as social actors and their role in the emerging social and cultural patterns in colonial territories have remained neglected topics. This is even more obvious for the sixteenth century, the first and most decisive moment for the establishment of inter-cultural relations.³ This chapter aims to fill this gap by analysing the roles of women who acted as intermediaries between worlds in a context where assimilation and confrontation seemed almost inevitable.

2 On this, see the rationale of the international and interdisciplinary research project *DynCoopNet*, part of the European Science Foundation's TECT (The Evolution of Cooperation and Trade) programme. For further information, see <http://www.dyncoopnet-pt.org/>.

3 The Portuguese overseas world is a case in point. The study of the role of women in the Portuguese Overseas Expansion is mostly centred on women in Portuguese maritime communities: Polónia 2000, 153-78; Polónia 2004; Polónia 2007b, 269-86; Polónia 2007a; Polónia 2009, 705-720. On the building of a creole society in the Atlantic Archipelagos, namely in S. Tomé, see Caldeira 1999; Caldeira 2007-2008, 49-72; for Atlantic encounters: Havik 1994, 83-120; Havik 1996, 161-79; Havik 2004; or in their role in Brazil, but here again, centred on elite women and the period from the eighteenth century onwards: Silva 2002.

The colonial world examined here is the Portuguese *Estado da Índia*.⁴ In this vast territory, unified by a web of maritime connections and characterised by diverse models of settlement, the heterogeneity of the roles, profiles and the actions of women varied greatly, as they were determined both by the strategy of the Portuguese settlers and by their status in the local economies, societies and cultures.

Since European expansion and control depended on the knowledge of climate, geography, production and consumption markets, maritime circuits, languages, cultures, trade products and trade hubs, information was the most valuable asset. Women were part of the chain of information and crucial elements of networks in which acquaintance and kinship consolidated patterns of exchange. Those exchanges were not unilateral, and the same women could be equally valuable to their own societies, communities and families by utilizing the power, and influence of the new-comers. They became natural brokers, connecting European and non-European worlds.

In the literature, local and indigenous⁵ women within the Portuguese empire are primarily represented as filling the gap created by the lack of white, European women in those territories (Boxer 1988, 115). In the Portuguese case, however, state-driven policies sometimes intentionally promoted inter-marriage with local women as an alternative to the emigration of Portuguese women. Furthermore, the number and status of Portuguese women in overseas settlements varied by territory. The distance to the homeland, political and economic aims, the model of colonisation, climate and health conditions all played a crucial role in the strategies followed and the trends established.

Women in colonial contexts in the East and the Far East

In the East, even though registers – or the lack of them – suggest that a small number of families migrated to India, the crown encouraged marriages with women sent out from the kingdom. Portuguese women were therefore widely

4 “In the 16th century, the State of India did not designate a well-defined geographic space, but rather a conglomeration of territories, establishments, assets, individuals, and interests that were administered, managed, or governed by the Portuguese Crown in the Indian Ocean and neighbouring seas, and in the coastal territories, from the Cape of Good Hope to Japan.” Thomaz 1994, 207. [Author’s translation].

5 By “autochthone women” we refer to women from local societies with whom the Europeans interacted. It is easiest to identify them as such during the first encounter. From then on, as a more or less intense process of miscegenation occurs, it becomes difficult to ascertain if the women mentioned in the source are still autochthone or already a product of miscegenation and thus representatives of a second and later generation of settlers.

present, especially in Goa and other Eastern urban centres. Forced family migrations, such as for example, the New Christians, also contributed to the flow of women to the East, who became settlers in the new territories, as evidenced by Inquisition records from Goa (Baião 1930).

At the same time, particularly in the East, single women were also important agents of the Portuguese crown's colonisation strategies. This was, for example, the case with the so-called 'orphans of the king,' young women who were placed in various institutions throughout the kingdom, notably the Lisbon *Recolhimento do Castelo* (Castle Refuge), and intended by the crown to be sent to overseas settlements for marriage. However, as Timothy Coates has shown, the number of female orphans who actually ended up going to India was negligible.⁶ Those are not, however, the ones we are going to talk about. Their agency is nevertheless crucial and it was already the subject of analysis in other publications (Polónia and Capelão 2017, 58-89).

Women became indispensable partners in politics and war in the Portuguese empire. They can be found assuming the roles of local interpreters and messengers in different conflicts; they could perform as political leaders with whom the Portuguese had to negotiate or fight, as it happened with the queens of Coulão (Kollam) and Camorim (Kanyakumari) (Castanheda 1833, 215-16), confronting them at the beginning of their settlement on the Malabar Coast; they could also act as war ambassadors, appointed by the local power holders during wartime (Correa 1864, Livro Quarto, Tomo IV, Parte 1, 81-82).

Local women appear frequently in the sources as intermediaries and negotiators. In the following episode, narrated as happening in Banta after Fernão Mendes Pinto and his companions passed by Melaka, the author of *Peregrinação* comments on women's natural suitability to act as diplomats. Recounting the events that led to the initial negotiations performed by Nhay Pombaya, a widow of nearly sixty years, Pinto explains:

"And so that you know why this message came from a woman and not from a man, there is to know that it was always a very ancient custom of the Kings of these realms since the very beginnings, to treat the very important things, & requiring peace & harmony by women; & this not only in private messages that were sent to vassals, as it is the case now, but also in public & general business

6 According to Timothy Coates, from 1550 to 1755 only between 615 and 1025 female orphans were actually sent to India (Coates 1998). However, in the 25 years between 1561 and 1585, at least 205 Portuguese women (mostly 'new Christians') are registered in the Goa Inquisition records (cf. Baião 1930).

that Kings deal with each other by their embassies, & give to this by reason that the female gender, by the mildness of their nature, gave God more kindness, & authority & other parts so they would have more respect than men, because they are dry, & for that reason the less pleasant in the parts they are to be sent.”⁷

In addition to their political and diplomatic roles, women were also agents of linguistic, cultural and knowledge transfer. It is therefore not surprising that women frequently appear in the sources as translators, as *línguas*, elements of communication between the different worlds, mastering several languages. Fernão Mendes Pinto acknowledges that this crucial role of women as interpreters pre-dated the arrival of the Portuguese. Arriving for the first time in Japan, he describes how

“the Nautoquimaa prince of this island of Tanixumaa (Tanegashima) came to our junk accompanied by many merchants, & noblemen ... And then, calling one Lequia woman, who was the interpreter, through whom he talked with the China captain, owner of the junk, he asked the Nacodà (Captain) where he met these men and under which condition he brought them with him to our land of Japan.” (Pinto 1614, 158v).

Such a pattern is also acknowledged within the scope of the Dutch colonial presence in the East. The first Dutch mission to Cochín-China was accompanied by a Vietnamese woman who spoke excellent Portuguese and Malay and had long resided in Macao. She, along with another elderly woman who had had two Portuguese husbands as well as one Vietnamese one, had been the principal translator for the Cochín-China court for thirty years.⁸

Numerous accounts also show how local women (‘*mulheres solteiras cristãs*’) helped the Portuguese in Kannur (1507) (Correa 1859, Livro Primeiro, Tomo I, Parte 2, 702), in Calicut (1525) (Correa 1859, Livro Primeiro,

7 “E paraque se saiba a razão porque este recado veyo mais por molher que por homem, se ha de saber que foy sempre custume antiquissimo dos Reis destes reynos desdo principio delles, tratarem as cousas de muyta importancia, & em que se requiere paz & concordia, por molheres; & isto não somente nos recados particulares que os senhores mãdão aos vassallos, como foy este agora, mas tambem nos negocios publicos & gerais que hūs Reis trarão cos outros por suas embaixadas, & dão para isto por razão, que ao genero feminino, pela brandura da sua natureza, dera Deos mais afabilidade, & autoridade, & outras partes para se lhe ter mais respeito que aos homens, porque são secos, & por essa razão menos agradaveis à parte onde se mandão.” Pinto 1614, 221-221v. [Author’s translation].

8 J. Wonderaer, “Letter from Tachem (Tachim, Cochín-China), 5 Abril 1602.” Quoted by Reid 1988, 636.

Tomo I, Parte 2, 865), or in the second siege of Diu (1546) (Andrade 1589). Furthermore, in Moluccas in 1529, it was the intervention of an autochthone Christian and single woman, a slave freed by her Portuguese owner who she had a child with, that helped captain D. Jorge de Meneses uncover a plot to kill both Portuguese and Spanish (Correa 1862, Livro Terceiro, Tomo III, Parte 1, 366).

Local women are furthermore praised for their heroic warlike deeds as detached members of the local armies. Castanheda reports how, after fighting the king of Cambaya, the king of the Mughals left the battlefield with his armies, among which were “many single women all on horseback with bows and arrows which they shot.” (Castanheda 1833, 228). One can also add an episode, in 1584, when a woman of great reputation came to Goa. She was one of the people who had been banished from the Kingdom of Idalcan. 65 years old, she rode a horse, and carried a quiver and bow. She followed the armies as an amazon, and was kept in high esteem by everyone. She was there to deal with the Vice-Roy on subjects that he was not informed about. Her name was Abehi and she was imprisoned by the Portuguese Inquisition and then banished to Hormuz, from where she went to the Mughal (Sousa 1675, tomo III, 17-18).

Other accounts present women as operating politically against the Portuguese. A recent essay by Wendy L. Belcher highlights the importance that both Portuguese Jesuit chronicles and Ethiopian hagiographers attached to several seventeenth-century court women of Habesha (Ethiopia) as opponents of the Jesuits (Belcher 2013, 121-66). Being educated and powerful women, they came to be opinion makers and political leaders. They managed to mobilise masses of subjects, preventing the success of the Jesuit mission and the implementation of the Roman Catholic model of Christianity in Ethiopia. Their culture and education, their economic, political and social power as well as their freedom, even within the framework of marriage, are emphasized in the sources.

Elite women in local Eastern courts seem to have frequently exercised both political and economic power. Their ability to do so, however, depended on the particular role of women in local societies, heterogeneous as they could be. E. B. Findly provides additional evidence for this with her narrative of the capture of a ship owned by Maryam-uz-Zamānī, the mother of the Mughal emperor who had been imprisoned by the Portuguese. The dominant position of the Portuguese in the Indian Ocean depended on the *Cartaz* system, which allowed only ships licensed by the Portuguese to navigate, with all others being subjected to privateering attacks. In 1613, the Portuguese attack on the Rahīmī, despite the fact that she carried the necessary safe travel pass, was a

provocation for the Mughal emperor Jahangir (r. 1605-1627), mostly because the owner and patron of the ship was his mother, Maryam-uz-Zamānī. Most Mughal noblewomen of the period were wealthy, and many of them were active in highly risky business, investing in foreign trade. The capture of the Rahīmī reveals the substantial involvement of women in Indian trade during that period (Findly 1988).

Regarding the role of Asian women in the world pre-dating the mass arrival of Europeans, Anthony Reid has stressed the relatively high autonomy and economic relevance of women in sixteenth and seventeenth-century Southeast Asia, although of course one could not speak of them as being equal to men. There were very few areas in which they competed directly with each other and women had very different functions from men (Reid 1988, 629-45). Their roles included planting and harvesting rice, weaving, and trade. As he stresses, the prominent economic role of women explains why the value of daughters was never questioned in Southeast Asia, as it was in China, India, and the Middle East: on the contrary, he points to António Galvão's statement from 1544, declaring that in Southeast Asia, "the more daughters a man has, the richer he is." (Galvao 1971, 89).

As for the performances of common women, Reid's essay quotes expressive testimonies from several early European merchants and settlers, beginning with the Portuguese. Tomé Pires noticed in 1515 that Melaka benefited a lot from the women street sellers, since they operated in every street and even held a market at night (Pires 1944, 274, and Chung 1960, 128, quoted by Reid 1988, 635). António de Galvão in 1544 described how women in the Birman country managed the more important mercantile businesses of their husbands and how, surprisingly, Moluccas women were those who negotiated, did business, bought and sold goods (Galvao 1971, 75, quoted by Reid 1988, 634). The contributions of Barbara Watson Andaya on the role of women in the pepper trade must also be acknowledged (Watson Andaya 1995, 165-90). Her study points out the important role of women as rulers in Southeast Asia. As women were active participants in trade and shipping it was inevitable that the Portuguese had to deal with them as intermediaries in Indian and inter-Asiatic trade. Explicit evidence for this is, however, surprisingly scarce not to say almost non-existent in the reports of crown officers, in contrast to sources on the West Coast of Africa.

Even so, for Macao, the activities of Isabel Reigota have been documented. She was a widow of Japanese origin, known for her attempts to reintroduce Jesuits into Japan after their expulsion. In addition, she played an important role in the sandalwood war, this time acting against the Jesuits' interests. In this judicial

quarrel, Isabel Reigota was one of the main players in the Mau trade, namely in sandalwood (Penalva 2011, 115-42).

Even where we are able to locate in Portuguese official sources and archives evidence of Portuguese and Asian females performing as economic agents in the East, the material remains meagre, especially when compared to the evidence available for the Atlantic world. If that is so in a formal set-up, one would expect to identify more evidence of women as economic brokers within informal trade settings. This is the reason why we (re)oriented our research towards the ultimate testament of informal agency: the *Peregrinação* by Fernão Mendes Pinto (Pinto 1614). Interestingly, despite the multiple references to women in his work, their presence as economic agents is not paramount.

Nevertheless, the role of women as local agents of trade is evident. Noteworthy accounts involving woman performing as the saviour of the Portuguese are also frequent in *Peregrinação*. Pinto's stories involving women always stress their strength, humanity, intelligence and their usefulness as information providers or as intermediaries between the Portuguese and the local powers and societies (Polónia and Capelão 2018a, 21-83).

The overall content of the available sources points indeed to another unavoidable conclusion: women were elements of cultural transferences between worlds as well. First of all, as partners and spouses: it was inevitable that they would transmit language, practices of hygiene, diets and food preparation rules; ethical behavior and values, religious rites; house building and aesthetical sense. As mothers, they were educators, so their interceptive capacity to transfer, to the new generations, crossed codes of conduct, of values, of communication would be paramount.

Other ways of cultural exchanges involved the transfer of knowledge. This seems particularly noticeable as far as medical knowledge is concerned.

Women as health practitioners and agents of medical knowledge transfer⁹

As some diseases (like malaria) were new to the Europeans, they depended on local knowledge and cures. Some European accounts acknowledge women's medical expertise. Afflicted by one of those diseases, Father Manuel dos Santos refers to "an old Moorish woman, called Manâsua, a great master, who had healed me from the air, very cautiously, for which I was very thankful." (Santos 1609, Segunda Parte, Livro Terceiro, fl. 77). Equally striking was the centrality

9 For further developments on this topic see Polónia and Capelão 2018b, 269-95.

of Antonia, the slave of Garcia da Orta, the Portuguese New Christian doctor practicing in Goa. During the dialogues between Doctor Orta and Doctor Ruano, she is called to assert, correct and confirm local knowledge. Authority thus lay with a woman and a slave (Orta 1563, 26, 41). In a world of doctors and wise men, she was considered the ultimate guardian of local knowledge and wisdom.

One medical practice deserves particular attention, given its significance to most women: childbirth. The Diocesan Councils of Goa in 1567 banned local infidel midwives from attending the childbirth of Christian women – including converted ones, unless they had explicit permission from the Bishop (Rivara 1862, Fasc. 4, 25, 133). The fifth ecclesiastical council stated that a heathen *daya* was allowed to help, but only if there was no Christian available and on the condition that two other honest Christian women were present in order to perform baptism and to prevent any superstitious practice (Rivara 1862, Fasc. 4, 263–64). For different reasons, the same ecclesiastical council forbade any Christian to be treated by infidel physicians or even to be shaved by an unfaithful. Yet in reality, intense transfers of knowledge from Eastern to Western society persisted. Medical and healing practices, a central ground for knowledge transfer between different cultures indeed deserve further analysis from historians.

The question remains: to what extent were there effective exchanges of practices, techniques and knowledge around childbirth, among Portuguese and local midwives? Mobility between Eastern and Far-Eastern territories is also suggested, when focused on the activities of midwives. At the same time Garcia da Orta mentions Javanese midwives operating in India (Orta 1891, 354), other sources identify Portuguese women carrying out the same occupation, as in Goa.

In Portugal, as in Europe, childbirth prevailed as a privileged occasion for women's medical roles because of the requirement of an intimate contact with other women's bodies. Furthermore, the reproductive organs are also the sexual organs, and any physical contact is conditioned by a heteronormative cultural context. It is thus understandable that women would dominate empirical practices around childbirth, associated with the need for and the prestige of a still predominantly practical and generational knowledge surrounding childbirth. Even today, in many parts of the world, women prefer to be treated, when obstetric and gynaecological issues are involved, by other women, and the increasing masculinisation of obstetrics is considered anomalous (Green 2008, 487–518).

There are other areas women are increasingly associated with, both in Portugal and the East, and that are those connected with bodily hygiene and the

practice of cleaning the colon with a bath of warm water. Women who used that method are called “cristaleiras” (from the Portuguese word “clister” used to identify the method). Their presence is acknowledged in the East. In the sources, one might assume that they are Portuguese women,¹⁰ suggesting that kind of practice as brought from the west. It is in fact totally in keeping with the Galenic procedures and healing philosophy, performed mostly by purges and bleeds to extract the bad humours. We can also find similar practices described in the work of the adventurous Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, inspired by experiences in the East and the Far-East, in the mid-sixteenth century and put into writing at the end of it, while the author was already back in Portugal. When describing China, he mentions women as “cristaleiras” (those who administrate intestine bleeds), along with men who heal sores, “boubas” (syphilis), and give “suadouros,” sweatings (Pinto 1614, 114). The author does not refrain from mentioning old women who served as midwives and “give medicines to pregnancies, and to give birth or not give birth.” (Pinto 1614, 113v.).

The author presents himself as a protagonist of curative practices, using local woods, which fluids can cure, or employing a technique of suturing wounds, “as he sometimes saw how to do in India.” (Pinto 1614, 162v., 164v.).

This topic leads us to another challenging field of enquiry: the use of abortive methods both by local women and Christians, inspired and supported by available local techniques and medicine. Those methods are recognized and noticed by European travellers, as in the case of Pedro Teixeira, which shows the relevance of those topics for outsiders of the narrow field of medical practitioners. Some plants are mentioned as being used both to facilitate the childbirth and to abort undesirable pregnancies. In the narrative in point, the author, Pedro Teixeira, mentions, in a book published in 1610:

“Not less than this [herb], another is admirable, which was presented on the Isle of Seylan to the wife of a captain of Columbus, almost of a figure of a herring, black and bristly: which was so valid, and efficacious in facilitating childbirth, that, if they were not very careful to remove it from the thigh, in order to give rise to the child, the entrails would come through. A thousand experiences were seen, one of which I have witnessed, [in which a woman] who had been pregnant, put it in a box, which a slave put under the mistress’s bed, and she had aborted, and such a flow of blood

10 “Mandado de Lourenço Moreno para o Almoxarife dos mantimentos de Cochim dar a Inês Fernandes, cristaleira, 50 parás de trigo à conta de seu soldo.” (PT/TT/CC/2/47/39).

gave her that it was never possible to remedy it, and she had almost died, and asked for the Sacraments. [...] That happened in Goa, and I was there.”¹¹

On the herb, he says, “I did not know who had it, and although I was in Ceylon afterwards and tried to find out, there was no one to tell me about it.” (Teixeira 1610, 166).

Returning to the described medical plant, and even if Orta only refers vaguely to its use by Java midwives, who he explicitly says that “have here crafts of physicians,” and without specifying its use for childbirth, the testimony of Cristóvão da Costa goes deeper, by clarifying its use to expel dead foetuses and, potentially (this is our own claim), to support abortive practices.¹²

“Of the *Carambolas*. Its fruit is called by the Portuguese *Carambola*: and by the Decanins, and Canarins, *Camarix*; by the Malays, *Bolimba*; by the Juggling, *Carambolas*, who also call the Canarins, *Carabeli*; and the Parsians, *Chamaroch*: and in Turkish and Arabian it has no name (because they do not know it). The fruit is from a tree the size of a quince, the leaf like the one from an apple tree, a little longer, tinged with a deep green and a bit bitter taste [...] I saw a midwife or *comadre*, which they call *Daya*, using this dry powdery fruit, with leaves of *betele*, to expel the afterbirths after the birth, and the dead creature that was in the womb.”¹³

11 “Pero no menos que esta [herva] es digna de admiración otra que en la Isla de Seylan se presento à la mujer de un capitán de Columbo, quasi de figura de una espiga de sevada, mas negra y hirsuta: la qual era tã valida, y efficáz en facilitar el parto, que si cõ mucho cuidado no la quitaban del muslo en saliendo la critatura, se veniã las entrañas en por della, vironse dello mil experiencias, y de un caso que succedio con ella à su misma de unna foy yo testigo, la qual andando prennada, metiola en una caxeta, la qual una esclava metiò debaxo del lecho de la señora: acaesciò que abortó, y tal fluxo de sangre le diò que jamas fue posible remediallo yvase muriendo, quizo Sacramentarse, fue menester, para preparar la casa alguna cosa, que estaba en la arquilla: abriose, hallaron en ella la yerva, pensaron si quiça seria tal su fuerça, que dende allí obrasse en la enferma: llevaron la à otra casa, inmediatamente fue cessado el fluxo hasta sanar de todo, pasó ansi en Goa, yo me hallé presente...”. Teixeira 1610, 165-66. [Author’s translation].

12 It is important to notice that Cristóvão da Costa uses a strategy that we will find in manuscripts of later medical and pharmacy treaties, authored by Indian physicians performing under Portuguese rule, as the one of Luís Caetano de Meneses, from the second half of the 18th century. In both works, the plants designations are presented in several idioms, so it can be identified by different practitioners, also revealing its uses within diverse medical universes. Bracht 2017, 233-251.

13 “De las Carambolas Capitulo XXXVIII. Es fructo llamado delos Portugueses Carambola: y de los Decanins, y Canarins, Camarix: de los Malayos, Bolimba: de los Malabares, Carambolas, a quien tambien llaman los Canarins, Carabeli: y los Parsios, Chamaroch: y en Turco y Arabio no tiene nombre (porque no lo conocen) es fructo de un arbol del tamaño de un membrillo,

Even if not always directly mentioned, abortive methods existed, and the same medicines used to expel dead fetuses were frequently used to trigger the end of undesirable pregnancies.

The same Cristóvão da Costa, when referring to the properties of pepper, says that “It treats the bites of wild beasts, removes the dead creatures from the belly, and it is believed that, in the nature of the woman, after childbirth, it takes away the hope of being pregnant again.”¹⁴

All societies had access and knowledge, in their local pharmacopoeias, to substances known as having properties which could interfere with fertility in one way or another. It is, though, difficult to prove that women had an effective knowledge of the chemical properties of those plants. However, they certainly knew their applicability and direct uses, including for abortions. Many cases of abortion would nevertheless go unnoticed, since it was very difficult to differentiate an induced abortion from an unintentional spontaneous one. What the documented episodes seem to prove is that the use of some emmenagogue herbs (stimulants of menstruation) for expelling the dead foetus, could in fact hide (or not hide) the real intention of causing an abortion.

Some testimonies point to the use of abortive practices, always connected with women’s actions (the very own mothers of the children, or others) as related to other parts of the Portuguese and the Spanish empires (Polónia, Capelão 2018b, 290-91).

Women in the Eastern Coast of Africa

Eastern African women are not absent from the narratives either, performing important roles, be it as slaves, spouses, or community leaders, as it is illustrated by the following examples.

First of all, there were marriages with Europeans in those territories, yet previous and parallel to the Portuguese arrival, as reflected in the statement of a Venetian, identified as Hieronymo Cherubi, who travelled to Lisbon with his

la hoja como la del Mançano, un poco mas larga, teñida de un verde escuro y al sabor un poco amarga [...] Una partera o comadre, a que ellos llaman Daya, vi usar de este fructo seco en polvo, con hojas de Betele, para expeler las Secundinas despues del parto, y la criatura muerta en el vientre.” Costa 1578, 254-55. [Author’ translation].

14 “Socorre a las mordeduras de fieras, extirpa la criatura muerta en el vientre, y creese, que metida en la natura dela muger, despues del parto, le quita la esperança, de jamas empenñarse.” Costa 1578, 28. [Author’s translation].

Abexim wife and child.¹⁵ The same probably happened to Pêro da Covilhã, a Portuguese emissary sent by the Portuguese king John II, in order to prepare the Portuguese maritime arrival in India, as the king was still searching for help from the mythical Priest John Christian's kingdom. Pêro da Covilhã must have arrived in Ethiopia in about 1492-1493, and seems to have adapted to life in Abyssinia. He is thought to have been given administrative responsibilities, privileges and land by the local king, started a family and lived to be over seventy. He had his experience registered by the Jesuit Francisco Álvares under the title *A Verdadeira Informação da Terra do Preste João das Índias* (Albuquerque 1992; Ficalho 1988; Pereira 1990, 147-55).

On the framework of the consolidation of the Portuguese State of India, it was inevitable that the Crown should pay attention to the settlement in Mozambique, due both to requirements of naval logistics and the access to the Monomotapa region. Besides "degredados" and "degredadas," Portuguese couples as such were also sent to the region. In a consultation of the Overseas Council (Conselho Ultramarino), in Lisbon, in 1648, it is stressed, for information of the vice-Roy of India, the need for people to settle in the Cuama river area:

"the V. Rey of India warns us in a letter [...] of the lack of settlers in Mozambique and Rivers of Cuama, and the great difficulty of being able to remedie India. So should your Majesty send in the same ship up to twenty couples to leave them in Mozambique when they pass there in their way to India."¹⁶

The presence of Portuguese women is also testified by the payments of maintenance that are registered in the Sofala and Quiloa captaincies after 1511.

15 "...& também por via de hum Veneziano mercador chamado Hieronymo Cherubí homem de muyto bom entendimento, o qual passou aos Reinos do Preste João por via de Alexandria, com suas mercadorias, & correo quasi todos, & residio nelles alguns annos, & depois se tornou polla via do mar Roxo pera a Índia, trazendo consigo hũa molher Abexim, & hum filho, que della tinha, & da Índia se veyo pera Portugal com elles na mesma nao, em que eu vim, onde me informei delle de muytas couzas, que lhe perguntei, & me disse destes Reynos, que são muy conformes com as que escreverão o Patriarcha D. João Bermudes, & o P. Francisco Alvarez Clerigo de missa, os quaes andarão muyto tempo nestas partes, & virão as mais das couzas notaveis que nella ha, & dellas tao bem relatarei neste livro algũas." Santos 1609, Primeira Parte, Livro Quarto, fl. 102-102v. [Author's translation].

16 "E tambem parece, pello que o V. Rey da Índia avisa em carta que se reçoço nestas vias, de falta de gente cazada que há em Moçambique e Rios de Cuama, e grande dificuldade de se poder remediar da Índia. Deve V. Magestade mandar que na mesma caravella vão embarcados athé vinte cazaes, para os deixar em Moçambique, quando passar á Índia." Publ. Brasília 1965, 224. [Author's translation].

Some of them are specifically identified as “degredadas” and others as slaves (presumably of Portuguese).¹⁷

The settlement in the Eastern Coast of Africa, mostly in the region later incorporated under the ruling of the captaincy of Mozambique island, was contingent upon the acceptance of the Portuguese by the local communities, both the Swahili people on the coast or the communities established on the way to the golden markets, in the Zambezian area of influence. The Portuguese had to integrate as much as intermingle with local populations. Their own subsistence, even in Mozambique Island, totally depended on the cooperation of the locals and their willingness to provide food, water, information and goods to trade.

For Quiloa, a 1507 letter reveals the importance of the mixed marriages between the Portuguese *degredados* and the local women in order to promote Portuguese settlements. It states that:

“these banished you will order to be fed and work to make some benefits on the territory to produce food and anything else that suits. And see if you can work for the people of the land become Christians, especially women and these 26 you will work to marry with the convicts who want to marry them in order to settle them in this land and we can better be served. Also give them permission to do fishing and any other thing so that they may be well kept.”¹⁸

This formal incentive to miscegenation will be taken further later on, with formal marriages being promoted and accepted between Portuguese and local women (Polónia and Capelão 2017, 58-89).

In Portuguese eyes, other characteristics involving the role and performances of local women were also noted. They stressed, for instance, the strength and the power of women. Referring to Monomotapa (kingdom of Mutapa), Fr. João dos Santos explained:

17 Rego and Baxter 1962, vol. I, 424, 434, 437-38, 462, 464, 494, 644, 734; Rego and Baxter 1963, vol. II, 452, 458, 468, 502, 514, 516, 528, 542, 556, 568; Rego and Baxter 1964, vol. III, 28, 30, 32, 50, 98, 120, 128, 130, 140, 150, 160, 174, 196, 208, 218, 230, 270, 288.

18 “...e a estes degredados mandardes dar somente de comer e trabalhares como façam algumas bemfeitoyas na terra asy pera se fazerem mantimentos como pera qualquer outra cousa que convier. E vede se podes trabalhar de da gente da terra fazerdes christãos especialmente das molheres e estas 26 trabalhardes de casar com os ditos degradados que com ellas quizerem casar porque seja causa de mais asesegarem na terra e podermos ser deles melhor servidos. Tanbem lhe day hordem a fazer pescarias e toda outra cousa per que se posam bem manter.” ANTT – Cartas dos Vice-Reis, nº 102. In Rego and Baxter 1963, vol. II, 28. [Author’s translation].

“The Monomotapa has many women, & the principal, whom he much loves, called Mazarira, is his full sister, & a good friend of the Portuguese, & she defends, & speaks for them to the king & for that reason when they give the Curve to the king, they also give it to her.” (Santos 1609, *Primeira Parte*, Livro Segundo, fl. 63).

As much as political agents, these women acted as economic intermediaries and were essential elements of trade networks. Even though their economic power was widely acknowledged at the time, their activities as economic intermediaries are not particularly well-documented.

Similarly, women as property owners in the Zambezi region have already been the subject of several studies, the seminal work of José Capela and Eugénia Rodrigues on the *Prazos do Zambeze* being some of the most relevant (Capela 1995; Isaacman 1972; Lobato 1962; Newitt 1973; Rodrigues 2002).

As it is well known, the Zambezi came under Portuguese influence and was ruled, first by the head of State of India, then by the Mozambique island captain whose intention was to bring the huge properties granted by the Bantu Chiefs under Portuguese rule, administration and exploitation. Those were *latifundia* transformed into royal Portuguese properties, granted by the Crown for successive generations in return for an annual fee paid in gold dust by the holders of the rental contract. This territory became important after the 1607 and 1629 treaties with the Monomotapa, which acknowledged the Portuguese Crown's ownership of vast areas in exchange for military support. These grants not only involved the transfer of the land, but also the jurisdiction over the African people living there. The apparent singularity of these contracts derives from the fact that during the seventeenth century, the local representatives of the Crown tended to grant them to women, daughters of the Portuguese, who only obtained and retained them, though, on condition of marrying white Portuguese men. The sons from these marriages were to be, if the norm became a practice, excluded from the succession, since the properties were only transmitted along the female line. As it has been said, this was not totally exceptional, as Portuguese law allowed inheritance through daughters and locally, there was a prevalence, even if not total exclusivity, of matrilineal lines of property succession (Boxer 1977, 94-97). This is maybe the reason for the apparent disregard for this practice and orientation in the Indian ‘villages in the North,’ from Chaul to Daman, a region administered from Bassein, an area where matrilineal transmission of wealth and property and lineage did not occur through the female line.

Equally relevant is the fact that this intended transmission of land through the female line was awarded with the attached condition to marry a Portuguese man. The meaning of this is twofold. First, it recognised the role of women, including

mixed women, in empire building processes; secondly, it represented an attempt to 'whiten' the colonial set-up of the region, since those daughters of Portuguese men were not necessarily white, but rather the offspring from mixed marriages.

Examples of powerful and influential women are abundant in the sources. Maybe the one we are going to refer to is one of those "Donas do Zambeze." This woman was married to a Portuguese. She became a victim of the difficult multi-racial and multi-cultural relations and ended up being murdered by her husband, who was then killed by her slaves:

"In the year of our Lord 1596 in Mozambique occurred the following case. On this island lived a Portuguese, named Francisco Leitão, married with a mestiza, who had already been married before, & was rich, & had farms, & palms on the other side on the mainland where she had her slaves, who administered her farms for her." (Santos 1609, Primeira Parte, Livro Terceiro, fl. 77v).

One cannot avoid noticing the importance of the bride's wealth and economic power. She explored the land. She owned slaves. She mastered their loyalty. It is our claim that throughout the sixteenth and seventeenth centuries, Portuguese access to the Monomotapa gold area depended also on such female intermediaries, landowners and leading characters of their territories.

Beyond political and economic performances of these women, social models were at stake. Indeed, within different cultural and political setups, different models of family and marriage imposed different adjustments on the Portuguese rulers and settlers. In East Africa, the Ethiopian and the Zambeze region seem to prevail in Portuguese sources, although it is not certain how much is reality and how much is due to phantasy. Some matrilineal drifts, characteristic of various African societies, stimulated the attention of the source producers, the same way different sexual practices, different matching strategies and different social hierarchies based on the social dominance of women come up in the historical narratives.

Referring to a kingdom dependent and paying tribute to the mythic Preste João, identified in the sources as the *Maute kyngdom*, Gaspar Correia explains:

"In it, there are women of great bodies and forces, and hardworking, which they call *pogodynis*, which are like amazons. They have possession and command of the kingdom, where they have no man; they elect among themselves who governs them and governs as King, and when they want to talk to a man they ask permission to the Queen, which gives them the men for some days and months sulking in their homes without coming outside.

They are not ever seen by the others, until they lay them off and put them back where they brought them; and if any man enters without permission, they kill him, and if a woman puts a man in without a license, she is killed, and being authorised, if a man goes out of the house, they kill him.”¹⁹

Besides the aspects involved by the female *gouvernance* and the unusual, for the European, sexual behaviours, the author is taken by the justice and the truth of the consuetudes and regulations of these kingdom, as much as by the fantastic ways these women seem to deal with maternity:

“Children who are born, they give them to be fed by the goats, and sheep, and other animals, which they get when they get pregnant; and when the children know how to eat, they throw them out of the kingdom in lands around, and never see them again; nor the mother knows the children nor the children their mother.”²⁰

Interesting how in a world in which women are rulers and warriors, and men are sexual objects, used to satisfy women’s desire, maternity is treated as an anti-natural feature, within this upside-down social and cultural universe.

Female rule in African societies inspired admiration, but also fear, as it happened with their abortive practices and the diseases they allegedly transmitted to the European men, whose cure in turn also depended on their practical medical knowledge.

19 “Junto das terras do Preste ha hum Reyno a elle sogeito, em que ha hum grande trato d’ouro, que o vem de fora parte a resgatar; o qual ouro dizem que vem per muytas terras e rios, que se diz que vem da Mina e que o trazem cafres. Chama se este Reyno Maute. Ha n’elle humas molheres de grandes corpos e forças, e muy trabalhadoras, a que chamão pogodynys, que são como amazonas. Ellas tem a posse e mando do Reyno, em que nom tem nenhum homem; enlegem ellas antre sy quem as rege e governa como Rey, e quando querem conversar com homens pedem licença á Raynha, que lha dá por certos dias e mezes, metidos em suas casas sem sayrem fóra, nem são vistos das outras, senão quando os despedem e os tornão a pôr donde os trouxerão; e se com elas entra algum homem, sem licença, o matão, e se alguma molher mete homem sem licença a matão, e estando com licença em casa de alguma molher, se say fóra da casa, o matão.” Correa 1862, Livro Terceiro, Tomo III, Parte 1 76-77. [Author’s translation].

20 “Os filhos que lhe nacam dão a criar a cabras, e ovelhas, e outras alimarias, que pera ysso tem buscadas quando andão prenhes; e como os filhos sabem comer os levão, e deitão fora do Reyno em outras terras derrador onde ella querem, e nunca os mais vem, nem conhecem a mãy ao filho nem o filho á mãy.” Correa 1862, Livro Terceiro, Tomo III, Parte 1, 76-77. [Author’s translation].

"There is another disease in this whole coast of Sofala, rivers Cuama, & Mozambique, very sticky to any kind of man, which is caused by the black women of these lands, because many of them, particularly the slaves of the Portuguese, if they get pregnant, & do not want to come to light, take a concoction of juice of a certain herb, which exist in these parts there, & just move with it; but when removed it becomes so poisonous that if they do not take that evil to any man, they will be drying, & consumed little by little, until they die. Because of that, soon after they remove [the fetus] they soon look for a man, whom grab this infirmity, so they stay healthy: & the man gets so sick that he rarely escapes death, because at the very same moment they are taken by great pain in the groin, from which they die in a few days." Unless they took an antidote, provided by the same women, to be taken on the same day of the sexual contact.²¹

The inherent power of these women, even as slaves, and the degree of dependency of the Portuguese in order to guarantee their own survival, is straightforward established in the sources. It underscores the intense relationship between Portuguese and local women.

A difference in the accounts is evident, nonetheless, between the description of African tribal societies, presented within an ethnographic register, and the more political and religious approach when referring to the vast and undetermined region of "Ethiopia." Here, marriage practices were reported with particular emphasis. The documents, mostly created by missionaries and Church representatives, pay specific attention to the role of women in marriage and their political power and influence. Polygamy, concubinage, divorce, allegedly

21 "Outra doença ha em toda esta costa de Sofala, rios de Cuama, & Moçambique, muy pegadiça a todo o genero de homem, a qual he causada polas negras destas terras, porque muitas dellas, particularmente as escravas dos Portugueses, se acertão de conceber, & não querem que o parto venha a lume, tomão hũa beberagem do çumo de hũa certa herva, que nestas partes ha, & logo movem com ella; mas depois do mouito ficão tão apeçonhentas, que se não pegão aquelle mal a algum homem por meyo de ajuntamento, vãose secando, & consumindo pouco & pouco, até que morrem. Polo que depois de moverem logo buscão algum homem, a quem peguem esta infirmitade, pera ficarem com saude: & o homem fica tão apeçonhento, que raramente escapa da morte, porque logo no mesmo instante se lhe causão tão grandes dores nas virilhas, que dellas morrem em poucos dias. E já aconteceo este acto deshonesto, acabarem juntamente a vida. A esta enfermidade chamão Entaca, & contra ella ha hum sò remedio, que he beber o çumo de outra herva contrapeçonha da que tomão as negras pera mover, com a qual beberagam escapão da morte. Mas pera aproveitar esta mêzinha, ha de ser tomada no mesmo dia, em que o mal se pegou porque se lhe dilatão a cura, logo lavra a peçonha até chegar ao coração, & já então não tem remedio. Destas duaservas ha muita quantidade na terra firme de Moçambique, mui conhecida de todos." Santos 1609, Primeira Parte, Livro Terceiro, fl. 89v. [Author' translation].

authorised by law and accepted by the ruling classes as much as the easy solvability of marriage seem to have been intolerable to those who wanted to impose the Roman Catholic religion upon a country that was already assumed to be Christian: Ethiopia, identified as the Priest John kingdom.²² The accounts studied in a recent paper by Wendy Laura Belcher give added notice to this fact: the facility by which women, namely elite women connected to the court, could dispense of their husbands and exchange partners by divorcing, along with the apparent social tolerance towards infidelity seemed to be one of the resistance points between them and the Jesuits, even if not the only one (Belcher 2013, 121-66). This could have been one of the reasons that led to the unsuccessful attempts of the Jesuits to convert Ethiopia to the reformed Roman Catholic model during the sixteenth century.

Conclusion

Summing up, Portuguese settlement on the Indian Ocean, including the Eastern Coast of Africa, along with cooperation between the Portuguese and autochthone societies, economies and cultures depended on the agency of women, performing as brokers and go-betweens across different societies, economies and cultures. This involved both Portuguese and autochthone women, even if on different scales and levels.

In any case, against a background of resistance, conflict, cheating, defection, intermingling and assimilation, those women, Portuguese and autochthone alike,

22 "A liberdade, & facilidade em repudiar as molheres, era tam grande, que cada hum deixava a molher que tinha quando queria, & tomava outra; & outros com licença de seus Patriarchas, tinham mais que hũa, & com a mesma licença tinham hũa amiga, quando nam se pagavam de sua molher, & falando-se na obrigação que avia na Igreja Romana, de sustentar pera sempre o matrimonio, & nam se desfazer nunca se nam por morte, ouve muytos senhores principaes que representaram ao Emperador ser este preceito pera elles jugo intolerável; mandou elle fazer hũa junta de todos os senhores da Corte Azaguès que sam como Dezembargadores, luyzes, Letrados, & Frades, & que nesta junta declarasse o P. Superior dos da Companhia o estillo de Europa, neste particular. O P. lhes declarou a insolubilidad do matrimonio, & como polas leys civis tinha o adultério pena de morte, salvo a parte inocente lhe perdoasse, avendo causas de consideração o juis ecclesiastico por sua sentença fazia separação entre casados, ficando porem elles incapaz de contrahir matrimonio com outros. Quadrou a todos este estillo, & assentaram, que assim se guardasse inteiramente em Ethyopia; de que logo se lançou pregam geral por mandado do Emperador. O que se vay guardando, porem com muita dificuldade ainda entre senhores Catholicos, com quem corria por hũa estrada muy larga, & o obrigam a caminhar por atalho muy estreito: tendo o contrario como por ley, em que viviam à sua vontade, tanto mais quanto eram mayores senhores de sangue, & casta real os que ouzavam." Veiga 1628, 6-6v. [Author's translation].

acted as intermediaries between different worlds. Their presence and agency were vital to economic relations and the survival of newcomers. They also played an important role in negotiations and when it came to accessing local knowledge. They were active agents of complex processes of identity construction in colonial set-ups, as well as influential in processes of social organization, through their role in families (and on the fringes of institutionalised families) and in the reconfiguration of colonial social environments.

Beside their central roles in families, material culture and everyday life, their economic role was also impressive, as were their actions as political intermediaries. Equally important was their impact on religious practice and syncretism, on the emergence of new linguistic patterns, and on knowledge transmission. Those practices emerged as a result of cross-cultural interaction, featuring women within colonial societies, whether they were colonizers, colonized, placed in the centre or on the margins of the system.

By providing empirical evidence for the centrality of these women, this chapter brings to the fore the role of women as intermediaries between different worlds and highlights the centrality of trans-cultural relations to empire building processes in Early Modern Asia.

Summing up, dyadic interactions between individuals proved as important to the building of the Portuguese empire in the East as formal political strategies. This insight has provided the basis for our analysis of women who acted as intermediaries between worlds in the Portuguese colonial setup, with particular emphasis on the Eastern Coast of Africa.²³

Published Sources

- ANDRADE, Francisco de. 1589. *O primeiro Cerco que os turcos puserão há fortaleza de Diu nas partes da Índia defendida pelos portugueses*. Coimbra: João de Barreira.
- BRÁSIO, Padre António. 1965. *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1647-1650)*, vol. X. Lisbon: Agência Geral do Ultramar.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. 1833. *Historia do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Lisbon: Typographia Rollandiana.
- CORREA, Gaspar. 1858-1866. *Lendas da Índia*. Lisboa: na Tipographia da Academia Real das Sciencias, 8 vols.

23 An approach also followed by recent historiography. See, among others, Lawrance, Osborn, and Roberts 2006.

- COSTA, Cristóvão da. 1578. *Tractado de las drogas, y medecinas de las Indias Orientales con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente*. Burgos: Martin de Victoria.
- GALVAO, António. 1971. *A Treatise on the Moluccas (c. 1544), probably the preliminary version of Antonio Galvao's lost História das Molucas*, ed by H. Jacobs S. J.. Rome: Jesuit Historical Institute.
- ORTA, Garcia de. 1563. *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India....* Goa: Ioannes de Endem.
- ORTA, Garcia de. 1891. *Coloquios dos Simples e drogas da India*. Edição publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Socio Effectivo da mesma academia, vol. 1. Lisbon: Imprensa Nacional.
- PINTO, Fernão Mendes. 1614. *Peregrinação*. Lisbon: Pedro Crasbeeck.
- PIRES, Tomé. 1944. *The Suma Oriental of Tomé Pires*. London: Hakluyt Society.
- REGO, António da Silva (ed.). 1949. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*, 2.º vol. Lisbon: Agência Geral das Colónias.
- REGO, António da Silva, and T. W. Baxter (eds). 1962-1975. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*. Lisbon: National Archives of Rhodesia and Nyasaland and Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- RIVARA, J. H. Da Cunha (ed.). *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 4. 1862. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- SANTOS, Fr. João dos. 1609. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*. Évora: Por Manoel de Lira.
- SOUSA, Manuel de Faria. 1666-1675. *Asia Portuguesa*. Lisbon: En la Oficina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 3 tomos.
- TEIXEIRA, Pedro. 1610. *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen, descendencia y succession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viage hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*. Amberes: Hieronymo Verduessem.
- VEIGA, Padre Manoel da. 1628. *Relaçam Geral do Estado da Christandade de Ethiopia...* Lisboa: Mattheus Pinheiro.

Bibliography

- ALBUQUERQUE, Luís de. 1992. *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses*. Lisbon: Caminho.
- BAIÃO, António. 1930. *A Inquisição de Goa. Correspondência dos inquisidores da Índia (1569-1630)*. Coimbra: Academia das Ciências.
- BELCHER, W. L. 2013. "Sisters Debating the Jesuits: The Role of African Women in Defeating Portuguese Proto-Colonialism in Seventeenth-Century Abyssinia." *Northeast African Studies* 13 (1): 121-66.

- BOXER, C. R.. 1977. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Lisbon: Horizonte.
- BOXER, C. R.. 1988. *Relações raciais no império colonial português 1415-1815*. Porto: Afrontamento.
- BOYAJIAN, James Charles. 2008. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- BRACHT, Fabiano. 2017. “Ao ritmo das monções. Medicina, Farmácia, História Natural e Produção de Conhecimento na Índia Portuguesa no século XVIII.” PhD diss., University of Porto.
- CALDEIRA, Arlindo M.. 1999. *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe, séculos XVI-XVII*. Lisbon: Cosmos.
- CALDEIRA, Arlindo M.. 2007-2008. “Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII.” *Arquipélago* 2 (11-12): 49-72.
- CAPELA, José. 1995. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento.
- CATTERALL, D., and J. Campbell (eds.). 2012. *Women in Port. Gendering Communities, Economies, and Social Networks in Atlantic Port Cities, 1500-1800*. Leiden: Brill.
- CHUNG, Hwang. 1960. “Hai Yü (Words about the Sea), 1537.” In *Historical Notes on Indonesia and Malaya, Compiled from Chinese Sources*, edited by Willem Pieter Groeneveldt, 128. Djakarta: Bhratara.
- COATES, Tymothy J.. 1998. *Degredados e orfãos: colonização dirigida pela coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FICALHO, Conde de. 1988. *Viagens de Pêro da Covilhã*, Lisbon: IN-CM.
- FINDLY, E. B.. 1988. “The Capture of Maryam-uz-Zamānī’s Ship: Mughal Women and European Traders.” *Journal of the American Oriental Society* 108 (2): 227-38.
- GREEN, Monica. 2008. “Gender in the History of Women’s Healthcare.” *Gender & History* 20 (3): 487-518.
- HAVIK, P. J.. 1994. “Women and Trade in the Guinea Bissau Region: The Role of African and Luso-African Women in Trade Networks from the Early 16th to the mid-19th Centuries.” *Stvdia* 52: 83-120.
- HAVIK, P. J.. 1996. “Comerciantes e concubinas: Sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné.” In *II Reunião Internacional de História da África: A dimensão Atlântica da África*, 161-79. São Paulo: CEA/SDG-Marinha.
- HAVIK, P. J.. 2004. *Silences and Soundbytes: The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-Colonial Guinea Bissau Region*. Münster: Lit Verlag.
- ISAACMAN, Allen F.. 1972. *Mozambique: the Africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos. 1750-1902*. Madison, WI: The University of Wisconsin Press.

- LAWRANCE, B., E. L. Osborn, and R. L. Roberts, eds. 2006. *Intermediaries, Interpreters, and Clerks. African Employees in the Making of Colonial Africa*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- LOBATO, Alexandre. 1962. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisbon: J.I.U.
- NEWITT, M. D. D.. 1973. *Portuguese Settlement on the Zambesi*. London: Longman.
- OWENS, S. E., and J. E. Mangan (eds.). 2012. *Women of the Iberian Atlantic*. Baton Rouge, LA: Louisiana State University Press.
- PEARSON, M. N.. 1976. *Merchants and Rulers in Gujarat: the Response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press.
- PEARSON, M. N.. 1998. *Port Cities and Intruders: the Swahili Coast, India, and Portugal in the Early Modern Era*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- PENALVA, Elsa. 2011. *Mulheres em Macau. Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas. Século XVI e XVII*. Lisbon: CHAM.
- PEREIRA, António dos Santos. 1990. "Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, de Castelo Branco: Agentes Secretos de D. João II." In *Anais Universitários. Série Ciências Sociais e Humanas*, n.º 1, 147-55. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- POLÓNIA, Amélia, and Rosa Capelão. 2017. "Connecting worlds. Women as intermediaries in the Portuguese Overseas Empire." In *Cooperation and Empire. Local Realities of Global Processes*, edited by Tanja Bühner, Flavio Eichmann, Stig Förster, Benedikt Stuchtey, 58-89. Oxford and New York: Berghahn Books.
- POLÓNIA, Amélia, and Rosa Capelão. 2018a. "Introdução." In *Primeira obra de aventura e contactos intercivilizacionais: Peregrinação*, by Fernão Mendes Pinto, 21-83. Edição crítica e comentada. Lisbon: Círculo de Leitores (Obras pioneiras da cultura portuguesa: 19).
- POLÓNIA, Amélia, and Rosa Capelão. 2018b. "Women as Go-Betweens in Processes of Cultural Encounters: the Portuguese Overseas Empire Case Study (1500-1700)." In *Connecting Worlds. Production and Circulation of Knowledge in the First Global Age*, edited by Amélia Polónia, Fabiano Bracht, Gisele da Conceição, 269-95. Newcastle Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- POLÓNIA, Amélia. 2000. "Ocupações femininas em sociedades marítimas (Portugal, Século XVI)." *Mare Liberum* 18/19: 153-78.
- POLÓNIA, Amélia. 2004. "De Portugal a espaços ultramarinos. Inclusão e exclusão de agentes femininas no processo de expansão ultramarina (século XVI)." In *Historia, Género y Familia en Iberoamérica. Siglos XVI-XX*, edited by D. D. Mendoza, 21-66. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello/Konrad Adenauer Stiftung.
- POLÓNIA, Amélia. 2007a. *Expansão Ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisbon: IN-CM.
- POLÓNIA, Amélia. 2007b. "Women's Contribution to Family, Economy and Social Range of Maritime Communities in Sixteenth-Century Portugal." *Portuguese Studies Review* 13 (1/2): 269-86.

- POLÓNIA, Amélia. 2009. "Women's Participation in Labour and Business in the European Maritime Societies in the Early Modern Period." In *II ruolo economico della famiglia. Secs. XIII-XVIII*, 705-720. Prato: Instituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini".
- POLÓNIA, Amélia. 2013. "Informal Self-Organised Networks in the First Global Age. The Jesuits in Japan." *The Bulletin of the Institute for World Affairs Kyoto Sangyo University* 28: 133-58.
- POLÓNIA, Amélia. 2017. "Interactions between the local and the global. Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700)." *Asian Review of World Histories* 5, no. 1 (Jan.): 113-39. [https://doi: 10.12773/arwh.2017.5.1.113](https://doi.org/10.12773/arwh.2017.5.1.113).
- POLÓNIA, Amélia. 2019. "Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700)." In *Indian Ocean Histories: The Many Worlds of Michael Naylor Pearson*, edited by Rila Mukherjee, and Radhika Seshan, 97-123. New Dheli: Routledge India.
- REID, A.. 1988. "Female Roles in Pre-Colonial Southeast Asia." *Modern Asian Studies* 22 (3): 629-45.
- RODRIGUES, Eugénia. 2002. "Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII". PhD diss., University of Lisbon (published in 2013, Lisbon: IN-CM).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 2002. *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial*. Lisbon: Estampa.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (ed.). 1990a. *Merchants, Markets and the State in Early Modern India*. Delhi: Oxford University Press.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1990b. *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*. Delhi: Oxford University Press.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1993. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. London: Longman.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1996. *Merchant Networks in the Early Modern World*. Aldershot: Variorum Books.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1994. *De Ceuta a Timor*. Lisbon: Difel.
- WATSON Andaya, B.. 1995. "Women and Economic Change: The Pepper Trade in Pre-Modern Southeast Asia." *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 38 (2): 165-90.
- WHITE, R.. 1991. *The Middle Ground. Indians, Empires, and the Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WINTERBOTTOM, A. 2010. "From Hold to Foredeck: Slave Professions in the Maritime World of the East India Company, c. 1660-1720." In *Maritime History as Global History*, edited by M. Fusaro, and A. Polónia, 95-124. St. John's, NL: International Maritime Economic History Association.
- ZAMAN, T. R.. 2013. "Visions of Juliana: A Portuguese Woman at the Court of the Mughals." *Journal of World History* 23 (4): 761-91.

Goans on the move to Moçambique: Doctors, administrators, priests, soldiers and *degradedados*

FÁTIMA DA SILVA GRACIAS

Goans have been on the move from their homeland for centuries in different directions and this movement continues till date. They have been moving for a variety of reasons and mainly for better opportunities (Gracias 2000b, 427).

The movement of Goans to Moçambique (East Africa) began from early centuries of Portuguese colonial rule in Goa (1510-1961) as early as the second half of the sixteenth century, if not earlier. Being part of the great Estado da Índia Portuguesa there were close links between these two Portuguese colonies, even after Moçambique was separated from the Estado in 1752. The number of those who went from Goa to Moçambique, from the sixteenth to eighteenth century was small, it progressively increased in the last century of Portuguese rule in Goa.

Portugal was keen to have people of their own, to colonize Moçambique and to expand their administrative structures but people from Portugal were not easy to come by. The Portuguese were reluctant to go to Moçambique, to what was known as *terra de degradedados* – a place where convicts were exiled, a place with damp climate, poor health and service conditions. Lourenço Marques (which later became the capital city) was referred to as *cemitério dos Europeus*. All kinds of diseases prevailed in this colony. Mortality rate was high due to prevalence of yellow fever, dysentery, pulmonary diseases, malaria and epidemics of plague, small pox and cholera. Tick-bite fever existed in the Rios de Sena region. Under these circumstances, Portugal turned towards her colonial possessions in the East for human resources (Shirodkar 1988, 44).

In the seventeenth century, many requests were sent by the authorities of Moçambique to the Viceroy in Goa, asking for *canarins*. In 1682 about 50 settlers, supported by the State arrived in Moçambique, some of them with their families. A few years later in 1685, a batch 18 *canarins* couples reached Moçambique. These were mainly farmers and religious.

During this period, opinions were divided about this move. Viceroy Conde Linhares, supported the move of Goans with their families to Moçambique. Others who did not think much of the Goans, feared that they might jeopardize trade for the Portuguese. The Portuguese settlers in Moçambique resented the trading competition posed by Goans and other Indians.

Records such as *Monções do Reino* and *Estrangeiros* at the Historical Archives of Goa provide lists of Goan *canarins* and *mestiços* sent from Goa to Moçambique. The number of *canarins* that could be sent was far less than required. The *Cartograma da Penetração Goesa em Moçambique nos séculos XVI a XIX* published from a list that was available at Casa de Goa in Lourenço Marques (Maputo), provides names of important Goan pioneers, who lived in various parts of Moçambique from the sixteenth to the nineteenth century. The majority were Christians. A few were non-Christians and from their surnames they appear to be Gujaratis, perhaps from Diu.

In the first half of the twentieth century colonial Goa, we find institutions such as Santa Casa de Misericórdia de Goa, providing incentives to its members to settle in Moçambique and Angola. (Gracias 2000a, 53). Emigration of Goans was encouraged at this time by the Portuguese government to solve its economic problems and provide job opportunities to the educated Goans.

In Moçambique, Goans were involved in almost all areas of social activity. Goans travelled to Moçambique for trade (mainly for gold, ivory and slaves), to offer medical and humanitarian assistance, to help the rulers run the administration, maintain sovereignty, provide justice, offer engineering expertise, propagate the Christian faith and put down rebellions. For instance, two Goans Manuel António de Souza from Mapuça (Bardez) and Anselmo Ferrão, helped the Portuguese government to put down insurgency in Moçambique, against the Portuguese crown by the local native chieftain and the rich region of Zambezi was brought under Portuguese control. During the second half of the nineteenth century Souza made available his private army to the Portuguese on various occasions.

Goans also came to the aid of the Portuguese government in times of famines and other calamities, as in the case of Roque de Sequeira Nazare, who had made a fortune from trade. In 1872, Nazare placed at the disposal of the Government at Tete, his granaries and sheep to provide food for those fighting against the Bongo. He provided also sipayis to fight in the conflict.

A few Goans ruled as chieftains – they acquired vast land and built mini kingdom with private armies of their own. Goans worked as intermediaries in wars fought by the Portuguese with numerous native rulers to acquire control. They became part of the *prazeiros* group too. By the early nineteenth century, Goans had attained a dominant social and economic position in the *prazeiro* society. Allen Isaacman says that the first to rule the territory of Makanga, the homeland of the Muzimba was Goan merchant Pedro Caetano Pereira who adopted African ways (Isaacman 1972, 20). His family ruled for around a hundred years. The clan practiced polygamy, recognized the primacy of the older wife and adopted the system of military inheritance. Four Goan families became well known in Moçambique, after they acquired large *prazos* in the Zambesi valley – Pereira, Souza, Vas dos Anjos and da Cruz families.

In Moçambique, Goans were involved in constructions works of schools, hospitals, homes for the destitute, Government buildings, roads, bridges and churches. They acted as agents to bigger foreign firms who had no storehouses in trading areas or worked for them and at times acted as intermediaries between the Portuguese Government and English and Dutch firms established there.

A. Rita Ferreira writes that “The Goans befitting from the rights similar to those of the Europeans dominated in the clergy, the army, public administration and in the private activities, particularly in the society of the *prazos* of the Crown. He points out further that they carried with them their caste system and that the majority of *chardos*, *sudras* and *pariyas* settled in areas around Rios de Sena and very few Brahmins were there” (Ferreira 1985, 632). We know that Goans of all classes and castes, educated and illiterate, were spread in Lourenço Marques, Beira, Nampula, Quelimane and other areas. Educated Goans had a preference for Lourenço Marques, Beira and Quelimane. They acquired land and built houses. There was much mingling between them.

Christian Goans were considered whites by the natives and the Muslims and the Hindus were considered Indians and merely *monhes*. Nevertheless, some prejudices or restrictions existed as far as Goan Christians are concerned. Goans could not enter hotels and clubs reserved for the ruling class. Independent women’s migration was not common at all unlike Goan independent women’s migration to Bombay and other areas of British India and in more recent times to the Middle East (Gracias 2007, 123-129). Women who went to Moçambique, moved there as wives or prospective wives to Goan men living there or as convicts exiled there for the crimes committed in Goa.

The migration of the Goan Catholic educated elite became intense from the second half of the nineteenth and first half of the twentieth centuries on account of growth of education in Goa and this was also the time the Portuguese began

to organize their administrative structure for the whole colony (Moçambique). While there was growth in education, there was no corresponding economic development that would provide employment to Goans in Goa.



Fig. 1. A group of Goans in Lourenço Marques in 1950s. Photo from the family album of Fatima da Silva Gracias

Among those who went to Moçambique during this period were doctors, lawyers, engineers, teachers, priests and pharmacists. A few worked as editors of newspapers, such as Jasso Pereira, who worked for and later became one of the editors of *Diário de Moçambique*. Those who worked for the Government either joined the overseas cadre or went on transfer from Goa, usually on promotion. There are instances when transfers were made to the colonies as punishment for expressing political views which were contrary to the views expressed by the government in power. In a recent interview, a noted Goan painter Vamona Navelkar, who worked as Art teacher for nine years in Moçambique, mentioned that he was supposed to work in Lourenço Marques; however, he was sent from Lisbon to Nampula, as result of his political views on the Goa question in the 1950s. Goans became a part of the educated elite of this colony. With their knowledge of Portuguese and English, Goans were able to take up jobs with the private sector as well, particularly with the English, Dutch and other foreign companies.



Fig. 2. Manuel A. F. Colaco was with Allen Wack & Sheperd Navigation Co. in Ilha de Moçambique (1918-1923) and in Beira from 1923. Photo courtesy: Tereza Maria Colaco.

Underprivileged Goans worked as compounders, clerks, musicians, bakers, cooks, tailors, carpenters, masons, farm hands, fishermen and mine workers. There is hardly any information available about this group in our side of the world and perhaps in Moçambique too. In Maputo (Lourenço Marques) and few other places there are fishermen's community of Goan origin, who still observe many customs, traditions and food habits of their former land. Sometimes people of humble means rose to prominence in this colony.

Goans sent regular remittances to the family back home. They came home every few years to visit the family, on important occasions or in the case of bachelors, to marry a woman selected by their parents whom they had never met or just seen through a photograph and description given by the family. At other times, the prospective bride went to Moçambique to marry. The man who married in Goa did not always take the new wife with him, he left her with his parents. Goans working in Africa were considered a good match. Some Goans

parents came home to Goa to leave behind their children for the purpose of education or women returned with her children when they lost their husbands in Moçambique.



Fig. 3. Two Goan families in Lourenço Marques in 1930s. It is not clear who are the two girls in white on either side. Photo credit Antonieta da Cruz e Fernandes.

Goans in Moçambique at times forged alliances with Portuguese women, *donas de prazos*, *mulatas* and other natives. According to Isaacman, wealthy Goan traders, who began to reside in the Zambezi after the abolition of trade restrictions in the middle of the eighteenth century were the least accepted as husbands. He says such marriages were even considered scandalous. But things began change due to dearth of Portuguese eligible men and in course of time it became more acceptable to marry Indians even though some prejudices persisted.

This paper seeks to highlight the wide role played by Goan doctors, administrators, priests, soldiers and exiles in the overall well being and prosperity of Moçambique during colonial times.

Goan doctors and Administrators

From the middle of the nineteenth century a few institutions of higher studies were established in Goa among these was the Escola Médico Cirúrgica de Goa (1842), to provide Goa and Portuguese Africa with doctors trained in Western medicine.

During this period there was acute paucity of doctors in Portugal even to meet their own needs. Besides, Portuguese doctors were reluctant to go to Moçambique. The Portuguese government tried to rectify the situation by offering better service conditions. In 1862, the Portuguese government declared that Portuguese doctors were to receive same salary as the members of Naval and Overseas Council who had worked in the army. Doctors could retire with full salary after ten years of service in Africa and just before retirement, they were to be promoted to higher grade and entitled to leave travel allowances. Nevertheless, there were few takers for jobs in Africa among the Portuguese. This void was filled by Goan doctors graduating from the Goa Medical School and those Goans who studied medicine in Portugal.

Goan doctors in Moçambique did pioneering work in the sanitation of the colony and in eradicating epidemics. They helped the Government in maintaining environmental hygiene in cities and villas and were responsible for maintaining over all well being of Moçambique (Costa 1956, 176). They enjoyed respect from the people and in their turn the doctors had influence over them.

In 1854, the arrival in Moçambique of the first three doctors from Goa who were appointed as surgeons was not welcomed by the Governor perhaps because they were graduates of Escola Médico Cirúrgica de Goa, he did not have high opinion and the newly arrived surgeons had no experience. After informing the higher authorities about his objection, the Governor made their services available to other Portuguese colonies in Africa. Joaquim Francisco Colaço remained in the city of Moçambique and the other two José Francisco Cornelio Filipe Dias and Caetano Florencio Colaço, were sent to Cabo Verde. But within three years they were back in Moçambique, possibly after the governor left the place. Later the services of all the above three mentioned doctors, were highly appreciated by the Portuguese government for their work during cholera epidemic that broke out in the middle of the nineteenth century.

Joaquim Francisco Colaço from Margão (Goa) began his career as a doctor of the Military Hospital of the capital town (Ilha de Moçambique), he went on to become a member of the prestigious Health Board, harbour doctor (*guarda-mor*) and for some time acting director of the Military Hospital. Joaquim Francisco Colaço was responsible for drafting the *Regulamento do Serviço Medico Militar*

da Província de Moçambique and *Regimento de Preçário da Venda das drogas preparadas na Farmácia do Hospital Militar*. He occupied other positions in the administration of the Province such as Municipal Councilor of Moçambique, Procurador da Junta Geral do Distrito of Ibo and member of Managing Committee of Santa Casa de Misericórdia.

Caetano Florencio Colaço was also from Margão. On his arrival in Moçambique his services were made available to other Portuguese colonies in East Africa. He was sent to Sa de Bandeira, where he received his first assignment as Health officer of Inhambone. In this place he left his mark for having worked in the sanitation of the town, vaccination of the population and other health measures. He returned to the island of Moçambique in 1857. In 1860 he was sent to Vila de Tete as the Director of *Enfermaria Militar*, which until then was in the hands of another Goan doctor Valentino Fernandes. In 1864, he was also the Councilor of Camara Municipal de Tete. After fourteen years of service, just before his retirement he was promoted as facultative *de primeira classe*. This helped him to get higher benefits in his pension. In 1866 he returned to Goa and he was appointed honorary doctor of Hospital do Hospicio, Margão. His two others brothers who were also doctors: Luis Fernando Colaço and Manuel Agostinho Colaço worked in the Health Services of Angola. The first Goan doctor who worked in the fortress of Lourenco Marques and did pioneering work in the area of sanitation was José António Miranda from Margão.

As already mentioned, cholera, malaria, yellow fever, small pox and dysentery prevailed in Moçambique as in other areas in the region. Goan doctors worked to fight against these epidemics and eradicate the same. Cholera was first detected by doctor Joaquim Francisco Colaço in a ward inhabited by the Baneas community (Ilha de Moçambique) in 1859. The epidemic lasted over a month, during which there were 779 cases of cholera. Two hundred and sixty-four patients were treated at Military Hospital of the capital and 163 succumbed to the disease. Military doctor Caetano Florencio Colaço was brought from Tete to help in the hospital. (Costa 1956, 172). This was the first known epidemic of cholera in Moçambique.

The annual reports sent by Government doctors to the higher authorities are good sources of information about the conditions of health and hygiene in different parts of the Province under Portuguese control. For instance, in 1865 Aleixo Mariano Fernandes who was a surgeon in the health cadre of Moçambique, *Delegado de Saúde* na Vila de Tete and surgeon in the Batalhão de Caçadores gives us an insight about the sanitation in the district of Angoche. In October 1864, on his way to Quelimane he had to pass through the district where he was held back

due to inclement weather. Here he had the opportunity to visit a tiny five bed *Enfermaria Militar* in the charge of a male nurse. When Frenandes visited the place there were four patients, one of them suffering from acute hepatitis. Fernandes reported to the authorities that cleanliness of the ward and the clothes of the patients left much to be desired and the place was so bad that it was not even fit to be a morgue. The floor of this tiny place was covered with leaves. Caetano Florencio Colaço who was in charge of an *Enfermaria Militar* at Vila Tete, writes in his first report that the majority – of his patients were soldiers involved in farming. The common disease in the area were intermittent fevers, diarrhea and dysentery. He complained about the rusty conditions of surgical instruments, which were worse than the ones used in the morgue of the capital town. Notwithstanding these conditions, he had to make use of them to amputate the leg of a native bitten by a crocodile.



Fig. 4. Indian commercial quarters at Ilha de Mocambique, photo by Fatima da Silva Gracias

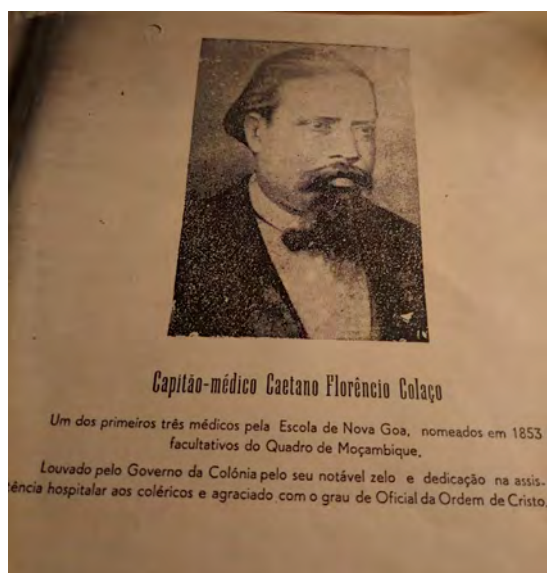


Fig. 5. Photo from Arquivos da Escola Medico Cirurgica de Nova Goa

A few of the Goan doctors trained in Bombay and England also moved to Moçambique like the highly controversial yet popular Jervis Pereira from Velsão-Goa. His was an interesting life. After studying medicine at the Grant Medical College, Bombay, he left for Glasgow and Edinburg to specialize in Gynecology and Obstetrics. After completing his studies, he left for Portugal and from there to Moçambique when he was appointed Medical officer in charge of Hospital de Lourenço Marques. He occupied several other positions. He was unanimously elected the Vice President of the Municipal Council and soon rose to be its President. Pereira was also Medical Officer in Charge of Railways Company of Lourenço Marques and Consul for Greece and Italy. A man of high principles, he incurred the displeasure of the Governor. His career was full of controversies but his work was appreciated and he received some awards. He died on his way back to Goa.

Goan doctors played a wide role besides taking care of the sick. Many participated in the administration of the colony. Some were members of the Municipal Council as in the case of Joaquim Francisco Colaço and Caetano Florencio Colaço. Goan military doctors fought in the colonial wars against the native rulers, they helped the Portuguese to maintain sovereignty in the colony by putting down rebellions. Some gave their life in conflicts as in the case of military doctor Albino Pascoal da Rocha from Aldona in North Goa, son of Mariano de Rocha. Albino da Rocha participated in the campaign against the Bongos (1863) on the bank of Zambezi. An order issued by the Government in 1869 states da Rocha died in the service of the nation.



Fig. 6. From Arquivos da Escola Medico Cirurgica de Nova Goa

Other doctors who participated in various campaigns are Aleixo Caetano de Souza, Luis Fernando Colaço, Inacio Caetano Xavier, António Micael de Azavedo, Filomeno de Sá and Luis Caetano de Santana Alvares. António José de Souza of Nachinola also participated in a campaign in Moçambique. In 1885 he joined in the second *Batalhão do Regimento de Infantaria do Ultramar*. Sometimes Goan doctors substituted government officials when they went on leave overseas.

Being multilingual, Goan doctors often acted as intermediaries between the Portuguese and natives as well as foreigners who had their firms and companies in Moçambique. Goan doctors spoke in Portuguese, Konkani (their mother tongue), many knew English besides having good knowledge of French and Latin which they required in their medical studies in Goa.

The contribution of Goan doctors in maintaining sanitation and controlling diseases did not go unacknowledged by the Portuguese Government. Their services were appreciated and recognized specially the services of those who worked to control and eradicate epidemics of cholera and plague. Joaquim Francisco Colaço and Caetano Florencio Colaço, two of the first three doctors to arrive in Moçambique were awarded the *Ordem do Cristo* for their outstanding work during the cholera epidemic of 1859. They took care of 120 cholera patients in the hospital of the capital city and outside. Andre Eustaquio Monteiro received *Torre e Espada* and Agostinho José Maria de Souza of Nachinola, Goa received the *Ordem da Conceição* for their services during the cholera epidemic of 1870-1871. The award *Cruz de Torre e Espada* and *Cristo Avis* was granted to

a doctor from Margão Luis Caetano de Santana Alvares, for his work in fighting epidemic of plague in parts of Moçambique (Gracias 1994, 197). In addition he was given a gold medal for outstanding work in Portuguese colonies. He was a brilliant student from Goa Medical School who repeated his medical studies at Porto-Portugal. Alvares participated in various military operations in Moçambique and Guiné.

After finishing his medical studies in Medical School of Porto, José Manuel Braz de Sá joined the health cadre of Moçambique and occupied the position of acting Director of Health Services and took part in a military campaign. Braz de Sa was decorated with *Torre e Espada* for his contribution in Moçambique. Doctor and pharmacist Damasceno Isaac da Costa from Navelim, Goa, who was responsible helping to end the war in Angoche was given the award *Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Conceição*. Doctors who belonged to the overseas cadre went directly to Moçambique, while others were sent from Goa on promotion.

Administrators

Goans formed the backbone of the Moçambique administration. Some Goans occupied important and powerful positions in the Government, although not always, as there was preference for people from Portugal. In the course of time, the Portuguese began to depend on Goans to maintain their sovereignty and to penetrate into the interior.

Among those Goans in Moçambique who rose to unparalleled prominence in the overseas administration was Inacio Xavier of Loutolim in south Goa. In 1760 he was appointed Secretário Geral of the colony (Costa 1956, 173). An unexpected position at the time, when Portuguese from Portugal were preferred. He was the first Goan to be appointed for this post after Marques de Pombal separated Moçambique from the Estado da India (1752). His work titled *Noticias dos Dominios Portugueses na Asia Oriental* was much appreciated. Cupertino de Andrade also occupied this post on an acting basis.

Goans were appointed Governors or acting Governors of certain provinces of Moçambique. In 1829 António Mariano da Cunha was appointed Governor of Vila Porto de Quelimane (Costa 1956, 174). Tomas José Peres was the Governor of Quelimane, Tete and Sena from 1838 to 1842. Francisco João da Costa Xavier from Loutolim, a military commander, was the acting Governor of Rio Sena areas. In his old age with the help of his large number of slaves, he prevented people of Choutamo and Bongo from taking over Tete. One of the first Goan doctors to go to Moçambique, Joaquim Francisco Colaço was given powers to sign government orders when one of the Governors died. Francisco

Pereira, a Goan, is reputed to have founded the town of Zumbo (Ali 1988, 12). Several Goans were appointed as Capitão-mor of various provinces. José Anselmo de Santana, Friar Pedro Trindade, Cristóvão Sebastião Xavier and Manuel António de Souza.

Goans worked as judges, as directors of government departments and members of the Municipal Council as in the case of Joaquim Francisco Colaço and Caetano Florencio Colaço. Goans were also responsible for the maintenance of Portuguese sovereignty and the penetration of the interior that laid the outlines of frontiers as they exist today. There was hardly any part of the society, Goans were not involved.

In colonial times, Goa had no law school to train lawyers, judges and others in the field of jurisprudence. Those who wished to join this line had to study privately under a well-known lawyer and then appear for the Government examination. The successful candidates were issued a letter by the Government permitting them to practice. The other option to young aspiring lawyers was to go to Coimbra or Lisbon for their studies. Many Goans who studied law went to work in the colonies, mainly Moçambique and occupied posts of Delegado de Procurador da Coroa and Ouvidor e Auditor dos Conselhos de Guerra. Some of these rose to be Presidentes de Relação as in the cases of Caetano Gonsalves, Artur Rebelo and Taumaturgo Furtado. Born in 1861 in Colva at his maternal grandparents' home, Taumaturgo Furtado was the son of Gelasio Dos Remedios Furtado from Mercedes and Leopoldina Cleta da Silva Pereira from Colva. He studied law in Lisbon, occupied several positions in the judiciary until he was elevated to the post of President de Relação of Moçambique. Both Furtado and Rebelo later occupied important positions in the judiciary in Portugal too.

José Vicente da Gama came from a well-known family of Saligão (Goa). Gama occupied several positions in the judiciary and administration of Moçambique. He was the Councilor and President of the Municipal Council, Procurador da Junta Geral do distrito, Escrivão Deputado de Fazenda – the highest post in the revenue department –, member of the Provisional Government and author of *Almanach Civil Eclesiastico, Historico, Adminsitrativo da Provincia de Moçambique* for the year 1859. This was the first work published in Moçambique and for the information it provides could be considered a pioneer of historiography of Moçambique.

Some Goans were directors of the Government departments such as Public Works Department, Agriculture and Health. António Figueiredo Albuquerque, the director of Public Works of Nampula and Quelimane and deputy director of Public works department in Lourenço Marques. Figueiredo was involved in the construction of the Cathedral of Our Lady of Fatima of Nampula. He went to

Lisbon in his teens to study civil engineering and from there he further specialized on bridges and roads in Paris. In 1961 he returned to Goa for a few months as Director de Gabinete de Estudos. In 1962 he went back to Lisboa and joined the Ministry of Overseas. He died in October 1988. Another Goan, Bernadino Camilo da Costa, who was the Director of Agriculture and for some time Deputy Director of Public works in Goa was sent to Lourenço Marques on promotion. He was an engineer by profession and his specialty was roads and bridges (Heraldo 1953, 1). Along with two other engineers Alvaro Santos Silva and Vicente Canas Mendes was involved in the building a bridge over Rio Dondo. Another Goan, Viriato Albuquerque from Divar was in charge of Alfandegas in the island of Moçambique. Jose Custodio Dias was Secretario de Finança – *Perito Tributario de 1a classe* and Head of Regional Tax Office in Beira.

Santana Sebastiao da Cunha wrote two books on the island of Moçambique namely: *Antiguidade Historica da Ilha de Moçambique* and *Guide to visitors: Moçambique island in Portuguese East Africa*, the latter appears to be in English. Amidst their busy occupation they took time to pen down their impressions of the colony and Goans there. Tome Martinho de Souza wrote the biography of one of his well known relative Manuel António de Souza, Capitão-mor of Zambeze.

Among several other Goans who rendered invaluable services to the Government of Moçambique were: Francisco Henriques Ferrao from Aldona, Joaquim Remedios Monteiro a well known trader of Loutolim, Caetano Camilo Vaz (Ambora), António Mariano da Cunha (Seraulim) and Inacio Caetano de Miranda (Margão).

Missionaries, Soldiers and *Degredados*

Goan priests in various parts of Moçambique were involved in spreading the Christian faith, charitable work, spread of education, providing medical help to the native population and also in some undesirable activities.

Goa was also the religious capital of Estado da India, its Archbishop was the head of the Church throughout the East. Prelazia de Moçambique was under the control of the Archbishop of Goa. Most of the appointments of the clergy to Moçambique were done through him.

According to a source, three Jesuit missionary priests namely Dom Gonsalo de Silveira, Andre Fernandes and Andre da Costa arrived in Moçambique from Goa in 1560. Possibly these were not sons of the soil, who were accepted in the missionary orders at a much later date. The first Goan secular priest was ordained only in 1558. A list dated 1722 shows there were six Goan priests in Moçambique: António Correa, Francisco dos Reis, Bartolomeu Francisco de Menezes,

António Feleciano, Bernadino Falcao and Manuel do Rosario Magalhaes.¹ They appear to have been sent in batches and replaced when there was a death or someone returned back home for good.

The Church Archives in Goa has a collection of letters titled *Prelazia de Moçambique*. The collection consists of correspondence exchanged between religious and secular authorities of Moçambique and religious authorities in Goa, mainly the Archbishop. The letters give us glimpses of the activities of Goan priests in Moçambique. There are letters with requests for priests who could also teach, names of the priests working in Moçambique, requests for religious literature, altar pieces and other religious objects. In some letters one finds complaints about priests engaged in trade, failure to provide accounts of the institutions they managed, particularly of schools under their control. At times there were frictions between the Prelado de Moçambique and the superior of the missionaries living there. Furthermore, the collection also has hand-written copies of letters sent by the Church in Goa to Moçambique, regretting its inability to send priests to that colony.

Like Portuguese doctors, Portuguese priests were reluctant to go to Moçambique and other Portuguese colonies in Africa on account of the unhealthy conditions. A few who went stayed till their compulsory period was over and returned back to Portugal. This situation in Africa led D. António da Silva Leitão, Bishop in Angola to remark that in his Bishopric all the four existent *conegos* were Goans and that without Goan priests, the Se, in his colony would be closed. Goan priests stayed for fourteen to nineteen years without going back to Goa even on holidays. This situation applied to other Portuguese colonies in Africa as well.

Priests from Goa were also reluctant to make a move to Moçambique, for the same reasons as their Portuguese counterparts. There are instances when they refused to sail after their appointment was made. They felt they were discriminated in Moçambique but this discrimination seems to have disappeared by mid eighteenth century. Historian C. R. Boxer writes that the standard of priests from Goa who went to Moçambique was low and that of the Dominican friars, even lower in the eighteenth century (Boxer 1988, 50).

Yet, both secular and missionary clergy from Goa made deep in roads. They enjoyed great influence over the people. They built Churches, schools, institution of charity such as home for the destitute. As mentioned earlier priests from Goa were involved in undesirable activities such as ivory, gold and slave trade. The involvement of the Jesuits in gold and slave trade in Moçambique is well-known. The Dominican and Jesuit missionaries in this colony were powerful and owned several *prazos* in Zambezi region.

1 Historical Archives Goa, *Monções do Reino*, 87, 99-114.

Two Dominican friars from Goa were powerful for several decades of the eighteenth century: Joao Menezes and Pedro Trindade. The former was like a Governor/master of the island of Quirimba and owned hundreds of slaves and the latter was the master of Zumbo and Tete. Menezes was engaged in clandestine slave trade with the French and the English and defied the orders of secular and religious authorities to give up his trading activities and return to Goa (Kohli 2012, 151). It is said that he died surrounded by numerous children and grandchildren. Both the friars had their own private armies made of natives consisting of free and captive slaves. These missionaries often acquired goods from the natives by trading them with *bugigangas*.

Pedro Trindade was Parish priest and Capitão-mor of Zumbo in the early decades of the eighteenth century. Trindade arrived in 1710 from Goa and by 1720 he was the Parish Priest who built a Church dedicated to Our Lady of Consolation. Pedro Trindade was popular with the natives and decades after his death still remembered by the people. He taught his people many arts including the use of European agricultural implements. He was a man of considerable influence, a great administrator best remembered for his healing powers, as an army chief and for mining activities. He popularized an anti-toxin against poisoned arrow wounds which was later given his name *oleo Pedro*. Like his colleagues, Trindade was involved in local politics (Denis 1988, 51). He owned vast properties, traded in gold, ivory, slaves and mining exploration. It is claimed that he even owned an important gold mine and he was a leading expert on gold mining in the rivers of Sena (Denis 1988, 52). He had an army of 1,600 slaves. In 1751, when he died, he left assets in gold, copper and slaves estimated to be 100,000 *xerafins*, a great fortune. A large sum was sent to the Dominican convent in Goa. At the time of his death, Trindade was extremely popular among the Africans. He died surrounded by thirty slaves. Philippe Denis writes that not all his contemporaries had a high opinion of him, many questioned his morality. The Governor of Moçambique Balthasar Pereira de Lago, described him as “A man so ambitious and so wicked that he died in the midst of more than thirty concubines” (Newit 1995, 203). After his death a spirit cult became associated with his memory and it was still possible at the end of the nineteenth century to find the spirit of Frei Pedro invoked in times of famine.

At least three Goan priests were appointed to the post of *Prelado* in charge of *Prelazia* de Moçambique in the nineteenth century. Born in Arpora (Goa) in 1828, D. José Caetano Gonsalves, was appointed Prelado da Prelazia de Moçambique 1874. He was already *Conego-mestre da Escola de Se de Goa, Vigario-Geral do Archbisado*, desembarcador da Relação Ecclesiastica and Administrador da Casa Professa de Bom Jesus when he decided to move to Portugal. The ruler of Portugal D. Luis I was highly impressed with the sermon he gave at Capela de Paço de Ajuda and bestowed on him the title of Pregador da sua Real Capela.

Dom José Caetano worked in Moçambique for four years. He died in Goa in 1884. Another Goan appointed to this position was D. Isidoro Caetano do Rosario Noronha from Ucassaim, son of Ceroulo Deodito de Noronha and Eufrosina Pais de Noronha, he seems to have been a bright student who completed his theology in Rome. He had great aspirations and when appointed *Prelado* de Moçambique, he refused to take over the assignment expecting something higher. This led to a conflict between him and the religious authorities which lasted several years. Goan priest, archeologist and historian Manuel José Feliciano Couto from Socorro, Bardez was also acting *Prelado* de Moçambique during the time the incumbent was on leave in Lisbon. He was a member of the Governing board that governed Moçambique in the absence of the Governor.

Goan soldiers

The Portuguese in Moçambique were in need of troops to protect their possessions, to penetrate into the interior and put down rebellions. Soldiers from Goa started going to Moçambique as early as the late mid sixteenth century. There was a demand for Goan Christian sepiyas who were considered trustworthy not only to fight in the rebellions but also during the later period to keep a check on goods trains. In 1767 about 60 Goan Catholic sepiyas were sent to Moçambique. Portugal was not in a position to send troops and often depended on Goa for such requirements.

In the nineteenth century there were constant requests from authorities in Moçambique and those in Lisbon for troops to be sent from Goa. In 1838, Governor General of Portuguese Goa Barão de Saborozo was writing to the Crown about the need for troops in Moçambique, as the colony was facing barbaric attacks from neighbouring areas of the Bay of Lourenço Marques till Rios de Sena and Safola (Shirodkar 1988, 53). The Government of Moçambique had asked the Governor for 130 native Goan soldiers in order to launch an offensive to stop the terror. In the second half of the nineteenth century, many contingents from Goa were sent to Moçambique, sometimes in specially contracted ships as in 1889, when over 360 soldiers were sent to serve in Moçambique along with some family members. A Goan doctor António Maria de Cunha accompanied the garrison with some male nurses.

Soldiers from Goa sent to Moçambique were not always Goan – many were from neighbouring territories and Bengalis living in Goa and some were British citizens. In the late nineteenth century, there were accusations that many of the Maratha soldiers were first recruited to work in the construction of railways between Goa and British India and later taken to form a contingent.

The Government in Goa found it difficult to send the required number of troops to Moçambique. Maratha soldiers were in demand but they were reluctant to

go to Moçambique during the second half of the nineteenth century for a variety of reasons. They had issues of caste and religion and for this reason were not prepared to work under an officer who spoke a different language, customs and food habits. It appears that there was a bit of racism too, as Maratha soldiers were not ready to mingle with Africans. Furthermore, the remuneration paid to them was much lower than the one paid to their counterparts who rendered service in Macau. The soldiers were married young and many times they were reluctant to leave behind their wives and children. The situation led the government to grant permission to take their families along. To add to all these problems, they also feared the unhealthy conditions in the colony. Often when they came back after years spent in Moçambique, the Government neglected them and they were left to fend for themselves.

During the second half of the nineteenth century, the Governor-General in Goa tried to come up with a plan to convince the Maratha soldiers. According to the plan they would be drafted to serve for a period of three years only under their own officer and they would be paid the same remuneration on par with those in Portugal and their families would receive pension in case of their death in Africa, not only during a campaign but also due to disease. This move did not seem to have helped to attract many soldiers from Goa.

Nevertheless, the Government of Goa managed to enlist and send some garrisons to Moçambique from time to time as in 1889 when the Government sent 360 Maratha soldiers. Some of them went accompanied by their wives and children. A well-known Goan doctor António Maria da Cunha was appointed to go with them with some male nurses.

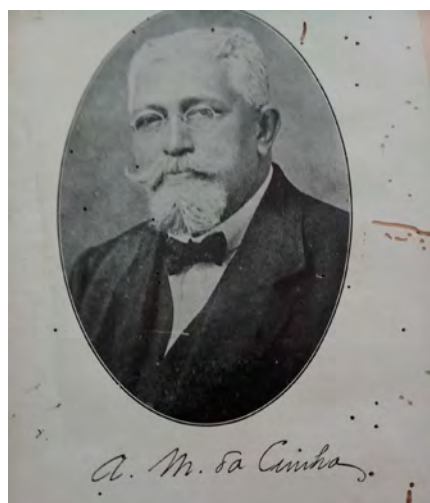


Fig. 7. Photo of Antonio Maria da Cunha.
Courtesy Isabel Santa Rita Vas.

However, a few years later when attempts were made to send more Maratha soldiers to Moçambique, they refused to sail and revolted against the Government. A total 298 military men left the army quarters in Panjim in the middle of the night of 13th to 14th September 1895 and marched to Satari (north Goa), where they were joined by Ranes and other dissatisfied people – people who did not benefit from the distribution of land. This revolt of the soldiers caused some terror and fear around until in November of the same year, a contingent from Lisbon arrived to put down their revolt. Soldiers from Moçambique (known as *landis*) were brought to Goa as early as the first decade of the twentieth century and stationed in Goa, probably to make up for disbanded native contingents. There are also records that they were brought earlier to Goa after the great Mutiny of 1857 in British India, possibly for security reasons.

Degradados

The law and order situation in Goa, particularly in the City of Goa left much to be desired right from seventeenth century onwards. Travelers' accounts and other reports mention about crimes – murder, attacks, carrying of firearms and thefts big and small (Shirodkar 1985, 51). The Government made efforts to control the law and order situation.

The criminals were tried for murder, thefts big and small, carrying arms, disobeying royal decrees and getting involved in dangerous activities. They were punished and many times exiled to Moçambique, Mombasa, Daman and Diu for a period ranging from 2 to 7 years and in some cases up to 9 years. Christians observing non-Christian customs were humiliated, harassed, punished and many times also exiled. Violation by a Christian observing Hindu custom could lead also to a fine of 100 *xerafins* for the first time, while a second violation invited an exile to China or Moçambique. Women were not spared. They too were exiled for crimes and for being involved in prostitution. Penalties were imposed, they were fined, imprisoned, beaten up, their hair shaved off and at times these women were sent to Moçambique.

In 1681, Viceroy Conde de Alvor issued an *alvará* (order) which stated that any secular person who was found on the roads in Goa during the day or night possessing fire arms and other objectionable weapons (with exception of the dress-swords and daggers), would be arrested, jailed and could be banished to Moçambique or Mombasa for six years (Chauhan 1985, 33).

Goans were exiled to Moçambique if they failed to observe regulations issued in connection with observance of non-Christian customs. Those doing so could be fined 100 *xerafins* for the first time while a second violation invited exile to China or Moçambique (Gracias 2012, 103). In 1818 a royal decree was

issued by the Portuguese king at the behest of England, prohibiting the traffic in slaves in Portuguese possession in the north of Equator. Transgressions involved stiff penalties including exile to Moçambique for a period of five years. In the late nineteenth century, the Government in Goa was informing the higher authorities in Lisbon about the existence of sedition among government servants high and low. Several employees were sent as punishment to Daman and Moçambique.

Records at the Historical Archives of Goa such as *Moçambique*, *Monções do Reino* and *Estrangeiros* provides us with lists of those who were punished and exiled to Moçambique, Mombassa, Daman and Diu for a period ranging from two to nine years. These included both men and women – even elderly ones.² At the Goa Archives there is a thick volume titled *Degredados* (exiled) which is supposed to contain information about those who were exiled. Unfortunately, only few pages are used and most of the volume has remained blank.

Dozens of convicts mainly for thefts were annually shipped to Moçambique in the nineteenth and early twentieth centuries.³ A significant number of convicts stayed back permanently once their term of exile was over. In many instances they were helped by the Government who provided them with employment and *aforamentos* to maintain themselves. Convicts from Moçambique also arrived in batches in Goa, Daman and Diu to serve their term of punishment.

Goans continued to move to Moçambique even after Goa became a part of the Indian Union in 1961. Soon after many Goans working for the Government left Goa and went to Portugal and from there they were sent to Portuguese colonies including Moçambique. After their term of service was over, a few working there moved back to Goa, others went to Portugal, Brazil, Canada or France. Some Goans decided to stay back, particularly the underprivileged.

A large number of Goans working in Moçambique at the time of the Independence (1975) moved to Portugal or elsewhere including Goa. Those who stayed back continued to observe customs, traditions and food habits of the land of their origin. It is believed that the intense consumption of rice in Moçambique island was no doubt due to the influence of food habits from Goa. They introduced the Goan culture in Moçambique while others lived like Africans not only in mode of dressing but also by adopting their way of life.

We see those various aspects of life in Moçambique in the last centuries of colonial rule received great impetus and made dynamic progress owing to the continuous presence of the Goan there. Goans made immense contributions towards the overall development of Moçambique.

2 Historical Archives Goa, *Estrangeiros*, 1226, 18-19.

3 Historical Archives Goa, *Moçambique* (1860-1886), 154.

Bibliography

- ALI, Shanti Sadiq. 1988. "India and Moçambique – Past and Present." *Purabhilekh-puratatva: Journal of the Directorate of Archives, Archaeology and Museum, Panaji-Goa* VI(1) (January-June): pages.
- BOXER, C. R.. 1988. *Relações Raciais do Imperio Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento.
- COSTA, P. J. Peregrino da. 1956. *A Expansão do Goes pelo Mundo: Goa* Repartição de Estatística e Informação.
- DENIS, Philippe. 1988. *The Dominican Friars, Southern Africa: A Social History 1777-1990*. Koln: Brill.
- FERREIRA, A. Rita. 1985. "Moçambique e os Naturais da India Portuguesa." In *II Seminario Internacional de Historia Indo-Portuguesa: Actas*, ed. Luis de Albuquerque and Inacio Guerreiro, 616-648. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- GRACIAS, Fatima da Silva. 1994. *Health and Hygiene in Colonial Goa*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- GRACIAS, Fatima da Silva. 2000a. *Beyond the Self – Santa Casa Misericórdia de Goa*. Panjim-Goa: Surya Publications.
- GRACIAS, Fatima da Silva. 2000b. "Goans Away from Goa – Migration to the Middle East." *Lusotopie 7 (Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies)*: 423-432.
- GRACIAS, Fatima da Silva. 2007. *The Many Faces of Sundorem, Women in Goa*. Panjim-Goa: Surya Publications.
- GRACIAS, Fatima da Silva. 2012. *Cozinha de Goa*. 2nd edition, Goa: Broadway Publishing House.
- HERALDO, 3rd June 1953, Pangim, Goa.
- ISAACMAN, Allen F. 1972. *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambezi Prazos, 1750-1902*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- KARTIKEYA, Kohli. 2012. "Initiating India to India Trade: Portuguese Southeast Africa in the Indian Ocean Trade: 1500-1800." In *The Trading World of the Indian Ocean 1500-1800*, ed. Om Praksh. Delhi: Pearson Educational and Centre for Studies in Civilization.
- NEWITT, Malyn. 1995. *A History of Mozambique*. Londres: Hurst & Company.
- SHIRODKAR P. P.. 1986. "India and Moçambique: Centuries Old Interaction." *Purabhilekh-puratatva: Journal of the Directorate of Archives, Archaeology and Museum, Panaji-Goa* IV (January – June): pages.

Agentes de saúde no império português do Oriente (séculos XVI-XVIII)

LAURINDA ABREU

Universidade de Évora/CIDEHUS

O papel dos territórios ultramarinos na expansão do conhecimento médico está entre os tópicos mais profícuos da moderna história da medicina, com especial realce para a historiografia anglo-saxónica, onde se evidenciam Mark Harrison (2010), Pratik Chakrabarti (2014) e, mais recentemente, Suman Seth (2018).¹ Estes autores trilham os caminhos abertos pelas obras de Michael Pearson (1996, 20-41), Kapil Raj (2007) e Sanjay Subrahmanyam (1997, 735-62), entre outros, que analisaram o impacto da circulação de pessoas e de saberes durante a designada “idade do comércio”: uma corrente com seguidores em Portugal, ou em historiadores que escrevem sobre Portugal na época moderna, como Henrique Leitão, Palmira Costa (Costa e Leitão 2008, 35-53), Amélia Polónia (2017, 113-139), Eugénia Rodrigues (2018, 74-96), Timothy Walker (2009, 247-70) e Hugh Cagle (2018), e que evidenciam a importância dos médicos, cirurgiões e boticários como intermediários culturais e divulgadores da ciência. Pouco exploradas na historiografia nacional são as questões ligadas aos agentes responsáveis pela interação e cruzamento entre as práticas curativas transportadas pelos portugueses e as encontradas nas diferentes partes do império. O texto que a seguir se apresenta pretende contribuir para o aprofundamento desta temática abordando o perfil de alguns médicos e cirurgiões que serviram a coroa portuguesa no

1 Sobre este enquadramento e muitas das ideias à frente defendidas, veja-se Abreu, 2020 e 2021, textos baseados numa versão inicial do presente artigo, escrita em 2019.

Estado da Índia² – aqui praticamente circunscrito a Goa, com algumas alusões a Moçambique –, assistindo os doentes, formando recursos em saúde ou reconhecendo os saberes locais. Para este trabalho foi convocado um conjunto variado de fontes, muitas já conhecidas – sobretudo as divulgadas pelo médico Alberto Carlos Germano da Silva Correia, cuja obra continua a ser de referência pela informação que transmite e pela transcrição de documentos originais (Correia 1941) – mas reinterpretadas à luz da investigação em curso sobre os agentes da cura em Portugal durante a época moderna.³ De fora ficará a intervenção das ordens religiosas e das misericórdias na área da saúde e da assistência, tópicos sobre os quais já existe bibliografia especializada.

Concretamente, tentar-se-á apurar como a coroa portuguesa organizou e foi gerindo o *campo médico* no Índico, entre o início do século XVI e o do século XIX. Sem perder de vista a situação de outras colónias, a análise privilegiará o diálogo com a metrópole, onde o sector era controlado pelo físico-mor do reino e pela Universidade de Coimbra (Abreu 2018c, 231-5): o primeiro com poderes reforçados por D. Manuel I, codificados no regimento de 1515, reformado em 1521, que reconhecia a autoridade do físico-mor sobre os boticários bem como a sua competência para licenciar médicos sem formação académica⁴ (os cirurgiões e demais curadores empíricos eram licenciados pelo cirurgião-mor do reino) e acreditar os graus de medicina obtidos em universidades estrangeiras. A concorrência entre o físico-mor e a Academia, estabelecida por este regimento, seria fortalecida após 1540, quando a reforma do curso de medicina o transformou num dos mais longos da Europa, levando os potenciais alunos a optar por formações mais curtas no estrangeiro, especialmente em Salamanca, reconhecidas pelo físico-mor no regresso ao reino. O conflito que estalou entre estas duas entidades, dirimido em longas batalhas judiciais, acabaria por condicionar o ensino e a prática da medicina em Portugal e no império.⁵ Incapaz de igualar o número

2 A utilização da expressão “Estado da Índia” apenas aqui se justifica porque uma das figuras centrais é a do físico-mor do Estado da Índia. Não se pretende, pois, abarcar a realidade física e geográfica que está por detrás do conceito, definida por Thomaz 1998.

3 No âmbito da qual está a ser construída a “Base de dados das profissões médicas em Portugal, 1430-1826”, com cerca de 25 000 registos nominativos, que suportam os mapas adiante apresentados.

4 O físico-mor podia conceder “cartas de medicina”, que permitiam a prática médica sem quaisquer limitações, ou licenças para “curar de medicina”, estas bastante restritivas quanto aos actos médicos autorizados mas também temporal e geograficamente circunscritas, criando a figura do “médico a termo”. Para mais especificações veja-se Abreu 2018b, 35-57.

5 A concorrência entre o físico-mor e a universidade não só sobreviveria à reforma pombalina de 1772, como ganhou novo fôlego em 1782, quando D. Maria I, seguindo o modelo regulador espanhol, criou o Protomedicato: um novo organismo, que começou por substituir o

de médicos diplomados pelo físico-mor, a Universidade de Coimbra, que em muitos anos não atingia os dez graduados, conseguiria, no início do século XVII, que a coroa favorecesse os seus médicos no acesso ao mercado de trabalho e consignasse na lei a inferiorização dos habilitados no estrangeiro, igualando-os aos médicos criados a partir de empíricos, uns e outros reputados de “ignorantes e iletrados”. Afastada do controlo de ambos, físico-mor e universidade, seguia, em total liberdade, a formação em saúde em contexto militar. Dentre as várias especificidades que a caracterizavam estava o uso das mesmas nomenclaturas de físico-mor e cirurgião-mor, aplicando-as também aos principais cirurgiões e médicos dos diferentes locais onde actuavam, fossem hospitais, regimentos ou instalações militares. Menosprezados pelas autoridades médicas civis, os cirurgiões militares, que estavam autorizados a exercer medicina na ausência de médicos diplomados, constituíram-se numa fileira de grande utilidade para a coroa quando, no império, não encontrava outro recurso, como se verá no Estado da Índia.

“História Trágico-Marítima”

Contam-se aos milhares as vítimas das investidas portuguesas pelo Índico, quer em resultado das longas viagens transatlânticas quer dos conflitos bélicos.⁶ Não surpreende, pois, que as fortalezas que iam sendo construídas fossem já dotadas de *hospitais*⁷ (Cochim 1505; Cananor 1506; Moçambique 1507; Goa 1510), conforme tinha acontecido no Norte de África e em S. Jorge da Mina (Abreu 2021). Os vice-reis assinalavam a *robustez* dos edifícios descrevendo-os como “casa de hospital de pedra”. Sobre o de Cochim, escrevia D. Francisco de Almeida, em Dezembro de 1505: “ainda que nom seja tam sumptuoso como o de Lisboa tem boa casa e boas camas com muita roupa”. Desconhece-se a dimensão deste hospital, mas é provável que não fosse muito diferente da maioria dos hospitais do reino, compostos por pequenas habitações de dois ou três quartos. Com grande grau de probabilidade, ali seriam construções mais apressadas e mais frágeis do que pareciam aos governantes, o que, juntamente com os ataques a que estavam

físico-mor e o cirurgião-mor, acabando por os reintegrar, regendo-se pelos seus regimentos (1521 e 1631). Processo que detalhámos em Abreu 2013, 318-70.

6 Uma análise comparativa sobre as taxas de mortalidade por viagem e império encontra-se em Haines e Sholomowitz 1998, 15-48.

7 Sobre o “hospital” de Goa e suas características, consulte-se Bastos 2010, 61-79. Para uma visão de conjunto sobre os hospitais do século XVI, veja-se Meneses 1987.

expostos, explicará a sua rápida degradação: este, de Cochim, já “estava no chão e podre” na década de 1540 (Meneses 1987, 242-44 e 309).⁸

De todos os hospitais do Índico, sobressaía o da Ilha de Moçambique, principal ponto de paragem da carreira da Índia e dos seus doentes, como reportava o escrivão em 1574, quando fazia depender as despesas das vicissitudes das viagens marítimas (“segundo sam as naaos”) (Abreu 2004, 837-43). No seu conjunto, quando estes hospitais se abriam aos habitantes locais, proporcionando-lhes “mezinhas, mantimentos” ou simples abrigo, para regressar a Cochim, tinham também uma função integradora. A estes ganhos a coroa estava atenta, ao ordenar, em 1517 e em 1524, que os hospitais auxiliassem gratuitamente quem os procurasse. Ressalvava D. João III, no Regimento do Veador da Fazenda de 1524, o papel decisor dos físicos e cirurgiões na prestação desse mesmo apoio (Rivara 1992, vol. 5, parte I, 44-45 e 71-72).

Aos primeiros hospitais terão chegado medicamentos através de Gaspar Pires, o boticário da armada de Afonso de Albuquerque, alguns médicos, cirurgiões e barbeiros com funções de sangradores. A generalidade destes curadores seguia de Portugal com os vice-reis e governadores e com eles regressava findo o triénio do contrato; muitos deles nem sequer resistiam às viagens e às condições epidemiológicas dos novos territórios. Enquanto se aguardavam as suas substituições, os lugares eram ocupados por “enfermeiros”, serviçais ou religiosos, raramente com formação em saúde, como escrevia de Diu, nos finais de Setembro de 1546, frei Paulo de Santarém, pedindo que o monarca lhe enviasse uma botica e “alguns mestres pera curarem os enfermos, porque são eles muitos” (Meneses 1987, 182-83).

Informações mais sólidas sobre os recursos em saúde existentes nos territórios portugueses no Índico são transmitidas pelo *Tombo Geral do Estado da Índia*, concluído em 1554, pelos Orçamentos de 1571, 1574 e 1581 (Matos 1982; Matos 1999) e pelos regimentos das ditas fortalezas. Do primeiro consta um dado pertinente quando se analisa a presença portuguesa naquelas paragens: das catorze fortalezas ali edificadas, nove dispunham de misericórdias – Ormuz, Diu, Damão, Baçaim, Chaul, Goa, Cananor, Cochim e Malaca –; as de Chaul, Cochim (Meneses 1987, 294-95 e 289), Goa (Gracias 1994) e Malaca governavam os hospitais, caso que talvez também se verificasse em Baçaim e Damão, ainda que os Orçamentos só façam referência a esse facto no ano de 1571.

Como foi estudado noutra local, as misericórdias não só estão entre as primeiras formas institucionalizadas da presença portuguesa na Ásia (e também

8 Para os restantes hospitais ver Meneses 1987, 119, 120-21, 138, 144-45, 175-78, 201, 203, 233, 243-44, 249-50, 266-67 e 269.

no Norte de África), mas ainda ali nasceram a administrar os hospitais, sob a forma de prestação de serviços remunerada pela Fazenda Real. Explica-se, neste enquadramento, o facto de a misericórdia de Diu ter assumido “as funções de Senado fazendo as suas vezes”, exercendo, entre outras, competências de política sanitária (Abreu 2004, 843). Situação idêntica ocorreu na África oriental, com as misericórdias de Sena e da Ilha de Moçambique (Rodrigues 2007).

As dificuldades de adaptação dos corpos europeus ao Índico estão sobejamente documentadas, sobretudo para Goa, cidade que se revelava fatal para “gente mesquinha, muitos soldados, muitos casados de toda a sorte, muitos fidalgos e capitães ilustres”,⁹ gente que sucumbia à disenteria, tifo e febres infecciosas que brotavam das águas estagnadas – enfermidades que ali eram endémicas –, mas também ao escorbuto e outras doenças que desembarcavam das armadas e aos frequentes, e muito violentos, surtos epidémicos de varíola e cólera.

Apesar do crescimento dos recursos de saúde europeus em Goa – quer em termos de hospitais (quatro em 1550: Hospital Real de Goa, Hospital dos Pobres; Hospital da Misericórdia e Hospital de São Lázaro,¹⁰ quer de curadores privados –, ele não conseguia responder à expansão do mercado. A falta de médicos rapidamente se impõe na correspondência enviada para Lisboa, um tópico comum na que também estava a ser remetida de São Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde, Angola e do Brasil.

Desconhece-se quando Goa terá recebido os primeiros físicos-mores e cirurgiões-mores com funções representativas das autoridades médicas do reino. As informações coevas, e as interpretações que delas se fizeram, são problemáticas porque confundem a função de físico-mor do vice-rei e do Hospital Real com a de delegado do físico-mor do reino, além de não distinguirem agentes civis de militares. O caso mais flagrante é o de Garcia de Orta: nada na documentação sustenta a ideia de que o autor dos *Coloquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*, nomeado, em 1541, médico pessoal do vice-rei Martim Afonso de Sousa e do Hospital Real de Goa, tivesse tido o cargo de físico-mor do Estado da Índia, em representação do físico-mor do reino. Situação idêntica se terá verificado em relação aos médicos João Rodrigues (década de 1520 ou de 1530),¹¹ Duarte Lopes (década de 1550) ou, ainda, do valenciano Dimas Bosque, se bem que este seja referido, em 24 Abril de 1562, como “licenciado, Físico mór de Sua Alteza nestas partes” (Rivara 1992, vol. 5, parte I, 505-06).

9 Documento produzido pelo senado de Goa, de 3 de Novembro de 1618, reportando a situação vivida nos últimos 40 anos (Rivara 1992, vol. 5, parte I, 543-44).

10 Uma visão geral da oferta assistencial em Goa pode colher-se em Lopes 2006, 119-122.

11 Sobre a indefinição destas datas, consulte-se Meneses 1987, 281 e 283.

Delineando o *campo médico* no Estado da Índia

As primeiras medidas normativas para regular o *campo médico* no Estado da Índia surgem em 1618, na *Postura dos físicos, cirurgiões, sangradores, etc. boticários*, emanada do senado de Goa. Até esse momento encontram-se, sobretudo, atitudes repressivas, quase sempre com propósitos religiosos. Inclui-se neste âmbito as orientações de D. João III, incorporadas na carta régia enviada ao vice-rei da Índia a 6 de Março de 1563, determinando a expulsão dos brâmanes dos territórios sob domínio português, particularmente os “médicos gentios”, acusando-os de “serem prejudiciaes á christandade e ao aumento della”. A diligência, que ocorria na sequência do reforço do controlo religioso, partia do princípio de que não havia necessidade de “médicos gentios”, por serem suficientes os “médicos portugueses e cristãos naturais da terra”. Todavia, logo a 27 de Novembro, numa carta dirigida ao ouvidor geral “e a todas as demais justiças”, o monarca, reportando-se à missiva de Março, clarificava que a dita ordem de expulsão não teria aplicação, para além dos lavradores já indicados por D. João III, em relação aos “médicos, carpinteiros, ferreiros, nem botiqueiros, nem rendeiros das minhas rendas (...) salvo sendo prejudiciaes á christandade” (Rivara 1992, vol. 5, parte I, 543-45): uma alteração substantiva face à deliberação repetida meses antes.

Em 1567, o primeiro concílio provincial celebrado em Goa era muito mais assertivo nos termos usados para condenar os brâmanes, alargando as proibições aos barbeiros e às parteiras. Porém, ao salvaguardar que os curadores locais poderiam ser consultados em condições excepcionais, autorizadas pelo prelado (embora fossem proibidos de ensinar os seus ofícios, Rivara 1992, vol. 4, 25), o concílio não só revelava que os “físicos infiéis” continuavam na cidade, mas ainda lhes reconhecia aptidões para curar. Sete anos volvidos, durante os quais Goa assistira a várias epidemias, à degradação das condições sanitárias resultante do cerco de 1570/71 e à fuga de físicos e cirurgiões receosos do tribunal da Inquisição (instituído em 1569), as autoridades mostravam-se mais tolerantes para com os pânditas (padres hindus com conhecimentos curativos) e os *vaidyas*¹² (especialistas em *aiurveda*), por vezes preferindo-os aos europeus. Isso mesmo verificava Jan Huygen van Linschoten na década de 1580 e era confirmado numa carta do governador, datada de 15 de Dezembro de 1574: muito embora os proibisse de se deslocarem a cavalo e de usarem andores ou palanquins, não os impedia de exercer o ofício. Declarava, aliás, que os ditos constrangimentos não se aplicavam ao pândita, “que cura em minha casa e é meu físico” (Rivara 1992, vol. 5, parte I, 899). Em Março de 1583, a Coroa assumia as dificuldades em satisfazer os pedidos de médicos portugueses:

12 Sobre a importância deste grupo na sociedade goesa, veja Cagle 2018, 135 e ss..

com um curso de medicina pouco atractivo, apesar do sistema de bolsas de estudo implementado em 1568 (Abreu 2014), Coimbra não graduava médicos em número suficiente, como referido, e os que concluíam os seus estudos não revelavam particular interesse em emigrar. Mais intransigente se mantinha o arcebispo, que no terceiro concílio provincial, em 1585, persistia no discurso punitivo contra os brâmanes (Rivara 1992, vol. 4, 124-25).

A morte de dois vice-reis num curto espaço de tempo (1581 e 1588, Correia 1941, 130-131) agitava Goa e aumentava a pressão sobre Portugal. Sem outros meios de actuação, a coroa intervinha no Hospital Real, entregando-o, em Outubro de 1591, à administração dos jesuítas (que já o tinham governado entre 1579 e 1583), dotando-o com novas rendas e impondo regras aos preços dos medicamentos e das purgas, além de ordenar a construção de novo hospital, em 1593 (Rivara 1992, vol. 3, 1, 333-35). Em Maio de 1595, concedia um regimento ao hospital, donde saía fortalecida a autoridade do físico e do cirurgião relativamente aos cuidados com os doentes (Rivara 1992, vol. 3, 1, 469-71; vol. 3, 2, 547-50). Esta resolução poderá não ter agradado aos administradores do hospital e até ter pesado na proibição, decidida em Janeiro de 1607, de os médicos e cirurgiões que acompanhavam os vice-reis lá exercerem até conhecerem as “qualidades da terra e modo de cura dela”.¹³ Para além de outros elementos a eventualmente ditar esta decisão, que configurava uma profunda mudança perante as políticas anteriores, ela também não deixava de expressar a ineficácia da medicina ocidental. Seria anulada em Janeiro de 1613, ano da chegada a Goa do médico Manuel da Fonseca, este sim, com funções delegadas pelo poder central, portanto físico-mor do Estado da Índia,¹⁴ quase uma década depois da nomeação do primeiro cirurgião-mor do Estado da Índia (1604), Domingos Fernandes Delgado.¹⁵ Cerca de vinte anos depois, em 1634, o médico Francisco Vaz Cabral propunha à coroa desempenhar os dois cargos (físico-mor e cirurgião-mor) no Brasil, tornando-se ali a primeira autoridade médica em representação da metrópole, apresentando em seu favor, precisamente, a experiência adquirida como físico-mor na Índia (Abreu 2018a, 493-524).

13 A carta régia responsabilizava-os ainda pela grande mortalidade registada no hospital. Pato 1880, 84.

14 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (adiante ANTT), *Chancelaria de D. Filipe II*, liv. 30, fl. 86. Em 1617, o físico-mor Manoel Ferreira já partiu para Goa com a promessa de “hum dos habitos de São Bento de Avis”. Iria também trabalhar na Relação de Goa. Rivara 1992, vol. 6, 1129. (doc. de 3 de Dezembro de 1617).

15 A carta de nomeação indica que usufruiria das mesmas condições que os seus antecessores, mas tal pode tratar-se apenas de uma fórmula notarial. ANTT, *Chancelaria de D. Filipe II*, liv. 10, fl. 329.

Terá sido com o contributo do físico-mor Manuel da Fonseca que o senado de Goa redigiu a *Postura dos físicos, cirurgiões, sangradores, etc. boticários*, atrás indicada, um documento marcante de uma nova etapa no que às actividades de saúde diz respeito. Basicamente, e num contexto de regulamentação geral dos ofícios (Souza 1993, 150-55), procurava-se pacificar as forças em oposição através do reconhecimento da actividade dos “físicos gentios”, mas sob tutela do físico-mor e do cirurgião-mor, cuja autoridade estava sustentada nas regulações em vigor em Portugal, a que, de resto, faz referência. Remetendo para “o assento que os anos passados com os prelados desta cidade se tomou”, fixava-se em 30 o número de “físicos gentios, que com licença da câmara poderão curar este povo” (Albuquerque 1909, 423-25).

A *Postura* de 1618 é um documento relevante a vários níveis. Em primeiro lugar, porque legitima a alçada do poderoso senado de Goa sobre as actividades curativas; em segundo, porque atesta a criação de um quadro normativo diferente do da metrópole, embora escorado nele. Apesar de num documento de 1804 o físico-mor se intitular “juiz comissário da Junta do Protomedicato” (Rodrigues 2013, 534), não há vestígios de interferência das autoridades médicas do reino no Estado da Índia. Em terceiro lugar, porque oficializava a existência da medicina hindu, ainda que submetida à validação do físico-mor e do cirurgião-mor. É certo que limitava o número dos físicos gentios (*vaidyas* e outros não cristãos), contudo sabe-se bem que as normas tinham um valor mais indicativo do que real.

A *Postura* reflectia uma posição de compromisso, da coroa e do senado, que procuravam acomodar os diferentes interesses estabelecidos num ambiente com as especificidades sociais de Goa (Bethencourt 1998, 359). Não é de somenos importância a cronologia filipina deste texto, período em que, num contexto de ocupação de várias possessões portuguesas, se verificou um acentuado reforço do quadro médico colonial. A diferença, pelo menos uma delas, é que enquanto no Estado da Índia se acolhiam os curadores locais empíricos, na América espanhola, onde existiam universidades com ensino médico desde a década de 1550, a coroa investia, a partir de 1617, na reforma do curso de medicina, impondo-lhe um formato idêntico ao vigente em Espanha (Lanning 1985, 49 e 326). Em Goa, a ligação à Academia fazia-se apenas através do recrutamento dos físicos-mores entre os graduados da Universidade de Coimbra; porém, tal reflectia menos a elitização do cargo do que o cumprimento do acordo estabelecido com a coroa tendo em vista o afastamento dos médicos diplomados no estrangeiro dos lugares da administração pública e local, acordo que já tinha sido ratificado por Filipe III em 1608.

Todavia, se a *Postura* de 1618 terá contribuído para acalmar as tensões vividas em Goa, também não deixava de consignar a desvalorização dos cargos

de físico-mor e de cirurgião-mor, cujas decisões ficavam submetidas ao senado, que, inclusive, emitia e assinava as cartas dos exames por eles realizados, assumindo o papel que, no resto do império como no reino, era da competência das Chancelarias Régias. Se, em 1694, o médico que se havia voluntariado para servir na Índia fugira no momento do embarque, qual degredado escapando aos grilhões das galés, e “com este exemplo não havia ninguém que quisesse ir”, afirmava o reitor da Universidade de Coimbra, ciente de que as notícias corriam céleres, dois acontecimentos, já do século XVIII, terão sido determinantes para vincar o afastamento dos médicos formados em Coimbra: a prisão e tentativa de assassinato do físico-mor José Henriques de Sequeira (1725-34) e o repatriamento forçado de outro físico-mor, Bernardo de Almeida Torres. José Henriques de Sequeira terá ousado enfrentar os jesuítas, administradores do Hospital Real de Goa, seu local de trabalho, confrontando-os com a condição de abandono dos doentes, que pereciam, afirmava, por falta de alimentos e medicamentos. Além do mais, acusava, o boticário e o padre administrador haviam transformado o hospital numa “casa viva de negócios e uma praça continuada de comércios” quer das rendas percebidas pelo hospital, quer dos porcos lá criados, quer, ainda, da exploração de uma taberna: tudo em benefício próprio, escusando-se a pagar os impostos devidos à Fazenda Régia (Correia 1941, 161-165).

O médico Bernardo de Almeida Torres, nomeado físico-mor em 28 de Março de 1748, incomodado com a facilidade com que se atribuíam títulos de médico em Goa, intentou submeter a exame os médicos diplomados pelos seus antecessores, sob ameaça de os obrigar a frequentar estudos regulares das matérias que desconhecessem. Quis também proceder a rigorosas fiscalizações das boticas e dos boticários, tradicionalmente associados a fraudes e venda de produtos corrompidos. Foi imediatamente perseguido pelos “altos magistrados da colónia e odiado pelos atingidos”, que conseguiram ver anuladas todas as medidas por ele tomadas e a sua expulsão para o reino, por portaria do vice-rei marquês de Távora, de 14 de Outubro de 1750 (Correia 1941, 308-13). Bernardo de Almeida Torres ignorara que lhe estava vedada qualquer iniciativa que pusesse em causa as dinâmicas locais, os poderes instituídos e as superiores orientações da coroa.

Estudos prosopográficos em curso permitem afirmar que para o Estado da Índia terão partido sobretudo médicos de baixa extracção social. Os únicos dois lentes da faculdade de medicina que lá exerceram no período em análise, o acima mencionado Bernardo de Almeida Torres e António José de Miranda e Almeida (1799), procuravam escapar dos problemas que originaram na Academia – Almeida Torres saiu da prisão, para onde tinha ido por ordem da universidade, para o cargo de físico-mor da Índia –, a que Miranda e Almeida juntara um conflito judicial com a mulher. Por várias vezes, e por longos períodos, o

cargo de físico-mor do Estado da Índia esteve vacante devido às dificuldades de recrutamento mas também à morte dos médicos nomeados, na viagem ou já em Goa. Vários outros nem sequer iniciaram o seu ofício ou fizeram-no por curtos períodos, incapacitados por doença (entre vários casos possíveis, Correia 1941, 155-59 e 243-44).

O primeiro físico-mor nascido na Índia, António dos Remédios,¹⁶ surge em 1770 – cerca de quatro anos depois da nomeação do primeiro cirurgião-mor goês, António Xavier de Noronha¹⁷ –, favorecendo a entrada a outros conterrâneos, mas a situação nunca foi do agrado dos governadores-gerais. Embora concedessem que era preferível um médico local à total ausência de uma autoridade, não deixavam de proclamar o carácter interino de tais nomeações. António dos Remédios era um produto do Hospital Real, onde trabalhava há 39 anos, 15 dos quais como médico substituto dos físicos-mores nas suas (muitas) ausências. Terá exigido o cargo como contrapartida para continuar a assistir os doentes no hospital, então completamente desprovido de médicos e cirurgições reinóis. Anos mais tarde, seria a vez do “brâmane chamado Ignacio Afonso”, diplomado pelo físico-mor Luís Portugal em Abril de 1773, no exercício da sua competência para licenciar médicos sem formação académica. Inácio Afonso manteve-se no activo até à sua morte (1799?), já “velho e decrépito”, apoiado pelo cirurgião-mor, Francisco Manuel Barroso e pelo seu substituto, o cirurgião francês Charles Eloy Bosse.¹⁸

Por essa ocasião, o governador-geral associava a “grande mortandade” verificada no Hospital Real de Goa à prática dos “curiosos de medicina representando como médicos de profissão”, e solicitava a Lisboa que lhe fossem enviados médicos formados em Coimbra, pretensão atendida em 1801. Em meados da segunda década de oitocentos, o cargo de físico-mor voltava a ser ocupado por um médico goês, reafirmando-se que a ocupação seria temporária, até à chegada de um substituto “que tenha todos os requisitos e conhecimentos necessários”. A gerir o hospital e a botica estava então “um adjunto composto” pelo cirurgião-mor (“cansado e velho”) e pelos três médicos indianos que lá exerciam: Eusébio

16 ANTT, *Governo do Estado da Índia. Livros da Junta da Real Fazenda do Estado da Índia* (CHAM) (doravante, CHAM, JRFEI), livro 60, (1766-1771), ca. 1770, Março 15, doc. 273.

17 Nomeação que parece ter ocorrido em 1766, depois de um período de grande estabilidade no cargo garantida pelo francês Jacques François Guyllon, encartado pelo cirurgião-mor do reino em Março de 1746), conforme informação em ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 113, fls. 302-303. Há indicações de que o cargo poderia ter sido ocupado antes por goeses mas não foi possível confirmar essa notícia.

18 A mudança do hospital para Panelim fazia-o perder os doentes que assistia nos conventos da cidade. Nos anos anteriores, físico-mor e cirurgião-mor tinham pedido para serem repatriados alegando doença, Correia 1941, respectivamente, 168-71, 224-25, 298-99, 175, 314-15 e 323-24.

Lourenço de Sequeira, Bernardo Peres da Silva e Gonzaga Vicente da Fonseca (Correia 1941, 428-31 e 437-38).

Em 1820, António José de Lima Leitão entrava no Hospital Real de Goa, ao que parece como o primeiro médico diplomado por uma universidade estrangeira a ocupar o cargo de físico-mor do Estado da Índia; começara como simples cirurgião-ajudante de um regimento de Junot que em 1808 ocupava Portugal, tendo sido nomeado em 1812 cirurgião-mor de um batalhão no exército napoleónico, enquanto se graduava em medicina em Paris, onde estabeleceu várias ligações pessoais e políticas, que capitalizaria no futuro. Mal recebido em Portugal, quando regressou em 1814, procurou no Brasil e em Moçambique o mérito que Lisboa não lhe reconheceu devido à sua condição de formado no estrangeiro. Designado físico-mor de Moçambique em 1816, depois de o governador-geral da capitania ter recusado a proposta para que o lugar fosse ocupado por um físico formado em Goa,¹⁹ ascendia, três anos depois, a físico-mor e intendente geral da Agricultura da Índia. Apesar de logo trocar Goa por Lisboa (em 1822 integrava, como deputado, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa), Lima Leitão corporizava já os novos ventos que sopravam sobre o universo dos médicos e da medicina.

Ensinar os locais para colmatar a falta de europeus

A crer nas cartas enviadas a Lisboa pelos representantes do poder central, pouco confiantes nos médicos diplomados a partir de curadores empíricos, as dificuldades em preencher o cargo de físico-mor do Estado da Índia espelhavam um problema maior: a ausência de médicos portugueses no território. Carências ainda mais sentidas em Moçambique, mormente em Rios de Sena em Seiscentos (Ferraz 1973, 90-91, 102 e 170-71), formalizadas em queixas que cresciam de tom à medida que se expandiam as políticas de territorialização.²⁰ O hospital da Ilha de Moçambique continuava a ser o principal fornecedor de apoio médico na capitania, mas as críticas sobre o seu mau funcionamento eram frequentes, reflectidas na sucessiva mudança de administradores. Em

19 Arquivo Histórico Ultramarino (adiante AHU), *Moçambique*, cx. 149, doc. 61.

20 Na década de 1670, foram solicitados um médico, um hospital e 20 missionários. De Lisboa saíram também “oito convertidas (...) para o aumento da população”, leia-se prostitutas institucionalizadas num recolhimento, em processo de reformatação social através do casamento. Ferraz 1973, 174-75, 177-78 e 223-24. Do aparato médico para lá enviado na década de 1670, quando Ambrósio Martins da Ponte prestou serviço como cirurgião-mor do terço, nada restava no início da década seguinte, quando Martins da Ponte ascendeu a cirurgião-mor da praça de Moçambique. Ferraz 1973, 193-94, 218-19 e 225-26.

1681, a coroa transferiu-o para a Ordem de S. João de Deus,²¹ que logo o quis entregar aos cuidados de noviços, sem garantir a presença de agentes médicos qualificados (Ferraz 1973, 220-21).

Nesse ano de 1681, a coroa procurou solucionar a falta de médicos europeus no Estado da Índia levando o ensino académico da medicina até Goa: tratava-se de uma novidade nas colónias portuguesas, onde apenas se aprendia cirurgia, nos hospitais e/ou durante as campanhas militares, aprendizagens depois validadas pelos cirurgiões-mores quando por lá passavam. De resto, como afirmava o presidente do Conselho Ultramarino em 1654, era de cirurgiões, não de médicos, que as “conquistas” precisavam, homens habituados “a cortar pernas e braços e com muita particular ciência nas feridas de guerra” (Pina 1943, 58-59).

Por alvará de 18 de Março de 1681, D. Pedro II impunha ao novo físico-mor do Estado da Índia, o médico Inácio Mendes de Oliveira, a obrigação de ler a cadeira de Prima e formar discípulos, “tanto que fiquem capazes assim para regerem as cadeiras como para curarem com toda a satisfação”. Incumbência enquadrada por um contrato de trabalho de doze anos, com a possibilidade de atingir os quinze, caso o médico cumprisse com sucesso as determinações régias. Durante esse período, receberia um salário igual ao do professor da cadeira de Véspera leccionada na Universidade de Coimbra, aumentando exponencialmente o magro vencimento como físico-mor²².

O pragmatismo da política da coroa não encontrou, porém, correspondência entre os físicos-mores. Por razões desconhecidas, Inácio Mendes de Oliveira nem sequer terá iniciado as actividades lectivas, o mesmo acontecendo com os que se lhe seguiram. Uma sucessão de mortes de figuras gradas da administração nos finais de Seiscentos tornavam a questão da falta de médicos cada vez mais premente, tendo o governador D. Miguel de Almeida escrito ao rei, em 2 de Novembro de 1690, que lhe parecia ser uma “espécie de crueldade mandar mil portugueses para este Estado e sendo o seu principal intento o chegarem, e viverem cá muitos anos, o não mandarem médicos que assim na viagem como cá, os curem”. Ali morreria sem completar um ano de mandato. Em pânico, os governadores interinos rogavam ao monarca, a 23 de Janeiro do ano seguinte,

21 Seguindo a sugestão do vice-rei da Índia formulada em 1677. Ferraz 1973, 170-71, e acompanhando o que estava a acontecer no reino relativamente aos hospitais militares. Este da Ilha de Moçambique passou por várias obras de remodelação, ao que parece, bastante lentas e de qualidade duvidosa. Por exemplo, as obras desencadeadas em 1636 ainda não estariam concluídas em 1643. Ferraz 1973, 90-91 e 102. Sobre as condições do hospital, veja-se Rodrigues 2011, 15-42.

22 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, liv. 39, fl. 372v. Este documento antecipa em uma década a informação difundida por Alberto Correia (1941) sobre o projecto de ensino médico em Goa.

que “com todo o encarecimento seja servido mandar físicos e cirurgiões para este Estado, para que não morramos à mingua” (Correia 1941, 153):²³ súplica reiterada passados três dias, já então informando do falecimento de dois dos três desembargadores chegados na monção anterior. Também um dos governadores morreria pouco depois.

A segunda tentativa régia de iniciar o ensino médico em Goa foi formalizada na carta de 23 de Março de 1691. Os propósitos eram mais ambiciosos que os da década anterior, porém o resultado foi o mesmo: dos dois médicos referenciados para os cargos de físico-mor e de cirurgião-mor e professores das cadeiras de Prima e de Véspera, cargos a ocupar, respectivamente, por Manuel Roiz de Sousa e Feliciano Gonçalves durante oito anos, o último desistiu da viagem, e o físico-mor adoeceu ao desembarcar em Goa e doente se manteve no cargo até à sua morte, sem qualquer actividade como docente e pouca como médico. Esfumava-se, assim, o projecto de formação de formadores (“para que os discípulos fiquem com a capacidade necessária de lhes poderem suceder nas cadeiras”, escrevia-se da corte). De nada valeram os apelos do vice-rei, o conde de Vila-Verde, que perdera o seu médico no hospital da Ilha de Moçambique durante a viagem, em 1693, para que o monarca rogasse “apertadamente ao reitor da Universidade de Coimbra [para que] procurasse um ou dois opositores de toda a capacidade” para curar e ensinar em Goa. Os estudos de medicina no Hospital Real de Goa só arrancariam com o médico Cipriano Valadares,²⁴ nomeado físico-mor em Fevereiro de 1703. A necessidade de investir no ensino das populações locais para compensar a falta de curadores portugueses era também defendida nesse mesmo ano de 1703 por Francisco de Távora, presidente do Conselho Ultramarino, relativamente a África (Esaguy 1951, 9), onde eram ainda mais escassos os recursos humanos europeus.

Cipriano Valadares terá leccionado a cadeira de Véspera de Medicina até 1713, trabalho continuado pelo seu sucessor, o médico Manuel da Rosa Pinto, que igualmente terá lido a cadeira de Prima até ao início da década de 1730, quando foi suspenso o *ensino médico* em Goa.²⁵ As relações tumultuosas entre físicos-mores e administradores do hospital e a guerra resultante da invasão marata, que levou à perda de territórios da Província do Norte e à ocupação de parte do território de Goa (Magalhães 1998, 45-46), não terão facilitado

23 Em Janeiro de 1691, os governadores interinos consideravam os físicos gentios e “alguns cirurgiões naturais da terra (...) todos faltos de ciência curando somente com a pouca experiência que teem”. Correia 1941, 154-55.

24 Correia 1941, respectivamente, 243-44, 155-156, 158-59 e 243-44, 245-50.

25 Sobre este ensino, escreveria Alberto Correia (1941, 264) ter-se tratado de “um aprendizado médico relativamente incompleto, quando comparado ao professado na Universidade de Coimbra”.

as actividades lectivas dos físicos-mores, apesar da insistência da coroa para que os governadores-gerais retomassem o ensino em “Escolas de Medicina e Cirurgia, e com prática dos hospitais; para o que não deixam de ser hábeis os naturais da Índia” (Correia 1941, 317). Goradas seriam também as expectativas postas no físico-mor Luís da Costa Portugal, desembarcado em Goa no primeiro dia de Outubro de 1774: apresentando-se como o “único ministro da saúde nestes Estados da Índia”, clamando pergaminhos científicos não reconhecidos pela colónia e profundamente crítico da sociedade local, onde tudo era “moralmente mau” (Albuquerque 1909, 452-60), Costa Portugal, que acabaria preso por ordem do governador, recusou-se a ensinar medicina sem a garantia da prévia instrução dos alunos em Retórica e Filosofia, mas logo advertindo da inutilidade de tal preparação, uma vez que, adquirindo-a, os estudantes seguiriam para o estado eclesiástico.²⁶

Neste ambiente conturbado, os cirurgiões-mores substituíam os físicos-mores no hospital e ali acompanhavam a aprendizagem dos seus discípulos. A lista de cirurgiões-mores do Estado da Índia revela que o cargo terá tido muito maior continuidade do que o de físico-mor, e a razão é relativamente simples: oriundos dos grupos mais baixos da população e com formações muito limitadas, estes cirurgiões usavam a experiência adquirida na carreira da Índia e/ou em campanhas militares para solicitar o cargo de cirurgião-mor da Índia, cargo encarado como o ponto mais elevado da carreira deste ofício, premiado pela coroa com um hábito de Santiago.²⁷ Refira-se que em Portugal a posição de cirurgião-mor do reino foi sempre exercida por um médico recrutado entre as elites médicas.

Manuel Vaz Fagundes, um dos cirurgiões que usaram o serviço militar para ascender a cirurgião-mor do Estado da Índia, ofereceu-se, quando foi nomeado cirurgião-mor em 1716, para também ensinar cirurgia no Hospital Real de Goa, a troco de um aumento de ordenado, proposta aceite dada a “grande falta de cirurgiões” que havia na cidade. A ele se terá ficado a dever “a habilitação de algumas gerações de cirurgiões” para as armadas e o exército (Correia 1941, 273-83). Escola de cirurgia só existia a do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, impedindo os seus dirigentes, a criação de uma outra no Porto, em 1758. Diferente era a opção em Espanha e nas suas colónias, desde 1768 a investir no estabelecimento de escolas de cirurgia e na valorização dos cirurgiões (Lanning 1985, 263-64 e 270).

A primeira experiência de ensino cirúrgico com algum grau de institucionalização e um programa lectivo que seguia de perto o de Lisboa surgiu em

26 Foi transferido para Moçambique em meados de 1782.

27 ANTT, *Chancelaria D. João V*, liv. 109, fl. 38v; fl. 138v.

Goa, em Junho de 1789, sob a orientação de Francisco Manuel Barroso da Silva, nomeado cirurgião-mor do Estado da Índia em 1785,²⁸ depois de quase duas décadas de cirurgições-mores goeses. A confirmação de que algo estava a mudar neste campo é fornecida pela variedade de instrumentos cirúrgicos e 24 obras médicas que transportou da capital, a maioria adquiridos pela coroa. Barroso da Silva terá sido vítima do seu próprio sucesso, retido pelo governo central até à sua morte em Goa, em 1823, apesar dos sucessivos apelos para regressar ao reino para cuidar das filhas após o falecimento da esposa (Correia 1941, 345-62). Refira-se que, nessa mesma altura, a coroa desenvolvia políticas formativas semelhantes em Angola, onde o físico-mor José Pinto de Azeredo iniciava, em 1791, uma “Escola de Medicina” no Hospital de Luanda, leia-se, fornecia alguns conhecimentos médicos aos aprendizes de cirurgia.²⁹ Enquanto isso, no Brasil os cirurgições-mores militares multiplicavam as “classes de cirurgia”, autorizadas pelo Protomedicato, fazendo disparar o número de cirurgições diplomados nascidos na América portuguesa, a única colónia onde a quantidade de curadores encartados é verdadeiramente significativa (mapa 1)³⁰.

Em Goa, ao cirurgião-mor Francisco Manuel Barroso da Silva juntava-se, em 1801, o físico-mor, António José de Miranda e Almeida, responsável pelo ressurgimento do ensino de medicina no hospital. O tempo era de recuperação comercial do Estado da Índia, mas também de domínio inglês, que se manteve até 1815, mais de uma década depois de afastada a ameaça francesa, que justificara a ocupação estrangeira (Magalhães 1998, 56). Desconhece-se se houve influência dos ocupantes na nova fase de ensino médico em Goa, mas não é de descartar essa possibilidade, tendo em consideração o desenvolvimento que a medicina tinha na Índia inglesa, ancorada nos hospitais, desde 1790 controlados pelo exército a partir do Hospital Geral de Madras.³¹

28 Sobre este cirurgião-mor: ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*, liv. 27, fl. 15v-16; liv. 72, fl. 35v.-36; *Regimento Geral das Mercês de D. Maria I*, liv. 18, fl. 89.

29 Em 1805, o cirurgião-mor de Bissau e da fortaleza de Cacheu recebeu uma missão semelhante.

30 Este mapa, que actualiza o apresentado em Abreu 2018a, e os seguintes, publicados em Abreu 2020, foram realizados por Luís Carlos Ribeiro Gonçalves, a quem agradeço.

31 Com consequente marginalização das drogas, instituições e práticas médicas locais, conforme explicado por Chakrabarti 2014, 101 e 104-06.



Mapa 1: Médicos, cirurgiões e boticários no Império português (1496-1808)
(Fonte: Abreu, 2020, p. 450)

No relatório produzido à sua entrada no Hospital de Goa, o mesmo onde o cirurgião-mor estava a formar cirurgiões, Miranda e Almeida expõe a imundície generalizada e a ausência de regras administrativas ou curativas, um espaço transformado em asilo dos “miseráveis europeus acometidos de doença”. Um cenário não muito distinto do que se passaria no hospital da Ilha de Moçambique em 1777, (sob administração da Fazenda Real desde 1763), segundo o cirurgião militar que lá trabalhava, Manuel da Costa.³²

Alberto Correia, lendo os textos produzidos por Miranda e Almeida, condenava o que designa por “ocidentalização forçada e desnorteada”, que teria ocorrido nos últimos trinta anos em Goa, produzindo curadores que nem eram médicos nem pânditas, ignorantes das propriedades dos medicamentos e sujeitos às fraudes dos boticários. O primeiro curso de medicina em Goa, organizado por aquele físico-mor, tinha a duração de três anos lectivos e “cotidiana aplicação dos seus conhecimentos à cura dos enfermos”. Não são conhecidas as condições em que o curso funcionou até 1812, quando o físico-mor ficou gravemente doente,

32 AHU, *Moçambique*, cx. 32, doc. 36. Sobre as reformas porque passou este hospital, veja-se Rodrigues e Brito 2013.

nem sequer se, como esperava, os seus alunos eram fluentes em latim e francês, as línguas dos manuais de medicina. Sem se referir directamente aos 59 médicos formados por Miranda e Almeida, o governador-geral não deixava de afirmar que aos médicos de Goa “faltam-lhe absolutamente todos os conhecimentos prévios que abrem as portas e conduzem os alunos para esta ciência e até se pode dizer, sem livros e conhecimentos das descobertas nesta ciência que todos os dias se estão fazendo tão vantajosamente para a humanidade”.³³ A partida de Miranda e Almeida descontinuará o ensino da medicina em Goa até 1821, quando, sob a égide do físico-mor António José de Lima Leitão, foi criado um curso médico-cirúrgico de quatro anos.³⁴

Reconhecer os saberes locais: uma nova estratégia para o Estado da Índia?

Como atrás foi mencionado, só a partir de 1789 terá sido ministrado em Goa algum ensino teórico aos aprendizes de cirurgia enquanto aos de medicina apenas terão sido oferecidas as cadeiras de Prima e/ou de Véspera nas primeiras três décadas do século XVIII e na primeira do século XIX. Como também foi dito, cabia aos físicos-mores e aos cirurgiões-mores examinar os candidatos a médicos e a cirurgiões e decidir sobre as suas competências para o exercício dos ditos ofícios, decisão depois validada pelo senado, que emitia as respectivas licenças.

Alberto Correia, que fez aturada pesquisa nos arquivos de Goa, identifica um número muito reduzido de cirurgiões “habilitados” na cidade (14 cirurgiões, na segunda metade do século XVIII, menos de duas dezenas entre 1800 e 1839),³⁵ o que poderia levar a concluir que a função não era socialmente apelativa. Iam nesse sentido os protestos enviados ao reino contra a falta de cirurgiões licenciados no Hospital Real de Goa,³⁶ bem como a referência à atribuição de cartas de “meia cirurgia”, cerca de 1750 (licenças que apenas autorizavam um número muito restrito de práticas curativas, quase sempre atribuídas a sangradores,

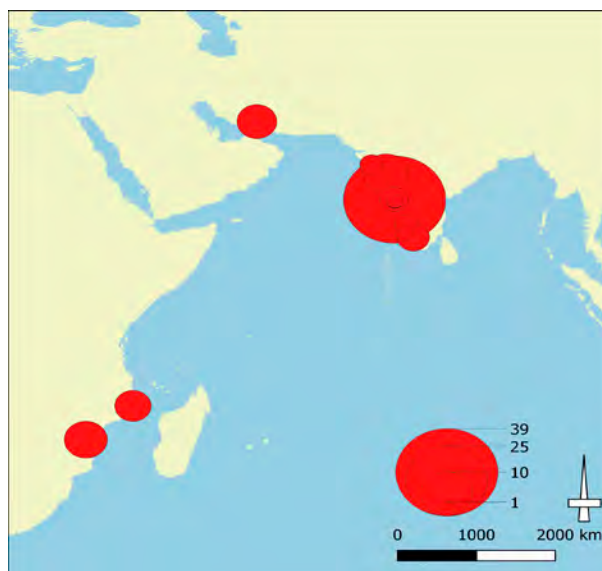
33 Informações sobre esta formação encontram-se em Correia 1941, 227-30, 414-23 e 430-34.

34 Está neste momento em análise a possível ligação deste curso à Escola Régia de Cirurgia de Lisboa, fundada em Lisboa em 1825, que tinha Lima Leitão entre o seu corpo docente.

35 Contudo, encontra 45 cirurgiões registados nos “Livros-alardos” do Arsenal da Marinha de Goa, para o período de 1774 e 1806, além de 25 cirurgiões e cirurgiões-ajudantes, às vezes sem nome indicado, no exército. Correia 1941, 284-85 e 392-99.

36 O cirurgião António Ribeiro foi aliciado (1749) com o ofício de cirurgião-mor das armadas sob compromisso de servir no Hospital Real, CHAM, *JRFEI*, livro 24 (1746-1750), 5 Março 1749, doc. 209.

licenças há muito extintas em Portugal),³⁷ e a frequente menção a “cirurgiões-ajudantes”, normalmente serviçais sem grandes conhecimentos na área da saúde, que acabavam promovidos a cirurgiões, como aconteceu nas fortalezas de Anjediva e de Alorna, entre outras.³⁸ Todavia, pode estar-se apenas em presença de uma prática ilegal do ofício, o que era comum ao tempo. A questão está em saber se os cirurgiões encartados eram efectivamente melhores curadores do que os que fugiam aos exames e aos emolumentos a eles inerentes (mapa 2).



Mapa 2: Médicos e cirurgiões em Moçambique e na Índia portuguesa (1500-1752)
(Fonte: Abreu, 2020, p. 461)

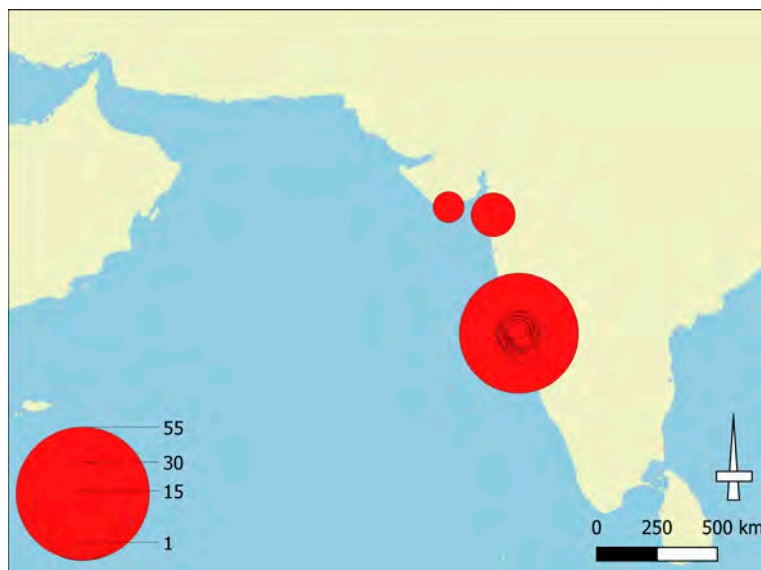
À parcimónia das cartas de cirurgia, Alberto Correia contrapõe as de medicina maioritariamente concedidas a portugueses nascidos em Goa (refira-se que nos finais do século XVII o autor do *Caderno de Várias Receitas Medicinais Orientais* indicava existirem 80 médicos pânditos na cidade),³⁹ contando quase 100 médicos diplomados na primeira metade de Setecentos (mapa 3), alguns deles simultaneamente médicos e boticários (uma situação contrária às leis

37 Estas cartas autorizavam a curar “feridas simples”, apostemas, sangrar, lançar ventosas, etc., podendo, ou não, evoluir para “cartas de inteira cirurgia”.

38 CHAM, *JRFEL*, livro 62 (1793-1796): encontram-se neste livro vários exemplos destas situações.

39 O referido autor é João dos Reis e o documento foi lido e analisado por Bracht e Polónia 2018, 65.

do reino), e 86 entre 1750 e 1800,⁴⁰ médicos que iam marcando presença em Navelim, São Paulo e ilha de Chorão, até 1750; fortalezas de Damão e Diu, nas duas décadas seguintes; Cabo da Rama, Chorão, Loutulim, Aldona, Chinchim e Sirulá, na década de 1790⁴¹ (mapa 4).

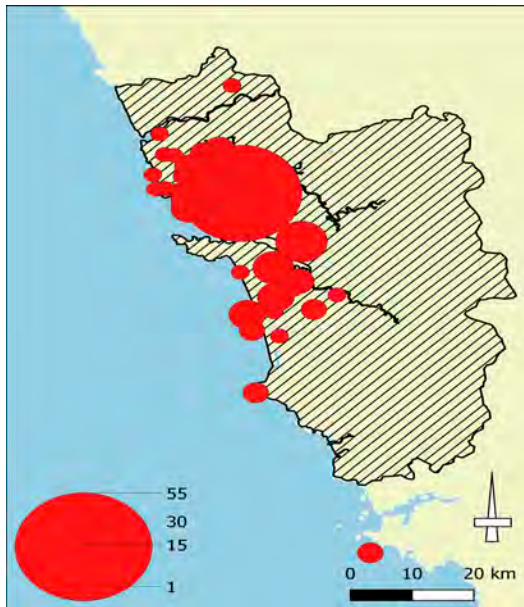


Mapa 3: Médicos e cirurgiões na Índia portuguesa (1753-1821)

(Fonte: Base de dados das profissões médicas, 1430-1826)

40 Alberto Correia (1941, 451-460), com base nos *Livros das Mercês Gerais*, indica que foram diplomados 59 médicos entre 1801 e 1812, 31 entre 1813-1824 e mais de 100 entre 1827-1839.

41 Alguns exemplos em CHAM, *JRFEI*, livro 26 (1748-1751), 2 Setembro 1748, doc. 154; 23 de Setembro de 1748, doc. 158; 5 Outubro 1748, doc. 163; livro 44 (1764-1767), 13 Setembro 1766, doc. 91; ca. 5 Outubro 1767, doc. 105; ca. 21 Janeiro 1771, doc. 335; ca. 12 Outubro 1772, doc. 435; livro 56 (1789-1790), 11 Outubro 1790, doc. 213; 28 Julho 1791, doc. 105; 29 Julho 1791, doc. 119; 7 Outubro 1791, doc. 140; Livro 62 (1793-1796), 29 Janeiro 1795, doc. 32; 23 Julho 1795, doc. 216; 25 Janeiro 1795, doc. 61; 23 Abril 1795, doc. 105; 16 Julho 1795, doc. 306.



Mapa 4: Médicos e cirurgiões na Índia portuguesa (1753-1821)
(Fonte: Atualização de Abreu, 2020, p. 462)

No total, contabilizam-se cerca de duas centenas de novos licenciados ao longo do século XVIII, mas só terá havido algum ensino médico nos primeiros 30 anos. Foi este quadro que o físico-mor Bernardo de Almeida Torres quis “moralizar”, o que lhe valeu o regresso antecipado ao reino, em 1750. Depois dele, não voltariam os físicos-mores⁴² a questionar a qualidade da formação dos candidatos a médicos, “fabricando-os” (expressão usada pela Universidade de Coimbra para criticar o físico-mor do reino) a partir de cirurgiões,⁴³ muitos com aprendizagens em contextos militares, ou mesmo de indivíduos cujas capacidades eram sucinatamente mencionadas como “posse de qualidades curativas”;⁴⁴ diplomas emitidos

42 Vários exemplos em CHAM, *JRFEI*, livro 65 (1754-1776), 20 Maio 1775, doc. 18; 15 Junho 1776, doc. 249; doc. 106; 7 Outubro 1775, doc. 104; 6 Novembro 1775, doc. 109 (cirurgião); 31 Janeiro 1776, doc. 162 (boticário); livro 48 (1776-1780), 8 Outubro 1778, doc. 318; livro 50 (1770-1779), 24 Outubro 1778, doc. 5; 18 Novembro 1778, doc. 76.

43 Segundo Alberto Correia (1941, 336 e 340-1), o físico-mor teria também diplomado os cirurgiões-mores do Estado da Índia, Manuel Henriques Elvas, em 1754, e António de Chaves Bettencourt, em 1757. O segundo recebeu licença de cirurgia pelo cirurgião-mor em Abril de 1742, depois de uma aprendizagem de dois anos no Hospital Real de Todos os Santos (ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 100, fl. 351v.).

44 Relevante, ainda, na década de 1750, a referência a renovações de serventias de “ofícios de cirurgião e de físico”, o que aponta para situações que assumem estas funções como cargos e actividades.

pelo senado em nome do monarca, registados nos Livros das Monções mas não nas Chancelarias Régias, como acontecia em todas as outras colónias.

Se efectivamente estivesse a ser seguido o regimento do físico-mor do reino, os médicos licenciados em Goa seriam apenas “médicos a termo”, isto é, curadores que recebiam equiparações temporárias ao grau de médico, e geograficamente restritas, um grupo que parece não ter existido no Estado da Índia. Acresce ainda que aqui a coroa não fazia distinção entre o universo civil e o militar, tendo imposto uma categoria médica única, validada pelos físicos-mores do Estado da Índia; até ao momento não foram encontradas evidências de que os cirurgiões militares tivessem tido uma entidade autónoma que ali os representasse, como sucedia no reino.

A explicação para esta proliferação de curadores estará no facto de, mais do que uma questão médica, este ser um assunto da governação.⁴⁵ Dito de outra forma, a coroa estava a intervencionar directamente o sector, o que se confirma pela nomeação de físicos-mores para o Estado da Índia entre 1770 e 1782, período no qual o cargo de físico-mor do reino esteve vacante. Defende-se, assim, que, na impossibilidade de transpor os modelos nacionais para o Estado da Índia, foi opção da coroa (por sugestão do senado?) ordenar a validação da medicina localmente praticada, predominante hindu, dada a escassez de curadores europeus, com particular ênfase na segunda metade de Setecentos.⁴⁶ Esta medida tinha uma tripla vantagem: num quadro de frequentes surtos epidémicos e de ameaças de guerra, a coroa admitia uma melhor preparação dos nativos relativamente aos curadores reinóis;⁴⁷ fixava hierarquias sociais, distinguindo os médicos, enquadrando-as numa normativa emanada de Lisboa, e, simultaneamente, afirmava a autoridade régia e a do senado.

Neste horizonte, é devida uma palavra ao alvará de 2 de Abril de 1761, “segundo o qual os nascidos no Estado da Índia passavam a gozar das mesmas honras, prerrogativas e privilégios dos naturais do reino, devendo ser dada preferência aos naturais da terra no acesso aos empregos” (Magalhães 1998, 262): um documento que explicará, a par com as dinâmicas da guerra, as nomeações e promoções de agentes de saúde ligados ao exército verificados nos últimos trinta anos do século XVIII – cirurgiões-mores militares promovidos a alferes e

45 Exemplifica-o a decisão tomada em 1788 pelo governador de nomear o boticário da armada para boticário do Hospital de Goa e ali formar discípulos. Correia 1941, 207.

46 Sobre estas questões vejam-se, entre outros, Gracias 2007, 161-173; Walker 2002, 74-104.

47 O mesmo pensava o presidente do Conselho Ultramarino, quando, em 1732, recusou um cirurgião-mor para Angola afirmando que os da terra eram “melhores cirurgiões que os que vão de fora pela experiência que têm adquirido da forma por que se deve curar naquele clima”, cf. Pina 1943, 23-24.

médicos a tenentes,⁴⁸ mormente nos regimentos de Pondá e de Bardês –, sobretudo depois de 1792, quando foi consagrada a “afirmação das elites goesas” e se assistiu à “naturalização” de cargos e funções (Magalhães 1998, 265). Aliás, a nomeação de cirurgiões-mores e físicos-mores goeses, respectivamente nas décadas de 1760 e 1770, também deverá ser interpretada neste contexto.

Ao contrário do que se verificou na Índia, as políticas da coroa para uma maior integração dos nativos de Moçambique, expressas na carta régia de Abril de 1763 (Wagner 2007, 81), não parecem ali ter tido impacto de maior na área da saúde. No numeramento realizado em 1766, por ordem do governador-geral Baltazar Pereira do Lago, não há registo de curadores de origem local, apenas a indicação de três cirurgiões provenientes do reino, dois dos quais ligados ao funcionalismo régio (o cirurgião-mor da capitania e o cirurgião do regimento), e um barbeiro-sangrador⁴⁹, além de um boticário e um sangrador barbeiro, nascidos em Goa⁵⁰: trata-se de uma informação pertinente, porquanto significava que os hospitais locais, nomeadamente o da Ilha de Moçambique, não estariam a funcionar como espaços de reprodução de conhecimento, ou, pelo menos, as autoridades não os legitimavam. De resto, os curadores goeses terão tido um papel importante em Moçambique, acentuado nas décadas finais de Setecentos, o que nem sempre terá agradado aos governadores e chefias militares⁵¹, que vão pedindo à coroa o envio de, pelo menos, cirurgiões degredados (ou “cirurgiões com penas”, como se lê na carta remetida à coroa em 1749) (Ferraz 1973, 284, 290, 292 e 308). E são cirurgiões degredados que se encontram em Tete, Cabo Delgado, Quelimane e Inhambane, nos anos de 1750⁵².

A partir 1752, quando Moçambique se autonomiza do Estado da Índia, começa a registar-se um ligeiro aumento de curadores oficiais no território, que se acentua na década de 1780, com realce para Rios de Sena (mapa 5), mas

48 Podem encontrar-se alguns casos em CHAM, *JRFEI*, livro 50 (1770-1779), 24 Outubro 1778, doc. 5; 19 Fevereiro 1779, doc. 66; livro 56 (1789-1790), 12 Dezembro 1789, doc. 14; 23 Março 1790, doc. 103. Também os físicos-mores beneficiaram destas promoções, CHAM, *JRFEI*, livro 50 (1770-1779), doc. 92.

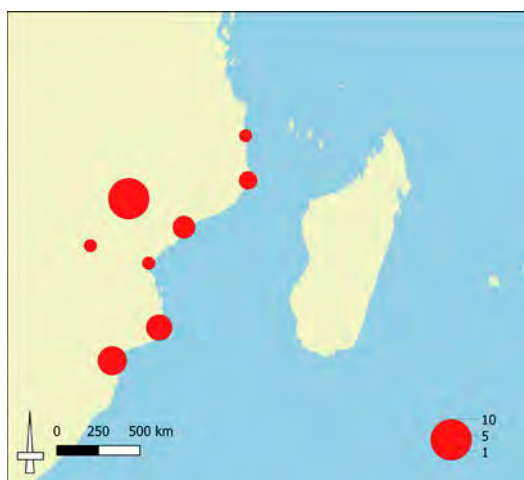
49 Era relativamente comum, depois de uma ou duas viagens na carreira da Índia e algum tempo a sangrar e a fazer curativos em Moçambique, os barbeiros-sangradores solicitarem carta de cirurgia.

50 Eugénia Rodrigues (2011, 24), que analisou este documento, informa que o terceiro indivíduo ligado à saúde estava “ocupado como almoxarife do Hospital Real”.

51 O que explica a nomeação como cirurgião-mor do segundo cirurgião da nau Nossa Senhora do Livramento (carreira da Índia 1729). CHAM, *JRFEI*, livro 15 (1730-1731), 16 Dezembro 1730, doc. 21.

52 AHU, *Moçambique*, cx. 25, doc. 73; cx. 33, doc. 91; cx. 57, doc. 16; cx. 17, doc. 24; cx. 54, doc. 38. Em Inhambane, uma terra onde, nas palavras do governador e capitão-mor, faltava quase tudo, os militares pediram, em 1788, para serem tratados no hospital da capital.

também vários testemunhos de deserção e loucura⁵³, nomeadamente durante a guerra com os Macuas. Significativa ainda a presença quase continuada de cirurgiões-mores e físicos-mores da capitania, neste último caso, algumas vezes com o recurso a médicos estrangeiros⁵⁴, mas também por solicitação de médicos⁵⁵ ou cirurgiões com elevado grau de probabilidade nascidos e *formados* em Goa, como já foi indicado por Eugénia Rodrigues⁵⁶. Suporta esta ideia o facto de estes agentes da cura não se encontrarem nem entre os alunos matriculados na Universidade de Coimbra nem registados em chancelaria como tendo sido acreditados ou diplomados pelo Protomedicato.



Mapa 5: Médicos e cirurgiões em Moçambique (1753-1821)
(Fonte: Base de dados das profissões médicas, 1430-1826)

- 53 AHU, *Moçambique*, cx. 35, doc. 17; cx. 38, doc. 22; cx. 48, doc. 21; cx. 53, doc. 10; cx. 55, doc. 33; cx. 63, doc. 42; doc. 48; cx. 59, doc. 71; cx. 58, doc. 30.
- 54 Seguindo a transcrição dos documentos, onde os seus nomes foram aportuguesados, trata-se de Gaspar António Trissaleti (1782: naturalista incumbido da recolha de material de colecções das conquistas, a incorporar no Museu do Reino, e que terá falecido antes de chegar a Moçambique); Giovanni Domenico Tosco (1784-1792); Carlos José Guerri (1792-1798), este último com uma estadia de seis anos. AHU, *Moçambique*, cx. 38, doc. 22 e cx. 39, doc. 17; cx. 48, doc. 21; cx. 63, doc. 48; cx. 59, doc. 71.
- 55 Em 1801, Sebastião José Vieira solicitou o cargo de físico-mor da capitania de Moçambique (e o hábito de São Bento de Avis) mas o pedido não deve ter sido atendido, uma vez que nesse mesmo ano foi nomeado outro físico-mor. Em 1803, já tinha sido substituído. AHU, *Moçambique*, cx. 91, doc. 19; cx. 91, doc. 25; cx. 97, doc. 76; ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*, liv. 67, fl. 236.
- 56 Eugénia Rodrigues (2013, 532) igualmente refere para Moçambique uma categoria de curadores que não encontramos noutros locais: os “práticos do clima”, indivíduos que a mesma autora apresenta como conhecedores das “doenças da terra” e das suas formas de curar.

A importância destes cargos para os goeses, que os usavam como meio de mobilidade social ascendente (atente-se que em Goa o exercício da medicina estava conotado com as elites brâmanes), é também conhecida, o que justificará o facto de ter sido bem mais fácil preencher os cargos de físico-mor e cirurgião-mor em Moçambique do que em Angola. Para a coroa, tratava-se de uma forma menos onerosa de garantir apoio médico oficialmente reconhecido, a despeito de alguma discordância das autoridades no terreno. A situação de recurso a curadores indianos em Moçambique também explicará a ausência de formas de ensino com alguma institucionalização, como estava a ocorrer em Angola desde 1791⁵⁷.

Conclusão

A investigação em curso demonstra que, no império português, a oferta e regulação de recursos em saúde ocorreu, ao longo do período moderno, de forma casuística, reactiva às circunstâncias e às pressões que chegavam ao reino. Não se pode concluir que esta fosse uma especificidade portuguesa, pelo menos para os primeiros cem anos do imperialismo europeu; todavia, foram maiores as dificuldades encontradas por Portugal, em parte por razões demográficas, mas também devido à resistência dos (poucos) médicos formados pela universidade portuguesa a viajarem para as colónias, sobretudo quando o empregador era o poder central. Além do mais, tinham em Portugal um mercado em crescimento e o acesso facilitado aos empregos disponíveis.

Não obstante, numa visão de conjunto, denotam-se estratégias diferenciadas conforme as geografias do império e os contextos políticos do reino. Por exemplo, é já possível afirmar que no Estado da Índia a coroa interveio directamente no *campo médico*, sem intermediação do físico-mor e do cirurgião-mor do reino ou, após 1782, do Protomedicato, mas, com alguma probabilidade, em articulação com o senado de Goa⁵⁸. Ao contrário, no Norte de África, os dispositivos e as políticas nesta área seguiram as das autoridades médicas do reino, que administraram aquele espaço como se se tratasse de um prolongamento físico de Portugal; já na África atlântica, os cargos de físico-mor e de cirurgião-mor foram desdobrados e mantidos na total dependência das tutelas em Lisboa, as mesmas que no Brasil acabaram a dominar todo o sector, nomeando representantes

57 Em Novembro de 1811, o governador e capitão-general de Moçambique enviou para a corte dois jovens para aprenderem o ofício de cirurgião. *AHU-Moçambique*, cx. 138, doc. 48.

58 Desconhecem-se divergências neste campo entre os representantes do poder central e o senado de Goa, no contexto das relações conflituosas entre as duas autoridades. Souza 1993, 137-38.

(comissários), sem autonomia decisória. O Brasil foi, de resto, a única colónia a receber uma delegação do Protomedicato.

Do atrás exposto, verifica-se que, no Estado da Índia, a coroa começou com uma abordagem autoritária, intentando limitar o espaço aos curadores portugueses ou aos nativos convertidos ao cristianismo; evoluiu para a procura de coabitação entre a medicina europeia e a indiana, consignada na *Postura* de 1618, emanada do senado de Goa; seguiu com a tentativa de implementação do ensino médico, a partir de 1681, e acabou a reconhecer os saberes locais cruzados com a medicina europeia, à revelia dos físicos-mores mais rigoristas e defensores das suas aprendizagens coimbrãs. O que fica claro é que a não criação de uma estrutura administrativa em Goa, com cargos permanentes e uma hierarquia definida, em nada facilitou a prossecução das políticas régias, quaisquer que elas fossem, e muito menos a implementação do ensino médico. Resta conhecer o papel que o senado de Goa terá desempenhado neste processo. Por outro lado, ainda que não saibamos posicionar o cargo de físico-mor na escala de prestígio dos cargos régios, tudo aponta para que tenha sido desconsiderado pelos médicos coimbrãos, a quem estava destinado. O que não exclui algumas excepções e casos de procura de fortuna e notabilidade, que permitissem aos ocupantes do ofício de físico-mor ascender na carreira médica ou mesmo iniciá-la. Já os cirurgiões, os curadores mais presentes no império, terão sido os que mais vantagens colheram da aventura colonial. Mas pouco se sabe, por exemplo, do impacto do conhecimento lá adquirido nas suas práticas curativas quando regressaram ao reino.

Relevante, também, a quase ausência da Academia do universo em análise. É certo que os físicos-mores deviam ser recrutados no seu seio e que as cadeiras de medicina leccionadas em Goa tinham a Universidade de Coimbra como modelo, porém não há evidências do seu envolvimento institucional nestes assuntos. Evidências que também faltam em relação à repercussão dos saberes do império no plano curricular da faculdade de medicina. Recorde-se que até a nova farmacopeia oficial (*Farmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal*), redigida por um dos seus professores, Francisco Tavares, publicada em 1794, foi realizada à revelia da universidade.

Por fim, nada na documentação consultada permite concluir que, no tempo em análise, a medicina tenha sido usada pela coroa portuguesa como um instrumento político e normativo ao serviço da uniformização dos espaços coloniais; menos ainda, que tenha tido um carácter disruptivo das práticas locais⁵⁹, como procuraram ter a medicina inglesa e a francesa.

59 Sem querer cair na explicação unidireccional de Donald F. Lach (1965) quando analisa a importância da cultura asiática na cultura europeia.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda. 2004. "Misericórdias e Igreja no Império através dos Tombos Gerais." In *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu nascimento*, ed. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 837-43. Lisboa: Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- ABREU, Laurinda. 2013. *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva.
- ABREU, Laurinda. 2014. "Assistance et Santé publique dans la construction de l'État Moderne: l'expérience portugaise." *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 61(3): 67-97.
- ABREU, Laurinda. 2018a. "A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa." *Revista Tempo* 24(3): 493-524.
- ABREU, Laurinda. 2018b. "Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)." In *As sete obras de misericórdia corporais. Santas Casas de Misericórdia, sécs. XVI-XVIII*, ed. Maria Marta Lobo de Araújo, 35-57. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- ABREU, Laurinda. 2018c. "Tensions between the Físico-Mor and the University of Coimbra: The Accreditation of Medical Practitioners in Ancien-Regime Portugal." *Social History of Medicine* 31, nº 2 (May): 231-5.
- ABREU, Laurinda. 2020. "Health care and the spread of medical knowledge in the Portuguese empire, particularly the Estado da Índia (16th-18th centuries)." *Medical History* 64(4) (October): 449-466.
- ABREU, Laurinda. 2021. "A presença médica portuguesa no Império (séculos XVI-XVIII): acção dos agentes políticos." In *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal. Volume I: Novos Horizontes – Sécs. XV-XVII*, ed. Henrique Leitão, Palmira Fontes da Costa e Antonio Sánchez, 269-294. Lisboa: CIUHCT e Tinta da China.
- ALBUQUERQUE, Viriato António Caetano Brás de. 1909. *O senado de Goa: memoria historico archeologica*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- BASTOS, Cristiana. 2010. "Hospitais e sociedade colonial. Esplendor, ruína, memória e mudança em Goa." *Ler História* 58: 61-79.
- BETHENCOURT, Francisco. 1998. "As Câmaras e as Misericórdias." In *História da Expansão Portuguesa*, ed. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol 1, 353-368. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BRACHT, Fabiano, e Amélia Polónia. 2018. "Circulating knowledge: eighteenth century medical manuscripts produced in Portuguese India." In *Learning from Empire: Medicine, Knowledge and Transfers under Portuguese Rule*, ed. Poonam Bala, 51-73. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- CAGLE, Hugh. 2018. *Assembling the Tropics: Science and Medicine in Portugal's Empire, 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAKRABARTI, Pratik. 2014. *Medicine and Empire: 1600-1960*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva. 1941. *O ensino de medicina e cirurgia em Goa nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Bastorá: Tipografia Rangel.

- COSTA, Palmira Fontes da, e Henrique Leitão. 2008 "Portuguese Imperial Science, 1450-1800. A Historiographical Review." In *Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800*, ed. Daniela Bleichmar, Paula De Vos, Kristin Huffine e Kevin Sheehan, 35-53. Stanford: Stanford University Press.
- ESAGUY, Augusto de. 1951. *A abertura da Escola Médica de São Paulo da Assunção de Luanda, 1791*. Lisboa: Editorial Império.
- FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas. 1973. *Documentação Histórica Moçambicana*, vol. I. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GRACIAS, Fátima da Silva. 1994. *Health and hygiene in colonial Goa (1510-1961)*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- GRACIAS, Fátima da Silva. 2007. "Alternate Medicine in Goa." In *Metahistory: history questioning history: festschrift in honour of Teotónio R. de Souza*, ed. Charles J. Borges e M. N. Pearson, 161-173. Lisboa: Vega.
- HAINES, Robin, e Ralph Sholomowitz. 1998. "Explaining the modern mortality decline: what can we learn from sea voyages." *Social History of Medicine* 11, nº 1 (April): 15-48.
- HARRISON, Mark. 2010. *Medicine in an age of Commerce and Empire: Britain and its Tropical Colonies 1660-1830*. New York: Oxford University Press.
- LACH, Donald F.. 1965. *Asia in the Making of Europe*. Chicago: University of Chicago Press.
- LANNING, John Tate. 1985. *The Royal Protomedicato: The Regulation of the Medical Profession in the Spanish Empire*, ed. John Jay TePaske. Durham: Duke University Press.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. 2006. "Vida religiosa: princípios, comportamentos e práticas." In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo 2, 71-132. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. 1998. "As tentativas de recuperação asiática." In *História da Expansão Portuguesa*, ed. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 3, 43-59. Lisboa: Circulo de Leitores.
- MATOS, Artur Teodoro de (ed.). 1982. *O Estado da Índia 1581-1588*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MATOS, Artur Teodoro de (ed.). 1999. *O Orçamento do Estado da Índia - 1571*. Lisboa: CNCDP, Centro de Estudos Damião de Góis.
- MENESES, José de Vasconcelos e. 1987. *Armadas portuguesas. Apoio sanitário na época dos descobrimentos*. Lisboa: Academia da Marinha.
- PATO, Raymundo Antonio de Bulhão (ed.). 1880. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das monções*, vol. I. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.
- PEARSON, Michael N.. 1996. "First Contacts between India and European Medical Systems: Goa in the Sixteenth Century." In *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*, ed. David Arnold, 20-41. Amsterdam: Editions Rodopi B. V..
- PINA, Luís de. 1943. *História da Medicina Imperial Portuguesa (Angola)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- POLÓNIA, Amélia. 2017. "Interactions Between the Local and the Global: Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700)." *Asian Review of World Histories* 5:1 (January): 113-139.
- RAJ, Kapil. 2007. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke & New York: Palgrave Macmillan.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. 1992. *Arquivo Portuguez-Oriental*, 6 fascículos. New Delhi: Asian Educational Services (Edição facsimilada de Nova Goa: Imprensa Nacional, 1857-1877).
- RODRIGUES, Eugénia, e Miguel Brito. 2013. "Colonização e polícia médica em Moçambique no final do período moderno." In *Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique. História, Memória e Ciência*, ed. Ana Cristina Roque e Eugénia Rodrigues. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- RODRIGUES, Eugénia. 2007. "As Misericórdias de Moçambique e a administração local, c. 1606- 1763." In *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, ed. Avelino de Freitas de Menezes e João Paulo Oliveira e Costa, v. II, 709-29. Lisboa e Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar.
- RODRIGUES, Eugénia. 2011. "Moçambique e o Índico: a circulação de saberes e práticas de cura." *Métis: História & Cultura* 19, dossier "História da África", org. Silvio Marcus Correa e Marcelo Bittencourt: 15-42.
- RODRIGUES, Eugénia. 2013. "O Real Hospital de Moçambique e as suas conexões goesas: homens, saberes e produtos." In *Goa: Passado e Presente*, ed. Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, tomo 2, 519-541. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- RODRIGUES, Eugénia. 2018. "Crossing the Indian Ocean: African Slaves and Medical Knowledge in Goa." In *Learning from Empire: Medicine, Knowledge and Transfers under Portuguese Rule*, ed. Poonam Bala, 74-96. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- SETH, Suman. 2018. *Difference and Disease: Medicine, Race, and the Eighteenth-Century British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUZA, Teotónio R. de. 1993. *Goa Medieval. A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1997. "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia." *Modern Asian Studies* 31, no. 3, Special Issue: *The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800* (Jul.): 735-62.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1998. *De Ceuta a Timor*. 2ª edição, Algés: Difel.
- WAGNER, Ana Paula. 2007. "A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique." *História Unisinos* 11(1) (Janeiro/Abril): 72-83.
- WALKER, Timothy. 2002. "Evidence of the use of ayurvedic medicine in the medical institutions of Portuguese India." In *Ayurveda at the crossroads of care and cure*, ed. Ana Salema, 74-104. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

- WALKER, Timothy. 2009. "Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Portuguese Colonial Empire during the Early Modern Period." In *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*, ed. Daniela Bleichmar, Paula De Vos, Kristin Huffine e Kevin Sheehan, 247-70. Stanford: Stanford University Press.

A Inquisição e os seus réus moçambicanos: um perfil possível dos sentenciados*

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Introdução

Como já referimos algures, as notícias sobre a actuação da Inquisição de Goa em Moçambique são raras, até devido ao conhecido desaparecimento da maior parte do espólio pertencente àquele tribunal religioso (Tavim 1998).

Um dos raros documentos sobreviventes – o famoso *Reportório* do Inquisidor João Delgado Figueira, de 1623 – permite-nos traçar um pequeno quadro dos penitenciados e das culpas que lhes são imputadas, desde 1564 até à data final da redacção do manuscrito (Tavim 1997). A este *Reportório* acresce as listas também de penitenciados da Inquisição de Goa, conhecidas como códices 201 e 202, pertencendo ao núcleo Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal – tal como o *Reportório* de Figueira, aliás códice 203 – e que correspondem, respectivamente, aos anos de 1685-1745, e de 1765 e 1806 (portanto, período do próprio fenecer do Tribunal da Inquisição) (Lopes 1989; Lopes 1998). É este, não obstante certo laconismo subjacente, o grosso do material que o historiador tem ao seu dispor, juntamente com algumas informações retiradas dos processos da Inquisição e de outro teor.

1. As Fontes e os Acusados

A esmagadora maioria das pessoas de Moçambique sentenciadas pela Inquisição de Goa são escravos, o que revela que esta região não foi muito ambicionada

pelos cristãos-novos, mais tentados pelas riquezas da Ásia e do Brasil, e pelo tráfico de escravos angolanos (ver, a título de exemplo, Boyajian 1993 e Salvador 1978).

De facto, quase todos os réus relacionados com Inquisição mencionados no *Reportório* de João Delgado Figueira são africanos acusados das “heresias” de gentilismo e islamismo – e até estes são em número diminuto. Assinala-se apenas para o ano de 1575 os casos excepcionais de duas cristãs-velhas: Helena Jácome, mulher de Diogo Machado, morador em Moçambique, por mandar fazer uma cerimónia a uma filha quando esta teve a menstruação pela primeira vez, sendo condenada pelo vigário de Moçambique como Comissário do Santo Ofício a abjurar de veemente; e a também cristã-velha Isabel Afonso, natural e moradora em Moçambique e esposa de Gaspar de Almeida, acusada de fazer cerimónias de mouro e gentilidade – o que significa que se sentiu atraída por outras religiosidades, ou, como diríamos hoje, estava aculturada. De facto, na métrica das culpabilidades, elas são sentenciadas por “Sacrifício”, ou seja, aquele móbil de acusação que abarca uma grande variedade de comportamentos desviantes da norma católica e de aproximação às religiosidades locais, também comum no Oriente (Tavim 2016). Isabel Afonso foi igualmente condenada a abjurar de *vehemente* – abjuração de réus gravemente suspeitos, devido a indícios veementes (Lipiner 1999, 12-13) – e a 20 dias no tronco, sendo a sua condenação efectuada pelo vigário local como Comissário do Santo Ofício.¹ São estes também dos raros casos que conhecemos de réus julgados e sentenciados em Moçambique que, ao contrário de Cochim e do Sul, de Ormuz e das chamadas Províncias do Norte (Tavim 1998, 17-31), nunca teve Visitas da Inquisição, revelando o peso menor desta colónia na política repressiva do Santo Ofício, provavelmente tendo em conta a precariedade da sua população oriunda do Reino.

Existem ainda seis processos da Inquisição de Lisboa relacionados com Moçambique, dois deles relativos a escravos. Os outros são cristãos-velhos acusados de diferentes “delitos”. Vejamos de seguida:

João Machado foi preso em Lisboa por suspeita de heresia protestante, quando tinha 22 anos, em 1641. Era natural de Lisboa e foi sentenciado a abjuração de levi. De facto, Moçambique foi apenas um local do seu longo périplo pela Índia, mais propriamente Goa, Baçaim, Chaul, Bombaim e Ceilão, de onde foi levado na situação de cativo para a Holanda.²

1 João Delgado Figueira, *Reportorio Geral de três mil oito centos processos, que sam todos os despachados neste sancto Officio de Goa & mais partes da India, do anno de Mil & quinhentos & secenta & hum, que começou o dicto sancto Officio, até o anno de Mil & seis centos & vinte e tres (...)*, 1623, fol. 390vº.

2 ANTT, TSO, IL, proc. 3010.

Já no início do século XIX – em 1802 – Sebastião José do Nascimento, natural do termo da Sertã, de 45 anos, que fora alcaide da Câmara de Moçambique, seria acusado de bigamia. Foi também sentenciado a abjuração de levi e açotado pelas ruas de Lisboa.³

Apenas sentenciado a degredo na ilha de Moçambique foi o cristão-velho Luís de Serpa Sotomaior, de 24 anos, acusado de perjúrio, fautoria contra um Comissário do Santo Ofício e superstições. Luís era natural de S. João da Talha, mas morava em Colombo. Fora soldado, escudeiro e cavaleiro. Foi também sentenciado a abjuração de levi.⁴

O caso de Gaspar de Baião de Resende, castelão da praça e fortaleza da ilha de Moçambique, a par dos acima referidos de Helena Jácome e de Isabel Afonso, é um dos raros em que vemos a Inquisição de Goa actuando ali. De facto, o que chegou até nós foi um traslado de um sumário de testemunhas, do trâmite da Inquisição de Goa, pertencente à Inquisição de Lisboa e datando de 1687. Sabemos que os testemunhos contra Gaspar foram ouvidos no convento de S. Domingos da ilha de Moçambique pelo padre frei António Veloso, Comissário ali do Santo Ofício. E que estes o acusaram de vender a um capitão inglês “herege” um moço de “casta buqui” (um bugi das Celebes)⁵ chamado António e católico romano, e que fora cativo do governador D. António de Melo e Castro (29º Vice-Rei da Índia, 1662-1666). Na realidade, este António, tomado pelos ingleses na nau Nossa Senhora da Ajuda, em que viajava para o reino o governador, encabeçara agora o motim dos outros escravos “buis”, transportados na nau inglesa que vinha de Madagáscar. O capitão inglês não quis matar António por ser católico, e entregou-o ao castelão português. Mas o castelão, depois de manter o escravo alguns dias no tronco, e depois de este narrar o que acontecera, acabou por entregá-lo ao capitão inglês, que o liquidou. Trata-se portanto da averiguação de um acto impróprio em relação a um escravo católico.⁶

Por sua vez dois processos de escravos moçambicanos são dos mais fascinantes pela maior abundância de dados e porque, na realidade, se trata de uma metáfora dos processos de acusação de todos os outros escravos africanos apontados nas listas da Inquisição de Goa: um foi indiciado por “Gentilismo” e o outro por “Islamismo”. Ambos foram processados pela Inquisição de Lisboa pelo facto se encontrarem na capital do reino.

3 ANTT, TSO, *IL*, proc. 3967.

4 ANTT, TSO, *IL*, proc. 4939.

5 Sobre os Bugis leia-se por exemplo Pelras 1996.

6 ANTT, TSO, *IL*, proc. 12798.

O processo de João de Almeida, acusado de “mouro”, é o mais antigo, datando de 1698. Tinha 40 anos quando foi apresentado à Inquisição de Lisboa, sendo escravo de Gaspar Álvares Romeiro. O seu processo de islamização verificou-se em Marrocos, onde foi instado a ser muçulmano pelo “rei de Maquinez (Meknès)”.⁷ De facto, João havia fugido da casa de seu senhor, em Mazagão e, sendo aprisionado, passou a ser muçulmano devido, segundo ele, a maus tratos sofridos e à pressão de ser morto. Passou algum tempo em Marrocos, sendo casado com uma negra muçulmana, até se apresentar à Inquisição, oito dias depois de ter regressado. João era um escravo de Sena, saindo dali sendo criança de tenra idade. Uns muçulmanos haviam-no vendido em Moçambique a um Gaspar Branco, que era capitão de navio. Mas entretanto, com 6 anos, foi baptizado em Moçambique por um dominicano. Viajou depois para Goa, com seu novo senhor António Francisco Martins, sendo crismado na Sé desta cidade com 8 anos de idade. Desconhece-se o seu trajecto de Goa até Mazagão.⁸ Foi sentenciado com abjuração de levi. Portanto, embora se trate de um homem nascido e escravizado logo em Moçambique, o seu processo foi aberto devido a toda uma vivência fora da antiga colónia – como aliás acontece com a maioria dos seus correligionários processados pela Inquisição. Só que neste caso, devido ao facto de ter saído de Moçambique em criança e ter uma vivência cristã aqui e em Goa, o processo de islamização é também mais tardio, e verifica-se fora do contexto moçambicano.

O processo do oficial de caldeireiro António Rodrigues é já de 1745 e tinha 20 anos quando foi preso. Fora cativo de José Rodrigues, caldeireiro, e acabou por ser acusado de feitiçaria, de pacto com o demónio, e de ter um pau chamado *brandã* para que o seu senhor o não castigasse, e que lhe foi dado por um negro seu amigo. Este *brandã* tinha a grossura de um dedo, e quando entrasse na casa do seu dono devia cuspir um bocado para que o seu senhor o não castigasse. Foi também acusado de possuir uma bolsa de mandinga – ou seja, com ingredientes que supostamente protegem contra armas e doenças (ver Santos 2008 e Calainho 2008) –, que trazia no bolso dos calções ou ao pescoço, e com que dormia. Na realidade, esta bolsa foi feita por outro escravo negro seu amigo, contendo pedras de incenso, um papel onde estava escrito o nome do senhor de António, cabelos da barba deste e raspas dos seus sapatos, sete dentes de caveira e outros elementos asquerosos, também para que aquele o não castigasse nem o vendesse para fora do Reino. Além disso foram encontradas na sua roupa algumas cabeças de cobra, um papel escrito e uma pintura medonha, que a “todos deu horror”. A

7 Deve tratar-se de Moulay Isma`il (1672-1727), que instalou a corte em Meknès – cf. Abitbol 2009, 235-237.

8 ANTT, TSO, IL, proc. 11700.

Inquisição apontou o padre João Baptista de Castro como seu curador e temos conhecimento que foi asperamente repreendido. Não sabemos quando veio de Moçambique para o reino e qual o seu périplo. O que podemos avançar é que todos os elementos culturais exteriores à normatividade católica deviam ter sido adquiridos no reino em contacto com outros africanos que aqui viviam – a bolsa de mandinga parece produção de um escravo guineense, angolano, senegalês ou da Gâmbia – ou seja, foi esta segregação racial e a sua condição de escravo que o predispuseram a este comportamento desviante. Resta questionar quais os graus de aculturação – mesmo em convivência com escravos de outra origem – dos escravos moçambicanos que atingiram a Índia.

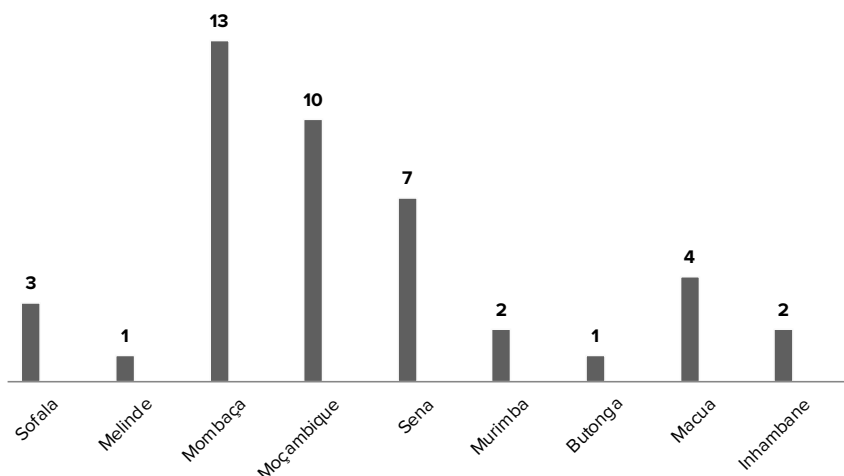
2. Os Acusados no Relatório e nas Listas

Como já foi mencionado, excepto os casos das cristãs-velhas e do castelão da ilha de Moçambique, todos os outros acusados no *Reportório* de João Delgado Figueira e nas outras listas de sentenciados da Biblioteca Nacional são escravos negros, sentenciados pela Inquisição de Goa.

Estando cingidos aos dados apresentados na documentação acima referida, a cronologia refere-se ao período do primeiro e do último processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, ou seja, 1575 e 1787.

Qual a origem destas pessoas?

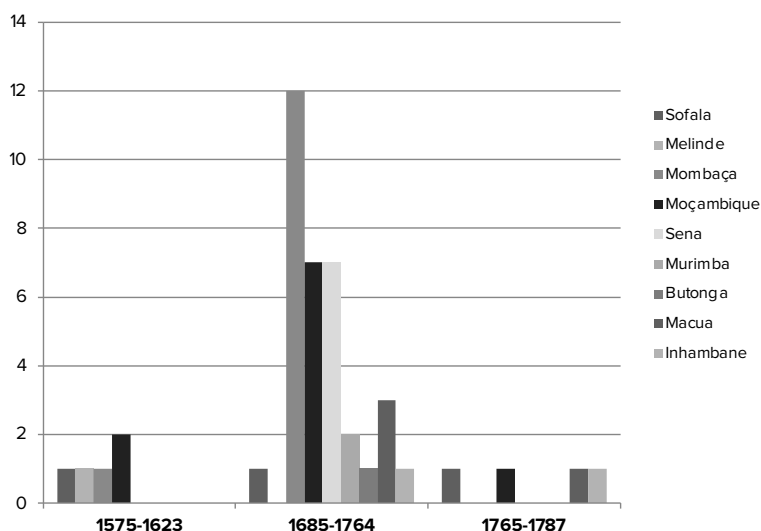
Gráfico 1. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, entre 1575 e 1787. Origens.



Como podemos ver, abundam as pessoas oriundas de Mombaça. Aparece ainda um grupo mais importante de pessoas vindas de Moçambique e de Sena, assim como de Macuas, deixando como insignificantes os processados com origem em Sofala, Murimba, Melinde, Butonga e Inhambane.

Se conjugarmos este gráfico com o da cronologia dos processados pela origem geográfico, os resultados são também interessantes.

Gráfico 2. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique. Distribuição cronológica por origem.



Para o período inicial, de 1575 a 1623, que corresponde aos dados fornecidos pelo Inquisidor João Delgado Figueira no seu *Reportório*, verificamos que o número de processados com origem em Moçambique é pouco significativo se comparado com o da segunda fase exponencial de 1685. A explicação é simples: trata-se de um período em que a presença portuguesa se fazia sentir sobretudo na área costeira e em que a Inquisição de Goa privilegiava outros territórios na sua actividade punitiva, como as próprias possessões portuguesas na Índia, perseguindo os cristãos-novos aí residentes, e depois os muçulmanos e os hindus convertidos. Daí que os réus venham todos da costa: Sofala, Melinde, Mombaça e Moçambique.

O segundo período, que consubstancia os dados retirados do código 201 da Biblioteca Nacional de Portugal é o mais rico. Mombaça afigura-se entre 1685 e 1764 o grande fornecedor de réus, que são todos escravos. E surge também aqui um importante contingente de Senas, inexistente no período anterior, que

corresponde à implantação portuguesa no vale do Zambeze (ver, entre outros, Rodrigues 2013). Moçambique, o principal porto da colónia, continua a fornecer escravos, mas a vinda de pessoas de Inhambane, de Butonga, de Murimba e sobretudo de Macuas, é algo similar ao caso dos Senas: revela a expansão e fixação colonial dos traficantes portugueses numa área mais lata de Moçambique.

Deixemos por agora a análise do terceiro período e debruçemo-nos sobre os dois primeiros referidos. Como já foi referido os dados são escassos mas permitem-nos algumas conclusões. A primeira é que Melinde é um caso de excepção: trata-se de uma mulher cafra da sua costa, processada por bigamia em 1600, e que fora baptizada adulta com o nome de Catarina Rodrigues. Como não sabemos como chegou a Goa, onde morava, só podemos especular: não há menção ao seu estatuto (escrava? Alforriada?). Portanto podia ser alguém vendido em Goa, por exemplo.⁹ O mesmo acontece com Domingos Fernandes, filho de José e de Felipa Pinta, natural de Sofala, que em 1576 foi sentenciado por “mouro”. Seria de facto um muçulmano de Sofala baptizado em Goa, com seus pais? Ou fugiu para Bijapur e tornou-se “mouro” aí?¹⁰ O Filipe, cafre cativo natural de Mombaça, sentenciado em 1581, baptizado adulto e que estava ao serviço dos padres de S. Paulo, em Goa, inicia o ciclo dos escravos preferenciais na Índia Portuguesa. Como foi acusado de “mouro” resta questionar se já não o era quando morava em Mombaça e antes de ser capturado.¹¹ Como já foi referido, em 1575 são processadas em Moçambique as duas únicas cristãs portuguesas, com intervenção directa do Comissário local do Santo Ofício, por culpas de “Sacrifício”, o que revela a gravidade do acto aos olhos dos outros locais cristãos.¹²

Já foi salientado que o segundo período é o mais rico em termos de casos e sua diversidade. Mombaça impõe-se como o grande fornecedor de africanos processados pela Inquisição de Goa. Os anos de 1675 a 1764, e também todo o período anterior desde 1626, é um período perturbadíssimo da presença portuguesa em Mombaça. Muhammad Yusuf, educado em Goa onde recebera o baptismo cristão e o nome de D. Jerónimo Chingulia, foi feito sultão de Mombaça em 1626. Embora os Portugueses tivessem retomado a fortaleza de Jesus, edificada em 1596, no ano de 1632, seguiram-se períodos contínuos de convulsão, ficando a tutela da cidade alternadamente em poder do sultão de Omã ou dos Portugueses, até que em 1729, uma revolta dos habitantes de Mombaça contra os Portugueses conduziu a um novo cerco ao forte no mês de Abril, forçando

9 Figueira, *Reportorio*, fol. 226.

10 Figueira, *Reportorio*, fol. 239vº.

11 Figueira, *Reportorio*, fol. 310.

12 Figueira, *Reportorio*, fol. 390vº.

a rendição da guarnição. É lógico que sendo Mombaça um dos maiores locais de combate na costa oriental africana, muitos africanos fossem vendidos como escravos. Dos 13 réus cafres naturais de Mombaça, só uma “cafra forra” de Tana – Inês Pereira – processada em 1689, não foi acusada do crime de Islamismo, mas de sacrifício e invocação ao diabo,¹³ o que nos leva a presumir que se trata de africanos muçulmanos ao serviço dos sultões omanitas, e que depois de baptizados cristãos em Goa “regressaram” ou mantiveram sub-repticiamente a fé islâmica. Contudo, é bastante conhecido o contencioso constante que também movia as populações africanas do interior, como os Galla, e os governantes da costa. A par do marfim, um dos principais produtos exportados de Mombaça, não viriam também para a Índia alguns destes prisioneiros de guerra, que depois fugiriam para terras muçulmanas? De qualquer forma, a guerra de Mombaça explica este surto para a Índia Portuguesa¹⁴.

Como mencionámos, começa também aqui o surto dos escravos Senas, ou dos Rios de Sena, ligado à ocupação mais intensa deste interior moçambicano pelos senhores dos prazos ligados à política da Coroa. Podiam ser de facto escravos de guerra transportados para a Índia pelos seus senhores ou aí vendidos, ou então de escravizados em período de fomes, mas de novo a informação é omissa. A existência de Macuas processados na Índia, que habitavam o norte de Moçambique e a actual província da Zambézia, assim como em menor número, de Murimbas (provavelmente habitantes do Monte Murimba, no interior norte de Moçambique), de um Butonga (ou seja, um Tonga provavelmente do Zimbabué) e ainda de uma Adriana “cafra solteira, filha de pais gentios”, de Inhambane¹⁵, revela mais uma vez a extensão e uma maior assiduidade da presença portuguesa ao longo do território moçambicano.

O último período em análise, correspondente ao códice 202, ou seja entre 1765 e 1787, com apenas um processado de Sofala, um de Moçambique e vivendo aí, outro Macua e outro de Inhambane¹⁶, revela um fenómeno interessante: que parece ter havido uma diminuição significativa do tráfico de escravos moçambicanos para a Índia Portuguesa. Na realidade, ao vasculharmos os folios do códice 202, os “cafres” ainda estão presentes e processados, mas quase nunca se refere a sua origem. Tal parece mostrar que a “reprodução interna” era agora suficiente para as necessidades de escravos africanos na Índia, e daí que surjam apenas dois com a indicação de nascidos em espaço moçambicano. Por

13 BNP, *Cód. 201*, fol. 21vº e 27vº.

14 Sobre esta conjuntura vide, por exemplo, Boxer 1960; Berg 1968; Freeman-Grenville 1980.

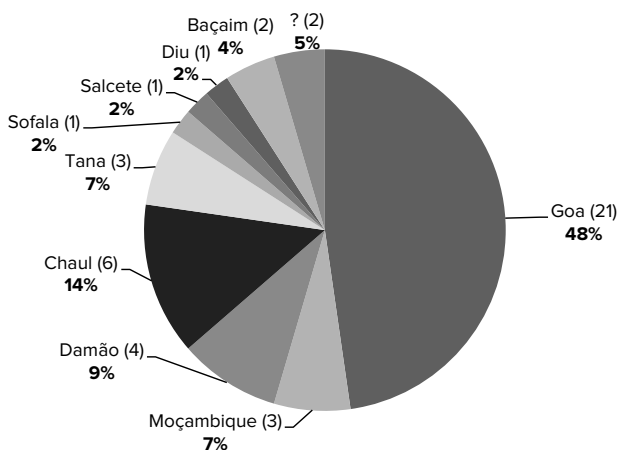
15 BNP, *Cód. 201*, fol. 40.

16 BNP, *Cód. 202*, fols. 2vº, 10vº e 17vº.

outro lado, sabe-se que neste período muitos dos escravos moçambicanos eram vendidos para as Mascarenhas e para Cuba (Capela 2016, 40-46; Capela 1993, 77-98; Newit 1995, 230-231).

É agora necessário verificar em que terras passaram a viver os processados.

Gráfico 3. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, entre 1575 e 1787. Locais de Residência.



De notar, em primeiro lugar, que apenas quatro dos processados de Moçambique viviam aqui. Além das referidas mulheres portuguesas da ilha de Moçambique e de Lino, nascidas e vivendo nesta ilha,¹⁷ temos um réu de Sofala: Domingos cafre, em mouro Jamaré, acusado de passar à “crença da seita de Mafamede”, e processado em 1693;¹⁸ mas não sabemos se foi processado aqui ou em Goa.

Quase metade dos processados vivia logicamente na capital do Império Português do Oriente, servindo os seus senhores. Contudo, têm uma presença espalhada pela chamada Província do Norte, onde se destaca a cidade de Chaul, quiçá devido às potencialidades comerciais do porto, e ao seu papel no fabrico de tecidos de algodão – a designada “roupa preta de Chaul” – importante para a obtenção do ouro e marfim da costa oriental africana (Godinho 1981, 200-202), e atrás destes artigos, vinham os escravos.

17 BNP, *Cód. 202*, fol. 2vº.

18 BNP, *Cód. 202*, fol. 30.

Que faziam estes escravos processados? A omissão de muita informação acerca das suas actividades, que vão para além da sua condição de cativo, não nos permite a construção de estatísticas e gráficos, mas há alguns indícios dispersos. Na realidade, os escravos são apenas mencionados nessa condição e em relação aos seus donos, que podem ser pessoas civis ou eclesiásticas, como os padres do Colégio de S. Paulo, em Goa. Mas isto não significa, como vimos acima pelo caso da bolsa de Mandinga, que os escravos não tentem vender escusamente os seus serviços. Por exemplo, em 1695, o escravo Gonçalo, natural de Sena e morador em Goa, foi acusado de fazer curas e mezinhas com raízes, colocando-as na frente dos enfermos para ver se iam viver ou morrer.¹⁹ Logicamente, estes “serviços”, tal como no caso da bolsa de Mandinga, tinham um preço. Quando não há referência à sua condição por vezes aponta-se uma ocupação, o que leva a presumir que sejam alforriados. É o caso do cafre António, natural de Mombaça e morador em Chaul, que em 1685 é apontado como “galinheiro”.²⁰

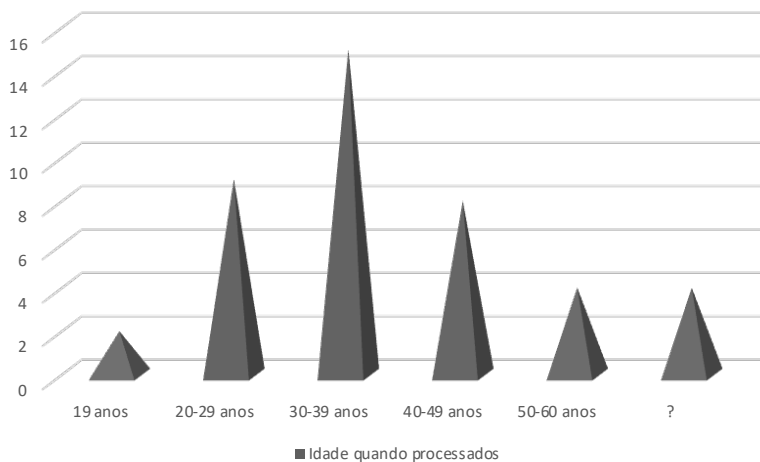
Presume-se que muitos destes eram escravos de aparato e serviçais, pois ao contrário do que acontecia nas Américas, não havia necessidade deles na Índia para os trabalhos agrícolas. Ou, como avança Thomas Vernet, são também utilizados na administração portuguesa como soldados e marinheiros, e ainda como guarda-costas (Vernet 2006, 15). Sabemos também pelos processos levantados pela Inquisição de Goa contra os cristãos-novos de Cochim, que os donos podiam rentabilizar o trabalho dos seus escravos de outra forma: por exemplo, o alfaiate Manuel Rodrigues, que também vendia panos, sedas e tafetás, deslocando-se à Cochim hindu para esse fim, tinha ao seu serviço vários escravos negros; e a confeitadeira Leonor Caldeira mantinha uma loja em Santa Cruz de Cochim em que vendia todo o género de mercadorias, sobretudo panos, sendo auxiliada pela filha Clara Caldeira e por uma escrava negra (Tavim 2003, 188). Outro cristão-novo de Cochim – Jácome de Olivares – mandava trabalhar os seus escravos em casa e fora dela, como o negro André, amancebado com uma escrava negra chamada Catarina, pertencente a Guiomar da Rocha. Este ou outro negro aumentava o pecúlio do seu patrão, trabalhando como ferrador (Tavim 2003, 193).

Portanto, salientemos mais uma vez que estamos perante um quadro que se assemelha mais à empregabilidade dos escravos na Europa que nas Américas.

19 BNP, *Cód. 201*, fol. 42.

20 BNP, *Cód. 201*, fol. 8.

Gráfico 4. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, entre 1575 e 1787. Idade quando processados.



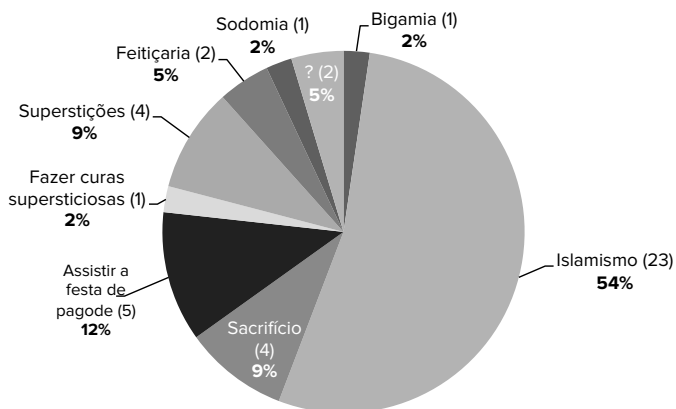
O gráfico por idades quando processados revela além da curva normal do ciclo da vida naquele período, que entre os escravos cristianizados, as suas crenças primitivas vinham à tona com o avançar da idade adulta – situação para a qual muito teria contribuído o seu lugar subalterno na sociedade portuguesa local, não obstante a sua cristianização.

Gráfico 5. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, entre 1575 e 1787. Género.



O gráfico 5 mostra outro fenómeno: a maioria evidente dos processados pertence ao sexo masculino. Sendo todos eles africanos, é nítido que se trata de pessoas apanhadas em situação de combate, antes de serem vendidas aos Portugueses, ou cativados por eles. A mulher tem geralmente uma presença menor nesta cultura de guerra. Embora haja três mulheres acusadas de mouras²¹, a maioria, como as portuguesas processadas em Moçambique, estão mais associadas aos cultos chamados gentílicos e invocações, ou seja, a actividades mais relacionados com o recanto dos lares.

Gráfico 6. Processados pela Inquisição de Goa, relacionados com Moçambique, entre 1575 e 1787. Tipologia dos crimes.



Na tipologia dos crimes há uma nítida exiguidade das culpas relacionadas com os “desvios sexuais” – apenas uma acusada de bigamia (Rodrigues 2013) e um acusado de sodomia,²² aliás acompanhando o mesmo fenómeno em outras regiões do reino²³ – e pelo contrário um exponencial das acusações relacionadas com a adesão – ou na maior parte destes casos, de re-adesão – ao Islão. Embora de importância menor, o conjunto das diversas acusações relacionadas com o designado “gentilismo” (como equivalente a paganismo), inclusivamente uma feitiçaria que neste caso lhe está muito associada, mantém um importante segundo lugar.

21 Trata-se de Grácia, de Mariana e de Maria, as duas primeiras de Moçambique e moradoras em Chaul; e a terceira de Sena e moradora em Salsete – BNP, Cód. 201, fols. 13, 16vº e 31vº.

22 BNP, Cód. 201, fl. 128.

23 Vide por exemplo Coelho 1987, 185-195; Mea 1997, 226-227, 232-233, 238, 250, 265, 268, 270, 277, 280 e 507; Pinto e Runa 1988.

A dimensão da adesão ao Islão explica-se pelo facto da maior parte destas pessoas haverem sido muçulmanas antes de cristianizadas, e porque devido à sua marginalização dentro da sociedade cristã, terem regredido para a situação religiosa anterior.

Existem no entanto escravos, apontados como filhos de pais gentios, que também adoptaram a religião islâmica: é o que acontece como em 1693 com Maria, cafra de Sena, moradora em Salcete mas que viera no Canará.²⁴ Três anos mais cedo, o seu conterrâneo Vitório, morador de Goa e também filho de pais gentios, é processado pelo facto de “se passar à seita de Mafamede” apenas no exterior, em terras de mouros. O mesmo aconteceu com o “gentio” João, cafre cativo de Moçambique, e morador em Aldona, nas terras de Bardez; e também com o cafre cativo Paulo, natural de “Butonga nos Rios de Cuama”, e morador em Goa;²⁵ com o cafre João, natural de Morimba, e também residente na capital do Império Português do Oriente;²⁶ e ainda com o cafre Miguel, natural de Mombaça, também residente em Goa.²⁷ Ainda em 1754, o escravo Macua chamado Manuel foi processado por viajar até terras de Mouros, onde se deixou circuncidar, “ficando da Seita de Mafoma, depois de baptizado, porem sem instrução da nossa Santa Fé”.²⁸ Portanto, dois destes casos remetem para a adesão ao Islão aquando da deslocação a terras islâmicas, ou seja, trata-se de uma estratégia de sobrevivência, visto que assim a sua vida ali ficaria facilitada. Por outro lado, a passagem ao Islão explica-se também pelo desconhecimento dos princípios básicos do Cristianismo, como se vê no terceiro caso: apenas recebendo a água do baptismo e sem qualquer instrução religiosa, muitos destes escravos recém-convertidos estariam prestes a abdicar da sua condição cristã.

O conjunto de acusações de superstições, fazer curas supersticiosas, sacrifício propiciatório de animais e feitiçaria remete logicamente para o universo religioso e curativo (categorias indissociáveis) dos escravos que não seriam muçulmanos – aliás trata-se uma categorização dos “crimes” semelhante ao apontado ao universo dos hindus baptizados como cristãos. Como já vimos, duas portuguesas de Moçambique recorreram a sacrifícios muito possivelmente com a ajuda de escravos africanos, como alternativa ou em complemento à sua religião oficial – o que significa que havia uma certa plasticidade social de recorrência a estas manifestações religiosas, documentada quer no reino, quer sobretudo nas colónias.²⁹

24 BNP, *Cód. 201*, fol. 31vº.

25 BNP, *Cód. 201*, fol. 22vº

26 BNP, *Cód. 201*, fol. 23.

27 BNP, *Cód. 201*, fol. 21.

28 BNP, *Cód. 201*, fol. 211vº.

29 Figueira, *Reportorio*, fol. 390vº.

Os inquisidores designavam de Diabo – numa tipologia eivada sobretudo no Novo Testamento – todas as divindades, espíritos e outras manifestações religiosas dos africanos, a quem muitas vezes se realizavam sacrifícios (Tavim 2016). Os “cafres” curandeiros vinham sobretudo de Sena, como Gonçalo, que morava em Goa;³⁰ mas também de Inhambane, como o cafre forro Caetano;³¹ ou de Sofala, como Manuel, que chegou a fazer “curas supersticiosas”, residindo no convento de Nossa Senhora do Carmo, de Goa.³²

Um dos indícios mais interessantes, apontado no código 202 é que, como seria de esperar, os escravos africanos em Goa rapidamente se sentiram atraídos pelas religiosidades hindus locais, com as quais estabeleceriam paralelos. Por exemplo, em 1764, os cativos cafres Eduardo e Caetano, Macuas, moradores em Goa, seriam indiciados por ajustarem as portas dos pagodes.³³ E no ano seguinte, os cafres Gonçalo, João e Manuel, sendo o primeiro forro e os outros cativos, todos moradores na aldeia de Mandur, foram indiciados por assistir à festa de um pagode³⁴ – o que significa logicamente que no campo este procedimento seria mais fácil e habitual.

Breve conclusão

Como vimos, a maior parte dos réus moçambicanos processados pela Inquisição de Goa são africanos escravos e forros. Contudo, a maior precaução a tomar em relação à História da Escravatura é que o universo dos processados revela apenas uma faceta desta. De facto, sabemos que muitos destes escravos foram enviados para outras paragens, sobretudo no século XVIII, como já referimos acima. Alguns foram mesmo enviados para o Brasil – embora o seu número não se possa comparar com os escravos provenientes do Atlântico (Capela 2016, 31-48; Medeiros 1988, 19-28; Newit 1995, 231-232) – como por exemplo se pode ver pelo alvará de D. Filipe II de Portugal (1598-1621), de 8 de Maio de 1620, que autoriza Manuel Moreno de Chaves a resgatar na ilha de Moçambique pau-preto e escravos, que seriam enviados para a colónia sul-americana, em troca do seu auxílio possivelmente contra o ataque da esquadra inglesa, dois anos antes.³⁵

Por outro lado ainda salientemos que ser escravo não significa taxativamente ser processado pela Inquisição e que os menores, profundamente educados nos fundamentos da religião cristã, teriam ficado normalmente, por isso, fora da alçada

30 BNP, *Cód. 201*, fol. 42.

31 BNP, *Códice 202*, fol. 17vº.

32 BNP, *Códice 201*, fol. 10vº.

33 BNP, *Cód. 202*, fol. 10vº.

34 BNP, *Cód. 202*, fol. 1vº.

35 BNP, *Cód. 1140*, fols. 214-215.

daquela. Na realidade, outra documentação revela que muitos destes escravos de casa eram menores, porque se tratava de escravos de aparato. Por exemplo, na lista “Título dos escravos do Conde Almirante que se poderão descobrir que deu a rol Gaspar de Souza seu vedor”, ou seja, de D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira, a quem aquando do seu segundo governo de 1622-1628 foi ordenado o sequestro de bens, acusado de culpas graves, a maior parte daqueles, de variadas origens, tem menos de 20 anos, havendo mesmo uma escrava com apenas 8 anos. Entre estes estava o mulato Niceto, nascido em casa, e que teria 20 anos, a cafra Cecília de 10 anos, quatro escravas cafres, de que não se sabe a idade, embora uma seja mencionada como moça, mais dois escravos de que não se sabia o nome e a idade, Jacinta – a escrava aleijada da mão direita – além da Juliana, a mestiça também nascida em casa.

Na mesma lista a diversidade da origem é a marca mais interessante. D. Francisco da Gama trazia na sua casa, em Goa, dois escravos bengalis, uma judia, um turco, três chineses, quatro cingaleses, um abexim, um moscovita, e os mencionados cafres e cafras, entre outros.³⁶

Este comportamento social não era apanágio dos governadores ou da nobreza mas de todos os estratos sociais mais desafogados economicamente, inclusive os cristãos-novos, que não deixavam de emular os hábitos prestigiosos daquela. Por exemplo, sabemos que o converso de Cochim, Jácome de Olivares, tinha algumas escravas moças na sua casa, como Constança, de origem malabar. Esta acabaria aliás por ser transportada até Malaca, para ser vendida nesta cidade (Tavim 2003, 193-194). Portanto, o quadro dos escravos sentenciados pela Inquisição pode ser sintomático em relação à sua origem e estabelecimento, e ainda no que respeito ao quadro da Cultura e das Mentalidades, mas não no que concerne ao universo mais vasto dos africanos moçambicanos não processados pela Inquisição.

Em relação ao tema da Cultura e das Mentalidades, para além da ambição de enquadrar o comportamento sócio-religioso das duas cristãs-velhas de Moçambique, que ao nível local demonstraram uma abertura para outros universos religiosos, de tal forma que foram apertadas pela malhas da ortodoxia, resta procurar e encontrar outras fontes que informem de forma mais ampla sobre as atitudes mais ou menos plásticas dos africanos moçambicanos face ao universo sócio-religioso hindu, ou seja, como se verificou o fenómeno de aculturação, e se este foi dialéctico. O mesmo se passa em relação à “migração” para o universo islâmico. Que Islão era este que os moçambicanos encontravam para além de Goa, mesmo se tivessem nascido muçulmanos em Moçambique?³⁷

36 BNP, *Cód.* 1986, fols. 24vº-25vº e 61vº-62vº. Agradeço a João Teles e Cunha a referência a este importante documento.

37 Para uma síntese geral vide Wink 1990; Gribble 2002, Allam 2004.

Fontes

- ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa* (citado ANTT, TSO, IL), processos (proc.) 3010, 3967, 4939, 11700, 12798.
- BIBLIOTECA Nacional de Portugal (citado BNP), Códices (citado Cód.) 201; 202; 203 – João Delgado Figueira, *Reportorio Geral de três mil oito centos processos, que sam todos os despachados neste sancto Officio de Goa & mais partes da India, do anno de Mil & quinhentos & secenta & hum, que começou o dicto sancto Officio, até o anno de Mil & seis centos & vinte e tres (...)*, 1623 (citado Figueira, *Reportorio*); 1140; 1986.

Bibliografia

- ABITBOL, Michel. 2009. *Histoire du Maroc*. Paris: Perrin.
- ALLAM, Muzaffar. 2004. *The Languages of Political Islam*. Chicago: The University of Chicago Press Books.
- BERG, F. J.. 1968. “The Swahili Community of Mombasa, 1500–1900.” *The Journal of African History* 9(1): 35-56.
- BOXER, Charles R.. 1960. *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593-1729*. Londres: Hollis & Carter.
- BOYAJIAN, James C.. 1993. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburguers, 1580-1640*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.
- CALAINHO, Daniela Buono. 2008. *Metrópole das Mandingas. Religiosidade Negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CAPELA, José Capela. 1993. *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- CAPELA, José Capela. 2016. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1717-1904*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- COELHO, António Borges. 1987. *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, vol. 1.
- FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P.. 1980. *The Mombasa rising against the Portuguese, 1631: from sworn evidence*. Londres: published for the British Academy by the Oxford University Press.
- GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho. 1981. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1.
- GRIBBLE, J. D. B.. 2002. *A History of the Deccan*. Nova Delhi: Rupa Publications.
- LIPINER, Elias. 1999. *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. 1989. “A Inquisição de Goa na segunda metade do século XVIII. Contributo para a sua História.” *Stvdia* 48: 237-262.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. 1998. “A Inquisição de Goa na primeira metade de Setecentos: uma visita pelo seu interior.” *Mare Liberum* 15: 107-136.

- MEA, Elvira Cunha de Azevedo. 1997. *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- MEDEIROS, Eduardo. 1988. *As etapas da escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Universidade Mondlane.
- NEWIT, Malyn. 1995. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- PELRAS, Christian. 1996. *The Bugis*. Oxford: Backwell Publishing.
- PINTO, Maria do Carmo Teixeira, e Lucília Maria Luís Ferreira Runa. 1988. “Inquisição de Évora: dez anos de funcionamento (1541-1550).” *Revista de História Económica e Social* 22: 51-76.
- RODRIGUES, Eugénia. 2013. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SALVADOR, José Gonçalves. 1978. *Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Livraria Pioneira.
- SANTOS, Vanicleia Silva. 2008. “As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII”. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23042009-095859/pt-br.php>, acessado em 15.9.2018.
- TAVIM, José Alberto R. Silva. 1997. “Um inquisidor inquirido: João Delgado Figueira e o seu Reportório, no contexto da documentação sobre a Inquisição de Goa.” *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional* 1, 1997: 183-193.
- TAVIM, José Alberto R. Silva. 1998. “A Inquisição no Oriente (século XVI e primeira metade do século XVII).” *Mare Liberum* 15: 17-31.
- TAVIM, José Alberto R. Silva. 2003. *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim. História e Memória, 1500-1663*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. 2016. “‘O culto ao diabo’ na Inquisição de Goa, segundo o Reportório de João Delgado Figueira (1623).” *Anais de História de Além-Mar* 17: 271-302.
- VERNET, Thomas. 2006. “Les réseaux de traite de l’Afrique orientale: côte swahili, Comores et nord-ouest de Madagascar (vers 1500 – 1750).” *Cahiers des Anneaux de la Mémoire, Les Anneaux de la Mémoire* 9: 67-107.
- WINK, André. 1990. *Al-Hind, the making of the Indo-Islamic world*. Leiden: E.J. Brill.

“Lhe dei a sua alforria e liberdade que por esta torno a repetir”: escravatura e manumissão na sociedade colonial de Moçambique

EUGÉNIA RODRIGUES*

Centro de História da Universidade de Lisboa (UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020)

O tráfico de escravos, assim como de trabalhadores forçados, a partir dos portos da região que constitui actualmente Moçambique tem atraído uma crescente atenção dos académicos, quer tendo como foco o embarque no próprio território, quer centrando-se nos territórios de destino (Allen 2014; Alpers 1975; Capela 2002; Capela e Medeiros 1987; Liesegang 1983; Médard *et al.* 2013; Medeiros 1988; Teelock e Vernet 2015; Zimba, Alpers e Isaacman 2005). Do mesmo modo, a experiência da escravatura dos oriundos desses portos nas sociedades hospedeiras, em particular no Índico, tem sido igualmente objecto de pesquisas recentes (ver, por exemplo, Alpers 2018; Jayasuriya e Angenot 2008; Chaillou-Atrous 2010; Teelock e Vernet 2015). Ainda assim, as práticas da escravatura, e de outras formas de dependência pessoal, vividas pelos africanos da região de Moçambique continuam pouco examinadas, tanto comparativamente com outras sociedades africanas quanto no quadro do império português (sobre Moçambique, ver Capela 1995; Capela 2010; Isaacman e Isaacman 2004; Zimba, Alpers e Isaacman 2005; Newitt 1973; Newitt 1993; Rodrigues 2013). Com efeito, para o Brasil, uma vibrante historiografia tem dedicado uma atenção crescente às dinâmicas da

* Este capítulo apresenta resultados de uma investigação em curso no quadro do projecto *SLAFNET Slavery in Africa: A Dialogue between Europe and Africa*, financiado pelo European Union's Horizon 2020 Research and Innovation Program under grant agreement No. 734596.

escravatura e da liberdade (ver, por exemplo, Florentino 2002; Klein e Luna 2010; Libby e Paiva 2000; Demétrio, Santirocchi e Guedes 2017; Paiva 1995).

Um dos aspectos menos conhecidos das práticas da escravatura e da liberdade no contexto da colónia portuguesa de Moçambique é o da manumissão, que apenas conta com contributos esparsos de José Capela.¹ Este capítulo apresenta resultados parciais de uma investigação em curso e pretende contribuir para aprofundar o conhecimento da escravatura na sociedade colonial através da análise das práticas de manumissão nos séculos XVIII e XIX. Para isso, baseia-se em documentação arquivística, sobretudo de carácter jurídico, como cartas de alforria, testamentos e assentos de baptismo, localizada em instituições portuguesas e moçambicanas. Importa, desde já, notar que os dados disponíveis são parcelares e parcos, até ao final do século XVIII. Para a centúria de Oitocentos, o número de documentos aumenta, mas apenas para algumas regiões, nomeadamente, para a Ilha de Moçambique e para Quelimane. Mesmo tendo em conta os percalços que destruíram o arquivo colonial, a escassez deste tipo de fontes indicia, desde logo, o fraco peso do processo de manumissão no contexto das práticas de escravatura em Moçambique. Esses documentos revelam, igualmente, como a escravização em Moçambique juntava práticas coloniais e locais.

1. Escravatura e manumissão na sociedade colonial

Até ao século XIX, a colónia portuguesa de Moçambique, desenhada a partir do século XVI, era constituída por pontos costeiros, que se estendiam das ilhas Querimbas (ou Cabo Delgado), a norte, passando pela Ilha de Moçambique, a capital, e o seu litoral fronteiro, Sofala, Inhambane e, no extremo sul, Lourenço Marques, alargando-se para o interior em torno do vale do rio Zambeze, onde se localizavam Quelimane, Sena e Tete. Embora os escravos estivessem presentes em todos esses locais, era particularmente nesta última região, onde os senhores dominavam vastas extensões de terra (os prazos), que eles existiam em maior número. Em todos os territórios de colonização, os africanos escravizados constituíam para os seus senhores uma importante força de trabalho, assim como uma fonte de poder e prestígio social. Homens, mulheres e crianças desempenhavam várias tarefas relacionadas, sobretudo, com o comércio, transporte, agricultura, mineração, guerra e serviço doméstico. No entanto, a

1 José Capela analisou da questão das alforrias em Quelimane em dois capítulos reunidos numa colectânea editada em 1993. Capela 1993, 57-74. O mesmo autor retomou o tema da alforria de escravos nos testamentos de senhores de escravos, através da análise do legado de Pedro Francisco Pereira, de Tete. Capela 2010, 64-69.

maioria ocupava-se das funções indispensáveis às trocas comerciais e, no caso de Tete, à exploração mineira, que constituíam as principais actividades económicas em que se envolviam os súbditos portugueses. Os africanos escravizados eram classificados segundo várias categorias conforme a sua idade e género, assim como consoante os serviços que executavam (Isaacman 1972; Newitt 1973; Capela 1995; Rodrigues 2008; Rodrigues 2013).

A escravatura, tal como outras formas de dependência e de direitos sobre as pessoas, existia já nas sociedades africanas, onde os estudiosos se reportam a uma escravatura doméstica, na qual os escravos e os seus descendentes podiam ser absorvidos pelas linhagens dos seus senhores (Isaacman 1972; Capela 1995). Porém, a escravização atingiu um número maior de pessoas no período moderno em função da expansão do capital mercantil e do domínio português da região, mesmo que este fosse em muitos aspectos formal. Na colónia portuguesa, os escravos eram adquiridos através da guerra, da compra, do rapto e de presentes, mas, especialmente, por meio do mecanismo do “corpo vendido”, que se alargou visivelmente devido ao aumento da circulação de mercadorias na África Oriental. O “corpo vendido” era comum em África, como noutras sociedades desde a Antiguidade (ver, por exemplo, Falola e Lovejoy 1994). A maior parte das vítimas tornava-se escravo “voluntariamente” em situações de vulnerabilidade em que não conseguiam pagar as suas dívidas ou manter-se a si próprios, fosse em circunstâncias de fome, dívidas mercantis ou litígios judiciais (Harms, Freamon e Blight 2013). Embora tudo indique que em diversas sociedades africanas esse tipo de escravatura constituía uma situação transitória, noutras, ela tornava-se permanente (Alpers 2013).

No caso de Moçambique, este tipo de escravatura não só se expandiu, como se tornou, geralmente, permanente e hereditário no contexto do domínio português da região. Os africanos que adquiriam, por esse meio, o estatuto de escravos passavam a integrar a *butaca* dos senhores, ou seja, tornavam-se parte do património da casa. A negociação das práticas escravagistas implicava, ainda, o reconhecimento de um conjunto de direitos dos escravos, entre os quais estava o de não serem vendidos, ou de qualquer forma conduzidos, para longe das suas “pátrias”, onde mantinham os seus laços de parentesco (Capela 1995; Isaacman 1972; Newitt 1972; Rodrigues 2013). No entanto, conforme Edward A. Alpers sublinhou, é preciso ter em conta a mudança do carácter do tráfico de escravos na África Oriental no decurso do século XIX, quando ele estava no seu auge (Alpers 2013). Nesse contexto, a intensificação do tráfico traduziu-se também na venda de pessoas da *butaca*, cujos parentes exprimiam violentamente a sua revolta pela quebra do contrato que ligava escravizados e senhores (Rodrigues 2013).

Comparativamente a outros impérios europeus, o processo de abolição legal da escravatura nas colónias portuguesas foi tardio e progressivo. Na sequência das medidas tomadas para suprimir o tráfico de escravos foi adoptado, a partir da década de 1840, um conjunto de disposições tendentes a controlar o número de cativos detidos por cada senhor, através do seu registo obrigatório, e, desde a década de 1850, a emancipar progressivamente os escravos, passando-os à condição de libertos. Isso significava que os indivíduos deixavam de estar sujeitos juridicamente à escravidão, mas não alcançavam o estatuto de livres já que eram obrigados a servir os seus senhores e permaneciam sob a tutela do estado. Apesar da viva resistência das elites nos territórios coloniais, o estatuto de escravo foi, finalmente, abolido pela lei de 1869, que estabeleceu que as pessoas naquela condição se transformavam em libertos até 1878, a data prevista para a extinção deste último estatuto, conforme a lei de 29 de Abril de 1858. Este estatuto transitório acabou por ser dissolvido mais cedo, na sequência da lei de 29 de Abril de 1875, que antecipou o prazo para 29 de Abril de 1876.²

Até à execução das leis abolicionistas, os africanos escravizados em Moçambique, como em todos os territórios do império português, podiam obter legalmente a liberdade através da manumissão. Prevista na lei romana, a manumissão, ou alforria, na formulação do direito islâmico e também em uso em Portugal, era obtida através de cartas de alforria ou liberdade, testamentos e registos de baptismo. Estes instrumentos jurídicos representavam sempre um acto voluntário do proprietário do escravo, mesmo que por detrás dele pudesse estar algum tipo de negociação, afectiva ou monetária, entre o senhor e o escravo. Com efeito, para além da manumissão poder resultar da vontade do senhor, a lei portuguesa previa que os escravos pudessem comprar a sua carta de liberdade. Fosse qual fosse o dispositivo usado, a alforria abria uma janela para a mobilidade social das pessoas escravizadas, sobretudo em meios urbanos, como está amplamente estabelecido pela historiografia sobre o Brasil e, menos, sobre Angola.³

As cartas de alforria constituíam escrituras públicas feitas na presença de testemunhas, pelos tabeliães e eram registadas no seu livro de notas. No caso de Moçambique, elas podiam ser, posteriormente, averbadas na secretaria-geral do governo (Capela 1993). Em geral, no acto do registo notarial, era dada uma cópia do documento ao escravo alforriado, que o podia exhibir publicamente para atestar o seu estatuto livre.⁴ Noutros territórios do império português, como

2 Sobre a abolição do tráfico no império português, ver Marques 1999. Sobre a abolição da escravatura, ver, por exemplo, Silva 2009.

3 Para o Brasil, ver, por exemplo, Dantas 2008; Guedes 2008; Mattos 2013. Para Angola, ver Candido 2013; Candido 2014; Candido 2015; Curto 2002; Ferreira 2012.

4 V.g. Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5831.

o Brasil, estava divulgada a prática de os escravos comprarem a sua liberdade, geralmente em prestações ou alforrias coartadas. Na América portuguesa, a percentagem dos escravos que compravam a liberdade, eles ou os seus familiares, variou consideravelmente conforme as regiões e os períodos, podendo ir de 12 a 49% (Klein e Luna 2010, 259-265). No entanto, na documentação disponível para Moçambique, existem referências escassas a este mecanismo, o que sugere que essa não era uma solução comum. Entre os raros exemplos encontrados inclui-se o de um escravo da Ordem de S. Domingos que manifestou essa vontade junto dos senhores. Com efeito, num inventário da casa dos dominicanos de Quelimane, executado em 1765, informava-se que Sapina, cujo nome cristão era João, “pertende resgatar se, hé negro que tem botaca”, ou seja, ele próprio era senhor de escravos.⁵ O facto de Sapina ter *butaca* tornava-o mais abastado do que a maioria dos escravizados. Porém, essa riqueza, encontrada sobretudo entre os escravos ocupados com o comércio, não conduzia necessariamente à compra da alforria. No mesmo inventário, há referência ao escravo Chonze, então falecido, que possuía 15 escravos, entre homens, mulheres e crianças. Apesar de ser senhor de 15 pessoas, Chonze manteve-se como cativo até à morte e não há notícia de que ele intentasse comprar a liberdade. As próprias escrituras de manumissão referem sempre que o senhor “deu” a liberdade ou a alforria ao escravo e não fazem menção à sua compra.⁶ Com efeito, os escravos com posses parece terem preferido negociar eles próprios outros escravos, em vez de adquirirem a liberdade, o que pode estar relacionado com a importância da “riqueza em pessoas” nestas sociedades.⁷

Outro instrumento de alforria eram os testamentos, também eles registados nos livros de notas dos tabeliães, perante testemunhas. No entanto, podiam ser feitos de modo privado, e até oralmente, sendo, depois, reconhecidos publicamente. Como foi assinalado por vasta historiografia, a manumissão *post-mortem* ou testamentária permitia ao senhor manter o trabalho do escravo até à sua própria morte, ou mesmo depois, assim como assegurar o bom comportamento da pessoa escravizada com a promessa de alforria (Patterson, 1982, 222-225).

5 Treslado do inventário dos escravos da casa de S. Domingos de Quelimane de 25 de Setembro de 1765, 12.08.1777, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 32, doc. 33.

6 Exemplo disso é a parte referente a escrituras de alforria numa relação de escravos alforriados da Ilha de Moçambique. “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5 de Junho de 1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

7 Sobre o conceito de “riqueza em pessoas”, ver Guyer e Belinga 1995.

Diversos testamentos de senhores de escravos em Moçambique incluíam entre as últimas vontades do testamentário a libertação de um ou mais escravos.⁸

Por último, os assentos de baptismo, para além de constituírem documentos eclesiásticos, tinham também valor civil. Com efeito, os assentos conservados em livros das igrejas serviam para mudar o estatuto legal de um indivíduo de escravo para livre, como acontecia no Brasil e em Angola.⁹ No caso de Moçambique, apenas foram identificados alguns livros de baptismo de Quelimane, do século XIX, que foram estudados por José Capela (1993, 69-73).

Independentemente dos mecanismos reconhecidos pela lei portuguesa, as fontes indicam que, em Moçambique, a manumissão tinha um impacto bastante reduzido no universo dos escravizados. Para o século XVIII, existem pouquíssimos testemunhos sobre escravos libertados. Sabemos, por vezes, de modo indirecto, que foram passadas cartas de alforria, mas o seu registo parece não ter sobrevivido ao tempo. Assim, a maior parte das manumissões deste período é comprovada pelos testamentos.¹⁰

No século XIX, período para o qual a disponibilidade de fontes aumenta, o número de alforrias permanece baixo. Em relação ao distrito de Quelimane, para o período de 1824 a 1873, José Capela, utilizando os registos notariais e os assentos de baptismo, encontrou 335 alforrias, o que significa uma média anual de quase sete (6,8) alforrias (Capela 1993, 69). Este número é ainda mais insignificante quando se considera o número de escravos registados neste distrito, o qual, em 1844, era de 4 330 pessoas.¹¹ Assim, apenas 0,16 % dos escravos arrolados em Quelimane eram alforriados anualmente durante este período. Os documentos também indicam que o baptismo era o instrumento de manumissão menos usado: apenas 24 crianças foram alforriadas por este meio num conjunto de 1.029 baptizados (entre escravos e livres de vários estatutos sociais) num período de 43 anos, entre 1826 e 1871 (Capela 1993, 62-64). Embora não dispúnhamos dos totais de escravos recém-nascidos, os dados indicam que o baptismo constituía um meio de manumissão inexpressivo. Por exemplo, embora baixa, a

8 Sobre as alforrias por testamento em Moçambique, ver Capela 1993, 65-67; Capela 2010, 64-69.

9 Para Angola, ver Curto 2002; Candido 2014; Candido 2015.

10 Por exemplo, Inácio de Melo e Alvim, então morador na Ilha de Moçambique, reporta-se no seu testamento à carta de alforria que tinha passado anos antes a um escravo, que tornou a libertar no testamento. Testamento de Inácio de Melo e Alvim, 8 de Junho de 1782, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África*, mc. 20, n.º 10, cx. 36.

11 Ofício do governador-geral Rodrigo Luciano de Abreu Lima, 20 de Janeiro de 1845, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.183 Ab8, fls. 86v-95. Note-se, porém, que nem todos os senhores tinham registado os escravos, conforme a portaria do ministro da Marinha e Ultramar, de 16 de Maio de 1843, que estabeleceria a obrigatoriedade do registo.

percentagem de alforriados pelo baptismo em Minas Gerais, no Brasil, situava-se entre 2 e 3% dos recém-nascidos, entre o final do século XVIII e meados do século XIX (Klein e Luna 2010, 266).

No caso da Ilha de Moçambique, o governo da colónia organizou uma lista com as alforrias concedidas através de testamento e por escritura pública, ou carta de liberdade, entre Junho de 1825 e Junho de 1830. Essa lista é nominal, indicando tanto o nome do senhor quanto o do escravo. No período de cinco anos, verificou-se a manumissão de 106 adultos e pelo menos 13 crianças, com uma média anual de 23,8 alforrias.¹² Considerando o registo de 6.893 de escravos na ilha e no continente fronteiro, em 1844, com estimativas aproximadas para anos anteriores, isso significava que apenas 1,7% eram alforriados por esses meios, nesse distrito (Capela 2010, 51). Em suma, os dados sugerem que as alforrias eram em número limitado em relação ao total dos escravos.

A alforria não foi, portanto, uma opção expressiva para os escravos, que eventualmente, preferiam manter a protecção dispensada pelos laços criados com os senhores ou escolhiam a fuga para escapar a formas de tratamento mais opressivas.¹³ Os documentos sugerem também que alguns administradores coloniais desincentivavam as alforrias. Em 1804, o governador-geral Isidro de Almeida de Sousa e Sá enviou da Ilha de Moçambique para Sofala uma mulher escrava, natural desta vila, que fora alforriada pelo senhor. Ele justificava que não era conveniente que ela permanecesse na Ilha de Moçambique, provavelmente, porque podia constituir um exemplo para os outros escravos.¹⁴

Além de pouco expressiva, a manumissão parece ter beneficiado principalmente as mulheres, frequentemente aias das senhoras ou amas dos seus filhos, embora os dados recolhidos sejam ainda apenas parciais. A mesma tendência em relação ao género verificava-se também no Brasil, conforme os dados colectados por Klein e Luna a partir de estudos sobre diferentes regiões.¹⁵ No caso de Moçambique, por exemplo, a referida relação de alforrias na Ilha de Moçambique mostra que dos 106 adultos alforriados, 63 eram mulheres e 43 eram

12 “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5.06.1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

13 Sobre a resistência dos escravos e a fuga, ver Capela 1995; Isaacman 1972; Newitt 1972; Rodrigues 2001; Rodrigues 2013.

14 Carta do governador-geral Isidro de Almeida Sousa e Sá para o governador de Sofala Raimundo Luís de Lima, 10.02.1804, AHU, *Conselho Ultramarino, Códices*, cód. 1349, fl. 201v.

15 Essas conclusões baseiam-se nas cartas de alforria; no caso de testamentos, há algumas excepções. Klein e Luna 2010, 257-259.

homens.¹⁶ D. Maria Leonor da Silva Bandeira, uma senhora de Quelimane, mas cuja família era oriunda de Goa, antes de partir para esta cidade, onde provavelmente pensava morrer, tomou diversas disposições relativas à gestão do seu património. Entre elas, passou cartas de alforria a seis escravas, mas apenas libertou um escravo.¹⁷ No entanto, no que respeita aos testamentos de homens solteiros, frequentemente comerciantes, verifica-se que a opção de libertar os escravos de serviço doméstico se traduzia no favorecimento do género masculino onde eles eram recrutados. Por exemplo, José Henriques Freitas da Cruz declarou no seu testamento deixar forro o seu “cozinheiro por nome João de casta Angolla e mais outro cafre por nome Alberto”.¹⁸

Os historiadores têm identificado variadas motivações dos senhores para concederem a alforria ou acederam à sua compra pelos escravos, analisando-as do ponto de vista económico, social e religioso. Em Moçambique, muitas vezes essas razões não eram expressas nos documentos. No entanto, a principal parece ter sido os “bons serviços” prestados pela pessoa escrava, a motivação indicada no caso de todas as alforrias no documento já referido relativo à Ilha de Moçambique e que aparece explícita ou implicitamente em várias cartas de manumissão.¹⁹ Assim, por exemplo, quando, em 23 de Março de 1758, D. Inês Gracias Cardoso, uma senhora de terras e escravos, em Sena, no vale do Zambeze, fez o seu testamento, incluiu entre as suas últimas vontades a liberdade de algumas escravas pelos serviços que lhe tinham prestado: “Declaro, que deixo forras, e Libertas, a chinesa Quitéria; a Domingas aia da criança Inês minha afilhada, negras, Ana, e Marta, e Maria com todos os seus filhos por terem sido amas dos meus filhos”.²⁰ Este motivo social traduzia o reconhecimento pelo senhor dos serviços da pessoa escrava, e, frequentemente, a lealdade manifestada.

Não raro, a manumissão era sustentada por motivações religiosas. No caso da Ilha de Moçambique, os senhores professavam diferentes religiões, nomeadamente o cristianismo, o islamismo e o hinduísmo. Para os cristãos, a alforria traduzia a caridade cristã e podia significar uma obra pia por parte do senhor

16 “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5.06.1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

17 V.g. AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 79-79v, 98v-101v.

18 Testamento de José Henriques Freitas da Cruz, 1799, ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África*, mc. 21, n.º 9, cx. 37.

19 “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5 de Junho de 1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

20 Trespado do testamento de D. Inês Cardoso, 2 de Abril de 1761, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 19, doc. 18.

na busca da salvação da alma, um motivo que foi também amplamente identificado pela bibliografia sobre o Brasil (Klein e Luna 2010). Situação semelhante verificava-se no caso do Islão, que, admitindo a escravidão, incentivava a manumissão, sobretudo dos crentes (ver, por exemplo, Clarence-Smith 2006; Lovejoy 2004; Ware 2011). A escravidão não era tão familiar no hinduísmo, mas as pessoas, geralmente dos grupos sociais mais baixos, podiam ser escravizadas pelos mesmos motivos encontrados em África (com vários nomes para a situação de escravizado) e havia, igualmente, normas para a manumissão (Chatterjee e Eaton 2006).

Motivações sociais e religiosas estavam subjacentes à alforria pelo baptismo cristão, vulgarmente associada ao reconhecimento da paternidade por senhores, ou outros homens, que tinham filhos de escravas. Com efeito, dado que a colonização de Moçambique foi feita quase exclusivamente com homens, idos sobretudo de Portugal e de Goa, mas também de outras partes do império português, a união com mulheres africanas, incluindo as escravas, era comum. Os filhos destas uniões que eram alforriados pelos pais no acto do baptismo, ficavam reconhecidos jurídica e socialmente como filhos ilegítimos (Capela 1993).

A literatura também sublinha razões económicas por detrás das manumissões, nomeadamente o facto de os senhores combinarem incentivos ao trabalho do escravo, com a perspectiva da liberdade futura, com o objectivo de extraírem o máximo de esforço possível (Findlay 1975). Embora os senhores em Moçambique pudessem ser motivados por ganhos económicos, note-se que, nesta altura, havia disponibilidade de mão-de-obra escrava.

2. Liberdade: uma condição instável

Que significava então a alforria alcançada pelos escravos? A tipologia encontrada nos documentos de Moçambique remete para três formas de alforria, que estavam em vigor também nos outros territórios do império português.²¹

Em primeiro lugar, a liberdade com a condição de servir o senhor, ou outra pessoa, por um período de tempo ou, mais frequentemente, até à sua morte. Desse modo, o senhor conseguia controlar o comportamento do escravo. Algumas cartas de alforria condicionavam mesmo expressamente a liberdade diferida para a morte do senhor à conduta do escravo. Por exemplo, em 1840, D. Maria Leonor Aires de Saldanha acordou a alforria às suas escravas Aninha,

21 Klein e Luna (2010, 259) tipificam as alforrias em: a) onerosa com serviços; b) onerosa com pagamento coartado, em que o escravo não podia ser vendido sem o seu acordo, recebendo uma carta de corte; c) grátis. Porém, em Moçambique, faltam referências à alforria coartada.

Avista e Luciana, para depois da sua morte. Desse modo, as escravas tinham de continuar a trabalhar ainda por um período incerto de tempo. A mesma D. Leonor, além dessa cláusula, acrescentou o seguinte: “quando durante a sua vida qualquer das ditas negras libertas fizessem, ou mostrassem para si alguma ingratidão ficaria excluída deste privilégio da liberdade, e alforria, e considerará como cativa”.²² Com efeito, a revogação da alforria por ingratidão estava prevista no código legal português (*Ordenações Filipinas*, título 63, livro 4), embora apenas o senhor, e não os herdeiros a pudessem determinar. A alforria, neste caso, podia não garantir a liberdade, pois o antigo escravo podia ser re-escravizado.

Em segundo lugar, a alforria encostada, que coagia, igualmente, os escravos a fornecerem trabalho. Com efeito, alguns escravos eram declarados “livres encostados” a alguém, ou seja, sob a protecção de alguém indicado pelo senhor e a quem tinham de servir. Exemplo deste tipo de manumissão encontra-se no testamento de D. Josefa Natália Pinto, feito em 1843. Entre as várias alforrias concedidas nesse documento, estava a de Ana Inhandá e dos seus dois filhos. Todavia, enquanto a mãe obtinha imediatamente a liberdade após a morte da senhora, os seus descendentes ficavam “encostados” à filha de D. Josefa, Leopoldina.²³ Para Moçambique, não encontrei nenhuma norma relativa ao período de tempo que os escravos permaneciam nessa situação. No caso do Brasil, a alforria encostada significava que eles tinham de servir até aos 25 anos, altura em que passavam a ser livres perante a lei (Bertin 2004, 143).

Em relação à já referida série de alforrias da Ilha de Moçambique de 1825-30, para quase metade dos escravos, a alforria não significava a liberdade imediata. Eles ficavam livres na condição de servir o senhor até à morte ou encostados a alguém, o que revela o carácter condicionado e precário dessas alforrias.²⁴

Finalmente, parte dos escravos obtinha a “liberdade”, “alforria” ou mesmo “inteira liberdade” de modo imediato, podendo até ser evocada, no século XIX, a liberdade natural: “desde já fazia forro e livre gozando da sua liberdade natural ao escravo”.²⁵ Apesar da declarada liberdade imediata e inteira, as práticas sociais apontavam, em diversos casos, para a manutenção do estatuto social do indivíduo libertado como escravo, nomeadamente quando ele se mantinha na casa dos senhores. De facto, a série de alforrias relativa à Ilha

22 Carta de alforria, 27.02.1840, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 19-20.

23 Testamento de D. Josefa Natália Pinto, 8.06.1843, fls. 226-230, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834.

24 “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5 de Junho de 1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

25 Carta de alforria, 2.07.1841, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 114v.

de Moçambique indica que alguns ex-escravos continuavam a viver em casa do seu senhor e, certamente, a servi-lo. Situação idêntica deve ter acontecido com outros escravos incluídos nesse documento, os quais acompanharam os seus senhores para fora do território de Moçambique: uns viajaram com mercadores hindus para Diu e Damão, e outros com capitães de navio para Macau. Nestas situações, provavelmente, não mudava a relação de dependência em que os escravos tinham estado durante o cativeiro.²⁶

Quer a alforria lhes fosse concedida de imediato ou diferida no tempo, os ex-escravos enfrentavam outras ameaças à sua liberdade, pois, geralmente, continuavam fazendo os mesmos trabalhos e não existia ou era limitado o reconhecimento social do seu estatuto livre. Por isso, Inácio de Melo e Alvim, morador na Ilha de Moçambique, declarou no seu testamento, em 1782, que alforriaria havia anos Roque, que comprara em criança em Sofala, e que, para não restarem dúvidas, lembrava no seu testamento: “lhe dei a sua alforria, e liberdade que por esta lha torno a repetir e conceder se necessário”. Além de registar a alforria antiga de Roque, Inácio de Melo e Alvim publicitou que Faustina, a mulher de Roque, assim como todos os seus irmãos e irmãs, “que viviam na Terras Firmes que vieram num ano de fome que geralmente se experimentou, a buscar no amparo da minha casa o preciso sustento, e nela ficaram voluntariamente servindo a minha mulher Dona Francisca Gonçalves de Figueiredo, que na ocasião do seu falecimento me declarou serem livres e forros e que nunca foram cativos de pessoa alguma”.²⁷ Com efeito, a doutrina sobre a legitimação do cativeiro, como ela era entendida então pelos teóricos portugueses, tinha deixado de reconhecer o “corpo vendido” como uma forma justa de escravização, apesar de ela continuar a integrar as práticas locais.

A liberdade dos cativos alforriados podia ser especialmente disputada pelos herdeiros, como julgou Bernardo Alves, quando, em 1842, concedeu a alforria às suas escravas Maria e Americano. Ele fez questão de colocar na carta de cada uma delas: “que nenhum dos seus herdeiros tera nela direito visto ser feita liberta por sua vontade”.²⁸

Finalmente, numa sociedade em que as relações de dependência e a escravidão estavam largamente difundidas, podiam ser os próprios escravos a preterir o

26 “Relação dos escravos deixados forros por testamento”, 1826-1830, Moçambique, 5 de Junho de 1830, pelo escrivão da provedoria e tabelião Francisco António de Carvalho, AHU, *Conselho Ultramarino, Moçambique*, cx. 231, doc. 5.

27 Testamento de Inácio de Melo e Alvim, 8.06.1782, ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África*, mc. 20, nº 10, cx. 36.

28 Carta de alforria, 8.09.1842, cód. 11.5834, AHM, *Fundo do Século XIX*, fls. 203v-204; carta de alforria, 28.09.1842, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 204-204v.

estatuto de livre, tomando a iniciativa de “vender o corpo” a outro senhor, depois de alforriados. Assim, Caetano de Sousa Vasconcelos, senhor do importante prazo Marral, em Quelimane, libertou uma sua escrava “sob expressa e essencial condição de que nunca em tempo algum poderá ser escrava de pessoa alguma”.²⁹ Do mesmo modo, o comerciante hindu Vagy Bay Manangy, ao conceder uma carta de liberdade imediata à sua escrava Manassa e, simultaneamente, ao seu filho Joaquim, colocou a cláusula: “com condição de não vender corpo a pessoa alguma”.³⁰ O senhor parece ter tido uma relação especial com esta escrava e, possivelmente, a criança era seu filho. Na mesma altura, ele libertou igualmente a escrava Francisca e não incluiu aquela condição,³¹ tal como não o fez para os escravos José e Luís.³²

Em relação aos filhos dos escravos alforriados, como ficava a sua situação, sabendo-se que, na lei portuguesa, o parto seguia o ventre? A situação das crianças era, geralmente, colocada em simultâneo com a das suas mães, mas não necessariamente da mesma forma.

Em vários casos, os filhos das escravas obtinham a liberdade com as suas mães. Noutros casos, o próprio instrumento de manumissão excluía da liberdade os filhos das mulheres alforriadas. Por exemplo, em 1840, D. Maria Leonor Aires de Saldanha concedeu alforria às suas escravas Aninha, Avista e Luciana, para depois da sua morte. Porém, exceptuou explicitamente da manumissão os filhos das primeiras, afirmando: “sem gozarem desta alforria e liberdade as crias da dita Aninha, Avista”.³³ Em 1843, também D. Josefa Natália Pinto adotou disposições semelhantes no seu testamento. Ela libertou seis escravas e um escravo adultos. No entanto, deixou os dois filhos de Ana Inhandá encostados à sua filha Leopoldina, o que prolongava o seu cativeiro, enquanto os três filhos da bandázia (aia) Mutionha permaneciam escravos dos seus herdeiros.³⁴ Aparentemente, manter as crianças como escravas constituía um dispositivo para condicionar a lealdade das mães que se mantinham vinculadas aos filhos e, portanto, ao antigo senhor.

29 Carta de alforria, 26.04.1852, fl. 101, AHM, *Fundo do Século XIX*, cod. 11-5836.

30 Carta de alforria, 18.07.1842, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 179-180.

31 Carta de alforria, 18.07.1842, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 180-180v.

32 Carta de alforria, 20.07.1842, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 183-183v; carta de alforria, 21.07.1842, fls. 183v-184.

33 Carta de alforria, 27.02.1840, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 19-20.

34 Testamento de D. Josefa Natália Pinto, 8.06.1843, AHM, *Fundo do Século XIX*, cód. 11.5834, fls. 226-230.

Conclusão

A manumissão era excepcional na sociedade colonial de Moçambique, ocorrendo num número de casos limitado relativamente ao universo de escravizados. Estes baixos índices de manumissão parece terem estado relacionados com o contexto social baseado em relações de dependência como forma de escapar à insegurança motivada por factores ambientais e sociais, ao mesmo tempo que, em vez de resgatar a sua liberdade, os escravizados podiam optar por fugir dos seus senhores e encontrar refúgio nas sociedades africanas vizinhas. Além disso, os instrumentos de manumissão continham, frequentemente, as sementes da dependência legal e social em que o escravo, ou, ainda, o liberto, se iria manter face ao seu senhor ou aos seus herdeiros. As disposições de algumas cartas revelam como o senhor se apropriava do escravo até depois da sua morte, mesmo nos casos em que estava grato pelos seus serviços. A situação era especialmente vulnerável para os descendentes dos escravos, que podiam permanecer na escravidão, ou ver a liberdade diferida por anos, apesar da alforria dos pais. Os processos de manumissão dos escravizados em Moçambique revelam, igualmente, muitas das conexões de dependência criadas para enfrentar a vulnerabilidade dos indivíduos. De facto, a manumissão não equivalia necessariamente a ser livre.

Bibliografia

- ALLEN, Richard B. 2014. *European Slave Trading in the Indian Ocean, 1500-1850*. Athens: Ohio University Press.
- ALPERS, Edward A.. 1975. *Ivory & Slaves in East Central Africa. Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*. Londres: Heinemann.
- ALPERS, Edward A.. 2018. “«Le caractère d’une traite d’esclaves déguisée (the nature of a disguised slave trade)»? Labor recruitment for La Réunion at Portuguese Mozambique, 1887-1889.” *Ufahamu: A Journal of African Studies* 40(1): 3-32.
- ALPERS, Edward. 2013. “Debt, Pawnship and Slavery in Nineteenth-Century East Africa.” In *Bonded Labour and Debt in the Indian Ocean World*, ed. Gwyn Campbell e Alessandro Stanziani, 31-43. Londres: Pickering and Chatto.
- BERTIN, Enidelce. 2004. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas.
- CANDIDO, Mariana P.. 2013. *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela And Its Hinterland*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- CANDIDO, Mariana P.. 2014. “Strategies for Social Mobility: Liaisons between Foreign Men and Slave Women in Benguela, c. 1770-1850.” In *Sex, Power and Slavery: The Dynamics of Carnal Relations under Enslavement*, ed. Gwyn Campbell e Elizabeth Elbourne, 272-288. Athens: Ohio University.

- CANDIDO, Mariana P. 2015. "Engendering West Central African History: the role of urban women in Benguela in the 19th century." *History in Africa* 42: 7-36.
- CAPELA, José, e Eduardo Medeiros. 1987. *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- CAPELA, José. 1993. *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 1995. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 2002. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 2010. *Moçambique pela sua História*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- CHAILLOU-ATROUS, Virginie. 2010. "De l'Afrique orientale aux Mascareignes. Histoire des engagés africains à La Réunion au XIXème siècle." Tese de doutoramento, Université de Nantes.
- CHATTERJEE, Indrani, e Richard M. Eaton (ed.). 2006. *Slavery & South Asian History*. Bloomington: Indiana University Press.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase. 2006. *Islam and the Abolition of Slavery*. Londres: C. Hurst. & Co..
- CURTO, José. 2002. "As if from a Free Womb: Baptismal Manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807." *Portuguese Studies Review* 1: 42-46.
- DANTAS, Mariana L. R.. 2008. *Black Townsmen: Urban Slavery and Freedom in the Eighteenth-Century Americas*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- DEMÉTRIO, Denise Vieira, Ítalo Domingos Santirocchi, e Roberto Guedes (ed.). 2017. *Doze Capítulos sobre Escravizar Gente e Governar Escravos. Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- FALOLA, Toyin, e Paul Lovejoy (ed.). 1994. *Pawnship in Africa: Debt Bondage in Historical Perspective*. Boulder, San Francisco e Oxford: Westview Press.
- FERREIRA, Roquinaldo. 2012. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- FINDLAY, Ronald. 1975. "Slavery, Incentives, and Manumission: A Theoretical Model." *Journal of Political Economy* 83: 923-33.
- GUEDES, Roberto. 2008. *Egressos do cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- GUYER, Jane I., e Samuel M. Eno Belinga. 1995. "Wealth in People as Wealth in Knowledge: Accumulation and Composition in Equatorial Africa." *The Journal of African History* 36 (1): 91-120.
- HARMS, Robert W., Bernard K. Freamon, e David W. Blight (ed.). 2013. *Indian Ocean slavery in the age of abolition*. New Haven: Yale University.
- ISAACMAN, Allen F., e Barbara S. Isaacman. 2004. *Slavery and Beyond. The making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920*. Portsmouth: Heinemann.

- ISAACMAN, Allen F. 1972. *Mozambique: The Africanization of a European Institution; the Zambesi Prazos, 1750-1902*. Madison: University of Wisconsin Press.
- JAYASURIYA, Shihan de Silva, e Jean-Pierre Angenot (ed.). 2008. *Uncovering the History of Africans in Asia*. Leiden: Brill.
- KLEIN, Herbert S., e Francisco Vidal Luna. 2010. *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIBBY, Douglas C., e Clotilde A. Paiva. 2000. "Manumission Practices in a Late Eighteenth Century Brazilian Slave Parish: São José d'El Rey in 1795." *Slavery & Abolition* 21: 97-127.
- LIESEGANG, Gerhard. 1983. "A First Look at the Import and Export Trade of Mozambique, 1800-1914." In *Figuring African Trade*, ed. Gerhard Liesegang, Helma Pasch e Adam Jones. Berlin: Dietrich Reimer Verlag.
- LOVEJOY, Paul E.. 2004. "Muslim Freedmen in the Atlantic World: Images of Manumission and Self-Redemption." In *Slavery on the Frontiers of Islam*, ed. Paul E. Lovejoy. Princeton, NJ: Markus Wiener Publishers.
- MARQUES, João Pedro. 1999. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MATTOS, Hebe. 2013. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Unicamp.
- MÉDARD, Henri, Marie-Laure Derat, Thomas Vernet, e Marie-Pierre Ballarin (ed.). 2013. *Traites et esclavages en Afrique Orientale et dans l'Océan Indien*. Paris: Karthala.
- MEDEIROS, Eduardo. 1988. *As Etapas da Escravidão no Norte de Moçambique*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- NEWITT, M. D. D.. 1973. *Portuguese settlement on the Zambesi*. Londres: Longman.
- NEWITT, Malyn. 1995. *A History of Mozambique*. Londres: Hurst & Company.
- PAIVA, Eduardo França. 1995. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVII: estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume.
- RODRIGUES, Eugénia. 2001. "Senhores, Escravos e Colonos nos Prazos dos Rios de Sena no Século XVIII: conflito e resistência em Tambara." *Portuguese Studies Review* 9 (1-2): 289-320.
- RODRIGUES, Eugénia. 2008. "Female Slavery, the Domestic Economy and Social Status in the Zambezi Prazos during the 18th Century." In *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows*, ed. Clara Sarmento, 31-50. Newcastle-Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- RODRIGUES, Eugénia. 2013. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVA, Cristina Nogueira da. 2009. *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar português*. Coimbra: Almedina.
- TEELOCK, Vijaya e Thomas Vernet (ed.). 2015. *Traites, esclavage et transition vers l'engagisme: Perspectives nouvelles sur les Mascareignes et le sud-ouest de l'Océan Indien*. Réduit: Université de Maurice.

- WARE, Rudolph T. 2011. "Slavery in Islamic Africa, 1400–1800." In *The Cambridge World History of Slavery, Volume 3, AD 1420–AD 1804*, ed. David Eltis e Stanley L. Engerman, 47–80. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZIMBA, Benigna, Edward Alpers e Allen Isaacman (ed.). 2005. *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment.

Redes comerciais e mercadores
no Índico ocidental

A Propósito do Comércio de Marfim Africano no Oceano Índico e Mares Adjacentes*

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ

Professor aposentado, antigo diretor do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa; investigador do CEHR, FT, Universidade Católica Portuguesa e do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

O elefante e o marfim

Por *marfim* designam-se correntemente as prêsas dos elefantes, e esse sentido está de certo modo contido no étimo do vocábulo em português, o árabe *ʾaẓm al-fīl*, que literalmente significa “osso de elefante”. Embora na maioria dos animais que as possuem, como é o caso dos javalis, as prêsas correspondam aos dentes caninos, no caso dos elefantes são um par de incisivos, os únicos que o animal possui, já que o resto da sua dentição é composta de molares e pré-molares, que mudam periodicamente como se fôsssem dentes de leite, num total de 26 dentes. No entanto a substância de que são constituídas, modernamente designada por *dentina* é idêntica à que forma a parte essencial da dentição de todos os mamíferos, e é por isso tradicionalmente designada por *marfim* na linguagem corrente, mesmo no caso dos dentes humanos. Contém c. 70% de cristais de hidroxiapatite, $\text{Ca}_5(\text{PO}_4)_3(\text{OH})$, composto fosfórico de cálcio, suportados por uma matriz orgânica formada sobretudo por colagénios e outras proteínas idênticas às dos ossos. A corôa (parte externa) dos dentes dos mamíferos é normalmente revestida de esmalte, mais duro mas mais friável, formado de 96% de matéria mineral. No entanto as prêsas de elefante são, por exceção, desprovidas de esmalte e é

* Não reinando o acôrdo sobre o recente acôrdo ortográfico, que uns aceitam outros repudiam, toma o autor a liberdade de optar por uma grafia estritamente fonológica, de harmonia com o que defendeu no seu artigo Thomaz 2015.

talvez essa uma das razões porque o seu marfim foi desde a pré-história preferido na confecção de numerosos artefactos, tais como agulhas, anzóis, arpões, etc., e, mais tarde, na de objetos puramente decorativos.

Para os mesmos fins se podem utilizar dentes de hipopótamo, narval, morsa, javali-africano (pacocero), cachalote, etc., além de marfim fóssil, extraído de restos de mamute, encontradiço na Sibéria; mas sempre o mais apreciado foi o marfim de elefante.

Por *elefante* designam-se na linguagem corrente animais de três espécies distintas, pertencendo uma a um género zoológico e as outras duas a um outro género. O elefante asiático, é o *Elephas Maximus*, L., subdividido em três ou quatro subespécies, das quais uma, que habitava a Síria, se extinguiu c. 100 A. C. Nesta espécie apenas os machos têm prêsas; comparados com os elefantes africanos da savana são de menor estatura (medindo os machos c. 2,75 m), menores orêlhas e menores prêsas, têm o dórso horizontal e pesam em média c. 4 toneladas os machos e c. 3 as fêmeas. As prêsas podem nalguns casos atingir o comprimento de 1,5 m e pesar até 45 kg.

O elefante africano, abundante sobretudo nas regiões de savana, foi em 1797 classificado por Blumenbach como, *Loxodonta africana*; possui orêlhas e prêsas maiores que o elefante asiático, um dórso côncavo, uma altura média de 4 metros e um pêso médio de 6 toneladas para o macho e 4 para a fêmea. As prêsas, comuns a ambos os sexos, são maiores no macho, atingindo num indivíduo adulto o pêso médio de 100 kg. Os elefantes de Aníbal pertenciam provavelmente a uma subespécie ora extinta da mesma espécie, a *Loxodonta africana pharaonensis* ou elefante-do-atlas, embora alguns autôres, baseados na representação dos elefantes em moedas da Antiguidade e em textos como o de Políbio, prefiram classificá-los como subespécie do elefante da floresta, de menores dimensões. Embora os cartaginêses já tenham utilizado contra os romanos elefantes de guerra na 1ª Guerra Púnica (264-241 A. C.), ficaram célebres os que Aníbal usou na segunda (218-201 A.C.), por ter logrado atravessar os Alpes com êles. Na época imperial os romanos acabaram por imitar os cartaginêses, mantendo no Lácio um rebanho de elefantes para fins de guerra.

O estudo do genôma dos elefantes permitiu, de facto, determinar que o elefante da floresta, que não ultrapassando em regra os 2,4 metros de altura, é uma espécie distinta do da savana, pelo que foi classificada como *Loxodonta cyclotis*, Matschie; é mais escuro do que aquêles, tem orelhas menores e mais arredondadas, e as suas prêsas, direitas e viradas para baixo, não ultrapassam normalmente um metro e meio de comprimento nem 45 kg de pêso. O macho pesa em média 5 toneladas e a fêmea 2,75. Esta espécie divergiu da precedente há c. 1,9 milhões de anos, aproximadamente na mesma época em que o elefante asiático divergiu do mamute pilôso.

Como artigo de comércio o marfim foi conhecido desde cedo na Grécia, pois nesse sentido o termo ἑλέφας, gen. ἑλέφαντος (*elephas, elephants*), ocorre já em Homero (séc. IX-VIII A. C.);¹ aliás já em Creta, na época minoica, se faziam estatuêtas de marfim (Boardman & Vickers 1996). Não há maneira de saber ao certo a sua origem, se indiana se africana. Quanto ao animal de que é extraído, que recebeu em grêgo o mesmo nome, é mencionado a partir de Heródoto (485-425 A. C.) (*Histórias*, iii, 114 & iv, 191), que acentua as enormes dimensões dos elefantes da Etiópia *lato sensu*, ou seja, da África Negra, incluindo a ocidental, parecendo por conseguinte referir-se à *Loxodonta africana*. Conforme, a propósito dos elefantes de Pirro, atesta Pausânias, o Periegeta, (c. 110-180) na sua *Ἑλλάδος περιήγησις* ou “Giro da Grécia” (espécie de guia de viagem da antiga Hélade), o animal, embora referido por viajantes e geógrafos, era praticamente desconhecido na Europa antes das campanhas de Alexandre Magno (Pereira 1989, I, xii, 25-27). Êste defrontou-se pela primeira vez com elefantes de guerra na batalha de Gaugamela (331 A. C.), em que derrotou as forças de Dario III da Pérsia. Os grêgos conheceram assim sobretudo o elefante asiático domesticado. Lúcio Flávio Arriano, também conhecido por Arriano de Nicomédia (c. 95-175), o melhor dos historiadores de Alexandre, na sua *Índia* (*Ἰνδική*, suplemento à *Ἀλεξάνδρου Ἀνάβασις* ou *Anábase de Alexandre*, de que constitui o livro VIII) dedica dois capítulos ao processo usado pelos indianos para apanharem e domesticarem elefantes selvagens (Arrien 1968, cap. XIII-XIV); mas não refere o aproveitamento do marfim.

Quanto aos latinos, como atesta Varrão, apenas tomaram conhecimento do elefante durante a Guerra Pírrica (280-275 A. C.), em que Pirro usou contra os romanos tropas de elefantaria. De início chamaram-lhe *Luca bos*, “boi da Lucânia”, termo que foi rapidamente suplantado por *elephantus, elephas* ou *elephans*, usurpado ao grêgo. Referências ao *elephantus indicus* aparecem já em autores arcaicos, como Plauto (*Miles gloriosus*, “o solado fanfarrão”, 25-26) e Terêncio (*Eunuchus*, 410-413).² Como produto de comércio deviam conhecer, há mais tempo já, o marfim, que conservou o seu antigo nome, *ebur*, que é de origem egípcia, da mesma raiz que o copta *ebu*, “elefante”. Daí o adjetivo *eboreus*, “de marfim, ebúrneo”, de que deriva o italiano *avorio*, o francês *ivoire* e o inglês *ivory*.

1 *Iliada*, IV, v. 151 & V, v. 582 (como ornato das rédeas do cavalo de Pilemeneu); *Odisseia*, IV, v. 73. Dispensamo-nos de dar a referência bibliográfica das obras de que se acham facilmente múltiplas edições.

2 Podem achar-se reunidos praticamente todos os textos latinos relativos à Índia in André & Filliozat 1986.

Parece que a maior parte do marfim de que se usava em Rôma era de origem indiana: é o que indiciam as freqüentes referências dos poetas como Catulo (67-54 A. C.) (64, 47-49), Virgílio (70-19 A. C.) (*Geórgicas*, I, 56-57; *Eneida*, XII, 67-68), Horácio (65-8 A. C.) (*Odes*, I, 31, 6.), Ovídio (43 A. C. - 17 A. D.) (*Remédios ao Amôr*, 10), Marcial (40-102) (*Epigramas*, I, 72, 3-4; X, 98, 5-6), etc., ao *indicum ebur*, ou, por metonímia, “dente índico” ou “côrno índico”. Aham-se ocasionalmente referências literárias ao “marfim eritreu”, mas são mais raras (v. g. Marcial, *Epigramas*, XIII, 10, 1-2). Contudo Estrabão (c. 64 A. C. - 24 A. D.), ao falar da riqueza dos árabes nabateus, que atravessando o Mar Rôxo em barcas de coiro obtinham da Etiópia preciosas mercadorias, não deixa de referir que abundavam em marfim, de que, junto a ouro e prata, adornavam tetos, portas e parêdes de suas casas (Strabo 1930, XVI, iv, 19, p. 349).

Os tempos obscuros

O marfim dos elefantes asiáticos é mais duro e mais quebradiço do que o dos africanos, mas, embora mais difícil de trabalhar, era tradicionalmente preferido na Europa, ao passo que na Índia se preferia o marfim africano.

Esta circunstância, aliada à maior abundância do marfim africano, produzido por ambos os sexos do animal, e às maiores dimensões das prêsas, explica que, a despeito da existência de elefantes na Índia, esta tenha desde remotas eras importado marfim da África. Sabe-se que ao lado do produzido por elefantes se importava também o de rinoceronte. Em 1980 a Índia consumia ainda metade da produção mundial de marfim.

Infelizmente a cultura da Índia sempre foi uma cultura predominantemente clerical, mais virada para a metafísica do que para as realidades do mundo material; a sua literatura desconhece assim quase inteiramente os gêneros histórico e geográfico, o que torna particularmente difícil reconstituir a sua história econômica. Dos textos que remontam à Antigüidade apenas um – o *Arthasâstra*, tratado de governação atribuído a Kauṭilya (também conhecido por Cānakya), que teria sido conselheiro e ministro do rei Candragupta Maurya (r. c. 321-297 A. C.), mas certamente muito retocado e acrescentado por gerações posteriores – lida *ex professo* com matérias seculares. Claro que de textos literários e até religiosos se podem por vêzes recolher informações úteis para a história econômica: por exemplo o *Mahābhārata* refere a existência de espadas com punhos de marfim; mas nada acrescenta quanto à origem dêste.

A história econômica da antiga Índia faz-se por isso sobretudo sobre fontes externas, como a *Ἰνδικά* de Megástenes, embaixador de Seleuco Nicátor à corte de Candragupta Maurya – que não chegou até nós na integridade do seu texto,

mas se deixa reconstituir a partir das numerosas citações que dela fazem autôres como Estrabão (*Geographia*, XV, i, 5 & sqq.) ou Arriano –, a *Historia Naturalis* de Plínio o Antigo (23-79 A. D.) (Pliny 1942, book 6; Pline l'Ancien 1980), o tratado *Περὶ τῆς Ἐρυθρᾶς Θαλάσσης* ou *De Mari Erythraeo*, redigido em grêgo c. 130 A. C. por Agatárquides de Cnido (1989), e sobretudo o anônimo *Περὶ πλοῦς τῆς Ἐρυθρᾶς Θαλάσσης* ou *Périple do Mar Eritreu* (1980), datável de finais do século I. Ἐρυθρά Θαλάσσα ou Ἐρυθραῖη Θαλάσσα, lit. “Mar Vermelho”, designa muitas vezes na época helenística o conjunto do Oceano Índico, que visto do Egito parecia um simples prolongamento do Mar Rôxo, conquanto em Plínio ocorra, para o designar, a expressão *Oceanus Indicus* e noutros autôres expressões como *Indicum Mare* ou *Indicum Pelagus*.

O texto de Agatárquides perdeu-se, mas subsistem três resumos seus: um na *Βιβλιοθήκη ἱστορική* ou *Bibliotheca Historica* de Diodoro Sículo (século I A. C.) (Siculus 1933, *praesertim* III, xviii, 3 & sqq), outro na *Geographia* de Estrabão (*Geographia*, XV) e outro finalmente no *Μυρόβιβλον ἢ Βιβλιοθήκη* (“os dez mil livros ou biblioteca”) do humanista bizantino e patriarca de Constantinopla Fócio (820-893) (Photius 1962, vol. III, códice 213, 123-125).

Agatárquides, que foi aparentemente um alto funcionário da corte dos Lágidas ou Ptolomeus do Egito, informa-nos acêrca das caçadas de elefantes organizadas por Ptolomeu III Evergetes (r. 247-221 A. C.), na continuação das que organizara seu pai, Ptolomeu II Filadelfo (r. 282-247), de que sabemos por uma inscrição, transcrita por Cosme Indicopleustes, de que voltaremos falar. Um papiro de 224 A. C. refere uma caçada em que participaram 231 caçadores. Nessa época o *habitat* dos elefantes estendia-se até ao Mediterrâneo e as caçadas tinham lugar sobretudo ao longo da costa africana do Mar Rôxo, em tôrno de Ptolomaida das Feras (Πτολεμαῖς Θηρών) ou Ptolomaida dos Caçadores – colônia helenística estabelecida c. 260 A. C. por um certo Eumedes, perto da àtual ‘Aqîq (Strabo 1930, XVI, iv, 7, p. 319; Hazlitt 1995), a 18° 20’ N, 38° 10’ E, na costa do Sudão, junto à àtual fronteira com a Eritreia. Segundo John F. Lazenby (1996), dadas as dimensões que se lhes atribuem, deveria tratar-se da *Loxodonta cyclotis*, hoje praticamente confinada às florestas do Gabão, de que existiriam ainda populações nas margens do Mar Rôxo.

Duas inscrições de Ptolomeu IV Filopátor (r. 221-203) referem que ele nomeou um prefeito para a caça aos elefantes.

Como afirma igualmente Estrabão (Strabo 1930, XVI, iv, 4-15, pp. 313-335), o objêtivo destas caçadas não era obtêr marfim, mas apanhar elefantes vivos, para os utilizar como montadas de guerra. Por isso Ptolomeu II proibiu, mas em vão, os Elefantófagos – uma tribo que, ao sul do Egito, vivia da caça aos elefantes, cortando-lhes os tendões dos pés ou frechando-os com veneno de cobra – de matarem e comêrem as suas preias.

Sabe-se, no entanto, que pela mesma época, terceiro quartel do século III A. C., o preço do marfim em torno do Mar Egeu sofreu uma queda de c. 50%, o que mostra que o mercado fora invadido por uma excênica abundância do produto. Embora este pudesse ser obtido de elefantes mortos de velhice, de doença ou na guerra, dir-se-ia que, a despeito do édito, prosperou clandestinamente a caça aos elefantes e o comércio de marfim.

Como o reino dos Lágidas ou Ptolomeus mantinha já, pela via do Mar Rôxo, relações comerciais com a Índia, é de presumir que uma parte do marfim assim obtido fosse para lá exportado; mas nada se pode afirmar com segurança.

Em 117 A. C., na batalha de Raphia, na costa da Judeia, as tropas de Ptolomeu IV, que contavam com 73 elefantes africanos, foram batidas pelos elefantes indianos do rei Selêucida da Síria Antíoco IV (r. 223-187 A. C.), após o que os Lágidas se desinteressaram de apanhar elefantes – tanto mais que os povos do Alto Egito, com o apoio do rei de Meroë Ergamenes I se rebelaram, cortando-lhes as fontes de aprovisionamento. De seu lado os Selêucidas continuaram a possuir elefantes de guerra, sem dúvida da espécie indiana, que ocorria ainda na Síria: Seleuco Nicatôr (r. 306-281 A. C.) possuía em Apameia (na margem direita do Orontes, a c. 35° 25' N, 36° 24' E) meio milhar deles, no que o imitaram seus sucessores (Strabo 1930, XVI, ii, 10, p. 251).

Com o *Périplo do Mar Eitreu*, composto entre 95 e 130 da nossa era, alargam-se-nos os horizontes geográficos ao longo da costa oriental africana. De facto, o texto menciona o comércio de marfim, não só em portos do Mar Rôxo – como Ptolomáida das Feras, Adulis (o grande porto da Eritreia, no golfo de Zula, a c. 15° 15' N, 39° 40' E), e os portos do país dos Moscófagos, que se estendia até à Segunda Barbaria, (cujo nome se perpetua no do porto de Berbera, na margem sul do golfo de Aden, a 10° 26' N, 45° E), onde ocasionalmente se achava também – mas também na Azânia (cap. 3, 4, 6 & 10). Este nome recobria a costa oceânica do que são hoje a Somália, o Quênia e parte da Tanzânia. Ficamos a saber que o marfim abundava sobretudo no porto de Rhapta, sito algures na costa da atual Tanzânia, entre Tanga (5° 4' S, 39° 6' E) e o delta do Rufiji (7° 46' S, 39° 21' E). O *Périplo* refere também a exportação de marfim, embora de qualidade inferior, a partir do porto de Zoula, no Iémen. Como na Arábia não há elefantes, há que admitir que o marfim que aí aparecia era importado da costa africana fronteiria.

Quanto à Índia, o texto regista que se exporta marfim do grande empório de Βαρυγάχα (Barygaza) – o que em grego se pode interpretar, “de pesados tesouros”, mas é na realidade uma transcrição paronímica do topónimo sânscrito Bharukaccha, o porto a que os portugueses chamavam Baroche, a 21° 45' N, 73° 3' E, um pouco ao norte de Damão – para onde os navios provindos do Egito

navegavam em Julho. Regista igualmente a exportação de marfim de Limurikē, nôme que parece ser êrro de copista por Damurikē, que transcreveria Tamīlakam, designação genérica do extremo sul da Índia, compreendendo o Malabar e a Costa da Pescaria; e, finalmente, no país de Dēsārēnē, sito além de Masalia (i. e., Maçulipatão ou Machalipattanam, a 16° 17' N, 81° 13' E), ou sêja, na costa da Orissa. O marfim desta região devia apresentar alguma peculiaridade que nos escapa, pois era chamado βωσαρή (*bōsarē*), têrmo que não sabemos interpretar. Centrado sobre o comércio de tais regiões com o Egito romano, o *Périple* nada, porém, adianta sobre o tráfego entre a Índia e a África Oriental.

Só mais tarde encontramos informações a tal respeito, nas obras de Cosme Indicopleustes e Al-Mas'ūdī. O primeiro, que viveu na época de Justiniano (r. 527-465), mercadôr e depois eremita no Egito, deixou-nos uma *Topografia Cristã*, onde, além de expôr a sua extravagante cosmologia mística, transmite numerosas informações que colhêra no decurso das viagens que fizera à Índia. A êle devêmos a primeira menção explícita da importação de marfim africano pela Índia (Indicopleustès 1973, livº xi, § 23, 355):

Não têm grandes dentes os elefantes índicos, e se os têm, serram-lhos por causa do pêso, para que lhes não pesem na guerra. Os etiôpes não sabem domesticar elefantes; mas se sucede querêr o rei um ou dois para espêtáculo, apanham-nos pequênos e criam-nos. Tem de facto o país grande cópia dêles, possuidôres de grandes dentes. Da Etiópia por conseguinte, embarcam dentes para a Índia; e assim sucede na Pérsia e entre os Himiaritas [do Iémen].

Escusado será dizer que por Etiópia se entende aqui a África em geral, segundo o sentido etimológico do termo *etíope*: “de rôsto queimado”; sem embargo na Abissínia ou Etiópia *stricto sensu* achavam-se também elefantes, como ainda em comêços do século XVI atesta Tomé Pires (1947, fl. 118v do *ms*).

Quanto a Al-Mas'ūdī (c. 896-956), fornece-nos seus *Prados de Ouro* uma informação semelhante (1965, tomo II, cap. xxxiii, § 849, 323): o país de Zanj ou Zanjbār *lato sensu*, i. e., a África Oriental, abunda em elefantes, que são tôdos selvagens, sem que um só sêja domesticado, pois a gente do país não se serve dêles na guerra nem para outros usos e quando os apanham é para os matar. Explica em seguida o processo de que se servem os africanos para os caçar e lhes arrancar as prêsas, que chegam a pesar mais de 150 mãos. Como a mão (*mann*) é equivalente a dois arráteis, 150 mãos correspondem aproximadamente a outros tantos quilos. E conclui: a mor parte delas são expedidas do Omão, que as importa do país de Zanj, para a China e para a Índia; se lhes não dessem tal destino o marfim seria muito abundante nos países muçulmanos.

Nos derradeiros anos do século XIII Marco Polo nota, aquando do seu regresso ao Ocidente por via marítima, que no Índico ocidental o principal entrepôsto do marfim era “Madeigascar” (Pauthier 1865, cap. clxxxv; Rule and Cordier 1903, livº III, cap. xxxiii). Êste topónimo, que na forma *Madagáscar* perdurou até nossos dias, representa provavelmente um êrro de copista por **Mada-gasbar*, transcrição do persa رابش‌اگدم ou رابش‌اگلم, **Malgāshbār* ou *Mad-gāshbār*, que significaria “país dos Malgaxes”. No entanto, devido sem dúvida à semelhança fónica dos nomes, o viajante véneto mistura na sua descrição a ilha a que os portugueses chamariam de S. Lourenço, onde não existem elefantes, com Zanzibar (6º 10’ S, 39º 12’ E) e com o pôrto de Muqdisho (Mogadoxo ou Mogadiscio na Somália, a 2º 2’ N, 45º 20’ E), que, êsses sim, poderiam ser grandes empórios de marfim africano. Contudo não dá, infelizmente, pormenores acêrca do seu comércio.

Os portugueses no comércio do marfim

Embora os portugueses possam têr ocasionalmente adquirido marfim a caravanas que o trouxessem do Sudão com que contactavam na costa saariana, é só a partir de c. 1470 que é mencionado regularmente na documentação subsistente como mercadoria trazida da Guiné. Ê por uma carta de D. Afonso V aos oficiais da ilha da Madeira que sabêmos que nessa data El-Rei, que à morte de D. Henrique em 1460 chamara a si o trato da costa africana, havia nomeado um feitôr “pera tratar em dentes de alifante”.³

Esse comércio parece ter atingido ràpidamente um volume significativo: em certo momento que o documento não precisa, entre 1460 e 1481, o recebedôr dos oitavos do trato de Guiné arrecadou 8 quintais, 3 arrôbas e 15 arráteis de marfim (520,956 kg),⁴ o que significa que 4.167,648 kg haviam sido importados da costa ocidental africana. Entre 1491 e 1493 passou pelo almoxarifado de Santiago de Cabo Vêrde uma média anual de 642,753 kg.⁵ Na década seguinte a quantidade de marfim trazida para Portugal é ainda mais vultosa: nos anos de

3 Carta de Portalegre, 25.VI.1470, Arquivo Distrital do Funchal, *Caixa I*, doc. 9 & *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*, tomo I, fls 146-146v, pub. Albuquerque, Santos e Esteves 1993, vol. I, doc. 65, 159.

4 Carta de quitação do cavaleiro João de Aguiar, Lisboa, 18.II.1498, Torre do Tomo [doravante TT], *Chancelaria de D. Manuel I*, livº 31, fls 94 - 94v, pub. Albuquerque, Santos e Esteves 1995, vol. II, doc. 200, 342-343.

5 Carta de quitação do escudeiro Afonso Eanes do Campo, almoxarife de Cabo Verde, Montemor-o-Novo, 19.II.1496, TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livº 26, fl. 57v, pub. Albuquerque, Santos e Esteves 1995, vol. II, doc. 133, pp. 237-238.

1506 a 1508 a vintena ou taxa de 5 % que incidia sobre os bens importados de territórios ultramarinos rendeu à Corôa 224,91 kg,⁶ o que significa que 4.498 quilos de marfim haviam sido importados nesse período; êsse total corresponde a uma média anual de 1.499 kg.

Sabêmos por Tomé Pires que uma certa quantidade de marfim era importada pelos portos da costa oriental da Índia, quer da Xri Lancá ou ilha de Ceilão, onde abundam os elefantes e são peritos em domá-los, quer do Sião e ilhas da Insulíndia (Pires 1947, 137, fl. 160v do *ms*). Contudo, ao longo dos séculos a maior parte do marfim utilizado no artesanato indiano provinha, segundo tudo leva a crêr, da África Oriental: sôbre esse ponto os testemunhos de Cosme Indicopleutes no século VI e de al-Maç'ûdî no X coincidem com o Garcia de Orta em 1563, segundo o qual era anualmente trazida da África Oriental para a Índia uma média de 6.000 quintais (c. 352 toneladas) (Orta 1891, vol. I, 303 & sqq).⁷

Os portugueses começaram, logo desde os primeiros anos do século XVI, a transportar para a Índia, como os seus predecessôres, marfim dos portos da África Oriental que frequentavam, tais como Sofala, Moçambique, Melinde, etc. Não estamos muito bem informados sobre esse trato, mas conhecêmos pelo mênos as quantidades que passaram pela feitoria de Sofala em certos anos:

ANOS	MÉDIA ANUAL	REFERÊNCIA
1508-1509	2 701 kg	Freire 1903-1916, vol. IX, nº 749, 465-466
1513-1514	2 389 kg	Freire 1903-1916, vol. V, nº 545, 238-239.
1515-1516	1 776 kg	Freire 1903-1916, vol. IX, nº 725, 457
1544 (?)	39 658 kg	Carta de João Velho, ex-feitôr de Sofala a El-Rei, s/d, TT, <i>Cartas dos Vice-Reis</i> , nº 163, Rego & Baxter 1971, vol. VII, doc. 11, pp. 168 & ss.; refere os totais de marfim que passaram pela feitoria durante o seu exercício, mas não resulta claro a que ano ou anos devem ser atribuídos os 160 bares (39,658 kg) que, segundo diz, existiam na feitoria, que reportámos a 1544.
1545	13 880 kg	
1546	17 598 kg	
1547	7 188 kg	
Média anual:	9 207 kg	<i>Calculada na suposição de que o quantitativo reportado a 1544 corresponda a um só ano.</i>

6 Carta de quitação de Gonçalo Lopes, almoxarife da Casa da Vintena, Santarém, 12.III.1510, TT, Livro 13 da Estremadura, fls 22 - 22v, pub. Albuquerque, Santos e Esteves 2002, vol. V, doc. 191, pp. 651-652.

7 Colóquio 21º “Do ebur ou marfim e do elefante; e he colloquio que não faz pera fisica, senão pera passatempo”.

O marfim era adquirido a um preço médio de 2 meticais a arrôba, o que perfaz 8 meticais de Sofala (equivalentes cada um a 467 rs, portanto 3\$736 rs) o quintal.⁸ Este preço equivale a pouco mais de metade do que, segundo Pêdro Fogaça, se praticava em Quíloa, *grosso modo* na mesma época, que era de 6\$000 o quintal, o que dada a distância que separa os dois portos nos não parece impossível. A maior parte era fornecida ao feitôr de Sofala por mercadores mouros, conquanto se adquirissem também algumas porções a réguas provenientes do sertão.

Não estamos bem informados acerca dos preços do marfim nos mercados indianos. Apenas apurámos que em 1514 na zôna em torno do golfo de Cambaia valia o quintal a 40 cruzados.⁹ No entanto onze anos mais tarde custava na praça de Cambaia sensivelmente menos: 30,30 cruzados por quintal. Estimava-se então que naquela área se consumisse anualmente uma média de 200 quintais, ou seja, c. 11.600 kg.¹⁰

As listas de preços de mercadorias importadas pelos portos do Malabar em 1501 e 1504, num momento em que os portugueses se não tinham ainda envolvido no tráfego regional de umas zônas da Índia para outras, não mencionam ainda o marfim, o que parece significar que não começara ainda a sêr importado de Portugal. Não falando das quantidades que passaram pelas feitorias do Malabar sem que se lhes saiba a origem, que conhecêmos através das cartas de quitação dos feitôres, sabêmos pelo mênos que em 1521 fôram descarregadas em Cochim mais de dezassete toneladas vindas de Portugal;¹¹ e em 1533 a nau *Bom Jesus* que à ida para a Índia encalhou no litoral da Namíbia transportava 628,7 kg dêle, que foram achados nos seus destroços (Knabe & Noli 2012; Thomaz 2018c). Em meados do século continuava a vir marfim de Portugal ainda que em quantidades diminutas, ou pelo mênos inferiôres às que vinham de Sofala, como atesta Garcia de Orta ao escrevêr (1891, vol. I, 303 & sqq):

Aveis de saber que de Etiopia, *scilicet*, de Çofala até Melinde vem cada anno à India seis mil quintaes, afôra o que vem de Portugal, que he muito pouco a respeito destoutro.

Enumera seguidamente as regiões da Ásia em que criavam elefantes e as qualidades desses, bem como as zônas em que o marfim tinha procura:

8 Vejam-se detalhes in Lobato 1960, livro III, 185-187. A despeito de perspetivar bem o problema, quer-nos parecer que Newitt (1997, 40) se engana na conversão dos dados fornecidos por Lobato ao sistema decimal.

9 Carta de Cristóvão de Brito a El-Rei, Chaul, 29.XI.1514, TT, *Corpo Cronológico*, I-16-127.

10 “Lembranças das Cousas da India em 1525”, pub. por Felner 1868, parte III; versão inglesa anotada: Thomaz 2011a.

11 Carta a El-Rei, Cochim, 10.IX.1521, TT, *Corpo Cronológico*, I-27-67.

O marfim na China se gasta algum, e já agora se vai gastando mais; o de Ceilão se gasta em cousas muyto polidas, que se fazem na terra, de cofres e pentes e outras muytas cousas; e o de Pegú e o de Ceilão pela mesma maneira; e tôdos os seis mil quintais, que vem de Çofala se gastam em Cambaia, tirando algum pouco que vai pera a China, como já disse.

Há provavelmente um certo exagêro nesta derradeira afirmação, já que em 1525 se calculava que no “reino de Cambaia”, ou sêja no Guzarate, se consumiam anualmente uns 200 quintais de marfim, o que fica muito longe dos 6.000 avançados pelo nosso douto naturalista. Êste explica em seguida que a grande procura que tinha o marfim “em Cambaia” provém do uso supersticioso de manilhas de marfim pelas mulheres que, se adergava de ficarem viúvas, as quebravam, adquirindo novas no desluto.

A pesar de, como diz o nosso autôr, parte do marfim importado da África Oriental se destinar à China, não achámos na documentação do século XVI concernente a Malaca, que examinámos cuidadosamente, nenhuma alusão à sua passagem por essa feitoria. Contudo, Tomé Pires refere que tanto nas pequênas ilhas de Banda como em Ternate, na Insulíndia oriental, se achava à venda marfim, importado de outras ilhas (Pires 1947, fl. 156 v & 157v do *ms*) – conquanto a leste da linha Wallace, que passa entre Bornéu e Celebes e entre Bali e Lombok e corresponde ao limite das terras emersas durante as glaciações, se não encontrem elefantes nem outros grandes mamíferos.

Quanto aos quantitativos totais que passaram pela feitoria de Cochim, como se deduz das cartas de quitação dos seus feitôres, sabe-se que em 1506-1507 Lourenço Morêno recebeu uma média anual de 3.278 kg¹² e André Dias em 1507-1509 uma média de 1.811.¹³ Não sabêmos se se trata de marfim asiático se de africano nem, nêste caso, se provinha de Sofala se da África Ocidental via Lisboa. A média é inferior à que passou em Sofala, mas tampouco sabêmos que destino teve esta. Quer êstes quantitativos quer os que achámos para Sofala (de que o máximo registrado é de 39.658 kg, que pode respeitar a mais de um ano), ficam muito aquém do total que nos dá Garcia de Orta: 6.000 quintais por ano, ou seja, 352 toneladas. Isso confirma-nos na convicção de que a quase totalidade do comércio de marfim era já então conduzido por mercadôres privados. Se tanto a média anual de 9.207 kg que, com base nos raros anos para que achámos dados, calculámos para Sofala, como as cifras fornecidas por Orta, se mantiveram estáveis ao longo do século, somos levados a concluir que a Corôa apenas

12 Carta de Quitação de 15.XII.1509, pub. in Freire 1903-1916, vol. IV, nº 455, 288.

13 Carta de Quitação de 20.XI.1510, pub. in Freire 1903-1916, vol. I, nº 130, 400.

meneava uns 2,5 % da exportação de marfim da África Oriental para a Índia. Mesmo aquele máximo, duvidoso, de 39.658 kg não corresponde senão a 11 % da importação total do Hindustão.

No século XVI, antes da adjudicação da Carreira da Índia a concessionários em 1587, apenas achámos listas das mercadorias embarcadas à ida para apenas quatro anos (1504, 1505, 1506 e 1521), além dos dados arqueológicos providenciados pelo *Bom Jesus*; e do frete de retôrno para dezanove anos (1501 a 1506, 1513, 1514, 1517 a 1519, 1523, 1562, 1526, 1528, 1530 1531, 1547 e 1548) (Thomaz 2018a). Tanto quanto de dados tão lacunares é possível retirar uma conclusão geral, essa é a de que no comércio entre a Índia e a Europa se mantêve a situação de crónico défice para esta da sua balança comercial com aquela, que apenas a revolução industrial britânica do século XVIII viria a invertêr (Prakash 2004).

O défice do comércio romano com a Ásia foi já notado e lamentado por Plínio, o *Antigo*, que na sua *História Natural*, escrita cêrca do ano 70 da nossa era, vitupera a sangria anual de cem milhões de sestércios para pagar as importações de especiarias e perfumes: “tão caro pagamos pelo nosso luxo e de nossas mulheres” (Pliny 1945, book 12, xli). Êste total corresponde às exportações de moeda para a Arábia, para a Índia e para os “Seres”, que se devem provavelmente identificar com os chins. Quanto à Índia propriamente dita, o autôr afirma em outro passo que o défice montava em 55 milhões de sestércios (Pliny 1945, book, xxvi), ou seja, a 55% daquêle total.

Pliny. 1942. *Natural History*, with an English translation by H. Rackham, Volume II: Books 3-7. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library (352), Harvard University Press.

Pliny. 1945. *Natural History*, with an English translation by H. Rackham, Volume IV: Books 12-16. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library (370), Harvard University Press.

Esse défice da balança comercial entre Roma e a Índia equivalia a 3.750.000 dinheiros. Como o dinheiro de prata, que originalmente pesava 4,5 g, fôra reduzido por Nero (r. 54-68) ao pêso de 3,4 g, quando Plínio escreveu a sua *História Natural* aquela soma correspondia a 12.750 kg de prata ou, aproximadamente, a uma tonelada de ouro (Warmington 1974). Embora sem dar números precisos Dión Crisóstomo (c. 40 - c. 115) transmite a mesma impressão: “os celtas, índios, iberos, árabes e babilônios cobram tributo aos súbditos romanos, não em terras ou em gado, mas através da loucura romana”, devido à “insensata e luxuriosa sêde” do pôvo, que sempre almêja por produtos requintados e esquisitos (Chrysostom 1951, lxxix, 5-6).

Durante a Idade Média esta situação não melhorou. Em 1423 o doge de Veneza Tommaso Mocénigo (r. 1414-23) calculava que cêrca de metade do

milhão de ducados anualmente cunhados em Venêza era levada para a Síria e para o Egito para pagar as importações do Próximo Oriente, que em boa parte provinham das Índias (referido em Godinho 1963-65, vol. II, 261). Supondo que, como em dias de Plínio, aproximadamente metade dessa metade, ou seja 250.000 ducados, fôssem destinados a adquirir produtos indianos e a outra metade produtos do Levante, o déficit da balança comercial entre Venêza e a Índia devia orçar os 250.000 ducados, ou seja, c. 875 kg de ouro. Esta proporção parece contudo um tanto otimista, pois sabemos que as importações de produtos indianos excediam largamente as de produtos levantinos.

Ora deduz-se dos números disponíveis para a Carreira da Índia na época anterior aos contratos que a quantidade média de bilhão enviado para o Oriente para compensar o déficit da balança comercial entre Portugal e a Índia era de 59.490 cruzados anuais, o que corresponde a 208,215 kg de ouro – muito menos, portanto, do que em dias de Plínio ou de Mocénigo, ainda que àquele valor acrescentássemos o do ouro importado diretamente de Sofala para a Índia, que, como veremos, apenas foi significativo nos primeiros anos.

Notemos desde já que no caso da pimenta, a média das importações portuguesas, calculadas na base dos anos para que há registo (c. 1.000 toneladas anuais) supera nitidamente a média das de Venêza em finais do século XIV, comêços do XV: 516 toneladas anuais (412 adquiridas em Alexandria e 104 em Beirute), segundo os cálculos de E. Ashtor (1989)⁰; para completar o conspecto da rota do Mar Roxo haveria que acrescentar a essas cifras uma média de 40 a 60 toneladas anuais importadas pelos genovêses e 20 a 30 pelos catalães. Ao todo, portanto, um máximo de c. 600 toneladas anuais. Em finais do século XV, contudo, registou-se um certo crescimento, atingindo, segundo o mesmo autôr, as importações venezianas de pimenta 562 a 675 toneladas métricas, o que contando com as importações de Génova, etc., pode perfazer um total de 750 a 800 toneladas de pimenta importadas pela via do Mar Vermelho. Há que notar, contudo, que as exportações de gengibre cresceram mais depressa, passando de 2.000 a 2.300 quintais egípcios para especiarias (de c. 45 kg cada um), para 6.000 a 7.000, ou seja 270 a 315 toneladas métricas. Ora a média portuguesa de importações de gengibre durante o século XVI é nitidamente menor: c. 62 toneladas métricas anuais. Embora não tenhamos achado números para as demais espécies, não nos repugna admitir que globalmente as importações portuguesas de especiaria apenas ligeiramente tenham ultrapassado as venezianas e que, portanto, o déficit percentual corresponda *grosso modo* ao déficit absoluto.

Ora, mesmo assim, o déficit registado pelos portugueses equivale a apenas, na melhor das hipóteses, a c. 1/4 do que se verificava na Antiguidade e na Idade Média. Entrevemos para esta evolução duas explicações cumulativas: por um

lado a rota do Cabo, embora mais longa, não implicava baldeações de carga, ao passo que a do Mar Rôxo exigia muitas vezes três: dos navios para bēstas de carga em Beirute e Alexandria, uma segunda em Suez, das bēstas para gelvas, embarcações ligeiras adequadas à navegação em mares aparcados como é o norte do Mar Rôxo, e finalmente destas para navios de alto bordo em Judá. A alternativa era fazer tōdo o longo caminho de Suez a Judá, c. 1.400 km, em caravanas. Êste sistema dificultava e encarecia o transporte de mercadorias brutas, como eram as mais das que se exportavam para a Índia: cobre, estanho, azougue e chumbo. No caso do *Bom Jesus*, que estudámos em detalhe, o cobre representava c. 39 % do valôr da carga, o chumbo 3,45 % e o estanho 0,45 %, valendo o metal amoadado apenas 53 % do total. A taxa de cobertura das importações pelas exportações parece assim sêr no caso português nitidamente superior à que se devia observar em Venêza ou na Rôma antiga.

Por outro lado, quer o adquirissem na África ocidental quer na oriental, os portugueses dispunham de uma mercadoria que não estivera ao alcance de romanos nem de venezianos, mas tinha procura assegurada nas Índias: o marfim.

Como parte do ouro que chegava à Índia provinha do Monomotapa e o que vinha do Reino na sua maioria da Mina, a África desempenhava um papel importante no equilíbrio da balança comercial entre Portugal e a Índia. Assim, das três principais exportações da África – ouro, marfim e escravos – apenas a última não desempenhava papel de nota neste comércio, o que se compreende facilmente, pois já então a Índia regurgitava de gente e não carecia portanto de importar mão-de-obra. Isso não significa que na Índia não houvesse escravos, mesmo entre os portugueses; mas constituíam um artigo de luxo, para uso doméstico nas casas ricas, e não um elemento fundamental do processo produtivo como por exemplo o eram no Brasil. Eram sobretudo os muçulmanos quem se servia nos seus exércitos de escravos africanos, geralmente convertidos à fôrça ao islão (Ali 1995) e utilizados como *mamelucos* ou soldados-servos. Por razões estratégicas os portugueses procuravam impedir esse comércio, e é por isso que apenas concediam *cartazes* ou salvo-condutos a navios de mercadôres locais com a condição de não levarem especiarias ao estreito de Meca, nem trazêrem no retôrno cavalos, abexins ou gente-branca (designação sob a qual se compreendiam os mercenários levantinos que vinham engrossar as hostes muçulmanas do Hindustão) (Thomaz 2011b).

Tornando ao marfim, se os 6.000 quintais que, segundo Garcia de Orta, a Índia importava anualmente da África Oriental o fôssem por mãos dos feitôres de Sua Altêza e fôssem vendidos a um preço médio de 35 cruzados o quintal, render-lhes-iam 210.000 cruzados, o que cobriria largamente o déficit da balança comercial entre Portugal e a Índia, que acima estimámos em algo mēnos de 60.000 cruzados ao ano. Cêrca de quarenta anos mais tarde, porém, Frei João

dos Santos é bem mais modesto nas suas estimativas, uma vez que computa em “mais de três mil arrôbas” (portanto, de 750 quintais) a quantidade de marfim anualmente enviada da costa da Cafraria para a Índia, o que equivale a apenas $\frac{1}{8}$ do quantitativo dado por Orta. Vendidos ao mesmo preço renderiam 26.250 cruzados, o que embora insuficiente para compensar aquele déficit o reduziria quase a metade (Santos 1999, livro III, cap. xiii, 282).

O gato e o rato, ou o Estado e os tratantes

A historiografia tradicional, seguindo nisso as crônicas da época, limita-se quase sempre a focar a expansão oficial e o comércio diretamente conduzido pelo Estado. Isso resulta por um lado da escassez de dados sobre outras modalidades de expansão, a que as crônicas e a documentação oficial raramente aludem, por outro de um erro de perspectiva resultante de entre nós e o que se passou no século XVI se entrepôr o modelo da expansão colonial do século XIX. Ora entre o Estado mercantilista de fins da Idade Média e comêços da Moderna e o Estado liberal do século XIX há uma profunda diferença: manejado pela burguesia, o estado liberal propunha-se essencialmente pacificar os seus domínios, dotá-los das infra-estruturas materiais necessárias à sua exploração económica e criar um quadro legal adequado a tal fim; o estado mercantilista de antanho, ao invés, comportava-se como uma empresa de comércio, rival, por conseguinte, dos seus próprios súbditos. Era, além disso, um sistema redistributivo, em que os cargos oficiais e muitas vezes as próprias licenças de comércio eram distribuídos em recompensa de serviços, não apenas em função destes mas também na do estatuto social dos agraciados (Thomaz 1994, 403-486).

No Estado Português da Índia, cuja jurisdição se estendia do Cabo da Boa Esperança ao Japão, deu-se uma mutação decisiva quando ao governo autoritário de Afonso de Albuquerque (1509-1515) sucedeu o governo frouxo e permissivo de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), catapultado para a Índia pela fãção *liberal* que dominava no conselho régio, favorável aos interesses privados e adversa não só dos projetos manuelinos de cruzada e império universal, mas dos monopólios realengos e da própria intervenção do Estado no comércio. O seu primeiro ato, foi, segundo Gaspar Correia, dar licença a toda a gente para que partisse para onde melhor lhe aprouvesse. Poder-se-ia atribuir à má vontade do cronista, que fôra secretário de Albuquerque, essa acusação; mas ela é confirmada por uma carta do próprio governadôr ao capitão de Malaca, a aconselhar-lhe que adote a mesma postura (Thomaz 2018a).

Ora não era só o sistema redistributivo que favorecia a deserção dos que se sentiam menos beneficiados com a repartição de funções e de benesses: era

também a assimetria da balança comercial entre Portugal e a Índia, que analisámos acima, que muitas vezes a impunha como prêço da sobrevivência. Com efeito, aquela assimetria, que fazia o numerário escoar-se para os bolsos dos fornecedôres de especiaria, tornava o Estado cronicamente insolvente. Daí que as soldadas fossem pagas com grande atraso, o que levava muitos portugueses que tinham vindo para o Oriente como militares a procurar agenciar de outro modo a sua vida, entregando-se à veniaga, ao côrso ou mesmo à pirataria, ou pondo-se como mercenários ao serviço de potentados locais. As zonas em que o Estado possuía mênos posições oficiais e, conseqüentemente, mênos meios de contrôle, como o gôlfo de Bengala, a Insulíndia, o Extrêmo Oriente e a costa da África Oriental constituíam assim o terrêno de eleição para tais aventureiros.¹⁴

Na costa oriental africana a Corôa apenas dispunha de posições estáveis nos fortes de Sofala, erguido em 1505 e Moçambique, construído em 1507, pois a suserania sobre Quíloa volatilizara-se a breve trêcho, vindo a feitoria a sêr abandonada em 1513; e a aliança com Melinde, se assegurava boas condições ao comércio conduzido pelo Estado, não permitia a êste exercêr sobre os seus súbditos, cuja atividade mercantil beneficiava os podêres locais, um controle eficiente. Era aliás no sectôr meridional da costa oriental africana que se concentravam os interêsses da Corôa, sobretudo atraída pelo ouro que pelo vale do Zambeze se escoava das minas do Zimbabué, império do Monomotapa, pois via nêlo o melhor meio de assegurar liquidêz e assim equilibrar a sua balança comercial com a Índia.

O que sucedeu foi que quer os mercadôres muçulmanos que de longa data exploravam esse comércio quer os tratantes portugueses que nele se vieram enxertar se apostaram em intercêtar o fluxo aurífero a montante dos entrepostos oficiais de Sofala e Moçambique. É isso o que explica a formação de colônias espontâneas de mercadôres no interiôr das terras, que parece ter tido lugar c. 1530 em Sêna e logo a seguir em Tete, a uns 600 km do mar – fenómeno único nessa época em tôda a zona de influência portuguesa, que só achará paralelo no Brasil quase dois séculos mais tarde. Nesses povoados, onde em geral já estavam estabelecidos comerciantes muçulmanos, constituíram-se a seu lado bairros portugueses, ou melhor luso-africanos, já que as mulheres eram tôdas locais; mas não foram definitivamente oficializados, recebendo fôro de vilas portuguesas, senão no quadro da reorganização administrativa que se seguiu à constituição da capitania-geral de Moçambique, desanexada do govêrno do Estado da Índia em 1752.

14 Desenvolvemos êste ponto *in* Thomaz 2016; de referir a versão francesa aumentada (Thomaz 2018b), estando em preparação edição portuguesa (pela Gradiva).

É já após a formação dos povoados luso-africanos de Sêna, Tete e Quelimane que aventureiros portugueses, em geral adextrados e bem armados, começam a pôr-se ao serviço do Monomotapa e a obtêr dêle a concessão de grandes domínios territoriais, inicialmente conhecidos por *moganos*, inserindo-se na pirâmide vassálica do império entre o soberano e os *fumos* ou chefes locais. Foi só em 1618, sob o governo filipino, herdeiro da tradição centralista de Castela, que os *moganos* foram transformados em *prazos da Corôa*, quedando assim oficializados do ponto de vista português – embora já anteriormente um ou outro aventureiro houvesse obtido da Corôa o reconhecimento e confirmação da sua posição (Lobato 1962; Randles 1975).

De tudo isto foi semente o ouro do Zimbabué. Fôra também êle que ditara a primeira exploração do interior, que nos não interessa especialmente aqui, levada a cabo por António Fernandes, que visitou os estados do Monomotapa em 1514-1515 (Tracey 1940).

Despontara entretanto o interêsse pelo marfim. De início as prêsas de elefante parecem não ter entusiasmado nem a Corôa nem as colónias mercantis italianas de Lisboa: das cartas expedidas para Florença a dar notícia das expedições portuguesas à Índia entre 1499 e 1513 não consta mais que uma menção de tal mercadoria (Radulet & Thomaz 2002, 88): a de Girolamo Sernigi, na carta de 10 de Julho de 1499 em que dá conta da bem sucedida viagem de Vasco da Gama, em que noticia que abunda o marfim no mercado em Calecut, sem contudo especificar as suas origens – ao passo que as referências ao ouro da *Nova Mina*, ou sêja, de Sofala, ultrapassam as duas dúzias. De qualquer maneira, ao ouro, aí comercializado por conta da Corôa desde 1501, não tardou a juntar-se o marfim, a que achamos referências a partir de 1506, numa carta de Pêro Ferreira Fogaça, capitão de Quíloa para El-Rei, de que nos chegou apênas o sumário.¹⁵ Nela se refere o marfim que foi achado num zambuco e num begantim, que aparentemente fôram arrestados em qualquer ação de patrulhamento, transportando aquêle um pouco mais de 92 quintais (c. 4.784 kg) e êste um total de 129 dentes, o que deve correspondêr a c. 12.900 kg, já que o pêso médio de uma prêsa de elefante africano ronda os 100 kg. A feitoria de Sofala tinha nesse momento em almazém 160 quintais de marfim, ou seja, c. 8.320 kg. O mais interessante é, porém, o alvitre que o capitão em seguida dá:

Item, que se pode haver grande quantidade de marfim de Çufala até Quíloa, que é avaliado em xb (=15) miticaes de ouro o quintal, e que val em Cambaia em tempos a lxxx (=80) e cem miticaes o quintal; e que haverá quanto Vossa Alteza quiser, nom havendo ali rei nem mouros brancos, o qual em pouco tempo se pode esgotar, se Voss'Alteza mandar.

15 TT, *Gaveta* XX, 4-15, pub. in Rego & Baxter 1962, I, doc. 85, pp. 616 & sqq.

O marfim valeria assim no Guzarate (designado aqui, como é freqüente, pelo nome do seu pôrto mais renomado, Cambaia) 5,33 a 6,66 vezes o seu preço de custo na África oriental, o que certamente proporcionaria bons lucros – que apenas se poderiam estimar se se conhecesse o preço a que ficava o seu transporte. Os números adiantados por Pero Ferreira Fogaça parecem, contudo exagerados, pois, como acima vimos, uma década mais tarde o marfim não valia no Guzarate senão 30 a 40 cruzados (praticamente equivalentes aos meticais de Melinde e Quíloa), ou seja, menos de metade do que ele aventava. Embora tamanha baixa dos preços em tão pouco tempo nos pareça excessiva, não é de todo impossível que o incremento da oferta derivado da intervenção portuguesa no trato de marfim da costa africana para a Índia tenha contribuído para a queda do seu valor comercial no Guzarate. De qualquer modo a exportação de marfim de Sofala para a Índia está atestada desde 1508.

Embora no século XV tenha, pelo menos durante algum tempo, incidido sobre o marfim da África ocidental um estanco realengo,¹⁶ não temos notícia de quaisquer restrições ao seu comércio no Índico. Nomeadamente não consta da lista das mercadorias que as *Ordenações da Índia*, promulgadas a 8 de Setembro de 1520 (Caminha 1807, 43), reservavam à Corôa, que se resumiam às especiarias, à sêda, ao lacre e ao tincal ou bórax, que é um tetraborato de sódio hidratado, $\text{Na}_2[\text{B}_4\text{O}_5(\text{OH})_4] \cdot 8\text{H}_2\text{O}$, usado para limpar metais, no fabrico de esmaltes para porcelanas, no curtume, etc.

Embora para quase todo o século XVI escasseiem os dados precisos, colhe-se da documentação subsistente a impressão de que, a coberto da marginalidade da zona e da imensidão do território, os mercadores privados se apoderaram da quase totalidade do comércio do ouro e do marfim em tudo quanto é hoje território moçambicano.

Por volta de 1547 ou um pouco mais tarde, queixava-se amargamente a El-Rei o feitôr cessante de Sofala, João Velho, do açambarcamento do trato do marfim pelo capitão D. Jorge, alegando *inter alia*:¹⁷

Item, neste tempo foi o marfim tanto e tam bom que Dom Jorge carregou o navio dele que não coube mais, e ainda sobejaram vinte ou trinta bares [c. 5 a 7 toneladas, visto o bar de Sofala corresponder a 247,86 kg] que não couberam; e por ir muito carregado do seu marfim mandou alijar ao mar oito ou nove bares de Vossa Alteza, dizendo ele per seu assinado, que está na minha mão, que mandou alijar por o navio

16 Traçamos a evolução dos monopólios realengos na parte introdutória de Thomaz 1998.

17 Carta s/d, TT, *Cartas dos Vice-Reis*, nº 163, pub. in Rego & Baxter 1971, vol. VII, doc. 11, pp. 168 & sqq.

ir muito carregado de marfim de Vossa Alteza, e que abrio; e o navio carrega quatrocentos e cinquenta ou quinhentos bares [c. 111 a 123 toneladas], e de Vossa Alteza nom iam mais que setenta e um bar [c. 17,5 toneladas], de que mandou alijar.

O marfim resgatado por conta de Sua Alteza não representava assim senão uns 15 % da carga do navio.

O tráfico do marfim centrava-se nesta época sobretudo nos Rios de Cuama, ou seja, no delta do Zambeze, a que ao tempo estava ainda ligado o Rio dos Bons Sinais, pelo que o pôrto de Quelimane, onde, ao que parece, havia já mercados portugueses estabelecidos em 1544, constituía também êle uma escápula do Monomotapa.

Deve ser por isso que a partir de 1518 não achamos no *Registo da Casa da Índia* (pub. Ribeiro 1954-55) nomeações de feitôres nem de escrivães para Sofala, embora continuem a ser regularmente nomeados capitães para a fortalêza. Isso parece indicar que as funções de feitôr ou eram cumulativamente exercidas pelo capitão, ou que era deixado nas mãos dêste o provimento do cargo – o que, em qualquer dos casos indicia que era diminuto o volume do comércio aí conduzido diretamente pela Corôa.

Há que notar que em nenhum dos portos do que é hoje a costa moçambicana havia alfândega; como tampouco se cobravam páreas, os proventos da Corôa limitavam-se aos lucros que fazia no comércio. A mercadoria-moeda essencial, a trôco da qual se obtinham ouro e marfim, eram os têxteis indianos, sobretudo os panos de algodão do Guzarate, a que se ajuntavam as missangas, de igual proveniência. Segundo o *Tombo da Índia*, de que voltaremos a falar, em meados do século XVI armava-se tôdos os anos em Gôa, por conta de Sua Altêza, um navio, carregado de roupas e contas de vidro no valor de 5.000 a 7.000 pardaus (1.800\$000 a 2.520\$000 rs), para resgatar ouro e marfim em Sofala e nos Rios de Cuama; mas anos houve em que não veio para a Índia qualquer marfim – do que se deduz que veio apenas ouro. É evidente que o marfim comercializado por particulares não é contabilizável.

Em 1552, segundo o testemunho de Simão Botêlho, que fôra vedôr da fazenda da Índia de 1546 a 1551, nas suas cartas a El-Rei, soíam vir anualmente para a Índia 120 a 150 bares de marfim. Não sabêmos ao certo de que bares se trata; como o de Sofala pesava c. 247 kg, o de Cuama c. 293 e o de Moçambique c. 229 (conquanto na Índia o de Cochim e Coulão não ultrapassasse os 166 kg e o de Cananôr 205 kg), fazendo a estimativa na base de uma equivalência média a 250 kg, aquêle total correspondia a 30 a 37,5 toneladas métricas, o que é bastante mais do que os quantitativos registados em Sofala nos decênios precedentes; no ano de 1552, contudo, vieram apenas 30 e poucos bares, ou sêja, umas 7,5

toneladas. É claro que se não inclui na conta o comercializado por particulares, que devia superar largamente o feitorizado para El-Rei.

Da documentação de que dispomos colhe-se outrossim a impressão de que a Corôa se resignou facilmente a aceitar essa situação *de facto*, concedendo as capitanias de Sofala e Moçambique como mercê em recompensa de serviços, esguardando mais ao trato que aí podiam conduzir, por conta própria, os agraciados do que ao ordenado que auferiam – que era de 418\$000 rs ao ano, inferior ao das fortalêzas principais, como Ormuz, Diu, Baçaim, Gôa, Malaca e Maluco, que era de 600\$000 rs.¹⁸ Os artigos das *Ordenações da Índia* e de outras disposições legais que proibiam os oficiais das fortalêzas e feitorias de se envolverem no comércio, se alguma vez haviam sido mais que letra morta, tinham caído já no esquecimento, e os cargos eram distribuídos tendo em vista muito menos o ordenado que proporcionavam, do que os *proes e percalços* que lhes estavam associados e consistiam sobretudo em franquias de comércio.

Quando em 1580 Felipe II cingiu a corôa portuguesa, alguém redigiu, para que quando fazia mercês soubesse o que concedia, uma preciosa informação, intitulada *Livro das Cidades e Fortalezas que a Corôa de Portugal tem nas partes da Índia e das capitanias e mais cargos que nelas ha e da importancia delles* (pub. em Luz 1953), de que o capítulo 8º é dedicado à “fortaleza de Çofala e de Moçambique”, cujas capitanias estavam ao tempo anexas. O capitão residia normalmente numa delas, fazendo-se representar na outra por um “capitão de sua mão”, isto é, por um substituto de sua escôlha, ou entregando o comando e o govêrno ao alcaide-mor. A capitania de Moçambique e Sofala era considerada então a mais rendosa de tôdas as capitanias do Estado da Índia, pois as disposições que defendiam aos capitães tratarem em marfim, contas e roupas da Índia haviam tombado no olvido, e os agraciados conseguiam percalçar no seu triênio 80.000 a 100.000 cruzados, ou seja, 32 a 40 contos de réis, entre 22 e 27 vezes o ordenado que auferiam da real fazenda. Notarêmos, a título de comparação, que o vice-rei da Índia recebia como ordenado 7.339\$550 rs, mas apenas lograva percalçar, servindo com sã consciência, 60.000 a 70.000 cruzados fôrros por triênio, algo menos, portanto do que o capitão de Sofala e Moçambique – a não sêr que quisesse alargar um pouco a consciência....

Considerava o autor da informação que, restringindo de nôvo aos capitães o trato em gêneros defêsos, poderiam mêsmo assim arrecadar no seu triênio

18 Veja-se o *Tombo da Índia*, pub. em Felner 1868, parte II. Os ordenados mantiveram-se estáveis ao longo do século, pelo que inútil se torna esmiuçar o que consta dos orçamentos posteriores. Achar-se-á deles um conspecto in: Matos s/d.; Matos 1999b; Matos 2003; Matos 1982; Matos 1999a, 95-111.

40.000 a 50.000 cruzados, ou seja, metade do que ao tempo conseguiam acumular. O texto testemunha igualmente da decadência comercial de Sofala perante a ascensão de Cuama, por onde os mercadores privados se haviam infiltrado e para onde o trato se mudara quase inteiramente. Continuava-se então a mandar tódos os anos de Goa um navio armado a expensas da Corôa, com o provimento para Moçambique, Sofala e Rios de Cuama, que consistia como dantes em contas e panos, além de armas e munições. Ao capitão do navio eram também concedidas certas franquias de comércio, que lhe rendiam 4.000 a 5.000 cruzados (ou seja, 1.600\$000 a 2.000\$000) por viagem.

O marfim e a formação do território moçambicano

Em 1564 dera o vice-rei D. Antão de Noronha regimentos a tôdas as fortalezas do Estado da Índia, entre as quais a Moçambique (Pissurlencar 1951). Nesse regimento, outorgado por intermédio do vedor da fazenda Melchior Botelho enviado à ilha com poderes de capitão, prevêm-se algumas inovações em relação ao período precedente. A que mais nos interessa aqui é a disposição que ordena ao capitão que na monção de Outubro mande um navio ao Cabo das Correntes e dois pangaiois a Inhambane, a resgatar marfim. É provável que a zona fosse já frequentada por mercadores privados, que não deixaram traços na documentação que nos chegou, e que, ciente disso, D. Antão tenha introduzido no regimento essa disposição para tentar avocar à Corôa uma parte nêsse trato. O capitão deveria ainda mandar, na monção de Setembro, uma fusta aos Rios de Cuama, aí certamente a resgatar sobretudo ouro, mas quiçá também algum marfim.

Não se tratava de qualquer modo de instaurar um monopólio realengo, pois concediam-se aos participantes nas viagens certas franquias: o capitão de Moçambique teria direito a carregar para os Rios de Cuama, por sua conta, 10 bares (cerca de duas toneladas e meia), o feitôr da fortaleza, que acumulava essa função com a de alcaide-mor, 4, o escrivão da feitoria 2 e o meirinho 1. Quanto ao pessoal embarcado, o capitão da fusta teria 6 bares, o escrivão e o comitre 2, e os marinheiros, malemo¹⁹ e mocadão²⁰ no seu conjunto 4. No caso das embarcações a enviar a Inhambane e ao Cabo das Correntes, o pessoal de terra teria as mesmas liberdades que no dos Rios de Cuama, o capitão de cada navio 8 bares, o mestre e o piloto 7, o escrivão 3 e o sarangue²¹ e marinheiros “os favôres acostumados”,

19 O mesmo que “piloto”; do árabe *mu'allim*, “perito, mestre, instrutor, guia”.

20 “Prepôsto, preboste, adiantado, cabecilha”, do árabe *muqaddam*, com o mesmo significado.

21 “Cabo, chefe da taifa, mestre de uma embarcação”, do persa *sarhang*, “chefe, comandante, capitão”, formado de *sar*, “cabêça” e *hang*, “renque, tropa, chusma”.

portanto, ao que parece, quatro bares *in solidum*. Uma cláusula curiosa dispõe que o capitão e demais oficiais de Sofala sejam pagos do lucro do trato que aí se faça por conta da real fazenda – o que evitava que negociassem tudo para si e nada para El-Rei. Eventuais certidões de dívida dos seus ordenados não seriam levadas em conta na Índia. Como notámos já, a principal mercadoria em cuja troca se obtinham marfim e ouro eram os têxteis indianos, e por isso a nau que trazia o provimento era por vezes enviada de Chaul, pôrto famoso pelas suas “roupas pretas”. Nessa conformidade, a franquia do capitão da caravela a enviar a Sofala era de 70 corjas de roupa, ou seja, 1.400 peças; o piloto, por servir também de mestre, tinha direito a 100, podendo o capitão de Moçambique despachar por sua conta 200.

A região de Inhambane e Cabo das Correntes começara a ser referida na documentação de que dispomos em 1560, quando estimulados pelo vice-rei D. Constantino de Bragança alguns jesuítas, conduzidos pelo P^e D. Gonçalo da Silveira, para aí partiram, obtendo a breve trêcho a conversão da rainha e logo a do rei do Tonge, que tomou o nome de D. Constantino.²² Essa conversão facilitava o desenvolvimento do comércio e a convivência do poder local para a espinhosa tarefa de manter ao largo os comerciantes mouros concorrentes. Provavelmente registou-se aqui uma evolução idêntica à que se verificou em Timôr: as potencialidades comerciais da região atraíram os mercadores privados, e os missionários seguiram-lhes, tempo depois, o encalço; até que finalmente interveio o Estado. No Japão a evolução foi até certo ponto semelhante, apenas com a diferença que jamais se ultrapassou a segunda fase. Seja como for este percurso é inverso do que se verificou nos estabelecimentos oficiais da Índia, como Cochim, Goa e Praças do Norte, onde foi da presença prévia do Estado que decorreu o estabelecimento de mercadores privados e, geralmente mais tarde, o de missionários.

De qualquer modo, como na zona de Inhambane se não obtinha ouro, há que concluir que foi o marfim o motor que levou a alargar à região os interesses portugueses, que até aí se não estendiam mais a sul do que Sofala. Foi certamente o interesse na mesma mercadoria que levou os portugueses a freqüentar a zona a sul do Cabo das Correntes, limite meridional das navegações de árabes e persas no Oceano Índico. Frei João dos Santos regista, nomeadamente, duas referências ao comércio de marfim no rio de Lourenço Marques (Santos 1999, III, xiii & xv, 282 & 578). Assim foi o território moçambicano gradualmente adquirindo a configuração que lhe conhecemos.

22 Podem vêr-se as cartas jesuíticas que, a partir da de D. Gonçalo da Silveira datada de Moçambique, 12.II.1560, se lhe referem *in* Rego & Baxter 1971, vol. VII, doc. 37-44, pp. 438 & sqq. Mais cartas nos volumes seguintes.

A partir do início do régimen filipino em 1580 a documentação torna-se mais abundante, mas percentualmente mais raros quer os documentos avulsos publicados quer as crônicas.²³ De uma visão rápida das fontes disponíveis colhem-se porém algumas ideias aparentemente válidas. O período coincide com uma época de consolidação do poder régio, com nítidas tendências absolutistas, em toda a Europa. Dir-se-ia, contudo, que no que toca ao império português essa tendência geral foi potenciada pela entrada em cena de uma dinastia espanhola, herdeira da tendência centralista de Castela, que por sua vez a recebêra de Leão, em cuja corte, epígona da monarquia visigótica de antanho – a mais romanizada das monarquias bárbaras – sobreviveu durante toda a Idade Média o direito justinianeu, ou seja, o direito romano cristianizado. Nem sequer faltou a Castela, século e meio antes das primeiras tentativas de codificação do direito português, um *pendant* local do *Corpus Juris Civilis*: as *Leyes de Partidas* de Afonso X, o Sábio (r. 1252-84) (Alfonso X 1555). E havia, para além disso, a tradição continental castelhana, que sempre anelava por domínio territorial compacto e se não comprazia nem com situações de soberania dúbia nem com presenças políticas descontínuas, como fôra a dos aragoneses no Mediterrâneo em finais da Idade Média e era a dos portugueses em Marrocos, em ambas as costas africanas e nas Índias.

Foram assim os Filipes quem procurou integrar no império as repúblicas de mercadores portugueses que até aí formavam uma espécie de “império sombra”, rival da empresa oficial, concedendo-lhes fôro de cidade: assim sucedeu em Macau em 1586 e em Meliapôr em 1606; apenas Negapatão resistiu com êxito às tentativas do vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares (1629-35), para integrar a povoação no Estado da Índia e erguêr aí uma fortaleza. Foi também no período filipino que a Corôa começou a nomear capitães para Solôr e Timôr.

Nêste aspeto a comparação entre o *Livro das plantas de tôdas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, compôsto em 1635 por António Bocarro e ilustrado por Pêro Barreto de Resende (pub. em Pereira 1937, tomo IV, vol. II, partes i & ii), e as obras congêneres da centúria precedente revela numerosas inovações: o Monomotapa declarara-se “irmão em armas del-rei de Portugal”, assim aceitando a sua suserania larvada;²⁴ sobre o modelo os prazos de Baçaim, os *moganos* da Zambézia haviam sido transformados em *prazos da Corôa*; nos fortes de Quelimane, Sêna e Tete havia agora capitães escolhidos e

23 Vide Pato & Rego 1880-1982; Rego & Baxter 1975, vol. VIII; Rego & Baxter 1989, vol. IX (nêste último as cartas missivas do Rei para o vice-rei da Índia são sistematicamente classificadas de “cartas régias”, o que é errôneo, pois *carta régia* é um documento em forma passado pela Chancelaria e não uma missiva).

24 Carta régia de Lisboa, 27.IX.1608, pub. in Rego & Baxter 1989, vol. IX, doc. 28, pp. 134 & sqq.

nomeados pelo de Moçambique, mas reconhecidos pela Corôa, embora não vençassem ordenado da Real Fazenda.

Sem embargo, o capitão da ilha continuava a ser um potentado económico em toda a zona: conservava o direito de enviar anualmente dez bares de mercadoria a Sêna, outros dez a Inhambane e outros dez ao Cabo das Correntes; e mantinha nas principais localidades feitores seus, para lhe feitorizarem a sua fazenda. Em comêços do século XVII Fr. João dos Santos viu carregar em Sofala, por conta de capitão Garcia de Melo, 100 bares (24.700 kg) de marfim, para o capitão de Moçambique, seu cunhado (Santos 1999, III, xiii, 282).

A despeito disso os capitães de Moçambique continuaram a pagar ao Monomotapa uma *curva* (espécie de tributo ou presente institucionalizado) para que consentisse aos portugueses comerciarem no seu reino, e o mesmo fazia o capitão de Sofala ao Quiteve (Santos 1999, I, xviii).

De facto, o incremento da presença política do Estado não se traduzira por um acréscimo de intervenção direta da Corôa no comércio, talvez antes pelo contrário: em 1593 o trato do ouro em Sofala e outros portos a que afluía fôra declarado livre e “comum a tôdos”; fôra em seguida concedido aos capitães de Sofala mediante o pagamento de 40.000 xerafins (12.000\$000 rs) pelo estanco; fôra em 1608 de novo adjudicado, agora a Rui de Melo de Sampaio,²⁵ nomeado capitão da praça. Dois anos mais tarde, no entanto, El-Rei, ao mêsmo tempo que concedia a D. Estêvão de Ataíde a conquista das minas do Monomotapa, abandonava a política de “portos fechados”, liberalizando de nôvo o trato do ouro nos Rios de Cuama, mediante o pagamento do quinto à Corôa;²⁶ e foi êsse o regime que perdeu pelo menos até à redação do *Livro...* de Bocarro e Resende. O comércio aurífero oscilou assim entre a concessão a adjudicatários e a abertura total apenas onerada pelos quintos, sem que aparentemente se tenha pôsto a hipótese de retomar a sua exploração direta, como nos velhos tempos de D. Manuel. A própria carreira anual de Goa a Moçambique, que trazia o provimento para as fortalezas, tradicionalmente feita em embarcações d’El-Rei, era agora geralmente vendida a particulares, ao prêço de 27.800 xerafins, ou seja, 8.340\$000.

Para lá do Zambeze, no reino do Quiteve e daí para sul, a presença portuguesa permanecia informal. Não havia fortes nem capitães; e sobre o trato do marfim parece jamais ter impendido qualquer estanco. Os portugueses estavam presentes como tratantes e, tanto quanto se sabe, não detinham domínios fundiários. Como atesta Frei João dos Santos (1999, I, vii), haviam obtido do Quiteve o privilégio de entrarem na sua côrte caminhando em pé, em vêz de gatinharem

25 Contrato de 19.XII.1608, pub. in Rego & Baxter 1989, vol. IX, doc. 29, pp. 134 & sqq.

26 Contrato de c. 1610, pub. in Rego & Baxter 1989, vol. IX, doc. 38, pp 210 & sqq.

até ao seu trono como seus súbditos eram teúdos a fazêr; mas deviam, como êstes, apresentar-se descalços e ao falar batêr as palmas a cada quatro ou cinco palavras. Pouco mais se sabe dêles.

Eram com certêza numerosos, pois, após a tomada da Zambézia em mãos pela Corôa, era o único espaço de liberdade que restava aos luso-africanos. Como aí não afluía ouro, o seu negócio principal era indubitavelmente o trato do marfim.

Fascinada pelo ouro do Monomotapa e pelas hipotéticas minas de prata que haveria em seu reino, a emprêsa oficial jamais se interessou sèriamente pelas prêsas de elefante. Não sabêmos se o fêz propositadamente, para deixar aos mercadôres privados algum espaço livre, se por mêro desinterêsse e falta de visão política.

Se se tivesse interessado a fundo pelo marfim, e tivesse logrado criar meios eficazes para assegurar o seu monopólio, teria sem dúvida podido reduzir o déficit da sua balança comercial com a Índia, agora compensado em prata do Novo Mundo – que embora menos vultôso do que em dias de Plínio o *Antigo* ou do doge Mocénigo, permanecia crónico.

Mas não há bela sem senão: uma vêz que o marfim se obtinha a trôco de têxteis indianos, as naus do Reino apenas o poderiam carregar à escala em Moçambique se houvesse sido prèviamente adquirido e depositado na feitoria – o que exigiria uma coordenação entre a Casa da Índia, em Lisbôa, a feitoria de Moçambique, na África Oriental, e as de Gôa, Chaul ou Diu na Índia, que a intermitência e lentidão das comunicações dificilmente poderiam assegurar.

E assim continuou o trato do marfim africano a constituir parte integrante do velho sistema comercial do Índico, em que os portugueses apenas se enxertaram, permanecendo, em relação à nova Rota do Cabo a que haviam dado início, alheio e marginal.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís, Maria Emília Madeira Santos, e Maria Luísa Oliveira Esteves (ed.). 1993. *Portugaliæ Monumenta Africana*, vol. I. Lisbôa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALBUQUERQUE, Luís, Maria Emília Madeira Santos, e Maria Luísa Oliveira Esteves (ed.). 1995. *Portugaliæ Monumenta Africana*, vol. II. Lisbôa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALBUQUERQUE, Luís, Maria Emília Madeira Santos, e Maria Luísa Oliveira Esteves (ed.). 2002. *Portugaliæ Monumenta Africana*, vol. V. Lisbôa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- ALFONSO X, Rey de Castilla. 1555. *Las Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el nono* [sic] *nuevamente glosadas por el Licenciado Grêgorio Lopez, del Consejo Real de Indias de su Magestad*, 3 vols. Salamanca: Andrea de Portonariis.
- ALI, Shanti Sadiq. 1995. *The African Dispersal in the Deccan, from Medieval to Modern Times*. Nova Delhi: Orient Longmann.
- ANDRÉ, Jacques, & Jean Filliozat. 1986. *L'Inde vue de Rome – Textes latins de l'Antiquité relatifs à l'Inde*. Paris: Les Belles Lettres.
- ARRIEN. 1968. *L'Inde*, texte établi et traduit par Pierre Chantraine. 3^a ed., Paris: Les Belles Letres.
- ASHTOR, E.. 1989. "The volume of Mediaeval Spice Trade." *Journal of the Economic and Social History of the Orient* XXXII, parte iii (Out.): 753-763.
- BOARDMAN, John, & Michael Vickers. 1996. "Ivory." In *The Oxford Classical Dictionary*, ed. Simon Hornblower & Antony Spawforth, s. v.. 3^a ed., Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press.
- CAMINHA, António Lourenço de. 1807. *Ordenações da India do Senhor Rei D. Manoel, de eterna memória, Informação Verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo Cosmographo Indiano Manoel Godinho de Eredia e Cartas em lingoagem Portuguesa de D. Jeronymo Osorio* (...). Lisboa: Impressão Regia.
- CHRYSOSTOM, Dio. 1951. *Discourses 61-80, Fragments & Letters*, with an English Translation by H. Lamar Crosby. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classic Library, Harvard University Press, 1951 [Complete Works, vol. VI].
- CNIDUS, Agatharchides of. 1989. *On the Erythraen Sea*, translated from the Greek and edited by Stanley M. Burstein. Londres: Hakluyt Society.
- FELNER, Rodrigo José de Lima. 1868. *Subsídios para a Historia da India Portuguesa* (...). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. 1903-1916. "Cartas de quitação de D. Manuel I." In *Archivo Historico Portuguez*, dir. Freire, Anselmo Braamcamp Freire & José Pessanha, Vol. I, 94-96, 163-8, 200-8, 240-8, 276-88, 328, 356-68, 398-408; 447-48; Vol. II, 34-40, 74-80, 158-60, 232-40, 349-60, 421-42; Vol. III, 75-80, 155-60, 237-40, 313-20, 385-400, 471-80; Vol. IV, 72-80, 237-40, 282-88, 364-8, 439-48, 474-80; Vol. V, 73-80, 156-60, 235-40, 442-6, 472-80; Vol. VI, 76-80, 155-60; Vol. VIII, 76-80, 391-414; Vol. IX, 433-70; Vol. X, 1-16. Lisboa: Typ. Calçada do Cabra (reimp. Anastática de 2001, Santarém: Câmara Municipal de Santarém).
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1963-65. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols. Lisboa: Arcádia.
- HAZLITT, William. 1995. *The Classical Gazetteer – A Dictionary of ancient Sites*. Londres: Senate, Studio Editions [1^a ed. Londres, 1851].
- INDICOPLEUSTÈS, Cosmas. 1973. *Topographie Chrétienne*, introduction, texte critique, illustration, traduction et notes par Wanda Wolska-Conus, tomo III. Paris: Éd. du Cerf, Sources Chrétiennes.

- KNABE, Wolfgang, & Dieter Noli. 2012. *Die versunken Schätze der Bom Jesus: Sensationsfund eines Indienseglers aus der frühzeit des Welthandels*. Berlim: Nicolai Verlag.
- LAZENBY, John F. 1996. "Elephant." In , ed. Simon Hornblower & Antony Spawforth, s. v. 3ª ed., Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press.
- LOBATO, Alexandre. 1960. *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, livro III, Aspectos e problemas da vida económica de 1505 a 1530. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LOBATO, Alexandre. 1962. *Colonização Senhorial da Zambézia*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- LUZ, Francisco Mendes da. 1953. "Livro das Cidades e Fortalezas que a Corôa de Portugal tem nas partes da Índia e das capitanias e mais cargos que nelas ha e da importancia delles." *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXI: 1-144.
- MAS'ŪDĪ. 1965. *Les Prairies d'Or*, traduction française de Barbier de Meynard et Pavet de Courtelle, revue et corrigée par Charles Pellat, tome II. Paris: Société Asiatique.
- MATOS, Artur Teodoro de. 1982. *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: Estrutura Administrativa e Económica. Alguns elementos para o seu estudo*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MATOS, Artur Teodoro de. 1999a. "A Importância do Brasil no Império Colonial Português." *Revista Portuguesa de História* XXXIII: 95-111.
- MATOS, Artur Teodoro de. 1999b. *O Orçamento do Estado da Índia, 1571*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Centro de Estudos Damião de Góis.
- MATOS, Artur Teodoro de. 2003. *O orçamento do Estado da Índia de 1588*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- MATOS, Artur Teodoro de. s/d. *Sistema Tributário e Rendimento Fundiário de Goa no século XVI*. Salamanca: Universidad Salamanca, Estudios Históricos & Geográficos.
- NEWITT, Malwyn. 1997. *História de Moçambique*. Lisboa: Pub. Europa-América.
- ORTA, Garcia de. 1891. *Coloquios dos Simples e Drogas da Índia*, por..., edição pub. por deliberação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PATO, Raymundo Antonio de Bulhão, e António da Silva Rego. 1880-1982. *Documentos Remettidos da Índia ou Livros das Monções*, 10 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias & Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PAUTHIER, M. G. (éd.). 1865. *Le Livre de Marco Polo – citoyen de Venise, Conseiller Privé et Commissaire Impérial de Khoubilai-Khân*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cª.
- PEREIRA, A. B. de Bragança. 1937. *Arquivo Português Oriental (nova edição)*, tomo IV, volume II, partes i & ii. Bastorá (Goa): Tipografia Rangel.
- PEREIRA, Maria Helena Rocha (ed.). 1989. *Pausaniae Graeciae Descriptio*, vol. I (libri I-IV). Lípsia: Teubner Verlagsgesellschaft.

- PHOTIUS. 1962. *Bibliothèque*, texte établi et traduit par René Henry, tome III (Codices 186-222). Paris: Les Belles Lettres.
- PIRES, Tomé. 1947. *The Suma Oriental of... (...) and the Book of Francisco Rodrigues (...)*, translated from the Portuguese MS (...) and edited by Armando Cortesão, 2 vols.. Londres: Hakluyt Society [reimp. Kraus Reprint, Nendeln, Liechtenstein, 1967].
- PISSURLENCAR, Panduronga S. S.. 1951. *Regimentos das Fortalezas da Índia*. Bastorá (Goa): Tipografia Rangel.
- PLINE l'Ancien. 1980. *Histoire Naturelle, livre VI, 2^e partie*, texte établi, traduit et commenté par J. André et J. Filliozat. Paris: Les Belles Lettres.
- PLINY. 1942. *Natural History, with an English translation by H. Rackham*, Volume II: Books 3-7. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library (352), Harvard University Press.
- PLINY. 1945. *Natural History, with an English translation by H. Rackham*, Volume IV: Books 12-16. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library (370), Harvard University Press.
- PRAKASH, Om. 2004. *Bullion for Goods – European and Indian Merchants in the Indian Ocean, 1500-1800*. Nova Delhi: Manohar.
- RADULET, Carmen, & Luís Filipe F. R. Thomaz. 2002. *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*. Lisbôa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- RANGLES, W. G.. 1975. *L'empire du Monomotapa du XVI^e au XIX^e siècle*. Paris: Mouton (versão inglesa: s/d, *The Empire of Monomotapa*. Zimbabwe: Mambo Press).
- REGO, António da Silva, e T. W. Baxter (ed). 1962. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. I. Lisbôa: National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- REGO, António da Silva, e T. W. Baxter (ed). 1971. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. VII. Lisbôa: National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- REGO, António da Silva, e T. W. Baxter (ed). 1975. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. VIII. Lisbôa: National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- REGO, António da Silva, e T. W. Baxter (ed). 1989. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. IX. Lisbôa: National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- RIBEIRO, Luciano. 1954-55. *Registo da Casa da Índia*,... introdução e notas do Prof.... Lisbôa: Agência Geral do Ultramar.
- RULE, Henry, and Henri Cordier (ed.). 1903. *The Book of Marco Polo, the Venetian concerning the Kingdoms and Marvels of the East*. 3^a edição, Londres: John Murray (réimp. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 1993).

- SANTOS, Fr. João dos. 1999. *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, coordenação da fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Vieira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SICULUS, Diodorus. 1933. *Library of History*, with an English Translation by C. H. Oldfather. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library, Harvard University Press.
- STRABO. 1930. *Geography*, with an English Translation by Horace Leonard Jones, vol. VII, book 16. Cambridge (Massachusetts) & Londres: Loeb Classical Library, Harvard University Press.
- THE Periplus of the Erythraean Sea*. 1980. Translated and edited by G. W. B Huntingford. Londres: Hakluyt Society.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1994. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Difel.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1998. *A questão da pimenta em meados do século XVI – Um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2011a. “A Forgotten Portuguese Document of the Economic History of Gujarat.” In *Gujarat and the Sea*, ed. Lotika Varadarajan, 315-350. Ahmedabad: Dharshak Itihas Nidhi.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2011b. “The Portuguese control over the Indian Ocean and the Cartaz system.” In *Os Mares do Oriente – A presença portuguesa circa 1507: Actas – X Simpósio de História Marítima*, 267-336. Lisboa: Academia de Marinha.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2015. “Ainda a Reforma Ortográfica.” *Brotéria – Cristianismo e Cultura* 181, nº 4 (Nov.):379-393.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2016. *La Expansión Portuguesa: un prisma de muchas caras*. Bogotá: Universidad de los Andes
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2018a. “O sistema das viagens e a rede portuguesa na Ásia Oriental.” *Anais de História de Além-Mar* XIX: 53-86.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2018b. *L'expansion portugaise dans le monde, XIV^e-XVIII^e siècles – Les multiples facettes d'un prisme*. Paris: Chandeigne.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2018c. *O Tesouro do Bom-Jesus*. Lisboa: Academia de Marinha.
- TRACEY, Hugh. 1940. *António Fernandes, descobridor do Monomotapa – 1514-1515*, tradução portuguesa e notas por Caetano Montez. Lourenço Marques: Arquivo Histórico de Moçambique.
- WARMINGTON, E. H.. 1974. *The Commerce between the Roman Empire and India*. 2ª ed., Delhi: Vikas Pub. House.

The Portuguese, East Africa and Coastal Western India: A Study on the Changing Patterns of Trade, 1500-1750

PIUS MALEKANDATHIL

Professor CHS, JNU, New Delhi 110067

Moçambique, together with the chain of ports along eastern Africa, had long been an integral part of the circulatory processes in the western Indian Ocean because of being the major supplier of bullions, ivory and slaves in return for Indian textiles. The Portuguese on their entry into the waters of Indian Ocean incorporated this strand of trade between India and Moçambique within the larger frames of their commercial endeavours in the East. The great demand for gold in Asian and European markets prompted the Portuguese to keep control over Moçambique, which was also one of the major doors for the entry of Monomotapan gold to India. Meanwhile the availability of fresh water and food stuffs in the region gave an added reason for the Portuguese to develop Moçambique as the intermediate hub between Lisbon and Goa. When the Portuguese realized that what was needed in the spice ports of Malabar was bullions for the purchase of pepper, they tried to control the major gold yielding ports of east Africa for buying the spices of Malabar. In this process, the Portuguese formulated a spatial administrative structure of trade in the Indian Ocean by making initially the pepper port of Cochin as their capital and core centre (1505) and the gold-yielding ports of Sofala (1505) and Moçambique (1507) as their supportive economic base for their evolving system of trade. But with the conquest of Goa (1510) and its eventual conversion into the capital of *Estado da India* (1530), a new axis of trade was made to evolve in the Indian Ocean in which the ports of east Africa got intrinsically connected with Goa and its supplementary ports of Chaul, Bassein,

Diu and Daman. As Indian textiles were vital to buy gold, ivory and slaves from east Africa, the trade of Moçambique and other Swahili ports was tied up with the textile ports of Gujarat and Konkan. At different junctures of time, a variety of commercial experiments were conducted as to mobilize the trade of east Africa, ranging from crown monopoly to free trade, and also from the monopoly trade of the captain of Moçambique to the company trade of Diu banias and the endeavours of *junta* of commerce. Consequently, different groups got incorporated into Afro-Indian trade changing considerably the very social composition of the Indo-Moçambique traders with major constituents being drawn from the supportive mercantile groups of the *Canarins* and the Saraswat Brahmins of Goa, the Banias of Diu and the Muslims of Daman. The central purpose of this paper is to look into the plurality of ways how trade was conducted between East Africa and India, particularly at a time period when the Portuguese bridged the markets of both the geographies through their commercial and political networking. It also examines the ways how the Indian traders managed to emerge as merchant magnates controlling considerably the systems of trade and credit in Moçambique.

1. Early Phase of Afro-Indian Trade

Traders from coastal western India had been frequenting the markets of Swahili city states (Swahili meaning people of the coast) and Southeast Africa for procuring gold from time immemorial. The major Swahili city-states were Mogadishu and Barawa in Somalia; Pate, Melinde and Mombasa in Kenya; Pemba, Zanzibar and Kilwa in Tanzania; Angoche, Sofala and Inhambane in Moçambique in the far south (Pearson 1998, 2-48). With the introduction of Islam in these city states by eleventh century, there evolved some sort of commonality among these city states with Islam and its faith-related practices and travels giving a sense of cohesion among them. Since Islam as a belief system then required a dress culture that made its adherents cover their entire body, there was a huge demand in east Africa for Indian textiles along with the fast expansion of this religion from coast to the interior. The increasing demand for Indian textiles, particularly the Gujarati textiles, from the markets of east Africa went hand in hand with augmented demand in India for gold, ivory and slaves from east Africa. At a time when wealth and ability to mint gold coins decided the political stature and position in the hierarchy of power, there was a huge demand in India for gold from Africa for minting the most valued gold coins in the kingdoms of Vijayanagara,¹ Cali-

1 From the time of Hari Hara I (1336-1356) onwards we find the Vijayanagara rulers issuing gold coins called *pagoda* or *gadyana*.

cut,² Gujarat, Bahmani (Cordington 1898) and Delhi Sultans³ in the fourteenth and fifteenth centuries. For several centuries, Monomotapa was a major source for gold for the Indian traders taking textiles to African markets. Concomitantly there was also the high demand for African slaves in many of these power terrains of India, where they were used as cheap labour force. An oligarchy of mercantile families administered Mogadishu, Merka and Brawa which were the major cities located along the Banadir coast and had linkages with Islamic mercantile settlements bordering the India Ocean including India (Sinclair and Hakansson 2000; Newitt 1999, 203; Newitt 1995). Kilwa was an important nodal centre for gold trade on the eastern coast of Africa. Sofala, which was a major centre for transit trade in gold coming from the inland and also was a base for merchants traveling to the periodic markets in the interior, was linked with the Indian marts extending up to Cambay (Barbosa 1996, vol. I, 69, 72).⁴ River Zambesi facilitated inland navigation as far as 300 miles and gold and ivory from eastern Africa were taken to India in return for beads, cloth and ceramics (Newitt 1999, 206-7). Ibn Batuta who visited most of these port cities around 1331 refers to the gold dust being brought to Sofala (Batuta 2007, 112). Duarte Barbosa writing in the first decade of the sixteenth century says that there were many Gujaratis living in the city of Melinde and refers to a lot of rice, millets and other wares from Cambay being transacted in the city-market and a great quantity of merchandise being carried to India from this African city (Barbosa 1996, vol. I, 75-6).⁵ He also speaks of the traders from inland terrains who used to carry gold up to Sofala and gave it to Muslim merchants in return for coloured cloths and beads, which came from Cambay (Barbosa 1996, vol. I, 56). The traders from Calicut also used to frequent Kilwa for obtaining gold and other wares.⁶ Similarly several segments of Indian traders were attracted to the Mrima coast, which was the heartland of Swahili culture and had a long chain of cities like Lamu, Melinde, Mombasa and Kilwa.⁷

2 The gold coin of Calicut in the fifteenth century was called *panam*.

3 Gold coins were regularly minted by the Sultans of Delhi, though they became scarce after Firoz Shah Thughlaq.

4 For earlier perception of the trade of the region see Greenlee 1995, 44, 51, 61-8, 128, 156.

5 See also Pires 2005, vol. I, 46.

6 It was from these merchants from Calicut that the ruler of Kilwa got information about Portuguese attacks on Calicut and its Muslim traders. See Correia 1921-1922, 273.

7 It was one among such sailors and traders who acted as a pilot to guide Vasco da Gama in his first voyage (1498) from Melinde to India. See Barros 1945-1946, *Década I*, Parte I, liv. iv, cap. vi; liv. v, cap. iii.

2. The Portuguese and the Re-Orientation of Commerce

It was upon the foundations of the Arab and Swahili trade that the Portuguese grafted the structures and the institutions of their politico-commercial enterprise in east Africa. The coast-wise trade that the Arabs and the Swahilis conducted earlier was incorporated into the larger frames of Portuguese commerce by making it a 'protection based enterprise' (Barendse 2002, 330). In the evolving system of trade that the Portuguese introduced in the Indian Ocean made them to bring under control those ports of eastern Africa that used to supply gold in plenty, with the intention of balancing the deficit of trade in spices in the ports of Malabar. At a time, when Portugal was desperately looking for bullions and other right types of merchandise for procuring spices from the marts of Kerala (Couto 1973-1975, *Década IV*, liv. X, cap. Iv; Pato 1884, tomo I, 21), it was imperative in scheme of affairs of the Portuguese crown to capture and keep under its control the main gold supplying ports of Sofala and Kilwa. In fact, control of various spice ports of Kerala went hand in hand with the chain of conquests and extension of Portuguese authority over major gold-supplying ports of Swahili coast. This is evident in the logic of the initial geographies chosen in 1505 for the establishment of fortresses in the Indian Ocean like the pepper ports of Cochin as well as Cannanore and the gold-yielding ports of Sofala, Kilwa and later Moçambique (1507) (Subrahmanyam 1993, 72; Cortesão 1978, 1421). This dual trade axis of the initial period linking east Africa's gold trade with Kerala's spice trade led to considerable flow of east African gold to Cochin for the purpose of buying pepper. Vitorino Magalhães Godinho says that the Portuguese, who used to obtain gold peacefully from Sofala in 1501 and 1502, started introducing forced monopoly and coercion from 1505 onwards with the coming of Francisco da Almeida (Godinho 1984, vol. I, 192-4), who was the pioneer in developing gold-spice trade axis. In 1507 the ship *Rainha Belem* took to Malabar ports about 4000 *miticais* of gold from Sofala (Godinho 1984, vol. III, 9). The value of annual average of gold taken to Cochin and Goa by the Portuguese in the early decades of the sixteenth century was 12,000 to 29, 000 *cruzados*, out of which the flow of gold from Sofala, Kilwa, Melinde and Mombasa was considerably significant (Godinho 1984, vol. III, 89, 190-7). Duarte de Lemos in his letter to king Manuel in 1508 refers to the large volume of gold supply from Sofala and the other ports of east Africa.⁸ Initially the Portuguese used to gather at Cochin textiles coming from Gujarat for the purpose of taking them to Moçambique while making their

8 Letter of Duarte de Lemos to king Manuel, dated 30.09.1508, ANTT, *Corpo Cronologico*, I, Maço 7, doc. 47, fols. 10-12.

return voyage to Portugal, thus setting the foundations of a triple commodity axis of textiles-gold-spices (Lobato 1995, 161).

In 1510 when Goa was occupied, the Portuguese had the intention of controlling the thriving Gujarati trade in textiles (Barros 1945-1946, *Década* II, liv. 5, cap. viii; Castanheda 1924, tomo I, liv. 3, cap. vii, 211-2; Correia 1923-1925, 393-5; Penrose 1960, 39-40), which was extended all over the Indian Ocean including east Africa. But they eventually realized that possession of mere Goa alone would not suffice to control Gujarat's trade with Africa as Gujarati textiles continued flowing in considerable volume to eastern African ports in return for gold and ivory, with the collaboration of Indian merchants, Arab Muslim commercial intermediaries and the Swahili traders.⁹ It was against this background that the Portuguese tried to move northward to conquer and control the major textile ports of Konkan and Gujarat. Initially they occupied the textile port of Chaul from the sultan of Ahmednagar in 1521 (Correia 1923-1925, 659-61; Cunha 1876, 3, 60-5), and shortly afterwards they grabbed Bassein (1534) (Correia 1923-1925, 689; Pissurlencar 1951, 302), Diu (1535) (Correia 1923-1925, 622-4)¹⁰ and Daman (1559) (Couto 1973-1975, *Década* VII, liv. 3, cap. i-iii), the three major textile ports of Gujarat from the Muzaffarid ruler. In fact, Bassein and Diu were occupied in return for the Portuguese support for the Muzaffarids against the expanding Mughals. Corresponding to the occupation of major textile trade centres of Gujarat and Konkan, there was a concomitant attempt on the part of the Portuguese to tighten their hold over the trade emanating out of east Africa, as well. Though the fortress of the gold trading port of Kilwa was abandoned in 1512 (Subrahmanyam 1993, 72; Cortesão 1978, vol. VI, 1421), the Portuguese established by 1530s a chain of trading stations from Kilwa and down the coast for procuring gold and ivory on a large scale (Newitt 1999, 209). With Goa emerging as the seat of *Estado da Índia* in 1530 (Godinho 1984, Vol. I, 34), east Africa came under the control of Goan authority, which enabled and facilitated later several *Canarins* and their collaborators to move over to east Africa to participate in its economic activities in different capacities. This was the time, particularly from 1530s onwards, when the Portuguese were expanding slowly into the interior occupying the pre-existing Muslim dominated bazaars and economic sites along Zambesi river and in course of time some large scale bazaars like Sena and Tete became *feiras* or fairs (Pearson 1998, 148), where

9 In 1513 Simão Miranda, the captain of the fortress of Sofala, complains about the Gujarati vessels moving towards the coastal cities of eastern Africa. In 1518 the Gujarati vessel was seen near Melinde taking ivory and copper, besides carrying many Muslims. See Ferreira 1985, 619.

10 See Simão Botelho, 'Tombo do Estado da Índia,' published in Felner 1868, 220-3.

several Indians including the *Canarins* eventually made significant presence. In 1530s it was decided that the customs duty on the various categories of cloth taken to Moçambique and Sofala should be paid at Chaul, where the African ivory was also to be sold in return. This was obviously to give economic stimulus to the emerging Portuguese settlement of Chaul, which was in the recent past obtained from the ruler of Ahmednagar, but intrinsically connected with the weaving villages of Deccan. In the second half of the sixteenth century, annually two fleets used to go from Chaul to Moçambique and the ports of east Africa (Lobato 1995, 162).

Meanwhile the frequency with which Moçambique was visited by Portuguese vessels during the course of their onward and return journeys between Lisbon and India for the purpose of taking fresh water and provisions and the rich availability of safe water space for the sheltering of large vessels during the tempestuous Monsoon season in the Indian Ocean made Moçambique to evolve as an important possession of the Portuguese in east Africa.¹¹ Though Moçambique, was often called 'the cemetery of the Portuguese' because of the large number of deaths happening there due to recurring pestilences or tropical diseases,¹² its importance got augmented with the increasing expansion of commerce and in course of time the Portuguese eventually expanded their power and control from the tiny island of Moçambique to its vast hinterland in different degrees.¹³

-
- 11 Documents repeatedly speak of vessels taking shelter in Moçambique during Monsoon season. For example see ANTT, *Corpo Cronológico* I, maço 71, doc. 14; *Corpo Cronológico* I, maço 80, doc. 114; ANTT, *Corpo Cronológico* I, maço 86, doc. 89. In this process we find many from Portugal remaining in Moçambique for a considerable span of time, as the bishop Martinho de Dume who remained in Moçambique for almost one year. ANTT, *Corpo Chronologico* I, maço 27, doc. 95.
 - 12 Right from 1517 on wards we get lists of many who died in Moçambique and Sofala. The document of 1540 gives a long list of those who died between 1517 and 1519 in Moçambique and Sofala. See ANTT, *Corpo Cronológico*, II, Maço 232, doc. 59, published in Wicki 1985, 7. See also Laval 2000, vol. II, Part I, 225. Mozambique island was so unhealthy that several hundreds died in its hospital.
 - 13 For the purpose of getting access to the distant interior places, relations were established over a period of time with local Muslim mercantile groups and those chiefs who controlled the inland trade routes including the ruler of Kiteve, who controlled the vast terrains stretching from Manica mountains to the sea, the ruler of Makuani and the Muslim mercantile intermediaries residing in the coastal towns and their neighbourhood. In this process recurring efforts were made by the Portuguese to keep these local politico-economic actors in good humour and incorporate them as to play the intermediary roles for their commerce (Pearson 1998, 95-7).

The active intervention of the Portuguese in 1540s along the coast of east Africa was to stimulate the trading activities to their favour¹⁴ and we find the commercial voyages to Moçambique from Goa being recurrently mentioned in the documents after 1540s, besides crown trade.¹⁵ In December 1546, we find Bartolomeo Alvarez travelling to Moçambique with a ship carrying 50 pieces of textiles (Baião 1925, 298). Ivory was one of the chief items that the ships used to bring back from Moçambique to Goa, as we find in the letter of Antonio d'Abreu in 1544.¹⁶ In order to activate the trade and artisanal activities in Goa, the *casados* were clamouring for Moçambique's direct trade in ivory with the capital city of the *Estado da Índia*. Thus João de Lima, the clerk of the Moçambique ship involved in crown trade writes on 5th November 1547 that as the captains used to sell the best ivory in Bassein and Chaul and brought the worst ones to Goa for the crown trade, the authorities should issue necessary orders to the Moçambique ships to travel directly to Goa.¹⁷ Slave trade with India had also got momentum by 1550s and Pe. Luis Frois S.J. writing in 1552 refers to about 200 slaves who were taken from Moçambique and got drowned in a ship-wreck.¹⁸ For want of sufficient quantifiable data for slave trade between east Africa and India, this piece of information would tentatively show the number of slaves taken per ship from Moçambique to India in the middle of the sixteenth century.

Clothes of different varieties and textures were taken from Gujarat and coastal western India to east Africa, which yielded considerable profit to the traders. In 1519, which marked the initial years of the Portuguese controlled trade, the Indian textile item called *bertangi*, whose price was 100 *pardaos* at Diu was sold at 1800 in Sofala, while *macaceras* purchased at Diu for 100 *pardaos* was sold at 840 in Sofala. Meanwhile the varieties of *cotonias* and *teadas* (both purchased at 100 *pardaos* in Diu) were sold at 1100 each in Sofala, but the textile item of *sabones* was sold at 1200 in Sofala. During this period the ivory from Africa was sold in Cambay at a price six times higher than at its original source

14 Letter of João de Sepulveda to king. ANTT, *Corpo Chronologico* I, maço 72, doc.87.

15 For details of such Moçambique voyages granted as a way of remunerating the meritorious personalities see *Registo da Casa da Índia de todas as merces de 1512-1629 por Antonio de Torres no mesmo anno copiado do proprio original* (Biblioteca Cadaval, Lisboa), 68 (Ruy de Pina in 1540); 73 (Lopo Pinto in 1541); 91 (Andre Pereira in 1547). Similarly, we find Cyde de Sousa getting the right to conduct Moçambique voyage in November 1546 in remuneration for his participation in the efforts to lift the Ottoman siege on Diu. See Baião 1925, 300. For further references to Moçambique voyages during this period see Rivara 1992, fasciculo 5, 102, 119.

16 ANTT, Cartas de Goa a D. João de Castro, 106; Schurhammer 1962, n°1307, 88.

17 ANTT, Cartas de Goa a D. João de Castro, 106; Schurhammer 1962, n°3429, 224.

18 Schurhammer 1962, n°4923, 348-9.

(Lobato 1995, 170). However with the intensified commerce in the succeeding decades, there evolved a long chain of weaving and textile manufacturing centres in the neighbourhood of Goa, Chaul, Bassein, Diu and Daman supplying different varieties of cloth to meet the requirements from east Africa and eventually with higher supply, the price of Indian textiles came down in the African markets. However, in the interior where the Gujarati textiles were in high demand, the price was still relatively high. Thus in 1573 the Gujarati textile variety known as *bertangis* which was purchased at 100 *pardaos* was sold at 250 at Senna and at 500 at Malawi and Monomotapa (Lobato 1995, 168, 170). These data also show that though the amount of profit for the carriers of the cargo from India continued to be high, it started dwindling with the intensification of supply of textiles from different ports of coastal western India in east Africa within the frames of Portuguese controlled commercial system.

As most of the commodities of east Africa had more demand in India than in Europe, private trade started thriving considerably between coastal western India and eastern Africa. The crown's efforts to control this traffic did not succeed and eventually the crown stepped down from being a merchant monarch and in 1585 the crown handed over to the captains of Moçambique fortress the right to lease the monopoly trade in gold and ivory to the captains of the forts and ships (Antunes and Lobato 2006, 101; Lobato 1996, 169-97). This was also the time when the Portuguese crown handed over the other types of monopoly trades including the pepper trade to the German business houses, because of the deep financial crisis that the Lusitanian treasury then faced (Malekandathil 1999, 75-111). Commercial voyages from Goa to Moçambique were being sold to the Portuguese merchants of Goa traveling to procure ivory, slaves and gold from Zambesi valley or from the coastal region of Sofala and this money was used by the captains of Moçambique to cover the daily expenses of the fortification, besides those of the hospital and magazine that were set up for the sailors from Lisbon moving towards India (Newitt 1999, 210; see Laval 2000, vol. II, Part I, 224). In 1591 the crown had opened up gold trade to all, although four years later it was closed again (Pearson 1998, 142). During this interval time, as we know from the letter of king in 1595, a lot of Banias and non-Christians started moving from India to Mozambique and east Africa for the purpose of trade of different nature (Rivara 1992, fasciculo 3, 540-2).

Linschoten in 1580s attests to the frequenting of Moçambique by Indian vessels and the availability of Indian rice in its marts. He also says that the vessels carrying gold, slaves and ivory used to sail from Moçambique to India usually in the months of August-September taking normally 30 days for travel (Linschoten 1997, 25, 27). Pyrard de Laval also speaks of the large flow of slaves, besides

ivory and ebony, to Goa from Moçambique in the beginning of the seventeenth century (Laval 2020, vol. II, Part I, 224). He writes: "...all their (Portuguese settlers of Moçambique) provisions must come from Goa... every year the viceroy of Goa sends thither (Moçambique) a number of vessels charged with Indian and Portuguese goods, which return with slaves, ivory, ebony, and a quantity of purified gold that is found in the rivers... From Mazambic they carry some vastly pretty mats to Goa, and all the merchandise that comes thence is exceeding cheap" (Laval 2020, vol. II, Part I, 231-2). By the end of the sixteenth century the volume of African ivory taken to India was about 40,000 to 50,000kg (Lobato 1995, 168). Gold from Monomotapa formed one of the most value-intense cargo that was taken to India by these traders. The income details of the Portuguese fortress of Diu also refer to the entry of gold in considerable degree in Diu from Moçambique and Melinde during this period (Matos 1999b, 79, 85-6). Vitorino Magalhães Godinho holds the view that by 1591 the gold export from Southeast African markets was about 716 kilograms (Godinho 1984, vol. I, 207).

Gold export to Goa from East Africa (Godinho 1984, vol. I, 204-7)¹⁹

Year	Gold in kg
1585	573
1591	716
1561	850
1610	850
1667	1487

These data show that gold flow from east Africa to Goa was only about 7-8% of what later used to go from Brazil to Portugal during 1712 and 1755. During the period of intensified gold-mining in Brazil, the annual average export trade of gold from Brazil to Portugal was about 10, 000 kg. (Cross 1983, 416-8). Before the discovery of Brazilian gold, the Portuguese had to depend solely upon the gold from east Africa for their transactions in India. For the purpose of obtaining gold, the Portuguese tried to reach out to the hinterland of the ports of Sofala and Moçambique and also attempted to control the routes through which gold

19 However, gold export from Spanish America in the sixteenth century was larger than the flow of African gold. In 1510 about 900 kg was exported per year, which increased to 2500 kg. in 1540s and 4300kgs. in 1550s. See Vilar 1976, 103-4.

used to move. In the process of ensuring regular supply of gold, they also used to continuously negotiate with the Makua rulers, the long-distance internal trading group of the Yao, the authority structure of Mutapa, the Muslim mercantile intermediaries, the Shona speaking gold-collectors within Mutapa state and others (Pearson 1998, 99).²⁰ With the increasing demand for African gold in India, there eventually appeared an increasing trend to falsify gold sold in return for the Indian textiles in east Africa. In contrast to the accounts of the late sixteenth century attesting to the high quality and purity of gold obtained from this region (Sasseti 1995, 39), there began to appear repeated allegations from 1640s onwards against the falsification of east African gold and dilution of its purity by adding brass to it (Kohli 2010, 68-77). Along with gold, ivory formed another major commodity that was taken for trade in the ports of coastal western India.

Ivory exports from Sofala and Moçambique²¹

Year	Ivory in kg.
1520	23, 000
1546	121,000
1552	39,000
1609	44,000
1679	110,000

The table shows that there was a huge flow of ivory from east Africa, out of which a considerable chunk entered India for making bangles and ivory –inlaid objects. As an elephant tusk normally weighed between 20 and 40 kgs., its transportation was rather difficult and costlier, when compared with gold (Pearson 1998, 83-4). Though gold was the most preferred commodity in Indian markets, ivory and slaves also formed significant commodities imported from east Africa. Its price was also relatively high in India. In 1506, ivory, which was valued at 15 *maticals* of gold the quintal in Kilwa and Sofala was sold in Cambay at a price between 80 and 100 *maticals* of gold the quintal (Pearson 1998, 86).²²

20 The relationship with these various segments was not always cordial. The Portuguese even tried to attack the Mutapa state in 1570s and 1620 s for driving out the Muslim traders and taking control of its gold. See Pearson 1998, 141.

21 P. F. Thorbahn, as quoted by Pearson 1998, 48.

22 By 1530s the price of ivory was 30-40 *maticals* in Sofala, but 120 *maticals* in Malindi. For details see Lobato 1960, vol. III, 361.

The presence of the Portuguese considerably got increased in east Africa from the last quarter of the sixteenth century onwards.²³ On the one hand the Portuguese expanded the Africanized institution of the *prazos* along the lower Zambesi valley, loosely tying it with the official Portuguese presence in Moçambique. The extension of the land-centric system of *prazeiros* up the Zambesi valley was almost concomitant to the establishment of smaller Portuguese commercial enclaves at Sena, Tete and the areas neighbouring Moçambique. On the other hand the increasing threat from the Ottomans on the northern coast made the Portuguese take efforts to protect their trading interests in coastal east Africa, which finally led to the establishment of the grand fort Jesus in Mombasa in 1593 (Pearson 1998, 99). Eventually east Africa was gaining greater prominence both in the commercial and political life of western Indian Ocean.

3. Expansion of Trade, Indian Collaborators and Nature of Circulation

A wide variety of Indian textiles and mercantile groups used to move to east Africa through the Portuguese maritime doors of Goa, Chaul, Daman and Diu. In 1611 the price of *bertangi* in Gujarat was 100 *xerafins*, which was priced at 200 *xerafins* at Goa, and 620 *xerafins* at Monomotapa (Lobato 1995, 170), which information is also indicative of the profit accrued at different markets. It has been reported in 1634 that 14, 000 *corjas* (equivalent to 700 *bahars* or 2,80,000 pieces) of cloth that were bought at Goa for 2,64,000 *xerafins* were sold at 1, 270, 000 *xerafins* in Moçambique. The exchange rate between gold and cloth was 10 *miticais* of gold for one *corja* of textiles (Kohli 2010, 57). These details show that price of Indian cloth was very high in African markets, suggesting the huge profit bagged out of this trade.

Commercial voyages with Indian textiles were taken up in the beginning of the seventeenth century by Indian and Swahili sailors, Goan Christians often referred to as *Canarins* and the Portuguese settlers of the island of Moçambique. In 1640s Moçambique became one of the most preferred destinations for the commercial voyages made from Cochin. We find the city of Cochin requesting the Portuguese crown for two commercial voyages to Moçambique. In the reply that the city received conceding its request, the crown refers to the large number of applicants waiting for voyages to that commercial destination.²⁴ In 1653 the

23 In 1580s there were 800 Christians in Sena, out of whom 50 being Portuguese and 600 Christians in Tete with 40 Portuguese. There were 600 Christians in Sofala and a total of 2000 Christians in Mozambique. Joao dos Santos, quoted by Pearson 1998, 145.

24 ANTT, *Documentos Remetidos da Índia*, liv.61, fols. 113-4; Malekandathil 2001, 220.

rector of Jesuit College of Cochin also asked the crown for a commercial voyage to Moçambique, which was conceded in 1654.²⁵ This type of commercial voyages were materialized only with the involvement of different categories of traders and commercial collaborators at different levels both in India as well as Africa

Usually the number of big vessels going to Moçambique annually was two to three from Goa and one to three each from Chaul and Diu. There used to be normally one to three big ships annually going to Mombasa from Goa, as well (Barendse 2002, 347). In 1620s the *Carreira da Moçambique* (the fleet going to Moçambique for commerce) consisted of 6 to 10 vessels (Lobato 1995, 162). Textiles and other wares taken from India to east African markets were purchased by the Portuguese *casado* merchants of Moçambique or the Indian brokers at Senna or Tette, who used to do the retail business in the local markets; the latter principally along the river Zambesi. The Portuguese were allowed to barter these goods at the Dela Goa Bay and Querimba. Some of the mercantile teams, that used to take cargo into the hinterland almost 100 miles away from the coast, even consisted of 6 to 8 Portuguese men, a large number of indigenous collaborators from Moçambique as well as 25 to 30 *lascarins* from Goa (Barendse 2002, 22, 338, 348).

In 1571 the tax income from textile trade in Goa was 12110 *pardaos* (Matos 1999a, 57-60). Textiles used to reach Goa mainly from across the ghat, particularly from Bijapuri territories as well as from the terrains of erstwhile Vijayanagara kingdom. Belgaum and Darwar were the main cotton producing enclaves in the kingdom of Bijapur (Ramaswamy 1985, 6). However, the textiles from the Konkan played only a secondary role in the textile circuit of the times, mainly because of the fact that they were often viewed as inferior to the cloth of Gujarat (Cunha 1995, 215). By 1640s the commerce of Diu with Moçambique began to dominate over that of Chaul with the fall of trade from the hands of the Indo-Portuguese into those of the Gujarati banias (Lobato 1995, 165). With the increasing threat from the Dutch and the English, the Portuguese descendants from India could no longer safely conduct trade with east African ports and the banias of Gujarat eventually made use of this opportunity to emerge as the leading Indian merchants conducting business in African markets. In 1650s the banias used to procure cheaper and good quality textiles and they sent them from Diu in the vessels of the Portuguese captain to Southeast Africa, almost three times higher than the volume of trade from Goa and Chaul and worth the value of 60,000 *xerafins* (Lobato 1995, 167). The resourcefulness, the networking ability and the social capital that the banias had in procuring cargo from various

25 AHU, *Caixas da India*, Caixa 22, doc. 71, dated 22-12.1653 and doc. 89, dated 31.01.1654.

Indian ports, particularly from Gujarat, put them in a position of being the bridging mercantile community between the various local merchant-cum-entrepreneurs and the various European commercial companies as well as the various Indian Ocean merchants. The Kaphol banias of Diu happened to be the largest migrant communities in Muscat (Barendse 2002, 344) and they also became the major Indian trading segment participating in east African trade from 1650 onwards carrying textiles from the various weaving villages of Gujarat. With the increasing demand for textiles for east African trade, along with the rising requirements from West Asia, textile weaving activities started getting extended from the interior of Punjab to Karnataka on the west. Meanwhile the proliferation of weaving activities to the interior of India coincided with the expansion of cotton cultivation to larger areas like Berar, Darwar, Belgaum, southern Maharashtra, Aurangabad, Burhanpur, Gujarat, Multan, Ajmer, Allahabad and Awadh (Tavernier 1999, 43-44, note 45).

The city of Diu was undergoing change in the seventeenth century with the increasing involvement of banias in Moçambique trade and by 1680s the core part of Diu started getting shifted from the Portuguese part of the city marked by citadel, fortified church and hospital to the native part of the city inhabited by the banias (*Bairro dos Baneanes* or Banyan quarter) and native traders, located around their temple and mosque (Antunes 2014, 782).²⁶ Meanwhile many native traders played the role of distributing the east African cargo along coastal western India. We find the Parsi traders taking from Daman to Surat the slaves that had been brought from Moçambique. The banias who operated in Goa as ship-owners and bankers started participating actively in Moçambique trade. The *Chatins* or the Saraswat Brahmins who were gold traders, money lenders in Goa, were also present in the interior parts up Zambesi valley for trade (Barendse 2002, 327). As the Goans were more accustomed to the weather conditions of Moçambique than the Portuguese, some officials even wanted them to be favoured. A considerable part of the trade of Muslims in Sofala and on the Zambesi was taken over by *Canarins* from Goa (Barendse 2002, 332),²⁷ into which category were usually grouped both the Saraswat Brahmins and the indigenous Christians of Goa.

In 1670s a major share of gold from Moçambique moved to Goa, where the Saraswat Brahmins of Goa, who used to farm the mint in the city, conducted the trade in gold rather monopolistically (Barendse 2002, 216). Barendse holds the

26 The Banias formed 34.9% of all the Gujarati population in Diu with 818 households. The bazaars of Diu could accommodate around 200 sellers and buyers.

27 Antunes (1995b, 301-31) argues about the grabbing of the trade of Sofala and Zambesi from the hands of the Muslim traders by the *Canarins* from Goa by this time.

view that many of the peddling traders going to markets along the river Zambesi or to Sofala were only the agents of either the affluent Saraswat Brahmins of Goa or the banias of Diu and that the *Canarins* conducting trade in east Africa "... connected both the Swahili and the Portuguese merchants to the banking and trade circuit of the Deccan and Gujarat, where ivory and gold were sold" (Barendse 2002, 332).

In 1662, when the merchants of Surat under Hodsia Minas made a plan to conduct trade with the markets of Swahili coast, the Portuguese severely objected to it, fearing that it would affect the fortunes of Chaul and Diu. To contain this commercial move from the traders of Surat, the Portuguese persuaded the fief-holders of Bassein and Daman to build their own vessels and conduct trade with Mrima coast. The traders from Diu, operating often as agents of Cambay merchants, used to take textiles and steel from Cambay to Mrima coast to procure ivory, gold and ambergris around 1696. Some of these Indian merchants also used to send as many as 40 dhows to the various Swahili towns with the help of African collaborators, doing networking-circuits between them (Barendse 2002, 339).

4. East Africa and Indian Mercantile Capital

With the increasing pressure from the Dutch and the English from the maritime front and the Mughals and the Marathas from the terrestrial side, the Portuguese were compelled to bank upon the networking ability, money and the resources of the Gujarati banias to sustain their commercial-cum-power edifice in their enclaves of east Africa and coastal western India, which made the focus of Afro-Indian trade to revolve around Diu from 1650s onwards. Corresponding to the dwindling Portuguese fortunes, there were discussions to form a commercial company to conduct Afro-Indian trade between India, Moçambique and along the valley of Zambesi, in which the Florentines also showed great interest in 1680.²⁸ However, it was the banias of Diu, having remarkable trade-networking ability and considerable wealth and personnel at their disposal, who actually materialized it for east African trade. The concept of joint stock companies of Indian merchants for the smooth management of trade was almost simultaneously (1665-1680) mooted by the Dutch in Pulicat, Masulipatnam, Palikollu, Draksharama, as well as Rajamundry, located in the Godaveri delta (Barendse 2009, 97-8 and 105). Obviously it was because of the fact that the Gujarati textiles

28 In fact, the discussion towards the formation of a company to conduct the trade started as early as 1668. For details see Lobato 1995, 169; Ferreira 1985, 620-1.

formed an essential and vital commodity for exchanges in east Africa that the request of *mahajans* (the assembly of banian traders) of Diu in 1686 to form a company (known as *Companhia de Comercio dos Mazanes*) was conceded by viceroy Conde de Alvor. In fact, the Mazanes Association of Commerce was given the right to send two or three vessels annually to Mombasa and Melinde from Diu. However, in return the banias were required to give money to the Portuguese to meet their expenses of the wars with Oman, which the Portuguese were then frequently waging along the coast of Konkan and east Africa. Though the monopoly of the Mazanes Association was temporarily suspended in 1693, in 1701 it was again revived by incorporating the mercantile wealth and personnel from Diu, Surat and Cambay (Antunes and Lobato 2006, 309-10; Barendse 2002, 333; Alpers 1976, 38-41; Antunes 1995a, 19-29).

From 1687 onwards we find the banias using the commercial intermediaries of *Canarins* and smaller European and Asian traders for pumping the markets of Zambesi valley with Indian textiles (Antunes and Lobato 2006, 311). Indian goods reaching Senna and Tete were further carried to the inland periodical markets located along the banks of river Zambesi, very often through the agency of small peddling Indian merchants. With the increasing flow of Indian wares and the bania mercantile capital to east Africa, we also find the number of Indian residents in east Africa getting augmented. In 1688 there were about 17 Indian merchants in Moçambique (Barendse 2002, 23). However by 1765 the banias had about 30 out of total 37 shops in Mocambique, while the rest seven were owned by Muslim traders (Antunes and Lobato 2006, 321). Correspondingly the volume of textile trade to Southeast Africa also rose considerably. In the second decade of the eighteenth century the income for the Portuguese in Moçambique from the customs duty on the textiles from Diu and Daman was 2,20,000 *cruzados* (Antunes and Lobato 2006, 315). Mello e Castro estimated in 1753 that textiles and other Indian wares that moved to Moçambique from Diu, Daman and Goa were worth 6,00,000 *cruzados*, while the Moçambican wares reaching India were of the value of 2000,000 *cruzados* (Ferreira 1995, 621). As the investment was done in the form of commodities and the profit was to be assessed on the basis of the value of the return cargo, the profit for Indian merchants from the outcome of this African trade was tentatively around 334%.

With the increasing Omani attacks on the Portuguese possessions of Bombay (in 1661) (Carreira 2006, 30), Bassein (1674) (Carré 1990, vol. III, 830),²⁹ and the navigational lines to east Africa followed by raids on Mombasa

29 See *English Factory Records*, I, p.84. The attack on Bassein in 1674 was a highly organized one with the intention of shattering the material base of Portuguese power in India. In the

(1660), Diu (1668 and 1676) and the isle of Moçambique (1669) (Pissurlencar 1956, tomo IV, 53; 68-70; 76; 212-4; 213; 272; Antunes 2006, 213, 272). During the time between 1650s and 1700, the trading networks of the Portuguese got severely disturbed. The siege of Mombasa (1696-98) followed by its fall and the penetration of Omani forces into Swahili coast was the deepest injury that the Ja'ariba force had inflicted on the Portuguese (Kirkman 1987, 155-60; Boxer and Azevedo 1960). The Dutch and the English attacks on Portuguese vessels still worsened the situation. It is in this disturbed situation in western Indian Ocean that the banias from Diu and the Muslim merchants from Daman and the Saraswat Brahmins from Goa emerged out of their secondary and collaborative position to become the leading merchants conducting trade in east Africa. With the trade of east Africa increasingly falling into the hands of Indian entrepreneurs, different shades and forms of capital investment started appearing in crude forms in this region. Many continued to invest in textiles converting them into a form of money to procure gold, slaves and ivory. Concomitantly some of the Gujarati merchant magnates residing in India conducted their businesses in east Africa, investing huge amount of mercantile capital in various African enterprises, mainly through their commercial agents and representatives. The most evident case is that of Calcanagi Valabo, who was the biggest trader in the textiles of Cambay residing in India in the beginning of the eighteenth century and who used to take up contract for commercial voyages to Moçambique and take cargo directly to Zambesi and in return to bring ivory and gold back to Diu. He also took up in 1709 the contract to collect the customs duty of Inhambane and Angoche for a period of three years by paying 33,000 *cruzados* (Antunes and Lobato 2006, 314; Ferreira 1985, 628). In 1723 the Portuguese authorities allowed a leading Indian merchant Baxira Mucali, who was earlier a Muslim of Daman, to set up habitation in Moçambique and have a convoy of soldiers to accompany him. Such a privilege bolstered the image of the small Indian mercantile community doing business under him in the continent. He eventually started investing money in land, acquiring palm-fields and habitations in South-east Africa. Besides Calcanagi Valabo and Baxira Mucali, many other prominent Indian traders including Ahmed Souly began to pump Indian mercantile capital to east Africa in late 1720s (Antunes and Lobato 2006, 316).

beginning of February 1674 Ja'ariba fleet with a fighting force of 500 men attacked Bassein, the most lucrative trading centre of the Portuguese on the west coast of India, and burnt down their town and churches and carried to Muscat several of its Portuguese *fidalgos* (nobles), along with their wives and children, all in chains as prisoners.

In the eighteenth century, when the Portuguese fortunes were dwindling in India and Africa, they used to bank upon Indian financiers and borrow huge amount of money from them. This is the time when Indian bankers and traders started moving towards more and more capital-intense endeavours in the region in a big way. In the first half of the eighteenth century indebtedness of the Portuguese in Africa to the Indian merchants of Diu and Daman reached alarming heights, with the banias forming 61% of the total creditors for the *Junta de Comercio* of Moçambique. This period also witnessed the development that the debt of the commercial *Junta* to the Indian traders of Diu and Daman was four times higher than the total debt of private Portuguese traders to the banias. During the time span between 1723 and 1730 the Portuguese owed an amount of 2,40,000 *cruzados* to four principal Indian traders and this formed 83 % of the total public debt of the Portuguese in Moçambique. Between 1745 and 1754 the debt of the *Junta de Comercio* of Moçambique to the banias stood between 3,00,000 to 3,75,000 *cruzados*, suggesting the amount and degree of dependence that the Portuguese activities of Moçambique had on the Indian mercantile capital. Meanwhile, during the same period the customs duty paid in Moçambique by the banias of Diu and Daman for the textiles from Cambay and the return cargo of ivory, slaves and gold rose to 78, 000 *cruzados* (Antunes and Lobato 2006, 317-8).

In 1752 Moçambique was put under the charge of its own governor directly responsible to Lisbon, by de-linking it from *Estado da India* and separating it from the umbrella-authority of Goa. But that does not mean that the Indians were debarred from entering it. In its stead we find the Indian traders expanding to several lucrative pockets of east Africa in the second half of the eighteenth century. It was initiated mainly by the commercial freedom that the crown declared in 1757 to the merchants and residents of the Portuguese pockets of India to carry wares to east Africa. The banias made use of this opportunity to extend commercial linkage with Macuana region and a good many moved to Mossuril and Cabaceira. The entry of the banias into Macuana region led to conflicts and tensions between them and the Portuguese private traders, who were till then controlling the trade in slaves and ivory in the region. The tensions evolved out of the new challenges, relations and social base that came into the region along with the flow of Indian mercantile capital, which some considered to be disturbing the "existing equilibrium." There was a strong move from the Portuguese residents to prevent the banias from going beyond the island of Moçambique for trade, as that was thought to be negatively affecting the fortunes and trade prospects of the former. In this conflict the Jesuits of Moçambique came out openly in support of the banias, who used to maintain good relationship not only with the Jesuits

of the island but also with the rector of Jesuit College of Diu, citing the financial support and service that the banias had extended to the Portuguese in their wars against the Marathas in India. While the Dominicans, who established their first house in Moçambique in 1577 and expanded in the direction of the Cabaceira (the mainland opposite to the island of Moçambique), Querimba archipelago and the Zambesi valley, besides participating in the trade of the region, the Jesuits who used to abstain themselves from trade (Kohli 2019) used to get their trade done with the help of banias as in the case of Jesuit Madre de Deus College of Cochin in 1650s³⁰ and as a result of which a mutually supporting type of rapport started evolving between the Jesuits and the banias. Eventually they managed to emerge out of the challenges of the Portuguese competitors and from 1771 the banias moved to the regions near Lake Niassa, besides establishing shops at Senna. Incorporating Swahili collaborators into their mercantile team, the banias further extended their networks along the Zambesi and to the fairs and markets of Monomotapa and in the regions of Orange and Botonga. Opening new shops at Senna, they began to sell the Indian commodities in the hinterland and by 1780 there were six commercial houses in Senna under the charge of 16 bania merchants (Antunes and Lobato 2006, 316-26).³¹

A lot of food materials also moved to east Africa through the ports of western India. From Daman about 370 quintals of rice, needed for the sustenance of the island of Moçambique for two months were exported in the second half of the eighteenth century. Though food materials were exported from India, textiles formed the principal commodity that moved from India to east Africa. In 1762 the export of Indian wares to Moçambique was worth the value of 3,50, 000 *cruzados*, out of which cargo worth the value of 1,50, 000 *cruzados* came from Diu, while the value of wares from Goa was 1,20,000 *cruzados* and that from Daman was 80, 000 *cruzados* (Ferreira 1985, 621). The period between 1765 and 1779 witnessed the fast expansion of the commercial activities of the banias to the valley of Zambesi and to the islands of Querimba. Though by 1777 the corporate company of the banias of Diu known as *Companhia de Comercio dos Mazanes* became extinct, large number of banias were still conducting their business in east Africa. By 1780s the size of bania community had increased to 300 male members, out of whom many had established their business ventures in the island of Moçambique while some others in the coastal fringes (Ferreira 1985, 628-9).

30 AHU, *Caixas da India*, Caixa 22, doc. 71, dated 22.12.1653, and doc. 89, dated 31.01.1654.

31 There was a strong tie between the banias and the Jesuits, whom they considered as their patrons and supporters. It is interesting to note that the commercial organization of the banias resisted the expulsion of the Jesuits from India and southeast Africa following the liquidation of Jesuit Order in 1759 by Pombal. See also Ferreira 1985, 628.

The above discussion shows that the Portuguese entry did not alter the structures of Afro-Indian trade. What the Lusitanians did was that they appropriated the already existing channels of Afro-Indian trade to give a different type of orientation and meanings to it suiting their larger early colonial agenda. The Portuguese attempts to displace the indigenous traders of Africa and India from the markets and to induct their own favoured traders or Portuguese *casados* in their stead for running the business under monopoly system did not work well in the long run, as the displaced traders had developed alternative networks for commodity movements between India and Africa bypassing the Portuguese control systems. At a time when there was increasing pressure from the attacks of the Dutch and the English on the navigational lines of the Portuguese, the latter had to turn towards the very same indigenous merchants of coastal western India, whom they had earlier kept outside, to handle the Afro-Indian trade, because of their hold over its hectic textile trade and money market. The Saraswat Brahmins of Goa and the banias of Diu, besides the Muslim merchants of Daman, emerged as the prominent mercantile groups that began to dominate over the east African trade from 1640s onwards. The banias of Diu, supported strongly by the Jesuits of Diu as well as Moçambique and linked with the leading merchant and banking groups of Surat and Cambay, became the chief conduit for the pumping of Gujarati commercial capital to east Africa. Obviously, investment of Indian mercantile capital in east Africa was done not only through the commercial company of the Mahajans of Diu and the large mercantile magnates like Calcanagi Valabo alone, but also by a wide variety of Indian traders and entrepreneurs of varying economic ability and stature. It was the Indian mercantile capital that to a great extent helped the Portuguese to sustain their fragile edifices of economy and power in Moçambique, when being seriously challenged and troubled by financial crises during the mid-eighteenth century. However, back at home when a major share of trade of the European commercial companies moved down to the southern ports of India, it was the demand from the strand of African trade that kept the economy of Gujarat vibrant and active in the eighteenth century, pumping continuously bullions into its markets and giving continuous stimulus to the weaving villages and artisan groups in its neighbourhood in the attempt of the banias to collect textiles and other finished products needed for African trade. These developments speak also of the tragic thinning of mercantile participation in Indo-African trade from pan coastal western Indian level of pre-Portuguese times to the merchants from Goa, Chaul, Daman and Diu with the entry the Lusitanians in Indian waters and final concentration of Afro-Indian trade in the hands of Gujaratis by eighteenth century, keeping even the Saraswat Brahmins of Goa at a peripheral level. The saga of success of these

bania merchants of Diu and Daman show that they were not merely merchant capitalists in the sense the term was often used, but “collaborative capitalists”, whose economic stature actually depended on their ability to present themselves acceptable and receptive before the early colonial masters and to collaborate with the Portuguese. The early colonial Portuguese power saw to it that the banking and commercial activities of the banias in east Africa always depended on this political capital, which was expanded along with the expansion of commercial and credit capital of the banias.

Bibliography

- ALPERS, E. A.. 1976. “Gujarat and the Trade of East Africa.” *International Journal of African Historical Studies* 9(1): 38-41.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias, and Manuel Lobato. 2006. “Moçambique.” In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo II, 265-332. Lisboa: Editorial Estampa.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 1995a. “A Crise no Estado da Índia no Final do Século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu.” *Mare Liberum* 9: 19-28.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 1995b. “The Trade Activities of the Banyans in Mozambique: Private Indian Dynamics in the Portuguese State Economy, 1686-1777.” In *Mariners, Merchants and Oceans: Studies in Maritime History*, ed. K. S. Mathew, 301-331. New Delhi: Manohar.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 2006. “Província do Norte.” In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo II, 207-264. Lisboa: Editorial Estampa.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 2014. “Urban Phenomena of Diu.” In *Cities in Medieval India*, ed. Yogesh Sharma and Pius Malekandathil, 777-788. New Delhi: Prismus Books.
- BAIÃO, Antonio. 1925. *Historia Quinhentista (inedita) do Segundo Cerco de Dio*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BARBOSA, Duarte. 1996. *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- BARENDSE, R. J.. 2002. *The Arabian Seas: The Indian Ocean in the Seventeenth Century*. London: M. E. Sharpe.
- BARENDSE, R. J.. 2009. *The Arabian Seas: The Indian Ocean in the Seventeenth Century*, vol. IV (Europe in Asia). Leiden: Brill.
- BARROS, João de. 1945-1946. *Asia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ed. Hernâni Cidade and Manuel Múrias, 4 vols., 6th ed., Lisbon: Agência Geral das Colónias.

- BATUTA, Ibn. 2007. *Travels in Asia and Africa, 1325-1354*, ed. H. A. R. Gibb. New Delhi: Asian Educational Services.
- BOXER, C. R., e Carlos de Azevedo. 1960. *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa 1593-1729*. Londres: Hollis and Carter.
- CARRÉ, Abbé. 1990. *The Travels of the Abbe Carre in India and the Near East, 1672 to 1674*, ed. Charles Fawcett, 3 vols.. New Delhi: Asian Educational Services.
- CARREIRA, Ernestina. 2006. "Aspectos Políticos." In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo I, 17-122. Lisboa: Editorial Estampa.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. 1924. *Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses*, tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORDINGTON, O.. 1898. "Coins of the Bahmani Dynasty." In *The Numismatic Chronicle and Journal of the Numismatic Society*, Third Series, Vol. 18: 259-273.
- CORREIA, Gaspar. 1921-1922. *Lendas da Índia*, tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORREIA, Gaspar. 1923-1925. *Lendas da Índia*, tomo II. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORTESÃO, Jaime. 1978. *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. VI. Lisbon: Livros Horizonte.
- COUTO, Diogo do. 1973-1975. *Da Asia*. Lisbon: Livraria Sam Carlos.
- CROSS, Harry E.. 1983. "South American Bullion Production and Export, 1550-1750." In *Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern Worlds*, ed. J. F. Richards, 397-424. Durham, NC: Carolina Academic Press.
- CUNHA, J. Gerson da. 1876. *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*. Bombay: Thacker, Vining & Co..
- CUNHA, João Manuel de Almeida Teles e. 1995. "Economia de um Império: Economia política do Estado da India em torno do mar arábico e golfo Pérsico. Elementos Conjunturais: 1595-1635." Mestrado Dissertation, Universidade Nova de Lisboa.
- FELNER, Rodrigo José de Lima. 1868. *Subsídios para a Historia da India Portuguesa (...)*. Lisbôa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- FERREIRA, A. Rita. 1985. "Moçambique e os Naturais da India Portuguesa." In *II Seminario Internacional de Historia Indo-Portuguesa: Actas*, ed. Luis de Albuquerque and Inacio Guerreiro, 616-648. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1984. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols.. 2nd edition, Lisbon: Presença.
- GREENLEE, William Brooks (ed.). 1995. *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India: From Contemporary Documents and Narratives*. New Delhi: Asian Educational Services.
- HABIB, Irfan. 1999. *The Agrarian System of Mughal India, 1556-1707*. New Delhi: Oxford University Press.
- KIRKMAN, James. 1987. "Two Contemporary Accounts of the Siege of Fort Jesus, Mombasa by the Omani arabs (1696-1698)." In *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota: In Memoriam*, vol. I, 155-162. Lisbon: Academia de Marinha and Instituto de Investigação Científica Tropical.

- KOHLI, Kartikeya. 2010. "Falsifying Gold: Trade and Trade Strategy in Portuguese Southeast Africa in the Seventeenth Century." In *O Estado da Índia e os Desafios Europeus: Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. João Paulo Oliveira e Costa and Vitor Luis Gaspar Rodrigues, 51-78. Lisboa: CHAM and CEPCEP.
- KOHLI, Kartikeya. 2019. "Missionaries, Land Acquisition and Trade in Seventeenth Century South-East Africa." In *India, the Portuguese and Maritime interactions*, ed. Pius Malekandathil, Lotika Varadarajan e Amar Farooqui, Vol. I Science, Economy and Urbanity, 471-483. New Delhi: Primus Books.
- LAVAL, François Pyrard. 2000. *The Voyage of Francois Pyrard of Laval to the East Indies, the Maldives, the Moluccas and Brazil*, ed. Albert Gray. New Delhi: Asian Educational Services.
- LINSCHOTEN, John Huyghen van. 1997. *The voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies*, ed. Arthur Coke Burnell. New Delhi: White Lotus Pres.
- LOBATO, Alexandre. 1960. *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, vol. III. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LOBATO, Manuel. 1995. "Relações Comerciais Entre a Índia e a Costa Africana nos Séculos XVI e XVII. O Papel do Guzerate no Comércio de Moçambique." *Mare Liberum 9* (Portuguese India and its Northern Province: Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, ed. Teotonio R. de Souza and Charles Borges): 157-173.
- LOBATO, Manuel. 1996. "Os regimes de comércio externo em Moçambique nos séculos XV e XVII." *Povos e Culturas* 5: 169-98.
- MALEKANDATHIL, Pius. 1999. *The Germans, the Portuguese and India*. Münster: Transaction Publishers.
- MALEKANDATHIL, Pius. 2001. *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India, 1500-1663*. New Delhi: Manohar.
- MATOS, Artur Teodoro de (ed.). 1999a. *O Orçamento do Estado da Índia, 1571*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de Estudos Damião de Góis.
- MATOS, Artur Teodoro de (ed.). 1999b. *O Tombo de Diu, 1592*. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de Estudos Damião de Góis.
- NEWITT, M. D. D.. 1995. *A History of Mozambique*. Londres: Hurst & Company.
- NEWITT, M. D. D.. 1999. "East Africa and Indian Ocean Trade: 1500-1800." In *India and the Indian Ocean, 1500-1800*, ed. Ashin Das Gupta e Michael Naylor Pearson, pages. New Delhi: Oxford University Press.
- PATO, R. A. de Bulhão. 1884. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- PEARSON, Michael N.. 1998. *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast, India, and Portugal in the Early Modern Era*. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press.

- PENROSE, Boies. 1960. *Goa – Queen of the East*. Lisbon: Comissão Ultramarina.
- PIRES, Tomé. 2005. *Suma Oriental of Tome Pires: An Account of the East, from the Red Sea to China, written in Malacca and India in 1512-1515*, ed. Armando Cortesão. New Delhi: Asian Educational Services.
- PISSURLENCAR, Panduronga. 1951. *Regimentos das Fortalezas da Índia*. Bastorá (Goa): Tipografia Rangel.
- PISSURLENCAR, Panduronga (ed.). 1956. *Assentos do Conselho do Estado*, tomo IV. Bastorá, Goa: Tipografia Rangel.
- RAMASWAMY, Vijaya. 1985. *Textiles and Weavers in Medieval South India*. Delhi: Oxford University Press.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. 1992. *Archivo Portuguez-Oriental*, 6 fascículos. New Delhi: Asian Educational Services.
- SASSETTI, Filippo. 1995. *Lettere dall'India (1583-1588)*. Rome: Salerno Editrice.
- SCHURHAMMER, Georg. 1962. *Die Zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des Hl. Franz Xaver*. Rome: Institutum Historicum S.I..
- SINCLAIR, Paul J. J., and Thomas Hakansson. 2000. "The Swahili City State Culture." In *A Comparative Study of Thirty City-State Cultures: An Investigation*, ed. Mogens Herman Hansen, 463-78. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Sciences and Letters.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. 1993. *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700: A Political and Economic History*. London: Longman.
- TAVERNIER, Jean Baptiste. 2007. *Tavernier's travels in India between years 1640-1676: being a narrative of the six voyages of Jean-Baptiste Tavernier to the east – especially to India, translated from the original French edition of 1676*, ed. Valentine Ball, 2 vols.. New Delhi, Chennai: Asian Educational Services.
- VILAR, Pierre. 1976. *History of Gold and Money, 1450-1920*, trans. by Judith White. New Jersey: Humanities Pres.
- WICKI, José. 1985. "As Relações de Viagens dos Jesuítas na Carreira das Naus da India de 1541 a 1598." In *II Seminario Internacional de Historia Indo-Portuguesa: Actas*, ed. Luis de Albuquerque and Inacio Guerreiro, 3-17. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Exploring the Dynamics of the Late Eighteenth Century Moçambique-India Commercial Circuit: Strategies for Survival and Revival

CELSA PINTO

Independent Scholar

Introduction

Several studies have been undertaken relating to the commerce of Portuguese Africa. Alexandre Lobato, José Capela, Edward Alpers, Allen Isaacman, A. Rita Ferreira, Eric Axelson and M. D. D. Newitt, are well-known historians and writers. Their works are generally Africa-centric with a marginal reference to India. Luis Dias Antunes and Manuel Lobato on the other hand have examined the role of the Baniyas and their stranglehold over the Mozambican economy in the sixteenth to the eighteenth centuries. Just a few works have dwelt upon the India–Moçambique interactions in the 1750s-1850s. Ernestina Carreira's *Globalizing Goa* (2014) has a detailed segment on Mozambique's slave trade with reference to the port of Goa. My book *Trade and Finance in Portuguese India* (1994), has some chapters on the traditional trade between *Estado da Índia* and Moçambique, in slaves, gold, ivory and textiles. Research on the Portuguese slave trade has also been undertaken by Rudy Bauss (1997) and Pedro Machado (2003).

This paper is a study of strategies adopted – confrontation and rivalry, collaboration and cooperation between the stakeholders – amongst the merchants and amongst the two States – Portuguese East Africa and Portuguese India – in the aftermath of the separation of Moçambique from *Estado da Índia* in 1752 – all in the name of and for the sake of revival and survival.

Politico-Economic Scenario in both the *Estados*

In the second half of the eighteenth century, both the colonies of the Portuguese Crown in the East, in the Western Indian Ocean, presented a dismal picture of political and economic decadence.

The *Estado da Índia*, the first Portuguese Empire, “once the most precious gem in the Portuguese Crown, whose brilliance was the envy of the universe” was reduced to a shadow of its former self in the eighteenth century.¹ It had been attacked by several nations the intent of which was to diminish its glory. It lost many of its prized possessions to the Dutch in the seventeenth century. But the fall of Bassein in 1739 to the Marathas sounded its death-knell. A recovery of sorts was made with the acquisition of the New Conquests and the resurgence of commerce, privately operated in the second half of the eighteenth century. But generally the authorities made little or no effort to be vigilant, exact and zealous enough to restore its former glory.

Moçambique on the other hand faced more severe problems. It was plagued with political and economic chaos.² Its administrators demonstrated incompetence to implement laws and regulations. Transgression and infraction was widespread. Constant civil wars amongst the *Regulos* were the order of the day that disturbed the political and economic stability of this *Estado*. It must however be said, to the credit of the Crown that it did face difficulties selecting and sending capable people to East Africa to remedy the situation and restore law and order. Moçambique was also in a disadvantaged position because of low Portuguese Christian population. These factors together with lack of civility, vagabondism, looting and unscrupulous and deceitful behaviour of the *commissarios volantes* (commercial agents) made internal and external commerce vulnerable for most part of the late eighteenth century and led to a sharp decline in the commercial economy of Moçambique.

1 Historical Archives of Goa (henceforth HAG), *Monções do Reino* (henceforth MR) 167A, 106.

2 Arquivo Histórico Ultramarino (henceforth AHU), *Caixas de Mocambique* (henceforth *Moçambique*), Caixa 37, doc. 49, Caixa 46, doc. 31.

The Commercial Scene in Portuguese East Africa and Portuguese India: Confrontation and Collaboration.

In Moçambique

Despite the economic decadence indicated above, internal and external commerce of Moçambique persisted, specially the trade with West India. It was in the control of a wide range of persons – *prazeiros*, *colonos*, *cafres*, *commisarios volantes* and merchants – inland, in coastal areas and on the Island of Moçambique.

Inland Commerce

Allen Isaacman in his *Mozambique. The Africanization of a European Institution. The Zambesi Prazos* indicates that there were different systems of internal trade prevailing in Moçambique. On the *prazo*, besides commerce involving the *prazeiros*, there were “indigenous commercial patterns that functioned independently of the *prazeiro*” and perhaps even “beyond the frontiers of individual *prazos*.” (Isaacman 1972, 72). Usually the internal commerce was characterized by the movement of caravans manned by *colonos* and *cafres* who served as carriers and soldiers to guard the caravans. They moved to fixed markets like Manica for ivory and gold. There were three major trading networks in the Zambezi region, each functioning independently of the other and linked with the ports of Sena, Tete and Zumbo, but the most significant was the Manica-Sena network (Isaacman 1972, 75).

External Commerce: Tri-Polar Commercial Scenario

External commerce was operated generally by the merchants based at Ilha de Moçambique, the Baniás in the capital and elsewhere in the colony and by the non-Portuguese Europeans or the foreigners at Cabo Delgado and Bahia de Lourenço Marques.

Ilha de Moçambique

Merchants at Ilha de Moçambique were linked with the commerce of the capital. They were powerful and influential and for most times united. The Portuguese Christian merchants were a motley collection of whites, *mullatos* and *Canarins* (of Goan origin). Well known names of the 1780s were Luis Joze da Costa Pereira, Vitorino Joze Gracias, Joaquim de Araujo, João de Souza e Britto, João de Silva Guedes, Duarte Aurelio de Menezes, Joaquim do Rozario Monteiro, João Affonso Cabanilhas, Luis Gomes dos Santos, Liberato Batista

de Souza, Dionizio Joze Rocha and Manoel Rangel de Souza.³ But it needs to be pointed out that the Portuguese Christian merchants were relatively strong only at the Moçambique Island.

There were around 300 Bantias at Ilha de Moçambique in 1782. The main resident Bantias were Lacmichande Motichande, Morargy Ambaidas, Narsy Ranchor, Nana Mulgy, Getta Mulgy, Amarchande Madaugy, Galala Ganesh, Carua Mulgy, Carangy Nemidas, Rama Mulgy and Ponja Velgy.⁴

Ships coming from India would make their appearance in late January or in February at the *Alfandega de Moçambique* on the Ilha de Moçambique, which served as the national customs house for all the goods imported to and exported from Portuguese East Africa. They did not have the licence to move to the other ports of Moçambique. After paying the requisite duties, the goods were transported from the Island of Moçambique to Quelimane and then inland via canoes and porters to Sena, the principal centre for the entire region. The goods were then forwarded to Tete and Zumbo for onward movement into the interior. The pattern was reversed by June and by August all the goods would reach the Ilha de Moçambique for exportation to India (Isaacman 1972, 75). Since 1762, duties on all the goods entering or leaving the Island of Moçambique at most times amounted to 41.5%.

Bania Monopoly

The Bantias, expelled from Cambay in Gujarat, had established themselves in Daman and Diu. But they continued to have links with the textile manufacturing areas of Gujarat and thereby had a hold over the textile commerce with Moçambique specially through their association *Mazanes de Dio* (Antunes 1995, 304-21).

The Bania entry in Portuguese East Africa could be squarely placed on the shoulders of the Governors. In 1686, a favourable year for them, they obtained a concession to constitute a private company which was to have pernicious consequences for this colony for centuries.

The Bantias first entered Ilha de Moçambique not just with Jesuit protection but mainly because of the said private company, which initially had just six partners. This number went on increasing in successive years, in proportion to the expanding Bania business on the Island. Initially each Bania came with ten to twelve other Bantias supposedly as servants and cooks but soon the latter were

3 AHU, *Moçambique*, Caixa 36, doc. 64; Caixa 52, doc. 52.

4 AHU, *Moçambique*, Caixa 51, doc. 64; Caixa 52, doc. 2.

engaged in the administration of the Bania commerce. Some Banias captured the big as well as the small trade, others were engaged in money lending.⁵

On the mainland (*terras firmes*) of Mossuril and Cabaceiras, white Portuguese and *Canarins* used to conduct trade in ivory, some slaves, iron and legumes with *Cafres Mujãos* in exchange for cotton piece goods. In 1757 the commerce of East Africa became free and with its liberalization, the Banias next moved to the mainland and thence to the Rios de Sena where they set up shops and business houses.

Since 1771, the Banias in Rios de Sena, began to practice commerce prejudicial to their counterparts. With their own capital they faced risks with voluminous cargoes and established good connections with the *cafres* who received goods on credit. Thus, they sustained the commerce of Rios de Sena, which in turn promoted the revenues of the *Alfandega de Moçambique* as well as the competitiveness of other merchants including the *Canarins*, who were few in number and would engage in limited cargoes.

In 1779 the *Companhia dos Mazanes de Dio* was dissolved giving rise to individual commerce. Soon the Banias spread their tentacles from Rios de Sena to the Islands of Cabo Delgado.

In short, the Banias enjoyed a monopoly not only at Ilha de Moçambique (the capital), but also the mainland and the ports of Moçambique. They not only held near total ownership of the importation of Indian textiles into East Africa, but in fact total dominance over the trade and finance of Moçambique. They owned properties in this colony – business houses, mansions, coconut groves, shops, ships and even slaves.

No wonder strong emotions surfaced in the 1780s amongst rival merchants to end the Bania monopoly and to extinguish the Banias not just in East Africa but also in Portuguese India.

Challenge from Foreigners

Bahia de Lourenço Marques was a favourite haunt of British and Dutch merchants. British ships would come from Bombay and Surat and would proceed directly to this area totally ignoring the claims of Ilha de Moçambique to bulk duties. The Dutch and English also had a stranglehold over the commerce of Cabo Delgado.⁶

5 AHU, *Moçambique*, docs. 15 May 1781, 18 Aug. 1781, 12 Aug. 1783, 28 May 1784.

6 HAG, *Moçambique* 1446, 107-7v; AHU, *Moçambique* Caixa 36, doc. 61.

At one stage the Austrians too challenged the Portuguese authority at Lourenço Marques. William Bolts in the service of the Austrian government called here in 1778 and established a fortified business house. The French too were involved in the trade of Moçambique at Querimba and other areas in slaves. But this was contraband trade (Pinto 1994, 112-3).

The said foreign traders caused much harm to the commercial economy of Moçambique and its subjects. A need was felt to strengthen the commerce of Ilha de Moçambique, to make it an emporium so as to counter the commerce of these foreigners. It was also felt that the Portuguese merchants should imitate the commercial practices of the foreigners as far as possible. They should not ship huge vessels but load not more than 100 to 120 *bares* of ivory annually in small *navios*.⁷

Bania versus Bania

In November 1775 some Banias of Diu petitioned to the Crown against the then Governor General, Baltazar Manoel Pereira de Lago who they felt worked to ruin their commerce, in favour of resident Christian merchants at the *Praça de Moçambique* and the French. He not only permitted the entry of French ships with their goods but also French extraction of slaves at Querimba.⁸

These Banias complained that they had to unload their goods brought from the Coromandel at the *Alfandega de Moçambique* and pay high duties, while the French would move to Carimba where there was no *Alfandega* and paid no duty, causing them much loss. They pointed out that they had been obedient and legitimate vassals of the Crown, and had for years been providing subsidies for the maintenance of the troops at the *Fortaleza de Moçambique* and financial assistance to Daman, Goa, the capital of Moçambique, and the ports of Sena, Sofala and Inhambane.

But on August 15, 1778, a large body of Banias at the Moçambique Island reacted to this petition and condemned it as erroneous and malicious. A strong representation in support of General Pereira e Lago was signed by Punja Velgy, Nana Mulgy, Getta Mulgi, Carva Canaiadas, Amarchande Madaugy, Velgy Ambaidas, Galala Ganesh, Irgy Jadougy, Carangy Nemy, Motichande, Carva Malgi, Primagi N., Lacamichande Nemidas, Ragonala Gangadau, Givane Caleangy, Amarsy Mangalgy, Capurchande Arechande and Givane Quica.

They held that sheer necessity had compelled Lago to permit the entry of some French ships. There was the urgent need for provisions, to handle hunger

7 HAG, *Moçambique* 1445, 107-7v; 1446, 95-7; MR 167A, 112.

8 AHU, *Moçambique*, Caixa 36, doc. 61.

and famine that arose due to sterility of rains for about six years. As the flow of bullion and coinage out of the country was prohibited, slaves were the only way of payment. They emphasized that in no way was Bania business affected. On the contrary, steps had been taken to make it flourish.

Bania-Portuguese Mercantile Collaboration

In a show of strength some Portuguese merchants (including *Canarins*) and Banias came together to challenge the foreign merchants – the Dutch, French, English and Austrians – who had a field day in Baía de Lourenço Marques. The latter (foreign merchants) would freely introduce their commodities of consumption without paying duties at the ports they disembarked. Therefore, they had a better bargaining price as compared to the former, who could provide only 80 *panos* for every *arroba* of ivory, the value of which was about 56 *cruzados*, as they had to pay exorbitant duties at the *Praça de Moçambique*.

To handle these losses and this humiliation, twelve merchants – six Portuguese (white and *Canarim*) and six *Gentios* (Banias) came together to form the *Sociedade dos Negociantes de Baía de Lourenço Marques*. In this manner they sought to stabilize the commerce in that region for a few years. The *Sociedade* was to function for six years, subject to certain terms and conditions (bye-laws). It was to have two administrators – a Portuguese and a *Gentio* and a corpus fund of 60,000 *cruzados*.⁹

On November 2, 1781, the following signed up as partners of the said *Sociedade*: Vitorino Joze Gracias, Joaquim de Araujo, Joaquim Joze Rangel, João da Silva Guedes, Duarte Aurelio de Manazes, A. Gracia, Lacamichande Motichande, Ponja Velgy, G. Ganez, Carna Mulgy, Velgy Ambaydas and Gitta Mulgy. This concession was conceded and confirmed by the Crown on November 21, 1781.

In June 1783, another company *Sociedade Mercantil*, was formed by eighteen partners comprising of Goans, Portuguese and Mozambicans. It was destined exclusively to promote the commerce of Ilha de Moçambique with its hinterland and the coastal areas of East Africa. Though there was much objection to the companies (*sociedades*) mentioned above, and they were eventually abolished, it led to the creation of a small financial oligarchy at the *Praça de Moçambique* – men with economic and local political power (Capela 1979, 142-4).

Later we shall encounter some elements of merchant-State cooperation and linkages in Portuguese East Africa.

9 AHU, Moçambique, Caixa 36, doc. 61.

Within Estado da India

The economy of Portuguese India was totally dependent on the natives. In fact, the financial needs of the *Estado* determined the relationship of the local merchants with the rulers. The State seldom interfered in the affairs of the merchants. Regulations and maritime policies at *Estado* port towns and cities, actively encouraged market operations which inevitably gave rise to large scale capital transactions and the accumulation of wealth. The vulnerability displayed at times by merchants, in other parts of the west coast of India and elsewhere in Asia, due to unpredictable shifts of official policy, was absent in Portuguese India. The peculiarities of the situation and the nature of the political apparatus in the *Estado*, were conducive to giving considerable influence to the merchants (Pinto 1994, 54, 98-9).

Portuguese documentation on economic matters indicates quite distinctly, that the Saraswat Brahmins exerted a virtual stranglehold over the Goan economy, particularly over the commercial arena throughout the eighteenth and nineteenth centuries. Well-known Saraswat traders were the Mhamai Kamat brothers – Vencatexa and Narayan Camotim, Custam Sinay Dempo, Soyrea Camotim, Custam Poy, Anta Naique, Daquea Camotim, Ganessa Sinay, etc..¹⁰

A bi-polar commercial situation arose in the *Estado da India* – Saraswat Brahmins in control in Goa, and the Baniyas dominant in the Northern Province. It was public knowledge that the commerce between Daman and Diu and Moçambique from time immemorial was mainly conducted by the Baniyas. Annually two or three ships from Diu and one from Daman, loaded with textiles and spices, would move across the Indian Ocean and return with ivory and gold. By the 1780s the Baniyas were equipped with their own ships that would conduct navigation and commerce with all the ports of East Africa – Quelimane, *Praça de Moçambique*, Inhambane, Sofala and the Ilhas de Quirimba. These ships were usually navigated by Muslim mariners. Well-known Baniyas based in the *Norte*, in the late eighteenth and early nineteenth centuries were Mulchande Ira, Dearamo Dulabo, Beramagi Bicagi, Caramochande Amarchande, etc. who also played a prominent role in the Indo-Portuguese opium trade with Macao (Pinto 1994, 134).

10 HAG, MR 167A, 104-4v.

Confrontation and Conflict between the Two *Estados*: 1786, A Commercial Plan or a Game Plan?

An important development in the 1780s, was the stepping in of the Crown to introduce the *Carta de Ley* and the Plan and Regulation of Commerce of January 23, 1786.¹¹

There were several factors that contributed to such a step:

- While the French, Dutch, English and other European traders (foreigners) moved freely to Cabo Delgado and Cabo das Correntes, the Portuguese merchants were under compulsion to call at the *Praça de Moçambique*, unload their cargoes there and pay entry and exit duties. It was strongly felt that this needed to end.
- The navigation of Goa and Portuguese shipping needed a boost.
- There was the need to cut to size the Bania monopoly.
- The Crown was emboldened by the success of *Alvará Regio* of January 8, 1783 that marked a turning point in the commercial history of the late eighteenth century Indian Ocean. The sagging economy of the *Estado da Índia*, had received a shot in the arm, when goods from Daman, Diu, Surat, Balaghat and other ports of coastal India, were re-exported on a massive scale via the port of Goa. Goa emerged as the re-exportation port of *Estado da Índia*.

In 1784 the Crown invited suggestions from both Goa and Moçambique, for this new commercial plan that would encompass the *Capitannia de Moçambique* and *Estado da Índia*. In response, Goa sent ten documents. They included the statements of the commercial income of the *Estado da Índia* from its Mozambican commerce and suggestions from the *Juiz de Alfandega*, *Meza de Alfandega* and some well-established merchants in the international commercial circuit – Francisco Gomes Loureiro of the Loureiro clan and Manoel de Souza, brother of Minguel de Lima e Souza. Above all, suggestions were received from the native merchants of Goa – Vencatexa Camotim, Soyrea Camotim, Custam Poy, Anta Naique, Daquea Camotim, Ganessa Sinay and ten others.¹²

The following were significant main suggestions offered:¹³

11 HAG, *Provisões Regias* (henceforth PR) 8089 16v-20; AHU, *Moçambique* Caixa 51, doc. 64.

12 HAG, MR 167A, 104-4v.

13 HAG, MR 167A, 106-34.

- that there should be freedom of movement of ships from Goa, Daman and Diu to sail to any of the ports of Portuguese East Africa without the compulsion of moving to Ilha de Moçambique to unload their cargoes;
- there should be a lowering of duties at Moçambique – the exorbitant 41.5% – by one-fourth;
- there was the need to set up *Alfandegas* at Ibo, Sofala, Inhambane, Quelimane and Cabo das Correntes;
- that the commerce of the Banias and Hindus of the *Norte* be conducted with the help of Portuguese ships;
- to abolish the company that had been established in Moçambique, since it had no legal standing;
- to counter and curb the monopoly of the Banias in East Africa, that they should not be permitted to have shops and commercial establishments in *terras firmes*.

Clearly, Goa's strategy was not only to end the monopoly of the Banias, on either side of the Western Indian Ocean, but also to break the monopoly of the *Praça de Moçambique*. It was a matter of the port of Goa versus the port of Moçambique. It was a strategy to counter and curb if not to expel, to the extent possible, foreign European merchants conducting commerce at Cabo Delgado, Cabo das Correntes and other areas of coastal East Africa and thereby give a fillip to Portuguese shipping and commerce in these areas.

Without acquiring suggestions from Moçambique, Daman and Diu, the Crown issued the *Carta de Ley* and the Plan and Regulation of Commerce on January 23, 1786 and this was confirmed and ratified with the issue of the *Carta Regia* of March 15, 1787.¹⁴

The Plan and Regulation under the above said *Carta de Ley* stressed that all goods touching the port of Goa, in ships meant for the *Carreira de Moçambique*, would be exempted from the payment of duties at the *Alfandega de Goa* provided that the Captain and one-third of the crew were of Portuguese origin and that on the return journey these ships would unload at the said port of Goa.

Secondly, the Plan indicated that goods coming to Goa from the *Norte*, Malabar or any other port outside Goa, by land or sea, meant for consumption in Africa, would attract the payment of entry duties. After being handed over for embarkation to Moçambique, they could move out freely without the payment of duties of departure. In fact, the *Fazenda Real de Goa* would return half of the entry duties.

14 HAG, PR 8089, 21v.

Thirdly, for the economic benefit of Daman and Diu, the Plan also proposed that goods from these *Praças*, if transported to Goa, for exportation to the ports of Africa, would be exempted from the payment of exit duties at the *Alfandegas* of their respective *Praças*. On reaching Goa they would be deposited in the warehouses of the *Alfandega de Goa*, before being re-exported to the said ports of Africa. This simple transit would be permitted without the payment of entry or exit duties. However, if the goods were destined to move elsewhere, all the fixed duties would be charged, both at their *Praças* as well as at Goa.

Fourthly, according to the Plan, ships could sail freely from Goa not only to Moçambique but also directly to any other port of East Africa without calling at the *Fortaleza de Moçambique*. The duty charged would be one-fourth less than the prevailing rate at the Moçambique customs house. On the return trip these ships had to come directly to unload at Goa, and would have to pay half of the entry duties fixed there.

Fifthly, to promote and augment commerce and the manufactures of Daman and Diu, merchant ships belonging to these *Praças* and to Portuguese subjects, carrying the said manufactures from the ports of Daman and Diu, could sail directly to Moçambique and other ports of East Africa and could freely trade there provided the captain and one-third of the crew were Portuguese nationals. The ships would enjoy the privilege of paying only half of the export duties on goods at the respective *Praça* from which they had moved out. In case the goods were not manufactured at Daman and Diu, the customary duties in entirety would have to be paid at the said ports in the *Norte* and those of East Africa. The ships on the return voyage had to move directly and unload at the *Praça* from which they had moved out or at Goa. They would have to pay the customary duties in entirety on goods brought from Moçambique to that *Praça* but if brought to Goa, they would have to pay only half the duties.

There was bound to be reaction from Moçambique, from both its merchants as well as the local authorities to this new Plan.

On July 2, 1786, a representation was signed by fifteen Portuguese Christian merchants as well as Banias. Amongst them can be mentioned Vitorino Joze Gracias, João de Souza e Brito, D. J. Rocha, Joaquim Joze Rangel, Manoel Rangel de Souza, Lacamichande Motichande, Getta Mulgy, Rama Mulgy and Moraji Ambaidas. They stated that the Plan was extremely dangerous and requested for its suspension.¹⁵

The *Camara de Moçambique* had the following objections to make:¹⁶

15 AHU, Moçambique doc. 12 Aug. 1786.

16 AHU, Moçambique Caixa 52, doc. 2.

- that freedom of commerce would mean the extinction of the commerce of the *Praça de Moçambique*, as it would not be able to compete with the other *Praças*, which would sell off their goods at a cheaper rate;
- that there would be considerable loss of commercial revenues with the lowering of duties. *Estado de Moçambique* depended on the *Alfandega de Moçambique* for its annual income and the maintenance of the colony;
- that the multiplicity of *Alfandegas* would increase contraband. There would also be undue expenditure towards setting up these establishments and the payment of salaries. Besides there were not enough officials specially those of high calibre to man them.

The *Camara de Moçambique* made a strong plea on behalf of the *Praça de Moçambique* and the merchants residing there.¹⁷

It stated that the *Moradores* of the capital did not sustain themselves only on the produce from their coconut groves on the mainland but largely on the commerce at the port. That the capital was made populous and an emporium because of them. It further stated that the well-established commerce would end at the capital and the population which had been on the increase there, would in a few years' time move to other areas, in the absence of commerce to sustain itself.

But the Crown authorities rejected the demand for suspension of the Plan. *Moçambique* had to fall in line. The Plan was in force till the 1790s.

On analyzing the Plan and Regulation of Commerce under the *Carta de Ley*, it is obvious that it was totally lopsided in favour of *Estado da Índia*.

- The notion of Goa as a re-exportation port under *Alvará* of 1783 was re-emphasized and this was at the cost of Daman and Diu.
- The emphasis was on the promotion of Portuguese navigation and shipping to *Moçambique* as against that of the non-Portuguese and the private shipping of the *Banias*.
- In the battle between the port of Goa versus the port of *Moçambique* (both capitals of their respective States), Goa with its authorities and merchants won. Centralization of commerce at the *Praça de Moçambique* gave way to liberalization which affected the *Praça* and its resident merchants.

17 AHU, *Moçambique* Caixa 52, doc. 2.

An interesting argument was raised in the 1780s with reference to *Carta de Ley*, that until Goa produced textiles as manufactured at Cambay and Jambuceira, which formed the core of the textile consumption in East Africa, it would not be possible for Portuguese commerce to move out of the control and dependency of the Banias.¹⁸

To counter Bania monopoly and also because the textiles arriving at Moçambique from Goa would have to pay one-fourth less than the existing duties there, while those coming from Daman and Diu would have to pay duties in entirety, the *Fábrica Real de Cumbarjua* that had been set up in Goa in the 1780s, was being looked upon as an outlet for textiles in demand in Moçambique. It had been producing *lonas*, *panos de cafre*, *beatilhas*, *zuartes*, *chitas*, *cadeas*, etc. in imitation of textiles manufactured at Surat and Balaghat. *Fábrica de Taleigão* was another important unit though privately-run.¹⁹

Regular textile supplies produced at Goa did proceed to Moçambique till the early 1790s. But due to poor administration and financial constraints, the project was short-lived and *Fábrica Real de Cumbarjua* was wound up (Pinto 2000, 41-7).²⁰

Another Plan raised its head in 1797, that involved the formation of a Company in Lisbon, that would encompass the commerce of Moçambique, *Estado da Índia*, Malabar coast, Coromandel, Bengal and China (Pinto 1994, 117-9). This Plan too was lopsided, totally tilting towards *Estado da Índia* and to the detriment of Moçambique.

Conclusion

With the blessings of the Crown, *Estado da Índia*, specially Goa, seemed to have the upper-hand since the 1780s in the Western Indian Ocean. But the truth is that the turning point arose, when in 1783 French ships were allowed to enter Moçambique legally and in 1787 they were legally permitted to acquire slaves.²¹ Soon, what began as a trickle, led to a flood of human cargoes moving to the French islands in the Indian Ocean and to Brazil, giving rise to a trans-Atlantic global commerce. Merchants based in Moçambique definitely had a share in this trade and the commercial revenues of Moçambique might have risen sharply. Even Goa gained from this trade as may be seen from the Mhamai Kamat records

18 AHU, Moçambique Caixa 55, Doc. 3.

19 HAG, Moçambique 1446, 48-50, 111v-13, 169.

20 HAG, Moçambique 1446, 48-50, 111-3, 169, 182-3, 197-9.

21 AHU, Moçambique Caixa 54, Doc. 17.

housed in Xavier Centre of Historical Research, Goa. Therefore by the end of the eighteenth century, though the strategies for survival and revival did work for both the Portuguese colonies in the Indian Ocean but the colony that eventually benefitted the most was neither Goa nor Moçambique but far-off Brazil.

References

- ALPERS, Edward. 1975. *Ivory and Slaves in East Central Africa. Changing Patterns of International Trade in the Late Eighteenth Century*. London: Heinemann.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 1992. "A actividade da Companhia de comercio dos baneanes de Diu em Moçambique: A dinamica privada indiana no quadro da economia estatal portuguesa (1686-1820)." *Mare Liberum* 4: 143-61.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 1995. "The Trade Activities of the Banyans in Mozambique: Private Indian Dynamics in the Portuguese State Economy (1686-1777)." In *Mariners, Merchants and Oceans. Studies in Maritime History*, ed. K. S. Mathew, 301-21. New Delhi: Manohar.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 2002. "O bazaar e a fortaleza em Moçambique. A comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comercio afro-asiatico (1686-1810)." Ph.D. diss., Universidade Nova de Lisboa.
- AXELSON, Eric. 1969. *Portuguese in South East Africa 1600-1700*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- BAUSS, Rudy. 1997. "The Portuguese Slave Trade from Mozambique to Portuguese India and Macau and comments on Timor, 1750-1850: New Evidence from the Archives." *Camões Center Quarterly* 7/8: páginas.
- CAPELA, José. 1979. *Os Burguesias Portuguesas e a Abolição do Trafico da Escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 1993. *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 1995. *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. 2002. *O trafico de escravos nos portos de Moçambique*. Lisboa: Afrontamento.
- CAPELA, José. 2007. *Dicionario de negreiros em Moçambique 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- CARREIRA, Ernestina. 2014. *Globalizing Goa (1660-1820): Change and Exchange in a Former Capital of Empire*. Panaji: Goa 1556.
- ISAACMAN, Allen F. 1972. *Moçambique. The Africanization of a European Institution. The Zambesi Prastos, 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- LOBATO, Alexandre. 1957. *Evolução Administrativa e Economica de Moçambique 1752-1763*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- LOBATO, Alexandre. 1962. *A Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

- LOBATO, Manuel. 1995. "Relações Comerciais Entre a Índia e a Costa Africana nos séculos XVI e XVII. O Papel do Guzerate no Comércio de Moçambique." *Mare Liberum* 9: 157-73.
- MACHADO, Pedro. 2003. "A Forgotten Corner of the Indian Ocean: Gujarati Merchants, Portuguese India and the Mozambique Slave Trade, c.1730-1830." *Slavery & Abolition* 24(2): 17-32.
- NEWITT, M. D. D.. 1973. *Portuguese Settlement on the Zambezi: Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa*. London: Longman.
- PINTO, Celsa. 1994. *Trade and Finance in Portuguese India*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- PINTO, Celsa. 2000. "Spurt in Industrialisation: Fábrica Real de Cumbarjua." In *Goa and Portugal. History and Development*, ed. Charles J. Borges, Oscar G. Pereira & Hannes Stubbe, 41-7. New Delhi: Concept Publishing Company.
- RITA Ferreira, A.. 1985. "Moçambique e os Naturais da Índia Portuguesa." In *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas*, ed. Luis de Albuquerque and Inácio Guerreiro, 615-48. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Four Years in Mozambique. History of the Austrian Base in Delagoa Bay (1777-1781)

FRANZ HALBARTSCHLAGER

University of Vienna; VSIG – Scientific Association for History on Intercultural Studies

Introduction

My article deals with an episode of Austrian colonial history which took place in today's southern Mozambique, namely in Delagoa Bay, in the late 18th century. For four years, the flag of the Habsburg Monarchy flew over a trading base and its surrounding territory. Local princes had ceded this area in contracts to representatives of Empress Maria Theresa.

In today's Austria, this history is little known and hardly documented, which has a variety of causes. On the one hand, the colonial project was not a real success story, even the main players hardly had a base in Austria and, on the other hand the story does not really fit into the “non-colonial narrative” of today's Republic of Austria. In the research available on this topic (since the 1920s), the term “Austrian colony” is hardly ever used, but as a rule this episode of European presence in Mozambique is mentioned briefly as a “side effect” of the so-called second Austrian East India Company”; this company, with the acceptance and protection of the Imperial Court, maintained trading branches in South East Africa, India and on the Nicobar Islands for about 10 years.

On the Mozambique side, this brief episode of “Austrian presence” was almost given more attention and integrated into the founding narratives of the city of Maputo (formerly Lourenço Marques). The renowned historian Alexandre Lobato, who wrote numerous studies on the history of the country of Mozambique and the city of Maputo (Lourenço Marques), also presented arguably

the most comprehensive single work on this topic: *Os Austríacos em Lourenço Marques* (2000, published posthumously).¹

I will therefore present the history of this “*small colony*” – as William Bolts, one of the main protagonists, called it – and I will refer in particular to a collection of sources from the Austrian State Archives, namely the collection referring to the *East India Company in Trieste and Antwerp*. This collection comprises a total of seven portfolios (with approx. 50 documents each), whereby the portfolios 2 and 5 are particularly interesting for my depiction. They also include – in addition to copies – valuable original documents, which are of interest for the history of Mozambique in the late 18th century. To begin with, I would like to pick out three collections in particular:

- The original treaties between representatives of Empress Maria Theresa and the local princes of Delagoa Bay
- Map material outlining local conditions
- Descriptions of the country and people of the region from the perspective of European businessmen of the late 18th century.

On the basis of these sources, supported by secondary literature, I will now reconstruct the most important facts about this imperial base. But first of all, the prehistory and the context must also be briefly presented.

The Prehistory: Second Austrian East India Company

The establishment of an Austrian trading base in Delagoa Bay is very fundamentally related to the second Austrian East India Company, which existed from 1775 to 1785.

This trading company followed the tradition of the large European trading companies. Almost a century after the opening of the sea route from Europe to India by Vasco da Gama, European trading companies had become the dominant and most successful players in international trade between South Asia and Europe, above all the English East India Company (E.I.C.) and the Dutch Vereenigde Oostindische Compagnie (V.O.I.C.). These trading companies were mostly semi-public institutions that could count on state support (e.g. the military) on the one hand, but also enjoyed exclusive trading privileges (e.g. trading monopolies on specific products) on the other. On this basis they were able to generate high profits in international trade, but their business model was also

1 The work primarily usually Portuguese sources and is not known in Austria.

risky and costly for various reasons. In addition to international trade with the involvement of Europe, however, clever European traders and captains – often employees of the trading companies – also soon recognised the enormous potential of trade projects within and between continents, above all within Asia and between Asia and Africa.² They started business here on their own account, which yielded substantial profits and also circumvented monopolies of the trading companies. Depending on their possibilities and interests, the trading companies tried to hinder and/or combat this private trade.

The success of the English East India Company and the Dutch Vereenigde Oostindische Compagnie soon motivated other European countries, businessmen and princely courts to establish comparable forms of organisation for trade above all with South Asia. In the 18th century, the Habsburg monarchy did not have particularly favourable conditions for colonial projects and for a full participation in overseas trade. The structure of the state was complex and the political focus was on securing the inherited territories. In addition, there was the insecure border to the Ottoman Empire and the urge to keep the imperial dignity in the House. Access to ports was also not particularly ideal. Nevertheless, there were two attempts in the 18th century to establish international trading companies under the protective mandate of the Habsburg Court: from 1722 to 1727/1731, there was the Ostend Company, which was largely sacrificed for the political project of recognition of the Pragmatic Sanction and finally dissolved by the so-called Second Treaty of Vienna (March 1731) (Nagel 2007; Parmentier 2002; Serruys 2005).

However, the second Austrian East India Company, which – as mentioned above – existed from 1775 to 1785, is relevant for my article (Houtman-De Smedt 1999; Markov 1985; Meisterle 2007; Pollack-Parnau 1927). This trading company was based on an agreement between William Bolts and a consortium of bankers and merchants from Antwerp, led by Count Charles Melchior André Proli. From the outset, however, this constellation contained some misunderstandings and contradictions, which can be explained primarily by the different objectives of the main players. William Bolts, a key figure in this project, focused – a fact that was not openly expressed – on transactions in the above-mentioned country trade – while the group of investors around Count Proli had the greatest interest in direct trade between Asia (especially China) and Europe. The second Austrian East India Company was legitimised by a contract between Empress Maria Theresa and William Bolts, which was concluded on 5th June 1775. In it, William Bolts is designated as an “*imperial*

2 In the literature, the term *country trade* is frequently used for this.

subject” and receives express permission to equip ships under the imperial flag for trade with Asia. Material aid from the Viennese court was also promised. In addition, permission was granted to establish overseas trading posts under the imperial flag. It is expressly mentioned that the Court War Council made 32 cannons and two pieces of field from the Trieste arsenal available for equipping the ships and “*to be operated ashore in an emergency*”.³

The first project of the newly founded trading company was the expedition of the ship *Joseph and Theresa*, which was to sail from Livorno (Italy) to South Asia in the spring of 1776. The preparation and execution of this voyage was accompanied by certain difficulties, which had to do with the fact that the actual intentions of this voyage had to be largely disguised in order to present the European competitors, especially the E.I.C., with a *fait accompli*. This strategy was largely related to the person of William Bolts. In later disputes, his opponents in Portuguese sources described him as an *adventurer and pirate*.⁴ There are different opinions in the literature about the origin and assessment of Bolts.⁵ It seems certain that he was born in Amsterdam in 1738 and that his father most probably came from Germany. The imperial envoy in London, Count Baribano de Belgiojoso, calls him an “*Englishman born of German parents*”.⁶ As far as is known, Bolts was trained as a merchant in London and Lisbon. At the age of 22 he was already working in India as a trader or commercial employee of the E.I.C. In the following years he probably earned himself a considerable fortune by the more or less permitted private trade. Around this time, however, the E.I.C. made a certain change of strategy: the new governor Robert Clive had been trying (since 1765) to restrict the all too great freedoms of private traders and William Bolts was made an example in this respect. In 1768 he was arrested, transferred to London and his assets confiscated. In London, Bolts tried to take legal action against the measures, but this ended with his

3 From the outset, the project did not have just advocates at the court in Vienna. The progressive economic theorist Count Karl von Zinzendorf – a proponent of the ideas of Abbe André Morellet – spoke out against “state-funded” trading companies that were primarily aimed at the import of luxury goods, goods that only benefited a privileged group of society. Emperor Joseph II was not a pronounced supporter of the project either.

4 Finanz – und Hofkammerarchiv Wien (FHKA), Kommerz Litorale, copy of the octroi from Maria Theresia, 5 June 1775, Article 14, fol. 199v.

5 To date, there has been no comprehensive biography of William Bolts, but there are some works with biographical approaches: Gough and King 2005; Hallward 1920.

6 Letter from Belgiojoso to Joseph II, 1 November 1774, Austrian State Archives (ÖSTA), *Staa-tenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 4, fol. 4.

bankruptcy in 1773.⁷ Bolts was not intimidated by this defeat and developed new plans. Via the imperial envoy of the Habsburgs in London, contact was established with the Viennese Court, resulting in the aforementioned contract of 1775. Due to this prehistory, the E.I.C. had warned and feared that Bolts was planning a costly revenge for the humiliation he had suffered.

The expedition of *Joseph and Theresa* was led by William Bolts himself. The ship bought in England had a capacity of almost 700 tons. The cargo in Livorno was mainly copper, iron and rifles. As mentioned above, the Habsburg Court supplied cannons for the equipment of the ship and provided 25 soldiers (in concrete, 20 soldiers and 5 artillerymen) (Meisterle 2008). In total, the crew is said to have consisted of about 150 people, including women.⁸ The ship sailed with a delay in September 1776 from Livorno (Fontana 1782). Stopovers were made in Madeira and Rio de Janeiro. On Madeira, the first unpleasant incident occurred: Under pressure from the English agent of the E.I.C., the Portuguese governor of the island prohibited the loading of goods that had already been purchased. The E.I.C. undoubtedly wanted to prevent Bolts from returning to India as a merchant or a new competitor from succeeding on the Asian markets (Hallward 1920, p. 140). Nevertheless, the ship *Joseph and Theresa* continued on its way and landed in March 1777 on the south coast of today's Mozambique.

Arrival and establishment of an Austrian presence in Delagoa Bay

The beginning of the Austrian presence in Mozambique was rather unusual. Probably on 25th of March 1777 the ship *Joseph and Theresa* arrived in Delagoa Bay in the south of present-day Mozambique. The circumstances of this first contact are not clearly read from the sources or were also deliberately falsified. A landing in this bay was at least officially not foreseen, but perhaps a well-planned intention. According to reports by William Bolts, the ship was unfortunately stranded on a sandbank and had to be unloaded quickly so as not to lose the cargo. A short time later, the ship was released from the sandbank by the tide, but after landing they stayed.

7 Part of the campaign by William Bolts against the die E.I.C. was the publication of the book: *Considerations on India(n) Affairs, particularly Respecting the Present State of Bengal and its Dependencies*, London 1772. In it, he attacks the policy of the E.I.C. and draws on comprehensive insider knowledge. Today, this form of action would be called *whistle blowing*.

8 Konvolut Ostindische Companie Correspondenz mit den k.k. Hofstellen 1781, Nota des Hofkriegspräsidenten vom 4. September 1781, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 3, fol. 43r.

In the literature, there is a lot of speculation and interpretation based on the available sources as to whether the landing was accidental (i.e. a kind of shipwreck) or part of a targeted plan, which is supported by a number of factors. State Chancellor Prince Kaunitz, a strong supporter and promoter of the project at the Viennese Court, described the events of the landing and seizure of Delagoa Bay to Empress Maria Theresa in a very matter-of-fact manner. The note summarised the information Kaunitz had received most probably from Bolts previously in detailed letters: *“Bolts received from the head of this country, which is an independent black man, the property of the port in which no nation had yet settled and which is very advantageous in our considerations for the action. To formally take possession of it, he left a small bulwark with an imperial flag there. Bolts left 9 cannons and 10 persons behind to protect his Delagoa establishment when against all suspicions his ship was set into motion again by the high tide. But with the remaining equipage he sailed – without losing any of the cargo – to Surate.”*⁹

The contemporary witness, the Italian ship's doctor Niccolo Fontana, makes the landing in Delagoa Bay appear as a rather planned event. Of particular interest is his description of the state of the bay on their arrival. It says: *“Three rivers pour into this bay, which get their name from the kingdoms or principalities, which at first lie at their mouth. The middle one is called Marumo and is known in geography under the name of the Holy Spirit River. The western coast of the river, which is called Tembe by the natives, is low and boggy and overgrown with barren bushes. In the neighbourhood there are some swamps which, when the sea becomes low, fill the air with harmful fumes and a tremendous amount of tormenting insects. The opposite bank is higher and has a sandy and dry soil. The huts of the inhabitants are some distance from the river. When we drove up the river bank long ago, many of our people fell ill. In this sad situation we were even more offended by the fact that the food that was most beneficial to the sick people of the ship could not be brought in without difficulties. Before we continue, it will be necessary to note that as long as thick bushes overgrown the shores are not cut, the air must always be harmful to the inhabitants”* (Fontana 1782, 10f).

Although this description sounds inhospitable, Delagoa Bay was nevertheless a strategically well-chosen location. It offered freshwater and opportunities to gain food. Above all, however, it was a convenient landing point for private traders in the *country trade* described briefly above in the coastal areas of the Indian Ocean, who were able to buy coveted products such as ivory from local

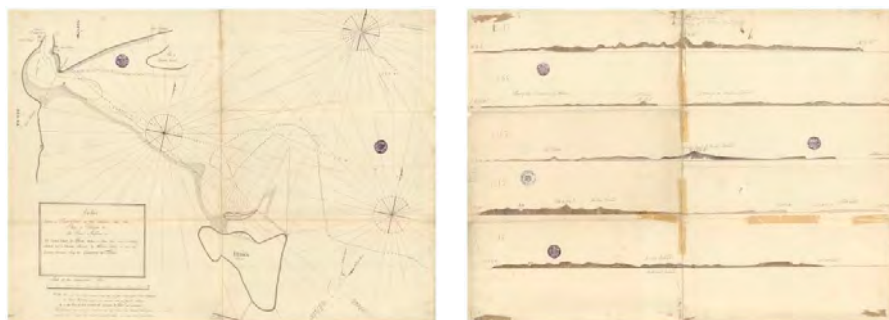
9 Letter from Kaunitz to Maria Theresia dated 27 November 1778, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2, fol. 43r.

traders or the local population. It is possible that Bolts had been here before in his time as an employee of the E.I.C., but there is no evidence for this.

Later Bolts will argue that at the time of the landing in 1777 this bay was ruled by a larger number of small and independent African kings and princes. With regard to a possible claim by other European powers, Bolts appeared to be well informed: the Dutch had indeed established a branch in the bay, but had left it about 40 years before the Austrians landed. Their base was on the same site where the Austrian fortress of St. Joseph was later built. Whether the remains of the Dutch factory were still present in 1777 is not clear from the sources. With regard to the Portuguese, Bolts stresses that “*Les Portugais ne peuvent point prouver par aucune histoire ou recit authentique leur conquet de cette parti la*”, also using the historical works of João de Barros and António de Couto as sources that had never mentioned the bay.¹⁰

Bolts documented the topographical information and also precise navigational instructions in two maps, which he possibly produced himself in May 1777. The originals of these maps with legends in English are kept in the Austrian State Archives. They are reasonably detailed and contain a number of interesting information that was important for the construction and maintenance of a trading base.

The first map documents the coastal environment of the bay, with special attention paid to the offshore *Ilha da Inhaca*. This island played a certain role in the future concept of the Austrian base, while the two *Xefina islands* received little attention. This map also has an elevation profile on the back.¹¹

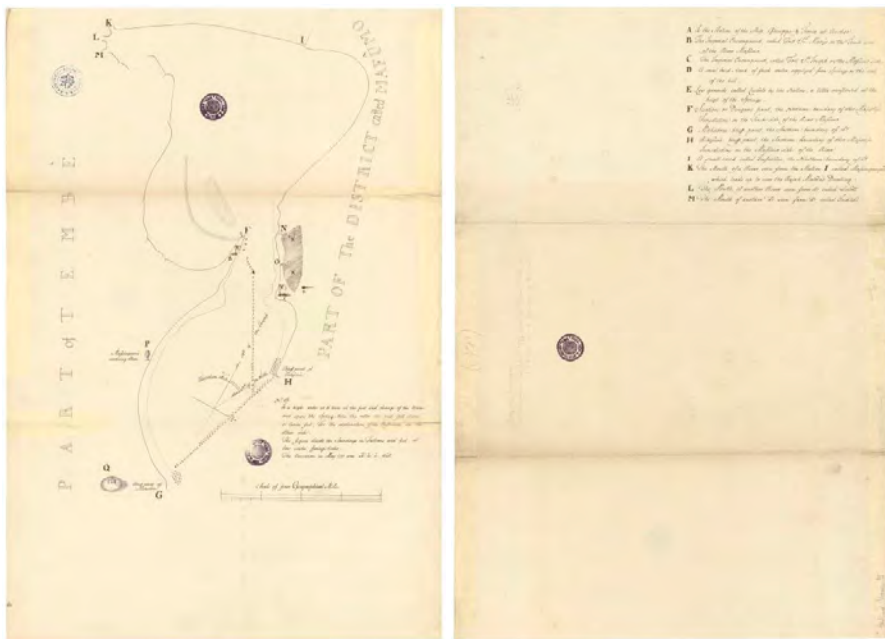


Map 1: Delagoa Bay, ÖSTA, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5, Konvolut C

10 Letter from Bolts to Kaunitz dated 20 August 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 1, fol. 246-290.

11 Korrespondenz der Hofkammer mit der Ostindischen Kompanie 1778 – 1781, Konvolut C., ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5.

The second map which in my opinion is more interesting, shows Delagoa Bay in more detail, with important key information such as the local ownership, the connection to the local river system, changes due to low and high tide and the drinking water supply. This map documents, so to speak, the “*imperial property*” in Delagoa Bay, contains the location of two fortresses, or rather “camps”, which are marked with flags of the Habsburg double eagle.¹² With regard to ownership, the second map shows that the region south of the bay was the Tembè area, while the part north of the bay is listed as *part of the district called Mafûmo*.



Map 2: Delagoa Bay, ÖSTA, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5, Konvolut C

Also in the possession of the Austrian State Archives are the original treaties that William Bolts concluded in the name of Empress Maria Theresa with the local kings Mohaâr Capell, the ruler of the Tembè people, and with their subordinate dignitaries Chibanzaân Matôla and Bilène Masoûmo. The treaties are available in several versions, all written in English and dated May 3rd and 7th, 1777. They were probably sent by Bolts as a supplement to a letter to Kaunitz dated 28th October 1778 to the Viennese Court. Bolts notes in his accompanying

12 *Ibidem*.

letter that the contracts were written in English because all of his crew who would have been able to draft the contracts in German were ill at the time.¹³

How and where exactly the negotiations that led to the conclusion of the contracts took place is not disclosed by Bolts. The signatures of the African contracting parties are in Arabic. In addition, there is an interesting hint in two of the five existing contracts: a certain Luiz Jozé Lopes, who calls himself “*native of this coast of Africa*”, states that he truthfully carried out the translations and interpretation that led to the contracts – with reference to the Holy Evangelists.¹⁴ On the side of the Austrian party, four of the five treaties were signed by William Bolts and testified to by six men from his team – “*signed and delivered in presence of Henry Bernett, André Daniel Pollet, Murdoch Brown, Roberto Barasino, Francesco Biagini, Pio Cecchetti*”. All documents also have original seals.

These documents are undoubtedly a particularly interesting source. In the following I would like to mention only a few points of the contracts that played an interesting role in the development of the branch. The most comprehensive contract is version no. 3, officially concluded in the name of Empress Maria Theresa with the “*mighty prince Mohaâr Capell, Rajah of Tembè*”. This contract is dated 3rd May 1777 and contains a total of 13 articles.¹⁵

Article 1 describes in detail the area which is to become the property of the emperor. It mentions the extent of the coastal areas as well as individual villages. These territories are transferred by the Treaty – as it says: “*entire and perfect sovereignty*” – to the imperial representatives. In return, gifts, goods and merchandise will be handed over; but there is no detailed description of the goods in the contract mentioned. Article 3 stipulates that fortresses may be built on the territory and that subjects of the Rajas shall have access to the imperial territory in order to trade. The same shall also be permitted to Imperial Emissaries in the territory of the Rajas (Article 4). A remarkable agreement is set out in Article 5: Imperial subjects should in future be allowed to farm on the territory of the Rajas – sugar cane cultivation is mentioned by name – and to set up manufactories. In return, only one per cent of the products produced should be delivered. Fields and production sites should belong to farmers and entrepreneurs forever and ever, as long as they pay the above-mentioned taxes. Article 6 and 7 are mutual extradition agreements for delinquents and refugees. In Article 8 and 9, the “*nation*” (of which Maria Theresa is the head) is given a priority position

13 Letter from Bolts to Kaunitz from Goga, 28 October 1778, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2.

14 Contract with Mohâar Capêll, Rajah of Tembè, 3 May 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2.

15 *Ibidem*.

in the Delagoa Bay: treaties which favour other nations shall also apply in the same form to “Austrians”. Article 10 deals with a product in which the Austrian East India Company had a particular interest: ivory. According to the agreement, with regard to the ivory trade, all sales stocks must first be offered to the imperial traders. Only if they do not show any interest in the goods should the local traders be allowed to pass them on to third parties.

The development of the Austrian colony in Delagoa Bay

If one analyses the treaty provisions of May 1777 in detail, one gets the impression that the Austrian branch in Delagoa Bay was not only a simple trading base, but also that a fortified and sovereign colony under imperial flag was in the making. This question is actually not so easy to answer even in the understanding of those involved. When the first news of the establishment of an imperial branch in Delagoa Bay arrived at the Viennese Court in May 1778 – these were the rumours that the imperial envoy transmitted in his reports from London – this information was first received with great enthusiasm. It was not until the autumn of 1778 that a larger inventory of detailed reports by Bolts (including the maps and treaties mentioned above) reached the Habsburg Court, confirming the rumours mentioned above. While Bolts very obviously speaks of a colony – also in the sense of a settlement colony – Prince Kaunitz, the most important political advisor of Maria Theresa and her son Joseph II, uses the term “*factory*” in his subsequent correspondence and sees the settlement on the coast of Mozambique on the one hand as a strategically ideally situated base for trade in goods from Africa and on the other hand as a convenient rest stop for travellers to East India.¹⁶

It is interesting to observe that a certain nervousness arose at the Viennese Court, as to how other European powers, in particular Great Britain and France, but also Portugal, would react to these developments. In particular, attempts were made to gain time and to await the return of Bolts on the ship *Joseph and Theresa* before making further decisions. At the same time, however, plans were discussed – as can be seen from the correspondence – which advantages could be derived from this colonial seizure of the Delagoa Bay. Nevertheless, the existing sources in the Austrian State Archives provide very little information about the following development of this settlement: structural measures, settlement, relations with the local population and links

16 Letter from Kaunitz to Maria Theresa dated 27 November 1778, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2, fol. 43r.

to the “*European motherland*”. This limited information can be explained above all by the short duration of the imperial presence.

The above-mentioned map of Delagoa Bay – as well as William Bolts’ correspondence – shows that the original plan was to build fortresses on both sides of the entrance to the bay, namely Fort St. Joseph on the west bank and Fort St. Maria on the east bank. In fact, only Fort St. Joseph was built for the time being. The construction of the first camps must have begun before the signing of the contract with the local princes in May 1777, which can be inferred from the wording of the contract, which literally says: “*the land on the western side of the river called Tembè [...] where the Imperial camp is now pitched*”.¹⁷ The location of the base was chosen favourably. Right next door there was a freshwater spring and with regard to the supply of food, as well as to promote trade, as a precautionary measure landing places for boats of the local population were built and a place for a bazaar was created.

What the buildings of Fort St. Joseph actually looked like is not known in detail and there are no contemporary images of them. Whether one can actually speak of a fort – especially in the early days – can rather be doubted. The historian and chronicler of the history of Lourenço Marques, Alexandre Lobato assumes that the fortified factory was built entirely of wood and rammed earth and covered with reeds. Furthermore he supposes that the main building was said to have had a side length of about 40 feet, which seems very small, and was surrounded by a wide veranda. In the middle there was a larger room for business transactions and perhaps also for representation purposes; in the four corners of the building there were smaller writing rooms as well as storage rooms. The entire complex was surrounded by a palisade (Lobato, 1948, p. 26f). Some disassembled ship cannons had also been set up for defence. The buildings could have looked like this at least at the beginning. But then there was probably no time for a massive structural expansion, based on supplies from Europe. The planned Fort St. Maria on the east coast of the bay was probably never built. Reasons for this are not mentioned in the sources, but are obvious: lack of personnel and building material. It is possible, however, that a ship’s cannon was placed here.

Instead, a settlement was built on the offshore island of Inhaca, which was laid out as a kind of colony of settlers, but also warehouses for trade were to be built there. The island offered good conditions for this. Niccolo Fontana, the above-mentioned ship’s doctor of *Joseph and Theresa*, raved about the site because “*the sublimity of the place, the cultivation of the soil and the free flow of*

17 Contract with Mohäär Capell, Rajah of Tembè, 3 May 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2.

the sea air make the stay healthy and pleasant" (Fontana 1782, 13). In a letter to Maria Theresa, Bolts writes that already in May 1777 the first buildings of "*stone, earth and straw*" had been erected on the island.¹⁸

When the Portuguese occupied the two bases militarily in the spring of 1781, their reports speak of very poor buildings and defensive structures. Fort St. Joseph therefore had 13 cannons at that time, but not all of them were operational; on Inhaca there were supposedly only barracks, but in the storerooms a lot of wood was available for the construction (Lobato 1948, 47-51). In addition – as can be learned from several independent reports of these years – there was an imperial ship which was cruising in the bay and was primarily used for regional trade.¹⁹

The number of Europeans present at the imperial base is not clearly documented from the sources available. The founding ship *Joseph and Theresa* had a crew of about 150 persons when it landed in the bay,²⁰ whereby – according to ship's doctor Fontana – several crew members were already ill at that time and some of them died a short time later. How many people remained in Delagoa Bay after the ship left in July 1777 cannot be said with certainty. In a letter from Prince Kaunitz to Maria Theresa, he mentions that Bolts had left behind 10 men at the base in South East Africa. Furthermore, he states that in the future costs will be incurred for the equipping of a crew of imperial soldiers in Delagoa Bay.²¹ From a report by Bolts to the Court War Council, it can be concluded that at least four of these 10 people who were left behind at Fort St Joseph were soldiers.²² So we are talking about very small groups of Europeans in the early days, and probably the whole time of the imperial settlement.

There is a very diverse picture regarding the origin of the people involved. It has already been mentioned above that in May 1777 Bolts found it difficult to find people who spoke German in order to draw up the treaty with the local princes in Delagoa Bay in German, as the imperial court might have wished. In fact, Bolt's entourage included men from various regions of Europe: English, French, Italian, German and Portuguese. With regard to the imperial soldiers sent, there

18 Letter from William Bolts to Maria Theresia, 28 October 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 3, fol 13r.

19 Letter from Jacques Jean van Dorselaer from Moçambique to Count Proli, 5 February 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 6, unfol.

20 There was also an unidentifiable number of women, including the wife of William Bolts.

21 Letter from Kaunitz to Maria Theresia dated 27 November 1778, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2, fol. 43r.

22 Letter from William Bolts to the Court War Council, 15 March 1781, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 3, fol. 68-69.

was the clear order from Emperor Joseph II. that only Protestants could serve on the ship because the court did not want to risk the life of Catholic subjects (Pollack-Parnau 1927, p. 33). Bolt's closest confidants were above all Englishmen, possibly people he knew from his time in the E.I.C. But Italian names also appear, for example, as witnesses to the above-mentioned treaties, a fact which is undoubtedly connected with the port of departure Livorno. However, one person played a special role in the further history of the branch: André Daniel Pollet, who was entrusted by Bolts with the management of the settlement in Delagoa Bay in July 1777. There are no biographical data on Pollet, especially not from the German-speaking world, although he himself was probably the son of German parents, but spent a good part of his life in Lisbon, where he probably also came into contact with William Bolts. Pollet presumably did not speak German, or hardly at all, while correspondence from him is available in Portuguese. He also wrote a diary which is an interesting source for the history of the Austrian settlement in Delagoa Bay and is written in Portuguese.²³

However, the largest population group in the imperial settlement was to be slaves. In Bolts' instruction for Pollet from the early summer of 1777 he recommends: "*you shall be supplied as soon as possible with 50 men slaves & as many women slaves for their wives for the purpose of agriculture & and for erecting the necessary buildings*".²⁴ The long-term plan was that these slaves and their descendants would not only be used as working slaves, but in future would also serve as soldiers at the imperial base. It is not clear how quickly this plan was implemented.

However, the need to increase the personnel at the base in Delagoa Bay was recognised at the Viennese court as well as by the cooperation partners of the East India Company. A letter dating from 1780 from William Bolts in which he recommended the settlement of 200 young and unmarried men to Delagoa Bay, including 50 soldiers, 20 sailors skilled in fishing, craftsmen, a doctor and priests. This project would probably have led to a stabilisation of the situation in favour of the imperial settlement, but was never really implemented (Babudieri 1966, 50). In actual fact, it is not discernible whether this project was ever discussed or considered. Two years later, a similar project was submitted to Emperor Joseph II. Jacob van Rönen, a native and very wealthy Dutchman, also under the mediation of William Bolts, was presented at the imperial court. Rönen wanted to establish an imperial settlement colony in the hinterland of Delagoa Bay, based on plantation economy and mining. In his concept, he described almost

23 A.H.C., Diário de André Daniel Pollet.

24 Instruction from William Bolts for André Daniel Pollet, 1 July 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5.

paradisiacal conditions that are said to have been found in the region: according to his description, the soils were particularly fertile and suitable for a wide variety of crops, and there were also many wild animals and extensive pastures. His concept envisaged a “*peaceful taking of land*”, without “*coercion or tyranny*”, as he writes in his application. From an organisational perspective, he wanted to take the land from the emperor as a fief and pay taxes for it regularly. The imperial settlement in Delagoa Bay was to offer protection to the newly founded settlement colony and be expanded with 250 soldiers.²⁵ This project never came to fruition either because it did not find any well-known advocates at the Viennese court.

Thus the Austrian base remained a very fragile body as far as European settlers or civil servants were concerned, but it was still a projection surface for all kinds of colonial concepts.

This very low level of personnel is consequently also relevant for the relationship between the Europeans in the imperial base and the resident population. Obviously there were tensions among the local rulers. The Tembè, under their prince Mohaâr Capèll, dominated the bay, while the Masoûmo tried to break away from this hegemony. In particular, the tribute prince Bilène Masoûmo, the “weakest contracting party” of the Austrians, saw in the presence of the Europeans a favourable opportunity to expand his power in the shadow of a fortified European base. The imperial settlement had thus been established in quite a politically sensitive place and Bolts did not only see disadvantages in it when he wrote, for example, in his instruction for Pollet: “*For this purpose it is rather a fortunate circumstance at this juncture there seems to be an irreconcilable enmity existing [...] and of this enmity you will of course avail yourself as circumstance may require.*”²⁶ Nevertheless, it is likely that the Austrians largely kept out of the conflicts that unfolded in the Bay in subsequent years. The historian Lobato describes it this way: unlike the Portuguese, who sought to actively intervene in conflicts of indigenous peoples and to decide them in their favour, the Austrians remained largely neutral, which is probably due to their inexperience with such processes (Lobato 1948, 23).

Apart from these major political developments, the sources also show good intentions with regard to relations with the local population. William Bolts was an experienced realist in this respect: for the supply of the small European colony with food, but above all for the access to lucrative trade products, a good

25 Discourses and cabinet letters, discourse from Kaunitz, 12 September and 26 November 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 2.

26 Instruction from William Bolts for André Daniel Pollet, 1 July 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5.

understanding with the local population was indispensable. In his Instruction for Pollet he writes literally: “*You must not however permit the Natives to be treated with haughtiness by our people, but must endeavour to honest them on all occasions*”.²⁷ And he goes on to say that it is advisable to acquire local languages as well, because this would make it even easier to tap the region’s trade potential. In order to promote the supply of local food to Europeans, it is also necessary to make it as easy as possible for African farmers and traders to gain access to the European branch. To this end, huts, a bazaar built and landing sites for boats were built.²⁸

The fact that relations with the local population were not friction-free is clearly evident from several sources. In the diary of André Daniel Pollet, the head of the Austrian factory after the departure of William Bolts, there are many references to minor incidents and conflicts, which repeatedly resulted in deaths. Mostly it was about a different understanding of price and possession, Pollet almost always talks about theft and robbery in this context. Pollet left Delagoa Bay in April 1779 on a merchant ship to India (Lobato 1948, 28-30). His successor became Pollet’s assistant, the Englishman William Manuaring. In his time the conflicts with the indigenous population probably increased. In a letter from Jacques Jean van Dorselaer, also an employee of the imperial branch, to the representatives of the Austrian East India Company, namely to Count Proli, he reports on an expedition led by William Manuaring upstream in the spring of 1781. On leaving the ship, the Europeans were attacked by a group of local warriors and killed with spears. Manuaring and 10 other people were killed during this “*affaire avec les Nègres*”.²⁹ The background of this expedition and the causes of the reaction of the local population are not known from the sources, but there are interpretations. It is possible that the Europeans wanted to extend the trade radius of the factory or that they had actually came into conflict between the local population groups.

In April 1781 Portuguese troops occupied the Austrian base and ended the short interlude, as I will explain in detail below. In fact some historians are interpreting, however, this short phase of the Austrian presence and, above all, the powerful trade boom in the bay had initiated a development which had a considerable influence on the local political power relations. The Tembè people, still the lords of the bay when the Austrians arrived, lost influence and were increasingly displaced by the Zulu over the following decades (Smith 1969).

27 *Ibidem*.

28 *Ibidem*.

29 Letter from Jacques Jean van Dorselaer from Moçambique to Count Proli, 5 February 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 6, unfol.

Trade and economic interests

As mentioned above, the Austrian settlement in Delagoa Bay was not a demonstration of power politics, but served mainly economic and trade interests. Although there are no systematically formulated colonial concepts for Delagoa Bay, three possible functions can be discerned in the various decision-making circles and in available sources: trading place, resting place, settlement colony.

Regarding trading place: Certainly of most importance was the base as a trading place to buy regional products and to ship them either to Europe or Asia with a profit, whereby the trade route between India and East Africa was undoubtedly more important and ivory and slaves were the most important “trading products”. The sources of the Austrian East India Company, however, only provide little detailed information on the actual trading volume and the importance of the branch for the trading company (Pollack-Parnau 1927). An exception is a list from the year 1782 – at a time when the branch was already conquered by the Portuguese but this was not yet known at the Viennese Court. At the time, the company was to be converted into a joint stock corporation and for this purpose assets (existing stock inventories) and liabilities were evaluated. Accordingly, the factory in Delagoa Bay had goods inventories (incl. ships) in the amount of 126,000 guilders. In comparison with this, the assets of the factories on the Malabar Coast were indicated at 244,000 guilders and the one on the Nicobar Islands at 48,000 guilders (Pollack-Parnau 1927, 75). This source leads to the conclusion that the trade branches in South East Africa were of considerable commercial importance for the company after all.

The ivory trade was undoubtedly prominent. It played a certain role throughout the 18th century. At the beginning of the century, the V.O.I.C. had established a branch in the bay. Their trade books show that around 5000 pounds of ivory were shipped from Delagoa Bay each year. After the Dutch branch was abandoned, English ships from India regularly landed on the coast to trade ivory, at least since the middle of the 18th century. There is no precise quantitative information about the volume of this trade, because it was mostly a not well documented private trade (Newitt 1997, 157-159). With the arrival of the Austrians in the bay, a new player came onto the market, which led to a strong expansion in ivory trade and at the same time to quantitative data. As mentioned already, the contracts with the local princes refer specifically to the ivory trade,³⁰ which suggests that the bay was obviously known for this trade product. The historian Malyn Newitt indicates that at the time of the Austrian presence in the Bay, some 75,000 pounds of

30 Contract with Mohâar Capèll, Rajah of Tembè, 3 May 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostin-dische Kompanie in Triest und Antwerpen 2.

ivory per year were negotiated, corresponding to about 300 to 350 tusks shipped to India or Europe (Newitt 1997, 159). These figures do not include the quantities purchased from other private traders in the bay. In the literature it is pointed out that the ivory trade had virtually “exploded” due to the Austrian presence in the Delagoa Bay, which was probably only partly true, but distorted the picture due to the now available sources (Carlson 1984, 118 and 153). In fact, the demand for the lucrative ivory by European traders had now risen sharply which probably led to an increase in the supply and thus the selling prices of the ivory.

A second economic mainstay was to be the slave trade. One of the most important shareholders of the Austrian East India Company, Count Proli was sceptical about the ivory trade, but wanted to establish a regular slave trade between Delagoa Bay and Latin America. In one of his letters to Bolts, he wanted to get an assessment of this business idea. In it he writes that he had heard that the slaves of the bay had a bad reputation because they committed suicide by suffocation as soon as they were loaded (Lobato 1948, 30f). William Bolts was – as mentioned above – not averse to any business idea, but did not see the big profits in the slave trade to America. He also recommended not to establish the slave trade directly in the bay, but to buy slaves on the northern markets of Inhambane, the *terra da boa gente* (Lobato 1948, 31). Nevertheless, a slave trade was established between Delagoa Bay and Mauritius Island, based on a contract between Bolts and the Portuguese merchant Manuel Simon de Santos, who – with significant profit sharing with Bolts – travelled the route Delagoa Bay – Gulf of Cambay – Mauritius and transported also ivory, cotton and clothes on this route (Meisterle 2007, 22).

Regarding resting place. A second function was to be a kind of intermediate port or resting place for the ships of the Austrian East India Company on the route to India or East Asia. Trade with Asia was the planned destination of the Company, although over the years interest increasingly shifted towards China. The more or less accidental landing of the ship *Joseph and Theresa*, the company’s first excursion, thus established procedures and structures that lasted for at least four years, although – according to the sources – not all the company’s ships were anchoring in the Delagoa Bay branch. Many other European ships docked in the bay, primarily interested in the lucrative trade between Africa and Asia on private account. Most of these ships were owned by English traders, some of whom William Bolts probably still knew from his time at the E.I.C. At least in theory, the imperial branch wanted to permit this trade only under certain circumstances and of course to demand taxes from the private traders. The bankers and partners of the company probably rightly suspected that Bolts and his employees applied various measures here and did not record all taxes correctly.

Regarding settlement colony. As mentioned above, in addition to a commercial settlement and a rest stop, there were also concepts that envisaged Delagoa Bay as a settlement colony or a plantation colony. The most interesting sources on this issue are, on the one hand, the contracts concluded with the local princes under the guidance of Bolts, which at least should make this option possible, but above all his extensive instructions for the head of the factory Pollet, which represent one of the most original sources for the Austrian settlement in Delagoa Bay.³¹ After signing the contract with the local princes at the beginning of May 1777, Bolts apparently went on a voyage of exploration in the bay and the neighbouring hinterlands and carried out an extensive “economic evaluation” of the newly acquired territory. On the one hand, this reveals a certain enthusiasm for the country, but on the other hand it also provides a deep insight into the “capitalist mentality” of a European trader in the late 18th century. Bolts tracks down profit opportunities in all corners and ends of what he values as a fertile and profitable country. Thus he sees possibilities to cultivate the most diverse plants on a large scale in the surroundings of the “*little colony*”: Sugar cane, rice, tobacco and cotton seem just as possible to him as various plants that have not existed on this stretch of the coast up to now; he mentions barley, wheat, coffee or pepper by name. Interesting is the passage where he writes that he brought seeds or seedlings from Europe and South America, which his gardener had sown or planted in the vicinity of the imperial settlement, including various fruits and vegetables and even wine grapes from Madeira. From Bolts’ point of view, the soil and climate seem to be highly suitable for everything,³² which would give the bay good conditions for a settlement colony based on plantation economy. However, this was not the case because, on the one hand, the presence of the Austrians was too short and, on the other hand the interest and framework conditions for a settlement colony were insufficient.

The most important aspect for the Austrian settlement in Delagoa Bay was – as mentioned above – the purchase of local trade products, with ivory and slaves playing the most important roles.

The End of the Imperial Establishment in Delagoa Bay

The establishment of an Austrian base in the Delagoa Bay had attracted international attention and was a foreign policy challenge for the imperial court from

31 Instruction from William Bolts for André Daniel Pollet, 1 July 1777, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 5.

32 *Ibidem*.

the very beginning. Portugal reacted to the “*ruthless land seizure*” by the “*pirate Bolts*”³³ in a very disgruntled manner and already in 1778 the first rumours appeared that Portugal could equip a warship from India to enforce its own-ership claims in the south of Mozambique. Vienna reacted to this with a kind of delaying tactic. Through the envoy in Lisbon, Count Lebzelter, they wanted to de-escalate and sit out the situation.³⁴ After a while the circumstances had calmed down from Maria Theresa’s point of view and in 1780 the Empress confirmed the privilege of protection for the settlement in Delagoa Bay, which was tantamount to a confirmation of the colonial status quo from the point of view of the Habsburg Court.

For Portugal, however, the Austrian presence in southern Mozambique was undoubtedly a thorn in their colonial ambitions. While the ivory trade flourished in Delagoa Bay, it had almost come to a standstill on *Ilha de Mozambique* (Carlson 1984, 118 and 153). In addition, there were conflict-laden incidents with Portuguese ships in Delagoa Bay. In December 1779, a merchant ship under the command of a Gonçalo Coelho Pinto was expelled from the bay by Austrian ships because they refused to pay duties to the Austrian factory. In another incident the following year, there were also injuries and deaths (Lobato 1948, 18-21). The Portuguese side took this incident as an occasion to find a definitive military solution to the problem. A report by the frigate captain Cunha da Ea of 22 February 1781 shows that the Delagoa Bay was almost deserted by Europeans and that the Fort St. Joseph had nearly no military value.³⁵

The attack of the Portuguese on the imperial settlement Fort St. Joseph took place on 31st March 1781. Joaquim Vicente Godinho de Mira had been commissioned with it. He led on his ship *St. Joaquim e Santa Ana* about 500 soldiers into the bay. He put part of the crew ashore, with the aim that they should conquer the canons first. According to his report, only 10 of the 13 canons were useable at that time. Soon the resistance was broken and the imperial flag on the fort was replaced by a Portuguese one. At this very moment, the Austrian ship *Le Comte de Proli*, coming from Bombay and loaded with rich commercial goods, had just docked at the bay. André Daniel Pollet, the former head of the Austrian factory, was also on board of the ship. Ship and cargo were immediately confiscated by the Portuguese, the crew arrested and later shipped to Goa (Lobato

33 Report by Lebzeltern, 15 January 1782,  STA, *Staatenabteilung Portugal* 22, Reports (varia 1787-1793), fol. 13r.

34 Diplomatic correspondence from the state chancellery 1777-1780, bundle 6, collection of letters from Lebzeltern, 12 November 1778,  STA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 4, fol. 30v.

35 A.H.C., report from Cunha Dessa, 22 February 1781, AHC, códice 1341, 214r.

1948, 47-51). It was much more difficult to take over the settlement on the island of Inhaca, which lasted until the end of April 1781. The Portuguese subsequently wanted to create a *fait accompli* and underpin their claims to Delagoa Bay. Even before Inhaca was taken, they began negotiations with the local princes. This was followed step by step by the establishment of a branch, which was primarily intended to bring the lucrative ivory trade under Portuguese control (Lobato 1948, 52-63).

However, the events still had a diplomatic aftermath. In the spring of 1782, the first information about the violent expulsion of imperial subjects from Delagoa Bay reached the Viennese court. Lebzelter, the envoy of the Habsburgs in Lisbon, was subsequently ordered to submit an official protest note. Portugal was regarded as a friendly royal court and was disgruntled about the military action. It was also emphasised that Portugal had never officially raised any resistance to the presence of Austria in Delagoa Bay. In this case, it was argued, an evacuation of the area through diplomatic channels could have been carried out.³⁶

The Portuguese court answered extensively and very directly in the person of Martinho de Mello, who at the time was Secretary of State for Overseas Affairs. The accusations were primarily directed against William Bolts, who was called a “*pirate*” by the Portuguese. In their opinion, he had abused the imperial flag out of personal interest and had hoodwinked both business partners and the Viennese court. In Lisbon, it was considered that the establishment – with the imperial flag – was to be regarded exclusively as a private enterprise. Consequently, the military action was not directed against the Emperor, but against the person of William Bolt. In addition, the Portuguese side emphasised that until 1740 a base was maintained in Delagoa Bay, which meant that the claims to the bay were older.³⁷

The diplomatic conflict continued for several years and Bolts still had a prominent advocate for his cause in Prince Kaunitz. Even in 1784 the Austrian East India Company still demanded compensation for the losses caused by the expulsion from Mozambique.³⁸ At the same time, plans were rolled out to have Delagoa Bay occupied again by imperial troops. But then the Habsburg Court increasingly lost interest in colonial projects, which was also connected with the failure of the settlement colony on the Nicobar Islands (1784).

36 Diplomatic correspondence from the state chancellery 1777-1780, bundle 6, Kaunitz to Lebzelter, February 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 4, fol. 27v.

37 Bericht von Lebzelter, 15 January 1782, ÖSTA, *Staatenabteilung Portugal* 22, Berichte (varia 1787-1793), fol. 13r.

38 Draft of a letter to Charles de Proli, 19 November 1784, ÖSTA, *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen 6, unfol.

Archives / Sources

AUSTRIAN State Archives (OeStA) / Haus-, Hof- und Staatsarchiv (HHStA), *Staatenabteilung*, Ostindische Kompanie in Triest und Antwerpen, seven portfolios.

Printed sources

- BOLTS, William. 1787. *Recueil de pièces authentique, relatives aux affaires de la ci-devant Société impériale asiatique de Trieste*. Anvers: publisher unknown.
- FONTANA, Nikolaus. 1782. *Die Reise des kais. kön. Schiffes Joseph und Theresa nach den neuen österreichischen Pflanzorten in Asia und Afrika*. Dessau/Leipzig: publisher unknown.
- SCHWEIGHOFER, Johann Michael von. 1782. *Versuch über den gegenwärtigen Zustand der österreichischen Seehandlung*. Vienna: Baumeisterische Schriften.

Bibliography

- ALLIXTO, Carlos Pereira. 1961. "A ação diplomática dos portugueses e a ocupação austriaca da baía de Lourenço Marques." *Actualidades – uma revista de Moçambique* 9/78: 11-13.
- BABUDIERI, Fluvio. 1966. *Trieste e gli interessi austriaci in asia nei secoli XVIII e XIX*. Padova: Cedam.
- CARLSON, Sven H.. 1984. *Trade and Dependency. Studies in the Expansion of Europe*. Uppsala: Uppsala University.
- GOUGH, Barry M. and Robert J. King. 2005. "William Bolts: An Eighteenth Century Merchant Adventurer." *Archives: The Journal of the British Records Association* XXXI/112: 8-28.
- HALLWARD, N.L. 1920. *William Bolts. A Dutch Adventurer under John Company*. Cambridge: University Press.
- HOUTMAN-DE Smedt, Helma. 1999. "The Ambitions of the Austrian Empire with Reference to East India during the Last Quarter of the Eighteenth Century." In *Merchants, Companies and Trade. Europe and Asia in the Early Modern Area*, ed. Sushil Chaudhury and Michel Morineau, 227-239. Cambridge: University Press.
- KALTENSTADLER, Wilhelm. 1969. "Der österreichische Seehandel über Triest im 18. Jahrhundert." *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* 55/1968: 482-497 and 56/1969: 1-104.
- KASPER, Franziska. 1996. "Kolonialland Österreich: die Österreichische-Ostindische Handelskompanie und William Bolts (1740-1808)." In *Weltreisende. ÖsterreicherInnen in der Fremde*, ed. Irmgard Kirchner and Gerhard Pfeisinger, 37-47. Vienna: Promedia.
- LOBATO, Alexandre. 1948. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Lusitânia.
- LOBATO, Alexandre. 2000. *Os Austríacos em Lourenço Marques*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

- MARKOV, Walter. 1985. "Die koloniale Versuchung: Österreichs zweite Ostindienkompanie." In *Österreich im Europa der Aufklärung. Kontinuität und Zäsur in Europa zur Zeit Maria Theresias und Joseph II.*, ed. Richard Georg Plaschka, Grete Klingenstein and Otto Drischel, vol 1: 595-603. Vienna: BWF and ÖAW.
- MEISTERLE, Stefan. 2007. "Die koloniale Ostpolitik des Wiener Hofes in den Jahren 1775-1785." *Wiener Geschichtsblätter* 62/4: 17-29.
- MEISTERLE, Stefan. 2008. "Country Trade unter kaiserlicher Flagge: William Bolts und die zweite österreichische Ostindienkompanie" *Zeitschrift für Weltgeschichte – Interdisziplinäre Perspektiven*, Jahrgang 9/Heft 2: 63-87.
- NAGEL, Jürgen G.. 2007. *Abenteuer Fernhandel. Die Ostindienkompanien*. Darmstadt: Philipp von Zabern.
- NEWITT, Malyn. 1997. *A History of Mozambique*. London: Hurst and Company.
- PARMENTIER, Jan. 2002. *Oostende & Co. Het Verhaal van de zuid-nederlandse oost-indiëvaart*. Gent/Amsterdam: Luidon.
- POLLACK-PARNAU, Franz von. 1927. "Eine österreichisch-ostindische Handelscompagnie, 1775-1785. Ein Beitrag zur österreichischen Wirtschaftsgeschichte unter Maria Theresia und Joseph II." *Vierteljahresschrift für Wirtschafts- und Sozialgeschichte*, Beiheft 12.
- SAUER, Walter. 2002. *k. u. k. kolonial. Habsburgermonarchie und europäische Herrschaft in Afrika*. Wien/Köln/Weimar: Böhlau.
- SERRUYS, Michael W.. 2005. "Oostende en de Generale Indische Compagnie. De opbloei en neergang van een koloniale handelshaven (1713-1740)." *Tijdschrift voor Zeegeschiedenis* 24/1: 43-59.
- SMITH, Allan. 1969. "The Trade of Delagoa Bay as a Factor in Nguni Politics in Africa 1750-1835." In *African Societies in Southern Africa*, ed. Leonard Thompson, 171-189, London: Heinemann.

A ilha de Moçambique no comércio mundial em finais do Antigo Regime: a carreira do armador goês Joaquim do Rosário Monteiro (1775-1814)

ERNESTINE CARREIRA

Aix-Marseille Université/CNRS/IMAF

Desde a década de 1970, as historiografias lusófona, francesa e anglo-saxónica têm vindo a produzir contribuições historiográficas decisivas sobre o impacto da abolição dos exclusivos do comércio marítimo europeu (companhias das Índias ...) na navegação transoceânica em geral e no tráfico de escravos em particular.

Pelo decreto de 1763, o marquês de Pombal foi o pioneiro dessa mutação decisiva (Carreira 1998). O ministro certamente agiu em situação de urgência porque precisava de abrir novos mercados comerciais para os armadores de Lisboa, arruinados pelo terremoto de 1755. Mas a Fazenda Real também não conseguia mais arquear com os custos da Carreira da Índia, ligação anual entre Lisboa, Salvador da Bahia, Moçambique e Goa. Além do mais, no conjunto do ultramar, os privilégios nacionais encontravam-se ameaçados por redes de comércio regional (cabotagem no Índico ou contrabando territorial no sul do Brasil) que se implantaram desde a década de 1730 (presença comercial francesa e inglesa nos portos do Estado da Índia por exemplo) sem respeitar as legislações soberanas. Entre as décadas de 1750 e 1770, as sucessivas decisões do Marquês de Pombal de:

- separar administrativamente a África oriental da autoridade de Goa,
- autorizar o acesso à ilha de Moçambique aos armadores de Lisboa, do Brasil e da Ásia,
- acabar com os exclusivos comerciais da comunidade baneane de Diu nos portos da costa oriental africana,

participaram de uma estratégia política de organização de uma nova geração de negociantes capazes de construir um mercado “interno” unificado. Na visão pombalina, o ponto de junção entre Atlântico e Índico deveria ser a Ilha de Moçambique: os Lisboetas podiam navegar para o Oriente, os asiáticos negociariam na costa da África Oriental, mas sem acesso ao Atlântico. Os Brasileiros podiam abastecer-se em têxteis indianos na ilha de Moçambique, mas sem acesso directo aos portos da Ásia.

No entanto, os estudos já publicados mostram que foi a liberalização total das rotas (entre 1801 e 1811) que permitiu a construção de redes nacionais entre os portos da coroa situados nos quatro continentes, que tanto no Índico como no Atlântico existiu uma lógica de rede que ultrapassava as fronteiras defendidas pelas autoridades soberanas e que respondia às necessidades dos mercados regionais. No que diz respeito à relação entre a África oriental e o Índico no período pombalino e pós pombalino podem-se citar, entre muito outros, os estudos pioneiros de José Capela (2002), Luis Frederico Antunes (2001a) e Gervase Clarence Smith (1989), os quais estudaram o enquadramento regional. Aurélio Rocha (1992), Manolo Florentino (1985) e Eugénia Rodrigues (2011) assentaram a ligação entre oceanos. As publicações mais contemporâneas de Luis Frederico Antunes (2001b) e Pedro Machado (2014) têm dado consistência às rotas subalternas, transnacionais, às logicas comunitárias e de mercados... Celsa Pinto (2003) e outros, como Bauss (1997), estudaram a ligação entre centro e periferia no contexto das relações comerciais entre Goa e costa africana...

O estudo de caso aqui apresentado propõe avaliar a ligação entre comércio regional e comércio global, pela acção da comunidade Goesa nas actividades marítimas da ilha de Moçambique entre o final da época pombalina e o ano de 1810. Este período foi marcado pela queda do principal mercado negreiro da ilha: as ilhas Mascarenhas e também pela abertura dos portos da costa oriental de África aos armadores negreiros brasileiros, acabando assim com os privilégios tradicionais dos armadores da ilha.

O percurso pessoal e profissional do negociante goês Joaquim do Rosário Monteiro acompanhou as diferentes mutações da história comercial da ilha. Ele não representa uma excepção no contexto marítimo da época, onde surgiram, a partir do final da década de 1770, as primeiras grandes firmas europeias privadas do Índico. Mas no que diz respeito à Ilha de Moçambique, a pesquisa historiográfica privilegiou, até aqui, personalidades reinóis ou baneanes.¹ A carreira de Joaquim do Rosário Monteiro tem interessando bem menos, talvez pela dificuldade de aceder

1 Além dos referidos trabalhos de L. F. Dias Antunes e P. Machado, podemos também citar: Bastião 2015, 25.

a fontes de informação suficientes sobre suas actividades marítimas. No entanto, o seu nome é constantemente citado na correspondência oficial dos governadores da ilha como um dos principais, por vezes até o mais importante, armador da ilha entre os anos 1780 a 1810. Ele acompanhou e agiu de maneira decisiva sobre a mutação comercial de ilha de Moçambique, a qual acabou por articular a sua velha função de porto periférico de Goa e uma nova realidade de porto integrado na mundialização comercial que seguiu o arranque da revolução industrial e da produção de matérias primas na América colonial, graças ao tráfico negreiro.

1. Comércio mundial dos escravos e fortunas do mar na ilha de Moçambique no final do século XVIII: os armadores cristãos

O percurso de Joaquim do Rosário Monteiro foi contemporâneo da emergência, em situação diaspórica, de uma elite cristã goesa (geralmente brâmanes herdeiros de gãoarias) cuja ascensão social e económica se afirmaria sobretudo até às duas primeiras décadas do século XIX na Índia britânica. O percurso de Rogério de Faria, uma das grandes fortunas do Oriente, tem vindo a interessar os historiadores indianos desde a publicação pioneira de Teotónio de Souza (1993). Mas no contexto africano, foi preciso esperar a legislação pombalina para ver emergir um grupo negociante goês identitariamente reconhecível. Foi de facto na década de abolição dos exclusivos da comunidade baneane que os cristãos goeses tiveram a oportunidade de se instalar para se dedicarem aos negócios marítimos. Nas décadas seguintes, foi este pequeno grupo pertencente às elites brâmanes de Goa – onde geralmente havia sido formado em línguas europeias e adquirido experiência das culturas indianas – que conseguiu impôr-se como intermediário entre os interesses atlânticos, as redes de abastecimento em produtos indianos e o comércio com os portos da costa africana. Como os baneanes, e nesse aspecto desenha-se uma característica indiana e não somente baneane como se havia avançado até agora, os Goeses que migraram para Moçambique também se comportaram como indivíduos em situação “diaspórica”, agindo em interação entre o seu espaço de trabalho e o seu espaço social de origem. No entanto, a colossal fortuna comercial que Joaquim do Rosário Monteiro adquiriu em duas décadas no comércio dos escravos africanos representa absolutamente uma excepção. E só conhecemos um caso comparável: a que Rogério de Faria adquiriu no comércio do ópio entre Índia e China.

Nada sabemos sobre a vivência goesa deste brâmane católico, descendente de gãoares hereditários de Lotulim.² Fora escassas alusões nas correspondências

2 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 5.

que mandou aos governadores da ilha de Moçambique, não dispomos de informações concretas sobre o seu percurso familiar e pessoal antes da sua chegada à África. Segundo um testemunho dado numa devassa, sabemos que nasceu por volta de 1751,³ e que chegou à ilha de Moçambique provavelmente em 1775 (José Capela anuncia 1774), deixando sua terra natal num período muito perturbado pelos conflitos de jurisdição em volta dos rendimentos das gãoarias (Rodrigues 2006, 455-466). José Capela situa as suas primeiras actividades de armador pour volta de 1783, data certamente dos primeiros pedidos de passaporte arquivados, mas Joaquim, num requerimento ao príncipe regente dom João, apontou o ano de 1778.⁴ Sempre por dedução indirecta situamos também sua data de falecimento em 1814.

Foi necessária uma interminável pesquisa (mais de 20 anos) nos arquivos de Goa, Lisboa, Rio de Janeiro, Aix-en-Provence... para juntar, confrontar e dar sentido às informações parciais existentes sobre este negociante. E para conseguir um esboço de mapeamento cronológico da sua rede de sócios, consignatários, correspondentes... nos portos regionais (costa da África Oriental, Mascarenhas, cabo de Boa Esperança Madagascar...), asiáticos (Goa, Bombaim, Damão, Diu, Tranquebar, Calcuta, Madrastra, Macau...), Sul-americanos (La Plata, Montevideu, Rio de Janeiro) e também europeus (Lisboa...). Podemos agora começar a reconstituir os contornos da sua actividade marítima próxima e longínqua, mas infelizmente a nossa pesquisa permanece ainda largamente incompleta no que diz respeito à sua experiência e redes de contactos no tráfico costeiro.

A data de chegada de J. R. Monteiro à ilha de Moçambique, coincide com os anos de transição entre os privilégios e exclusivos das coroas ou Companhias, e a legalização da livre navegação privada entre os portos da Europa e o Índico, entre a Índia e a China, assim como os portos da Índia portuguesa e a ilha de Moçambique... Nos grandes portos da Índia Britânica, nas ilhas Mascarenhas francesas... o modelo da *Agency House*, hoje largamente estudado pela historiografia anglo-saxónica, impôs-se rapidamente.

Uma jovem geração de negociantes (europeus, descendentes, asiáticos), não descendentes das corporações de mercadores, conseguiu, após uns anos de prática profissional (escrivãos, sobrecargas, funcionários) criar as suas próprias firmas e adquirir fortunas colossais articulando actividades de negócio, armamento, consignação, empréstimos bancários, seguros, produção agrícola colonial... Nos territórios portugueses, a legislação pombalina encorajou, desde a década de 1760, toda uma geração de jovens oriundos de meios rurais

3 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 115, Doc. 92.

4 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx.134, Doc 82, 4 Dezembro 1810.

(minhotos, goeses...) a formarem-se,⁵ a abandonarem os nobres, mas modestos, rendimentos da agricultura para se dedicarem a actividades comerciais nos novos centros dinâmicos do Índico (Bombaim, Calcuta, Moçambique...) e da América. O modelo das firmas da segunda metade do século XVIII seguiu em parte a tradição da rede familiar dispersa em vários portos, mas passou também a incluir sócios e consignatários em vários continentes e ilhas, com capacidade de manter contas duplas.⁶ Os consignatários assumiam as transações regionais, o giro e o crédito necessários à compra e venda das carregações transportadas tanto pelas frotas de comércio a longa distância como por aquelas que assumiam a cabotagem regional nos mares do Oriente.

Nas décadas de 1770 a 1810, o essencial das actividades das *Agency Houses* do Índico, girou em torno de seis pilares essenciais: escravos, prata (patacas), algodão em rama, têxteis, tabaco e ópio. De facto, uma das grandes mutações constatadas na sequência da abertura do Índico à navegação privada, foi a integração deste oceano nas rotas do tráfico dos escravos e das suas principais moedas de compra: os têxteis e depois a prata. Constatamos uma ausência de identidade de fronteira nesta jovem geração de homens de negócio europeus e orientais, os quais reconstruíram uma nova ordem comercial articulando os velhos portos periféricos com os novos centros dinâmicos, respeitando de maneira minimalista, por vezes até menos, as legislações nacionais vigentes. O percurso de Joaquim do Rosário Monteiro demonstra essa interpretação. A sua prosperidade pode ser atribuída à sua capacidade de articular tráfico negreiro, têxteis indianos e patacas americanas, ou seja, de pensar seus negócios em termos trans-continentais.

Antes de meados do século XVIII, a ilha de Moçambique e seus portos subalternos constituíam um conjunto periférico do Estado da Índia, cujas comunidades mercantes indianas, essencialmente baneanes, dominavam o comércio oceânico e a cabotagem costeira nos portos da África oriental. A mutação profunda decretada por Pombal a partir de 1763, levou cerca de duas décadas para se transformar em prosperidade. Mas contrariamente ao projecto inicial do Ministro, o dinamismo comercial da nova geração de negociantes indianos, metropolitanos e afro-descendentes transformou a ilha no caso paradigmático

5 Criou-se em Lisboa, a partir de 1759, e depois no Brasil uma aula de comércio para formar caixeiros, sobrecargas e futuros negociantes às novas técnicas de contabilidade e de correspondências comerciais. Nas famílias de tradição negociante, a experiência era adquirida pela prática, geralmente em casa de um sócio e num outro país (importância do conhecimento das línguas) (Santana 1985).

6 Na falta de fundos monetários, as trocas eram registadas em créditos e débitos entre correspondentes. Estabelecia-se um balanço anual durante o período da monção (ausência de navegação) e limitava-se assim a circulação de espécies monetárias.

de um porto submetido a uma legislação de exclusivo nacional⁷ (comércio proibido com nações estrangeiras até 1810) e que funcionou... quase exclusivamente como porto aberto ao comércio estrangeiro. Por causa da falta absoluta de recursos (monetários e militares), a coroa nunca conseguiu impôr uma legislação em contradição total com as condições do contexto económico local. De facto, apesar dos privilégios concedidos pela coroa, a ilha não possuía nenhuma das condições necessárias para desenvolver suas actividades marítimas: ausência de arsenal com estruturas de conserto de navios, ancoradouro que servia de alfândega....

Logo após a sua chegada à ilha, a 15 de Agosto de 1765, o governador Baltazar Manuel Pereira do Lago constatou o perigo da situação. Em certos postos da costa (Ibo, Querimba, Lourenço Marques...) a frágil defesa militar portuguesa encontrava-se ameaçada pela agressividade dos chefes africanos, entre os quais alguns já negociavam escravos directamente com os comandantes de embarcações negreiras francesas e britânicas, em troca de armas. Além do mais, a ilha conhecia carências alimentares severas, em particular entre 1765 e 1768, anos em que não apareceu um único navio de viagem de Lisboa e apenas um de Goa. Logo em 1766 as tropas da ilha passaram fome.⁸ A falta de moeda, cunhada na Índia, também dificultava ainda mais o giro do comércio. Obrigado a agir, o governador optou pela tolerância do único comércio que já nessa época dava lucros: o tráfico negreiro. Até à sua chegada, apesar do tráfico com navios estrangeiros ser proibido e considerado como contrabando, os governadores toleravam ocasionalmente a entrada desses navios, majoritariamente franceses, no porto. Os comandantes franceses ofereciam sistematicamente “presentes” pessoais aos representantes da autoridade soberana, e estes fechavam os olhos sobre a questão da legitimidade.

Baltazar Pereira do Lago oficializou os direitos alfandegários deste tráfico oficialmente ilegal (navios e escravos passaram a pagar taxas fixas logo a partir do início da década de 1770), os quais direitos se acrescentavam naturalmente... aos tradicionais presentes pessoais oferecidos à alta hierarquia portuguesa da ilha.⁹ Os direitos alfandegários trouxeram logo nos anos seguintes recursos monetários (patacas espanholas) que dinamizaram o giro do comércio local.¹⁰ Mas a

7 Ao longo do século XVIII e até 1801, a coroa reafirmou a proibição de aceitar o tráfico de embarcações estrangeiras na ilha e em toda a costa.

8 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 59.

9 Em 1753 havia-se imposto um direito de 3 cruzados por escravo adulto e dois por criança, para os navios portugueses. Baltazar Manuel Pereira do Lago impôs uma taxa de 5 cruzados por cada escravo exportado em navios franceses que procurava atrair exclusivamente para esta ilha.

10 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 59. 13 de Agosto de 1766.

maioria da prata recolhida continuou a seguir, até ao final do século, para a Índia, em troca de mercadorias de trato, como os têxteis, os alimentos (arroz...).

O funcionamento de novas instituições na ilha foi certamente um dos factores determinantes na aparição de jovens Goeses procurando uma situação profissional favorável. Sem ter aprofundado o assunto, pensamos que, logo a partir da década de 1740, a política de expansão militar dos governadores de Goa (*Novas Conquistas*) destabilizou a produção agrícola das *Velhas Conquistas*, por causa das incursões militares dos chefes de guerra maratas (entre eles os Sawant de Waddi por exemplo). Essa situação acelerou provavelmente o processo de migração das famílias de gãocares para os centros urbanos (caso por exemplo dos Mhamai Kamat) ou os portos subalternos. Encontramos de facto a presença, na ilha de Moçambique, de jovens como Upia Kamat já nos anos 1740.¹¹

Ao afastamento da comunidade baneane juntavam-se as carências demográficas e profissionais para o desenvolvimento da ilha. Eram necessários funcionários letrados para a nova alfândega. Graças aos lucros sobre o tráfico negreiro, entre as décadas de 1760 e 1780 foi sendo construído um novo edifício e organizada uma administração.¹² Sabemos que J. R. Monteiro, João da Silva Guedes (que chegou do Porto quase ao mesmo tempo que o Goês) e muitos outros ocuparam funções na alfândega. Também algumas outras estruturas urbanas (Câmara municipal...) foram surgindo à medida que a capital se construía, as quais necessitavam funcionários. A ilha de Moçambique foi elevada à categoria de vila, com os privilégios das demais vilas do reino (cartas régias de 7 e 18 de Maio de 1761) (Bastião 2009, 31). Nesse mesmo ano, Pombal mandou instruções ao governador Geral de Moçambique para favorecer o desenvolvimento de uma colónia de negociantes e armadores (Capela 2002, 140). Em 1763, foi também decretada a igualdade de direitos entre os reinóis e os cristãos do Estado da Índia.

11 Upia abasteceu alimentariamente a ilha durante a grande fome de 1746, a pedido do governador Caetano Correia de Sá, o qual depois recusou pagar a dívida a pretexto que o Goês tinha exagerado nos preços. Upia abriu falência, foi preso e depois rehabilitado por Baltazar Manuel Pereira do Lago. Em 1768 era de novo o principal fornecedor de arroz da fortaleza. Mas também desta vez não foi pago porque B.M.P. do Lago foi destituído em 1770. Ainda em 1778, Sandu Camotim, sócio do falecido Upia e procurador de seu neto, dirigia um requerimento ao rei de Portugal para recuperar a dívida. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 58, Cx. 29, docs. 46 e 67; Cx.32, doc. 42; Cx. 28, Doc. 86.

12 Anteriormente, quando os navios chegavam, as operações alfandegárias eram efectuadas a bordo, sem desembarcar as mercadorias. Nos anos 1720 parece ter existido uma casa da alfândega, mas não deve ter funcionado regularmente porque encontramos em data de 9 de Junho de 1753 uma provisão criando a alfândega. As alfândegas de Ibo e Cabo Delgado foram criadas respectivamente em 1787 e 1780. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 19, Doc. 93; Caix. 54, Doc. 52. Ver Capela 2002, 140.

Mas esta nova legislação viria a ser aplicada em Goa somente a partir de 1774, o que explica talvez a escolha de jovens como J. R. Monteiro de migrar para Moçambique, onde as oportunidades eram mais importantes.

Como nos portos Britânicos, os jovens cristãos goeses candidatos à migração para Moçambique podiam também contar com um núcleo populacional goês já residente, com o qual podiam existir laços anteriores: mesma aldeia, parentesco, casta.... Falta-nos ainda um estudo genealógico para identificar os membros da comunidade goesa residente nos anos 1770. Sabemos que até aos anos 1760 os canarins da ilha eram sobretudo deportados de baixa condição social e que exerciam actividades militares. Os relatórios mandados para Lisboa apontam a presença de duas dezenas de canarins no final do século XVII, e de 200 indivíduos na ilha e redondezas nos anos 1730. Certamente, o número de deportados indianos declinou após a separação administrativa da África oriental porque, em 1766, a ilha contava apenas 181 cristãos, entre os quais 74 naturais da Índia.¹³ O Governador B. M. P. do Lago pediu nesse ano um grupo de cipaio para a defesa militar da ilha. Acolheu no ano seguinte 63 Canarins vindos de Goa (entre os quais 6 oficiais).¹⁴

Quando Joaquim chegou à ilha em 1775, ele também pôde contar com o acolhimento do clérigo local da ilha, integralmente goês e brâmane.¹⁵ Apesar de não termos aprofundado o assunto, podemos supor que a rede de parentela destes religiosos poderá ter representado um dos primeiros incentivos à migração dos jovens goeses formados (em particular os de Lotulim, aldeia brâmane com escolas e ensino religioso). Apontavam-se já na ilha 400 habitantes cristãos em 1777, anos de chegada de Silva Guedes e de Monteiro e... 550 em 1785. Esta evolução demográfica dos cristãos foi sem dúvida ligada ao aumento da presença do grupo socio-profissional dos mercadores, negociantes e outras profissões directamente ligadas ao comércio dos escravos. De facto, sabemos que apenas 10 anos antes, em 1667 a ilha contava somente quatro negociantes cristãos. Em 1784 as estatísticas oficiais apontavam já 18 negociantes cristãos em actividade. Esta rápida mutação social da corporação dos negociantes resulta em grande parte da evolução da legislação real, a qual discriminou os baneanes a partir da década de 1770. Além das perdas progressivas dos seus exclusivos, limitou as suas actividades à ilha de Moçambique a partir de 1783. Os armadores baneanes foram então obrigados a estabelecer associações com cristãos (testas de ferro certamente no início). O que representou também a primeira grande oportunidade para esta

13 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx.26, Doc. 82.

14 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 23, Doc. 47; Cx. 26, Doc. 67. Ver Rodrigues 2006.

15 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 59; Cx. 29, Doc. 75; Cx.18, Doc. 58; Cx.13, Doc. 36.

recém-chegada comunidade de jovens reinóis e Goeses, sem tradição familiar nas profissões do negócio e sem fundos para inventir no comércio marítimo.

Não dispomos de informações suficientes para avaliar as redes de contactos profissionais anteriores à chegada à ilha de Moçambique. De facto, J. R. Monteiro chegou em Moçambique com 24 anos, o que já representava uma idade muita avançada para uma aprendizagem e uma primeira experiência profissional, e até para uma migração de tipo “diaspórico”. Três anos depois, em 1778, realizou os seus primeiros investimentos pessoais no comércio marítimo, o que prova que ele deve ter adquirido uma experiência anterior em Goa ou Bombaim, e que veio talvez mandado como agente local de um negociante goês. Em 1775, as principais actividades da ilha ainda eram dominadas pela comunidade baniane, virada prioritariamente para o negócio do têxtil e do marfim. Em contrapartida, Goa era, desde o século XVI o principal centro de tráfico de escravos do Índico ocidental. E continuou a sê-lo até ao final da década de 1770, exportando para o Índico, os escravos que chegavam da ilha de Moçambique pelos navios de viagem. Até à abolição dos privilégios de navegação da *Compagnie des Indes* e *East India Company*, os agentes destas últimas encomendavam majoritariamente seus escravos africanos em Goa (Souza 1989: páginas; Carreira 2014, páginas). A geração goesa de J. R. Monteiro teve, portanto, a oportunidade de se formar no ramo do tráfico negreiro em Goa e de migrar para Moçambique com uma rede de contactos já estabelecida. O mesmo aconteceu com o reinóis, que geralmente chegaram à ilha após uma primeira experiência comercial no Brasil. Podemos portanto afirmar que a orientação exclusivamente “negreira” da economia de Moçambique, a partir do final da década de 1770, talvez não tenha sido somente devida às mutações do comércio europeu no Índico, à evolução do comércio mundial dos escravos, mas também consequência da chegada de um jovem grupo cristão com uma competência profissional já afirmada e que se revelou imediatamente operacional.¹⁶ No início da década de 1770, a ilha vendia em média uns 1000 escravos por ano os Franceses. Mas estes também frequentavam discretamente os portos da costa (mais de 1500 embarcados em Querimba na mesma época). O mesmo acontecia com os Britânicos em Lourenço Marques.¹⁷ A substituição da corporação baniane por um grupo cristão capaz de assumir

16 Todos os vice-reis, inclusive o futuro Marquês de Alorna, confirmaram a proibição feita à ilha de Moçambique de comércio com navios estrangeiros e a necessidade para Goa de manter a exclusividade do comércio de escravos com os estrangeiros. O surto global da procura de escravos a partir na década de 1770 favoreceu Goa como Moçambique, mas apesar de tudo Goa tentou em vão, até à década de 1780, de bloquear as actividades negreiras de Moçambique. Historical Archives of Goa (HAG), *Monções do Reino*, Vol. 121A [1628 à 1749], fl. 27, 74rv, 75rv.

17 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 30, Doc.36.

o papel de intermediário entre autoridades portuguesas e capitães estrangeiros desembocou na transformação da ilha de Moçambique em principal centro do tráfico negreiro do Índico logo a partir do início da década de 1780. Pelas informações que cruzámos, a ilha parece ter exportado 5 a 7000 escravos por ano entre as décadas de 1780 e 1810.¹⁸

Joaquim do Rosário Monteiro chegou à Ilha de Moçambique pouco antes da guerra de independência dos Estados Unidos, a qual representou no Atlântico, uma vitória da França contra a Grã-Bretanha. Mas na Índia os territórios franceses foram ocupados (entre 1778 e 1785) e as autoridades, como os negociantes franceses, expulsos para as ilhas Mascarenhas. A maioria por ali ficou, investindo na agricultura e sobretudo no novo e lucrativo ramo de comércio entre as ilhas e o Atlântico: o tráfico de escravos. A abertura do Índico aos armadores europeus representou a possibilidade de criação de uma nova rota negreira transoceânica entre a África oriental e a América. Os portos de Moçambique e Port-Louis (Maurícia) iriam tornar-se, durante cerca de quatro décadas, as etapas incontornáveis dessa rota. Port-Louis, que em 1785 passou a ser a capital dos estabelecimentos franceses de além Cabo, em substituição de Pondichéry, tornou-se então o principal parceiro comercial da Ilha de Moçambique.

O sucesso dos Goeses em relação aos baneanes, nas actividades associadas aos Franceses, devia-se ao seu conhecimento da cultura e das práticas do comércio ocidental. Dominavam geralmente uma ou várias línguas latinas e alguns trabalharam em Bombaim e praticavam o inglês.¹⁹ Joaquim foi um dos primeiros, em Moçambique, a praticar o francês e a viajar regularmente para Port-Louis. Isso explica que, para actividades de consignação, tenha tido uma grande vantagem sobre os negociantes baneanes. A sua vivência indiana também o habituara a lidar com outros grupos étnicos, religiosos e culturais. Durante toda a sua carreira, negociou em associação com grandes negociantes muçulmanos e hindus (Assane Valy até 1801 e depois Laxmichand Motichand), católicos, protestantes... Os Monneron, pilar da sua fortuna, eram protestantes e adeptos da maçonaria.... Entre 1778 e 1810, ele viajou constantemente a bordo dos navios que armava, dirigindo as negociações, acumulando contactos e informações actualizadas que lhe permitiam antecipar e sobreviver aos desastres (naufrágios, confiscações...) que sofreu quase anualmente. Apesar de continuar ligado, por razões familiares e depois matrimoniais, a Goa, ele contribuiu de maneira decisiva para a queda do mercado negreiro em Goa, a favor da ilha de Moçambique.

18 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 57, Doc. 3; Cx. 113, Doc. 47; Cx. 107, Doc. 102.

19 Numa devassa arquivada em 1787, J. R. Monteiro apresentava-se como “agente e intérprete dos navios franceses que vinham à ilha”. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 5.

A historiografia contemporânea propôs várias grelhas de avaliação do número global de indivíduos reduzidos à escravidão e exportados entre os anos 1770 e 1820. Manolo Florentino e José Capela avançam um total de 200.000 captivos embarcados na África Oriental portuguesa (Querimba e sobretudo Ilha de Moçambique) para ilhas Mascarenhas (Capela 2001, 371-386). A América representou um mercado mais tardio, apesar da existência de uma legislação pom-balina legalizando a rota desde a década de 1760. Joaquim foi também um dos pioneiros na abertura ao mercado sul-americano, para onde iriam ser transportados, até meados do século XIX, cerca de meio milhão de indivíduos (Carreira 1997). O tráfico para a Ásia portuguesa resta ainda hoje pouco estudado. Não dispomos ainda de estatísticas construídas, mas podemos avançar, para o século XVIII, a possibilidade de deportação de mais de 300.000 Africanos, levando em conta que, tanto Goa como Damão e até Diu receberam anualmente, até à década de 1770, várias centenas de escravos.

Entre 1783 e 1786, por ordem do ministro Martinho de Melo e Castro, a elite dos negociantes de Goa e da ilha de Moçambique (que já incluía Joaquim do Rosário Monteiro) foi consultada no âmbito da criação de um plano comercial para o desenvolvimento conjunto dos dois territórios. A coroa desejava criar uma alternativa ao tráfico de escravos feito pelos estrangeiros nos seus portos da África oriental. Logo em 1784 foi criada uma sociedade de acionistas em que cada membro deveria comprar 1000 cruzados de ações. Na ilha, já dezoito cristãos e treze baneanes tinham uma fortuna suficiente para esse investimento, entre os quais J. R. Monteiro. Os dois grupos negociantes também obtiveram em 1786 a supressão de direitos alfandegários na navegação directa entre Goa, Damão, Diu e a costa africana. Os navios da Índia podiam ser isentos de direitos com condição de passarem pela alfândega de Goa quando regressavam à Índia.²⁰ Este conjunto de medidas enterrava definitivamente os antigos exclusivos baneanes e legalizava paradoxalmente até o tráfico de escravos com as Mascarenhas, porque Port-Louis passou a ser o porto de escala regular dos navios armados pour J. R. Monteiro entre Moçambique e a Índia.²¹ Em 1787, a elite mercante da Ilha obteve o reconhecimento e a protecção da coroa com a criação da *Real Junta do Comércio de Moçambique*, da qual J. R. Monteiro foi também um dos membros fundadores.

Alguns anos depois, em 1790, o governador de moçambique, Antonio Manuel de Melo e Castro, a pedido do Ministro Martinho de Melo e Castro, estabeleceu o relatório seguinte sobre o dito plano de desenvolvimento dos anos 1780:

20 HAG, *Monções do Reino*, Vol. 164 F [84-85], fl. 1624 rv.

21 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 41, Doc. 38.

“Devo dizer a vossa excelência que do referido plano nenhum proveito até aqui tem resultado a esta colónia [...]o comércio de moçambique vai florescendo, os direitos da alfândega têm se aumentado ao duplo dos rendimentos dos anos atrasados, e tudo por uma espécie de milagre parece ter mudado de face nestes três anos: e da felicidade que experimenta esta colónia todas as praças do norte se aproveitam e Goa a participa com elas, mas este milagre, vossa ex^{cia} o sabe, é obrado pela importação das patacas, e pela exportação dos cafres, ramo de comércio que sendo agora cultivado com mais calor, tem animado, e vivificado esta praça que já enlanguecia com a diminuição do ouro, e do marfim, que não podiam contrabalançar as importações do que nela entrava e a deixavam sempre em débito com as praças do Norte”.²²

As conclusões do governador podem ser confirmadas pelas estatísticas de circulação e vistorias de navios. De facto, fora os três navios anuais de viagem que saíam de Goa, Damão e Diu, não houve mais armamentos privados. Mas no sentido contrário, os lucros do tráfico negreiro permitiram aos negociantes da ilha de armarem navios para a Ásia. Em 1789, seis navios chegaram a Moçambique, em proveniência da Ásia. Excepto os três de viagem, dois entre os três outros haviam sido armados por J. R. Monteiro, que mandou até 1794 um a dois navios anualmente à Índia (Malabar e costa do Coromandel), com escala em Port-Louis na ida como na vinda.

Joaquim do Rosário Monteiro foi certamente o armador que mais contribuiu para a rentabilidade da alfândega da ilha e por consequência para a sua prosperidade. Aliás, as poucas informações pessoais que conseguimos reunir sobre ele foram encontradas nos processos de corrupção e conflitos alfandegários. Durante toda a sua carreira, este negociante tentou manter excelentes relações com os governadores nomeados pela coroa, dando até o nome de um deles a um navio: o *General Isidro*.²³ Mas os arquivos também conservam alguns conflitos sérios, geralmente devidos a recusas de passaportes ou exageros nas exigências de pedidos de “presentes” pessoais pelos governadores aos capitães de navios estrangeiros remetidos à consignação de Monteiro. Nesta época, não sendo “legalmente” admitido o negócio marítimo estrangeiro na ilha, os comandantes dos navios franceses praticavam sistematicamente “falsas arribadas” no porto pretextando avarias nos navios.²⁴ Além dos direitos que deviam pagar à alfândega, cada capitão, segundo a capacidade do navio, oferecia um presente

22 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 61, Doc.14; Cx. 57, Doc. 3.

23 Isidro de Almeida Sousa e Sá, governador de 1801 a 1805.

24 As leis marítimas comuns a todas as nações europeias, proclamadas em 1715 e confirmadas em Portugal ainda em 1795, permitiam receber navios em perigo e vender de mercadorias para pagar consertos.

pessoal de 1500 a 2000 cruzados ao governador, ou aos membros dos governos provisórios. Ouvidores e governadores recebiam também sistematicamente um presente pessoal de 6400 reis pour cabeça de escravo exportado. Monteiro, que foi um dos pilares dessa corrupção generalizada da administração, mas não hesitou em denunciar, nas devassas, os que impediam seus negócios.

O primeiro processo em que seu nome aparece data de 1787 e diz respeito à devassa ordenada dois anos antes (21 de Março de 1785) pela rainha dona Maria I contra o governador Vicente Caetano de Maya.²⁵ Este havia recusado um passaporte para o navio *Diamante*, um dos primeiros co-armados por Joaquim. Segundo a própria declaração de Monteiro, a corrupção começara durante o governo de Baltazar Manuel Pereirado Lago (1765-1779). Seus sucessores procederam da mesma maneira e Monteiro acrescentava que ele remetia pessoalmente o dinheiro e os presentes (relógios, vinhos, licores, tabaco, panos...) dos seus clientes (capitães franceses, ingleses, espanhóis...) aos governadores.

A importância das somas exigidas, entre corrupção e direitos alfandegários, levou armadores como J.M. Monteiro a desenvolverem artimanhas financeiras de contorno ao pagamento. A “dupla propriedade” nacional foi uma das constantes da história do tráfico em geral e da carreira de J. R. Monteiro em particular. O navio tinha oficialmente um armador e uma bandeira portuguesa assim como um armador e uma bandeira francesa. Beneficiava dos privilégios dos vassalos franceses em Port-Louis, Pondichéry... e idem dos portugueses no Estado da Índia e nos portos da costa africana. Evitava-se assim, de um lado como do outro, os pesados pagamentos de direitos devidos pelos estrangeiros.

O governador de Moçambique denunciava assim os negreiros ingleses e franceses em 1787:

“Estes navios da Ásia compoem quasi toda a sua equipagem de estrangeiros porque não há Portugueses – com o pretexto desta necessidade os mesmos estrangeiros são os armadores– eles ajustam um Português com o título de dono, que fazem capitão ou caixa, com alguns Portugueses mais, este tira um passaporte em Goa, e com a nossa bandeira, e denominação portuguesa que traz o navio, querem gozar da referida liberdade da lei para irem comerciar aos ditos portos. Isto se tem verificado de facto proximamente com uma corveta denominada Minerva, vinda de maurícia com bandeira portuguesa, em virtude de um passaporte, que Joaquim do Rosário Monteiro, comerciante desta praça de Moçambique, intitulado dono dela obteve em

25 Vicente Caetano da Maya e Vasconcelos, que havia por três vezes governado a África oriental entre 1779 e 1786.

AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 5.

Goa do governador e capitão general dom Frederico Guilherme de Sousa, com a faculdade de comprar navio na costa de Malabar, ou na Ilha de França, e navegá-lo para esta costa, e com efeito vindo de Goa à mesma ilha, ali os Franceses lhe deram fingida sociedade na dita curveta, totalmente composta de equipagem francesa para vir fazer a referida negociação, com o pretexto de ser português”.²⁶

Apesar dos estratagemas utilizados para reduzir as taxas fiscais das transacções comerciais, foi o peso da fiscalidade que acabou por afundar financeiramente J. R. e alguns outros armadores a partir dos primeiros anos do século XIX. De facto, a ausência de uma casa de seguros ou até de uma organização de seguros ligada à Junta do Comércio, como era o caso em Lisboa, representaram a grande fragilidade dessa época de prosperidade. Em caso de naufrágio, confiscação, falência de sócio ou atraso do navio no mar, o armador de Moçambique estava na obrigação de arcar com os custos da perda. Alguns dos grandes navios ou armamentos perdidos por J. R. Monteiro tinham sido assegurados em Port-Louis e Bombay, mas não foi o caso da maioria. E apesar da perda da embarcação e da carga humana (que geralmente morria afogada), o armador continuava a dever à Fazenda Real o preço do passaporte do navio e a taxa da exportação por cada escravo. Após um primeiro colapso financeiro a meados da década de 1790, J. R. Monteiro conseguiu réequilibrar os seus negócios a partir de 1801, graças a novos sócios e ao desenvolvimento do tráfico com o Atlântico sul. Em 1804, ele escrevia ao príncipe Regente que a sua sociedade de armamento pagava a ela só 25% dos rendimentos da alfândega da ilha (16 a 20.000 cruzados anuais por pagar, contando as dívidas atrasadas). Apesar de uma actividade de armamento frenética entre 1803 e 1808, este armador passou os seus dez últimos anos de vida à beira do precipício da falência, obrigado a viajar sem parar com seus navios para gerir o melhor possível as vendas, para evitar os embargos em certos portos onde as dívidas alfandegárias não pagas se acumulavam (como no Cabo da Boa Esperança por exemplo). Passou até a maioria dos navios para o nome de irmão, primo e genro para evitar confiscações e embargos. Conseguiu por duas vezes obter do Regente o perdão parcial de sua dívida à Fazenda Real, contra aliás a opinião dos governadores, a quem o dinheiro fazia falta.

E mesmo assim, se acreditarmos na correspondência dos governadores de Moçambique, não conseguiu evitar o pior. Encontrou-se falido de crédito logo a partir de 1811, o que o impediu de reunir fundos para montar qualquer negociação de armamento para o comércio a longa distância nos três últimos anos da sua vida.

26 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 55, Doc. 26.

2. Redes de sócios e rotas do Índico: A *Agency House* de J. R. Monteiro

O funcionamento da *Agency House* de J. R. Monteiro, excepto o facto de se ter dedicado prioritariamente ao negócio dos escravos, apresenta as mesmas características que as outras firmas familiares ou associativas do Índico nessa época. O negociante e sua firma trabalhavam simultaneamente como armadores, consignatários, correspondentes, seguradores, banqueiros.... Armavam para a navegação transoceânica ao mesmo tempo que para cabotagem no Índico. A prática da conta dupla garantiu o crédito dos negociantes em rede tanto no Índico, na China, como aliás na América e até na Europa. Na ausência de fundo de giro metálico, ela representava a flexibilidade e a rapidez das transacções, que garantiam o sucesso dos negócios. O princípio da associação também foi essencial nas décadas de 1770 e 1780 quando esta jovem geração ainda carecia de cabedais importantes. Logo em 1783, J. R. Monteiro trabalhava em associação com um negociante muçulmano de Diu (Hassane Vally), com João de Sousa e Brito, filho mestiço de um abastado negociante da praça de Moçambique.²⁷

Actividades de consignação e duplas nacionalidades

Como os outros negociantes da sua geração, J. R. Monteiro começou sua carreira e manteve pelo menos até 1801 a lucrativa actividade de consignatário dos navios europeus do Atlântico e do Índico que vinham a Moçambique.

Entre 1786 e 1798, o seu principal cliente lisboeta foi a sociedade Ribeiro, Hubens e C^{ia} (Carreira 1998). A escala de Moçambique era raramente procurada pelos armadores de Lisboa, e entre 1783 e 1786, a ilha ficou sem nenhum contacto com Portugal porque nem os navios da Carreira da Índia vieram fazer escala.²⁸ Essa incapacidade da coroa em manter a ligação anual com Moçambique, agravada pela presença cada vez mais insistente dos navios negreiros franceses e ingleses, levou o ministro Martinho de Melo e Castro a favorecer a sociedade de armadores Ribeiro e Hubens e C^{ia}. Fundada por Jerónimo Ribeiro Neves, antigo director da feitoria de Surat (1775 a 1779), a sociedade obteve, de 1786 a 1796, o privilégio de armar as naus de viagem da Carreira da Índia, que iriam fazer escala em Moçambique. J. R. Monteiro foi nomeado consignatário da sociedade neste porto durante todo o seu período de existência, e recebeu anualmente dois navios. Esta actividade de consignação permitiu-lhe também desenvolver o seu crédito e armar em associação com os agentes desta sociedade na Índia,

27 João de Sousa e Brito era filho de Manuel de Sousa e Brito, proprietário e negociante da ilha. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 82.

28 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 13, Doc. 30.

entre os quais Francisco Gomes Loureiro. Trabalhou também, mas esporadicamente, com a sociedade lisboetaque lhe sucedeu, Colfs Loureiro e C^{ia}. Os Gomes Loureiro contavam entre os mais influentes negociantes da praça de Lisboa e um dos irmãos, Manuel José Gomes Loureiro, foi nomeado Ouvidor geral na ilha de Moçambique entre 1799 e 1802, o que certamente também deverá ter favorecido os negócios de J. R. Monteiro a nível local.

Estas duas sociedades, com filiais no Brasil e na Índia, assumiram a grande maioria das trocas entre Moçambique e Goa durante o seu período de funcionamento, o que explica talvez a relativa modéstia dos investimentos de Joaquim nos armamentos directos para Goa. A sociedade Ribeiro e Hubens abastecia Moçambique em armas e pólvora, vendendo geralmente toda a carregação a Joaquim do Rosario.

Pouco sabemos ainda dos circuitos de venda destas armas, que supomos terem estado a cargo de seus sócios baneanes e oficiais comandando os outros portos da costa, em particular os Rios de Sena onde vários amigos, parentes, sócios, assumiram até ao final do século chefias militares importantes.²⁹ Mas o acesso directo a essa mercadoria explica certamente o crédito excepcional de J. R. Monteiro na compra de escravos durante quase toda a sua carreira.

Alternando as funções de consignatário, testa de ferro, co-armador e sócio, foram sobretudo as suas actividades marítimas ligadas aos armadores de Port-Louis que fizeram das Mascarenhas o principal espaço de acção comercial de J.M. Monteiro. A sua clientela francesa contou entre 1778 e 1792 vários grandes armadores negreiros franceses. Ele foi consignatário, credor e afretador de múltiplas sociedades comerciais de Bombaim, Port-Louis.... Pelas estimativas feitas a partir de fontes francesas (número de chegadas a Maurícia) podemos apontar para uma média de 1500 a 2000 o número anual de escravos destinados às Mascarenhas e cuja transacção passou pelas mãos da firma de J. R. Monteiro entre os anos 1783 e 1793. Isso sem contar as vendas aos navios franceses e ingleses que vinham directamente a Moçambique assim como a clientela asiática que Monteiro e seus sócios iam abastecer directamente na Índia. Na primeira fase das suas carreiras, esta jovem geração dedicou-se essencialmente ao trabalho de intermediários, o que les permitiu de acumular experiência e influência. A evolução do contexto económico no Índico permitiu-lhes acederem em poucos anos ao estatuto de armadores, uma novidade para os cristãos da Ilha que nunca tinham ido além do tráfico costeiro. Este período situado entre evento da navegação particular (anos 1770) e a queda das ilhas Mascarenhas (1810) representa

29 Entre outros exemplos, pode-se citar o seu parente Sebastião José Robrigues, que ainda em 1807 era capitão-mor da ilha de Sena. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx.121, Doc. 98.

uma excepção na história comercial da ilha de Moçambique, que sempre havia dependido dos navios vindos de além-mar.

No conjunto da carreira de J. R. Monteiro destaca-se a longa associação que manteve com a família Monneron, de longe o mais rentável e regular de todos os seus negócios negreiros. As sucessivas sociedades fundadas por esta família até 1794, representaram para ele tanto o modelo comercial que ele procurou seguir, como o alicerce da sua fortuna. De facto, o desenvolvimento dos seus negócios, e seu colapso seguem de perto os altos e baixos dos negócios dos Monneron nas últimas décadas do século XVIII. A nossa pesquisa encontra-se limitada pela atomização das fontes de informação francesas, portuguesas e até inglesas,³⁰ mas todas as informações disponíveis mostram que ele tirou um enorme proveito da extraordinária capacidade desta fratria, instruída e influente, em prospectar mercados. Como os Monteiros de Goa, os Monnerons pertenciam à classe letrada francesa (alta burguesia protestante e maçónica, aparentada ao marquês de Dupleix, governador da Índia francesa de 1742 a 1754), o que permitiu à esta numerosa fratria (seis irmãos) de acederem aos cargos administrativos e comerciais mais prestigiosos do ultramar francês. Entre 1764 e 1769, Charles Claude Ange Monneron (1735-1799) passou do modesto estatuto de *sous-marchand* ao de membro director do *Conseil Supérieur* de Pondichéry. Entre 1765 e 1779 ele mandou vir para a Índia três irmãos: Jean Louis (1742-1805) que acumularia em poucos anos uma das maiores fortunas de Bengala, Pierre Antoine (1747-1799) et Janvier Chrisostome (1754-1811) (Toussaint 1989, 124), que rapidamente se instalaram em Port-Louis por causa da guerra e da ocupação militar da Índia francesa pelas tropas britânicas em 1778.

Não dispomos de informações que nos permitam estabelecer um relacionamento entre os Monneron e o jovem J. R. Monteiro antes de sua partida de Goa para Moçambique em 1775. Mas sabemos que Charles Claude Ange esteve em contacto com os Mhamai Kamat, agentes da *Compagnie des Indes* em Goa logo a partir de 1765. Os grandes parceiros comerciais de J. R. Monteiro foram Pierre Moneron e depois seu irmão Janvier.

Como no caso de J. R. Monteiro, a carreira de Pierre Monneron foi excepcional pelos seu dinamismo, mobilidade no espaço e tomada de risco. Pelos percursos também. Estes dois contemporâneos exemplificam a ligação estreita que se construiu nessa época entre negócios locais e globalidade do comércio.

30 Assinalamos a existência de valiosíssimas anotações de pesquisa sobre navegação e armadores franceses do Índico, reunidas dos anos 1960 a 1980 pelo historiador Auguste Toussaint (1911-1987), antigo director dos arquivos da ilha Maurícia, documentos hoje conservados nos Archives Nationales d'outre-mer (ANOM), em Aix-en-Provence.

Pierre ainda se descrevia no final na vida como animado pela *furie des voyages* (Gaudart 1934, Tome V, 340). Começou sua carreira aos 19 anos como escrivão da célebre viagem de circumnavegação de Bougainville (1766-1769).³¹ Nessa primeira viagem descobriu o Índico e as ilhas Mascarenhas. Pouco depois do seu regresso a França, embarcou de novo para Bengala onde seu irmão Louis andava a preparar uma expedição, em associação com o governador da Índia francesa, Law de Lauriston, para a descoberta das terras do sul (procura da futura Austrália). A expedição foi dirigida pelo capitão Jean-François Marie de Surville, um dos melhores marinheiros da época, o qual contratou Pierre Monneron como sobrecarga. O navio deixou Bengala a 3 de Março de 1769 e... acabou desastrosamente nas costas do Peru onde Surville faleceu. A Tripulação foi presa e o navio embargado pelo vice-rei espanhol. Pierre encarregou-se de voltar para a Europa afim de negociar com a corte de Espanha e de França a libertação de seus companheiros e do navio. A missão foi um sucesso. De regresso a França, Pierre foi nomeado director da *Compagnie des Indes* na ilha de Goreia (Senegal) onde durante dois anos (1775-1777) adquiriu a experiência do tráfico negreiro. Regressou novamente a França em 1778 por causa dos bloqueios devidos à guerra de independência dos Estados Unidos no Atlântico. Mas não se demorou na Europa. Meses depois partiu de Lorient como sobrecarga do navio *Duc de la Vrillière* (500 toneladas de porte), armado em parte com fundos do seu irmão Louis. O navio fez escala em Port-Louis e dirigiu-se a seguir para Chandernagor, onde chegou a 2 de Fevereiro de 1779.³² Mas as tropas britânicas já haviam anexado o porto e o *Duc de la Vrillière* foi obrigado a regressar a Port-Louis. Pierre Monneron decidiu então afretar esse mesmo navio para uma expedição negreira às ilhas Querimba.³³

Nesse meio tempo a *Nossa Senhora da Candelária, pérola de Goa* saiu de Goa em outubro de 1778. O navio destinava-se a Mascate, era comandado por Pereira de Macedo, primo da José Ribeiro Neves (jovem negociante lisboeta instalado em Goa e sobrinho de Jerónimo Ribeiro Neves). Tendo saído muito tarde na estação, o navio foi obrigado a dirigir-se à costa oriental africana, onde acabou por naufragar no arquipélago Cosmoledo (Seicheles) a 28 de Janeiro de 1779. Pereira de Macedo e a tripulação sobreviveram e conseguiram depois atingir

31 Desejo aqui citar a historiadora Angela O'shea (†), a qual me confiou generosamente em 1988 uma série importante de anotações de pesquisa realizadas nas coleções notariais dos Arquivos nacionais de França. Archives Nationales de Paris (ANP), B/4/316/28.

32 ANOM, *Personnel Colonial*, E 314 bis.

33 Nesta década de 1770 e até início de 1780 muitas das expedições negreiras armadas para a costa africana destinavam-se a angariar prata (venda dos escravos em Port-Louis) para pagar as despesas do conserto dos navios em Port-Louis ou para trocar de navio.

Anjouan onde o comandante comprou um navio negreiro francês de Port-Louis (*La Marguerite*), que baptizou *Nossa Senhora da Conceição*. Antes de regressar a Goa, navegou para as Mascarenhas afim de desembarcar a tripulação da *Marguerite* e contratou Pierre Antoine Monneron para ir buscar o resto da tripulação da *Candelária* que tinha deixado em Moçambique. Pierre dispunha do *Duc de la Vrillière*, de que se tinha tornado principal armador e sobrecarga. Com esse navio atingiu Moçambique a 23 de Outubro de 1779. Já não encontrou ali a dita tripulação, que havia embarcado para a Índia em outro navio. Mas aproveitou o pretexto da entrada no porto para comprar cerca de 600 escravos graças ao intermédio de um jovem negociante local... Joaquim do Rosário Monteiro.³⁴ Esta primeira e improvisada expedição negreira de 1779 iria marcar o início de uma longa associação comercial que durou cerca de 12 anos.

Logo nesse mesmo ano de 1779, após ter desembarcado os escravos em Port-Louis, Pierre voltou com o *Duc de la Vrillière* para a costa africana. Mas o navio naufragou antes de chegar à ilha de Moçambique. Pierre conseguiu sobreviver e atingir depois a ilha, onde alugou casas e se instalou. Semanas depois, chegou a nau de viagem de Lisboa, a qual transportava o novo governador da Índia, Frederico Guilherme de Souza, assim como um jovem negociante lisboeta que viria a ser o futuro sócio de Pierre e J. R. Monteiro em Goa e Bombaim: Francisco Gomes Loureiro.³⁵ A França continuando em guerra contra a Grã-Bretanha (conflito de 1778 a 1784 no Índico). Pierre decidiu pedir ao governador a nacionalidade portuguesa, o que lhe foi logo concedido. Ele pode assim navegar a salvo durante toda a década de 1780, sob bandeira portuguesa. Em Moçambique, alugou em 1780 a corveta *São José* ao baneane Hassane Valy (sócio de J. R. Monteiro) e comprou 300 escravos em associação com J. R. Monteiro. Mas a corveta naufragou após a saída de Moçambique, perto das ilhas Bazaruto e ali morreram afogados dois terços dos captivos que transportava.³⁶ Pierre mais uma vez sobreviveu e conseguiu atingir Inhambane, onde o capitão-mor recusou seu pedido de ali comprar uma nova carga de escravos. De facto, comércio da costa estava submetido a privilégios concedidos pelo governador. Pierre foi obrigado a regressar a Moçambique com os escravos que haviam sobrevivido do naufrágio.

Ali se associou novamente com Hassane Valy e com o principal negociante cristão da ilha, o influentíssimo Vitorino José Garcia,³⁷ para afretar uma das

34 ANOM, *Papiers Toussaint*, P.T. 50 APOM 2.

35 Francisco Gomes Loureiro era irmão de José e Domingos, futuros sócios fundadores da sociedade de Ribeiro e Hubens.

36 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 34, Doc. 9; Cx. 36, Doc. 31.

37 Nascido em 1739, Vitorino José Garcia era originário de Alcobaça. Chegou na década de 1770 a Moçambique como ouvidor Geral do civil e do crime, auditor da gente de guerra, corregedor,

palas da Fazenda Real de Moçambique, a *Santo António e Almas* (100 toneladas de porte). Tinha por projecto de organizar um armamento negreiro para Tranquebar, porto dinamarquês neutro onde o seu irmão Louis Monneron se encontrava refugiado após a queda de Chandernagor. Louis estava encarregado de vender os escravos na costa. A *Santo António e Almas* partiu em Outubro de 1780 de Moçambique comandada por José Caetano Rodrigues (goês e parente de... J. R. Monteiro) e com 237 escravos a bordo. A viagem correu como certamente a maioria das expedições negreiras da época, isto é, com perdas humanas importantes.³⁸

Mas para os jovens armadores, esta expedição pioneira foi considerada como um sucesso e esta rota triangular pareceu-lhes rentável. Entre 1781 e 1784, Pierre Monneron, em associação com Vitorino José Garcia,³⁹ Hassane Valy e J. R. Monteiro organizaram mais três viagens negreiras para Tranquebar, transportando na pala *Santo António e Almas* (entretanto comprada ao governo por V.J. Garcia) entre 130 e 250 escravos a cada viagem. O pala navegava sob bandeira neutra (portuguesa) e era assegurada em Port-Louis pelos Monneron. A *Santo António e Almas* naufragou em Nagappatinam no regresso da quarta viagem.⁴⁰

Foi certamente com os lucros destas primeiras expedições, onde supomos que J. R. Monteiro também terá viajado a bordo e construído os seus primeiros contactos na costa de Coromandel, que ele pôde comprar as primeiras embarcações da sua frota. Monteiro conseguiu aliás armar com sucesso para esta costa oriental da Índia até 1794.

provedor-mor dos defuntos. Era também intendente geral da Fazenda Real e da Alfândega, juiz conservador do tabaco, deputado da Junta do Fisco e da Câmara Real. Muito provavelmente foi um dos magistrados de confiança do Marquês de Pombal, mandado para Moçambique após a destituição de Baltazar Manuel Pereira do Lago, e que... continuou exactamente a política deste governador no que diz respeito ao desenvolvimento do tráfico negreiro. Vitorino José Garcia já era em 1778 o principal negociante, provavelmente o único armador cristão, e o homem mais rico da ilha de Moçambique. Recebeu regularmente o privilégio de mandar seus navios anualmente para o comércio de Inhambane e da Bahia de Lourenço Marques. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 42, Doc. 68; Cx 30A, Doc. 25; Cx 35, Doc.8; Cx. 45, Doc. 22; Cx. 52, Doc. 58; Cx. 38, Doc. 70.

38 Houve uma revolta a bordo, e mais de vinte pessoas perderam a vida, entre os quais o chefe da revolta (um certo Borors) que foi publicamente fusilado e deitado ao mar. A longa demora da viagem entre África e Ásia provocou doenças e mais 50 falecimentos. O navio regressou de Tranquebar a Port-Louis um ano depois (16 de Novembro de 1780) com alguns escravos que não tinham encontrado comprador na Índia e que andaram pelo mar durante cerca de um ano. ANOM, *Papiers Toussaint*, P.T. 50 APOM 1.

39 ANOM, *Papiers Toussaint*, 50 APOM1 e 50 APOM 2. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 37, Doc. 37 e Doc 39; Cx.38, Doc.33.

40 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4, 1811.

Pierre Monneron, quanto a ele, ficou na Índia após o naufrágio da *Santo António e Almas*. A guerra tinha acabado. Baseado em Goa, conde comprou casas na aldeia de Panjim (Panaji). Entre 1784 e 1788, associou-se com José Ribeiro Neves e os irmãos Mhamai Kamat e passou a investir na cabotagem costeira Malabar e Coromandel. J. R. Monteiro passou então a trabalhar com Janvier Monneron, que ficou representando os interesses da família na ilha Maurícia.⁴¹ A fratria aproveitou a influência e prestígio que tinha no Índico para obter privilégios, entre os quais a concessão de um terreno onde desenvolveram o maior estaleiro naval das Mascarenhas. Ali foram certamente concertados, durante todo este período, os navios da frota de J. R. Monteiro. Os apontamentos deixados por Auguste Toussaint a partir dos arquivos notariais de Port-Louis, permitem-nos deduzir que Janvier Monneron e J. R. Monteiro mantiveram até 1793 uma associação para armar anualmente um navio negreiro com dupla nacionalidade. Todos os anos transportaram entre 200 e 300 escravos de Moçambique para Port-Louis.

Em 1788, Pierre Monneron viajou da Índia para a Europa. Afretou a fragata *Aurore* ao governador das Mascarenhas para transportar para Toulon (França) uma embaixada de Tipu Sultão. Aproveitou a oportunidade para embarcar discretamente, em contrabando e em associação com José Ribeiro Neves, uma valiosíssima carga de têxteis indianos. Com o produto da venda comprou em Saint-Malo o navio negreiro *Les trois cousins*, que re-baptizou também *Aurore*. Pierre ficou em França, mas mandou o navio a Cádiz (onde se compravam patacas), à Índia (mandado à consignação de Louis Monneron) a Port-Louis (onde chegou a 29 de Novembro de 1789 confiado à consignação de Janvier. Para rentabilizar ainda mais a viagem, Pierre tinha combinado uma expedição negreira em sociedade com J. R. Monteiro. Em janeiro de 1790, a *Aurore* já se encontrava no porto de Moçambique, onde embarcou mais de 600 escravos. Dias antes de sair do porto, houve uma revolta de escravos a bordo, alguns deitaram-se ao mar com os ferros nos pés e morreram afogados. A 17 de fevereiro de 1790, na véspera do navio sair para Maurícia, a ilha de Moçambique foi assolada por um tufão que destruiu uma grande parte dos navios ancorados no porto, todos carregados de escravos, os quais foram projectados contra a praia. Estavam 606 cativos a bordo da *Aurore* quando se deu o temporal. O navio bateu contra um esquife da Cabaceira pequena. Na coberta no navio morreram afogados, além de 11 dos 68 marinheiros da tripulação,

41 Janvier associou-se em 1786 com um negociante originário de Bordeus, Jean Jacques Piriou de Lezongard, e juntos fundaram a sociedade *Janvier, Monneron et Cie*, que se tornaria a principal parceira da firma de J. R. Monteiro até 1793.

365 homens, mulheres e crianças comprados em Quelimane por Monteiro e chegados na véspera. Estavam encerrados, não conseguiram escapar. Sobreviveram apenas 269 pessoas, mas muitas gravemente feridas. Dias depois, J. R. Monteiro adiantou as 1914 patacas necessárias para afretar a pala da Fazenda Real *Santo António e Santa Ana* e mandou embarcar os 269 escravos sobreviventes com destino a Port-Louis. Mas para estes, o calvário não parou ali. A monção já estava bastante avançada e a embarcação não conseguiu atingir as Mascarenhas. Andou mais de três meses a derivar pelo Índico antes de chegar a Pulo-Penang, na Malásia, onde morreram mais 10 pessoas e onde foram vendidas outras 32 para pagar as despesas portuárias do navio. A tripulação conseguiu levar finalmente o navio até Pondichéry, onde chegou a 21 de Outubro de 1790. Ali, o navio francês *Le Charles* embarcou os duzentos sobreviventes (entre os quais 36 gravemente doentes) para Maurícia, onde chegaram a 10 de Dezembro de 1790, dez meses após a sua saída da ilha de Moçambique.⁴²

Os armadores tinham assegurado a *Aurore* e pouco perderam com a tragédia. Mas J. R. Monteiro, segundo as declarações mandadas em 1811 ao príncipe regente Dom João, perdeu a totalidade do investimento nos escravos, por não ter contraído seguro. Nesse mesmo ano de 1790 ele iria sofrer ainda outra grande perda: a corveta *Bela Africana*, que ele havia afretado a Francisco Gomes Loureiro, naufragou também na ida para Maurícia, com 300 escravos a bordo. Loureiro também havia assegurado seu navio em Bombaim, mas J. R. Monteiro perdeu as somas investidas na compra dos escravos e no pagamento dos direitos alfandegários de exportação.

Na realidade, não foram nem os naufrágios nem as perdas financeiras que que destabilizaram o comércio negreiro entre Moçambique e Maurícia, mas a Revolução francesa. Logo em 1790, boa parte dos negociantes das Mascarenhas estavam falidos de crédito, na sequência da paragem total do comércio entre o Índico e a França. Os irmãos Monneron não escaparam ao cataclismo e com eles seus socios locais. Muito influentes na antiga *Compagnie de Indes*, eles tentaram inserir-se no novo contexto revolucionário, como deputados. Mas a sociedade Monneron, criada em 1790 para reunir todos os negócios da fratria, abriu falência em 1794. Janvier foi para França na esperança de poder des-solidarizar sua firma da sociedade familiar, mas o governo revolucionário proibiu seu regresso à ilha até 1797. Quando enfim regressou a Port-Louis, já nada restava da antiga sociedade de armamento marítimo nem da sua associação com J. R. Monteiro. Janvier decidiu então investir na agricultura colonial e nos estaleiros navais. Mas contrariamente ao Goês, com o qual não encontramos nenhum rasto de contacto

42 ANOM, *Papiers Toussaint*, 50 APOM 2.

após 1797, Janvier teve sucesso nos investimentos locais. Quando faleceu em 1811, era de novo um dos homens mais ricos da ilha, ao passo de Monteiro, que também tentou a experiência agrícola, faleceu arruinado em 1814.

3. A frota mercante de um armador de Moçambique no final do Antigo Regime

Dispomos hoje de balanços estatísticos globais sobre a actividade marítima da ilha de Moçambique, graças ao trabalho pioneiro de José Capela. Mas dificilmente podemos contabilizar, analisar e estabelecer um balanço pormenorizado das actividades marítimas dos negociantes da ilha de Moçambique. De facto, deparamos com a ausência de documentos notariais ou de arquivos privados. A alfândega de Moçambique também não produziu arquivos regulares no século XVIII. Cruzando fontes indirectas francesas, indianas, portuguesas e brasileiras, podemos no entanto esboçar a história das mutações das frotas mercantes dos negociantes do Índico em geral e de Joaquim do Rosário Monteiro em particular.

Antes da década de 1770, a ilha de Moçambique apresentava uma estrutura arcaica em termos de frota comercial e até militar. Desde o século XVI a ilha era frequentada como escala pelos navios da Carreira da Índia, vindos de Lisboa na ida e da costa ocidental da Índia no regresso. A modesta construção naval local apenas produzia pequenas embarcações de cabotagem costeira. Na década de 1760 e até aos anos 1770, não existia uma única embarcação de guerra ou de cabotagem oceânica. A ilha e portos subalternos continuavam dependentes da fragata de viagem de Goa para a sua defesa militar, assim como dos navios de viagem (geralmente privados) que faziam também anualmente a rota entre Diu, Damão e esta costa africana com cargas de têxteis e alimentos. Em 1769, a frota comercial da Ilha resumia-se a três batelões “mal construídos”, a uma sumaca vinda de Salvador da Bahia e que por ali comerciou alguns anos,⁴³ assim como a uma pala (tipo de embarcação asiática construída na Índia) pertencente ao maior negociante de Ilha, o reinol Mateus Coelho Soares de Castro, a qual pala naufragou nesse mesmo ano de 1769.⁴⁴ Não existia nenhuma casa de seguros para garantir as perdas de cascos e armamentos (a junta dos negociantes locais era a sua própria seguradora ainda nos anos 1770). Na época de chegada do J. R. Monteiro à ilha, a frota local apenas assumia a cabotagem costeira necessária ao abastecimento alimentar da capital. As viagens aos portos subalternos eram, no

43 Navio pequeno, à vela, geralmente com dois mastros, comum na América do Sul até o início do Século XIX. Era usado, principalmente, em navegação de cabotagem.

44 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 19, Doc. 63; Cx. 27, Doc. 75.

final da década de 1770, concedidas em regime de exclusivo a negociantes que possuíam embarcações e que podiam armar duas vezes por ano para Inhambane, Quelimane... trocar produtos da Ásia contra escravos, marfim e alimentos. Algumas embarcações seguiam também regularmente para a ilha de São Lourenço (Madagascar) comprar arroz, gado e alguns escravos. Mas a capacidade da frota local não lhe permitia ir além do canal de Moçambique. A ligação da ilha com o oceano, fora os navios de viagem, continuava a ser em grande parte assumida pelos armadores baneanes do Gujarat que, desde o século XVII, encomendavam suas embarcações (geralmente palas) em Surat e Damão.

A chegada de Joaquim do Rosário Monteiro à Ilha de Moçambique coincidiu com o arranque da construção naval privada no Índico. A década de 1770 marcou de facto uma mutação decisiva. Quando o marquês de Pombal criou os estaleiros navais de Damão em 1774, Moçambique beneficiou com esse incentivo à navegação. Poucos anos depois, já a Fazenda Real da capitania da África oriental havia recebido duas novas palas para a defesa e a cabotagem costeira (Carreira 2006). Mas esses navios, como aliás todos os que assumiam as viagens entre Índia e África, e até mesmo as naus da Carreira da Índia, não estavam equipados para o tráfico negreiro. O “comércio dos viventes” para parafrasear o título do estudo de Luis Filipe de Alencastro, integrava-se num conjunto variado de mercadorias transportadas (dentes de marfim, patacas, alimentos, produtos da Ásia...) e ultrapassava raramente algumas dezenas de indivíduos por embarcação. Até à década de 1760, a ilha e a costa receberam muito raramente navios especialmente construídos ou transformados para o tráfico negreiro, como era o caso dos que circulavam no Atlântico.

A situação evoluiu quando Port-Louis se tornou o grande centro do tráfico francês no Índico. De facto, a guerra de Independência dos Estados Unidos também prejudicou o comércio negreiro no Atlântico logo a partir de 1776. A situação levou vários armadores negreiros à beira da ruína a mandarem seus navios para Port-Louis para ali serem vendidos. Na falta de fundos, os compradores locais podiam pagar com uma carregação de escravos. Essa “moeda de troca” foi aliás constante no Índico, nos negócios de compra de cascos e apetrechos, pelo menos até 1810, como o atestam os arquivos notariais de Port-Louis. Em sociedade com um armador francês, o negociante de Moçambique fornecia gratuitamente os escravos, transportados a Maurícia por conta do armador francês, que mandava de volta o navio a Moçambique para ser entregue ao comprador. Entre múltiplos exemplos, encontrámos um documento datado de 1797, e que avaliava em 120 patacas o preço médio de venda de um escravo em Port-Louis.⁴⁵

45 A título de comparação, um barril de pólvora valia então 30 patacas e um boi de 18 a 20 patacas. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 79, Doc. 40.

Uma cargação de 250 a 300 escravos equivalia ao preço global de um navio negreiro com todos os seus apetrechos.

Esta situação permite-nos portanto supor, no que diz respeito a J. R. Monteiro, que ele já era um negociante de escravos acreditado em 1783 quando comprou seu primeiro navio, a troco de algumas centenas de seres humanos. A sua decisão de armar anualmente navios para a Índia a partir de 1784 também se explica pela necessidade de ali comprar, afretar ou alugar embarcações (surto da construção naval privada em Damão e Calcuta nos anos 1780).

A consulta das fontes depara-se com uma primeira grande dificuldade no que diz respeito ao estabelecimento de um quadro pormenorizado da frota deste armador: o facto que um navio podia ser armado sem pertencer ao armador (afretamento), o facto que o armamento podia ter vários armadores associados, e enfim o facto que podia também haver apenas investimento de fundos em apoio a um armador. Nas declarações de vistoria, muitas vezes a informação era incompleta e até contraditória entre portos.

Sendo assim, achamos mais pertinente substituir uma proposta estatística por uma análise tipológica global dos investimentos da sociedade de armamento de Joaquim do Rosário Monteiro, a qual é representativa do funcionamento e da evolução dos negócios marítimos no Índico no final do século XVIII. Os arquivos consultados não nos permitiram identificar a origem de uma boa parte dos navios que ele adquiriu, utilizou, afretou... nem até do tipo de navios, seu tempo de vida, entre os anos 1780 e 1810. Podemos, no entanto, distinguir quatro períodos na frota deste armador, os quais correspondem também à evolução do armamento marítimo na praça de Moçambique:

- Antes de 1784 e da conclusão da guerra de Independência dos Estados Unidos, as redes privadas de comércio no Índico encontraram-se numa fase de transição entre cabotagem oceânica e comércio trans-oceânico (fim dos monopólios das grandes companhias). Esse período caracterizou-se pela falta e procura de embarcações e pela necessidade, para os jovens negociantes de Moçambique, de recorrerem ao afretamento das raras embarcações existentes na ilha.
- A partir de 1784 e até 1797, assistiu-se propriamente à explosão do comércio negreiro no Índico e entre Índico e Atlântico. Por razões fiscais e privilégios nacionais, esse período caracterizou-se na ilha de Moçambique pela procura da consignação e “dupla propriedade” entre armadores franceses e negociantes de escravos em Moçambique. Os lucros das actividades de consignação permitiram aos ditos negociantes comprarem algumas embarcações de médio porte logo a partir de 1784.

- A partir de 1794, a guerra, os ataques corsários franceses, a queda de crédito nas praças da Ásia e na costa africana, levaram à diminuição das frotas a proveito de um número reduzido de embarcações especializadas. A perda do comércio das Mascarenhas exigiu rapidamente navios de grande porte, capazes de atingir os novos mercados do Atlântico sul.

A carreira de J. R. Monteiro, certamente a mais activa da época, acompanha toda essa evolução. No conjunto de documentos que pudemos até agora prospeccionar, deduzimos que Joaquim do Rosário Monteiro foi proprietário de mais de dez navios, assim como afretador ou co-armador de pelo menos 28 navios entre 1784 e 1811. No âmbito de um requerimento em data provável de 1804, ele afirmava ter armado mais de 46 navios entre 1784 e 1803.

Apresentamos aqui alguns dos armamentos mais característicos da sua carreira.

Afretamentos e duplas propriedades para o comércio triangular

Antes de 1769, a legislação da *Compagnie des Indes* não permitia o comércio directo entre Port-Louis e Moçambique (o mesmo acontecia no sentido inverso) por causa dos exclusivos comerciais de cada nação. Entre 1777 e 1785 as consignações e os afretamentos foram tolerados porque em situação de guerra, tanto os portos franceses como ingleses autorizaram e favoreceram a navegação das nações neutras (Portugal, Dinamarca). Assim, podiam transportar a salvo mercadorias no Índico como no Atlântico. Quando a paz regressou, cada nação voltou às legislações de preferência nacional, e aos pesados direitos alfandegários com os navios estrangeiros. Essa situação explica porque as “duplas propriedades” se tornaram uma das constantes do tráfico negreiro entre a ilha de Moçambique e as Mascarenhas entre 1785 e 1793. Pelos documentos aos quais tivemos acesso, deduzimos que na década de 1780 ainda, os navios da frota “negreira” utilizada em Moçambique eram de médio e pequeno porte. Estas pequenas embarcações deviam ser preferidas na rota de Maurícia porque:

- a proximidade das Mascarenhas e da ilha de Moçambique permitiam duas rotações por ano,
- a viagem era rápida,
- ficava limitado o prejuízo de perda (naufrágios, revoltas, tempo mais longo de travessia...).
- Além do mais, certamente eram poucos em Moçambique os comandantes com experiência para manejar navios de grande porte.

A primeira embarcação na qual J. R. Monteiro investiu (provavelmente uma pala) era de porte de 70 toneladas e empregava uma tripulação de 20 homens. Aparece com a invocação de *Diamante* nas fontes francesas. Segundo as pesquisas de Auguste Toussaint, terá sido o primeiro navio da ilha de Moçambique, arvorando bandeira portuguesa, a chegar a Port-Louis, com escravos comprados em Madagascar, no ano de 1773. O *Diamante* apareceu de novo em Port-Louis em 1775 com escravos, e foi aliás a única embarcação de Moçambique a navegar para este porto francês na década de 1770. Não localizámos informações sobre esta embarcação nos arquivos portugueses, mas supomos que pertenceu a Vitorino José Garcia.⁴⁶ As fontes portuguesas mencionam apenas uma partida do *Diamante* para Goa, a 3 de dezembro de 1781, mas os ventos contrários obrigaram o comandante a arribar em Port-Louis onde foram vendidos os 222 escravos da carregação. Nesta viagem de 1781 Vitorino José Garcia já se encontrava associado a um jovem negociante de origem goesa.... Joaquim do Rosário Monteiro, ao qual Garcia parece ter transmitido depois seus negócios, antes de falecer. Na viagem seguinte a Goa, em 1783, os armadores já foram Hassane Valy e J. R. Monteiro. O *Diamante* regressou a Moçambique ainda em 1783 e daí saiu pouco depois para Port-Louis com 100 escravos. Após uma rápida estadia (9 de Outubro-6 de Novembro), datas que mostram uma rede comercial já bem organizada (os escravos eram directamente remetidos para venda a Janvier Monneron), o navio regressou à costa africana, para ir a Quelimane carregar escravos. Mas naufragou no *baixo de Mafamede*. Nada se salvou do naufrágio, o primeiro de uma longuíssima série (pelo menos uns dez) que iria conhecer Joaquim do Rosário Monteiro.⁴⁷

Com as suas actividades de consignatário e os lucros das primeiras expedições do *Diamante*, J. R. Monteiro adquiriu a *Confiance*. Navio negreiro vindo de Saint-Malo em 1777, esta corveta do porte de 80 toneladas foi re-baptizada *Nossa senhora do Bomfim e Confiança*. Segundo José Capela, foi o primeiro navio que J. R. Monteiro declarou como propriedade individual. A dita corveta efectou, entre 1777 e 1779, quatro expedições entre Port-Louis e Moçambique carregando cerca de 150 escravos a cada viagem.⁴⁸ Entre 1781 e 1783 não aparece nos arquivos de Port-Louis, o que deve corresponder a um período em que foi afectada à navegação costeira. Supomos que fez também várias viagens a Madagascar e a Goa entre 1783 e 1787 sob o comando de Liberato Batista de Sousa, sócio de J. R.

46 ANOM, P.T. 50 APOM 2, 138/2 – OC 40/377.

47 ANRJ, *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4.

48 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 1.

Monteiro.⁴⁹ Em 1787, foi para a Índia mas já com bandeira e capitão franceses e não se encontra mais nenhuma menção desta pequena embarcação.⁵⁰

Logo depois, J. R. Monteiro adquiriu ou afretou, sempre em associação com Liberato Batista de Sousa, o brigue *Amável Rosa*, anteriormente invocada la *Mignone*.⁵¹ Este pequeno navio de 70 toneladas, saiu de Port-Louis para Moçambique, onde chegou a 20 de Junho de 1789 com uma carregação de armas encomendas por J. R. Monteiro. Em 1789, a *Amável Rosa* saiu da ilha de Moçambique rumo à Índia, com escala em Port-Louis. A bordo, 135 escravos, certamente destinados a servir de moeda de troca para a carregação de produtos europeus destinados à Índia, que os armadores ali pretendiam comprar.⁵² O navio deve ter sido depois vendido a outro negociante de Moçambique.⁵³

Em 1790, J. R. Monteiro já era “dono”, em dupla propriedade com os irmãos Monneron, do *Courrier d’Afrique*, navio bem maior (200 toneladas) e equipado para o tráfico negreiro, vindo de Saint-Malo. Saiu de Port-Louis a 24 de Dezembro de 1790, rumo a Moçambique onde chegou a 19 de Janeiro de 1791. J. R. Monteiro armou-o para a costa de Coromandel. O *Courrier d’Afrique* deixou Moçambique a 9 de Março de 1791 com 244 escravos a bordo. Desembarcou-os na escala de Port-Louis, onde chegou a 26 de abril de 1791.⁵⁴ Nessa escala foi declarado como propriedade de J. R. Monteiro e não como propriedade Monneron, como era habitualmente o caso. No contexto da falência global dos negociantes das ilhas após a Revolução francesa de 1789, tornava-se mais prudente declará-lo como propriedade estrangeira. O navio seguiu depois para a Ásia e de lá regressou directamente a Moçambique. Partiu finalmente para Maurícia em 1792 com uma terceira e última carregação de escravos. Naufragou no regresso à África, no sul de Moçambique, na dita “restringa de Bajona”.⁵⁵ Este navio, como o *Aurore* (naufragado em 1790), era comandado por Mr. Tardivet um dos capitães e sócios dos Monneron e de Monteiro.

Ainda na década de 1780, Monteiro afretou também a corveta *Bela Africana* a Francisco Gomes Loureiro. Primeiro navio negreiro construído nos estaleiros de Damão, a *Bela Africana* fez duas viagens de Moçambique a Port-Louis, em

49 Liberato Baptista de Sousa nasceu por volta de 1756 em Lisboa. Já se encontrava instalado em Moçambique em 1786, onde era casado. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 45, Doc. 22.

50 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 5. Mettas 1978, Tomo 2, 763.

51 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 5

52 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 2.

53 EM 1799 era propriedade de Carlos José Guezzi, grande armador negreiro de Moçambique, e sócio de J. R. Monteiro. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 88, doc. 56.

54 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 2.

55 ANRJ, *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4.

1788 e 1789, com escala em Inhambane para comprar escravos suplementares e evitar as taxas alfandegárias da ilha capital.⁵⁶ No final de 1789, em vez de a mandar de regresso à Índia como o havia pedido o proprietário, Monteiro e seu sócio João de Sousa e Brito quiseram mandar mais uma expedição a Port-Louis. Para aumentar os lucros (escravos mais baratos), mandaram a corveta carregar todos os escravos directamente a Quelimane. O mau tempo obrigou a embarcação a derivar, até que acabou por naufragar perto de Zanzibar. Das três centenas de escravos transportados sobreviveram apenas metade.

À medida que os percursos da Revolução Francesa acarretaram o colapso do tráfico negreiro com as Mascarenhas, apareceram associações e duplas propriedades com armadores hispanófonos. Em 1790, Monteiro e seus sócios afretaram o navio espanhol o *San Pedro*, para a viagem anual à Índia. A viagem correu bem e o navio regressou (Capela 1993, 169). Em 1793 o navio foi novamente afretado por Monteiro para transportar 350 escravos ao porto de Havana. Mas acabou confiscado na escala do Cabo da Boa Esperança. Todos os escravos foram ali vendidos para pagar as multas e a libertação da tripulação.⁵⁷ Em 1797, Carlos José Guezzi, de nacionalidade espanhola, instalou-se em Montevidéu.⁵⁸ Os dois homens associaram-se durante cerca de 10 anos. A rota do Plata apresentava uma série de grandes vantagens em relação ao Rio de Janeiro e à América portuguesa. Primeiro porque estes (modestos) armadores do Índico não tinham a concorrência directa da imponente frota negreira do Rio de Janeiro. A seguir, porque Montevidéu podia fornecer carne salgada e outros alimentos, em substituição dos que vinham anteriormente das Mascarenhas. E sobretudo, esta região espanhola, ocupada pelas tropas inglesas e portuguesas a partir de 1806, exportava prata. Ora, uma das consequências da mundialização do tráfico negreiro logo a partir dos anos 1780, havia sido a substituição do tradicional comércio entre Ásia e África baseado na dupla panos/marfim, pela dupla panos/prata americana.

Durante toda a sua carreira, J. R. Monteiro foi testa de ferro, afretador e sócio dos grandes armadores baneanes de Moçambique. Não pudemos infelizmente aprofundar a nossa pesquisa sobre este ramo de negócios, mas sabemos

56 HAG, *Feitoria de Surate*, 2533 (1787-1788), fl. 226r. Toussaint 1967, 252. ANOM, *Papiers Toussaint*, 50 APOM 1.

57 ANRJ, *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4.

58 Carlos Guezzi (nascido cerca de 1768 em Tortona, na Itália) exerceu como físico-mor da capitania de Moçambique na década de 1790. Foi um dos grandes armadores da ilha de Moçambique, em associação com J. R. Monteiro. Foi autorizado a regressar a Portugal a 13 de Abril de 1803 (certamente depois de enviuar). Mas preferiu instalar-se em Montevidéu para abrir uma nova rota de tráfico com seu sócio J. R. Monteiro. Regressou a Moçambique em 1806, na sequência certamente dos maus negócios da firma de J. R. Monteiro. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx 90, Doc.43; Cx 95, Doc. 38; Cx. 115, Doc. 92. Ver Capela 1993, 178.

que, além da longa associação com Hassane Valy, ele armou uma dezena de anos com Laxmichand Motichand, também natural de Diu, o qual influenciou a escolha de abandonar a rota do Coromandel a proveito do cabo da Boa Esperança. Juntos, armaram a *Boa Caetana*, que além da tradicional cabotagem costeira, efectuou também três viagens negreiras a Montevideu entre 1801 e 1803, sempre com escala no cabo da Boa Esperança.⁵⁹

A rede familiar de investidores também precisa ser ainda pesquisada. Entre 1798 e 1809, J. R. Monteiro foi proprietário do brigue *Eugénia Africana* (200 toneladas), com o qual iria efectuar cerca de 13 expedições negreiras. Armou nos primeiros anos em sociedade com o seu parente Sebastião José Rodrigues, e depois com seu futuro genro José Francisco de Araújo. Até 1802, o navio alternou viagens costeiras a Quelimane e viagens à Índia. O brigue foi depois utilizado na rota de Montevideu e do Rio de Janeiro (Capela 2007).⁶⁰ Entre 1805 e 1808, a *Eugénia Africana* efectuou mais 5 viagens a Port-Louis,⁶¹ nos anos de trégua na guerra entre Portugal e França. Havia nas Mascarenhas uma grande penúria de mão de obra e estas expedições foram bastante lucrativas. Para evitar os corsários franceses que assolavam então o Índico, J. R. Monteiro associou-se com o capitão francês Victor Lieutier, para quem pediu e obteve a naturalização portuguesa.⁶² O regresso da guerra em 1808 acabou definitivamente com a rota das Mascarenhas. J.F. de Araújo ainda tentou, em 1809, de mandar a *Eugénia Africana* para o Rio de Janeiro, mas o navio encalhou em Quelimane.

Os grandes navios da frota de J. R. Monteiro

A frota de J. R. Monteiro, tanto afretada como sua propriedade, compôs-se sempre, até 1808, de duas ou três embarcações de médio porte (dois mastros) destinadas ao tráfico costeiro, à rota de Madagascar e à das Mascarenhas. Podiam ocasionalmente navegar para a costa do Malabar. Até ao final do século, a frota incluiu geralmente um único grande navio (três mastros e mais de 200 toneladas de porte, geralmente bergantins), quase sempre comprado em associação com outros negociantes da ilha. Esta composição de frota respondia às necessidades do comércio no Índico e, em ponto menor, devia também declinar-se pelas

59 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 97, Doc. 25.

60 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 105, Doc. 64; Cx. 119, Doc. 82; Cx. 107, Doc. 58.

61 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 105, Doc. 124 e Doc. 86. Ver Toussaint 1967, 272.

62 Jean Louis Victor Lieutier chegou a Moçambique pour volta de 1794, integrou o corpo de milícias e foi comandante de navios da ilha. Casou com a viúva de um governador de Quelimane (Dona Luiza de Sousa Lobo) uma das mais ricas famílias dos Rios de Sena. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 138, Doc. 33.

outras sociedades de armamento locais. De facto, em 1804, a frota comercial da ilha compunha-se de 14 navios de comércio entre os quais quatro pertencentes a Joaquim do Rosário Monteiro e sócios. Encontramos apenas 3 navios de três mastros. Os outros eram todos embarcações mais pequenas, de dois mastros.⁶³

À medida que os armadores da ilha (João da Silva Guedes e J. R. Monteiro essencialmente) investiram no tráfico para a América, em particular após 1805, cada armador procurou adquirir um a dois bergantins de grande porte, afin de poder rentabilizar as viagens embarcando um maior número de escravos, em navios adaptados ao Atlântico. De facto, era necessário compensar os custos suplementares que impunha esta navegação transoceânica: seguros de risco mais caros, obrigação de pagar comboio (fragatas reais) entre o Rio de Janeiro e o Índico para se proteger do risco corsário.⁶⁴ Contaram-se entre 1794 e 1810 cerca de 20 viagens organizadas pelos armadores da ilha com destino à América espanhola e portuguesa.

O principal navio da frota de J. R. Monteiro foi o *Nossa Senhora do Rosário e São Joaquim*, vulgarmente chamado o *Joaquim* ou o *Bastardo*.⁶⁵ Este navio de 300 toneladas foi armado entre 1786 e 1803 e percorreu todas as rotas marítimas.

Originariamente navio inglês (ignoramos o seu lugar de construção na Índia) respondendo à invocação de **Clide** (ou Clyde), este bergantim de excelente qualidade saiu em 1786 de Surat com uma carga de “panos de negro” rumo à África. Fez escala em Goa e no Malabar para comprar especiarias e certamente obter o passaporte necessário para África oriental portuguesa. Rumou depois para Pate e Ibo. A 10 de Fevereiro de 1787 chegou à ilha de Moçambique, onde pediu entrada, pretextando ter um mastro quebrado.⁶⁶ Como todo navio estrangeiro, foi vistoriado, pelo provedor da fazenda real, Vitorino José Garcia, e pelo capitão tenente Liberato Batista de Sousa (sócios de J. R. Monteiro). O navio foi ali vendido a J. R. Monteiro e a seu outro sócio João de Sousa e Brito.

Identificámos pelo menos onze viagens oceânicas do *Joaquim*, mas certamente o número terá sido maior.

O seu comando foi confiado a Liberato Batista de Sousa, para cinco viagens triangulares (Moçambique, Mascarenhas, Ásia) entre 1787 e 1796. A primeira viagem, em 1787, representa um modelo tipo dos armamentos organizados por J. R. Monteiro entre os anos 1780 e 1794. O bergantim embarcou 353 escravos (entre os quais 63 crianças) em Moçambique, carga que garantia ao armador, após

63 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 108, Doc. 86.

64 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Junta do Comércio*, Livro da Receita do Comboio em 1800, Vol. 1097.

65 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 57, Doc. 3.

66 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 9.

a sua venda em Port-Louis, os fundos necessários para a compra de uma carga de mercadorias americanas (patacas) adaptadas ao mercado asiático. Em Port-Louis, Janvier Monneron, recebia os escravos em consignação e fornecia as patacas.⁶⁷ O navio seguia depois para o Malabar ou o Coromandel (Pondichéry, Madrasta...) onde actuava outro dos irmãos Monneron (Louis) e António de Sousa (descendente oriundo de Bombaim) um dos mais importantes negociantes de Madrasta. No regresso, em Novembro de 1787, o navio passou novamente por Port-Louis, antes de regressar à Ilha de Moçambique (Toussaint 1967, 251). Nas Mascarenhas, o navio foi declarado propriedade dos Monneron, para pagar apenas direitos nacionais franceses.⁶⁸ Em Julho e Agosto de 1788, o navio saiu para Port-Louis com uma carga de escravos. Regressou à Moçambique a 15 de Agosto com um passaporte francês e um capitão português.

Com os lucros desta e de outras expedições J. R. Monteiro pôde armar em 1789 nada menos do que quatro navios para a Ásia, entre os quais o *Joaquim*, que foi directamente para o Malabar, sem escala em Port-Louis. Esta segunda viagem do *Joaquim* à Índia revelou-se um desastre financeiro. O navio partiu de Moçambique a 2 de Setembro de 1789 com uma riquíssima carga de marfim e de patacas mercadorias próprias para o mercado indiano. Além do mais levava a importante soma de 60.000 patacas que Monteiro devia a Francisco Gomes Loureiro pelo afretamento da *Bela Africana*. O navio ia também consignado ao dito Loureiro, a Virchande Givane (baneande de Diu) e a Bernardo António Carneiro (negociante reinol) em Damão. Era comandando por Inocêncio Bernardo de Oliveira, terceiro sócio do armamento. A bordo, Damador Samogy, baneane de Damão actuando em Moçambique e quarto sócio. Todos deviam vender o marfim do *Joaquim* e comprar em troca fardos de têxteis. Mas quando o navio ia a chegar a Goa perto de Angediva, foi atacado e aprisionado por um pirata costeiro marata (Melundi). Além de pilhar integralmente a carga, o pirata vendeu o casco em Bombaim. J. R. Monteiro foi obrigado a comprar novamente a embarcação em 1790, para poder trazer a tripulação de volta.⁶⁹

Para a sua terceira viagem ao Oriente, o *Joaquim* fez escala numa ilha Maurícia em plena tormenta revolucionária. O navio embarcou um capitão francês e acabou por não poder ir a Pondichéry. Dirigiu-se então para o porto holandês de Batavia.⁷⁰ Apesar disso, a quarta viagem (março de 1792– início de 1793) ainda incluiu uma escala em Port-Louis antes do navio rumar para o Malabar.

67 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 59, Doc. 24.

68 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 1.

69 HAG, *Feitoria de Surat*, Arq. 2530, fls. 351 e 411. ANRJ, *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4.

70 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 62, Doc. 38. Ver Toussaint 1967, 257. ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 2.

A quinta viagem do *Joaquim* à costa Oriental da Índia deu novamente um enorme prejuízo ao armador. O bergantim foi afretado em 1793 pelo jovem Tomás de Sousa, parente do negociante António de Sousa, de Madrastra. Este último regressava à Índia após uma longa estadia de aprendizagem em Lisboa e Londres. Partiu da Europa a bordo do navio da *East India Company*, o *Winterton*. O navio naufragou a 20 de Agosto de 1792 na costa ocidental de Madagascar. O capitão e 56 marinheiros morreram afogados. A carga perdeu-se, mas sobreviveram 237 passageiros, recolhidos pelo rei de Madagascar. Entre eles, Tomás de Sousa. Sendo também vassalo da coroa portuguesa, este decidiu ir para Sofala onde conseguiu chegar a 29 de Setembro com seis membros da tripulação do *Winterton*. Dali passaram a Quelimane onde conseguiram afretar uma embarcação. Atingiram Moçambique a 3 de Fevereiro de 1793. Laxmichand Motichand mandou imediatamente uma pala com alimentos à Bahia de Santo Agostinho e trouxe de volta para Moçambique mais 130 sobreviventes.

A Fazenda Real de Moçambique concedeu um empréstimo de 48000 cruzados aos naufragados para afretarem o navio *Joaquim* e seguirem para Madrastra. Os dois proprietários do navio (J. R. Monteiro e J. Souza e Brito) pediram para serem reembolsados do frete em Bengala (50.000 cruzados). Esta viagem do *Joaquim* também foi assegurada em Bengala. Mas ao sair do canal de Moçambique, o *Joaquim* foi atacado e aprisionado pelo corsário *Le Mutin* a 7 de Julho de 1793. Em Moçambique, as autoridades não sabiam ainda que a guerra havia sido declarada entre França e Portugal, e por isso tinham concedido um passaporte ao navio. O *Joaquim* foi considerado como afretado ao inimigo.⁷¹ Por sorte, a caminho de Port-Louis, o *Mutin* cruzou com um corsário holandês que aceitou levar os passageiros e a tripulação para Bengala. O bergantim *Joaquim* foi depois levado para Port-Louis, como presa de guerra e ali foi vendido em setembro de 1793 por 60.000 libras... a Janvier Monneron. Este último, em acordo com J. R. Monteiro expediu o *Joaquim* para Bengala, com bandeira francesa, para recuperar o pagamento do frete que a *East India Company* devia a J. R. Monteiro e sócios, assim como o reembolso do seguro pelos danos causados ao armador.⁷² Mas como ia com bandeira francesa... foi preso por ordem das autoridades britânicas de Bengala por ter bandeira inimiga.⁷³

O *Joaquim* acabou por regressar a Moçambique em 1795, mas J. R. Monteiro certamente terá considerado que a situação de guerra não lhe permitia mais armar para a Ásia. Logo em Janeiro de 1796 o bergantim foi expedido, para o que

71 AHU, Caixas de Moçambique, Cx. 64, Doc. 2.

72 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 5, Dossier 146.

73 AHU, Caixas de Moçambique, Cx. 71, Doc. 4.

devia ser a sua sexta viagem e a primeira viagem da sociedade de armamento Monteiro para a América do Sul. No entanto aceitou fazer uma última escala em Port-Louis para ali transportar, a frete, a tripulação de um navio francês que havia naufragado em Quelimane. Mas as autoridades revolucionárias francesas, apesar do gesto de cortesia do governo de Moçambique, decidiram embargar o *Joaquim*, que só foi finalmente libertado em setembro de 1796. O comandante do navio não teve outra solução do que regressar a Moçambique.

Foi finalmente em Janeiro de 1797 que o *Joaquim* saiu, era a sua sétima viagem, para o Rio de Janeiro. O negócio deve ter sido bem sucedido porque em 1798 foi preparada uma oitava viagem, também para o Rio de Janeiro. Mas o navio, que saía de Moçambique com 201 escravos a bordo, foi completar a carga em Quelimane, onde o sobrecarga faleceu. O comandante foi obrigado a regressar a Moçambique e foram precisos vários meses para comprar uma carga de escravos na capital. O *Joaquim* saiu finalmente em janeiro de 1799 com J. R. Monteiro (armador e sobrecarga) e 201 escravos a bordo. Na escala no cabo da Boa Esperança conheceu Michel Hogan, capitão do *Nymph of the sea*, um navio de 342 toneladas que navegava sob bandeira americana. J. R. Monteiro comprou-lhe o navio, que pagou com uma grande parte dos escravos transportados no *Joaquim*.⁷⁴

No ano seguinte, em 1800, o navio foi mandado à Índia. Os territórios do *Estado da Índia* acabavam de ser militarmente ocupados pelas tropas britânicas. Oficialmente, J. R. Monteiro pediu passaporte para levar sua esposa, Maria Severina de Sá, para tratar da saúde em Goa. Mas o casal tinha certamente bens em Goa e precisava precaver-se contra uma eventual pilhagem.

O navio regressou a Moçambique antes de ser armado, sempre em associação com Laxmichand Motichand, para a sua terceira viagem à América espanhola. Partiu da ilha em novembro de 1801,⁷⁵ com escala no cabo da Boa Esperança. Em 1802, partiu de novo cheio de escravos para a sua quarta viagem à América do sul. Mas o *Joaquim* naufragou quando ia a entrar no porto de Montevidéu. Morreram centenas de escravos afogado. Apenas 17 indivíduos sobreviveram.⁷⁶

Após o naufrágio do *Joaquim*, os dois últimos grandes navios da frota de J. R. Monteiro equipados exclusivamente para o tráfico negreiro, foram o *General Isidro* e a *Ninfa do Mar*. Os dois foram adquiridos em sociedade com outros armadores da ilha, após uma fase de quase falência de J. R. Monteiro. Mas tanto o mercado americano como o das Mascarenhas melhoraram na primeira década

74 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 2.

75 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 82, Doc. 33, 14 de Março de 1799.

76 ANRJ, *Junta do Comércio*, Caixa 375, Pacote 4.

do século XIX. O decreto francês de 20 de Maio de 1802, restabelecendo a legalidade do tráfico de escravos nas Mascarenhas, permitiu de novo a abertura da rota directa entre Port-Louis e Moçambique.⁷⁷ A procura e o preço dos escravos dispararam. Entre 1803 e 1808, a sociedade de J. R. Monteiro armou duas expedições anuais de Moçambique e Quelimane até Port-Louis (Saugera 1995, 246 e 262). Essa época corresponde também à confirmação do interesse da rota do atlântico sul, prospectada de maneira pioneira, no sentido Índico-Atlântico, por J. R. Monteiro.

A *Ninfa do Mar* (343 toneladas) era um navio inglês (fabricado na Índia?) que a divisão do Almirante francês Sercey atacou e tomou em 1795. Em janeiro de 1796, o navio e sua carga foram vendidos em Port-Louis, ao armador americano Archibald Mac Keller. Deduzimos que a *Sea Nymph* foi a seguir transformada para o tráfico negreiro. Em Janeiro de 1799, commandada pelo capitão Hogan, ela apareceu no cabo da Boa Esperança para uma escala.⁷⁸ Ali cruzou com o navio *Joaquim*, também em escala, o qual seguia para o Rio de Janeiro com 450 escravos. J. R. Monteiro dirigia a viagem como sobrecarga. Este vendeu 250 escravos ao capitão Hogan, em pagamento do navio e apetrechos. Vendeu também uma parte dos escravos ao governador do Cabo, para pagamento dos diversos direitos alfandegários.

Não dispomos de informações sobre as actividades da *Ninfa do mar* entre 1799 e 1802, data de sua primeira viagem para a América do sul. Mas podemos supor que o bergantim navegou em “dupla nacionalidade”, portuguesa e americana, sempre dirigido pelo capitão Hogan, o que permitia a J. R. Monteiro e seu novo sócio Lakmichand Motichand de voltarem à rota negreira das Mascarenhas, mas sob bandeira neutra (U.S.A.). Sabemos que a sociedade entre Hogan e seus sócios de Moçambique durou até 1802, antes de uma ruptura conflitual, na sequência de uma entrega de escravos entre os quais houve uma mortalidade muito elevada.⁷⁹ O incidente não teve consequências porque após a paz de Amiens, J. R. Monteiro e sócios não precisavam mais de testas de ferro para

77 O primeiro Decreto francês de abolição do tráfico de escravos foi proclamado a 4 de Fevereiro de 1794. O decreto chegou a Port-Louis em Agosto de 1794 e o tráfico foi oficialmente proibido de 1794 a 1802. Mas o governo das Mascarenhas não o aplicou com rigor. Até 1797 entraram ilegalmente, em média, 1000 escravos por ano. Depois, e até 1802, o número duplicou. Logo em 1803 os armadores franceses organizaram 65 expedições negreiras para a costa oriental africana, entre as quais 19 directamente para a ilha de Moçambique.

78 ANOM, *Papiers Auguste Toussaint*, 50 APOM 2.

79 Podemos supor que esta mortalidade foi a consequência de uma epidemia (varíola?) porque o mesmo sucedeu com os escravos mandados em 1802 para o Rio de Janeiro pela sociedade Monteiro: dos 445 embarcados em Moçambique, apenas 217 chegaram vivos. Ver Capela 2007. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 119, Doc. 7.

aceder a Port-Louis. Tanto mais que no Índico, até 1808, houve um acordo tácito entre Franceses e Portugueses para manter a trégua (Carreira 1993).

Foi também graças ao *Joaquim*, à *Ninfa do Mar*, e ao General Isidro, que J. R. Monteiro pode organizar o transporte de escravos para a América do Sul. Herbert Klein calculou em 5000 o número de escravos oriundos da África oriental e chegados vivos nas 15 embarcações que entraram no Rio de Janeiro entre 1794 e 1810. 38% desses escravos vieram nos navios: *Ninfa do Mar* e *Restaurador*. Os dois navios pertenciam à sociedade de J. R. Monteiro. Pedro Machado também anuncia 12.000 escravos exportados da ilha de Moçambique para Montevideo entre 1796 e 1812, ou seja, um benefício colossal de 130.000 patacas para a alfan-dega de Moçambique (Machado 2014, 243). Podemos, portanto, concluir que a maioria desse negócio de seres humanos com Montevideu e o Rio de Janeiro passou pelas mãos de J. R. Monteiro e seus sócios.

Após uma primeira viagem em 1802 para Rio de Janeiro, a *Ninfa do Mar* saiu em 1803 com 431 escravos para Montevideu. Carlos José Guezzi encarregou-se da recepção e venda dos 362 que chegaram vivos. A mortalidade foi ainda mais importante na terceira viagem da *Ninfa do Mar* a Montevideu em 1805: a maioria dos escravos morreram afogados logo após a chegada ao porto, quando o navio naufragou. C.J. Guezzi comprou então um navio de porte equivalente, o *Lara* (ex-navio inglês tomado por um corsário espanhol e vendido em Montevideu). Rebaptizado *Ninfa do Mar* e usando o passaporte da embarcação naufragada, o novo navio regressou a Moçambique nesse mesmo ano de 1805. A quarta viagem de 1806 começou e acabou na costa africana por causa do mau tempo. O navio regressou a Moçambique, com a maioria dos escravos falecidos a bordo ou afogados.⁸⁰ Mas os armadores persistiram. Duas novas expedições foram mandadas ao Rio de Janeiro em 1806 e 1807, as duas comandadas por J. R. Monteiro. Mas perante a dificuldade do mercado carioca, ele não regressou na *Ninfa do Mar*. Permaneceu mais um ano no Rio de Janeiro para cobrar o pagamento dos escravos e deixou-se ficar, quando a Corte chegou, para poder negociar o perdão da sua enorme dívida para com a Fazenda Real de Moçambique.

Organizada pelo seu genro, José Francisco de Araújo, no final de 1807, a sétima expedição da *Ninfa do Mar*, como a quarta, teve que regressar por causa do mau tempo, com uma grande mortalidade dos escravos a bordo.⁸¹ Como a estação estava muito avançada para navegar em direcção do Atlântico, Araújo decidiu seguir com o navio para Port-Louis, onde chegou a 2 de Junho de 1808. Os armadores e as autoridades de Moçambique ignoravam então que o exército

80 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 122, Doc. 87.

81 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 122, Doc. 87.

francês havia invadido Portugal, que a Corte tinha seguido para o Rio de Janeiro e que a guerra estava reactivada. O General Decaen, governador de Maurícia, recebeu a notícia pela via do mar Vermelho. Em consequência, mandou imediatamente prender os oito navios sob bandeira portuguesa, os quais se encontram em escala no porto. Entre eles, a *Ninfa do Mar*. J. R. Monteiro e seus sócios perderam o navio e sua carregação humana.⁸²

O último dos três navios de grande porte da sociedade de armamento de J. R. Monteiro foi o bergantim **General Isidro** (300 toneladas). Esse navio holandês havia sido tomado por uma fragata francesa e depois vendido a dois armadores de Port-Louis, François Dalbo e Claude Nicolas Commarmond, que o baptizaram *La Renommée* (180 toneladas, 29 homens de tripulação) e o transformaram para o tráfico negreiro. O navio fez uma viagem triangular de Port-Louis a La Plata e depois a Nantes em França, de onde regressou em Maio de 1802 para o Índico. Segundo Eric Saugera, foi vítima de uma tempestade no Atlântico e os armadores, que viajavam a bordo, decidiram fazer escala em Cádiz, onde gastaram uma grande parte dos lucros da negociação em consertos (Saugera 1996). A *Renommée* chegou finalmente a Port-Louis em Fevereiro de 1803. Mas os armadores estavam falidos e decidiram mandar o navio à ilha de Moçambique para ali ser vendido. Foi comprado em abril por J. R. Monteiro, em associação com o seu parente Sebastião José Rodrigues e com o capitão René Michel Vrignaud, commandante do *Jeune Paul* e capitão da frota dos irmãos Monneron.⁸³ Esta associação permitia mais uma vez a “dupla nacionalidade” do navio, o que deixa supor que o projecto dos armadores era de o utilizar no tráfico entre a Moçambique e as Mascarenhas. A compra de uma segunda embarcação de grande porte explica-se pela procura importante de escravos em Port-Louis após o restabelecimento do tráfico pelo governo francês.⁸⁴

O *General Isidro* iria efectuar seis expedições negreiras. Fez a sua primeira viagem a Port-Louis (Abril-Julho de 1803), mas desta vez com escala no Cabo da Boa Esperança, o que deixa supor que J. R. Monteiro não mandava mais vir os escravos até à ilha de Moçambique, mas ia directamente carregá-los em

82 Foi somente.... em Março de 1808 que o ministro Visconde de Anadia escreveu ao governador Francisco de Paula e Albuquerque para anunciar a guerra e ordenar-lhe de preparar a defesa contra Franceses e Espanhóis. Nesse meio tempo, a frota corsária de Port-Louis conseguiu tomar quinze navios portugueses em 1808, entre os quais sete de Moçambique, o que representava metade de frota mercante da ilha. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 122, Doc. 78. Ver Toussaint 1967, 273.

83 Originário de Nantes, René Michel Vrignaud era o antigo comandante do *Aurore*, que naufragou em Moçambique. AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 93.

84 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 95, Doc 12; Cx. 115, Doc. 33.

Quelimane. Podemos emitir várias hipóteses sobre o abandono de Moçambique a proveito de Quelimane. A razão mais importante foi certamente a monstruosa dívida com a Fazenda real, que o armador não conseguia pagar. José Capela também assinala uma pequena actividade de conserto naval em Quelimane a partir de finais do século XVIII. Enfim, ele podia contar com o apoio de seu parente e sócio, Sebastião José Rodrigues, capitão-mor da ilha de Sena (Capela 1993, 14).⁸⁵ Em média efectuou duas viagens anuais a Port-Louis com cerca de 300 escravos por rotação (Toussaint 1967, 268).⁸⁶ O navio foi comandado em alternância por Vrignaud e por um dos irmãos de J. R. Monteiro, Antonio Salvador Monteiro, que Joaquim mandou vir de Goa e instalou na ilha de Moçambique. De facto, a obrigação de viajar nos navios que iam para o Atlântico sul, as dívidas... obrigavam-no a confiar seus negócios locais a familiares de confiança: seu irmão, seu genro...

Em 1805, J. R. Monteiro conseguiu obter o exclusivo das viagens do ano para os Rios de Sena. Ali embarcou escravos para a América. O navio regressou a Moçambique e dirigiu-se em Março de 1805 para o cabo da Boa Esperança (onde ficou um tempo embargado por causa das dívidas que a sociedade de armamento ali contraíra) e Montevideu onde chegou com 253 escravos vivos⁸⁷. Em 1806, Vrignaud e Rodrigues venderam sua quota do navio ao baneane Subachande Motichand, que passou a ser o novo socio de J. R. Monteiro.⁸⁸ O navio efectuou uma última viagem de Moçambique a Quelimane, cabo da Boa Esperança, Port-Louis, Quelimane, Moçambique, sob o comando de António Salvador Monteiro.⁸⁹

Não se encontra mais menção posterior do navio. Supomos que terá mudado de nome a proveito de *São Luis Restaurador*, para evitar um embargo provável na escala do cabo da Boa Esperança (dívidas acumuladas). Mas o navio fez três expedições a Montevideu e Rio de Janeiro entre 1807 e 1810 (segundo Herbert Klein) desembarcando 937 escravos. Nestas últimas viagens, era oficialmente armado por José Francisco de Araújo e tinha como sobrecarga seu sogro.... Joaquim do Rosário Monteiro.⁹⁰

85 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 121, Doc. 98; Cx. 110, Doc. 5.

86 ANOM, *Papiers Toussaint*, PT 50 APOM 2.

87 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx.115, Doc. 45, 22 de Março de 1895.

88 Subachande Motichande (grafia portuguesa), era também natural de Diu. Faleceu em 1825. Supomos ser o mesmo negociante que Pedro Machado nomeia Shobhachand Sowchand (Machado 2014, 41).

89 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 117, Doc. 80.

90 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 121, Doc. 46; Cx. 131, Doc. 76.

4. A elite goesa na ilha de Moçambique no final Antigo Regime: ascensão social e mobilidade espacial

Pouco sabemos da vida pessoal de J. R. Monteiro porque a documentação de que dispomos apenas diz respeito à sua actividade pública e comercial. Dez anos depois da sua chegada, ele já pertencia à pequena elite dos armadores activos da ilha. Era regularmente consultado pelos governadores da África Oriental e de Goa sobre questões de ordem económica e comercial. Participava igualmente na organização administrativa do comércio marítimo (Junta de comércio, alfândega...). Sabemos que ele viajou regularmente para o Oriente e as Mascarenhas na década de 1780 assim como para o Brasil e Montevideu entre 1796 e 1810. Ali também parece ter conseguido aproximar os círculos do poder após a chegada da Corte. Como na metrópole e no Rio de Janeiro, constatamos aqui também que a elite negociante do Índico procurou a proximidade da Coroa para negociar a sua ascensão social.

J. R. Monteiro chegou à Ilha de Moçambique na época do desenvolvimento das instituições urbanas da capital. Ignoramos o seu lugar de residência na ilha e onde ficavam as centenas de escravos que ele comprava e vendia anualmente. Apenas sabemos que no final da década de 1790 tinha uma grande propriedade agrícola em Mossuril, onde residia. A correspondência oficial dos governadores, assim como os requerimentos desta comunidade negociante, levam a acreditar que, no mundo dos negócios, não se estabelecia discriminação visível entre cristãos reinóis, goeses, baneanes e filhos da terra. Pelo comportamento de J. R. Monteiro ao longo de cerca de quatro décadas de residência na ilha, podemos constatar que, como em Goa e na metrópole, o modelo de ascensão social permanecia senhorial com aquisição de terras, nobilitação e patronagem religiosa. O desenvolvimento urbano da ilha e ocupação das terras circunvizinhas (Cabeceira, Mossuril...) nas últimas décadas do século XVIII favoreceram a implantação deste modelo que toda a elite mercante seguiu, independentemente de sua confissão ou origem. Podemos, no entanto, supor que as elites indianas de Moçambique também agiram como diáspora, investindo na aquisição de bens no local de residência, mas também nas suas terras natais indianas. O que significa que consideravam a ilha como espaço transitório. Segundo José Capela, os rendimentos da compra e venda de mais de 200.000 seres humanos entre as décadas de 1770 e 1820 não foram reinvestidos no giro económico em África, mas levados para a Índia (Capela 2001, 371-386). Resta-nos a averiguar se J. R. Monteiro adquiriu bens em Goa ou se os herdou.

Família e posição social

Por fontes indirectas (testemunhos em devassas) sabemos que J. R. Monteiro deve ter permanecido solteiro até pelo menos 1787 (tinha então 35 anos).⁹¹ As idades tardias de matrimónio ou até os celibatos definitivos eram frequentes nesta geração de negociantes sem fortuna familiar e que precisou adquirir uma posição profissional antes de poder pensar num estatuto matrimonial e social. Podemos constatar essa situação com os reinóis (a maioria dos irmãos Gomes Loureiro e Ribeiro Neves por exemplo), com os Baneanes (Luis Frederico Antunes demonstrou-o) e o exemplo de J. R. Monteiro prova que o percurso foi idêntico para os cristãos goeses, mesmo de casta brâmane. Ele esperou o final da década de 1780, quando estava no auge da sua fortuna, para casar com uma senhora goesa também de casta brâmane: Dona Maria Severina de Sá.

Segundo Maria Bastião, na África oriental, os jovens europeus tinham hipóteses infinitamente maiores que os locais, ricos ou não, de contraírem alianças matrimoniais com as meninas solteiras (ou as senhoras viúvas) das mais abastadas famílias cristãs. No caso dos Goezes e baneanes, cristãos ou hindus, punha-se também a dificuldade da casta e os matrimónios ficavam sem dúvida ligados às escolhas da família, na Índia. Mas de facto, constatamos que João da Silva Guedes, natural do Porto e da mesma idade que Joaquim, casou logo após a sua chegada à ilha com Rosaura Monteiro de Sousa, filha de um dos principais proprietários da península.⁹²

As informações localizadas sobre a família de J. R. Monteiro em Moçambique são raríssimas. Sabemos apenas que Joaquim teve uma filha, que deve ter sido casada extremamente jovem, como era de tradição em Goa, com José Francisco de Araújo, descendente mestiço de uma abastada família da ilha, e sócio de Joaquim.

Do filho mais novo não sabemos praticamente nada, excepto que J. R. Monteiro requereu e obteve para ele um cargo administrativo da alfândega de Moçambique em 1813. Supomos que a ruína comercial da ilha, a partir da década de 1820, o terá levado certamente mais tarde a migrar. Mas ignoramos o seu paradeiro posterior.

Os arquivos nos informam unicamente sobre seu filho mais velho e herdeiro, Joaquim Eleutério. Seguindo as práticas das famílias negociantes, mas também das elites senhoriais à qual pertenciam os Monteiros, Joaquim Eleutério foi educado para suceder a seu pai nos negócios. Como era prática na época, a

91 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 53, Doc. 5.

92 Era filha de Francisco Monteiro de Souza, indo-português originário da Província do Norte, e antigo oficial do exército de Moçambique.

aprendizagem do negócio começava pelo envio do aprendiz, ainda criança, para a casa de sócios, noutro país ou continente. Os filhos de João da Silva Guedes foram educados em Lisboa e no Rio de Janeiro, em casa de seus sócios Silva Franco. Joaquim Eleutério foi levado ainda menino para Montevidéu onde deve ter chegado por volta de 1801. Essa escolha certamente correspondeu à estratégia de J. R. Monteiro de desenvolver os seus negócios americanos.

Também pouco sabemos sobre a sua rede de parentesco na ilha, excepto que trabalhou com seus irmãos António e João Salvador Monteiro⁹³ e com outro parente, também rico armador da ilha: Sebastião José Rodrigues.

Nobilitação e privilégios

Constatamos que para J. R. Monteiro, como a maioria dos outros armadores negreiros da ilha, os anos 1780 representaram um período de viagens, de desenvolvimento de redes na Ásia e de construção da fortuna marítima. A partir de 1796, à medida que o contexto exterior se deteriorava e que os negócios se tornavam mais perigosos, ele procurou outras possibilidades de reconhecimento pelas autoridades da coroa e novas formas potenciais de rendimentos.

O reconhecimento social, em particular para famílias brâmanes ou nobres, passava pelo investimento no desenvolvimento de espaços de culto. Em 1801 ele financiou a reabilitação da capela de Nossa Senhora da Saúde, na ilha de Moçambique. Esta ermida, situada no meio da ilha, fora do núcleo urbano, foi fundada em 1633 ou 1634, talvez no lugar da antiga igreja do Espírito Santo, arrasada pelos Holandeses em 1607. Segundo informações transmitidas por António Bocarro e Alexandre Lobato, ela foi construída com donativos de dois moradores (de origem goesa?): Antonio Coutinho e Bras de Figueiredo. Foi mantida pelos capuchos de Goa até meados do século XVIII. Dispunha de um palmar e de um cemitério. A partir de 1681, os irmãos de São João de Deus fundaram um hospital ao lado capela e passaram a utilizá-la para as cerimónias fúnebres (Lobato 1957, 130). A capela tornou-se igreja em 1702. Era mantida pela irmandade da Saúde, à qual provavelmente pertenceu mais tarde J. R. Monteiro. Após a expulsão dos Jesuítas em 1767, apenas três igrejas na ilha conservaram padres, sendo a igreja da Saúde uma delas, com os padres da congregação de São João de Deus. J. R. Monteiro mandou vir de Goa um Altar-mor, o qual, segundo a Dra Mónica Reis, foi esculpido sobre o modelo da igreja da divina providência da Velha Goa.⁹⁴

93 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 127, Doc. 11.

94 Após o falecimento de J. R. Monteiro e o desaparecimento da comunidade Goesa da ilha, ela foi confiada em 1819 à confraria do batalhão de infantaria e mudou de nome, passando para

- Nesse mesmo ano de 1801 ele recebeu do Regente dom João a mercê de cavaleiro da ordem de Santiago e Espada, cerimónia talvez efectuada na igreja da Saúde, o que explicaria o investimento na reconstrução da igreja.⁹⁵
- Também nesse mesmo ano de 1801, foi provido capitão-mor e comandante das terras firmes de Mossuril,⁹⁶ cargo que exerceu pelo menos até 1806.⁹⁷ Como acontecia nas milícias do antigo Regime, estes cargos representavam um importante prestígio social e eram muito procurados. Não eram remunerados e os seus detentores até financiavam parte das despesas. Assim, em 1806, J. R. Monteiro escrevia ao Regente que tinha fornecido 50 escravos e 2000 arráteis de carne durante os cinco meses que havia durado a guerra contra o xequê de Quitangonha. Mas estes cargos tornavam visível a apoio à coroa e geralmente esta agradecia com mercês.
- Também a visibilidade da fortuna no espaço próximo do poder contribuía para o prestígio social. Nas duas primeiras décadas do século XIX, as elites abandonaram suas residências na ilha a proveito de grandes casas residenciais nas suas propriedades da Terra Firme onde o ar era mais sadio. Mossuril, onde J. R. Monteiro possuía propriedade e casa apalaçada era também já em 1821 o lugar de residência dos governadores que ali possuíam casa de veraneio.

O comportamento deste negociante goês na sua vontade de ascensão social apresenta exactamente as mesmas características que o dos grandes negociantes do reino e outros espaços da coroa. O mesmo acontecia exactamente na mesma época com as elites descendentes e goesas instaladas em Bombaim e Calcuta, as quais negociavam a sua vassalagem à coroa e ao Padroado em troca de mercês e honras.

Podemos deduzir que, entre meados dos anos 1790 e 1806, J. R. Monteiro beneficiou de apoios excepcionais da coroa e das autoridades locais, o que explica a compra de suas propriedades na terra firme e as autorizações de prospecção do mercado brasileiro a partir de 1796. Ele encontrava-se no Rio de Janeiro em 1808

a confraria de São Sebastião. Segunda a Dra Carla Alferes Pinto, esta igreja, como outras na ilha, perdeu as estátuas que possuía em 1836 (retiradas ou vendidas). Após 1836 ficou a cargo da câmara municipal, que também geriu o cemitério. O edifício, arruinado, foi restaurado em 1879 e dedicado aos cristãos indígenas. Data talvez dessa época a instalação da lápide de J. R. Monteiro na escadaria exterior. Cf. *Separata de Moçambique. Documentário Trimestral*, n.^{os} 41-42, Lourenço Marques, 1945, p. 93.

95 Notamos aliás que o seu parente e sócio Sebastião José Rodrigues também recebeu a mesma condecoração.

96 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 100, Doc. 47; Cx. 115, Doc. 92.

97 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 127, Doc. 11.

quando chegaram o Regente e a Corte. Antes de regressar a Moçambique, também negociou e obteve de dom João o perdão parcial da sua dívida com a Fazenda Real e a mercê de “selador-mor” da alfândega, cargo visivelmente remunerador e cujos rendimentos anuais podiam atingir os 600.000 réis. Pediu também o exclusivo das viagens costeiras bi-anuais da ilha de Moçambique a Inhambane por um período de 6 a 10 anos, argumentando que estas eram mais uma obrigação imposta pelos governadores locais aos armadores do que uma fonte de rendimentos. Sobre este pedido, o Regente preferiu consultar o novo governador de Moçambique António Manuel de Melo e Castro e Mendonça (1809-1812). As atribuições de viagens eram da competência dos governadores e este certamente não deve ter apreciado que J. R. Monteiro transmitisse o pedido directamente ao Regente. Desmentiu os argumentos de Monteiro, afirmou que o comércio com Inhambane era lucrativo e procurado pelos negociantes da ilha por podiam trazer carregações de marfim a frete. Contestou o prazo requerido para o exclusivo, mostrando que iria prejudicar a comunidade dos negociantes de ilha, também todos empobrecidos pela guerra,⁹⁸ e concluiu seu relatório com o comentário seguinte:

“É verdade que [J. R. Monteiro] é um dos negociantes desta praça que tem manejado mais negócio, mas sempre tão infelizmente que a sua casa está bastante atenuada, e por isso se faz digna de atenção de um príncipe tão magnanimo e piedoso, mas é igualmente certo que todos os indivíduos que negoceiam e têm casa de Comércio nesta colónia tendo sofrido grandes perdas merecem igual protecção para poder manter e melhorar o seu comércio, única coluna que sustenta esta colónia, pois o rendimento das alfândegas são quase a única e principal renda deste estado.”⁹⁹

J. R. Monteiro conseguiu finalmente obter este exclusivo apenas por dois anos mas, mesmo assim, passou o fim da sua carreira comercial a armar para a costa africana.

Em setembro de 1813, Monteiro mandou outro requerimento ao príncipe Regente. Declarou-se “muito doente e velho” (62 anos) e pediu que o cargo de selador-mor fosse transferido para seu filho Joaquim Eleutério (então com 14 anos), o que lhe foi concedido. Enfim, a 23 de Julho de 1814, provavelmente uns meses antes de falecer, mandou um último requerimento ao Regente, pedindo o cargo de segundo escrivão da alfândega para seu segundo filho, o que lhe foi igualmente concedido.

98 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 123, Doc. 45.

99 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 134, Doc. 87.

Rendimentos das terras agrícolas: produção alimentar e experiências de agricultura colonial

Segundo Eugénia Rodrigues e Maria Bastião (Bastião 2015, 25), logo a partir da década de 1760 o governo incentivou o desenvolvimento da agricultura de subsistência nas terras vizinhas da ilha. Logo após 1752, a passagem da capitania sob administração directa da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Estrangeiros levou a um processo de “sesmarização” – ou de “atlantização” – do regime fundiário moçambicano (Rodrigues 2010). Mas até à década de 1770, em termos de produção agrícola e de abastecimento alimentar, a situação não havia progredido. O governador Baltazar Manuel Pereira do Lago informava até, num relatório datado de 1766, que os agricultores do continente (os “cafres”) produziam milho, arroz e trigo mas não forneciam regularmente a ilha. A importação dos Rios de Sena aparece em todos os relatórios como insuficiente. Logo na década de 1760, o declínio do comércio baneane e das trocas com a Índia certamente também agravaram a situação alimentar local. De facto, Damão era há décadas o principal fornecedor de arroz. Quando os navios não chegavam (naufrágio ou guerra) a única solução era recorrer à produção de Madagascar ou à compra de mantimentos aos navios negreiros franceses qui começavam a aparecer regularmente no ancoradouro da ilha.

Isso explica a decisão de Baltazar Manuel Pereira do Lago de impôr o plantio da mandioca aos habitantes. Os Europeus eram os únicos a consumir farinha de trigo (cultivado na costa), mas nem sempre o seu preço lhes permitia o consumo. A produção de farinha de mandioca iria tornar-se cada vez mais necessária à medida que o número de habitantes e de expedições negreiras aumentava. Era necessário também alimentar os escravos que viviam e transitavam pela ilha e redondezas.

Foram, portanto, os grandes negociantes negreiros da ilha, como João da Silva Guedes e J. R. Monteiro, os maiores investidores nesta produção agrícola, nas suas propriedades da Cabaceira e de Mossuril. Segundo José Capela, a família Guedes possuía no final do século a maior propriedade agrícola da península (Capela 2002, 141). Joaquim do Rosário Monteiro também possuía uma manufatura de mandioca na sua grande propriedade de Mossuril onde trabalhavam em permanência uma centena de escravos (Bastião 2009, 17; Rodrigues 1998).

À medida que o tráfico negreiro se tornou uma actividade instável, os negociantes proprietários foram incentivados pela coroa, como no Brasil, a investir na agricultura de exportação. Mas nas terras vizinhas à ilha de Moçambique, as propriedades agrícolas ocupavam ainda apenas 3668 escravos em 1804. Porém, a produção agrícola tornou-se uma das prioridades da Coroa após a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Tratava-se de poder substituir e depois

concorrenciar as produções da Ásia (especiarias, chá, café, ópio...). Tanto no Rio de Janeiro como em Goa ou na ilha de Moçambique, multiplicaram-se as experiências em volta da aclimação dos pés de café. Em 1802, na Terra Firme, contavam-se 559 árvores, entre as quais os dois terços já tinham atingido a maturidade para produzir. J. R. Monteiro possuía 57 dessas árvores na sua propriedade de Mussuril. Houve da sua parte um verdadeiro investimento na experiência porque logo no ano seguinte declarou 80 árvores e o mesmo aconteceu nas propriedades de seus sócios Sousa e Brito e Hassane Valy (falecido em 1802) que possuía uma propriedade do Lumbo. Mas seguiram-se vários anos de seca e as árvores parecem ter sido gravemente atingidas. Em 1808, Moçambique mandou apenas 10 a 12 arrobas de café para o consumo da Corte no Rio de Janeiro. E nem essa todo havia produzido: parte dessa quantidade era café de Moca (Iêmen) comprado nas Mascarenhas.¹⁰⁰ Em 1815, exportaram-se da ilha para o Rio de Janeiro apenas 6 arrobas.¹⁰¹

A incapacidade dos proprietários da ilha de encontrarem plantas adequadas para aclimação e produção rentável talvez explique a ausência de reinvestimento dos lucros do tráfico negreiro na diversificação económica da ilha e terras vizinhas. Não dispomos infelizmente de inventário post-mortem respeitante a Joaquim do Rosário Monteiro, mas as raríssimas informações indirectas sobre a sua sucessão dão a entender que seus herdeiros salvaram da ruína apenas a sua propriedade de Mossuril, mas sem meios para a desenvolver. De facto, já em 1815, os negociantes da ilha de Moçambique haviam perdido o exclusivo das viagens aos portos dos Rios de Sena, os que foram directamente abertos aos armadores brasileiros. Estes também já não vinham pagar os direitos de exportação à alfândega de Moçambique. Quelimane passou a ter alfândega a partir de 1817 (Capela 2002, 142). O mercado das Mascarenhas também desapareceu após a anexação das ilhas pelas tropas britânicas em 1810. A sociedade de armamento de J. R. Monteiro resistiu poucos anos após seu falecimento.

Abandono do espaço africano e reconstrução da memória familiar

A pesquisa sobre as comunidades mercantes cristãs na Europa do Antigo Regime demonstra que a ascensão social das gerações seguintes passava quase sempre pelo abandono desse ramo profissional, a proveito de actividades mais nobres (administração, exército...).

100 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 26, Doc. 67 e Doc. 70; Cx. 103, Doc. 59; Cx 147, Doc. 34.

101 AHU, *Caixas de Moçambique*, Cx. 149, Doc. 33.

No Índico como na Europa, as gerações descendentes dos donos das grandes firmas do século XVIII (*Agency Houses*) por escolha ou necessidade – a maioria das grandes fortunas familiares não ultrapassaram as duas primeiras gerações – formaram-se, passaram para o ramo dos serviços (ações, banco, seguros...), profissões universitárias (médicos, juristas, jornalismo...) ou, para a indústria e a agricultura colonial.

O processo de ascensão social e nobilitação também encorajou os próprios armadores da primeira geração a orientarem seus filhos para a produção industrial (caso dos Gomes Loureiros), para as actividades bancárias e seguradoras (os Ribeiro Neves) ... As elites goesas e brasileiras privilegiaram o acesso de seus descendentes à universidade (Bombaim ou Europa), a profissões especializadas: jornalismo, medicina, ensino ou direito, ou à compra de grandes propriedades agrícolas.

De uma maneira global, os grandes negociantes oriundos da época pombalina souberam diversificar suas actividades e evitar a falência, apesar do grande golpe que representou para muitos a independência do Brasil. Talvez tenha sido a comunidade negociante da ilha de Moçambique a que conheceu o colapso mais brutal. De facto, a documentação oficial mostra uma segunda geração (filhos Silva Guedes, Monteiro...) reduzida a actividades de consignação local e sem grandes possibilidades de progresso nos negócios. Esta pequena elite de descendentes de Goeses e reinóis, já formada na Europa e na América, com redes de contactos estabelecidas, abandonou aos poucos a África, a partir da independência do Brasil.

Dos Monteiros, apenas conhecemos o percurso de vida de Joaquim Eleutério Monteiro (que supomos ter nascido por volta de 1796), que certamente foi para Goa ainda criança, em 1800 com a mãe, quando esta pediu oficialmente licença para ir à Índia tratar da sua saúde. Ainda muito jovem, foi levado pelo pai para Montevidéu, onde ficou alguns anos. Na época do falecimento de J. R. Monteiro, em 1814, Joaquim Eleutério, herdou o ofício de selador de alfândega, sem grandes possibilidades de voltar a construir a fortuna familiar nem de explorar a sua propriedade de Mossuril. Ainda jovem e sem experiência (tinha 18 anos quando o pai faleceu em 1814) continuou até 1820 as viagens concedidas ao pai, de Moçambique até Quelimane, com a última embarcação familiar, a *Nossa Senhora da Conceição e ânimo Grande*. José Capela assinala a sua participação em alguns negócios com capitães negreiros brasileiros vindos em 1819 e 1820. No início da década de 1820, viajou para a Índia. Ignoramos que actividade exerceu, mas supomos que se instalou em Bombaim. Em 1827, contraiu casamento com Maria Tereza, filha de Reginaldo Caetano de Noronha, rico negociante goês de

Bombaim.¹⁰² Reginaldo de Noronha casou sua outra filha com Miguel de Quadros (os Quadros, como os Monteiro, eram hereditariamente Gãoncares de Lotulim). Mas Miguel era sobretudo também o neto materno de Miguel de Lima e Souza, descendente da antiga nobreza portuguesa de Bombaim, e um dos negociantes mais ricos da Índia. No final de 1827, Joaquim Eleutério partiu da Índia para o Rio de Janeiro. A bordo, sua esposa deu à luz ao único filho do casal, Joaquim dos Remédios Monteiro.

O objectivo desta viagem ao Brasil era certamente de comprar material para desenvolver a propriedade de Mossuril. De facto, em 1828 Joaquim Eleutério estava de regresso à ilha de Moçambique para onde mandou vir do Rio de Janeiro madeiras, pregos e ferro para construir um engenho de açúcar. Em 1828 e 1829 o governador da África Oriental citava-o como o *principal lavrador* da cidade de Moçambique e apoiava o seu projecto afirmando que *ele é digno de ser ajudado e contemplado pois trabalha muito pelo aumento e prosperidade da colónia*.¹⁰³ Mas mostrava-se preocupado com o estado de saúde de Joaquim Eleutério e com a estagnação do projecto. Muito provavelmente faltaram-lhe recursos financeiros para concretizar o projecto. Nesse mesmo ano de 1828 acabou por confiar a propriedade de Mossuril a um intendente e migrou para o Rio de Janeiro onde se dedicou à profissão de negociante. Regressou novamente à ilha de Moçambique em 1847, quase vinte anos depois. Nesse ano, o capitão Edouard Loarer, no âmbito de uma viagem de prospecção colonial financiada pelo governo francês, passou umas semanas na ilha. A descrição dada por ele é esclarecedora:

« toute la presqu'île [Cabaceira] est parsemée de maisons bien bâties, où résident les divers propriétaires des terrains lorsqu'ils viennent surveiller leurs habitations et autour de ces maisons de maître, existent autant de petits villages de nègres, leurs esclaves [...] Habitation Monteiro : deux propriétés entre les autres sont remarquables par leur tenue et l'importance de l'exploitation. La plus grande appartient à Monsieur Monteiro, qui l'ayant abandonnée pendant 18 ans qu'il a passés au Brésil, à la surveillance d'un intendant, l'a trouvée dernièrement complètement en friche, épuisée d'esclaves, de bêtes de somme, les bâtiments à demi-ruinés etc... Cet établissement rapportait en 1830 de 8 à 9000 piastres nets par an. Monsieur Monteiro est l'homme sans contredit

102 Reginaldo Caetano de Noronha e os seus dois outros filhos mais novos faleceram em Agosto e Setembro de 1829, numa das frequentes epidemias de peste que assolavam Bombaim. *The Asiatic journal and monthly register for British and foreign India, China and Australasia*, Volume 1, Allen 1830. Ver Gracias 1896.

103 Segundo José Capela (2007, 98), com a chegada dos navios negreiros brasileiros, a cachaça passou a ser utilizada como moeda de compra dos escravos nos Rios de Sena. AHU, *Documentação Avulsa, Moçambique*, Maço 6 (25/09/1828) e Maço 7 (28/11/1829).

*le plus éclairé du pays. Il travaille activement à réparer les désordres introduits par un agent infidèle, mais il réussira difficilement à cause de son âge déjà avancé [51 anos] et de sa santé débile. Il mourra à la peine ».*¹⁰⁴

Não recolhemos mais nenhuma informação sobre o sucesso desta segunda tentativa, mas muito provavelmente foi a última antes da família abandonar definitivamente a África. Joaquim Eleutério reconstruiu sua fortuna pessoal e a posição social da família no Rio de Janeiro, onde foi em 1852 um dos fundadores do Montepio.¹⁰⁵

O seu filho único, Joaquim dos Remédios Monteiro estudou num dos melhores colégios do Rio de Janeiro antes de integrar a escola de Medicina em 1851. Seguiu depois para Paris de 1855 a 1858 para concluir a sua formação. Nunca visitou a Índia nem Moçambique, mas sempre reivindicou sua identidade goesa e manteve relações com a comunidade goesa de Montevideu e do Brasil.¹⁰⁶ Manteve correspondência com a elite intelectual goesa e foi um dos principais doadores da biblioteca pública de Nova Goa (Abreu 1874, 25). Este neto de J. R. Monteiro teve uma carreira profissional e intelectual excepcional. Joaquim dos Remédios era primo do pai do escritor goês Jacinto Caetano Barreto Miranda (1866) e do médico Custódio Luís de Miranda também radicado no Brasil. Foi este que lançou sua carreira profissional de médico em Resende (município do Rio de Janeiro). Em 1877, vítima da tuberculose, Joaquim dos Remédios instalou-se com a família na pequena cidade de Feira de Santana (Bahia) por causa do seu clima favorável à remissão da doença. Acabou por lá ficar até falecer em 1901. Foi responsável pelo grande projecto de saneamento da cidade e de construção urbana para acolhimento dos doentes. Foi eleito presidente da Câmara de 1887 a 1890. Era igualmente cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em contradição com toda a carreira profissional do seu avô, foi colaborador da imprensa local e um fervente defensor da abolição da escravidão: “A escravidão mui poderosamente tem concorrido para a perversão dos nossos costumes: é absolutamente incompatível com os nossos costumes. Foi um grande erro logo que se proclamou a independência não se haver proclamado a redenção dos cativos” (1884).

Joaquim dos Rémédios deixou documentos pessoais e extensas memórias, hoje conservadas pela Universidade de Feira de Santana. Mas este fundo documental foi infelizmente muito amputado pela sua filha única Elvira Monteiro

104 ANOM, *Série Géographie, Fonds océan Indien*, Cartons 2, 8, 21. Ver Simon 2008.

105 Ele e a esposa faleceram no Rio de Janeiro respectivamente em 1876 e 1878. Ver Laemmert 1852.

106 Casou em 1858 com Maria Christina de la Sierra Pereira, filha do chefe de divisão Manuel Francisco da Costa Pereira, e de D. Maria Manuela de la Sierra Pereira, naturais de Montevideu.

(Queiroz 2006; Lobo 2012, 82). Os pesquisadores que publicaram sobre este fundo nunca mencionam qualquer relação da família com Moçambique, o que nos leva a deduzir que esta parte da memória familiar foi voluntariamente destruída pelos descendentes.

Comunicando há meses com o Dr Jorge Forjaz, cujas publicações sobre genealogias das famílias descendentes do Ultramar são um apoio valioso para a compreensão das sociedades ultramarinas do Antigo Regime, perguntei-lhe porque não havia integrado a família Monteiro. Um dos argumentos do Dr Forjaz foi a falta de informações para organizar um projecto coerente. Maria Paula Pereira Bastião deve ter sido confrontada com o mesmo problema porque no seu Mestrado sobre a Moçambique e a família Silva Guedes, as alusões a J. R. Monteiro são raríssimas.

De facto, é necessário confessar que construir a história de vida e o percurso de carreira de Joaquim do Rosário Monteiro foi uma pesquisa particularmente longa e ingrata em razão da atomização, da contradição, e na maior parte dos casos, de uma ausência frustrante de fontes. A descendência familiar, em particular sua bisneta Elvira Monteiro, muito contribuiu para a invisibilidade desta personalidade paradigmática do funcionamento das redes de negócio marítimo no Índico no final do século XVIII. Verdade é que não podemos fazer abstracção do tipo de negócio sobre o qual J. R. Monteiro assentou sua fortuna, o que não podia deixar de incomodar um membro conhecido da elite intelectual brasileira na época da abolição da escravidão.

Pudemos naturalmente valorizar as informações que conseguimos recolher à luz dos estudos já publicados sobre outros grandes negociantes contemporâneos do Índico. Mas sobre este percurso individual excepcional, muitas dúvidas continuam sem resposta e requerem pesquisas posteriores. Isso explica que o nosso estudo de caso não tenha sido orientado para uma típica história de vida e de percurso profissional, como muitas já publicadas sobre as *Agency Houses* do Índico, mas sobretudo para o projecto de compreender, através de uma carreira individual, o funcionamento de toda uma geração da elite goesa formada na época pombalina e cujos privilégios (gãocarias...) não se achavam mais em adequação com as ambições de ascensão social num contexto colonial. Procuraram articular a riqueza de uma educação multi-cultural e as mutações das estruturas económicas do final do Antigo Regime. Se a carreira de Joaquim do Rosário Monteiro representa um caso excepcional de sucesso “diaspórico” no contexto africano, ela insere-se numa lista hoje já bem estudada de perfis de contemporâneos goeses também excepcionais e que conhecemos melhor: os Mhamai Kamat em Goa, Rogério de Faria em Bombaim... Mas se alargarmos a escala de análise ao conjunto dos espaços da coroa portuguesa, constatamos que os percursos

destas carreiras de negociantes goeses são muito semelhantes às dos seus contemporâneos lisboetas, brasileiros... também oriundos da legislação pombalina (uniformização do estatuto dos vassalos da coroa entre metrópole e ultramar, entre confissões religiosas...). Mais ainda: à escala europeia também aparecem numerosas semelhanças nas gerações contemporâneas: as *Agency Houses* dos Franceses (os Monneron aqui estudados) e dos Britânicos (John Palmer em Calcuta por exemplo) (Webster 2005). Na realidade, o percurso africano do goês Joaquim do Rosário Monteiro é apenas um exemplo suplementar que apoia a hipótese segundo a qual, no final do Antigo Regime, antes do advento da época liberal e das políticas coloniais discriminatórias, a globalização das trocas comerciais significou também uma uniformização dos comportamentos, das estratégias comerciais, do funcionamento em rede sem considerações étnicas ou religiosas, das elites do grande comércio marítimo dos três oceanos (o mesmo se constatou também no Pacífico).

O que acaba por provar que a decadência e o isolamento da ilha de Moçambique, permanentemente mencionados nos documentos europeus do século XVIII, podem entender-se numa leitura à escala regional, mas não resistem a uma análise pensada à escala global. Esta ilha continuou, pelo menos até aos anos 1810, a estar integrada na rede dos maiores portos de comércio mundial.

A compreensão do passado releva também da empresa de construção da memória. Esperamos que esta modesta contribuição possa acrescentar uma pedra ao edifício da visibilidade devida às centenas de milhares de homens, mulheres e crianças em situação de escravidão que um dia foram forçados a embarcar no cais da Ilha de Moçambique.



Pedra tumular de Joaquim do Rosário Monteiro (E. Carreira, 2018)



Igreja da Saúde, Ilha de Moçambique (E. Carreira, 2018)

Bibliografia

- ABREU, Miguel Vicente de. 1874. *Noção de alguns filhos distintos da Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- ANTUNES, Luís Frederico Dias. 2001a. "O Bazar e a Fortaleza em Moçambique, a comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- ANTUNES, Luís Frederico Dias. 2001b. "Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro, 1808-1820." In *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*, ed. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, páginas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BASTIÃO, Maria Paula Pereira. 2009. "Entre a Ilha e a Terra. Processos de construção do continente fronteiro à Ilha de Moçambique (1763-c.1802)." Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- BASTIÃO, Maria. 2015. "Les Silva Guedes sur l'île de Mozambique: transmigration et processus d'intégration pendant la transition du XVIII^e au XIX^e siècle." *Diasporas* 25: 1-103. <https://doi.org/10.4000/diasporas.368>.
- BAUSS, Rudy. 1997. "The Portuguese Slave Trade from Mozambique to Portuguese India and Macau and comments on Timor, 1750-1850: New Evidence from the Archives." *Camões Center Quarterly* 7/8: páginas.
- CAPELA, José. 1993. *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- CAPELA, José. 2001. "Le négoce des esclaves au Mozambique aux XVIII^e et XIX^e siècles." In *Négoce blanc en Afrique Noire*, 371-386. Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-mer.
- CAPELA, José. 2002. *O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento.
- CAPELA, José. 2007. *Dicionário de negreiros em Moçambique 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- CARREIRA, Ernestina. 1998. "Os últimos anos da *Carreira da Índia* (1755-1808)." In *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, 809-834. Angra do Heroísmo: s/n.
- CARREIRA, Ernestina. 2006. "From decline to prosperity: the Daman boat building during the 18th and 19th centuries." In *Indo-portuguese Encounters: Journeys in Science, Technology and Culture*, ed. Latika Varadarajan, páginas. New Delhi: Indian National Science Academy & Aryan Books.
- CARREIRA, Ernestina. 2014. *Globalizing Goa (1660-1820): Change and Exchange in a Former Capital of Empire*. Panaji: Goa 1556.
- CARREIRA, Ernestine. 1993. "Moçambique, Goa e Macau durante as guerras napoleónicas 1801-1810." In *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, 217-234. Macau: s/n.

- CARREIRA, Ernestine. 1997. "Au XVIIIe siècle: l'océan Indien et la traite négrière vers le Brésil." In *Esclavages: Histoire d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud*, páginas. Paris: L'Harmattan.
- CARREIRA, Ernestine. 1998. "La correspondance de Francisco Gomes Loureiro, un négociant Portugais au Gujarat." *Moyen Orient et Océan Indien* 10: páginas.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. 1989. *The economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Franck Cass.
- EUGÉNIA Rodrigues. 1998. "Do Atlântico ao Índico: percursos da mandioca em Moçambique no século XVIII." In *Actas do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- FLORENTINO, Manolo Garcia, 1985. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GAUDART, Edmond. 1934. *Catalogue des manuscrits des anciennes archives de l'Inde française*, Tome 5. Pondichéry: Bibliothèque Coloniale.
- GRACIAS, J. B. Amâncio. 1896. *Contemporâneos ilustres, perfil de Miguel Rozario de Quadros*. Bombaim: Nicol's Printing Works.
- LAEMMERT, Eduardo. 1852. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro*, Volume 1. Rio de Janeiro: s/n.
- LOBATO, Alexandre. 1957. *Evolução administrativa e económica de Moçambique – 1752-1763*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MACHADO, Pedro. 2014. *Ocean of Trade: South Asian Merchants, Africa and the Indian Ocean, c.1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.
- METTAS, Jean. 1978. *Répertoire des expéditions négrières françaises au XVIIIe siècle*. Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer.
- MIRANDA, J. C. Barreto. 1866. *O que fomos e o que somos. Narrativa historica e politica, Carta ao seu amigo o senhor Joaquim dos Remédios Monteiro, Doutor em medecina pela Faculdade do Rio de Janeiro*. Margão: Tipografia do Ultramar.
- PINTO, Celsa. 2003. *Situating Indo-Portuguese Trade History: A Commercial Resurgence, 1770-1830*. Tellicherry: IRISH.
- RITA de Cássia R. de Queiroz. 2006. *A escrita autobiográfica de doutor Remédios Monteiro: edição das suas memórias*. Salvador: Quarteto Editora.
- ROCHA, Aurélio. 1992. "Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil – século XIX." *Stvdia* 51: 61-118.
- RODRIGUES, Eugénia. 2006. "A agricultura: entre as comunidades de aldeia e os empreendimentos estatais." In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo I, 449-510. Lisboa: Editorial Estampa.

- RODRIGUES, Eugénia. 2006. "Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII." *Historia: Questões & Debates* 45: 57-95. <http://dx.doi.org/10.5380/his.v45i0.7945>.
- RODRIGUES, Eugénia. 2010. "O quotidiano e a construção do imaginário colonial acerca das mulheres da Ilha de Moçambique (de meados de Setecentos a inícios de Oitocentos)." In *Caminhos Cruzados em História e Antropologia: ensaios em homenagem a Jill Dias*, ed. Philip Havik, Clara Saraiva e José Alberto Tavim, 51-70. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- RODRIGUES, Eugénia. 2011. "Fazendo escravos: transoceânico e escravização no vale do Zambeze na viragem para o século XIX." In *Moçambique: Relações históricas regionais e com países da CPLP*, ed. Augusto Nascimento, Aurélio Rocha e Eugénia Rodrigues, 39-82. Maputo: Alcance.
- SANDRA Ataíde Lobo. 2012. "O desassossego goês, cultura e política em Goa do liberalismo ao acto colonial." Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTANA, Francisco. 1985. "A aula de comércio: uma escola burguesa em Lisboa." *Ler História* 4: 19-30.
- SAUGERA, Eric. 1995. *Bordeaux port négrier – XVIIe-XIXe siècles*. Paris: Karthala.
- SAUGERA, Eric. 1996. "Les armements négriers français vers l'Océan Indien sous le Consulat et l'Empire." In *Révolution Française et Océan Indien: Prémices, paroxysmes, héritages et déviances*, ed. C. Wanquet & B. Jullien, páginas. Paris: L'Harmattan.
- SIMON, Claire. 2008. "Les premiers contacts d'un français au Mozambique, Edouard Loarer (1847-1848)." Thèse de master, Université de Provence.
- SOUZA, Teotónio R.. 1993. "Rogério de Faria: An Indo-Portuguese Trader with China Links." In *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, 309-320. Macau: s/n.
- SOUZA, Teotónio R.. de. 1989. *Essays in Goan History*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- THE Asiatic journal and monthly register for British and foreign India, China and Australasia*, Volume 1, Allen 1830.
- TOUSSAINT, Auguste. 1967. *La route des îles*. Paris: EHESS.
- TOUSSAINT, Auguste. 1989., "Avant-Surcouf" *Corsaires en Océan indien au XVIIIe siècle*. Aix-en-Provence: Publications Université de Provence.
- WEBSTER, Tony. 2005. "An Early Global Business in a Colonial Context: The Strategies, Management, and Failure of John Palmer and Company of Calcutta, 1780-1830." *Enterprise & Society* 6(1) (March): páginas.

Territórios e configurações políticas na costa oriental africana

Os antecedentes da elevação da vila de Moçambique à condição de cidade (1800)

ANA PAULA WAGNER

Departamento de História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil

Para contribuir com as discussões desta sessão, intitulada “Moçambique – Cidade Centenária”, eu tratarei a seguir sobre o pedido de elevação da vila de Moçambique em cidade, encaminhado a Lisboa no ano de 1800. A documentação produzida em razão desta solicitação revelou um quadro complexo, constituindo uma ação coordenada por distintas instâncias de poder domiciliadas na sede do governo da África Oriental Portuguesa.

Esta requisição estava contida em três correspondências, assinadas pelo governador-geral, pelos membros da câmara municipal da vila de Moçambique e pelo administrador eclesiástico. A ênfase na escrita destas autoridades mostrou, ao mesmo tempo, as suas expectativas quanto à mudança do estatuto da vila, as suas representações de cidade e as formas como cada um desses sujeitos se relacionava com as diferentes esferas integrantes do Império Português.

Paralelamente, o estudo dessa documentação administrativa possibilita delinear algumas representações¹ do território em foco. Por um lado, os argumentos fornecidos pelos autores das cartas contêm elementos de determinadas representações do que, em finais do século XVIII, conformava o que deveria ser uma cidade. Por outro, embora a correspondência analisada tivesse um objetivo

1 Conforme Roger Chartier (1999, 17), a noção de representação permite “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

em comum, ou seja, passar a imagem de que a vila de Moçambique tinha condições de “alcançar a graça” de receber o título de cidade, ela também apresentou as visões de mundo dos diferentes grupos envolvidos neste processo (nas figuras do governador-geral, dos vereadores da câmara e do religioso), todos com diferentes experiências e expectativas.

Ao longo da história do Império Português, a instalação de vilas e cidades constituiu um importante capítulo dos processos de expansão e, sobretudo, de consolidação da presença lusa nos distintos domínios ultramarinos. Em razão do seu caráter pluricontinental, com territórios nas Ilhas de Açores e Madeira, na América, África e Ásia, além das diferenças geográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais, podemos considerar que foi necessária a criação e a adaptação de uma série de mecanismos para garantir a longevidade do empreendimento ao decorrer dos séculos.

No mundo português apenas a Coroa, na figura do rei, tinha a prerrogativa de criar cidades, concedendo-lhes determinados foros e regalias (Russel-Wood 1988, 187-250).² Aroldo de Azevedo, no clássico *Vilas e cidades do Brasil colonial*, argumenta que a concessão do título de cidade parece não ter seguido uma lógica de critérios específicos, como a importância demográfica, social ou econômica de determinado território. Pelo contrário, segundo o autor, muitas vezes traduzia “um simples galardão, mera honraria, que circunstâncias de momento poderiam justificar” (Azevedo 1992, 69-70).³ Todavia, ainda que o estatuto de cidade não fosse atribuído em razão de algum tipo de relevância econômica ou política, esse era um título almejado pelos súditos de determinados territórios que integravam o Império Português.

Destaque-se também que no contexto do Império, as vilas e as cidades tinham papéis fundamentais no processo de materialização da presença lusa nos espaços ultramarino, implicando na instalação de um aparato institucional através das câmaras municipais para o gerenciamento administrativo da população e do território. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, na obra *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, “a formação do Império se deu por meio da trasladação de uma série de mecanismos políticos, jurídicos e administrativo da metrópole para as mais recônditas regiões do globo, tanto no Oriente como Ocidente”, ainda que tivesse sido necessário fazer adaptações do aparato

2 Os municípios nos territórios ultramarinos significavam a transposição de instituições e modelos metropolitanos. Todavia, a bibliografia referente à temática assinala a existência de um processo de adaptação às especificidades de cada conquista. Ver Santos 2006, 149-170.

3 Aroldo de Azevedo cita como exemplo as cidades Filipéia, Cabo Frio e Oeiras, todas na América Portuguesa.

institucional às diversidades socioculturais encontradas nos distintos territórios da América, África e Ásia (Bicalho 2003, 367).

Da mesma forma, o título de cidade trazia consigo uma importância simbólica para os súditos do território agraciado pelo rei. Os foros e prerrogativas de cidade implicavam em um tipo de diferenciação na escala imperial, sobretudo para determinados grupos sociais ligados à administração (funcionários régios civis e religiosos, e as autoridades locais). Podemos considerar que ser cidade significava ascender na hierarquia urbana de um conjunto de vilas de um dado território, mas, ao mesmo tempo, representava uma promoção na hierarquia social do Império Português (ver Fonseca 2003).

Esses dois aspectos (centralidade na figura do rei para a criação de uma cidade e promoção na hierarquia social do Império) são importantes para compreendermos porque, em 1800, três cartas foram enviadas para Lisboa com o objetivo de solicitar que a vila de Moçambique fosse elevada à categoria de cidade.

A documentação e algumas considerações

Em Julho de 1800, três correspondências foram elaboradas com o intuito de solicitar que a vila de Moçambique fosse elevada à categoria de cidade. A primeira delas foi escrita pelo governador-geral, Francisco Guedes de Carvalho Meneses da Costa⁴, datada de 25 de Julho de 1800.⁵ A segunda carta era dos membros da câmara de Moçambique, que foram convocados pelo governador a se manifestarem sobre essa demanda, com data de 23 de Julho de 1800⁶, anexada à carta de Meneses da Costa. E a terceira carta era do religioso dominicano Fr. Amaro José de Santo Thomaz, com data de 23 de Julho de 1800, estando endereçada diretamente para D. Rodrigo de Sousa Coutinho.⁷

4 Francisco Guedes de Carvalho Meneses da Costa foi governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena entre 27 de Agosto de 1797 e 10 de Setembro de 1801. A correspondência foi enviada para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na época o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, para que fosse encaminhado ao Príncipe Regente D. João.

5 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Moçambique*.

6 Carta do Senado da Câmara da vila de Moçambique para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*. O documento estava assinado pelo juiz ordinário José António de Araujo e Lima, pelos vereadores José Antonio Caldas, José Pereira Machado e Manoel Joaquim Pereira Chaves, e pelo procurador Domingos Bento Guerreiro, na respectiva ordem.

7 Carta do Bispo de Pentacomia para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*. Esta carta não se encontrava anexada à correspondência do governador-geral e dos membros da câmara. Ela constituía um documento separado.

A partir desta documentação, é possível tecer algumas considerações. A primeira delas é que por não haver uma espécie de diretriz para a criação de uma cidade, os diferentes agentes escreveram o que, para os seus entendimentos, seriam aspectos relevantes para sensibilizar o Príncipe Regente na obtenção da almejada “graça”. Na realização deste esforço, eles acabaram por revelar as representações de cidades que possuíam, dentro do contexto da época.

Essas representações refletiam as visões de mundo dos diferentes grupos participantes da dinâmica imperial e que, naquele momento, viviam na África Oriental Portuguesa. Temos o ponto de vista do governador-geral, um funcionário régio enviado para Moçambique para realizar uma tarefa por um período determinado⁸. Dos membros da câmara que eram pessoas da elite local e por serem indivíduos nascidos na capitania, ou lá residentes algum tempo, traziam consigo anseios e pontos de vista particulares perante à administração central. E do religioso, um homem natural de Portugal, e que como o governador-geral, encontrava-se em Moçambique durante um tempo específico.⁹

Apesar de Azevedo argumentar que a concessão do título de cidade não seguia uma lógica específica de critérios (Azevedo 1992), por vezes se considerou que as principais razões apontadas para a fundação de uma cidade eram a importância da população e das riquezas econômicas de uma dada localidade. Em finais do século XVIII, o governador-geral julgou que este era um caminho possível de ser trilhado. Na carta enviada à Lisboa, Meneses da Costa afirmou que a vila de Moçambique “excede a algumas cidades” de Portugal, conhecidas pessoalmente por ele, como Pinhel, Miranda do Douro e Penafiel. Além disso, tinha o atrativo de um “grande porto de mar” frequentado por “nações das quatro partes do mundo”. No que se refere aos aspectos econômicos, ele mencionou que a riqueza do comércio provinha, sobretudo, de três mercadorias: escravos, ouro e marfim. Os escravos eram encaminhados para as Américas e os dois produtos seguintes conduzidos para a Ásia. Todavia, ao analisarmos o conjunto da documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, no qual a carta do governador-geral está inserida, nota-se a referência à um quadro

8 Em julho de 1800, havia quase três anos que ele estava na capitania desenvolvendo sua função. Era esse o seu tempo de conhecimento e de entrosamento com a realidade moçambicana.

9 Quando o Bispo de Pentacomia escreveu sua carta, já havia, aproximadamente, 19 anos que ele estava em Moçambique. Podemos considerar que quase duas décadas constroem uma boa base de experiência e de conhecimento sobre a realidade local. Refira-se que, além das atividades de caráter religioso, o dominicano igualmente participou das atividades político-administrativas da capitania. Entre os anos de 1783 e 1786, junto com ouvidor-geral e o tenente-coronel, integrou o governo provisório da capitania.

econômico radicalmente contrário ao que foi formulado por Meneses da Costa.¹⁰ Para a segunda metade do século XVIII, abundavam queixas sobre o estado de ruína do território, embora alguns administradores ressaltassem a potencialidade intrínseca da região.¹¹

No tocante à população composta pelos súditos da Coroa, o governador-geral teceu alguns comentários, com o intuito de conduzir até o Príncipe Regente mais elementos que o auxiliasse na decisão de elevar a vila de Moçambique à categoria de cidade. Meneses da Costa informava a existência de “muitos casamentos entre as principais famílias” e o aumento do número de nascimentos. É interessante a atenção que ele dedicou à longevidade dos integrantes dessas famílias, tanto de europeus quando daquelas “naturais do país”, de forma que existiam “muitos netos e bisnetos que conhecem seus avós e bisavós”. A presença de três ou quatro gerações de uma mesma família, com idosos “em boa disposição” e por alguns deles não fazerem uso de “remédios da botica”, causava admiração no governador. Todavia, ele destacou que a longevidade maior era entre as mulheres, que em alguns casos, alcançavam “mais de cem anos”. Por vezes, elas também eram apontadas como as responsáveis pela manutenção do catolicismo na ilha de Moçambique, sendo algumas “bisavós da casta europeia” as encarregadas de apresentar seus descendentes à pia batismal.¹²

Ainda sobre a população que vivia na vila de Moçambique, o governador-geral fez uma breve descrição:

“Há muitos filhos e filhas naturais do país e da costa europeia muito claros e de cabelos louros, e tão boa cor que parecem filhos de países Europeus do Norte. Tem muita viveza e talentos para tudo que deles se quisesse pretender; assim houvessem aqui meios de serem bem educados.”¹³

10 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*.

11 Sobre alguns aspectos da vida administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, ver: Wagner 2009.

12 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*. Para 1781, temos a descrição de um cenário oposto ao apresentado por Meneses da Costa. Em um ofício do governador interino da capitania de Moçambique e Rios de Sena encontramos referências sobre a “sensível falta de habitantes portugueses que se experimenta em todo aquele Estado”, a “falta de religião que se experimenta nos nossos católicos” e, sobre o comércio, “não havia dúvida que se estava arruinado” e ficaria “arruinado cada vez mais” se providências não fossem tomadas. AHU, *Moçambique*, Consulta do Conselho Ultramarino, 25/02/1782.

13 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*.

Como se nota, o governador-geral preocupou-se em mostrar para a Coroa a qualidade dos indivíduos que compunham a população da futura cidade, valorizando aspectos como o tipo físico com padrões europeus, a longevidade dos habitantes e a relação destes indivíduos com uma espécie de continuidade de valores europeus (com manutenção de costumes, modo de vida, religião católica etc.).¹⁴

Em determinado ponto da apresentação dos motivos que justificariam a elevação da vila de Moçambique à categoria de cidade, o governador-geral se deteve em escrever sobre o clima, a salubridade da vila e a saúde da população. A África Oriental tinha, na sua visão, um clima sadio como o da Europa. Embora determinados habitantes “padecessem de algumas moléstias”, elas não eram decorrentes da má qualidade do clima, mas, segundo ele, devido ao comportamento de alguns indivíduos. Para Meneses da Costa, aqueles com “gênio extravagante”, como os degredados, eram os que, “pela sua má conduta”, logo adoeciam.¹⁵

O governador-geral escreveu que a salubridade da ilha de Moçambique havia sido conquistada em razão de alguns fatores, que envolviam elementos de ordem material e comportamental. O primeiro deles era que a construção de novos edifícios foi realizada segundo “conhecimentos físicos”, destacando o uso de vidraças que auxiliavam na conservação da “pureza do ar vital”. A boa qualidade da água foi igualmente sublinhada, a partir do aumento do número de cisternas. Em relação aos hábitos da população, foi mencionado o consumo de determinadas bebidas. Trocou-se a ingestão de bebidas alcóolicas “fortes extraídas de grãos e palmeiras”¹⁶ produzidas em Moçambique, além de “aguarden-tes e cachaças”, pelo uso de chá e café. Meneses da Costa viu essa substituição como positiva, em função dos efeitos terapêuticos destas últimas. O aumento da transpiração, proporcionado por esses líquidos, era tido pelo governador como

14 Em outra circunstância o próprio governador-geral não teve um olhar tão animador sobre as qualidades e as características dos vassalos portugueses instalados na África Oriental. Cerca de 1799, Meneses da Costa escreveu: “deve também trazer-se à memória que esta Capitania é composta de diversas qualidades de gentes, como são *europeus*, e muitos destes degredados de péssimos costumes, que a nossa Religião, mesmo ali não pode conservar um bom pé pelo ajuntamento e comunicação de tantas outras diversas [...]”. Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena para o Príncipe Regente, s/d, AHU, *Moçambique*.

15 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*.

16 Um exemplo destas bebidas alcoólicas fabricada localmente era a sura, produzida a partir da fermentação da seiva de várias espécies de palmeira. Ver: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), *Sessão de Manuscritos*, Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique, 1821.

proveitoso para “repelir o veneno” que poderia entrar pelo corpo da população.¹⁷ Embora as propriedades medicinais do chá e do café fossem mais complexas do que o raciocínio apresentado pelo governador, não deixa de ser importante a menção de que as bebidas alcoólicas, associadas com um tipo de comportamento não morigerado, foram substituídas por outras tidas por mais inofensivas.

Além disso, Meneses da Costa preocupou-se em desconstruir uma certa imagem de “mau clima” que também era elaborada por aqueles indivíduos que se dirigiam para a Moçambique, como militares e agentes régios (civis e religiosos), e que estrategicamente alegavam o “padecimento de muitas moléstias”, tanto para fugirem das suas obrigações, quanto como elemento de barganha para obtenção de algum tipo de recompensa pelos esforços realizados em nome da Coroa.¹⁸

Em síntese, através das informações mencionadas na carta redigida pelo governador-geral, como as questões econômicas, a relevância da população (tanto pela sua qualidade quanto pela quantidade dos habitantes), a salubridade do território e o impacto positivo na saúde dos súditos, foi construída uma imagem da vila de Moçambique, desejosa de passar a ideia de que estaria ela apta para receber o título de cidade. Da mesma forma, percebe-se, na análise da carta de Meneses da Costa, os elementos que ele considerava importante nesse processo de sensibilização do Príncipe Regente. Ou seja, por trás da valorização de certos aspectos do território, dissertados no documento, podemos enxergar determinadas representações de cidade.

17 Nesse aspecto, Meneses da Costa apresenta argumentos do que poderíamos chamar de um senso comum da época. Luís Vicente de Simoni, um médico italiano que atuou como físico-mor em Moçambique entre os anos de 1819 e 1821, ao escrever o *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique* (1821), entre vários assuntos, discutiu um pouco sobre o consumo de determinados tipos de bebidas. Simoni indicava que o chá e o café eram produtos ingeridos na capitania. Todavia, apresentou cautela quando às propriedades terapêuticas destes. No *Tratado Médico* ele descreveu, de acordo com os seus conhecimentos, algumas vantagens e prejuízos que a ingestão destas bebidas causava no organismo dos indivíduos que viviam na África Oriental. BNRJ, *Sessão de Manuscritos*, Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique, 1821.

18 Por vezes, a obediência e o bom desempenho dos funcionários régios na realização das suas tarefas são interpretados pela historiografia como uma moeda de troca, utilizada na negociação de outros cargos na administração do Império Português e no recebimento de mercês. Assim, a valorização de dificuldades enfrentadas pelos indivíduos no exercício das suas funções, sobretudo em territórios ultramarinos, poderia interferir na qualidade destas recompensas. Por esta razão, não seria fora de propósito encontrarmos entre a documentação administrativa manifestações de alguns indivíduos que, quando de suas passagens por Moçambique, buscaram evidenciar junto às autoridades metropolitanas as suas capacidades de superação ao clima e as “moléstias” existente naquele território. Sobre uma “economia de mercê”, ver Olival 2001.

No segundo documento analisado, a carta dos membros da câmara, nota-se um pouco mais de ênfase à estrutura urbana da vila, com uma espécie de exaltação do “esplendor” do lugar. Eles descreveram um cenário da vila, mais detalhado e próspero. Entre os edifícios, comentaram sobre a existência de uma “boa alfândega”, uma excelente “casa da câmara com cadeia”, “um decente palácio para os governadores”, “uma muito suficiente Sé”, “uma boa Misericórdia” e “outras igrejas asseadas”. Sobre as casas dos moradores, informaram serem estas “fabricadas e ornadas com nobreza e a imitação das da Europa”. Nesta carta também existia uma breve referência à salubridade da vila, e o consequente “beneficiamento” que isso trazia para a saúde da população.¹⁹

Os membros da câmara atribuíam parte da responsabilidade deste bom estado da vila, “mais asseada e melhor arrumada”, às ações encaminhadas pelo então governador-geral. Eles concluem este grupo de questões informando que, em razão do “desvelo” de Meneses da Costa, a vila encontrava-se “cada vez mais aumentada em população”, “mais luzida no tratamento dos seus cidadãos”, “mais povoada e cheia de casas”.²⁰

Não só neste ponto da carta, mas ao longo dela, podemos perceber parte dos mecanismos que articulavam as engrenagens do Império Português. Como já dito, os membros da câmara foram convocados a se manifestarem sobre a questão da criação da cidade. Eles não estavam escrevendo diretamente para o reino, embora lhes fosse autorizado fazê-lo. A correspondência estava endereçada ao governador-geral. Na análise desta carta e daquela escrita pelo governador, podemos perceber o uso de um artifício retórico, dos recursos da adulação para atingir determinados objetivos. Os membros da câmara não pouparam elogios, exaltando as qualidades do governador. Era a figura que Meneses da Costa representava que necessitava ser tocada, para que o pedido da obtenção da “graça” de criação da cidade fosse encaminhado para o reino. A súplica saída da África Oriental certamente teria mais peso se compartilhada pelas diferentes instâncias administrativas (o governador-geral, os membros da câmara e o administrador episcopal). Em certa medida, havia uma “tradição de inscrição urbana” que caracterizava a configuração das cidades (Domingos e Peralta 2013, 23). Nesse sentido, podemos entender a escolha desta temática no repertório dos motivos apresentados pelos juízes, vereadores e procurador da câmara. Não nos interessou o mérito dessa questão, se a vila de Moçambique era um aglomerado

19 Carta do Senado da Câmara da vila de Moçambique para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*.

20 Carta do Senado da Câmara da vila de Moçambique para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*.

urbano modesto ou grandioso. O que nos importou perceber foi a construção de uma imagem que os autores das cartas acreditavam que sensibilizaria o Príncipe Regente para que o objetivo fosse atendido.²¹ Eles também recuperaram alguns elementos da história da vila e da capitania como um todo, ressaltando a existência de uma infraestrutura político-administrativa consolidada.

Nesse processo de pedido de elevação da vila de Moçambique ao estatuto de cidade, também fazemos referência à carta de Fr. Amaro José de Santo Thomaz, religioso dominicano que ostentava o título de Bispo de Pentacomia²². Presente na África Oriental Portuguesa desde o início da década de 1780, ele procurou fortalecer a solicitação encaminhada pelo governador e pelos membros da câmara, destacando aspectos sobre a relevância daquela vila constituir uma sede de bispado.

A carta do Bispo de Pentacomia, datada de 23 de Julho de 1800, estava endereçada diretamente para D. Rodrigo de Sousa Coutinho.²³ Até onde pudemos perceber, esse documento foi lido pelo governador-geral e alguns trechos dele foram adaptados por Meneses da Costa. Entretanto, enquanto este tinha em foco os benefícios temporais e espirituais, o religioso apenas esteve interessado em ressaltar o quanto a ação do Príncipe Regente resultaria em fortalecimento da presença católica na África Oriental Portuguesa.

O Fr. Amaro José de Santo Thomaz iniciou seu texto declarando que, “unindo-me aos desejos deste povo”, tomava a “liberdade de expor a Sua Alteza” o quanto seria “útil e conveniente” transformar a prelazia de Moçambique em bispado, o que só poderia ocorrer com a elevação da vila ao estatuto de cidade. Ele retomou a bula papal de Paulo V, com data de 1612, a qual separava a área territorial compreendida entre o Cabo de Guardafui e o da Boa Esperança do

21 Como procuramos argumentar ao longo do texto, estamos lidando com representações, com imagens construídas pelos autores das correspondências. Deve-se estar ciente que a documentação administrativa sobre a capitania de Moçambique e Rios de Sena também revela outros quadros, outras imagens. Por vezes elas foram semelhantes, por vezes foram contraditórias. Um exemplo nesse sentido foram os comentários sobre o desenvolvimento econômico da vila, sobre a presença de uma população europeia católica, e a ideia de salubridade do território.

22 João Francisco Marques, em um estudo sobre o frei em questão, explica que “a rainha D. Maria I, no uso das prerrogativas do direito do Padroado, apresentou à Santa Sé, em 25 de Agosto de 1782, para bispo desta prelazia *nullius* a Fr. Amaro José de Santo Thomaz, então de trinta e sete anos, que Pio VI confirmou pela bula *Apostolatus officium meritis*, de 19 de Julho de 1783, com o título de Pentacómia in *partibus infidelium*, o que lhe permitia exercer todos os actos sacramentais próprios da ordem episcopal no território de que já era responsável quanto ao governo eclesástico. Continuava este, todavia, ligado canonicamente à arquidiocese de Goa como se fosse um bispado sufragâneo” (Marques 2006, 343-344).

23 Carta do Bispo de Pentacomia para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 23/07/1800, AHU, Moçambique.

Arcebispo de Goa²⁴. A partir de então o administrador eclesiástico de Moçambique adquiriria um pouco mais de autonomia para tomar uma série de decisões, “tinha o direito de usar vestes prelatícias, nomear e destituir párocos, fazer a visita pastoral das igrejas, informar Lisboa do estado das missões, apontando deficiências e soluções” (Marques 2006, 338). Acrescente-se que com a concessão do título de “Bispo de Pentaconia” no ano de 1783, em caráter “*in partibus infidelium*”²⁵, houve a ampliação dos poderes de Fr. Amaro José de Santo Thomaz. Desde aquela data, lhe fora autorizado exercer tarefas pertencentes à dignidade episcopal. Ele pôde “consagrar os Santos Óleos”, o que era tomado como uma das maiores prerrogativas do sacerdócio de um bispo. Essa ação foi considerada um ganho importante para a população católica da capitania. Por vezes, segundo o religioso, em razão dos navios saídos de Goa não arribarem na África Oriental, ficava-se sem esse importante elemento da liturgia da igreja.²⁶

O Bispo de Pentacomia também escreveu que de todos os párocos existentes na capitania, apenas três deles não foram ordenados (tornados sacerdotes) pelas suas mãos. Na ótica do religioso, a não dependência do arcebispo de Goa para a ordenação e a instrução dos “filhos da terra” representava uma economia nas despesas das famílias locais, constituindo um benefício para parte da população. Do mesmo modo, significava maiores chances daqueles indivíduos não se “perderem”, por “estarem tão distantes dos seus pais” em outro território.²⁷

Porém, essas prerrogativas citadas anteriormente, consagrar os Santos Óleos e ordenar novos religiosos, estavam ligadas diretamente à pessoa do Fr. Amaro José de Santo Thomaz, em razão do título por ele recebido, de Bispo de Pentacomia. Ou seja, era um título privativo dele. Aquela não era uma qualificação de qualquer religioso que assumisse o comando da Administração Eclesiástica de Moçambique. Não existiam garantias de que, no futuro, um novo administrador viesse a receber o mesmo título. E aí residia o ponto de argumentação do dominicano. Segundo ele, esses benefícios seriam mais “permanentes e decorosos” se a prelazia fosse elevada à bispoado.

24 Segundo Marques (2006, 338), “toda a África Oriental sob domínio português” pertencia “à diocese de Goa, criada em 1563. O primeiro desmembramento administrativo-eclesiástico foi em 1612. Em 1783, se daria um desmembramento de ordem espiritual, com a nomeação de um bispo residente para a prelazia de Moçambique”.

25 Trata-se de uma expressão em latim, com um significado geral de “nas terras dos infiéis”. O termo “*in partibus*” era empregado para designar um bispo sem sede. Entretanto, constituía apenas título honorífico.

26 Carta do Bispo de Pentacomia para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 23/07/1800, AHU, Moçambique.

27 Carta do Bispo de Pentacomia para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 23/07/1800, AHU, Moçambique.

De maneira semelhante aos autores das outras cartas, o Bispo de Pentacomia entrou no jogo de exaltação do território, de construção de uma imagem positiva. De maneira breve ele escreveu que a capitania experimentava o aumento da população e de novos edifícios, resultando assim em “maior esplendor, civilidade e luzimento”. Ele argumentou que essas características colocavam a vila de Moçambique em uma posição superior, em relação à “outras povoações do Ultramar” que gozam há muito tempo das prerrogativas de cidade e de Bispo Diocesano”.²⁸

Sobre os aspectos de ordem prática, do processo de criação do Bispado, o religioso comentou que a inexistência de um cabido na vila de Moçambique, não era um empecilho. Porque, segundo o frei, muitos bispados do ultramar não o tinham. Em relação à cônica do bispo, não haveria problema que este recebesse o mesmo montante que até então era dado ao Bispo de Pentacomia. No tocante a esses pormenores, foi possível perceber que o governador-geral tomou conhecimento do conteúdo da carta do religioso, também mencionando esses dois pontos no seu texto. Porém, Meneses da Costa informou qual era o valor que o Bispo de Pentacomia recebia de cônica (“três mil cruzados”) e que aquele era um salário com que o futuro bispo poderia se sustentar “com decência”.²⁹

É interessante notar que o Bispo de Pentacomia investiu pouco na construção de argumentos de que criação do bispado traria algum tipo de benefício para o fortalecimento da presença da igreja católica na região. Em um momento específico da carta, em que o religioso mencionava a grande extensão do território, ele escreveu que ali existiam muitas “terras incultas e cheias de cafrarias de vida brutal”.³⁰ Aquela foi a única circunstância que o religioso esboçou preocupação com um grupo da população que não vivia segundo os parâmetros católicos e europeus.

*

O esforço orquestrado por todos esses indivíduos inseridos em diferentes segmentos da hierarquia do Império Português, não obteve o êxito desejado. Ao menos, imediato. A elevação da vila de Moçambique à categoria de cidade

28 Carta do Bispo de Pentacomia para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*.

29 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*.

30 Ao longo do século XVIII, o termo “cafre” apareceu na documentação administrativa portuguesa para fazer referência aos africanos nascidos na costa oriental. Embora o termo “cafre” fosse utilizado pelos árabes para designar o africano não islamizado da costa africana oriental, com o passar do tempo os portugueses empregaram a expressão para se reportarem aos africanos em geral, independentemente da religião. Ver: Wagner 2009.

ocorreu quase duas décadas mais tarde, em setembro de 1818.³¹ Entretanto, tomando a correspondência referida neste artigo como ponto de partida, foi possível pensar sobre algumas questões.

A primeira delas é que a elevação da vila de Moçambique em cidade traria benefícios de caráter simbólico. As três cartas, consideradas representantes dos anseios de grupos distintos, revelaram expectativas de promoção de status social, tanto do território como dos agentes envolvidos. Conforme argumentou Cláudia Fonseca, em um estudo sobre a concessão dos títulos de vila e cidade para as povoações de Minas Gerais, “as qualidades e os títulos das aglomerações [urbanas] podiam ajudar as elites locais a obter honras e privilégios: vários exemplos mostram que estes eram, de fato, mais facilmente atribuídos aos camaristas de uma cidade do que aos de uma vila” (Fonseca 2003, 43). Em relação a um provável prestígio do território, talvez a mudança de estatuto (de vila para cidade) trouxesse maior visibilidade daquela localidade no interior do próprio Império Português, tornando-a mais conhecida, ou quem sabe mais respeitada na dinâmica administrativa.

Um dos pontos comuns das três correspondências foi o recurso a uma retórica de “fidelidade à coroa”. Embora um tipo de formalidade fosse intrínseco à escrita desses documentos, os autores das cartas fizeram questão em dar provas das suas fidelidades. Entretanto, o governador-geral foi o mais entusiasmado em mostrar sua lealdade ao Príncipe Regente e a dedicação com que executava suas tarefas na África Oriental Portuguesa. Algumas passagens da carta de Meneses da Costa já foram referidas ao longo deste artigo, porém ainda queremos enfatizar o desejo do governador em expor a “utilidade” que o gesto de D. João representaria. De acordo com o governador-geral, se a vila de Moçambique fosse transformada em cidade, além de todas as outras razões já apresentadas, poderia ser proveitoso para “repelir qualquer pretensão de algum outro estabelecimento estrangeiro” e para aumentar a “grandeza” da Coroa lusa. No processo de mostrar as vantagens de mudança de estatuto, Meneses da Costa procurou ressaltar a “utilidade” daquela “graça” para o vindouro da monarquia. Tudo isso encontra-se sintetizado na seguinte frase: “[...] por consequência Sua Alteza Real poderá para o futuro, tomando as adequadas medidas, tirar desta colônia a maior utilidade”.³²

O recurso de comparação com outras localidades foi igualmente empregado pelos autores das cartas. O governador-geral argumentou que a vila de Moçambique “excedia” algumas cidades de Portugal, como “Pinhel, Miranda do Douro e

31 Carta de Lei elevando à categoria de cidade a villa de Moçambique, 17/09/1818, AHU, *Moçambique*.

32 Carta do Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena para o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 25/07/1800, AHU, *Moçambique*.

Penafiel”. Provavelmente o governador-geral escreveu isso porque o Portugal era a sua referência geográfica.³³ Já os membros da câmara, tiveram Goa como elemento de equiparação. Tendo em conta que até 1752 a capitania de Moçambique e Rios de Sena estava subordinada administrativamente ao Estado da Índia, faz todo sentido o olhar da elite local estar mais voltado para o Índico do que para o reino. Em determinado momento da carta, em que os membros da câmara faziam referência à capitania de Moçambique como um todo, eles escreveram que “ela excede a mesma Goa tão célebre Capital da Ásia Portuguesa”.³⁴ Nesse processo de construção de um quadro positivo do território, os autores fizeram uso da comparação para que os seus interlocutores tivessem elementos para elaborar uma imagem mental da região.

Um outro ponto enfatizado pelas três cartas foi que a vila de Moçambique era a capital dos domínios portugueses no lado oriental da África. Atribuía-se uma superioridade àquela vila em relação as demais. Segundo Cláudia Fonseca, a importância histórica da localidade era considerada um elemento relevante no processo de ereção de vilas e cidades (Fonseca 2003). Entretanto, conforme buscamos apresentar ao longo do texto, outros motivos também foram contemplados nas cartas, como aqueles de ordem administrativa, demográfica, econômica, religiosa, urbanística e de salubridade.

A partir da leitura desses documentos podemos concluir que se tratou de uma ação coordenada por distintas instâncias de poder domiciliadas na sede do governo da África Oriental Portuguesa. Encontramos algumas repetições de assuntos, inclusive com redações muito semelhantes. Porém, a ênfase na escrita do governador-geral, dos membros da câmara e do religioso nos mostraram, ao mesmo tempo, as suas expectativas quanto à mudança do estatuto da vila, as suas representações de cidade e as formas como cada um desses sujeitos se relacionava com as diferentes esferas integrantes do Império Português.

33 Francisco Guedes de Carvalho e Meneses da Costa (1757-1833), nasceu em Cabeceira de Bastos, na região de Braga (Torres 1838, 73).

34 Carta do Senado da Câmara da vila de Moçambique para o Governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, 23/07/1800, AHU, *Moçambique*.

Bibliografia

Fontes manuscritas

ARQUIVO Histórico Ultramarino (Portugal), *Moçambique*.

BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), *Sessão de Manuscritos*.

Estudos

AZEVEDO, Aroldo de. 1992. “Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaio de geografia urbana retrospectiva”. *Terra Livre* 10: 23-78.

BICALHO, Maria Fernanda. 2003. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand.

DOMINGOS, Nuno, e Elsa Peralta. 2013. *Cidades e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

FONSECA, Cláudia Damasceno. 2003. “Funções, hierarquias e privilégios urbanos – A concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais”. *Varia História* 29: 39-51.

MARQUES, João Francisco. 2006. “O Dominicano bracarense D. Fr. Amaro José de Santo Thomaz, primeiro bispo residente de Moçambique”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, 331-358. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OLIVAL, Fernanda. 2001. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. 1988. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História* 18, no. 36: 187-250. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. 2006. “Algumas observações sobre a ação política pombalina. Instruções de governo para garantirem a ‘multiplicação de povoações civis e decorosas’ na América portuguesa”. In *Atas da VI Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações*, 149-170. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEDOPE.

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco e. 1838. *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal: acompanhada das notícias biographicas de alguns individuos das mesmas famílias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

WAGNER, Ana Paula. 2009. “População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII”. Tese de Doutorado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Conquista, Reforma e *El Dorado* - A “empresa do senhorio do Monomotapa” no contexto dos impérios ibéricos no século XVI

PAULO JORGE DE SOUSA PINTO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa*

Introdução

A 18 de abril de 1569, largou de Lisboa uma armada de três naus, a “Rainha”, a “Assunção” e a “Santa Clara”, comandadas pelo capitão-mor Francisco Barreto, Vasco Fernandes Homem e Lourenço Carvalho, respetivamente (Fonseca 1989, 349, 355, 368). Transportava cerca de mil soldados e tinha como destino não a Índia, mas Moçambique. Ao contrário do que era habitual, houve uma enorme afluência de gente a alistar-se que rapidamente excedeu a capacidade dos navios. Diogo do Couto afirma que o número dos que pretendiam embarcar “sobejava para outra armada” e o padre Francisco Monclaro reporta que “ficaram muitos escondidos pelas naus [por] temerem não serem admitidos” (Couto 1974, 152; Reis 1984, 58). A razão que explica este interesse extraordinário é simples: o contingente militar não se destinava a prover as fortalezas da Índia ou a acudir a alguma situação de emergência, mas sim a preparar uma expedição de conquista de minas de ouro no interior do continente africano. Tratava-se, mais precisamente, do reino do Monomotapa, cuja alegada riqueza aurífera inflamava a imaginação dos portugueses desde os primeiros anos do século XVI (Dias 1960).

A expedição teve um percurso acidentado e conheceu um desfecho infeliz, numa sucessão de atrasos e infortúnios iniciada com a ordem emitida

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0016.

por D. Sebastião até à morte do capitão-geral Francisco Barreto, em 1573. O empreendimento constitui um marco na história da expansão ultramarina portuguesa, pelo que teve de original e de momento sintomático do processo de reformas e de novas orientações do império iniciadas durante o reinado de D. Sebastião. O tema tem merecido alguma atenção intermitente por parte dos historiadores (Mudenge 1988, 201-207; Newitt 2012, 61-67) e foi recentemente objeto de um estudo detalhado, além de ter sido descoberta nova documentação (Vila-Santa, 2016; Vila-Santa e Pinto, 2021). Tratou-se, contudo, de uma iniciativa ocorrida num momento de confluência de diversas dinâmicas, de âmbito diverso, cujo significado excede largamente a mera dimensão política ou estratégica e que necessita de enquadramento num espectro mais amplo, envolvendo vários ângulos distintos.

Em primeiro lugar, correspondeu a uma conjuntura política específica, de subida ao trono de um jovem rei e de uma nova equipa governativa, e foi o primeiro passo de um projeto mais global de reforma do império e de reorientação das suas linhas estratégicas. Marcou igualmente uma rutura com as práticas e tradições da presença portuguesa no Índico e funcionou como uma espécie de experiência-piloto – imediatamente replicado no outro lado do continente africano – de um modelo distinto, muito influenciado pelos sucessos das experiências da expansão castelhana no Novo Mundo.

Foi, igualmente, um recetáculo de todo um imaginário ligado à atração suscitada pelos metais preciosos, em conjugação com um renovado impulso belicista misturado com zelo religioso. Correspondeu também à consolidação de um certo percurso do pensamento jurídico-teológico na corte portuguesa, onde ecoavam os debates ocorridos em Castela acerca dos *justos títulos* e da legitimidade das formas de contacto e apropriação com o mundo não-cristão. Teve, por fim, um impacto alargado como experiência pioneira de “conquista”, cujo prestígio perdurou muito além dos resultados práticos da iniciativa, sendo tomado como modelo a reproduzir noutras paragens para a sobrevivência e regeneração do império.

Notícias do Monomotapa

O interesse dos portugueses pela riqueza aurífera da costa oriental africana remontava aos primeiros anos da presença no Índico, após a fundação de uma feitoria em Sofala, em 1505. Ao contrário do estabelecimento em Moçambique, que se prendia com a gestão da rota do Cabo e com o controle estratégico do Índico Ocidental, Sofala estava diretamente ligada à tentativa de captação do ouro do sertão, também ele, naturalmente, articulado com as ligações comerciais ao

Guzerate e ao Malabar. A consolidação do império asiático português – conhecido sob a designação habitual de Estado da Índia – como sistema articulado de posições costeiras no Índico permitiu a continuidade da feitoria ao longo do século XVI.

O comércio do ouro e de outras mercadorias do sertão africano para a costa era tradicionalmente assegurado por intermediários muçulmanos, que os portugueses tentaram controlar ou, de algum modo, colocar ao seu serviço. Após a construção da fortaleza, emergiram os nomes de alguns portugueses ali instalados que procederam à exploração das zonas limítrofes, por sua conta ou ao serviço do capitão, como António Fernandes ou Diogo de Alcáçova. Este escreveu, em 1506, uma carta ao rei D. Manuel que é geralmente considerada como a primeira descrição portuguesa do interior daquela região e onde é pela primeira vez mencionada a existência de um grande reino de onde provinha o ouro (Reis 1984, 29-32).

A Sofala chegavam, assim, informações intermitentes sobre os poderes do sertão – os diversos estados *karanga* – e dados acerca do poder e prestígio de um reino em particular, de contornos geográficos imprecisos, designado por “Monomotapa” (com diversas variantes, cf. Roque 2003, 188-189), em cujos domínios se localizariam as fontes dos metais preciosos que afluíam à costa. Os capitães de Sofala estabeleceram contactos diplomáticos elementares, embora com alguma regularidade, com os reinos do interior, incluindo, naturalmente, o Monomotapa. Com o gradual alargamento das atividades comerciais portuguesas ao vale do Zambeze, estes contactos intensificaram-se e, por meados do século, existia já uma espécie de representante dos interesses portugueses junto do Monomotapa, o chamado “capitão das portas”, eleito pelos mercadores e confirmado pelo rei (Rodrigues 2004, 757-758).

Apesar destes contactos, o conhecimento destas realidades era difuso, vago e indireto, prevalecendo a ideia da supremacia do Monomotapa em relação aos restantes reinos da região, sobre os quais exerceria uma tutela política, sendo, portanto, equiparado a algo semelhante à noção europeia de “imperador” (Rodrigues 2019, 266). Foi este o estatuto que João de Barros lhe atribuiu, tendo dedicado um capítulo inteiro da sua *Ásia* à descrição dos hábitos, estrutura social, religião e poder do Monomotapa, fazendo igualmente menção das torres da sua capital, “Symbaoe”, ou seja, Zimbabwe (Barros 1973, 373-388).

Foi precisamente a difusão da ideia do poder do “imperador” e da opulência aurífera do seu reino que levou o jesuíta Gonçalo da Silveira, em sintonia com a estratégia seguida pela Companhia de Jesus, a abrir a primeira missão católica no Monomotapa, nos finais de 1560. Silveira foi inicialmente bem acolhido e obteve um fulgurante sucesso nos seus propósitos proselitistas, chegando a batizar o próprio rei e parte considerável da sua corte. Contudo, os equívocos criados em

torno das alegadas conversões ao cristianismo e a hostilidade que estas suscitaram junto das elites locais e da comunidade muçulmana conduziram a um final trágico ao fim de poucos meses de atividade (Chirenje 1973, 40-42). A 15 de março de 1561, Silveira foi assassinado por ordem do rei e os seus companheiros abandonaram o Monomotapa ao fim de algum tempo. O episódio, assim como a sua possível explicação e significado, foram objeto de uma recente e aprofundada reanálise, mediante o cruzamento das fontes informativas portuguesas com as tradições orais Shona (Roufe 2015).

A notícia da morte de Gonçalo da Silveira, rapidamente transformada em “martírio”, difundiu-se pelos canais informativos portugueses e constituiu um objeto privilegiado da propaganda jesuíta. Daqui resultou a composição de várias biografias, como a *Vita Patris Gonzali Sylveriae*, por Nicolau Godinho, que conheceu várias edições e traduções.

O desaparecimento do missionário e o fim abrupto da missão jesuítica no Monomotapa não deixaram de causar efeitos imediatos nas relações entre este reino e os portugueses. Aparentemente, houve receio de possíveis represálias, como constatou o vice-rei D. Francisco Coutinho, ao chegar a Moçambique nos finais de 1561. Recebeu, por essa altura, um muçulmano do Zambeze que pediu desculpas pela morte de Silveira e indagou acerca das ameaças do anterior vice-rei, D. Francisco Barreto, que ao passar ali havia afirmado que haveria de regressar com uma armada para conquistar o Monomotapa (Vila-Santa 2016, 56).¹ Esta informação foi, de facto, premonitória, porque foi o que veio efetivamente a ocorrer poucos anos depois.

Um novo rei

Muito provavelmente, D. João III não teria emitido a ordem para a expedição militar ao Monomotapa com a envergadura, os objetivos e o enquadramento teórico-legal do empreendimento que largou de Lisboa em abril de 1569. Este adequava-se a um perfil de gestão das coordenadas estratégicas do império, mais particularmente do Estado da Índia, que não correspondia às opções e às práticas seguidas por aquele monarca, mas que, pelo contrário, se ajustavam perfeitamente às reformas introduzidas pelo seu sucessor, o jovem D. Sebastião.

A 20 de janeiro de 1568, no dia em que completou 14 anos de idade, D. Sebastião tomou posse do governo do reino. Chegava assim ao fim o período de regências que se arrastara durante mais de uma década. Pela sua natureza, estes

1 A nota 25 deste artigo contém uma incorreção: a carta que contém esta informação encontra-se, na verdade, publicada em *Documenta Indica*, V, doc. 63A, pp. 395-396, e não na obra ali referida.

períodos são naturalmente transitórios e marcados por manobras de bastidores e tensões na corte, mas este deu origem a clivagens e roturas relevantes, nomeadamente entre os dois regentes e figuras tutelares do príncipe, ou seja, a sua avó D. Catarina e o seu tio-avô D. Henrique. Nos inícios de 1569, um ano depois da sua subida ao trono e após um período particularmente incerto e tenso com movimentações de bastidores e a ameaça de interferência direta de Filipe II nos assuntos do reino, D. Sebastião procedeu a uma remodelação dos cargos mais importantes do estado, aproveitando a ausência de D. Catarina.

O novo homem forte do governo era Martim Gonçalves da Câmara, irmão do jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, mestre e figura tutelar do novo rei. Martim acumulou o recém-restaurado cargo de escrivão da puridade, espécie de secretário do rei, com a presidência de dois importantes órgãos, a Mesa da Consciência e Ordens e o Desembargo do Paço. Apesar de esta remodelação não corresponder exatamente às “cores de um golpe de estado” com que os cronistas no-la apresentaram (Cruz 2006, 149), é inegável que correspondeu a um claro afastamento das figuras ligadas a D. Catarina, cuja perda de influência junto do rei se tornou cada vez mais evidente, e a uma fase de particular ascendente de D. Henrique (Polónia 2005, 181-183).

O rei tinha então 15 anos. Não é fácil, de entre as reformas e novas orientações que marcaram esta primeira fase do seu reinado, determinar que parte resultou da sua própria vontade e que parcela ficou a dever à sua equipa governativa, em particular a influência direta dos irmãos Câmara. Parece certo, contudo, que a forma como foi educado e as expectativas de renovação do reino e do império que recaíam sobre o novo rei definiram, em larga medida, as decisões que foram então tomadas.

D. Sebastião mereceu, desde muito jovem, todo um conjunto de epítetos elogiosos, quase messiânicos, por poetas e intelectuais portugueses, que exaltavam a missão a que estava destinado como redentor e salvador dos destinos nacionais (Oliveira 1990). A ameaça otomana sobre a Europa, o crescimento das heresias e a crescente divisão da cristandade europeia somavam-se à crise do império e ao sentimento dominante de estagnação do reino e de crescente subordinação dos interesses do Portugal aos desígnios de Filipe II e à influência castelhana. Assim se compreende a contestação que D. Catarina, considerada como demasiado próxima de Filipe II, foi alvo durante a sua regência, entre 1557 e 1562.

Por outro lado, as expectativas que recaíam sobre D. Sebastião estavam alinhadas com um recrudescimento de um certo espírito belicista típico da época – em sintonia com o vigor que se esperava de um jovem monarca – que tanto o mestre do rei como o seu ajudante (o também jesuíta Maurício Gaspar) parecem ter promovido durante a infância de D. Sebastião, incutindo-lhe um espírito

“belicoso e inclinado à guerra”, de forma a vincar um contraste com a natureza pacífica de D. João III (Cruz 1903, 26). A isto acrescentava-se, naturalmente, um profundo zelo religioso.

O traço mais relevante do ambiente social e ideológico da época, marcado por um renovado belicismo, era a pressão para um regresso ao Norte de África, após décadas de subalternização a favor de outras parcelas do império. A política de abandono das praças marroquinas, levada a cabo por D. João III, causara alguma oposição e mal-estar e obrigara ao pedido de uma dispensa papal a fim de legitimar a medida. Em 1561, era iniciada a redação dos *Anais de Arzila* por Bernardo Rodrigues, que lamentava o abandono da fortaleza na década anterior, descrevia os feitos de guerra dos seus capitães e habitantes e alertava para o perigo do avanço dos otomanos em direção ao Atlântico (Rodrigues 1915, 4-5). Vários autores, como Diogo de Teive, Francisco de Holanda ou António Ferreira incentivaram o *Desejado* a retomar a guerra em Marrocos e as cortes de 1562, que determinaram o afastamento de D. Catarina da regência, manifestaram-se contra os rumores que então corriam acerca do possível abandono de Mazagão e de Tânger. O regresso a Marrocos, que se tornou o vetor mais visível da política ultramarina de D. Sebastião, correspondia a uma aspiração popular e era, portanto, mais do que um simples capricho ou preferência pessoal do monarca.

Uma expedição militar ao Monomotapa estava, assim, em sintonia com as expectativas gerais acerca do novo ciclo que se anunciava. Tudo indica, aliás, que o projeto fora amadurecido durante o período das regências e que apenas aguardava o momento ideal para ser executado (Vila-Santa 2014, 56-57; Vila-Santa e Pinto 2021, 75-77). Diogo do Couto afirma mesmo que D. Sebastião foi insistentemente alertado para o assunto, provavelmente ainda antes de subir ao trono, pelo que a decisão foi rapidamente tomada (Couto 1974, 151).

Pouco depois da remodelação da sua equipa governativa, o rei solicitou um parecer à Mesa da Consciência e Ordens sobre a legitimidade do empreendimento, que foi positivo. Para liderar a expedição foi escolhido Francisco Barreto, que havia sido vice-rei da Índia entre 1555 e 1558 (Vila-Santa, 2017) e que parece ter acalentado planos de conquista territorial no sertão africano aquando da sua estadia na região (Vila-Santa 2014, 55-56). O rei confiou-lhe a liderança da “empresa do senhorio do Monomotapa”, com amplos poderes sobre os recursos humanos e materiais portugueses na costa oriental africana. O seu regimento especificava a repartição dos despojos das minas de ouro que fossem tomadas, determinando com rigor a parcela que caberia à Fazenda Real, ao próprio Francisco Barreto e aos homens que participassem na conquista (Reis 1984, 44-45). Um mês depois da emissão desta documentação, largava de Lisboa a armada em direção a Moçambique.

Conquista e *El Dorado*

A “empresa do senhorio do Monomotapa” foi mais do que uma simples aventura militar. Constituiu o primeiro sinal de uma inversão no rumo das opções estratégicas da coroa, estranha às práticas e tradições da expansão portuguesa no Índico. O império enfrentava novos desafios que obrigavam a novas respostas. O Estado da Índia era, nos seus traços gerais, uma empresa essencialmente marítima, de controlo de cidades portuárias e de rotas mercantis que cruzavam o imenso espaço do Índico, desde Moçambique ao Japão. Nos meados do século XVI, mantinha intactos os traços fundamentais dos primeiros anos, com diferentes graus de presença, domínio e interação, consoante as condições políticas, sociais e económicas de cada região.

O primeiro desses traços era a dominância da presença costeira, portuária e urbana. O segundo era a prioridade concedida ao comércio marítimo, fonte de financiamento das estruturas oficiais e de enriquecimento dos elementos privados. O controlo político era necessário para assegurar rendimentos, direitos alfandegários e privilégios, impor monopólios ou exclusividades, fixar preços ou extorquir tributos. As armas, como a diplomacia, eram instrumentos ao serviço do Estado, espécie de grande malha que cobria de forma desigual diversas partes do Índico e que se ligava ao reino pelo cordão umbilical chamado Carreira da Índia.

Na segunda metade do século XVI, as fragilidades do sistema tornaram-se evidentes. O império de D. João III estendia-se por quatro continentes e, na Ásia, às dificuldades crónicas de captação e gestão eficaz dos recursos materiais e humanos dispersos pela enorme extensão do Índico juntava-se agora uma conjuntura político-militar hostil que ameaçava diversos pontos-chave da estrutura. Esta nova realidade atingiu foros de crise nos meados da década de 1560, precisamente no período das regências durante a menoridade de D. Sebastião (Thomaz 1995).

Internamente, o debate sobre os rumos do Estado da Índia incidia geralmente sobre regimes fiscais, monopólios régios vs. liberalização do comércio, *viagens*, mercês e privilégios. A discussão mais profunda teve lugar durante o vice-reinado de D. João de Castro, sobre o comércio da pimenta (Thomaz 1998). A expedição de 1569 mostrou, porém, que algo estava a mudar. As informações sobre a riqueza aurífera do sertão africano estimularam, aparentemente, o forjar de alternativas para combater a permanente escassez financeira do Estado: um empreendimento de “conquista”, palavra mágica e equívoca até então usada em sentido eminente no título dos reis de Portugal (como “senhores da conquista, navegação e comércio da Etiópia, etc.”) e na aceção missionária, isto é, como “conquista espiritual”.

No Índico não tinha havido até então “conquistas” territoriais, de subjugação, domínio e submissão de populações e dos seus recursos. O envio de um contingente militar ao interior de um continente desconhecido para forçar um rei reconhecido como poderoso a permitir o acesso a minas de ouro e de prata era uma iniciativa, a todos os títulos, inédita, além de temerária e de extremo risco. Conhece-se uma proposta de conquista elaborada no mesmo ano da expedição de Francisco Barreto, a de D. Jorge de Temudo, arcebispo de Goa. No entanto, esta possuía objetivos substancialmente diferentes, pois destinava-se a abater pela via militar dois inimigos do Estado da Índia, o sultanato de Aceh, em Samatra, e o reino de Cambaia, no norte da Índia (Wicki 1961, 207-211).

Quem elaborou o plano de “conquista do senhorio do Monomotapa” e convenceu D. Sebastião da sua exequibilidade – provavelmente os irmãos Câmara – esperava certamente emular o sucesso castelhano no continente americano, mais precisamente o acesso a filões de metais preciosos idênticos aos das minas do Potosí, que na década de 1560 forneciam já consideráveis quantidades de prata ao erário régio de Castela. Aliás, durante muito tempo, imaginou-se que a riqueza do Monomotapa seria idêntica à do Potosí (Quiroz 1990, 401; Sousa 1978, 742).

O sucesso do alistamento de soldados para a expedição e o entusiasmo que a preparação da armada mereceu em Lisboa – “pelas esperanças do ouro e riqueza que dela se diziam”, nas palavras do padre Monclaro (Reis 1984, 59) – provam que a atração pelo ouro e prata e as notícias dos sucessos castelhanos na Mesoamérica extravasavam largamente a esfera oficial e penetravam no imaginário popular; doravante, também os portugueses buscariam o seu *El Dorado*.

Idêntica busca ocorreu, quase em simultâneo, na contracosta africana, mais precisamente em Angola. Em 1571, D. Sebastião autorizou Paulo Dias de Novais, que havia estado previamente na região, a “sujeitar e conquistar” o reino do Ndongo, concedendo-lhe amplos poderes para fundar vilas, nomear funcionários e proceder à colonização (Brásio 1952-55, III, 36-40). Também daqui provinham informações, obtidas por relatos indiretos, acerca da existência de ricas jazidas de ouro e prata (Brásio 1952-55, II, 477-479). Novais seguiu para a África Austral em 1575 e fundou Luanda. Tal como ocorreu na costa oriental, os portugueses tentaram, nas décadas seguintes, obter o acesso a alegadas minas de ouro – nomeadamente as de Cambambe – lançando para o efeito expedições de conquista do sertão angolano, tanto no interior da região de Luanda como em Benguela.

O *El Dorado* português de D. Sebastião não se limitou ao continente africano. Na década de 1570, o rei parece ter autorizado uma ou várias “jornadas del dorado” no interior do continente sul-americano, por via do Rio da Prata, onde estiveram envolvidos vários personagens, como o capitão de Pernambuco Duarte

Coelho de Albuquerque, Vasco Rodrigues Caldas e Domingos Garrucho.² Este último terá mesmo sido nomeado “mestre de campo do descobrimento da Lagoa do Ouro” (Holanda 1969, 52). A exploração envolvia a descoberta de alegadas riquezas auríferas e pretendia igualmente obter vantagem sobre Castela no que tocava à sensível indefinição da fronteira com a zona de influência castelhana definida por Tordesilhas. Com os mesmos objetivos, e em simultâneo, Filipe II concedeu autorização a Pedro Maraver da Silva, por via do Amazonas. O mito foi sucessivamente renovado sob a designação de “Lago do Ouro” e, mais tarde, “Rio do Ouro”, envolvendo *bandeiras* paulistas e explorações do Amazonas, de Gabriel Soares de Sousa a Pedro Teixeira (Cortesão 1956, 143-145).

O *El Dorado* não era só buscado por portugueses e espanhóis. Também os ingleses o procuraram, como se prova pela expedição de Walter Raleigh, em 1595, ao Orinoco, ou seja, à Guiana, “which the Spaniards call El Dorado, that for the greatness, for the riches, and for the excellent seat, it far exceedeth any of the world, at least of so much of the world as is known to the Spanish nation” (*apud* Pinto 2011, 121).

Mesa da Consciência e guerra justa

O projeto de conquista do Monomotapa não envolvia apenas uma motivação material. Implicava, pelo contrário, um alinhamento com os parâmetros ideológicos em vigor em Portugal e que permitiriam a justificação e legitimação do ato de guerra, para mais tratando-se de uma iniciativa de teor inédito no panorama da expansão portuguesa.

O principal, se não único, sustentáculo jurídico do império português eram as bulas papais emitidas no século XV que reservavam a Portugal os direitos de exclusividade de navegação e comércio no espaço do Atlântico *ad usque Indos*, na célebre expressão da bula “*Romanus Pontifex*”, de 1454. Estava-lhes reservado o direito de fazer guerra aos muçulmanos e, naturalmente, converter as populações pagãs ao cristianismo. Não dispondo de outras ferramentas ideológicas além da fidelidade à Santa Sé e do compromisso de ampliar a cristandade, sem poder ou prestígio comparáveis ao Sacro Império ou às grandes monarquias europeias, os reis de Portugal utilizaram estes instrumentos com cautela e com prudente distanciamento das pretensões de hegemonia da autoridade papal sobre assuntos temporais (Pinto 2011, 111-113).

2 Cartas de D. Juan de Silva a Filipe II, 1576, Archivo General de Simancas, *Secretaria de Estado*, legajo 393, docs. 71 e 84.

A chegada ao Índico, nos finais do século XV, e a criação de um império asiático não trouxeram novidades significativas na teorização dos parâmetros ideológico-jurídicos de justificação da presença e domínio dos portugueses, tanto em terra como no mar. A principal inovação emergiu de um conjunto de noções associadas ao rei D. Manuel e ao seu projeto imperial, muito marcado por um certo messianismo / milenarismo em torno da sua figura, dos sucessos que obteve e da missão de que se arrogava (Thomaz 2008).

O pensamento teórico sobre a legitimação do império ultramarino ganhou uma nova dimensão com D. João III. Passada a euforia manuelina, havia que assegurar a gestão e a viabilidade do império, composto por múltiplas peças com orgânicas, historial, condições e estatutos distintos e que se estendiam do Brasil até aos confins do Extremo Oriente (Pinto 2011, 103-105). Entre diversos elementos de uma nova imagética imperial associada ao monarca e à sua personalidade, emergiu uma nova literatura que celebrava e cristalizava em texto o significado da expansão portuguesa e da dimensão dos domínios do rei de Portugal, cujo nome mais importante foi João de Barros, nomeadamente na sua *Ásia* (Avelar 2004; Buescu 2004).

O traço mais importante do ambiente jurídico-ideológico do reinado de D. João III foi, contudo, uma relação cada vez mais apertada entre a esfera política e a esfera religiosa e a crescente influência dos canonistas e teólogos na corte, num processo de “institucionalização da esfera da consciência nos escalões mais altos do governo” que teve o seu momento-chave na criação da Mesa da Consciência, em 1532 (Marcocci 2012, 121-123; Marcocci 2014a, 477). Esta nova instituição surgiu da crescente necessidade de resolver os inúmeros problemas de ordem jurídico-teológica que decorriam da administração do império e que obrigavam o rei a socorrer-se de uma espécie de equipa de assessores munidos dos necessários conhecimentos para providenciar conselhos e pareceres. As questões que envolviam os debates e negociações com a Santa Sé, em torno do Padroado Português do Oriente ou da introdução do tribunal do Santo Ofício, aceleraram o processo.

A Mesa da Consciência era, simultaneamente, um órgão consultivo e um tribunal, formado por eclesiásticos e leigos, que se pronunciava sobre um vasto leque de assuntos e temas que envolvessem questões morais, isentando deste modo a consciência do rei sobre os juízos emitidos. Não foi bem aceite pela Cúria Romana, uma vez que, tratando-se de um órgão régio e civil, era por aquela considerada como uma forma de o rei sobrepor o seu poder à autoridade da Igreja e à jurisdição eclesiástica (Cruz 1993, 627-629). Gradualmente, veio a alargar o seu âmbito de atividade a outras esferas, nomeadamente, a partir de 1551, a coordenação, supervisão e gestão das ordens militares, passando então a ser designada por Mesa da Consciência e Ordens.

Todas as questões e dúvidas que envolvessem assuntos “de consciência” eram, portanto, passíveis de consulta à Mesa, correspondendo, muitas vezes, a passos específicos da estratégia de gestão do império, desde a venda de armas aos não-cristãos, a sujeição das populações ameríndias ou o batismo dos africanos (Marcocci 2014a, 484; Saldanha 1997, 185-186). O comércio com os muçulmanos, nomeadamente de tudo o que envolvesse materiais passíveis de serem usados na guerra contra os cristãos, desde o cobre ao enxofre e aos cavalos, era uma questão particularmente sensível que há muito era debatida pelos Doutores da Igreja e que afetava diretamente os portugueses, desde as primeiras conquistas no Norte de África até ao comércio no Índico (Marcocci, 2014b).

Contudo, a questão mais crítica, pela sua complexidade, delicadeza e profundidade, era a da “guerra justa” (Bebiano 1992, 195-215). Tratava-se de um velho problema da cristandade, o de saber em que casos era legítimo fazer a guerra. As orientações gerais provinham do legado teórico de Santo Agostinho, que a escolástica medieval aprofundou. A legitimidade das guerras defensivas ou a guerra aos muçulmanos e a reconquista dos territórios que haviam sido pertença de cristãos eram consensuais, mas a conquista de terras onde esta premissa não se verificava ou a submissão de populações que nunca haviam conhecido o nome de Cristo levantavam dúvidas, sobretudo tendo em vista um sem-número de particularidades: se repudiavam a evangelização propagada pacificamente, se rejeitavam a autoridade de um poder cristão, se cometiam atos considerados abomináveis, como a antropofagia ou a idolatria, ou se, de algum modo, se opunham à fixação e às ações dos cristãos.

Em Castela, estes problemas foram objeto de um longo e aceso debate entre juristas e teólogos, em resultado da ação dos *conquistadores* do Novo Mundo (Pagden 1990, 13-36). O que chamamos vulgarmente de “conquista espanhola da América” foi, na realidade, um processo descontínuo e frequentemente caótico e desordenado sobre o qual a coroa pouco mais fez – ou tentou ou conseguiu fazer – do que controlar excessos e abusos, colocar entraves e limites à escravização das populações indígenas e, de alguma forma, enquadrar e legitimar as expedições de conquista e a apropriação de recursos, tanto materiais como humanos. As suas ações foram sempre soluções de compromisso e de procura de equilíbrio entre os interesses dos homens que traziam riqueza e poder aos monarcas e as denúncias das suas ações brutais, espoliação e arbitrariedade. Relembre-se a ação de frei Bartolomé de las Casas e a polémica que o opôs a Ginés de Sepúlveda.

A controvérsia ficou conhecida como a questão dos “justos títulos”, que pretendia esclarecer qual a legitimidade da imposição da fé cristã e da autoridade régia às populações ameríndias e a sua subjugação pela força das armas. Nos finais da década de 1530, o eminente teólogo Francisco de Vitoria entrou

na polémica com as suas *Relecciones Teológicas*, nas quais afirmava que a sujeição forçada das populações ameríndias era contra o direito natural e, portanto, injustificada e ilegítima. Este intenso debate acabou por pressionar a coroa de Castela a emitir uma nova legislação, chamada de *Leyes Nuevas*, em 1542, que condicionou fortemente as instituições de submissão e opressão das populações ameríndias pelos conquistadores.

Em Portugal a situação era diferente. Não houve exatamente polémica sobre os fundamentos da expansão ultramarina. Esta situação decorria do carácter essencialmente mercantil, marítimo e costeiro da expansão portuguesa e da ausência de iniciativas de conquista territorial e de submissão de populações inteiras. O assunto não deixou, porém, de suscitar interesse durante o reinado de D. João III, precisamente devido ao aumento da influência dos teólogos na corte, aos ecos causados pelos debates em Castela e ao peso das “questões de consciência” na governação deste monarca, destacando-se os trabalhos de Bartolomeu dos Mártires, Fernando de Oliveira e António Pinheiro (Marcocci 2012, 309-328).

Este último é particularmente relevante, uma vez que incide diretamente sobre a questão da “guerra justa”. Com o título de “Por que causas se pode mover guerra justa contra infieis” e escrito algures na década de 1550, o texto segue, no essencial, as posições mais críticas da chamada Escola de Salamanca, rejeitando qualquer legitimidade à retirada dos direitos de posse dos não-cristãos – presume-se que se refira às populações indígenas do Brasil – sobre as suas terras e negando que este direito natural fosse invalidado pelas bulas papais que autorizavam os reis de Portugal a converter os gentios (*Gavetas* 1962, 676-685).

Conquista e Consciência

O parecer de António Pinheiro, que poderá ter sido emitido para servir de orientação à expedição do governador do Brasil Mem de Sá, era, de algum modo, equivalente a uma sentença da Mesa da Consciência, denotando a vulgarização da prática de anteceder iniciativas militares com a emissão de documentos deste teor. Foi, também, o que ocorreu com a expedição de Francisco Barreto.

Na década de 1560, muito por influência do cardeal D. Henrique e segundo as palavras de Giuseppe Marcocci, “os jesuítas obtiveram influência política ao ganharem o controlo da consciência do rei” (Marcocci 2014a: 486). Foi por esta altura que emergiu a figura tutelar do padre Luís Gonçalves da Câmara, mestre e confessor de D. Sebastião, passando a Mesa a ser presidida pelo seu irmão Martim. Deste modo, a atuação da Mesa por esta altura correspondia não apenas a uma dominância dos teólogos na corte, que remontava aos primeiros anos do reinado de D. João III, mas a uma clara influência de elementos da Companhia

de Jesus que, nesta conjuntura, admitiam com maior permissividade a adoção da guerra como instrumento de estado; a isto somava-se, naturalmente, o *Zeitgeist* do reinado de D. Sebastião, como se viu acima.

A relação entre evangelização e guerra não era simples nem incontestada. Em Castela, constituía um dos pilares da polémica em torno dos “justos títulos”, cujos ecos ressoavam em Portugal. Aqui, o assunto remontava aos princípios do século XV e à guerra em Marrocos, nomeadamente no conjunto de pareceres posteriormente compilado no “Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte” sobre se era ou não legítimo prosseguir o esforço de guerra após a conquista de Ceuta. Entre as diversas opiniões, destacou-se a do infante D. João, emitida em sentido oposto à esmagadora maioria dos pareceres: “eu não vi nem ouvi que Nosso Senhor ou algum dos seus Apóstolos nem doutores da Igreja mandassem que guerreassem infiéis, mas antes por pregação e milagres os mandou converter” (*apud* Pinto 2011, 111).

Deveria o trabalho missionário ser precedido ou, pelo menos, acompanhado pela força das armas? Apesar de os teólogos – em Castela e em Portugal – recusarem tal possibilidade, a verdade é que foi isso que, na prática, ocorreu na conquista espanhola da América, cujo modelo os portugueses estavam prestes a emular. Era esse o fundamento da instituição da *encomienda*, espécie de contrato – forçado, evidentemente – entre os *encomenderos* e as populações submetidas, pelo qual aqueles, em nome da coroa de Castela, garantiam proteção e a doutrinação da fé católica em troca de tributo, sob a forma de requisições de trabalho ou do pagamento em géneros ou em metal precioso (Simpson, 1966).

Parte da Igreja militante, nomeadamente no interior da Companhia de Jesus, advogava esta via em nome da eficácia do trabalho missionário. Mesmo no Brasil, onde não havia potentados muçulmanos a opor-se às ações dos portugueses, alguns dos nomes mais importantes das missões jesuíticas manifestavam, nos meados do século, frustração pela lentidão do seu trabalho e uma indisfarçável admiração pela eficácia da evangelização nas terras de Castela, permitida pela subjugação das populações ameríndias pela força das armas (Nóbrega 1955, 280, 351).

A 23 de janeiro de 1569, a Mesa da Consciência dava luz verde à expedição de “conquista do senhorio de Monomotapa”. A morte de Gonçalo da Silveira, que pregara a fé católica pacificamente por ordem do rei da terra, que se havia convertido e posteriormente abjurara, constituiu o *casus belli*, a que se somavam alegados roubos e violências cometidas contra os portugueses. Deste modo, a fim de permitir a difusão do Evangelho naquelas partes sem qualquer obstrução, a expedição estava mandatada para “fazer guerra, despojando, cativando, tomando lugares e seguindo todos os mais direitos da justa guerra”. Antes, porém,

Francisco Barreto deveria “requerer” – em plena analogia com a prática do *requerimiento* castelhano – ou seja, apresentar um ultimato com diversas condições: o Monomotapa deveria expulsar os muçulmanos, entregar os responsáveis pela morte de Silveira e abrir o seu reino ao trabalho missionário. Deveria, ainda, pagar uma compensação adequada (em ouro ou terras) que cobrisse as despesas da expedição e todas as injúrias e danos causados aos portugueses (Reis 1984, 37-39; Marcocci 2012, 330-333).

A “conquista” estava, portanto, devidamente munida de ferramentas ideológicas necessárias que justificavam a guerra e da conveniente flexibilidade instrumental que concedia ao capitão-mor uma larga margem de manobra para fazer uso da força ou negociar – ou regatear – a paz, segundo as condições que considerasse mais vantajosas.

Efeitos e impactos da jornada de 1569

A expedição de Francisco Barreto não teve o sucesso que esperavam os seus promotores. As razões são variadas, desde a impreparação das suas forças para uma iniciativa deste tipo – o que só demonstra a falta de prática dos portugueses em empreendimentos semelhantes –, o desconhecimento do terreno e das condições reais do sertão africano, a manifesta falta de empenho do seu comandante e a descoordenação dos diversos agentes envolvidos. De facto, Francisco Barreto, após chegar a Moçambique, decidiu utilizar os recursos ao seu dispor para fazer incursões punitivas na costa suaíli, atrasou o arranque da expedição tanto quanto pôde e parecia mais interessado em socorrer Chaul, na costa da Índia, do que em iniciar o empreendimento.

Os atrasos e a descoordenação foram bem evidentes num episódio descrito por Diogo do Couto. Segundo o cronista, os principais notáveis e fidalgos, reunidos em conselho com a presença do vice-rei, decidiram que a expedição seguisse a rota de Sofala, por a todos parecer a mais conveniente, mas Barreto contrariou a opinião dominante e impôs que o contingente seguisse via Zambeze. Esta decisão deveu-se à influência do padre Monclaro e dos seus companheiros jesuítas, que ameaçaram regressar ao reino se não fosse seguida esta opção. Portanto, a inflexão foi devida ao “medo e temor que o governador Francisco Barreto tinha aos prelados desta Companhia e ao mestre de el-rei D. Sebastião, que foi o que o encaminhou para esta jornada” (Couto 1974, 162).

Da parte de D. Sebastião, e em contraste com a determinação e rapidez com que ordenou e mandou preparar a armada de 1569, parece ter havido alguma contradição ou hesitação posterior. Pouco depois, o rei informava Francisco Barreto de que poderia adiar a expedição e socorrer a Índia, se achasse necessário

(Reis 1984, 50), mas manifestou desagrado com os atrasos e parece ter chegado a ponderar a sua demissão (Vila-Santa e Pinto 2021, 77-78). Isto não o impediu, contudo, de proceder à divisão do Estado da Índia em 1571, atribuindo a Francisco Barreto a jurisdição sobre todo o território entre o Cabo da Boa Esperança e o Golfo de Adem, obrigando à emissão de uma nova carta de nomeação que acrescentava, ao cargo de “capitão-mor da empresa do Monomotapa”, o de “governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa” (Reis 1894, 54).

Provavelmente ainda em 1569, chegaram a Moçambique notícias de que estava em marcha a expedição de conquista do Monomotapa. Assim que soube que o capitão-mor dispunha de poderes especiais que se sobrepunham aos seus, o capitão da fortaleza Pedro Barreto Rolim “houve-se afrontado de el-rei e afrontado de Francisco Barreto” e decidiu prescindir do ano que lhe faltava para completar o seu mandato, regressando ao reino (Couto 1974, 153). Foi o primeiro indício de que o apoio à expedição estava longe de ser unânime.

Este descontentamento está bem expresso num texto escrito no reino, com data provável de 1572³ e dirigido a alguém muito próximo de D. Sebastião. O autor anónimo – possivelmente Álvaro Mendes – aponta os riscos que corriam a navegação e as fortalezas portuguesas na Ásia perante a conjugação de várias ameaças externas e recomenda ao rei o envio urgente de socorro. Opõe-se, portanto, à empresa de Francisco Barreto (embora o seu nome não seja mencionado), que considera uma aventura arriscada e incerta e um completo desperdício de recursos de que a Índia tanto carece. Segundo o autor, a expedição não passa de uma “mor desordem” e de um “desatino tamanho” que necessitava de ser rapidamente encerrado. Além de causar perturbação entre os soldados, a iniciativa suscitava a oposição do vice-rei e dos principais fidalgos da Índia, nomeadamente os providos da capitania de Sofala, afirmando que “eu nunca vi motim tão certo pela desordem do tempo em que se manda a esta conquista” (Oliveira, 2018).

A expedição fracassou e a conquista do Monomotapa transformou-se num empreendimento lento e carente de recursos e de vontade política. Contudo, o exemplo perdurou. O termo “conquista” ganhou prestígio, vulgarizou-se e passou a integrar o vocabulário de pareceres, memoriais e propostas de reforma do Estado da Índia, no seu duplo sentido de domínio territorial e de apropriação de reinos, populações e recursos. Curiosamente, em Castela, o percurso foi o inverso. Em 1573, a palavra *conquista* foi abolida do léxico oficial por ordem expressa de Filipe II, devido à carga pejorativa que adquirira no decorrer do processo de

3 Vários passos do documento indiciam ser esta a data de produção da carta, embora quem a publicou lhe atribua a de 1569 (Oliveira 2018, 429; cf. Vila-Santa e Pinto 2021, 83).

colonização do Novo Mundo; doravante, o termo utilizado para designar iniciativas que envolvessem novos territórios seria *descubrimiento*. Nas Filipinas, os cronistas passaram a preferir *pacificación* para nomear as expedições ou razias militares, tanto de submissão de populações ainda fora da alçada das autoridades de Manila, como de punição ou repressão de revoltas (Pinto 2011, 122, 211).

Em Portugal, pelo contrário, “conquista” passou a constituir uma espécie de panaceia para todos os males do Estado da Índia, nomeadamente em regiões onde a penetração oficial sempre fora débil, como na Ásia do Sueste (Pinto 2012, 68-78). Aceh, Ceilão, Monomotapa, posteriormente Camboja, Champá, Sião ou Pegu eram os alvos mais comuns apontados por arbitristas, veteranos da Índia e várias figuras da fidalguia e do clero que advogavam, em pareceres, memoriais ou cartas, a preparação de expedições militares como forma de o Estado da Índia obter proveitos financeiros e solidez territorial. O caso de Diogo do Couto é particularmente interessante, pela evolução das suas propostas nas duas versões d’O *Soldado Prático*: a conquista do Monomotapa está ausente na primeira, redigida na década de 1560, mas já consta na segunda, elaborada nos inícios do século XVII, como projeto viável e recomendado como a melhor opção de conquista (Pinto 2019, 292-295).

Evidentemente, a integração de Portugal na Monarquia Católica ampliou o fascínio pelas soluções de conquista territorial, não apenas na Ásia como em África. Existindo presença portuguesa, tentativas de penetração no interior e informações sobre existência de metais preciosos tanto em Angola – no Kwanza e mais a sul, em Benguela – como na contracosta, emergiram diversos projetos de conquista que previam a submissão dos potentados africanos e exploração das respetivas riquezas minerais.

Em 1616, Luís Mendes de Vasconcelos, ao aceitar a nomeação para governador de Angola, propôs ao rei a conquista do sertão da costa ocidental até ao Monomotapa, com a qual se poderia “de Angola ir à Índia sem dobrar o Cabo da Boa Esperança”; em troca, pedia para ser elevado à categoria de vice-rei da Etiópia, ficando todo o continente africano, do Congo ao Mar Vermelho, sob a sua jurisdição (Brásio 1952-55, VI, 263-270). A proposta não era inteiramente inédita, uma vez que parece que já D. Sebastião havia incumbido Francisco Barreto de obter informações a fim de explorar a possibilidade de estabelecer uma rota terrestre entre Angola e Moçambique, em 1569 (Vila-Santa e Pinto 2021, 79). Contudo, o projeto de Vasconcelos, ao contemplar a conquista territorial do interior africano demonstra como, apesar de ter decorrido um século de contactos e de presença portuguesa na África Austral, o grau de conhecimento das realidades do continente e a perceção da sua extensão estavam ainda muito distantes da realidade.

Os projetos de conquista e as tentativas de aceder às minas de prata e ouro do Monomotapa não cessaram com o fracasso de Francisco Barreto. Ao longo das décadas seguintes, os portugueses oscilaram entre a diplomacia e a guerra nos contactos com o reino, com resultados desiguais: se, por um lado, lograram obter diversos sucessos diplomáticos, como a conversão do rei e a sua vassalagem à coroa de Portugal, em 1629 (Saldanha 1997, 607-608), as fabulosas riquezas em ouro ou em prata nunca foram alcançadas. A busca dos metais preciosos subsistiu, porém, ao longo de todo o período filipino, tendo as autoridades de Madrid revelado algum interesse em investigar a viabilidade da conquista e a veracidade das informações que corriam acerca das minas de ouro e prata. Em 1621, e novamente em 1632, Filipe IV enviou ao Monomotapa diversos peritos com esse objetivo (Lobato 2013, 300). Quatro anos mais tarde, finalmente, o *Consejo de Estado* aprovou um plano de conquista do Monomotapa e do vale do Zambeze, cujos proveitos seriam canalizados para financiar a guerra contra os holandeses (Valladares 2016, 107).

A “Restauração” fez gorar, naturalmente, estes planos. Não obstante, os projetos de conquista do Monomotapa, que tiveram a sua génese na expedição de 1569, permitiram uma gradual fixação dos portugueses ao longo do vale, sobretudo em torno das povoações de Sena e Tete, num processo de apropriação fundiária conhecido como “prazos” que se desenvolveu ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Bibliografia

- AVELAR, Ana Paula. 2004. “A cronística joanina da Expansão – discursos de um poder imperial.” In *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, ed. por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 75-84. Lisboa: CHAM / CEPCEP.
- BARROS, João de. 1973. *Da Ásia – Década Primeira, Parte Segunda*. Lisboa: Livraria Sam Carlos.
- BEBIANO, Rui. 1992. “O lugar das armas na expansão portuguesa.” *Revista de História das Ideias* 14: 195-232.
- BRÁSIO, António (ed). 1952-55. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, II, III, VI.
- BUESCU, Ana Isabel. 2004. “A Ásia de João de Barros – um projecto de celebração imperial.” In *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, ed. por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 57-74. Lisboa: CHAM / CEPCEP.
- CHIRENJE, J. Mutero. 1973. “Portuguese Priests and Soldiers in Zimbabwe, 1560-1572: The Interplay between Evangelism and Trade.” *The International Journal of African Historical Studies* 6 (1): 36-48.

- CORTESÃO, Jaime. 1956. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid – parte I, tomo II (1735-1753)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco.
- COUTO, Diogo do. 1974. *Da Ásia – Década Nona*. Lisboa: Livraria Sam Carlos.
- CRUZ, Bernardo da. 1903. *Chronica d'el-rei D. Sebastião*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, I.
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo. 1993. “A Mesa da Consciência e Ordens, o Padroado e as perspectivas da Missionaçãõ.” In *Congresso Internacional de História – Missionaçãõ Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, 627-647. Braga: Universidade Católica Portuguesa, III.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2006. *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- DIAS, Manuel Nunes. 1960. “Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI.” In *Actas. III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, II, 122-137. Lisboa: s/n.
- FONSECA, Quirino da. 1989. *Os Portugueses no Mar – Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*. Lisboa: Instituto Hidrográfico.
- GAVETAS (As) da Torre do Tombo. 1962. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, II.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1969. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LOBATO, Manuel. 2013. “As Filipinas e o Estado da Índia no tempo dos Áustrias. Tensão, convergência e acomodação entre os impérios ibéricos na Ásia do Sueste.” In *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de Integração e de Conflito*, ed. por Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, 277-308. Lisboa: CHAM.
- MARCOCCI, Giuseppe. 2012. *A Consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MARCOCCI, Giuseppe. 2014a. “Conscience and Empire: Politics and Moral Theology in the Early Modern Portuguese World.” *Journal of Early Modern History* 18: 473-494.
- MARCOCCI, Giuseppe. 2014b. “Trading with the Muslim World – Religious limits and proscriptions in the Portuguese empire (ca. 1480-1570).” In *Religion and Trade – Cross-Cultural Exchanges in World History 1000-1900*, ed. por Francesca Trivellato, Leor Halevi e Cátia Antunes, 91-107. Nova Iorque: Oxford University Press.
- MUDENGE, S. I. G.. 1988. *A Political History of Munhumutapa, c. 1400-1902*. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- NEWITT, Malyn. 2012. *História de Moçambique*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- NÓBREGA, Manuel da. 1955. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- OLIVEIRA, Maria Teresa Morujão Morais de. 2018. “Carta sobre a expedição de Francisco Barreto ao Monomotapa.” *Fragmenta Historica* 6: 429-431.
- OLIVEIRA, V. A. de. 1990. “A Imagem de D. Sebastião através dos seus epítetos.” *Revista ICALP* 20-21: 51-70.

- PAGDEN, Anthony. 1990. *Spanish Imperialism and the Political Imagination*. New Haven: Yale University Press.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa. 2011. “No Extremo da Redonda Esfera – relações luso-castelhanas na Ásia, 1565-1640: um ensaio sobre os impérios ibéricos.” Dissertação de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa. 2012. *The Portuguese and the Straits of Melaka, 1575-1619: Power, Trade and Diplomacy*. Singapura: Singapore University Press.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa. 2019. “Crises, Casados e Conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto.” In *Diogo do Couto – História e Intervenção Política de um escritor polémico*, ed. por Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz, 285-300. V. N. Famalicão: Húmus.
- POLÓNIA, Amélia. 2005. *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- QUIROZ, Pedro Fernandez de. 1990. *Memoriales de las Indias Australes*. Madrid: Historia 16.
- REIS, João C.. 1984. *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris.
- RODRIGUES, Eugénia. 2004. “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa.” In *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, ed. por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 353-379. Lisboa: CHAM / CEPCEP.
- RODRIGUES, Eugénia. 2019. “Negotiating with the Neighbours – kingship and diplomacy in Munhumutapa.” In *The Routledge History of Monarchy*, ed. por Elena Woodacre, Lucinda H. S. Dean, Chris Jones, Russel E. Martin e Zita Eva Rohr, 265-281. Nova Iorque: Routledge.
- RODRIGUES, Bernardo. 1915. *Anais de Arzila*. Lisboa: Academia das Ciências, I.
- ROQUE, Ana Cristina. 2003. “Jogos de poder e emergência de novas unidades políticas regionais versus presença portuguesa em terras de Sofala no século XVI.” *Anais de História de Além-Mar* 5: 185-252.
- ROUFE, Gai. 2015. “The Reasons for a Murder. Local Cultural Conceptualizations of the Martyrdom of Gonçalo da Silveira in 1561.” *Cahiers d'études africaines* 219: 467-488.
- SALDANHA, António Vasconcelos de. 1997. *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império Português no Oriente*. Macau: IPOR.
- SIMPSON, Lesley Byrd. 1966. *The Encomienda in New Spain*. Berkeley: University of California Press.
- SOUSA, Francisco de. 1978. *Oriente Conquistado a Jesus Cristo*. Porto: Lello & Irmão.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1995. “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia.” *Mare Liberum* 9: 481-519.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 1998. *A Questão da Pimenta em meados do século XVI – um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: CEPCEP.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R.. 2008. “A Ideia Imperial Manuelina.” In *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos*, ed. por Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva, 39-104. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.

- VALLADARES, Rafael. 2016. Por Toda la Tierra. *España y Portugal: Globalización y Ruptura (1580-1700)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.
- VILA-SANTA, Nuno. 2014. "A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?" *Lusitania Sacra* 29: 41-68.
- VILA-SANTA, Nuno. 2016. "Between Mission and Conquest: a Review of Francisco Barreto's Expedition to Mutapa (1569-1573)." *Portuguese Studies Review* 24 (1): 51-90.
- VILA-SANTA, Nuno. 2017. "Counter-Reformation Policies versus Geostrategic politics in the "Estado da Índia": The Case of Governor Francisco Barreto (1555-1558)." *Journal of Asian History* 51 (2): 189-222.
- VILA-SANTA, Nuno e Pedro Pinto. 2021. "Documentos inéditos para a expedição de Barreto-Homem ao Monomotapa (1569-1577): D. Sebastião, o Estado da Índia e a gestão do Império." In *Memórias 2020*, 71-108. Lisboa: Academia de Marinha.
- WICKI, José. 1961. "Duas relações sobre a situação da Índia portuguesa nos anos 1568 e 1569." *Stvdia* 8: 133-220.

A luta pelo sertão moçambicano: o Monomotapa e os portugueses (c. 1596-1631)

JOÃO TELES E CUNHA*

Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

As vitórias obtidas no sertão moçambicano em 1631-1632 por um exército de fortuna reunido graças à intervenção do dominicano Fr. Manuel Sardinha (Bocarro 1876, 26), encerraram, ainda que temporariamente, o processo de envolvimento político, militar, económico e religioso da Coroa portuguesa no Monomotapa, o qual tinha sido iniciado cerca de sessenta anos antes com a expedição comandada primeiro por Francisco Barreto (1569-1573) e depois por Vasco Fernandes Homem (1573-1577). Não se tratava de um caso único, nem isolado de intervenção da Coroa portuguesa em estados da África subsaariana, ficassem estes dentro da área de influência do Estado da Índia ou fora. Basta pensar noutros exemplos na África oriental a norte de Moçambique, casos de Pemba, Mombaça, Melinde, Pate e mesmo a Etiópia (então mais conhecida como Abissínia), a par do Reino do Congo na costa ocidental africana. Era mais uma tentativa de fazer crescer territorialmente a presença portuguesa por domínio directo ou indirecto, mediante a subordinação política e a conversão dos grupos dirigentes ao catolicismo.

* Actualmente do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como investigador contratado do projecto “*Res Sinicae*. Base digital de fontes documentais em latim e em português sobre a China (séculos XVI a XVIII). Levantamento, edição, tradução e estudos” (PTDC/LLT-OUT/31941/2017), mas desejo agradecer ao CHAM a oportunidade de ter ido à Ilha de Moçambique para participar no XV SIHIP, pois sem o seu apoio financeiro tal não teria sido possível, e por me ter acolhido e tratado bem durante muitos anos.

A deriva terrestre no Estado da Índia era anterior à aventura moçambicana e datava já da década de 1540 (Disney 1991, 148-73), com o maior envolvimento português no Concão indiano e em Ceilão, ilha onde o processo de territorialização registou uma maior dinâmica sobretudo em torno do reino de Cota [Kotte], que acabaria por ser doado à Coroa portuguesa à morte do seu último soberano convertido ao catolicismo, D. João Dharmapala (r. 1551-1597). A ilha de Ceilão, aliás, foi o território onde se verificou o maior envolvimento militar e político português na Ásia até 1656, sendo o local onde surgiram e se vulgarizaram termos como “Conquista”, “Conquistador” e “Geral da Conquista”, os quais também viriam a ser usados em Moçambique. Assinale-se nesta nomenclatura uma certa influência da expansão castelhana no Estado da Índia, comprovada por meio da literatura reformista que, curiosamente ou talvez não, nasceu por altura da expedição Barreto-Homem e saiu da pena de Diogo do Couto (Couto 2001, 122-27; Cunha 2019, 261-273). Acrescente-se outra influência castelhana no império português na segunda metade de Quinhentos, o tópico da riqueza mineira espoletado pela exploração de minas de ouro e da prata no Novo Mundo, do qual Couto fez eco e criou expectativas em relação a Moçambique (Couto 2001, 130-35). Note-se, contudo, que tal não constituiu uma novidade no império português, pois o ouro do Monomotapa fora cobiçado muito antes de Couto ter escrito o seu “Soldado Prático” e de as minas americanas terem começado a desaguar a sua produção aurífera e argentina na Europa. A miragem dos metais preciosos começou com a viagem de exploração de António Fernandes em 1514-1515 (Tracey 1940, 17-19), quando alguns círculos da corte manuelina contrários à expansão portuguesa na Índia viram no ouro que chegava a Sofala uma potencial “nova Mina” (Aubin 2006, 340-50, 373). Tal desiderato jamais se verificou, porque as técnicas mineiras usadas então no sertão moçambicano davam, na melhor das hipóteses, uma produção aleatória e muito variável de ano para ano (Santos [1609] 1999, 131, 212-13).¹ O Padre Monclaro deixou bem claro, por volta de 1573, que o monomotapa [Negomo Mupunzagatu/D. Sebastião, r. ca. 1550-1586/9] dera a exploração de algumas minas a uns portugueses, que as abandonaram passado pouco tempo por a despesa ser maior que a receita preferindo antes dedicar-se ao trato (Monclaro 1975, 390). Ao ouro seguiu-se outra miragem mineira, a prata, a qual esteve por trás dos esforços de conquista iniciados por Francisco Barreto (Santos [1609] 1999, 214-17) e continuados por

1 A produção conhecida, pelo menos segundo as fontes portuguesas, vai em declínio a partir de 1500, variando entre os 716 quilos segundo Fr. João dos Santos (1609) e os 850 quilos de acordo com Diogo do Couto (1610), um brutal decréscimo face aos 8500 quilos registados em 1502. Cf. Phimister 1976, 1-30.

toda uma série de conquistadores até D. Nuno Álvares Pereira em 1631. Jamais se descobriu o almejado *El Dorado* moçambicano mau grado as “provas” encontradas pelo caminho, como a pepita noticiada pelo próprio Diogo do Couto ca. 1610-11, a qual esteve por trás de uma nova corrida às minas da Chicova no século XVII (Couto 1980, 197-198).

A geografia de potenciais minas auríferas era mais extensa porque, sem sair da África Oriental, autores como D. João Bermudes noticiaram a sua existência nas terras do Prestes João em 1565 (Bermudes 1565, 67, 70v., 73), conforme recordava o escritor dominicano Fr. João dos Santos volvido quase meio século (Santos [1609] 1999, 217). Sublinhe-se como houve, nestas empresas de conquista, um nexo de riqueza metalífera a explorar, tanto no caso africano como de outros pontos no Estado da Índia, que se transformou em um móbil usado para justificar o uso de dinheiro, homens e meios materiais para a conquista e a expansão da fé, contrariando formalmente o preceito bíblico de não servir simultaneamente Deus e a riqueza (Lucas 16: 13; Mateus 6: 19-24).

Convém assinalar que tais empresas militares obtiveram um sucesso limitado e temporário na melhor das hipóteses. A elevada taxa de mortalidade devido a doenças africanas endémicas foi, talvez, o maior obstáculo à entrada dos europeus no interior de África, pelo menos até a medicina descobrir tratamentos para as combater com sucesso e de se montarem estruturas hospitalares de apoio a finais de Oitocentos. Havia, ainda, outro entrave a considerar: o da pesada e complicada logística necessária para manter operacional longe do litoral um corpo militar de alguma envergadura, muito dependente de carregadores africanos para transportar armas e víveres às costas, porque os tradicionais animais de tracção vindos de fora sobreviviam pouco tempo no interior africano. Donde os cursos fluviais servirem frequentemente de porta de entrada no sertão, sendo o Zambeze à época conhecido por “Rios de Cuama”, a via por excelência de penetração no interior de Moçambique. Mas a violência do seu caudal, a existência de rápidos e de um ecossistema hostil, povoado de animais como o “cavalo marinho”, *i. e.*, o hipopótamo, que atacavam e voltavam as embarcações, dificultavam a vida a quem se queria aventurar no interior de África. A viagem pelo curso do Zambeze era lenta e morosa, demorando habitualmente trinta jornadas para se percorrer o trajecto de Quelimane até Tete conforme testemunhava António Pinto de Miranda por volta de 1760 (Miranda 1954, 53-54, 58), não sendo de crer que a velocidade então verificada fosse muito diferente da registada no início do século XVII.

Dai que a fixação privada portuguesa na África Oriental, um movimento que se acentuou a partir do último quartel do século XVI, ter sido eminentemente costeira, exceptuando o interior nas vizinhanças do curso do Zambeze e

dos seus afluentes, onde se desenvolveu algum povoamento ao longo do tempo, sucedendo o fenómeno similar noutros pontos da costa suaíli. Tal, porém, não impediu o deslocamento de portugueses para o sertão a fim de escambar panos e outras mercadorias por ouro em feiras sazonais, cuja localização variou ao longo dos séculos ao sabor do esgotamento dos filões e da descoberta de novos centros produtores. No entanto, para a maioria dos portugueses frequentadores destas feiras, a movimentação era temporária e realizava-se no decurso da estação seca propícia às viagens, porque a chuva impedia as comunicações e o transporte de mercadorias às costas de carregadores, embora houvesse um pequeno número de privados que morava nessas localidades (Newitt 1995, 292-296). A visão de privados portugueses a atravessarem o interior moçambicano sob a protecção dos seus dependentes africanos vulgarizou-se a partir de *ca.* 1577, tal como se tornou habitual o seu estabelecimento progressivo em alguns pontos estratégicos do sertão, o caso das feiras. Todavia, viagens como a efectuada por Gaspar Bocarro em 1616, que demorou 53 dias a percorrer o trajecto entre Chicova e Quíloa por terra, devem ter permanecido raras. O itinerário seguido, que incluiu o avistamento do Lago Malawi, mostrava a exequibilidade desta via por assentar em rotas comerciais existentes, pois Gaspar Bocarro negociou o seu sustento e o dos seus acompanhantes com base nas mil manilhas de cobre adquiridas em Inhampary, que lhe serviram de moeda de troca até chegar ao seu destino (Bocarro 1876, 598-602).

Nada garantia o sucesso dos portugueses na luta contra eventuais opositores locais à partida, nem mesmo quando passaram a recrutar africanos como auxiliares para entrarem no interior do continente, mau grado a relativa vantagem tecnológica dada pelas armas de fogo europeias face ao número africano. Este passo foi dado inicialmente por privados a partir do último quartel do século XVI e de seguida pela Coroa no princípio da centúria seguinte, mas as limitações da putativa superioridade militar europeia puseram de manifesto a incapacidade portuguesa em se afirmar de forma permanente face aos estados africanos, como se comprovou na campanha movida pelo monomotapa Gatsi Rusere (r. 1586/9-1623/4) contra Tete e o forte de S. Miguel da Chicova em 1614 (Bocarro 1876, 592-94, 602-17). A empresa de 'conquista' punha de manifesto outro dado crucial para se compreender a conjuntura em análise, o resultado do envolvimento português no interior de África sempre dependeu em larga medida do complexo relacionamento estabelecido entre os estados africanos, independentemente do seu tamanho e poder, e os portugueses, fossem estes privados, oficiais régios ou a Coroa. Pegando no exemplo referido atrás, Gatsi Rusere atacou Tete e a Chicova com impunidade porque contou com a conivência activa do ouvidor Francisco da Fonseca Pinto, o oficial régio enviado a Moçambique para tirar uma

devassa, que aproveitou a ocasião para se apoderar da fazenda do falecido capitão de Moçambique D. Estêvão de Ataíde e para tentar suplantar o recém-nomeado Geral da Conquista Diogo Simões Madeira (Bocarro 1876, 604-17).

A presença europeia, com armas de fogo e técnicas militares sofisticadas na África subsaariana, criou uma dinâmica difícil de controlar, cujo desenlace raras vezes favoreceu os europeus até finais do século XIX, bastando para tal pensar no fracasso da expedição Barreto/Homem.² Tal malogro, contudo, não dissuadiu a Coroa portuguesa de manter viva a empresa de conquista e de exploração das minas, mesmo indirectamente, conforme ocorreu durante o governo do vice-rei Matias de Albuquerque (1592-1598) em troca do pagamento do quinto,³ empresa que obteve um sucesso temporário por volta de 1630. Nem isso afastou os privados de se embrenharem e estabelecerem no sertão, criando alianças com os soberanos e chefes locais, bem como entrando nas sociedades locais por via de casamentos e do recrutamento de africanos, nomeadamente por meio da escravatura, como factor de protecção e segurança. O já mencionado Gaspar Bocarro comprova esta realidade, pois saiu de Chicova em 1616 acompanhado por 10-12 escravos para a sua protecção e foi ter a “Baue”, onde estava “uma sua mulher” a quem deu presentes (Bocarro 1876, 598-599), indiciando tratar-se de uma africana que lhe abriria as portas da região situada a norte do vale do Zambeze e que, eventualmente, teria outras esposas com o mesmo objectivo noutros pontos estratégicos do sertão. Ser “mulher”, de resto, ultrapassava a própria barreira de género, porque se tornou num título apetecido pelos portugueses conforme narrou Fr. João dos Santos, referindo-se a Rodrigo Lobo que era senhor de um território concedido pelo soberano de Quiteve [Kiteve]⁴ a finais de Quinhentos, do qual também recebeu o título de “mulher do Rei”, permitindo-lhe assim ter acesso privilegiado a todo este território nas vizinhanças de Sofala em troca de presentes (Santos [1609] 1999, 139).

É errado, no entanto, ver os europeus, tanto os estados como os privados, como indutores e únicos actores da mudança, com o objectivo de tirar dividendos económicos e políticos em África, porque bastas vezes foram usados pelos

2 Mesmo com a superioridade militar europeia no século XIX convém não esquecer que os britânicos foram derrotados pelos Zulus na batalha de Isandlwana em 1879, os italianos foram vencidos pelos etíopes na batalha de Adwa (1895) e perderam a primeira guerra italo-etíope (1895-1896), e foram precisos quase vinte anos (1881-1899) para o exército do Mahdi ser finalmente vencido no Sudão pelos britânicos. Os europeus, como assinalou Geoffrey Parker (1990, 120-21), podiam ganhar batalhas, mas perdiam guerras na África sub-saariana até ao advento da metralhadora.

3 “Relação que ueo de Goa o anno de 1612” [Orçamento de 1610 coordenado por Francisco Pais], Biblioteca Nacional de Portugal [doravante BNP], *Fundo Geral*, códice 11410, fls. 128-129.

4 Também grafado Sachiteve.

soberanos e chefes locais para os seus próprios fins, nomeadamente manterem-se no ou lutar pelo poder em detrimento de rivais internos ou de ameaças externas. É ainda equivocado pensar que a iniciativa foi exclusivamente europeia, porque os portugueses tiveram frequentemente de responder a acções desencadeadas por africanos e o seu desenlace nem sempre estava decidido a seu favor à partida. Claro que o quadro geográfico ultrapassava em muito o palco moçambicano e dizia respeito a toda África subsaariana. Mas as dinâmicas criadas nem sempre correram de feição para o lado africano que o desencadeou, conforme aconteceu no Monomotapa desde o reinado de Gatsi Rusere até o de Mavura/D. Filipe (r. 1629-1652). O mesmo padrão verificou-se na restante costa oriental africana, onde o crescente envolvimento português a partir da década de 1590 veio a ter consequências desastrosas para a conservação da presença do Estado da Índia a médio prazo. O facto de a Coroa ter dado em 1592 o trono de Mombaça ao seu aliado tradicional na costa suaíli, o Sultão de Melinde, não significou a pacificação deste litoral com o fim das incursões otomana (1589) (Casale 2010, 173-179) e dos Zimbas (Santos [1609] 1999, 234-239; Couto [1788] 1974, 33-62).⁵

Não só os demais sultanados costeiros contestaram a crescente presença portuguesa no seu território, tanto a oficial como a dos privados, com o apoio de mercadores muçulmanos e indianos concorrentes das redes portuguesas; como os oficiais da Coroa, cujo número cresceu à sombra das fortalezas (a exemplo da de Mombaça construída a partir de 1596),⁶ caíram frequentemente na tentação de se imiscuírem nos assuntos internos por razões comerciais. A rivalidade entre estas redes não era apenas ditada por uma concorrência comercial em torno de produtos extraídos tradicionalmente da costa oriental africana – o ouro e o marfim –, bem como os introduzidos – os têxteis indianos de algodão –, porque também girava à volta da posse da terra explorada para fornecer alimentos e outras produções viradas para a exportação (como os cocos e o caíro) (Vernet 2013, 250-278). Esta produção agrícola destinava-se tanto a abastecer os centros urbanos suaílis, incluindo as fortalezas portuguesas situadas na costa oriental africana, como mercados consumidores mais longínquos localizados na Península Arábica e no Golfo Pérsico, conforme se pode testemunhar pelo relato da viagem feita por Fr. Gaspar de São Bernardino entre Mombaça e Ormuz a bordo de um pangaio em 1606, cuja travessia demorou um mês e meio, e teve várias escalas comerciais de permeio (São Bernardino 1611, 22-54).

A presença portuguesa na costa suaíli teve o condão de desagradar tanto os interesses comerciais instalados, como o poder político africano, pois ambos

5 Sobre os Zimbas veja-se Newitt 1982, 145-162; Schoffeleers 1987, 337-355.

6 Veja-se Boxer e Azevedo 1960.

temiam ver crescer a intromissão oficial da Coroa à sombra dos privados e, mais frequentemente, da actividade missionária dos religiosos do Padroado. Os exemplos abundam neste último caso, incluindo em Moçambique, mas foram talvez mais expressivos nos sultanados costeiros sem presença oficial portuguesa e mais periféricos. Pate foi um dos casos conhecidos, por os Agostinhos terem tentado erigir aí uma igreja em 1597-98, o que levou o sultão Muhammad Ibn ‘Umar e o seu filho a contestarem energicamente a iniciativa numa carta dirigida ao vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600), por temerem o efeito que uma eventual conversão de escravos teria na produção agrícola local.⁷ A intervenção parece ter surtido efeito, pois a Coroa, mau grado ser a protectora do Padroado, procurou encontrar um equilíbrio instável entre o proselitismo católico e a necessidade de manter a lealdade sempre vacilante dos sultões suaílis, tendo Fr. Gaspar de São Bernardino referido a inexistência de igreja e de missionários em Pate em 1606, embora houvesse um frade Agostinho na vizinha cidade de Ampaza [Faza], dependente da casa-mãe de Mombaça (São Bernardino 1611, 26v-27, 28v).⁸ O proselitismo católico, como teremos oportunidade de ver, revelou-se frequentemente contraproducente do ponto de vista político tanto nos sultanados suaílis como em Moçambique.

Mombaça constituiu um bom exemplo onde se misturaram, de forma explosiva, todos estes componentes. Os sucessivos sultões, mau grado terem recebido o trono da mão dos portugueses em 1592 com a extinção da dinastia local, mantiveram uma linha de acção independente e procuraram reservar para si a cidade de origem da dinastia, Melinde – aparentemente entregue a um irmão mais novo do sultão reinante (pelo menos era assim em 1612-14) –, e quiseram dominar as rotas comerciais para Pemba, Pate, Brava [Barawe] e daí, eventualmente, para o Mar Vermelho (Freeman-Grenville 1988, X-11). O seu domínio neste campo parecia total por volta de 1606, pois Fr. Gaspar de São Bernardino mencionou explicitamente que o pangaio onde seguia não parou em Melinde por não haver aí qualquer morador português (São Bernardino 1611, 24v-25). A Coroa, apesar deste comportamento, estimou prudente manter a orientação política em 1611, tendo o Conselho da Índia e Filipe II (r. 1598-1621) enviado instruções para Goa

7 “Carta do sultão de Pate para o vice-rei D. Francisco da Gama”, s/l [Pate], s/d [ca. 1598], in Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, tomo III, caixa 2, p. 213.

8 Os Agostinhos tinham, por volta de 1615, 100\$000 réis de ordinária anual consignada no convento de Mombaça para suportar toda a sua acção missionária na região, cf. “Relação e orsamento do que montão as ordinarias e despeza que faz da Fazenda Real com as coatro Relegiois que ha no Estado da Índia em tempo de hum anno pouco mais ou menos...”, in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 86.

a fim de preservar a aliança com o Sultão e averiguar as suas reivindicações e queixas em relação a Pemba.⁹

A crescente pressão europeia sobre a navegação da Carreira da Índia no Índico ocidental, em particular os ataques desferidos contra navios no canal de Moçambique, e os assédios holandeses à fortaleza na ilha homónima em 1607 e 1608 (Durão [1633] 1956), tiveram repercussões nos centros decisórios em Portugal e na Índia que se prolongaram no tempo e estavam relacionadas com a segurança de todas as fortificações situadas na costa oriental africana,¹⁰ e passavam pelo seu avitualhamento e a tentativa de cartografar e manter a ilha de São Lourenço [Madagáscar] em mãos portuguesas.¹¹ Mombaça não escapou a estas preocupações, nem tão-pouco Pemba, pois o Conselho da Índia em Lisboa discutiu a eventual fortificação desta última cidade e o aforamento da exploração

9 “Consulta do Conselho da Índia”, Lisboa 21.11.1611, in Biblioteca Nacional de España (Madrid), Mss. 9419, fl. 98 [102]. Agradeço ao meu amigo e colega Pedro Pinto a indicação deste códice e a sua partilha incondicional. Pemba era talvez uma das mais importantes fontes de abastecimento de mantimentos na costa oriental africana, o que explica a movimentação portuguesa, cf. São Bernardino 1611, 17v-18.

Pemba constitui outro exemplo, fracassado, de tentar dominar um sultanado suaíli mediante o controlo do sultão reinante. O Sultão, já convertido ao catolicismo, foi expulso da ilha aproveitando as incursões otomanas de Mir Ali Beg na década de 1590, mas foi reposto pelos portugueses em 1593 (Santos [1609] 1999, 360); para perder novamente o trono pouco tempo depois. Conhecido como D. Filipe e casado com uma “órfã del-rei” chamada D. Ana Sepúlveda, de quem teve um filho baptizado como D. Estêvão, o monarca refugiou-se em Melinde onde procurou recuperar o trono com o apoio dos portugueses e do Sultão local. D. Filipe, uma vez que a assistência militar prometida nunca se materializou, tentou recuperar o trono sozinho tendo partido para Pemba acompanhado do filho, provavelmente já convertidos os dois ao islão, mas veio a ser morto nesta tentativa por volta de 1605. Filipe II insistiu com as autoridades do Estado da Índia para recuperarem Pemba para o filho do soberano morto, por ser um católico descendente de uma portuguesa e que o levassem para ser educado em Goa; isto apesar do Sultão de Melinde ter pedido para receber Pemba como território do seu sultanado, algo recusado por Lisboa apesar do vice-rei Martim Afonso de Castro (1605-1607) ter anuído inicialmente à petição: cf. “Carta de Filipe II para o vice-rei Martim Afonso de Castro” Lisboa, 06.03.1605; “Carta de Filipe II para o vice-rei Martim Afonso de Castro” Lisboa, 16.01.1607; “Carta de Filipe II para o vice-rei Martim Afonso de Castro” Lisboa, 27.01.1607; Pato 1880, respectivamente 35, 78-9, 133-34.

10 No caso de Moçambique as ordens régias para a fortaleza estar preparada prolongaram-se; cf. “Carta de Filipe II para o vice-rei Conde da Feira”, Lisboa 07.03.1618, *Documentos* 1935, 17-18. No caso de Mombaça, discutiu-se o fim das obras de fortificação mediante o envio de roupas de Diu avaliadas em 2000 pardaus, que valiam o dobro na costa oriental africana; cf. “Consulta do Conselho da Índia”, Lisboa 21.11.1611, in Biblioteca Nacional de España, Mss. 9419, fl. 139 [143].

11 “Consulta do Conselho da Índia” Lisboa, 15.01.1610, in Biblioteca Nacional de España, Mss. 9419, fls. 88v-89 [92v-93]. Para os projectos de exploração e ocupação da ilha por ordem do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo veja-se: Leitão 1970.

agrícola local a portugueses.¹² A situação regional era tensa devido às exações dos capitães de Mombaça sobre o Sultão local. Há notícia, para o fim do primeiro decénio de Seiscentos, que Pedro Álvares de Abreu exigia 500 fardos de mantimentos por ano ao Sultão Asam [Hasan], número que o seu sucessor Manuel de Melo Pereira quis manter quando tomou posse em 1610, contando para isso com o apoio dos portugueses e de alguns muçulmanos locais. O Sultão fez uma contraproposta de 300 fardos, mas Melo Pereira recusou-a, dando origem a um mau relacionamento crescente entre ambos, sobretudo quando uma embarcação de Asam foi capturada pelos otomanos quando ia a Brava comerciar víveres por falta de protecção providenciada pelo Capitão de Pate (Bocarro 1876, 112-116). A relação entre Asam e Melo Pereira deteriorou-se a tal ponto que, em 1611, os dois se prepararam para se enfrentar directamente, tendo o Capitão avisado Goa que o Sultão estava “levantado”, terminologia perigosa que poderia eventualmente levar à sua deposição e execução.¹³

Melo Pereira não agia sozinho, pois contava com a cumplicidade interessada de um tio de Asam chamado Munganaje [Mwanyi Nasser], o qual se refugiou na fortaleza acompanhado de outros muçulmanos, mas a tensão foi temporariamente resolvida mediante a intervenção de um irmão de Asam que governava Melinde em seu nome (Bocarro 1876, 22-224). O vice-rei D. Jerónimo de Ataíde (1612-1617) despachou Simão de Melo para Mombaça em 1614 a fim de tirar a limpo as informações contraditórias entretanto chegadas a Goa, mas o desenlace revelou-se fatídico para o Sultão pois Munganaje manobrou para se livrar primeiro de Asam e depois do seu irmão, o príncipe de Melinde, a fim de adquirir o que sempre almejava, o trono, com a ajuda voluntária ou involuntária dos oficiais portugueses. O filho órfão de Asam, Yūsuf, acabou por ir para Goa, onde foi baptizado e educado pelos Jesuítas, tornando-se assim pessoa apetecida para ser aproveitada em Mombaça, o que veio a acontecer por sentença da Mesa

12 “Consulta do Conselho da Índia” Lisboa 21.11.1611, in Biblioteca Nacional de España, Mss. 9419, fl. 138v [142v]. O Conselho discutiu a instituição de uma alfândega em Pemba, recebendo o sultão de Mombaça um terço da sua receita, mas a doação seria apenas válida durante a vida do soberano reinante. O Sultão entrara em guerra contra Pemba e procurara pacificar, ou seja dominar, a costa suaíli a um custo elevado, pelo que pediu a mercê de uma viagem da China para se ressarcir, o que não lhe foi concedido: “Apontamentos del-rei de Melinde” s/d e s/l, Pato 1880, 258-59. Pemba veio a ser aforada a um português, António Varela, durante o governo do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1612-17), mas a decisão foi contestada por Munganaje, sem sucesso: “Carta de Filipe II para o vice-rei Conde do Redondo” Lisboa 15.03.1617; “Carta do Sultão de Melinde” s/l e s/d; Pato 1893, 87-9.

13 Como ocorreu ao Sultão de Pate em 1603, executado por ordem de D. Fernando de Mascarenhas; cf. São Bernardino 1611, 26v-27.

da Consciência e Ordens que lhe restituiu o trono (Bocarro 1876, 239-243).¹⁴ Conhecido como D. Jerónimo Chingulia, o príncipe regressou a Mombaça por volta de 1625, mas a sua conversão ao catolicismo isolou-o social e economicamente do seu meio de origem, especialmente da sua família, sem com isso melhorar a sua posição junto dos portugueses.¹⁵ A tentativa de recuperação do apoio local terá sido uma das razões subjacentes ao golpe de força dado em 1631, de onde resultou a conquista da fortaleza, o massacre da guarnição e da população cristã que não quis apostatar e regressar ao islão como ele fizera (Freeman-Granville 1980). A fortaleza foi recuperada pelos portugueses em 1632, sem capturarem Yūsuf nem consolidarem a sua presença na região (Boxer e Azevedo 1960, 36-37).

1. O Monomotapa

Algures no terceiro quartel do século XVII apareceu à venda em Paris uma gravura, saída do buril de Nicolas de Larmessin (1632-1694) e impressa por Pierre Bertrand (1600?-1678?), onde se via um epónimo “Grande Rei do Monomotapa” com coroa, ceptro, brasão de armas e uma legenda onde, para além de referir a sua fabulosa riqueza, se mencionavam as principais características do seu “Reino”.¹⁶ O interesse da imagem não derivava da iconografia utilizada para retratar o monomotapa, existindo outras imagens contemporâneas mais interessantes – a exemplo do quadro do baptizado de Siti Kazurukamusapa (r. 1652-1655) pintado pelo artista polaco Tomasz Muszynski em 1683 –,¹⁷ mas antes por

14 O Estado da Índia, bem como a Coroa noutros pontos do império português, procurou sempre converter a família reinante ao catolicismo, na tentativa de levar o resto do corpo social a seguir o exemplo da cabeça (uma ideia muito em voga entre os tratadistas políticos de então), e também dentro do conceito acordado pela Paz de Augsburg (1555), de “cuius regio, eius religio”. No caso do Monomotapa conhecem-se as conversões de vários membros da família real, nomeadamente dois filhos de Gatsi Rusere, entregues pelo pai em 1607 como “reféns” no seguimento do acordo estabelecido esse ano, baptizados como D. Filipe e D. Diogo, os quais foram educados pelos Dominicanos; cf. Bocarro 1876, 553-554.

15 As conversões ao catolicismo das famílias reinantes e da elite política suaíli eram precárias e interessadas no apoio político português, donde a reversão à anterior religião ser vulgar se o suporte não surtia o efeito desejado. Cerca 1612 a Misericórdia de Mombaça queixou-se a Filipe II disso mesmo, dando como exemplo o falecido D. Filipe sultão de Pemba, que teria apostatado e regressado ao islão antes de morrer, e do mesmo poder acontecer com a Princesa de Ampaza [Faza] e a sua família, “Carta de Filipe II para o vice-rei D. Jerónimo de Azevedo” Lisboa 25.01.1614; Pato 1885, 12.

16 Veja-se https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_O-3-219, acedido a 22.07.2020.

17 Veja-se https://en.wikipedia.org/wiki/Kingdom_of_Mutapa#/media/File:Muszyński_Baptism_of_king_Siti_of_Mutapa.jpg, acedido a 22.07.2020, onde o monomotapa surge branqueado e

causa do vocabulário político e social usado para caracterizar tanto o monarca como o seu território, o qual empregava uma terminologia europeia. Tal não é de espantar, em parte porque os documentos existentes, sejam fontes narrativas ou correspondência e demais papelada oficial, são portugueses, à excepção de umas quantas cartas enviadas por soberanos suaíli, mas estas também estão redigidas em português e foram, frequentemente, escritas por portugueses.¹⁸ Esta é uma realidade inescapável, pelo que teremos de usar estas fontes da melhor maneira possível, a começar pelo próprio étimo “Monomotapa”, utilizado indiscriminadamente para designar o soberano como o território sob a sua autoridade (Santos [1609] 1999, 218-221).¹⁹ Não se trata de algo novo, pois os portugueses atribuíram identidades ontológicas a outros monarcas e seus países, ou a monarcas e aos povos sob o seu governo que foram aplicadas a uma série de estados com os quais a Coroa portuguesa tinha contacto na Ásia, a exemplo do Mogor, do Turco, etc., sem que isto tivesse características depreciativas.

Havia uma certa semelhança entre o Estado da Índia e os sultanados suaílis, por o poder de ambos radicar no domínio do mar e de rotas comerciais assentes em pontos costeiros, com os sultões a possuírem uma presença na esfera mercantil. Os sultanados suaílis, todavia, não dispunham da mesma capacidade de projectar o seu poder naval no Índico como tinha a Coroa portuguesa, nem a sua organização comercial era exactamente a mesma. O mesmo não se pode dizer dos estados terrestres situados na costa africana, como o Monomotapa, cuja estrutura de poder era completamente diferente. Ao contrário de Portugal, e da sua manifestação regional na Ásia – o Estado da Índia –, onde existia uma tradição de estado burocrático, complexo, relativamente centralizado e sofisticado na sua linguagem de poder, características de resto existentes no mundo euro-asiático; a herança do Monomotapa era, como na maior parte das entidades políticas africanas ao sul do Saara durante a época moderna, desprovida de uma burocracia e do documento escrito como a base do seu poder.²⁰ O Monomotapa constituiu um exemplo do que se chama estado segmentário,²¹ ou seja, uma entidade política onde as esferas de suserania ritual e de soberania política não coincidiam.

vestido como um monarca europeu!

- 18 A exemplo de uma carta enviada para Goa por volta de 1614 da parte do Sultão de Melinde, onde aparece a sua assinatura em árabe: Pato 1893, 88-9.
- 19 Para facilitar Monomotapa com maiúscula designa o estado e com minúscula o soberano.
- 20 Mudenge tem uma opinião contrária, argumentando que o descrito por certos autores portugueses, como António Bocarro, como sendo a Casa do Rei, não era mais que uma Burocracia, aduzindo que a produção agro-pecuária própria do monomotapa era suficiente para assegurar o seu sustento; cf. Mudenge 1988, 86.
- 21 A ideia foi cunhada numa obra colectiva dirigida por Mayer Fortes e Evans Pritchard e usada para estudar o reino Asante na África ocidental; cf. Fortes e Evans-Pritchard 1940. O tema

A primeira estendia-se em direcção a uma periferia flexível e em mudança, enquanto a segunda estava confinada ao domínio central e nuclear desse estado, com uma única pessoa a desempenhar simultaneamente o papel cerimonial na esfera ritual e o de soberano na unidade política principal.²²

Na prática, e de um modo simplificado, o estado segmentário não é unitário, ou seja, a autoridade política é partilhada entre um “Grande Rei” e os “reis” regionais e locais, embora o papel ritual esteja ligado ao primeiro e pese haver a tendência para o padrão político e simbólico se replicar no escalão inferior.²³ Disso mesmo deram conta autores portugueses como António Bocarro, um cronista razoavelmente bem informado em assuntos africanos, que nomeava pelo menos vinte e dois chefes políticos subordinados ao monomotapa em 1634, divididos entre “regulos, e outros senhores de vassallos menores” chamados “encosses” [inkosi] ou “fumos” (Bocarro 1876, 537). Contudo, conforme escreveu Fr. João dos Santos, um dominicano com vivência no solo moçambicano, o território do monomotapa fora maior e incluía no passado os reinos de Quiteve, Chicanga [Chikanga] e Sedanda, cujo governo fora dado a filhos do soberano e que se tornaram independentes à morte do pai (Santos [1609] 1999, 218).

As sucessões tiveram o condão de abrir a porta a movimentos centrífugos, com a periferia a procurar tornar-se independente do centro, que no caso do Monomotapa era um território chamado Mocaranga [Mukaranga]. Este movimento foi facilitado pelo incremento do comércio externo a partir do século XVI, bem como pela instabilidade introduzida por via das expedições portuguesas em solo moçambicano desde o último quartel de Quinhentos. O maior factor de desequilíbrio foram, contudo, os privados portugueses instalados fora da ilha de Moçambique, que criaram redes comerciais sob a protecção de dependentes armados africanos, cujo tráfico contou com a cumplicidade interessada e activa de “encosses” e “fumos”. A Coroa, cuja acção se saldou por um fracasso militar e político no sertão moçambicano na centúria quinhentista, passou a ter um papel mais decisivo a partir de *ca.* 1629. A sucessão do monomotapa, feita por meio do ramo colateral masculino segundo a tradição oral (Mudenge 1988, 81-3),²⁴

tem, desde então, originado uma vasta e controversa bibliografia. Sobre o tema veja-se ainda Layton 2000, 51-62.

22 Definição simplificada proposta por Southall 1988, 52.

23 O modelo foi exportado do contexto africano onde surgiu, nomeadamente para a Ásia, sendo aplicado nos estados do sul da Índia, caso dos Chola e de Vijayanagara (Stein 1980; Stein [1993] 2011), originando uma controvérsia sobre a sua exequibilidade em solo indiano (veja-se *inter alia* Subrahmanyam 1997).

24 Tal equivale a dizer que os soberanos saíam da mesma fratria e só quando o irmão mais novo desta morria é que a sucessão passava para a geração seguinte aplicando-se o preceito de reinar primeiro o filho mais velho de cada irmão da geração precedente, e assim sucessivamente.

e não pelo filho mais velho como se pretendeu ver de acordo com o sistema de primogenitura referido por, entre outros autores portugueses, o Padre Francisco Monclaro (Monclaro 1975, 376-78), abriu a porta a frequentes crises dinásticas durante o século XVII, quando a prática consuetudinária foi abandonada. O momento mais grave ocorreu na sucessão de Gatsi Rusere, o qual passou o trono para o seu filho Kapararidze em detrimento do herdeiro “legítimo”, Mavura (o futuro D. Filipe), filho de Negomo Mupunzagutu/D. Sebastião, a quem caberia reinar então segundo o costume.²⁵ Tal desencadeou uma guerra sucessória entre 1624 e 1632, que foi aproveitada pelos portugueses, tanto pela Coroa como pelos Dominicanos e os privados, para se imiscuírem nos assuntos do Monomotapa e daí tirarem proveito. Mas Mavura também procurou usar os portugueses para ganhar o trono e preservá-lo.

Deixemos o egresso dos efeitos da internacionalização da economia no governo do Monomotapa e regressemos ao estado segmentário, que se caracteriza por a esfera de suserania ritual não coincidir totalmente com a de soberania política. Na prática, tal equivalia a dizer, conforme descreveu Bocarro, que o monomotapa na realidade apenas governava efectivamente a Mocaranga (Bocarro 1876, 537), mas a sua suserania ritual estendia-se por um território mais alargado situado na periferia do seu “senhorio”, os tais mais de vinte e dois “encosses” e “fumos” mencionados pelo cronista. Entre estes havia uma hierarquia de acordo com a função que desempenhavam na corte do monomotapa registada pelo cronista, que procurou encontrar paralelos com a realidade cortesã portuguesa (Bocarro 1876, 538-39). Assinale-se a proeminência do Mocamoaxa [Mukomohasha] no primeiro quartel do século XVII, referido como senhor de Condessaca [Hondesaka] e apresentado como “capitão-mor” (ou seja, chefe militar) (Bocarro 1876, 537-38), tendo sido uma figura-chave na sucessão de Kapararidze em 1624, fruto da crescente militarização do sertão e porque tanto Gatsi Rusere como o seu filho tinham ocupado esta posição antes de subir ao trono, pelo que possuíam uma ligação privilegiada com o detentor do cargo (Mudenge 1988, 91-2). Acrescente-se que o Mocamoaxa ligou a sua fortuna a combater Mavura/D. Filipe e os seus aliados portugueses, apesar de ter desviado o seu apoio militar e político para um filho deste, D. Domingos, com

25 “Carta de Diogo de Sousa de Meneses” Moçambique 01.04.1624, in Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos avulsos de Moçambique*, caixa 1, doc. 45, fls. 1-1v.; Mudenge 1988, 253. De assinalar que Gatsi Rusere não quis que nenhum dos seus dois filhos mais velhos, D. Filipe e D. Diogo, lhe sucedessem por serem vistos como “assimilados”, visto que tinham sido entregues em 1607 para os educar em Tete; cf. Bocarro 1876, 589. Os Dominicanos, em especial Fr. Francisco do Avelar, delinearam um plano por volta de 1617 para D. Diogo suceder ao pai, porque ao contrário do irmão era baptizado e nunca tinha deixado o lado português desde 1607.

o ocaso de Kapararidze a partir de 1632 (Bocarro e Resende 1938, 27-28; Santa Catarina 1977, 1156).

A hierarquia conhecida aparece ditada pela informação contida nas fontes portuguesas, mas a sua ordem real dependeu mais da conjuntura política do momento do que de qualquer outro factor, embora convenha sublinhar como certos cargos cruciais pertenciam aos ramos colaterais da família real. Desta maneira, o Nengomasha, referido pelo cronista António Bocarro como sendo o “senhor” de Dabuia [Budja?] e a “segunda pessoa do estado do Monomotapa, e seu governador”, era um tio de Gatsi Rusere, sendo possivelmente a pessoa mais importante a seguir ao soberano, pelo menos a finais do século XVI (Bocarro 1876, 537, 543). O parentesco real não significava nem implicava imunidade, pois o Nengomasha acabou por ser morto por ordem de Gatsi Rusere em 1597 por ter deixado escapar incólume a invasão Marave [Maravi] comandada por Capampo [Kapampo] (Bocarro 1876, 543). A preeminência do Nengomasha levou os seus familiares e dependentes a rebelarem-se e a iniciarem a uma guerra civil entre 1597 e 1609, cujo chefe, Matuzianhe [Matuzianye?], demorou mais de uma década para ser derrotado e foi, eventualmente, assassinado por ordem de Gatsi Rusere (Bocarro 1876, 545-63). O cargo, Nengomasha, deve ter sido provido em outro membro da família real, pois apareceu nomeado pelo cronista como sendo novamente a segunda pessoa do estado em 1609, quando Bocarro contou o episódio que levou ao enfrentamento entre os portugueses estabelecidos em Massapa [Masapa] e o monomotapa (Bocarro 1876, 564). Os apoios políticos em cada reinado pareciam determinar, desta maneira, a hierarquia dos “grandes oficiais de estado”. No reinado de Kapararidze, que rompeu com a forma de sucessão tradicional, todos os oficiais foram dispensados em 1624 por terem questionado a sua subida ao trono, à excepção do Mocamoaxa que o apoiava (Encarnação 1635, 4; Gomes 1959, 189-90). O período que se seguiu até 1632 foi marcado política e militarmente por dois oficiais, o Mocamoaxa e o Nengomasha, que sustentaram sucessivamente os dois antagonistas na contenda pelo trono: Kapararidze e Mavura/D. Filipe (Gomes 1959, 191; Wilmot 1896, 231-32).

Os cerca de trinta e oito anos do reinado de Gatsi Rusere (r. 1586/9-1623/4) foram marcados tanto pela mudança da hierarquia dos “grandes oficiais de estado”, como por movimentos centrífugos com a periferia a procurar autonomizar-se do centro, embora aqui se repetisse um padrão já registado no passado. Fr. João dos Santos, por exemplo, referiu como os reinos de Quiteve [Sachiteve], Sedanda e Chicanga [Chikanga] faziam parte inicialmente do Monomotapa, mas autonomizaram-se aquando de uma sucessão ao trono (Santos [1609] 1999, 204). A formação de estados era tanto um fenómeno interno como externo, aqui por via da grande deslocação de populações africanas ocasionada pela movimentação

dos Zimbas ao longo da costa oriental a final do século XVI. No período em causa (ca. 1596-1631), conhece-se pelo menos a tentativa Marave a partir de 1597, com duas invasões simultâneas ordenadas por Chunzo: uma comandada por Capampo [Kapampo] que atacou as terras auríferas que abasteciam a feira de Massapa, e outra chefiada por Chicanda [Chikanda] que ameaçou o zimbabué [zimbabwe] onde residia Gatsi Rusere. A ameaça de Capampo foi neutralizada rapidamente mediante a aliança de forças do Monomotapa sob o comando do Ningomoxa com os privados portugueses de Massapa, tendo os Maraves saído de cena sem terem sido muito incomodados pelos perseguidores. No caso de Chicanda, o monomotapa contemporizou com as forças invasoras e procurou tornar o seu comandante num subordinado atribuindo-lhe terras. O aliciamento durou pouco tempo, já que ao fim de dois anos Chicanda revoltou-se e acabou por fugir após um cerco prolongado à sua base feito, mais uma vez, por forças conjuntas africanas e portuguesas (Bocarro 1876, 542-44; Mudenge 1988, 224-27). Por volta de 1624, no fim do reinado de Gatsi Rusere e no começo do governo do seu filho e sucessor Kapararidze, há notícia da formação de um novo estado a sul do Lago Malawi veiculada pelo padre jesuíta Luís Mariano (Courtois 1889, 13),²⁶ a par do ataque protagonizado por Muzura, rei de “Bororo”, existindo em ambos casos a vontade de afirmar o seu poder e território aproveitando a guerra sucessória no Monomotapa.²⁷

Tais movimentações mostravam as limitações e as fragilidades dos estados segmentados, particularmente quando outras forças colocavam em causa as bases do seu poder. Estas, como já se mencionou, tinham um carácter simultaneamente político e simbólico. O poder simbólico também provinha da circulação de bens de prestígio vindos de fora entre a elite africana, partindo a sua distribuição do centro para a periferia. Boa parte destes bens era trocada/oferecida em certas alturas do ano ligadas a cerimónias específicas, em particular a que se designava de “Chuaúo” [Chivabvu], celebrada por ocasião da Lua Nova no mês de Maio, no quadro da qual se reforçavam laços mediante a troca de presentes (Bocarro 1876, 541-42). As celebrações reforçavam o carácter ritual e simbólico do monomotapa, mesmo se os principais “reis” nunca se deslocavam pessoalmente até ao seu zimbabué, enviando delegações em sua substituição. Por sua vez, os “reis”, fumos e encosses repetiam, num escalão inferior, a mesma função ritual desempenhada pelo monomotapa, assegurando deste modo a circulação de bens de prestígio e de primeira necessidade a todos os níveis.

26 O seu chefe era conhecido pelo título de “Homozara”, literalmente o “todo-poderoso”.

27 “Carta de Diogo de Sousa de Meneses”, Moçambique 01.04.1624 in Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos avulsos de Moçambique*, caixa 1, doc. 45, fl. 1. Axelsson 1969, 67.

Por esta razão, o acesso a bens de prestígio e outros era determinante à hora de manter a lealdade e a unidade política, bem como o estatuto social derivado da sua posse e redistribuição. No caso do Monomotapa, os presentes eram oferecidos por mercadores estrangeiros, entre os quais os portugueses desde o século XVI, em troca da autorização de comerciar no seu estado. Mau grado existir uma rivalidade comercial entre mercadores portugueses e muçulmanos, procurando uns excluir os outros e as suas redes, todos eram bem-vindos pelo monomotapa porque se tinham tornado parte integrante do sistema. Enquanto a esposa principal do monomotapa, a Mazarira [Mazvarira], protegia os portugueses, a segunda mulher, chamada Inhahanda [Nehanda], velava pelos interesses dos muçulmanos (Bocarro 1876, 539).²⁸ Para poderem comerciar no Monomotapa, os comerciantes estrangeiros tinham de pagar a “curva” [kuruva] tanto ao soberano, como às suas principais mulheres. No início do século XVII, só a curva saldada ao monomotapa pelo capitão de Moçambique cada vez que tomava posse do cargo ascendia a quatro ou cinco mil cruzados, sem contar com as entregues pelos privados que também desejavam mercadejar no seu território (Bocarro 1876, 563, 567).²⁹ Boa parte dos bens oferecidos na “curva” era constituída por têxteis, alguns de prestígio como sedas ou de algodão de alta qualidade, bem como produtos de luxo inexistentes na região como cavalos, mas a maioria eram vulgares panos indianos tecidos ou impressos (Couto [1786] 1974, 170-71).³⁰ Os têxteis tinham-se transformado numa para-moeda, servindo de meio de pagamento no sertão moçambicano, bem como ao longo da costa oriental africana (Machado 2012, 170-71).

Os mercadores portugueses, incluindo o Capitão de Moçambique e os seus agentes, também introduziam no sertão moçambicano cada vez mais panos indianos adquiridos no Guzerate, mencionando Diogo do Couto cáfilas

28 Mais uma vez a hierarquia mudou ao longo do tempo, porque no século XVIII a mais importante era a Neanda [Nehanda], cf. Miranda 1954, 117.

29 Quanto à origem do termo veja-se Mudenge 1988, 198, que lhe dá uma etimologia shona e não árabe. Diogo do Couto estabelece um paralelismo interessante com a noção de “prenda/tributo” existente noutros pontos do Estado da Índia, como a mocarraria (do árabe *muqarrariya*) em Ormuz e no mundo iraniano, bem como o saguate na Índia (do persa *saughât*), Couto [1786] 1974, 211. Havia ainda a “boca”, uma espécie de presente dado no início das negociações conducentes à definição do montante e à data de entrega da “curva”. Sobre as relações diplomáticas entre o Monomotapa e os portugueses veja-se Rodrigues 2019, 265-81.

30 Couto [1786] 1974, 170-71, também menciona o comércio de contas de barro verdes, azuis e amarelas, que enfiadas em colares também tinham um determinado valor consoante o número de voltas e de peças. Fr. João dos Santos menciona também a utilização de metais em pasta ou barra (ouro, cobre, estanho), ou seja não-cunhados, como meio de pagamento (Santos [1609] 1999, 199).

compostas por cem a duzentos dependentes africanos a transportar cada um à cabeça um fardo chamado “mutoro” [mutoro], composto por duas corjas de têxteis (Couto [1786] 1974, 170).³¹ Cada vez que havia uma expedição militar em Moçambique, os soldados eram pagos com panos, aumentando a sua oferta e, concomitantemente, desvalorizando o seu preço. O efeito final foi nocivo, pois o excesso de têxteis deu lugar a uma diminuição do seu valor no sertão tanto a nível material como simbólico.

O aumento do comércio internacional, acentuado a partir do último quartel do século XVI por meio do estabelecimento de um maior número de privados portugueses a traficar em Moçambique, providenciou uma crescente fonte de rendimento ao monomotapa, que assim reforçou o seu poder pois deixou de depender exclusivamente das colheitas agrícolas, cuja produção era muito oscilante por assentar num ecossistema frágil. O monomotapa dispunha, ainda, de uma arma para intervir no mercado, a chamada “empata” [mupeto], decretada quando o soberano africano mandava confiscar toda a mercadoria pertencente a portugueses que se encontravam a mercadejar pelas feiras sertanejas quando o Capitão de Moçambique se atrasava no pagamento da “curva” (Santos [1609] 1999, 203).³²

A “empata”, na prática, tornou-se numa arma económica formidável, pois o monomotapa servia-se dela para aumentar o valor da “curva” e não tinha que devolver os bens apreendidos, os quais serviam de meio de pagamento em troca da lealdade e de alianças locais em caso de guerra com os portugueses. Assim, em 1599, a ameaça por parte de Gatsi Rusere de lançar a “empata” surtiu efeito para os portugueses de Sena e de Tete o auxiliarem contra Capampo (Bocarro 1876, 544), e voltou a funcionar *ca.* 1604 no quadro da luta contra Matuzianhe, quando o monomotapa pressionou com sucesso primeiro João Fragoso, o feitor do capitão de Moçambique Sebastião de Macedo em Sena, e posteriormente António Ferreira, o capitão de Massapa (Bocarro 1876, 547; Axelson 1969, 15-16). Por volta de 1611, o lado português começou a descrer na validade da ameaça, julgando o monomotapa enfraquecimento pelas prolongadas guerras em que se envolvera desde 1597, tendo o capitão de Moçambique, D. Estêvão de Ataíde, decidido não pagar a “curva” e, em consequência, Gatsi Rusere declarou uma “empata” de onde resultou a perda total das mercadorias portuguesas no sertão (Bocarro 1876, 565; Axelson 1969, 35-6). A resposta portuguesa passou pelo reforço das trocas comerciais feitas à sombra da protecção de dependentes

31 O seu peso equivalia ao terço de um baar, cf. Mudenge 1988, xvi; podendo assim variar entre 82,6 kgs se for o peso de Sofala, 97,9 kgs se for o de Cuama e 76,5 kgs se for o da ilha de Moçambique.

32 A “curva” também era paga ao Rei de Quiteve.

africanos armados e pelo desenvolvimento de redes de informação; o que parece ter funcionado *ca.* 1627 quando Kapararidze lançou uma “empata” enquanto negociava a “curva” com o embaixador de D. Nuno Álvares Pereira, mas esta não surtiu o efeito alcançado no passado porque os portugueses foram avisados atempadamente pelo Capitão de Massapa (Bocarro e Resende 1938, 26-7).³³

2. Os portugueses no sertão: o crescimento de um grupo de pressão

Ao longo do primeiro quartel do século XVII, o sistema político do Monomotapa começou a mostrar sinais de enfraquecimento por via de movimentos internos de autonomia da sua periferia e por movimentos externos, onde avultava a crescente entrada e instalação de portugueses no sertão, com as transformações introduzidas por estes. Neste sentido, cabe apontar em primeiro lugar a autorização concedida por Gatsi Rusere para os portugueses poderem transportar armas de fogo no seu território a partir de 1599-1600 (Bocarro 1876, 545);³⁴ em segundo lugar a instalação de uma guarnição em Massapa, a qual em 1609 era composta por 50 soldados (Bocarro 1876, 563);³⁵ em terceiro lugar o crescente recrutamento de africanos para protegerem as actividades comerciais de privados no sertão, que se tornariam em mão-de-obra militar usada nas guerras do Monomotapa, nomeadamente na que opôs Matuzianhe a Gatsi Rusere. Assim, na última fase desta guerra, só um morador de Tete, Diogo Simões Madeira, conseguia recrutar e disponibilizar números consideráveis de espingardeiros e de “cafres de guerra”, inclusive para proteger pessoalmente o monomotapa (Bocarro 1876, 545-63). Mas não seria caso único!

A militarização era apenas a face mais visível da entrada de privados portugueses no sertão moçambicano, pois do ponto de vista económico o seu interesse deixara de girar exclusivamente em torno do trato. Desde o último quartel de Quinhentos, os privados tinham-se virado para a terra, a fim de a explorar com vista a comercializar a sua produção, sobretudo numa óptica de exportação. Este era um movimento vasto que incluía toda a costa oriental africana, e que em Moçambique se estendia de Quiteve, onde Rodrigo Lobo tinha uma ilha perto de Sofala concedida pelo soberano local (Santos [1609] 1999, 139), passando pelos

33 Encarnação 1635, 4, dá uma data mais tardia para este episódio (1628-29).

34 Antes era proibido, mas tal não significava que os privados não entrassem armados quando iam mercadejar pelo sertão, ou para a defesa das povoações que aí ergueram. A sua importância deriva da autorização expressa.

35 O número deve ter variado muito ao longo do tempo e os soldados não eram necessariamente portugueses, sendo muitos possivelmente “filhos da terra”, ou seja mulatos, conforme o cronista vai mencionando (cf. p. 583), mas também africanos.

palmares situados em terra firme vizinha à ilha de Moçambique (Santos [1609] 1999, 252),³⁶ e continuando pela aquisição de terra no vale do Zambeze, como as duas “aldeias” concedidas a Diogo Simões Madeira pelo capitão Lourenço de Brito por volta de 1596 (Bocarro 1876, 606). A conquista também passou a ser uma forma de obter terra, mesmo se posteriormente a sua “posse” fosse “legalizada” pelo monomotapa ou pelo representante da Coroa portuguesa. Assim, Diogo Simões Madeira, de certa forma o arquétipo do privado sertanejo com interesse no trato e na terra a finais de Quinhentos e princípio de Seiscentos, adquiriu o território de Inhabanzo enquanto capitão de Tete na luta contra Matuzianhe ca. 1609, que guardou para si e onde ergueu um forte de madeira provido de uma guarnição permanente (Bocarro 1876, 555), no qual se refugiou para fugir à perseguição lançada pelo ouvidor Francisco da Fonseca Pinto em 1616.

Os privados tinham-se, de certa forma, africanizado e transformado em “fumos” e “encosses”, acorrendo à chamada do monomotapa, de quem dependiam para aí poderem mercadejar e morar, com auxílio militar quando este pedia ajuda e as circunstâncias eram do seu interesse. O movimento era mais complexo, pois também passou a incluir “encosses” na dependência das povoações portuguesas e dos seus moradores. Frei João dos Santos, por exemplo, deu conta de uma expedição punitiva comandada por um capitão de Tete, talvez Pêro Fernandes de Chaves, contra os Mumbos acompanhado de todos os portugueses aí residentes e de onze “encosses vassalos de Tete” (Santos [1609] 1999, 225).³⁷ A vassalagem, para empregar um termo europeu à falta de outro melhor, implicava obrigações adicionais por parte dos chefes africanos para além de providenciar ajuda militar, dado também incluir o pagamento de tributos sob a forma de produção agrícola, têxtil, mão-de-obra e marfim. O cronista António Bocarro contou como o Chombe, descrito como um “cafre poderoso e vassallo do forte de Sena”, pagava inicialmente um tributo anual de duas mil panjas de milho (Bocarro 1876, 569),³⁸ mas como não pagou em 1614 foi alvo de uma expedição punitiva finda a qual viu a sua contribuição aumentar para mais cem machiras (Bocarro 1876, 576).³⁹

36 Os quais curiosamente pertenciam a uma mestiça em 1598.

37 Obviamente que a expedição era mais numerosa em termos de efectivos, pois cada um levava os seus dependentes.

38 Bocarro diz que a panja equivale ao alqueire (variável em Portugal), mas tal parece excessivo para o seu valor em Moçambique, que deve andar antes na casa dos cinco litros. O milho aqui não é o americano (*Zea mays* L.) mas sim uma variedade de painço, talvez o *Pennisetum glaucum* (L.) R. Br.

39 Machira é o nome dado aos panos de algodão tecidos em Moçambique, pois há uma variedade local de algodão, *Gossypium herbaceum*, subespécie *africanum* (G. Watt) Vollesen.

A guerra, se era nefasta para o comércio efectuado no interior de Moçambique, não deixava de ser uma oportunidade para saquear bens móveis (colheitas, gado, têxteis, marfim) disponíveis nas povoações. O nexu também passou a incluir capturar mão-de-obra, que poderia ser usada tanto para engrossar a que os privados tinham ao seu serviço, como para vender a terceiros. A lógica bélica engendrada acabou por ter efeito na estabilidade do Monomotapa, sobretudo porque atraiu os “encosses” que viam na guerra uma forma de ganhar prestígio, terras, bens e dependentes de uma forma mais rápida. Mau grado o evidente excesso, Fr. João dos Santos descreveu como os “cafres vassalos de Tete são facilíssimos pera a guerra, e se fora em sua mão, sempre andaram nela, por respeito das presas” (Santos [1609] 1999, 226). Tal gerou uma competição e rivalidade entre os portugueses no sertão, porque a utilização de aliados e dependentes africanos dava-lhes uma certa vantagem graças à associação do número com as suas armas de fogo, sobretudo portáteis (espingardas e mosquetes), que apesar de poucas podiam ser determinantes no campo de batalha. Tete parece ter capturado o grosso das rotas comerciais e dos principais escambos de ouro feitos na Mocaranga (as feiras de Luanze, Bocuto e Massapa) desde finais do século XVI, em detrimento de Sena, o que pode explicar o apoio dado pelos seus moradores portugueses ao ouvidor Francisco da Fonseca Henriques na sua luta contra Simões Madeira em 1616. O monomotapa estava ciente de toda esta movimentação, tanto que Gatsi Rusere procurou reverter a situação a partir de 1614 e limitar a implantação dos privados portugueses no terreno, tendo conseguido por volta de 1616 “senhoreado todos os logares ao redor de Tete, e posto nêlles capitães de sua mão, e *senhores novos, cafres seus mocarangas*, ficando Tete como cercado de inimigos”, aproveitando-se de divisões no campo português (Bocarro 1876, 617).⁴⁰ A retoma africana, contudo, foi incapaz de conter todos os efeitos causados pela crescente presença dos privados e dos seus interesses no Monomotapa, tanto mais que o próprio estado africano sofreu uma violenta convulsão a partir de 1624 com a contestada subida ao trono de Kapararidze.

A caracterização da subida dos portugueses como grupo de pressão no Monomotapa ficaria incompleta sem mencionar o lado oficial, tanto o político-militar como o religioso. Embora tenha sido à sombra da fracassada expedição Barreto-Homem, ou seja, após 1577, que os privados se transformaram nos principais actores da presença portuguesa no Monomotapa (Lobato 1962, 80), bem como ao longo da costa suaíli, o seu ascendente não se traduziu no fim da preponderância comercial do Capitão de Moçambique, que continuou a ser o mais poderoso interventor no mercado moçambicano. A capitania de Moçambique

40 O itálico é nosso.

seria, por volta de 1580, talvez a terceira mais rendosa no Estado da Índia e o provido tinha toda uma série de monopólios, nomeadamente no comércio com a Índia, o que fortalecia a sua posição frente aos privados (Godinho 1982, 42-3).⁴¹

Na mesma época, o maior rival do provido na capitania de Moçambique, o Geral da Conquista, desapareceu com o apagamento progressivo da ideia de conquista do Monomotapa e da sua riqueza mineira entre 1577 e 1607. Isto, mau grado a tarefa ter sido entregue a D. Fernando de Monroy em 1577, sem qualquer sucesso, diga-se de passagem. A Coroa, por seu lado, insistiu na obtenção de mais informação para a sua conquista durante o governo do vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588)⁴² e manteve o interesse na aquisição das minas na administração do seu sucessor, Matias de Albuquerque, quando quis entregar a sua eventual exploração em troca do pagamento do quinto ao Rei.⁴³ A conjuntura internacional na costa oriental africana, por outro lado, também não foi favorável ao intento, em primeiro lugar por causa da ofensiva otomana, que só se dissipou por volta de 1598; a qual foi substituída pela ameaça holandesa nas décadas seguintes, desviando desta maneira recursos humanos e materiais para outras prioridades, nomeadamente a defesa da ilha de Moçambique.

O tema da conquista das minas voltou a emergir em 1607 pela mão do monomotapa, e não dos portugueses, quando Gatsi Rusere, no decurso da sua guerra contra Matuzianhe, deu “todas as minas de ouro, cobre, ferro, chumbo e estanho que houver em todo o meu Imperio, com tanto que el-rei de Portugal, a quem dou ditas minas, me conserve em meu Estado, que eu possa por e dispor, a assim e de maneira que ategora o fiz, e fizeram os meus antepassados” (Bocarro 1876, 548-52). A doação, na prática mais fictícia que real, pois só viria a ser “efectivada” passado sete anos (1614) (Bocarro 1876, 578-79), foi o meio expedito encontrado por Gatsi Rusere para manter o apoio militar dos portugueses enquanto necessitou. O segundo dado importante a sublinhar nesta doação, é o facto do monomotapa a ter feito por via da intervenção de um privado, Diogo Simões Madeira, e não de qualquer oficial da Coroa. Tal acabou por introduzir uma clivagem nas relações entre portugueses no segundo decénio de Seiscentos, que apenas foi resolvida com o apagamento de Simões Madeira após 1616, uma vez que os representantes da Coroa na Índia e em Moçambique se viam como

41 O anónimo autor do “Livro das cidades e fortalezas”, redigido por volta de 1580, disse que era a “melhor & mais proueitosa de todas as da India, e das que mais dinheiro tiram os capitães”, podendo lucrar entre oitenta a cem mil cruzados por triénio, cf. Luz 1960, fls. 37v-40.

42 “Excertos da carta de Diogo Velho para o Príncipe” s/l, s/d [1584-1588], Rego & Baxter 1975, 522-23.

43 “Relação que ueo de Goa o anno de 1612” [Orçamento de 1610 coordenado por Francisco Pais], BNP, *Fundo Geral*, códice 11410, fls. 128-129.

os lídimos “conquistadores” nesta empresa e não toleravam que um privado se arrogasse o mesmo papel.

Tal visão derivou do aparelho militar e burocrático construído em torno da ideia de Conquista, bem como a rede clientelar e de interesses económicos associados, tendo o Ceilão sido o melhor exemplo no Estado da Índia. Daí não ser estranho que o Geral da Conquista das Minas do Monomotapa mais conhecido para o período em estudo, D. Nuno Álvares Pereira, nomeado para o posto três vezes, ter estado ligado ao Ceilão e procurasse importar para Moçambique as práticas aplicadas em terras cingalesas. O favoritismo e a protecção dispensada a familiares e aliados ajudam a explicar tanto a nomeação de D. Nuno em 1609, feita quando o governador do Estado da Índia, D. Fr. Aleixo de Meneses (1606-1609), era o seu tio; e posteriormente a de D. Estêvão de Ataíde para o substituir (1609-1613), dado ser um protegido do novel vice-rei Rui Lourenço de Távora (1609-1612). A pressão dos interesses montados e as expectativas económicas e comerciais criadas em torno da Conquista explicaram, por exemplo, como D. Estêvão ficou ressentido com a nomeação por ordem régia de Diogo Simões Madeira (1613-1616) para o cargo que ocupava em 1613, “mas muito mais o tiveram os que comiam delle” na expressão esclarecedora de Bocarro (1876, 569).⁴⁴

Mau grado a entrega formal da Chicova em 1614, onde estariam as putativas minas de prata que nunca se materializaram apesar das “provas” aduzidas, das quais há menções contemporâneas até em Diogo do Couto (1980, 197-98), o ideário de conquista persistiu e, inclusive, encontrou novos defensores entre os Dominicanos, que seriam os seus ideólogos e maiores impulsionadores de 1617 a 1631. A Coroa nomeou outra vez D. Nuno Álvares Pereira para o cargo de Capitão-geral da Conquista (1619-1622),⁴⁵ voltando a desempenhar a mesma posição pela última vez a partir de 1627, sendo reconduzido pelo vice-rei Conde

44 D. Estêvão sentiu-se ofendido e aconselhado pela sua clique abandonou a Conquista sem entregar panos para pagar aos soldados ou qualquer outra despesa.

45 Quando Filipe III ordenou a cessação da Conquista e a entrega ao capitão de Moçambique entrante, Nuno da Cunha, a exploração das minas se estivessem em laboração ou a sua descoberta, tarefa que seria dada outra vez a Diogo Simões Madeira em troca de foro de Fidalgo da Casa Real e a comenda de uma Ordem Militar avaliada em 2000 cruzados se as descobrisse; cf. “Carta de Filipe III para o vice-rei Conde da Vidigueira”, Lisboa 10.03.1622, Rego 1987a, 34. Com o novo vice-rei Conde da Vidigueira veio, inclusive, um espanhol perito em minas, Francisco de Ledesma Alborno, para ajudar no seu eventual descobrimento e exploração, cf. “Carta do vice-rei Conde da Vidigueira para Filipe III”, Goa 08.01.1623, Rego 1988, 166-67. D. Francisco da Gama nunca viu com bons olhos o privado e ordenou a sua captura ao capitão de Moçambique Nuno da Cunha a fim de ser enviado preso para o Reino, cf. “Carta do vice-rei Conde da Vidigueira para Filipe III”, ? 01.1624, Rego 1987b, 43-4.

de Linhares (1629-1635) apesar de Filipe III (r. 1621-1640) ter designado Nuno Álvares Botelho para lhe suceder.⁴⁶ O dado mais relevante da última vez que D. Nuno ocupou o cargo foi o pedido que fez à Coroa para lhe ser concedida uma capitania-donatária, cujo território estava compreendido entre o Cabo da Boa Esperança e Inhambane, ou seja, a sul da jurisdição então existente que pertencia ao Capitão de Moçambique. Tratava-se de um projecto de ocupação e exploração territorial típico do Atlântico português, mas desconhecido no Índico.⁴⁷ D. Nuno morreu no sertão em 1631 e, provavelmente, nunca recebeu em vida a resposta ao seu pedido. Um plano tão ambicioso quanto o seu só seria levado a cabo no fim do século XVII por D. Pedro II (r. 1683-1706) para povoar a Zambézia (Ames 2000, 183-204).⁴⁸

Por altura da morte de D. Nuno Álvares Pereira em 1631, a iniciativa político-militar no sertão moçambicano tinha passado há algum tempo das mãos da Coroa para os Dominicanos. O envolvimento das ordens religiosas em Moçambique e no Monomotapa era anterior, uma vez que a primeira empresa de Conquista tivera subjacente a evangelização da região e a vindicação da morte do jesuíta Gonçalo da Silveira (Monclaro 1975, 326).⁴⁹ A missão em Moçambique começara pela mão da Companhia de Jesus na segunda metade de Quinhentos, mas os Jesuítas tiveram de partilhar o terreno com a Ordem dos Pregadores a partir de 1577, a qual acabaria por entrar no sertão, estabelecendo-se em Sena e Tete (Santos [1609] 1999, 488-90)⁵⁰ Terá sido pela sua implementação aí que a presença dos frades se tornou habitual nas expedições

46 BNP, *Fundo Geral*, códice 787, fl. 111.

47 “Carta de D. António Pereira acerca do projecto do seu irmão D. Nuno Álvares Pereira” s/l s/d [ca. 1628], Matos 2002, 37-8. O projecto pedia ainda autorização para o capitão-donatário comercializar tanto com a Índia como com o Brasil. O dado interessante é o parecer negativo apenso (cf. Matos 2002, 38), que também não está datado, defendendo a manutenção do *status quo* do Capitão de Moçambique (aconselha inclusive a destruição da fortaleza de Sofala) e que o projecto não impediria a fixação de holandeses e de ingleses na região onde se queria estabelecer (o que se concretizaria com a instalação dos holandeses no Cabo em 1652 e a subsequente colonização do seu *hinterland*).

48 Tudo se gorou com a expansão de Changamira a partir de 1693. Antes há um plano de colonização esboçado em 1635-1637, o qual nunca foi efectivamente concretizado por as tentativas levadas a cabo no terreno mostraram a sua impossibilidade face às capacidades materiais e humanas daquele momento, Rodrigues 2013, 155-64.

49 Os Jesuítas fizeram dele um dos seus mártires, cf. Gonçalves 1960, 412-18, e Jorge Cardoso consagrou-o na sua obra, cf. Cardoso [1657] 2002, 190-93, dando-lhe um olor de santidade ao contar como até as feras selvagens preservaram o seu cadáver após a morte.

50 Os Dominicanos tinham sido convidados pelo vice-rei D. Luís de Ataíde para irem evangelizar a ilha de São Lourenço (Madagáscar) em 1577, mas a eterna falta de fundos da Coroa, o protector do Padroado, deixou-os em Moçambique, onde começaram por se dedicar a evangelizar as áreas sem a presença dos Jesuítas.

militares organizadas por privados e foi aos Dominicanos que Diogo Simões Madeira entregou os dois filhos de Gatsi Rusere, dados como “garantia” a fim de os baptizarem e educarem (Bocarro 1876, 553-54).⁵¹ Entre os Dominicanos referidos nessa época já se contava Fr. Francisco do Avelar, o futuro ideólogo da presença portuguesa na região.⁵²

Foi esta aliança dos Dominicanos com os sertanejos que determinou o seu ascendente em Moçambique nos anos vindouros em detrimento dos Jesuítas. Aliás, os três primeiros decénios de Seiscentos foram marcados pela rivalidade entre as duas ordens, com os Capitães e os Gerais da Conquista a apoiarem os Jesuítas contra os Dominicanos de modo a enfraquecerem a influência destes no sertão e entre os privados. Assim, D. Estêvão de Ataíde doou a antiga fortaleza na ilha de Moçambique para os padres da Companhia erguerem o seu colégio em 1610;⁵³ e já na década de 1620, D. Nuno Álvares Pereira procurou proteger os Jesuítas para contrariar a asfixiante presença dos Dominicanos no sertão.⁵⁴ Em vão! Os frades pregadores ficaram com a evangelização do sertão excluindo os Jesuítas a partir de 1620 e procuraram implementar o plano político e militar delineado por Fr. Francisco do Avelar em 1617 (Guerreiro & Boléo 1944, 74-5).

O objectivo deste passava, como noutros locais do império português e do Estado da Índia em particular, pela conversão do monarca, da família real e das elites africanas ao catolicismo, o favorecimento da evangelização no Monomotapa, a designação de D. Diogo para suceder ao pai Gatsi Rusere,⁵⁵ a concessão das minas de ouro ao Rei de Portugal, a construção de fortes em pontos

51 A escritura de doação das minas do Monomotapa de 1607 tem a assinatura de dois Dominicanos, Fr. João Lobo, vigário da igreja de Luanze (Ruhanje), uma das três feiras onde se escambava o ouro, e Fr. Manuel de São Vicente, descrito como o “vigário e assistente nesta guerra e campo do imperador Manamotapa”.

52 Fr. Francisco do Avelar foi o dominicano encarregado por Simões Madeira de levar as provas da existência das minas de prata da Chicova, e de outras no sertão moçambicano, à Índia primeiro e posteriormente à Europa, onde chegou em 1616, tendo ido até Madrid, cf. Bocarro 1876, 596-97.

53 “Carta de Filipe II”, Lisboa 26.03.1620, Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos avulsos de Moçambique*, caixa 1, doc. 30, fl. 2v; Bocarro 1876, 8, 603. Durante a sua capitania e por ordem do vice-rei Rui Lourenço de Távora, D. Estêvão deu a antiga fortaleza da ilha aos Jesuítas para aí edificarem o seu colégio (o actual Palácio de São Paulo), que continuou de pé apesar das ordens régias para o destruir por se temer que fosse tomado pelos rivais europeus, como acontecera em 1608, e fosse usado como plataforma de artilharia contra a fortaleza de São Sebastião.

54 Como nomeando um Jesuíta, o Padre Júlio César, para acompanhar a embaixada enviada ao monomotapa em 1620, Courtois 1889, 12; ou a protecção que lhes concedeu de 1627 a 1630, Gomes 1959, 233.

55 Recordar que estava a ser educado pelos Dominicanos em Tete desde 1607. Aos Dominicanos não lhes interessava a tradição sucessória no ramo colateral masculino em 1617 porque tinham um “candidato ideal”, D. Diogo, mas os frades readaptaram o plano a finais da década

estratégicos e a transferência dos laços de “vassalagem” dos “encosses” e “fumos” do monomotapa para o monarca português (Guerreiro & Boléo 1944, 74-5).⁵⁶ Na prática, tal equivaleria a colocar o monomotapa numa posição subalterna e dependente da Coroa portuguesa, e transformar o Monomotapa numa espécie de protectorado, o que viria a acontecer de certa forma após 1629. À partida, todavia, nada faria prever que o desígnio estratégico dos Dominicanos se cumprisse, mas a morte de Gatsi Rusere por volta de 1624 e a subida ao trono do seu filho Kapararidze ao arrepio da tradição, abriu as portas a um conflito interno que permitiu a concretização do plano dos frades de S. Domingos.

A situação política deteriorou-se rapidamente após 1624. O novo monomotapa, por um lado, expulsou os “grandes oficiais de estado” contestatários e substituiu-os por partidários, apoiando-se na força militar disponibilizada pelo Mocamoaxa, que ficaria como o esteio do poder de Kapararidze até 1632 e, posteriormente, dos candidatos ao trono que fossem anti-portugueses. A movimentação teve um resultado surpreendente, pois Mavura, o monomotapa “legítimo”, fugiu para Luanze, onde se colocou sob a protecção do dominicano Fr. Manuel Sardinha (Encarnação 1635, 4). Por outro lado, a contestação interna foi capitalizada por forças externas que procuram conquistar o Monomotapa. A primeira tentativa foi levada a cabo por um estado em formação encabeçado por Homozara, o qual antes de se lançar contra Kapararidze atacou os portugueses de Sena e Tete por os ver como o maior entrave ao seu ensejo. A segunda tentativa partiu de Musuro, com base em Bororo, que também ambicionou atacar a Mocaranga, o centro do poder do monomotapa. O agravamento da conjuntura política e militar obrigou à intervenção do capitão de Moçambique, Diogo de Sousa de Meneses,⁵⁷ mas enquanto as ameaças externas acabaram por se desvanecer a meados do decénio de 1620, as internas persistiram durante mais tempo, sobretudo porque Mavura continuou a ser protegido pelos Dominicanos.

Kapararidze, temendo a eventual utilização de Mavura contra si, e por não ter recebido ainda qualquer “curva” desde a sua subida ao trono, adoptou uma política anti-portuguesa em surdina,⁵⁸ a qual estoirou à luz do dia em 1627-

de 1620 à realidade do momento quando passaram a defender Mavura, a quem cabia entrar efectivamente no trono em 1624.

56 Em 1619, alguém enviado de Goa a Moçambique para avaliar a situação da Conquista *in loco*, Diogo da Cunha de Castelo Branco, redigiu uma informação onde advogou por meios pacíficos e comerciais para se obterem as minas; cf. “Informação de Diogo da Cunha de Castelo Branco” Goa 07.02.1619, Rego 1960, 53-9.

57 “Carta de Diogo de Sousa de Meneses” Moçambique 01.04.1624, in Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos avulsos de Moçambique*, caixa 1, doc. 45, fls. 1-1v.; Courtois 1889, 13.

58 O mal-estar vinha já dos últimos anos do reinado do seu pai, o qual não chegou a receber a “curva” nem a “boca” prometidas em 1620 por D. Nuno Álvares Pereira, onde constavam dois

1628 coincidindo com o restabelecimento da Conquista, entregue pela terceira vez a D. Nuno Álvares Pereira. O Geral despachou Jerónimo de Barros para o zimbabué do monomotapa na companhia do Capitão das Portas, António Ferreira, para fazer a entrega da “curva”, cujo baixo valor e omissão da “boca” foram usados como pretexto para eliminar os portugueses na sua corte e lançar uma “empata” (Bocarro & Resende 1938, 26-7; Santa Catarina 1977, 1153).⁵⁹ O fracasso desta e a resistência dos portugueses nas três feiras do sertão (Luanze, Dembarare e Chipiriviri) mostraram a incapacidade militar de Kapararidze de eliminar rápida e definitivamente os seus adversários. O conflito persistiria até 1632, mas a derrota de Kapararidze a partir de 1629 permitiu aos Dominicanos proclamar o seu “candidato” como o verdadeiro monomotapa em Luanze por iniciativa de Fr. Luís do Espírito Santo,⁶⁰ acabando Mavura por assinar um tratado a 24 de Maio que o colocou numa posição subalterna face à Coroa portuguesa por pressão dos frades de S. Domingos.⁶¹ Não admira por isso que, quando Kapararidze retomou a iniciativa por volta de 1630, os Dominicanos fossem os seus alvos de eleição por os ver como os seus principais adversários (Newitt 2005, 230),⁶² mas não os conseguiram eliminar. Kapararidze tinha razão, pois foi a acção determinada de Fr. Manuel Sardinha que, mediante o recrutamento de um exército composto por portugueses e africanos (arregimentados

cavalos e peças de brocado chinês, tão-pouco entregues pelo seu sucessor Nuno da Cunha, cf. “Carta do vice-rei Conde da Vidigueira para Filipe III” Goa 15.03.1623, Rego 1989, 22. Também não há vestígio de Gatsi Rusere ter recebido a patente de Irmão de Armas do Rei de Portugal, nem uma bandeira de seda “Carta do vice-rei Conde do Redondo para Filipe II”, Goa 16.02.1619, *Documentos* 1935, 42-3. Mudenge 1988, 254-55.

- 59 Só Jerónimo de Barros foi eliminado, porque António Ferreira conseguiu escapar com vida do zimbabué.
- 60 Havia outro candidato que os moradores de Sena queriam impor, mas foi descartado devido ao ascendente dos Dominicanos. Seria provavelmente um filho de Gatsi Rusere, talvez D. Filipe; Mudenge 1988, 258.
- 61 O tratado de 1629 colocou o monomotapa como vassalo do Rei de Portugal, abriu o Monomotapa à evangelização sem obstáculos e permitia a construção de igrejas; terminava com a cerimónia da zvambaira (segundo a qual o embaixador tinha de rastejar desde a porta do zimbabué até aos pés do monomotapa quando ia entregar a “curva”); também acabavam as prendas do capitão de Massapa ao monomotapa; os portugueses e os seus bens seriam protegidos (na prática a “empata” acabava); as minas existentes e a descobrir pertenciam ao monarca português e todos os mercadores muçulmanos seriam expulsos no prazo de um ano (o que indicia a rivalidade comercial e o apoio que estes tinham prestado a Kapararidze na luta contra os portugueses desde 1624); “Tratado com o Monomotapa”, 24.05.1629; Biker 1881, 234-37.
- 62 Kapararidze chegou, por volta de 1631, a capturar Fr. Luís do Espírito Santo e Fr. Gonçalo Ribeiro, Mudenge 1988, 261-62.

com panos), terminou com a sua ameaça em 1632 e consolidou a posição de Mavura no trono (Santa Catarina 1977, 1155-156).⁶³

1632: Pontos de chegada e linhas de partida.

A situação que despontou em 1632 abriu a porta a um período de maior controlo e expansão dos portugueses pelo sertão moçambicano, sobretudo os privados de Sena e de Tete, traduzido pela explosão de novas feiras onde se escambava o ouro face às três existentes no passado recente (Bocarro & Resende 1938, 28-9; Santa Catarina 1977, 1157; Wilmot 1896, 233-38) e pelo desenvolvimento daquilo que se vieram a chamar de “Prazos” e da economia associada à sua exploração (Newitt 2005, 231; Rodrigues 2013, 165-253, 363-416). Os Dominicanos, cujo ascendente junto de Mavura baptizado como D. Filipe se consolidou, transformaram-se em elementos incontornáveis na definição das linhas políticas em Moçambique no período subsequente até ao fim do século XVII. Os restantes interventores portugueses, a Coroa e o Capitão de Moçambique, beneficiaram com a nova conjuntura por arrasto, mas perderam o exclusivo da iniciativa.

As armas de fogo, associadas ao recrutamento voluntário e forçado de mão-de-obra militar africana, permitiram que um pequeno grupo de privados portugueses estabelecidos nos Rios de Cuama se impusesse conjunturalmente sobre um estado africano, o Monomotapa, aproveitando também a instabilidade interna ditada pelas diferentes dinâmicas implicadas na manutenção ou obtenção de poder entre 1596 e 1632. O que começara por ser uma entrada pacífica com intuítos comerciais a partir de 1577, desenvolveu características de colonização e de nascimento de uma economia agrícola no vale do Zambeze (nisso havia outros pontos de contacto ao longo da costa oriental africana e no Estado da Índia), com as limitações impostas por um ecossistema frágil. Mau grado estes desenvolvimentos, o nexos da presença portuguesa em Moçambique continuou a ser comercial (assentando sobretudo no escambo de ouro e marfim por panos indianos), sem nunca ter desabrochado uma economia assente na exploração mineira apesar de se apostar no seu descobrimento e conquista. O sonho de um *El Dorado* moçambicano, à sombra da imagem e influência espanhola, nunca se concretizou (uma vez que o garimpo tradicional praticado no sudeste africano era pouco rentável de acordo com os meios pesados aplicados na América),⁶⁴

63 O fim de Kapararidze não acabou com as disputas pelo trono, pois foi sucedido pelo seu irmão D. Domingos na luta contra contra Mavura/D. Filipe.

64 Como se podia constatar no envio de sucessivos engenheiros de mina espanhóis para levarem a cabo a sua exploração, como o exemplo já referido de Francisco de Ledesma Albornoz em

mas também nunca se desvaneceu até ao século XIX. Isto permitiu a aplicação de um modelo político-militar clientelar, a Conquista, em torno da qual medravam interesses económicos que frequentemente entraram em conflito com os privados portugueses e os africanos.

O lado africano, sobretudo o Monomotapa enquanto estado segmentado e o seu soberano, foram os que saíram mais enfraquecidos de todo o processo. Não era apenas a conversão de Mavura ao catolicismo, mais pragmática que outra coisa qualquer, a contribuir para a perda de influência por acabar o seu papel sagrado e simbólico. Uma parte relevante do poder do monomotapa assentava na obtenção de bens móveis, sobretudo têxteis indianos, para os redistribuir entre dependentes, “encosses” e “fumos”, de modo a manter a lealdade destes e garantir o seu prestígio. O acordo de 1629 colocou um ponto final à “curva” e à “boca”, pelo menos na visão portuguesa, pois o monomotapa passava a ser um vassalo do Rei de Portugal,⁶⁵ mas esse não foi o entendimento de Mavura, que pediu o seu pagamento ou, em alternativa, o direito de comprar panos indianos pelo valor de três ou quatro mil meticais.⁶⁶ A fragilidade do seu *status quo*, também traduzido no estabelecimento de uma guarnição portuguesa e a construção de uma igreja no seu zimbabué, explicava muito dos equívocos no relacionamento entre os portugueses (a Coroa, o Capitão de Moçambique, os privados e os Dominicanos) e o Monomotapa no período subsequente até 1693, quando a invasão do Changamira pôs a nu a fragilidade do edifício levantado em 1632.

Bibliografia

- AMES, Glenn J.. 2000. *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*. Amesterdão: Amsterdam University Press.
- AUBIN, Jean. 2006. *Le latin et l'astrolabe*, vol. III, *Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, edição póstuma preparada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

1622 e em 1632 seguiram 23 mineiros sob a chefia de D. Andrés de Vides y Alvarado; Axelson 1969, 98-9.

65 Da perspectiva da Coroa, a “curva” e a “boca” eram vistas como tributos e não como “prendas”.
66 “Carta de Filipe III para o vice-rei Conde de Linhares” Madrid 31.04.1631, “Carta de Filipe III para Mavura/D. Filipe” Madrid 31.04.1631; Matos 2002, 405-06. A falta de bens de prestígio e de panos indianos para manter a lealdade e obter os serviços de “encosses” e “fumos” explica a derrota sofrida por Mavura em 1630 quando Kapararidze atacou em 1630. Em compensação, Filipe III atribuiu-lhe um Hábito da Ordem de Cristo e enviou-lhe as “Ordenações do Reino” para servirem de modelo legal ao novo código que o monomotapa iria criar no seu estado.

- AXELSON, Eric. 1969. *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- BERMUDES, D. João. 1565. *Esta he huma breue relação da embaixada que o Patriarca Dom Ioão Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste Ioão, ao christianissimo, & zelador da fee de Christo Rey de Portugal dom Ioão o terceiro deste nome; dirigida ao muy alto & poderoso, de felicissima esperança, Rey tambem de Portugal dom Sebastião o primeiro deste nome. Em a qual tambem conta a morte de dom Christouão da Gama: & dos successos que acontecerão aos Portugueses que forão em sua companhia*. Lisboa: Casa de Francisco Correia impressor do Cardeal Infante.
- BIKER, Júlio Firmino Júdice. 1881. *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Azia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BOCARRO, António. 1876. *Decada 13 da Historia da India*, editada por Rodrigo José de Lima Felner, 2 vols. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- BOCARRO, António, e Pêro Barreto de Resende. 1938. "Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. In *Arquivo Português Oriental*, coordenado por A. B. de Bragança Pereira, tomo IV, volume II, parte I. Bastorá: Tipografia Rangel.
- BOXER, Charles R., e Carlos de Azevedo. 1960. *A fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça, 1593-1729*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- CARDOSO, Jorge. [1657] 2002. *Agiolégio Lusitano. Edição facsimilada*, editada por Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CASALE, Giancarlo. 2010. *The Ottoman Age of Exploration*. Oxford: Oxford University Press.
- COURTOIS, Pierre. 1889. *Notes chronologiques sur les anciennes missions catholiques au Zambéze*. Lisboa: Imprimerie Franco-Portugaise.
- COUTO, Diogo do. [1786] 1974. *Da Asia de Diogo do Couto dos Feitos, que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, e conquistas das terras do Oriente. Decada Nona*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- COUTO, Diogo do. [1788] 1974. *Decada undecima da Asia dos Feitos, que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, e conquistas das terras do Oriente, em quanto governaram a India Manoel de Sousa Coutinho, e Mathias de Albuquerque*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- COUTO, Diogo do. 1980. *O Soldado Prático*, Texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- CUNHA, João Teles e. 2019. "«Porque eu quero também vender meu saber, pois sou mal pago de meu serviço». Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto." In *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico*, ed. Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz, 221-283. Famalicão: Húmus.

- DISNEY, Anthony. 1991. "The Portuguese Empire in India, 1550-1650. Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to its Socio-Economic History." In *Indo-Portuguese History, Sources and Problems*, ed. John Correa Afonso, 148-173. Delhi: Oxford University Press.
- DOCUMENTOS. 1935. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. V. Lisboa: Academia das Ciências.
- DURÃO, António. [1633] 1952. *Cercos de Moçambique defendidos por D. Estêvão de Ataíde*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- ENCARNÇÃO, Fr. José da. 1635. *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deos, e a estes Reynos, os Religiosos Dominicanos nas partes da India Oriental nestes annos proximos passados*. Lisboa: Oficina de Lourenço Craesbeeck Impressor Del Rei.
- FORTES, Mayer, e E. E. Evans Pritchard (eds.). 1940. *African Political Systems*, Londres: Oxford University Press.
- FREEMAN-GRANVILLE, G. S. P.. 1980. *The Mombasa Rising Against the Portuguese, 1631: From Sworn Evidence*. Londres: The British Academy.
- FREEMAN-GRANVILLE, G. S. P.. 1988. *The Swahili Coast, 2nd to 19th Centuries. Islam, Christianity and Commerce in Eastern Africa*. Londres: Variorum Reprints.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1982. *Les finances de l'état portugais des Indes Orientales (1517-1635). (Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- GOMES, Padre António. 1959. "Viagem que fez o Padre Antonio Gomes, da Companhia de Jesus, ao Imperio de de [sic] Manomotapa," editado com notas por Eric Axelson. *Stvdia* 3: 155-242.
- GONÇALVES, P^c. Sebastião. 1960. *Primeira parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*, editado por José Wicki S. I., vol. II *História da Companhia de Jesus no Oriente (1546-1561)*. Coimbra: Atlântida.
- GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara, e António de Paiva Boléo. 1944. "As minas de prata da Chicoca: um relatório do século XVII." *Moçambique: documentário trimestral* 39: 7-91.
- LAYTON, Robert. 2000. *An introduction to theory in anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEITÃO, Humberto. 1970. *Os dois descobrimentos da ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LOBATO, Alexandre. 1962. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- LUZ, Francisco Paulo Mendes da. 1960. "Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importancia delles." *Stvdia* 6 (Julho) (separata, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos).

- MACHADO, Pedro. 2021. "Awash in a Sea of Cotton. Gujarat, Africa, and the Western Indian Ocean 1300-1800." In *The Spinning World. A Global History of Cotton Textiles, 1200-1850*, ed. George Riello e Prasannan Parthasarathi, 161-79. Nova Delhi: Primus Books.
- MATOS, Artur Teodoro de (dir.). 2002. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1736)*, vol. II. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.
- MIRANDA, António Pinto de. 1954. "I-Memória da África Oriental e da Monarquia Africana." *Anais*, vol. IX, tomo I, *Estudos de História da Geografia e da Expansão Portuguesa*, 43-117. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar.
- MONCLARO, Padre Francisco. 1975. "Relação feita pelo Padre Francisco Monclaro, da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto." In *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, ed. A. da Silva Rego & E. E. Burke, vol. VIII (1561-1588), 324-428. Lisboa: National Archives of Rhodesia/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigação do Ultramar.
- MUDENGE, S. I. G.. 1988. *A Political History of Munhumutapa c. 1400-1902*. Harare/Londres: Zimbabwe Publishing House/James Currey.
- NEWITT, Malyn. 1982. "The Early History of the Maravi." *The Journal of African History* 23(2) (Abril): 145-162.
- NEWITT, Malyn. 1995. *A History of Mozambique*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.
- NEWITT, Malyn. 2005. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. Abingdon/ Nova Iorque: Routledge.
- PARKER, Geoffrey. 1990. *The military revolution. Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PATO, Raimundo António de Bulhão. 1880. *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- PATO, Raimundo António de Bulhão. 1885. *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, vol. III. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- PATO, Raimundo António de Bulhão. 1893. *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, vol. IV. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- PHIMISTER, I. R.. 1976. "Pre-Colonial Gold Mining in Southern Zambezi: A Reassessment." *African Social Research* 21: 1-30.
- REGO, António da Silva, e T. W. Baxter (ed.). 1975. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. VIII (1561-1588). Lisboa: National Archives of Rhodesia/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigação do Ultramar.
- REGO, António da Silva. 1960. *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

- REGO, António da Silva. 1987a. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. VIII. Lisboa: Academia das Ciências.
- REGO, António da Silva. 1987b. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. X. Lisboa: Academia das Ciências.
- REGO, António da Silva. 1988. *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. IX. Lisboa: Academia das Ciências.
- RODRIGUES, Eugénia. 2013. *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Eugénia. 2019. “Negotiating with the neighbours: kingship and diplomacy in Munhumutapa.” In *The Routledge History of Monarchy*, ed. Elena Woodacre, Lucinda H. S. Dean, Chris Jones, Russel E. Martin & Zita Eva Rohr, 265-281. Abingdon (Ox.)/Nova Iorque: Routledge.
- SANTA Catarina, Fr. Lucas de. 1977. *História de São Domingos*, vol. II. Porto: Livraria Lello Editores.
- SANTOS, Frei João dos. [1609] 1999. *Etiópia Oriental e vária História de cousas notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros, fixação do texto de Maria do Carmo Guerreiro Vieira. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- SÃO Bernardino, Frei Gaspar de. 1611. *Itinerario da Índia por terra ate este Reino de Portugal com a descripçam de Hierusalem dirigida a Raynha de Espanha Margarita de Austria nossa senhora*. Lisboa: Oficina de Vicente Álvares.
- SCHOFFELEERS, M.. 1987. “The Zimba and the Lundu State in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Centuries.” *The Journal of African History* 28(3) (Novembro): 337-355.
- SOUTHALL, Aidan. 1988. “The Segmentary State in Africa and Asia.” *Comparative Studies in Society and History* 30(1) (Janeiro): 52-83.
- STEIN, Burton. 1980. *Peasant State and Society in Medieval South India*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- STEIN, Burton. [1993] 2011. *The New Cambridge History of India*, vol. I-2 (*Vijayanagara*). Nova Delhi: Cambridge University Press.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. 1997. “Agreeing to Disagree: Burton Stein on Vijayanagara.” *South Asia Research* 17(2) (Outubro): 127-39.
- TRACEY, Hugh. 1940. *António Fernandes Descobridor do Monomotapa (1514-1515)*, tradução portuguesa e notas por Caetano Montez. Lourenço Marques: Arquivo Histórico de Moçambique.
- VERNET, Thomas. 2013. “Avant le giroflorier. Esclavage et agriculture sur la côte swahili, 1590-1812.” In *Traites et esclavages en Afrique orientale et dans l’océan Indien*, ed. Henri Médard, Marie-Laure Derat, Thomas Vernet, & Marie Pierre Ballarin, 245-306. Paris: Karthala/Ciresc.
- WILMOT, Alexander. 1896. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the Most Ancient Times to the Present Century*. Londres: T. Fisher Unwin.

Cultura material
e visual no Índico

Arte a bordo. Retábulos da Província do Norte e Goa na Prelazia de Moçambique

MÓNICA ESTEVES REIS

Département d'Études Portugaises et Brésiliennes
Facultés des arts, lettres, langues, sciences humaines
Aix Marseille Université

1. Enquadramento Histórico e Geográfico

A Ilha de Moçambique, uma pequena ilha rodeada de corais, está localizada na Baía de Mossuril a cerca de dois quilómetros da costa nordeste do continente. A ilha, propriamente dita, tem apenas 3 km de comprimento, é muito estreita e está ligada por uma ponte com o continente, inaugurada em 1967, permitindo que entrassem na Ilha, pela primeira vez na ilha os machimbombos.¹ Quando os portugueses aqui se estabeleceram, a partir de 1502, construíram um porto e uma base naval em 1507 e, em 1522, a capela de Nossa Senhora de Baluarte. No decorrer do século XVI edificaram-se igualmente o Forte de São Sebastião, Forte de S. Lourenço, o Fortim de Santo António, a Capela de Nossa Senhora do Baluarte, o Colégio e Capela de S. Paulo, a Igreja da Misericórdia, o Convento de S. Domingos, a Igreja de Nossa Senhora da Saúde, o Hospital, entre outros. Com mais de quinhentos anos após as interações portuguesas, os edifícios, os arruamentos e certos modos de vida ainda denunciam este forte legado.

Presentemente é habitada por cerca de 16.000 habitantes, a maioria deles na cidade *Macuti* ou Cidade de Palha, na ponta sul, enquanto que a Cidade de Pedra, maior, ocupa a metade norte da ilha. Como escala da Carreira da Índia, quer na ida como no torna-viagem, a Ilha de Moçambique foi um importante

1 Fernando Gil, *Inauguração Ponte Ilha de Moçambique – 25.06.1967*, vídeo online, acedido 3 de Julho de 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=pLXQ5TbNnHU>.

ponto de navegação e, durante os séculos XV e XVI, estratégica na rota comercial portuguesa para a Índia. Apesar da navegação marítima entre Moçambique e a Índia já se fizesse antes da presença portuguesa, a chegada dos portugueses no cenário marítimo vem intimidar estes processos e, por volta de 1523, o rei local vê-se obrigado a interceder diretamente junto do rei D. Manuel I contra a espoliação dos mercadores pelos capitães dos navios da armada portuguesa (Lobato 1966, 160). Portugal estabelece, desta forma, carreiras regulares entre a Índia e Sofala que, aliás, caracterizam os primeiros anos da sua presença no Índico. Posteriormente, as ligações passam a efetuar-se através de Moçambique, na carreira que conectava Sofala e o Guzerate e que ficou conhecida por «navio do trato» (Lobato 1966, 161; Lobato 1996, 16), continuando em plenas funções até ao século XIX. De Moçambique para Chaúl era frequente, durante o século XVI, o envio de cargas de marfim e já no decorrer do século seguinte, era o marfim a principal atividade de troca comercial entre estas duas regiões (Lobato 1966, 161).

Frontal à ilha de Moçambique está a Cabaceira Pequena, Cabaceira Grande e Mossuril, conjunto que é dos mais antigos assentamentos portugueses no continente moçambicano. A Cabaceira serviu como ponto de referência para escala marítima, graças à ampla baía com uma grande enseada recortada, uma espécie de “«Mediterrâneo-Índico», (...) fruto de múltiplas valências culturais afro-islâmico-indiano-europeias” (Fernandes 2010a, 529). As edificações que ainda se mantêm, nos povoados históricos do Mossuril e das duas Cabaceiras, Grande e Pequena, atestam este carácter particularmente transcultural, quer nas construções habitacionais tradicionais e nos equipamentos e infraestruturas (Fernandes 2010a, 530-31).

Como consequência das investidas ultramarinas os 2800 km de costa que configuraram geograficamente o território moçambicano resultam nos descobrimentos das rotas marítimas para a África e Ásia, a Ilha de Moçambique ficaria assim privilegiadamente integrada no fluxo comercial do Índico (Antunes 2006, 199). Na baía da Cabaceira, fronteira à ilha, aclamada pelas suas boas condições, era possível proceder à reparação dos navios que necessitassem de tal intervenção, e o facto da ilha possuir água, lenha e mantimento fez com que esta se estabelecesse, desde cedo, como um vital ponto na circulação marítima do Índico (Barbosa e Machado 1946, vol. 2, 237).

Moçambique mantinha uma relação comercial privilegiada com o Gujate, região de onde vinham a maior parte dos produtos importados. O porto de Melinde, aliás, foi fortemente dinamizado por esta relação comercial que se manteve sustentada por uma perfeita relação comercial entre os mercadores arabo-swahilli e gujaratis (Lobato 1966, 164). Dada a proximidade geográfica com

Cambaia, Damão e Diu (Carreira 2014, 153 e 273), a Ilha era dos mais importantes entrepostos comerciais, de onde vinham contas (Lobato 1966, 158) e os melhores e mais apreciados tecidos e panos para os portos moçambicanos (Carreira 2014, 166). Várias comunidades de origem indiana, os baneanes, já haviam feito da Ilha de Moçambique a sua residência, e desenvolviam atividades de comércio e serviços (Carreira 2014, 71), mantendo relações comerciais com todo o Índico e tendo assim a vantagem de penetração no interior do território.

Nos finais do século XVII, a ilha de Moçambique era um importante entreposto comercial altamente invejado por nações de toda a parte – do mundo. Resistiu a vários ataques por via marítima, como foi o caso do ataque holandês, em 1607 e 1608. Nestes ataques resultaram avultados prejuízos à cidade, mas foi igualmente neste período que os religiosos da Companhia de Jesus aportam à Ilha e também quando se dá início ao comércio de exportação de escravos para o Brasil (Carreira 2014, 350). No tempo em que o ouro, o açúcar e as madeiras preciosas do Brasil ocupavam a maioria do comércio, Moçambique mantinha-se no centro de uma rota criada desde as rotas das especiarias no século XVII que a ligava aos portos de Damão, Diu, Goa, Chaul e Baçaim (Carreira 2014, 45).

Durante a segunda metade do século XVIII a Ilha manteve sempre uma rota com a Índia, com os portos de Goa, Diu e em menor frequência com o porto de Damão (Carreira 2014, 202). Grande parte do lucro na Ilha advinha do comércio de escravos e é por isso que a sua importância começa a decrescer, a partir do século XIX, quando a independência do Brasil, em 1822, e a abolição da escravatura, em 1837, contribuem para a sua decadência, igualmente com a abertura do Canal de Suez, em 1869, as fortunas da Ilha diminuíram substancialmente. É nesta ocasião que, a divisória arquitetónica que ainda hoje se mantém, é definida, nascendo a já referida cidade *Macuti* ou cidade de palha, edificada pelos autóctones com materiais e técnicas construtivas vernáculas e no extremo oposto, a cidade de pedra com os edifícios públicos e religiosos remanescentes da presença portuguesa. Em 1898, a capital é transferida para Lourenço Marques, a atual Maputo, e em meados do século XX, o novo porto de Nacala toma a si a maior parte do comércio restante. As redes comerciais reconfiguram-se consoante os interesses europeus e asiáticos.

A interação índica entre estes dois países, é económica, religiosa, mas igualmente artística. A estreita relação comercial com a costa ocidental indiana, e talvez a significativa população de origem indiana na Ilha, permitiram que a produção retabular existente das suas igrejas, que provém do território Indiano, fosse colocada a bordo dos navios dessas rotas comerciais para posterior devoção e veneração nas igrejas do solo africano. A circulação de equipamento litúrgico é,

aliás, uma realidade bem presente na história da expansão portuguesa. É o caso do retábulo da Ousia da Igreja do Priorado do Rosário no Monte Sacro em Goa, importado do reino e extraordinariamente uma memória viva de um retábulo que já não existe e que provia a Igreja de São Domingos de Lisboa, inspiração para a encomenda a Lisboa pelos religiosos de São Domingos em Goa (Lameira e Reis 2016, 56-57). Estes processos de importação dos equipamentos litúrgicos a partir do reino, foram abandonados por serem impraticáveis e pelo facto da mão-de-obra local ser altamente especializada.

Com a extinção das ordens religiosas e consequente degradação dos espaços religiosos, inicia-se um novo processo de circulação de arte, mas no espaço do Índico. É o caso, por exemplo, dos retábulos da Capela de São Tomé que são originários de Diu enviados para a Capela de São Sebastião nas Fontainhas (Reis 2016, 753-55; Lameira e Reis, 2019, 86-87).

2. Processos e interações artísticas

No conjunto de quase uma milena de retábulos inventariados (Reis 2007a; Reis 2016), sabem-se hoje as características exatas da produção retabular goesa (Lameira e Reis 2016) e da Província do Norte (Lameira e Reis 2019; Reis 2020). De um modo geral, o processo de criação da arte indo-portuguesa, obedece a um conjunto de fatores protagonizados pelo mundo em movimento, antes, durante e depois dos portugueses com as diversas expressões de arte produto do contacto entre as várias culturas. Não só no campo da arte, mas no próprio processo de evangelização levado a cabo pelas Ordens Religiosas, vemos que, há um processo religioso de inculturação que exige um conhecimento aprofundado da cultura com a qual a mensagem cristã pretende estabelecer relação. Sabe-se, por exemplo, que a Companhia de Jesus promoveu a aprendizagem das línguas locais capacitando-se na leitura de escritos sagrados hindus e potencializando paralelismos entre a fé cristã e os credos locais.

Na arte retabular produzida no Índico, este conceito de inculturação ou hibridização religiosa, criou uma linguagem que difere, por exemplo, da produção retabular do atlântico onde não existia tradição escultórica da madeira, exigindo que artesãos vindos do reino se estabelecessem no Brasil. É o exemplo de Francisco Xavier de Brito², pintor e entalhador português que fez o risco e entalhou vários retábulos para as Igrejas Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ouro

2 André Faria Couto, «Xavier de Brito, Entalhador e Escultor», in *Dicionário de Artistas do Brasil*, ed. André Faria Couto *et al.*, acedido 14 de Junho de 2019, site inativo a 2020, http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/primeira.htm#xavier_de_brito.htm.

Preto, onde veio a falecer. No espaço do Atlântico os artesãos passavam a sua arte para as gerações seguintes mantendo, desta forma, a filiação artística próxima de Portugal e das suas vias de influência europeias. No entanto, no espaço do Índico, a talha trabalhada adquire características por vezes inusitadas pelas especificidades que denunciam o espaço geograficamente vasto e culturalmente prolixo e a intervenção de mão-de-obra local altamente especializada (Reis 2011, 369-83; Reis 2009; Reis 2010). A presença portuguesa na Índia a partir do século XVI veio apenas dar continuidade ao processo de intercâmbios que havia sido iniciado há mais de 2000 anos com as invasões indo-europeias, perpetuados pela influência da arte de povos tão distintos como os mesopotâmios, persas e helénicos e com crenças tão dispares como o hinduísmo, Budismo e Islamismo.

3. Arquitetura religiosa de origem portuguesa na Ilha de Moçambique

Capela de São Sebastião

Da presença portuguesa na Ilha de Moçambique salientamos a Fortaleza de S. Sebastião, edificada em 1583, e no seu interior, na parte noroeste da fortaleza, junto da cisterna pequena, a igreja da mesma invocação. Recentemente intervenção, a capela--mor desta igreja já não possui os equipamentos retabulares. Pelo negativo, deixado na arquitetura, pode inferir-se que aqui existiram, pelo menos, três retábulos. O da Ousia deveria ter um corpo e três tramos e, a julgar pelos óculos circulares para a entrada de luz, possivelmente de inspiração serliana, tal como acontece nalguns retábulos da Catedral de Santa Catarina de Alexandria em Velha Goa, nomeadamente, no retábulo de São Sebastião (Reis 2016, 554-55), de Nossa Senhora das Virtudes (Reis 2016, 556-57; Lameira e Reis, 2016, 94-95), do Espírito Santo (Reis 2016, 558-59) e de São Bernardo (Reis 2016, 562-63). Os retábulos colaterais deveriam possuir um corpo e um tramo com nichos para exposição de figuras de vulto (Fig.1a e Fig.1b).



Fig. 1a. Capela de São Sebastião, vista geral.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 1b. Capela de São Sebastião, vista do interior.
Foto: Mónica Esteves Reis

Capela de Santo António

Na contracosta da Ilha, junto à cidade *macuti*, está o Fortim de Santo António, erguendo-se sobre a paisagem marítima, com as ilhas de Goa e Ilha de Sena no seu horizonte (Fig. 2). A Capela de Santo António, de origem quinhentista e situada neste baluarte, encontra-se bastante alterada da sua originalidade graças aos restauros da década de 1960 e anteriormente, das obras de 1810. Possui corpo central sobrelevado, portal e janelão, que dá acesso ao interior murado do espaço (Fernandes 2010b, 543). No centro ergue-se o volume abobadado da nave sacra, onde está um sacrário, de meados do século XVIII, bastante negligenciado (Fig. 3). A capela e espaço envolvente, encontra-se em situação de abandono que, por ser local ermo e sem vigilância e tem as paredes grafitadas e as janelas partidas.



Fig. 2. Fortim e Capela de Santo António.

Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 3. Sacrário no interior da Capela de Santo António.

Foto: Mónica Esteves Reis

Capela de Nossa Senhora do Baluarte

É o mais antigo espaço cristão em todo território Moçambicano e o único de arquitetura manuelina abobadada, fundado em 1522, por D. Pedro de Castro cerca de 60 anos antes da Fortaleza de São Sebastião, frente ao mar e junto à entrada do canal sendo apenas acessível pelo interior da fortaleza. A capela era por isso usada para a defesa da Ilha. Sabe-se que teve grande influência no quotidiano do século XVI, entre os que se dirigiam a Moçambique e para a Índia. Era lá que se seguia em procissão, após as longas viagens oceânicas até à Ilha. A sua função é assim transversal: para além de local de peregrinação foi baluarte defensivo e local de expiação das promessas de alto mar entre Ocidente e Orientes. A capela é de pequena dimensão, com paredes robustas, onde se podem encontrar várias lajes tumulares. Na cobertura abobadada destacam-se os fechos de abóbada demarcados com a cruz de Cristo e esfera armilar. Na década de 1990 recebeu intervenção de restauro pela Comissão Nacional para a Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Fernandes 2010b, 542) (Fig. 4).

Esta capela foi em tempos provida de um retábulo simples, até pelo menos à década de 1930, resistindo prova fotográfica numa publicação datada de 1929 (Rufino 1929, 25-26) (Fig. 5). Desconhece-se se teve primeiramente um retábulo quinhentista, mas se o teve teria vindo de Lisboa tal como as pedras que constituem a abóbada (Fig. 6).



Fig. 4. Capela de Nossa Senhora do Baluarte.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 5. Retábulo na Capela de Nossa Senhora do Baluarte, numa publicação de 1929.
Foto: Rufino 1929.



Fig. 6. Pedras da Abóbada na Capela de Nossa Senhora do Baluarte.
Foto: Mónica Esteves Reis

Colégio de São Francisco Xavier e Capela de São Paulo

Erguido, entre 1619 e 1635, a partir do antigo Forte de São Gabriel, o antigo Colégio Jesuíta de São Francisco Xavier marca a paisagem da Ilha quando se avista desde o mar. Depois da presença Jesuíta na Ilha, o Colégio foi usado como Palácio dos Capitães-Gerais em 1763 e posteriormente como Palácio do Governo, função que manteve até à passagem da capital para Lourenço Marques em 1898. A configuração atual é resultado das várias alterações que foi sofrendo, pelo menos desde 1864 (data da torre sineira de coruchéu piramidal), tendo recebido uma luxuosa intervenção entre 1880 e 1890 e outras obras de beneficiação até 1931. Funciona como museu desde 1990, data da última intervenção patrimonial, onde se expõem diversas peças de artes decorativas e mobiliário indo-português (Fernandes 2010b, 543). A Capela de S. Paulo, anexa ao antigo Colégio, recebe esta invocação como comemoração da elevação a administração episcopal da prelazia de Moçambique em 1612 (Figueiredo e Montez 1937, 82).

Capela de São Francisco Xavier

A capela de São Francisco Xavier está conectada com as histórias da peregrinação do santo na sua passagem pela Ilha. Trata-se do episódio, que é recontado na documentação, das pegadas que ficaram marcadas no solo aquando do milagre da passagem do santo para o continente depois de lhe ter sido negada a passagem por um barqueiro. Esta pedra foi, em 1883, levantada como padrão, adicionando-lhe uma cruz de ferro trabalhado. Em 1922 era erigida a presente capela no mesmo local (Figueiredo e Montez 1937, 83). Uma publicação de 1947 mostrava uma singela mesa de altar e moldura em talha no seu interior (*Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique* 1949, 118).

Igreja da Misericórdia

O edifício fica nas traseiras da parede testeira do antigo Colégio de São Paulo, acima de uma escadaria ovalada que destaca particularmente esta fachada que se descobre nos 4 caminhos após caminhar por uma rua relativamente estreita. A Igreja da Misericórdia é um dos monumentos históricos mais característicos da Ilha, apresentando frontaria de dois pisos, igreja e coro. A sua reconstrução é posterior ao incêndio de 1607 provocado pelo ataque holandês à Ilha. Conhece-se um restauro, para sua reabertura, em 1929 (Rufino 1929, 82) e em 1936 ainda existia o alpendre de arcos redondos sobre a fachada, original de 1509, que fora erigido pelo capitão Francisco Pereira (Fernandes 2010b, 544). Quando foi

extinta, em 1915, os bens da Misericórdia passaram para a Beneficência e Escola de Artes e Ofícios (Rufino 1929, 82).

Uma publicação de 1947 mostra o interior da igreja e a parede testeira da Ousia (*Diocese de Nampula...* 1949, 114). Apesar da fraca resolução da fotografia é possível identificar um retábulo de planta plana, em alvenaria alva composto de dois corpos e três tramos, com elementos arquitetônicos de fuste estriado assentes sobre pedestais – que se ocupam do tramo central – e ausência dos mesmos elementos nas ilhargas. A diferenciação entre os dois corpos é interrompida pelo tramo central que se apresenta rasgado com arco pleno. Aqui expõe-se, aparentemente, um trono piramidal. Nas ilhargas, a diferenciação entre o corpo inferior e superior faz-se pelos nichos de alvenaria pintada, ou eventualmente em talha, onde se expõem figuras de vulto perfeito de santos (Fig. 7).

Nos anexos desta igreja funciona hoje o museu de arte sacra, visitado em 1966 por Cagigal e Silva (Silva 1966), onde funcionou outrora um hospital. Entre outros objetos de arte, encontram-se alguns conjuntos de elementos arquitetônicos que terão pertencido a retábulos das igrejas e capelas da Ilha (Fig. 8).

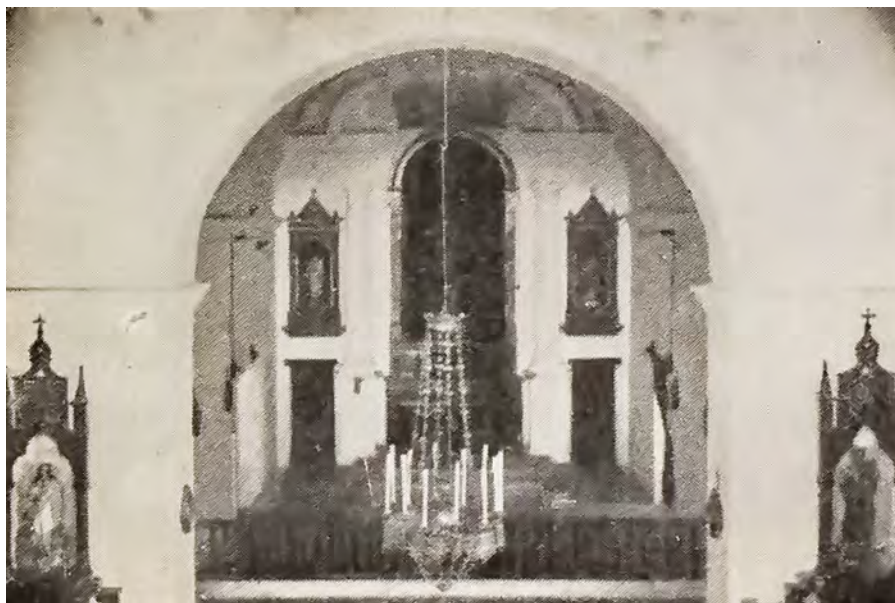


Fig. 7. Retábulo na Igreja da Misericórdia, numa publicação de 1947.

Foto: Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique 1949.

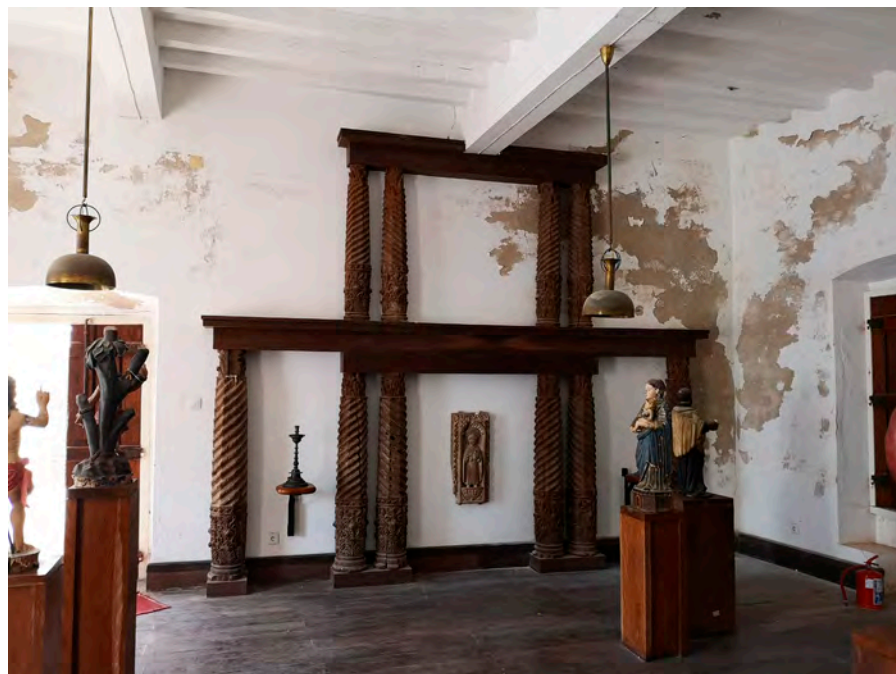


Fig. 8. Museu de Arte Sacra, na Igreja da Misericórdia.

Foto: Mónica Esteves Reis

Convento de São Domingos

O Convento de S. Domingos data da segunda metade do século XVI, e que foi destruído durante o cerco Holandês de 1607. A atual construção é datável do século XVII (tendo alterações de finais do século XVIII), e segunda metade do século XIX, altura em que converteram o edifício para a instalação de vários serviços públicos (quartel em 1826, fábrica de fiação de algodão em 1840, Repartição das Obras públicas em 1875) (Fernandes 2010b, 544).

O espaço é usado, desde 1936, como Tribunal da Comarca (Fig. 9a) e as antigas selas dos frades dominicanos servem de alojamento a funcionários estatais e suas famílias (Fig. 9b). O espaço da antiga igreja conventual, é hoje, uma modesta habitação, precária, montada no espaço do coro alto onde reside uma família de professores (Fig. 9c). O espaço do corpo da igreja e capela-mor, demolida em 1852, é hoje nada mais que um quintal a céu aberto, contando a memória de tempos idos (Fig. 9d).



Fig. 9a. Tribunal, antigo Convento de São Domingos.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 9b. Claustro do antigo Convento de São Domingos.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 9c. Coro alto do antigo Convento de São Domingos, atual residência.

Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 9d. Corpo da Igreja do antigo Convento de São Domingos

Foto: Mónica Esteves Reis

Igreja da Conceição

Em Mossuril está a Igreja da Conceição, edificada, por volta de 1569 e destruída na totalidade em 1585, sendo novamente reedificada por Baltazar Manuel Pereira do Lago, em 1765 ou 1769. É pelo acervo fotográfico, capturado pelo engenheiro Maia Ataíde, na década de 1980, que temos acesso à sua configuração, embora saibamos que nesta imagem a igreja já apresenta os restauros de cerca de 1940-50, executados pelos padres missionários combonianos³, e posterior intervenção de cerca de 1960 por um bispo natural do Açores que ali fez missão. Esta é uma igreja de tipologia similar à da Cabaceira Grande apesar do arco da galilé ser, neste caso, de um único arco frontal, onde assenta o frontão triangular de inspiração serliana. Não se conhecem equipamentos retabulares nesta igreja.

3 «Missionárias Combonianas Em Moçambique», Missionarias Combonianas Mosa, acedido 10 de Julho de 2019, site inativo em 2021, <https://www.missionariascombonianasmosa.com/index.php/mocambique-africa-do-sul?layout=edit&id=112>.

4. A talha indo-portuguesa em Moçambique

Cagigal e Silva assegurou que no “interior da Igreja da Cabaceira está um retábulo de talha dourada indo-português no altar mor” (Silva 1966), o qual, em conjunto com o púlpito da capela do antigo Colégio de São Paulo e o retábulo em talha da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, ambos na Ilha de Moçambique, constituíam, na opinião daquela autora e museóloga, as três mais qualificadas e preciosas peças de arte decorativa em contexto arquitetónico desta região.

Apesar do atual número reduzido, a talha subsistente em Moçambique é testemunho dos hábeis artesãos de Goa e da rica Província do Norte. Não só na Cabaceira, mas também em Angoche (na Igreja de Malatane), e na própria Ilha (na Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Igreja de São Paulo do antigo Colégio da Companhia) se encontram alguns dos mais magníficos exemplares de talha indo-portuguesa.

Igreja de Malatane, em Angoche

A Ousia da Igreja de Malatane tem um retábulo de finais do século XIX (*Diocese de Nampula...* 1949, 164). Este preenche a maior parte da parede testeira da capela-mor. José Meco adianta a hipótese de ter igualmente vindo de Goa (Meco 2010, 303), mantendo-se uma espécie de tradição de fornecimento de equipamento litúrgico para Moçambique, desta região (Fig. 10).

É um exemplar eucarístico, que adota uma tipologia pouco usual (a de um corpo e três tramos) num modelo compositivo bastante frequente (os intercolúnios inscrevem-se entre duas pilastras, uma de cada lado). De madeira entalhada, dourada e pintada de branco, apresenta planta plana. O embasamento, com um só registo, é composto por quatro pedestais com cabeças de serafins alados. No eixo da composição há um sacrário, muito modesto. O corpo é definido por pilastras revestidas por alguns ornatos vegetalistas e com cabeças de serafins por baixo dos capitéis das pilastras interiores. Ao centro sobressai um camarim que interrompe o entablamento, sendo preenchido por um trono piramidal em degraus de execução posterior, que se destinaria à exposição solene do Santíssimo Sacramento. Nos tramos laterais surgem remates vegetalistas e representação de jarros. O entablamento restringe-se aos tramos laterais, estruturando-se o ático a partir da arquivolta plena que remata o camarim. Ao centro destaca-se uma cartela com a representação do Espírito Santo, rematada por uma coroa. Nas ilhargas surgem segmentos de frontões curvos sobre os quais assentam dois anjos, segurando uma palma, e dois *putti* assentes no ático. Não é possível atestar o seu estado de conservação actual (Lameira e Sá 2014, 78-79).



Fig. 10. Retábulo da Igreja de Malatane.
Foto: Lameira e Sá 2014.

Igreja de Nossa Senhora da Saúde, na Ilha de Moçambique

A Igreja de Nossa Senhora da Saúde, fundada em 1633 pelos frades capuchos, está localizada junto ao corpo lateral do Hospital “Novo” (Fernandes 2010b, 544-5). Sofreu várias reconstruções, sem que, no entanto, estas alterassem a sua traça original e a interessante inserção no terreno que a tornam um elemento relevante na estrutura urbana da Ilha (Fig. 11). Durante a vigência dos frades capuchos, que aqui se mantiveram até cerca de 1834, é remodelada em 1801, modernizando-se a fachada no gosto oitocentista classicizante, com frontaria tripartida por um sistema de pilastras e um portal encimado por frontão quebrado, em articulação com um janelão superior. Outros quatro vãos, envolventes, completam o conjunto, que está rematado na cornija por um frontão triangular. Volta a receber obras de beneficiação, em 1879, e novamente em 1899. Em meados do século XX, referia-se que a igreja estava em ruínas e profanada (Figueiredo e Montez 1937, 79).

Terá sido, por volta de 1801, que se dá a passagem para este local, do presente retábulo (Fig. 12). Ocupa grande parte da parede testeira da capela-mor. Foi embarcado em Goa, em 1802, por Joaquim do Rosário Monteiro, comerciante de escravos e desembargador de alfândega aquando das obras de reconstrução da igreja do que foi benfeitor. Desconhece-se o local de proveniência original, sendo provavelmente de uma igreja da cidade de Baçaim e é datável de finais do século XVII/princípios do XVIII. É possível atribuir o risco a um clérigo local e o entalhe a profissionais

canarins também residentes nesta última cidade. É um exemplar devocional a um só tema, que adota a tipologia mais frequente (a de corpo único e um só tramo) e um modelo compositivo igualmente muito usual (o intercolúnio inscreve-se entre colunas triplas, sendo a central mais saliente do que as duas restantes). Como especificidades apontam-se o perfil contracurvado do friso que remata o intercolúnio e as duas imagens em relevo escultórico que delimitam o nicho do ático.

De madeira entalhada e predominantemente dourada, apresenta planta mista. No banco há seis pedestais decorados com ornatos vegetalistas, mantendo-se esta ornamentação no painel intermédio. O corpo é delimitado por colunas torsas com sete espiras com diferenciação do imoscapo; a garganta do fuste é preenchida por parras e cachos de uvas. O nicho central é delimitado por triplo emolduramento, integralmente decorado. O entablamento restringe-se aos elementos arquitetónicos, sendo o espaço central preenchido pela cabeça do Senhor em relevo escultórico, integrada num frontão curvo assente em dois segmentos contracurvados. O ático assenta num embasamento, destacando-se ao centro um pequeno nicho, idêntico ao anterior, rematado por um frontão decorado com elementos vegetalistas. Nas ilhargas surgem duas representações, em relevo escultórico, de São Francisco e São Domingos, delimitados por dois frisos curvos, sobre os quais assenta uma grinalda de frutos. O retábulo encontra-se em razoável estado de conservação (Lameira e Reis 2019, 104-5; Lameira e Sá 2014, 54-55; Meco 2010, 301; Pereira 1966, 94-95; Lobato 1966, 76; Dias 2014, 85) (Fig. 13).



Fig. 11. A Igreja de Nossa Senhora da Saúde, na Ilha de Moçambique.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 12. Retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Saúde.
Foto: Mónica Esteves Reis

Igreja de São Paulo, na Ilha de Moçambique

Destacam-se igualmente os equipamentos retabulares do antigo Colégio dos Jesuítas quer pela imaginária híbrida no púlpito como pela qualidade do retábulo da ousia. Vários autores como Pedro Dias (2014), José Meco (2010, 301) e João Canha e Sá (Lameira e Sá 2014, 54-55) avançaram a execução deste retábulo por artistas goeses presentes ou na Ilha de Moçambique ou mesmo em Goa. Uma análise à parede testeira da Ousia permite-nos afirmar, com certeza, que este retábulo não foi efetivamente executado para o espaço em que se insere atualmente, ajudando a confirmar a informação veiculada pelos autores citados. Esta apresenta vestígios de antigos travamentos que não coincidem com os travamentos que atualmente suportam o retábulo, denunciando assim a existência de um retábulo anterior ao atual (Fig. 13).

O retábulo atual ocupa a maior parte da parede testeira da capela-mor e foi mandado executar a artistas canarins por religiosos da Companhia de Jesus em Goa no segundo quartel do século XVIII. É um retábulo eucarístico em talha dourada, de planta plana, composto por banco, dois corpos com três tramos, e

ático. O retábulo comporta oito nichos para colocação de equipamento litúrgico e figuras de vulto. É um exemplar de talha indo-portuguesa barroca, com colunas torsas de seis espiras, aos pares, apresentando grinaldas de flores nas gargantas. O embasamento em alvenaria restringe-se ao banco e afasta-se do corpo do retábulo, incorporando um espaço com degraus nas ilhargas para acesso ao nível do nicho central. No corpo inferior, o tramo central, rematado por um arco de volta perfeita, apresenta uma tribuna que está oculta, por falta de espaço da parede testeira, demonstrando-se assim mais uma evidência da importação deste retábulo para este espaço. Aqui se exporia um tabernáculo, no entanto, está atualmente uma prancha de madeira com douração e a exposição de um Cristo Crucificado. Os tramos laterais são limitados por pares de colunas torsas com uma nova dinâmica rítmica, em que as voltas se desenvolvem no sentido inverso. Curiosamente, observando-se de perto este mesmo sentido rítmico, denota-se que uma das colunas – a do tramo inferior do lado do Evangelho – foi trocada por uma das colunas do tramo central do segundo corpo, erro que se deve à assemblagem incorreta do retábulo neste local, pelo menos antes de 1947, dado que a fotografia mais antiga deste retábulo, que se conhece publicada, já apresenta esta incorreta assemblagem (*Diocese de Nampula...* 1949, 123). O entablamento do primeiro e último corpo é contínuo. Sobre o segundo entablamento está o ático, rematado por palmeta, cornucópias, e um nicho em cada ilharga. No centro desenvolve-se o trigrama da Companhia e frontão curvo interrompido. O retábulo está em bom estado de conservação (Fig. 14).

O púlpito desta igreja é uma obra incontornável (Fig. 15). Este é certamente original deste espaço e terá sido executado ao mesmo tempo que o retábulo que outrora ocupava a parede testeira desta igreja. No inventário HPIP, é indicado que “o púlpito e o altar-mor, de gosto indo-português, [são] idênticos aos da Sé de Damão” (Fernandes 2010b, 543). Embora a morfologia do púlpito, no que respeita ao número de tramos e à forma geométrica que assume, este é um exemplar Protobarroco de meados do século XVII, sendo que o de Damão é um exemplar Barroco de meados do século XVIII. No que respeita ao retábulo a situação é idêntica: o da Ilha é notoriamente de influência goesa enquanto que o de Damão é do tipo da Província do Norte, com uma talha mais gorda, mais protuberante (Reis 2007b, 271-98; Lameira e Reis 2019, 110 e 111). Foi mandado executar pelos padres da Companhia na primeira metade do século XVII, desconhecendo-se, no entanto, a identidade dos autores, seguramente entalhadores sediados em Goa. É composto de madeira entalhada e policromada, apresentando planta poligonal e caixa ou cálice, saco e sobrecéu. O saco, em forma de taça rematada por pináculo, inscreve lóbulos, que, são demarcados por um dragão em cada aresta e ornamentados por imaginária de notação oriental nas suas faces octogonais. A

caixa é composta por sete tramos, delimitados por colunas com o imoscapo diferenciado, e elementos arquitetónicos com fuste estriado. Cada tramo apresenta nichos com imagem em alto-relevo de santos assentes em mísulas. O sobrecéu tem planta octogonal, avultando na face inferior lavra vegetalista de feição asiática. Apesar de faltar o espaldar, encontra-se em razoável estado de conservação.



Fig. 13. Intradorso do retábulo da Ousia da Igreja de São Paulo.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 14. Retábulo da Igreja de São Paulo, na Ilha de Moçambique.
Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 15. Detalhe do púlpito na Igreja de São Paulo, na Ilha de Moçambique.
Foto: Mónica Esteves Reis

Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabaceira Grande

A aproximação à Cabaceira por via marítima, desde a Ilha de Moçambique, é feita pela parede testeira da capela-mor, ou seja, pelas traseiras do edifício religioso. Será por isso que, quando volteamos até à fachada somos surpreendidos pela galilé avançada e com duas torres sineiras, erigida sobre a parte frontal do alpendre, decorada com relevos de inspiração indo-portuguesa tal como os que se encontram, por exemplo, nas igrejas da região de Baçaim (Fernandes 2010a, 529-30). Foi inicialmente erigida, em 1579, pelo governador D. Pedro de Castro e com a invocação original de Nossa Senhora do Rosário. Apresenta planta retangular constituída por nave e capela-mor e nártex. A sacristia é adossada ao corpo da igreja do lado do Evangelho.

É na capela-mor que vamos encontrar, segundo Cagigal e Silva (1966), “um retábulo de talha dourada indo-português no altar mor” (Fig. 16). Este retábulo, de madeira entalhada e predominantemente dourada, com planta mista, foi mandado executar pelo Vigário paroquial, da Ordem Dominicana, e importado de Baçaim, antes de 1739, aquando da ocupação Marata naquela região. O retábulo ocupa grande parte da parede testeira da capela-mor e tanto risco como entalhe pode ser atribuído a profissionais canarins residentes na capital da Província do Norte. Este exemplar é devocional a um só tema, adotando a tipologia

mais frequente nessa região (a de corpo único e um só tramo) e um modelo compositivo igualmente muito usual, em que o intercolúnio inscreve-se entre colunas triplas, sendo a central mais saliente do que as duas laterais.

Na lista de especificidades aponta-se o perfil enviesado dos pedestais do banco, apesar de o entablamento ser plano (Fig. 17). Esta é uma característica típica dos retábulos da Província do Norte, atestado, por exemplo, nos retábulos das igrejas de Damão e Taná (Reis 2007a; Reis 2007b; Reis 2019, 481-503). São igualmente especificidades, o frontão curvo, assente em segmentos contracurvados, que remata o intercolúnio central e as duas representações em relevo escultórico que delimitam a edícula do ático.

Acima da mesa do altar surge uma banqueta e ao centro um sacrário individualizado, coevo do retábulo. No banco há seis pedestais de secção poligonal que suportam colunas torsas com sete espiras diferenciadas no terço inferior e com o resto do fuste totalmente preenchido por ornatos vegetalistas e flores diversas. Ao centro destaca-se um nicho, delimitado por pilastras e uma arquivolta plena, onde está colocada a representação escultórica do orago. Sobre o entablamento contínuo desenvolve-se o ático. Este último assenta num embasamento, em cujo eixo surge uma figura em relevo escultórico, inscrita num frontão curvo assente em segmentos contracurvados. No centro do ático há uma edícula, delimitada por colunas triplas, idênticas às anteriores, entablamento contínuo e frontão composto por elementos vegetalistas. Nas ilhargas surgem duas representações em relevo escultórico, eventualmente São Francisco e São Domingos, inseridas em dois óvulos, delimitadas por frisos curvos, sobre os quais corre uma grinalda de frutos. O retábulo encontra-se em razoável estado de conservação, no entanto, as condições em que se encontra a cobertura da igreja convidam a uma rápida deterioração⁴ (Fig. 18).

4 Análise efetuada no local, em Novembro de 2018, aquando da missão exploratória integrada no XV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Lameira e Reis 2019, 132-33.



Fig. 16. Retábulo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabaceira Grande.

Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 17. Detalhe dos pedestais no Retábulo de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabaceira Grande.

Foto: Mónica Esteves Reis



Fig. 18. Cobertura na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabaceira Grande.

Foto: Mónica Esteves Reis

5. Em nota de conclusão

Apesar de existir uma produção retabular diferenciada no restante território Moçambicano, é provável que na Ilha e territórios vizinhos não se tivesse formado uma tradição escultórica sustentável, pelo facto da regularidade e proximidade das carreiras comerciais com a Índia proporcionarem a importação de retábulos e/ou mão-de-obra, por isso, os retábulos da Cabaceira e Ilha são inequivocamente goeses e nortenhos (da Província no norte, entenda-se). É provável que estes tenham existido em maior número, no entanto, e à semelhança do que acontece no território Indiano, a preservação patrimonial deste tipo de equipamentos litúrgicos apresenta desafios que estão relacionados com a passagem do tempo, a intervenção não especializada, o roubo, o vandalismo, entre outros.

Estes monumentos e lugares históricos estão a grandes distâncias dos centros de poder da Moçambique atual. Chegar à Ilha implica viagens de várias horas em vários métodos de transporte com as vias de acesso em razoáveis condições. Do mesmo problema padece Mossuril, Cabaceira Pequena e Cabaceira Grande. As autoridades governamentais locais referem as dificuldades de acesso rodoviário às diferentes regiões, condicionando o desenho de planos de intervenção para a restauração dos equipamentos culturais.

Em resposta à classificação de Património da Humanidade em 1991⁵, o governo da Ilha de Moçambique tem procurado acatar as recomendações na tentativa de impedir a degradação do património edificado e melhorar as condições de habitabilidade. No relatório de 2012, reconheceram-se os esforços e consideráveis progressos realizados, no entanto, a opinião de quem *vive a Ilha* é de que nada ou pouco mudou desde a sua classificação (Jopela 2015, 38).

Entre 2011 e 2012, a Ilha de Moçambique integrou uma das cidades piloto para a aplicação do conceito “Historic Urban Landscapes [HUL]”⁶, com o objetivo de explorar os impactos dos padrões de desenvolvimento e decretos legislativos sobre a integridade do património mundial vigentes desde 1985. Este workshop⁷ serviu de base de diálogo para as partes interessadas, quer a nível administrativo, como na identificação de representantes da comunidade e instituições parceiras,

5 Mozambique World Heritage Site: <https://whc.unesco.org/en/list/599>.

6 Ver documento “HUL: Historic Urban Landscape approach explained” na página da UNESCO, no sítio em linha <https://whc.unesco.org/document/123441>

7 Entre os parceiros nesta iniciativa, para além da UNESCO World Heritage Centre, estiveram a Eindhoven University of Technology (Holanda), University of Minnesota (USA), Universidade Lúrio (Moçambique), Ministério Nacional do Património Cultural de Moçambique, Gabinete de Conservação do Conselho Municipal da Cidade de Ilha de Moçambique (GACIM), Ministério da Cultura. Consultar o blog da iniciativa “GOHUL – Global Observatory Historic Urban Landscape”, no sítio em linha <https://go-hul.com/2018/02/20/island-of-mozambique-mozambique/>.

com o intuito de elaborar um plano de ação para as atividades urgentes, bem como melhorar o intercâmbio de informações, comunicação e coordenação sobre a gestão de conservação da ilha. De acordo com o conceito «HUL», pretende-se integrar tanto os objetivos de conservação do património urbano como os de desenvolvimento social e económico. Este método reconhece o património urbano como um ativo social, cultural e económico para o desenvolvimento de cidades. Nesta abordagem, para além da preservação da sua envolvente física, concentram-se atenções na envolvente humana, nas suas qualidades tangíveis e intangíveis. O conceito procura aumentar a sustentabilidade das intervenções de planeamento e conceção, tendo em conta o edificado existente, o património imaterial, a diversidade cultural, os fatores socioeconómicos e ambientais, juntamente com os valores das comunidades locais.

Entre os resultados desta iniciativa entendeu-se que a falta de recursos financeiros, infraestruturas inadequadas, a fraca capacidade institucional para a gestão da conservação e uma baixa consciencialização para a conservação entre a população local, contribuíram para a degradação e a má conservação do património edificado da Ilha (Jopela 2013, 92-95). Um dos projetos externos que, de alguma forma contribuíram no sentido da sensibilização da população local foi, por exemplo, as Oficinas de Muhitipi que decorreram em 2017, uma iniciativa da cátedra Unesco “Patrimónios de Influência Portuguesa” e da Universidade Lúrio⁸. O projeto “teve como pedra de toque estudar o impacto da instalação da Universidade Lúrio na Ilha, com a criação da nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e ensaiar formas de o potenciar em prol do desenvolvimento integrado desse território”⁹.

Os vários relatórios que a UNESCO tem vindo a produzir sobre a Ilha de Moçambique, enquanto Património da Humanidade, dão conta de vários impedimentos em diversos tipos de ameaça na preservação patrimonial, desde desastres naturais, tal como aconteceu na passagem do ciclone Nadia em 1994, ou a degradação geral, a falta de infraestruturas de habitabilidade, desde saneamentos básicos e sistemas de fornecimento de água, particularmente na cidade Macuti. A juntar a estas preocupações não existem estruturas regulatórias ou medidas corretivas em número suficiente, bem como a coordenação de partes interessadas é inexistente. À falta de recursos humanos juntam-se a falta de meios financeiros e técnicos e a compreensão do valor patrimonial. No último relatório, datado de

8 O relatório das Oficinas de Muhitipi está disponível para consulta no sítio em linha: http://www.patrimonios.pt/wppt/wp-content/uploads/2017/09/PIP_Oficinas_Muhipiti_2017-07_relatorio_final.pdf.

9 «Projetos de Investigação Concluídos», acedido 13 de Julho de 2018, <http://www.patrimonios.pt/projetos-de-investigacao-concluidos/>.

2018, apontavam-se o elevando número, e com tendência para aumentar, de edifícios colapsados ou extremamente dilapidados. De mencionar que esta observação tem sido repetida em todos os relatórios da Unesco, pelo menos desde 2006¹⁰.

Bibliografia

- ANTUNES, Luis Frederico Dias. 2006. “A Ilha de Moçambique na segunda metade do século XVII.” *Anais de História de além-mar* 7: 197-212.
- BARBOSA, Duarte, e Augusto Reis Machado. 1946. *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- CARREIRA, Ernestine. 2014. *Globalising Goa (1660-1820): change and exchange in a former capital of empire*. Goa, India: Goa 1556.
- DIAS, Pedro. 2014. *A Talha Indo-Portuguesa*. Porto: Amigos do Museu Nacional Soares dos Reis – Circulo Dr. José de Figueiredo.
- DIOCESE de Nampula: Niassa-Moçambique. 1949. Lisboa: Agência Geral das Colónias (coleção Esforço Missionário Português).
- FERNANDES, José Manuel. 2010a. “Cabaceira Grande, Cabaceira Pequena e Mossuril (Nampula).” In *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, coord. Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes, 529-31. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, José Manuel. 2010b. “Ilha de Moçambique (Nampula).” In *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, coord. Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes, 538-45. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FIGUEIREDO, Capitão António S., e Tenente Carvalho Montez (eds.). 1937. “Igrejas e Capelas de Moçambique.” *Moçambique: Documentário trimestral* 10: 57-84.
- JOPELA, Albino. 2013. “The Historic Urban Landscape and the Conservation and Management of the Island of Mozambique World Heritage Site.” In *Swahili Historic Urban Landscapes. Report on the Historic Urban Landscape Workshops and Field Activities on the Swahili Coast in East Africa 2011-12*, ed. Ron Van Oers e Sachiko Haraguchi, 92-95. Paris: UNESCO.
- JOPELA, Albino. 2015. “Conserving a World Heritage Site in Mozambique: Entanglements between Politics, Poverty, Development and Governance on the Island of Mozambique.” In *Urban Heritage, Development and Sustainability. International Frameworks, National and Local Governance*, ed. Sophia Labadi e William Logan, 37-56. Londres e Nova Iorque: Routledge (*Key Issues in Cultural Heritage*).

10 Desde 2006 já foram produzidos 9 relatórios. Consultar sítio em linha: https://whc.unesco.org/en/soc/?action=list&id_site=599.

- LAMEIRA, Francisco, e João Rogério Canha Sá. 2014. *Retábulos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve e Região de Turismo do Algarve (Promontória Monográfica – História da Arte 6).
- LAMEIRA, Francisco, e Reis, Mónica Esteves. 2016. *O Retábulo no Estado de Goa*. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve (Promontória Monográfica – História da Arte 12).
- LAMEIRA, Francisco, e Reis, Mónica Esteves. 2019. *Retábulo na Província do Norte. Baçaim, Damão e Diu*. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve (Promontória Monográfica – História da Arte 18).
- LOBATO, Alexandre. 1966. *Ilha de Moçambique. Panorama Estético*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- LOBATO, Manuel. “A ilha de Moçambique antes de 1800.” *Oceanos* 25: 10-26.
- MECO, José. 2010. “A Talha Indo-Portuguesa.” In *Actas do 2º Colóquio de Artes Decorativas*, Vol. 1, 293-309. Lisboa: ESAD.
- PEREIRA, Alberto Feliciano Marques. 1966. *A Arte em Moçambique*. Lisboa: Edição do autor.
- REIS, Mónica Esteves. 2007a. “O retábulo da Companhia de Jesus – Damão e Diu.” Dissertação Final de Licenciatura, Universidade do Algarve.
- REIS, Mónica Esteves. 2007b. “O retábulo indo-português de Damão e Diu.” *Promontória: Revista da Universidade do Algarve* 5: 271-98.
- REIS, Mónica Esteves. 2009. “O Retábulo Indo-Português e a miscigenação Iconográfica.” In *Actas do 3º Colóquio de Artes Decorativas*, 263-74. Lisboa: FRESS.
- REIS, Mónica Esteves. 2010. “Retable art in India-its importance, the empathic apathy and the future.” In *2nd International Conference on Heritage and Sustainable Development*, II, 1129-40. Évora: Greenlines Institute.
- REIS, Mónica Esteves. 2012. “A Talha Goesa: Inovação Artística nos Séculos XVII e XVIII.” In *Goa: Passado e Presente*, ed. Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, vol. I, 369-83. Lisboa: CEPCEP e CHAM.
- REIS, Mónica Esteves. 2016. “De Portugal para a Índia. O Percurso da Arte Retabular na antiga Província do Norte e em Goa. Inventário Artístico do Taluka de Tiswadi.” Tese de doutoramento, Universidade do Algarve.
- REIS, Mónica Esteves. 2019. “The Retable Art from Goa and the Ancient North Province: Proximity and Singularities.” In *India, the Portuguese and Maritime interactions*, ed. Pius Malekandathil, Lotika Varadarajan e Amar Farooqui, II: Religion, Language and Cultural Expressions, 481-503. New Delhi: Primus Books.
- REIS, Mónica Esteves. 2020. “Artistic and cultural values in the churches of Diu: reflections on its architecture, iconography, and artistic processes.” *Asian review of World Histories* 8(2): 255-272.

- RUFINO, José dos Santos. 1929. *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, vol. 7. Lourenço Marques: J. S. Rufino.
- SILVA, Maria Madalena Cagigal e. 1966. "Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr.^a Maria Madalena Cagigal e Silva," Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa), *Arquivo do Serviço de Cooperação*, Processo 01891.

A urbanização da ilha de Moçambique a partir das fortificações militares

MOISÉS TIMBA

Universidade Eduardo Mondlane

Introdução

O presente artigo tem como objectivo explicar o surgimento do núcleo urbano da Ilha de Moçambique, entre os séculos XVI e XIX, a partir das fortificações militares construídas na Ilha de Moçambique. O artigo tem como ponto de partida a concepção de que a ocupação da costa sul oriental da região, actualmente chamada de Moçambique, e sua urbanização, foi feita com a construção de fortificações militares na costa, erguidas dentro de um contexto da história da expansão europeia e da procura do caminho marítimo para as Índias.

A Ilha de Moçambique foi a primeira cidade capital do então território chamado de Moçambique e foram nela construídas fortificações no espaço envolvente, que deram lugar a uma urbe que foi a primeira cidade qualificada de capital de Moçambique pelos portugueses. Nela foi ainda construída a maior fortaleza portuguesa na costa oriental, a fortaleza de São Sebastião. As fortificações militares na costa sul oriental africana são enquadradas numa perspectiva defensiva e comercial (Botelho 1934; Góis 1949: VIII; Lima 1966, 11; Mendes 1979, 5; Melo 2013, 72), e que posteriormente, nos espaços envolventes, deram lugar a centros urbanos.¹

1 Refiro-me a centros urbanísticos porque considero que a urbanização nas regiões em estudo passou por várias fases de desenvolvimento. A Ilha de Moçambique foi um centro comercial que antes da influência portuguesa teria sido palco da influência de mercadores asiáticos,

Pelo facto de haver poucas referências que analisam o surgimento urbano a partir de ocupações militares portuguesas e com vista a compreender o fenómeno que explica o processo de urbanização com base nas fortificações militares, numa perspectiva da ocupação e colonização portuguesa em Moçambique, debruço-me aqui sobre este tema.

Na minha reflexão e com base na pesquisa bibliográfica procuro responder à seguinte pergunta de partida: Como explicar a ocupação, fortificação e transformação da Ilha de Moçambique em centro urbano, no espaço envolvente à Fortificação de São Sebastião, a partir do início do século XVI? Com vista a responder à questão de partida, analiso o período da expansão europeia, para compreender o cerne da ocupação da costa africana, as motivações comerciais com a costa, a resistência ou rivalidades com os árabes e as transformações urbanísticas da Ilha em núcleo urbano ancorado à Fortaleza de São Sebastião.

Da expansão europeia à ocupação da costa

Os primeiros relatos da passagem dos portugueses na Ilha de Moçambique remontam aos finais do século XV e, num contexto da expansão portuguesa, a procura do caminho marítimo para as Índias (Pereira 1966, 15).

O avanço tecnológico na área de navegação da marinha portuguesa e o desejo de conquistar e alargar a extensão territorial fez com que Portugal iniciasse a expansão, que culminaria com a ocupação da costa oriental africana. O desejo de controlar o comércio, afastar a concorrência muçulmana e reduzir a influência da sua religião islâmica em prol do catolicismo, são questões que se associaram às viagens de expansão marítima. A expansão portuguesa às Índias visava adquirir matérias-primas a serem comercializadas nos mercados europeus. Por tanto, o comércio é um factor fundamental que explicou a expansão da marinha portuguesa.

Além do comércio, havia desejo de criar um vasto império colonial. Para a materialização desse desejo ao longo da costa do Oceano Índico, é de destacar o papel de D. Francisco de Almeida e Afonso Albuquerque, que defendiam a necessidade de dominar os pontos estratégicos e de apoio ao longo do Oceano Índico. Para controlar e materializar esse desejo os portugueses resolveram: “Construir pontos de apoio em lugares estratégicos que permitissem não só dominar o mar e impedir as movimentações navais e comerciais do Oriente [...] mas também

desde os séculos IX/X. Teriam sido os árabes-swahilis que teriam iniciado e desenvolvido as actividades comerciais, atraindo diversos grupos para aquele espaço, criando de certa forma um certo povoamento (Serra 2000, 22-23).

canalizar o comércio no interior das terras para as linhas comerciais portuguesas [...] e transformá-los em entrepostos comerciais marítimos de grandes zonas geográficas” (Brandão 1989, 159).

É dentro deste contexto mercantil que surgem os primeiros contactos da ocupação da costa. A passagem de Vasco da Gama em 1498 pela costa de Inhambane marcou o primeiro contacto com a região no nosso território, como ponto de apoio à Índia. “A costa africana era ambicionada porque era bastante lucrativa, os que iam ao Ocidente voltavam de mãos vazias e os do Oriente com mãos carregadas de ouro, escravos, malagueta, marfim... e outros produtos” (Pereira 1966, 155).

A ocupação da costa por meio de fortificações militares visava garantir a defesa efectiva dos portugueses contra as rivalidades comerciais com os comerciantes muçulmanos que vinham controlando esta actividade, ameaçados pelo desejo monopolista dos portugueses. O destino das embarcações portuguesas era o alcance das Índias, mas tal passava por ocupar lugares estratégicos ao longo da costa. As regiões estratégicas da costa já haviam sido ocupadas pelos mercados muçulmanos/árabes, que exerciam a sua influência comercial desde o século IX (Serra 2000, vol. I, 22-23). Se a costa estava ocupada, os projectos portugueses de se apoiar nela para alcançar os mercados indianos estavam ameaçados, em virtude dos pontos de apoio da mesma estarem ocupadas pelos árabes. As rivalidades religiosas associaram-se às comerciais e justificaram a necessidade de guerrearem contra estes, afim de garantir a conquista dos novos territórios. O uso da força por meio de posições defensivas ganhou corpo.

Marques (1966, 89) considera que isso se deveu ao tipo de navegação marítima, aproximada à costa, que conferia maior segurança às embarcações em caso de mau tempo. Era uma estratégia de segurança. A maioria da navegação fazia-se quer ao longo da costa ou a escassos dias da distância, para que a linha da costa estivesse sempre como referência precisa. Assim não constitui surpresa que a costa fosse o ponto inicial de contacto e de ocupação.

Para Rocha (2006, 21) as dificuldades de penetração para o interior do continente, numa fase inicial da ocupação, e as resistências encontradas das comunidades locais, fê-los ocupar a costa que servia como ponto de apoio estratégico. A descoberta da abundância de recursos para o abastecimento dos mercados europeus e outros continentes despertou o desejo de fixação e ocupação nos novos territórios. O comércio lucrativo do ouro e outros produtos despertou novos objectivos. Foram fortificadas as regiões ocupadas e fixados os entrepostos comerciais. Foi precisamente onde havia entrepostos comerciais os primeiros pontos costeiros fortificados. No caso da região de Sofala, onde foi construída a primeira fortificação portuguesa, o comércio de ouro era uma das actividades

dominantes e era controlado pelos muçulmanos, que ofereceram resistência a sua saída. Recorreu-se ao poderio militar para afastá-los do controlo da actividade comercial (Lobato 1954, 75).

Além do desejo de controlo comercial português a sua permanência obrigatória estava relacionada com a dependência dos ventos monçónicos. Estes conduziram que houvesse períodos longos de permanência na costa até ao aparecimento de ventos favoráveis para a continuação das viagens. Portanto, as motivações comerciais, o tipo de navegação apoiada à costa, a dependência dos ventos, rivalidades com os árabes ao longo da costa oriental africana e o desejo de expansão do império colonial português reforçaram a necessidade de fortificação desta costa para o alcance das ambições portuguesas que passavam pela ocupação dos novos territórios (Lobato 1954, 77).

As primeiras fortificações na costa de Sofala

A primeira fortaleza construída na costa foi a de São Caetano de Sofala, por Pêro de Annaia em 1505, movida por interesses comerciais e da necessidade de garantir pontos estratégicos seguros na costa. Esta foi construída com o objectivo de controlar o comércio de ouro (Lobato 1954, 53-92).

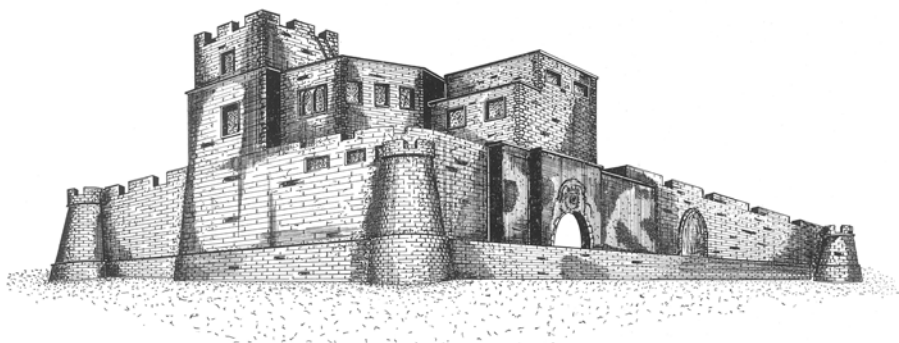


Fig. 1. Gravura da Fortaleza de São Caetano em Sofala (Pereira 1966, 160).

Devido a abundância do ouro, da necessidade da sua exploração e do seu controlo, os portugueses montaram a sua administração sediada em Sofala, tendo aí sido designado um Capitão Geral. Sofala era um lugar estratégico para as ambições dos portugueses. Satisfeitas as ambições de ocupação e exploração de Sofala, os portugueses avançaram a procura de outros pontos mais estratégicos

e seguros na costa, que facilitassem o acesso às Índias. A ilha de Moçambique, localizada junto à entrada da Baía de Mossuril, oferecia essas condições geográficas ideais procuradas pelos portugueses, daí que logo foi fortificada a partir de 1507 (Pereira 1966, 169).

Para Quirino de Fonseca, antigo membro da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, criada nos princípios da década 40, a Ilha de Moçambique foi ocupada por possuir o melhor porto de Moçambique no século XVI: “Neste porto severo e de bons fundos, não só se refrescam as guarnições, como também os navios eram reparados, revistos e providos do necessário, antes de prosseguirem viagem para o Oriente e à pátria, onde pelo caminho se sujeitavam por vezes, aos mais tempestuosos mares” (Montez 1965; Mota 1973).

A ilha de Moçambique, como destino das embarcações que iam à Índia, funcionou como ponto de trânsito, garantiu a protecção e manutenção das embarcações que ali passavam. Como corolário foram surgindo construções defensivas no espaço envolvente à Ilha. Assim como na região de Sofala, a influência dos ventos monçónicos determinaram a fixação portuguesa na região e a gradual ocupação do território.

A Fortificação da Ilha de Moçambique

A ocupação da Ilha de Moçambique como ponto de trânsito sucedeu à ocupação de Sofala nos princípios do século XVI (Lobato 1954, 77). Com a descoberta da Baía de Mossuril, que estrategicamente oferecia melhores condições de segurança, Sofala começou a perder a sua importância. O seu abandono deveu-se dentre várias razões, como a sua desfavorável localização geográfica, sujeita a rajadas ciclónicas e de difícil navegação (Macieira 2007, 18). A Ilha de Moçambique era mais estratégica que Sofala, com melhores condições de segurança e facilidade de ligação com a costa asiática, transformando-se em ponto preferencial de ocupação portuguesa na costa oriental africana.

Mais ainda, a localização da Ilha num rochedo e a decisão da sua fortificação, através da Torre de São Gabriel, junto à entrada da baía de Mossuril, marcou a fase da ocupação militar da Ilha, determinante para a sua posterior ocupação efectiva nos períodos subsequentes. Assente em uma rocha e em contacto com o mar, conferia-lhe uma posição privilegiada de defesa eficiente contra os ataques inimigos por mar (Pereira 1966, 169).

A Torre de São Gabriel foi a primeira fortificação construída na Ilha a partir de 1507 no extremo nordeste. Antes da Torre faz-se referência à existência da Erminda de Nossa Senhora do Baluarte, como parte das primeiras construções defensivas portuguesas na região. A Torre foi construída por Vasco de Abreu

e Duarte de Melo a Norte da Ilha. Esta fortificação, segundo a descrição de Macamo (2014, 58) “tinha um cerco e visava albergar os nobres portugueses que vinham de Portugal na sua passagem para as Índias obrigados a pousar devido ao regime ds ventos”.



Fig. 2. Ilha de Moçambique, no *Lyvro de plataforma das fortalezas da Índia* (c.1612-c.1635)

Se os navios saídos de Lisboa se atrasassem, perdiam o regime de ventos de monção de verão, o que os impedia de chegar à Índia e os obrigava a invernar na baía de Mossuril (defendida pela Ilha) durante longos meses, até à aproximação do verão e da mudança da monção. A Torre de São Gabriel, assim como as demais fortificações construídas na costa, além da função defensiva, serviam como estabelecimentos comerciais, onde variados produtos comerciais eram transacionados.



Fig. 3. Foto do Fortim de São Lourenço na Ilha de Moçambique. © Autor, 2017.

As Ilhotas que existiam na Ilha também foram fortificadas, pois deviam garantir a sua defesa integrada. Foi o caso da Ilha de Goa ou de São Jorge e de S. Tiago, que serviram para a protecção da Ilha através das suas posições defensivas (Fernandes, Janeiro e Neves 2008, 105).

Não respondendo eficazmente à sua função defensiva a Torre de São Gabriel deu lugar à construção da Fortaleza de São Sebastião em 1542, no extremo norte da Ilha. Sob influência dos modelos de construções italianos, o projecto da Fortaleza e sua construção foram atribuídos a Miguel de Arruda, então mestre-de-obras de fortificações. Este teria construído a fortificação sob os alicerces da Ermida da Nossa Senhora de Baluarte (Mano, 1939, 112; Montez 1973, 60).

No último quartel do século XVI, além da Fortaleza de São Sebastião, no extremo sul oriental (fig. 4), foram construídas outras posições defensivas. Em 1587 o Forte e Igreja de Santo António, e nos finais do século XVI a Erminda de Nossa Senhora da Saúde e, por fim, em 1588 o Fortim de S. Lourenço, para proteger o canal de acesso ao porto Sul da Ilha (Macamo 2014, 42).



Fig. 4. Planta da Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique (Macamo 2014, 12)

Olhando para a distribuição das fortificações da Ilha no século XVI é compreensível que quase toda a Ilha estava cercada com posições defensivas antes do desenvolvimento urbanístico ou do povoamento efectivo da mesma. O maior destaque nesta imagem é para a Fortaleza de São Sebastião na ponta da Ilha, que substituiu a Torre de S. Gabriel, onde o povoamento inicial começou a desenvolver-se.



Fig. 5. Mapa representativo das posições fortificadas na Ilha de Moçambique no séc. XVI. © Direcção Nacional de Cultura 2017.

A urbanização da Ilha de Moçambique

Fortificada a Ilha de Moçambique até finais do século XVI, que elementos estão associados com a sua transformação em centro urbano? Pretendo aqui analisar o contexto que explica como é que o espaço envolvente à fortificação de São Sebastião se transformou em urbe. O espaço envolvente, segundo o Arq^o. Hougaard,² “não é só a área próxima da fortaleza mas de facto a ilha toda. A ilha toda deve, num certo modo, ser vista como uma cidade fortificada, não só pela Fortaleza de S. Sebastião, mas pelas condições geográficas completadas pela fortaleza e os fortins” (Jens Hougaard, comunicação pessoal, 23.05.2018).

Fortificada a Ilha de Moçambique até finais do século XVI e sendo a sua função actuar como ponto de trânsito, esta começou a registar um processo de povoamento no espaço envolvente as fortificações. A Fortaleza de São Gabriel ou Torre Velha é referenciada com uma das primeiras construções portuguesas com funções defensivas e comerciais, utilizada pelos primeiros contingentes militares. Após a Torre de São Gabriel, os Conventos de São Paulo e São Domingos são consideradas as duas primeiras construções não militares que foram também erguidos em terrenos grandes, que segundo o Arq. Hougaard, fizeram parte da primeira urbanização, em volta da Torre de São Gabriel, com plano urbano em grelha. Para Hougaard as fortificações erguidas explicam apenas uma parte das transformações urbanísticas na Ilha. Isto é, na fase inicial da ocupação (vide a Fig. 2), compreendida entre os séc. XVI-XVII.

As fortificações controlavam as entradas para a baía, e como a costa da Ilha virada pela baía era o flanco vulnerável a ataques, defendiam assim toda a Ilha. A Torre Velha [primeira fortificação erguida] foi construída exactamente onde há as melhores condições para a entrada de embarcações, e assim determinou a localização dos conventos, que possivelmente funcionaram como feitorias, mas não protegeu a entrada para a baía. Com a construção da Fortaleza de S. Sebastião já houve controlo da entrada para a baía, mas foi importante ter um terreno baldio entre a Fortaleza e a cidade para vigiar o único lado terrestre da fortaleza. As edificações erguidas, em si, podem não ter tido influência directa no plano de urbanização a seguir, mas a urbanização seguiu uma lógica influenciada por pensamento militar.

A Ilha, como local de trânsito das embarcações que iam à Índia, associada com o comércio e a estadia obrigatória por um período prolongado dos mercadores e

2 Arquitecto e urbanista formado pelo Instituto de Conservação e Restauração Urbana (SURPMO) em Praga-Czacheslovaskia entre 1976-77. Em Moçambique vem trabalhando nos últimos 30 anos em trabalhos de ligados com infra-estruturas sociais, com experiência nos trabalhos de planificação e implementação de projectos urbanísticos na Ilha de Moçambique.

da restante tripulação a bordo, devido a dependência das monções, foi atraindo mercadores, comerciantes e aventureiros de vários pontos. Esta atracção e estadia associou-se a outras actividades que influenciaram na mudança do povoamento e o consequente processo urbanístico. Um deles era o reabastecimento de embarcações para fins comerciais e a reparação de navios que passavam de região.³ Surgiu assim um estaleiro de reparação de navios (Guerreiro 1989, vol. III, 52).

O meu argumento relativamente ao povoamento da Ilha é que a permanência obrigatória de mercadores implicava a criação de condições mínimas para os acolher enquanto aguardavam a continuação da viagem. As construções erguidas, o sistema de organização,⁴ os conventos e outras construções foram provavelmente influenciadas por esta estadia longa, cujo o objectivo era satisfazer as necessidades dos que ali permaneciam. As construções erguidas, segundo Henriques (1998, 17), não tiveram em conta as marcas africanas de construção e das outras formas culturais orientais anteriores aos portugueses. Exaltou-se o modelo dos núcleos urbanos europeus, protegidos por fortificações, apesar de existir algumas construções com influência oriental. Isso é notável quando comparamos a “cidade de pedra e cal” e a extremidade da Ilha, onde a maioria da população autóctone foi remetida a erguer suas construções.

A primeira fortaleza na Ilha, a de São Gabriel, serviu para garantir segurança, mas ao mesmo tempo para albergar os “nobres portugueses que ali passavam rumo às Índias, devido ao regime dos ventos”. Esta é considerada uma das primeiras formas de ocupação militar com preponderância na ilha, que serviu como um dos principais assentamentos europeus naquele lugar (Macamo 2014, 42). Esse assentamento junto à Torre, numa fase inicial da ocupação, foi realizada por contingentes militares, que simultaneamente eram os responsáveis pelas trocas comerciais e protecção da Ilha. Os fortes eram ou tinham anexos pequenos estabelecimentos comerciais protegidos por militares, que ao mesmo tempo eram os responsáveis pela ocupação territorial (Montez 1948, 32). Como forma

3 Segundo Capela (2002, 175), todos os navios a longo curso que navegavam e comercializam em Moçambique eram somente autorizados na Ilha de Moçambique que era a capital do território. Isso de certa forma teriam justificado a criação de condições para a manutenção das embarcações que faziam essas viagens a longo curso.

4 O sistema de organização dos territórios ocupados pelos portugueses, segundo Henriques (1998, 25), foi em função dos interesses comerciais. Os portugueses, acompanhados pelos baneanes, na fase inicial da ocupação colonial apostaram na organização dos territórios em povoações comerciais. Os estabelecimentos comerciais ao longo da costa na Ilha de Moçambique dominaram a ocupação do território que visavam essencialmente alimentar o comércio transatlântico que tinha como Ilha de Moçambique o principal porto de Moçambique na época. Na fase inicial da ocupação, as filas das casas estenderam-se ao longo da costa com cais individuais de embarcação viradas para o comércio.

de garantir o povoamento dos territórios ocupados pelos militares ao serviço da coroa portuguesa eram também enviados os indivíduos que eram sentenciados no espaço europeu, que deviam cumprir as penas nessas regiões conquistadas e aumentar o povoamento do território.

Nasceram assim casas no espaço envolvente ao forte. Segundo a descrição de Rodrigues, Rocha & Nascimento (2009, 56-59), a região onde foi construída a fortaleza de São Sebastião era desabitada, sendo toda a zona Norte sem ocupações, existindo apenas a Torre de São Gabriel e a Erminda de Nossa Senhora do Baluarte, construída em 1522 no extremo Noroeste. Esta descrição refere-se à construção portuguesa, porque antes destes a zona estava sob influência dos afro-swahilis ou árabes que ali comercializavam.

Construída e povoada a nova Fortaleza, segundo Montez (1965, 18), Nuno Velho Pereira foi nomeado seu feitor em 1583. Durante esse período inicial de ocupação, além dos nobres que dantes residiam na Torre de São Gabriel, à espera de monções favoráveis, os capitães e soldados passaram a ser albergados na nova fortaleza, que tinha uma capacidade até 2000 pessoas. Os compartimentos da fortaleza incluíam quartéis, armazéns locais de guarda de pólvora, mantimentos, capelas entre outros materiais necessários para garantir segurança (Montez 1965, 20). O contingente que a fortaleza tinha constituía, por si só, um povoamento com casas de arrecadação para os contingentes que ali passavam em direcção às Índias. Foi exactamente esse pressuposto que norteou esta pesquisa, procurando compreender como terá sido o processo de transformação urbanística da Ilha a partir da sua ocupação fortificada. Será que as fortificações explicam em si o processo urbanístico no espaço envolvente? Segundo o prof. Jens Hougaard, as fortificações erguidas na Ilha de Moçambique explicam apenas uma parte das transformações urbanísticas na fase inicial da ocupação, compreendida entre os séculos XVI-XVII, conforme atrás fizemos referência.

A navegação praticada na época dos “descobrimentos”, que obrigava uma aproximação à costa e a necessidade da ocupação e exploração dos recursos abundantes para o comércio, fez com que os navegadores portugueses tivessem uma ligação com a costa sul oriental da região. As ameaças dos árabes e das outras nações europeias pelo controlo e exploração dos territórios africanos determinaram a necessidade de fortificar as áreas, com vista a defender os seus interesses. Porém, o tipo de navegação praticado na época, refém do regime das monções, ditou um conjunto de outras necessidades comerciais, que justificaram o alastramento da ocupação além da Fortaleza de São Sebastião, que servia para a defesa e comércio.

O regime de ventos monçónicos, entre os meses de Março e Setembro, influenciou nas alterações demográficas, que aumentava em função do tipo de

regime ciclónico. Essas alterações, que deixaram de incluir apenas os navegadores e militares, mas também outros “sentenciados” para o povoamento dos territórios, fizeram-se sentir principalmente na segunda metade do século XVIII, devido ao tráfico de escravos na região, que tinha a Ilha como ponto de trânsito. Isto terá provavelmente influenciado nas alterações urbanísticas, desde o povoamento às construções erguidas no local (Serra 2000, vol. I, 78; Rodrigues, Rocha & Nascimento 2009, 22).

O desenvolvimento da Ilha de Moçambique esteve também relacionado com a sua posição estratégica e o papel do porto de trânsito. As facilidades de movimento das embarcações de grande porte, que aproveitavam o ancoradouro profundo que existia, fez da Ilha uma opção privilegiada dos mercadores europeus e asiáticos que ali comercializavam. Em pouco tempo, a Ilha transformou-se num ponto de trânsito e de cruzamento de vários mercadores, que fizeram dela um dos grandes centros comerciais urbanos na África Oriental e capital de Moçambique (Macamo 2014, 12).

No espaço envolvente às fortificações, em particular a de São Sebastião, como resultado da dinâmica comercial, desenvolveu-se aquela que foi considerada “a cidade de Pedra e Cal” e, posteriormente, a sua extensão para a cidade de Macuti. É precisamente na cidade de pedra onde foram erguidas várias construções públicas, comerciais e habitacionais dos diversos mercadores que ali se fixaram durante os séculos subsequentes, até ao século XIX (Macamo 2014, 12).

Esta ocupação portuguesa antecedeu à ocupação árabe que desde o século IX explorava a costa oriental da Ilha de Moçambique transformando-a num centro de troca comerciais e criando bases de um certo povoamento. Com chegada dos portugueses, estes por sua vez deram continuidade a essas bases criadas pelos árabes, a nível comercial e como local de ocupação (Rodrigues, Rocha & Nascimento 2009, 28). Portanto, o povoamento português se estrutura sobre as bases da ocupação árabe, que foi feita através de fortificações militares e, posteriormente, a extensão do povoamento.

Sendo a Ilha uma passagem obrigatória rumo às Índias várias construções tiveram lugar e depois deram lugar a futura cidade. Foi o caso do Convento de São Domingos, atrás referido, construído em 1578, onde actualmente é o Tribunal Distrital. Esta construção funcionou também para albergar os expedicionários que passavam e residiam na ilha (Macamo 2014, 42). Em 1871 foi construído o Hospital da Ilha de Moçambique. Esta foi considerada uma das construções dominantes no espaço urbano da ilha, depois da Fortaleza de São Sebastião. Era a expansão do povoamento para além das fortalezas, que continuaram a exercer a sua função defensiva. Como resultado a Ilha transformou-se no principal entreposto comercial e sede de poder político e económico de Moçambique.

Segundo o Arqº. Hougaard, a localização estratégica da Torre de São Gabriel, no único local com águas profundas que dava acesso à Baía de Mossuriri, facilitou a entrada e controlo das embarcações que faziam o transporte entre os navios no ancoradouro e a costa da Ilha. A partir dessa fortificação, com ligações com o comércio costeiro, desenvolveu-se a cidade durante quatro séculos.⁵ Na sua periodização da urbanização da cidade, considera cinco fases, entre os séculos XVI-XX, embora realço apenas quatro que se situam dentro das balizas da análise deste trabalho.

A primeira fase, nos princípios da expansão portuguesa, do século XVI até ao último quartel do século XVII, quando no espaço envolvente à Torre de S. Gabriel se construíram grandes conventos separados por ruas directas em grelha militar, o que indicava um planeamento urbano consciente. Como resultado considera-se que nasceu o *Bairro dos Conventos*, que estava afastado da Fortaleza de São Sebastião pelo Campo de S. Gabriel, um terreno baldio de segurança, usado pelos militares. Nessa fase as filas das casas estenderam-se ao longo da costa, com cais individuais de embarcação para o comércio, e ao Sul dos conventos desenvolveu-se rapidamente uma pequena cidade, em volta da Praça do Pelourinho.

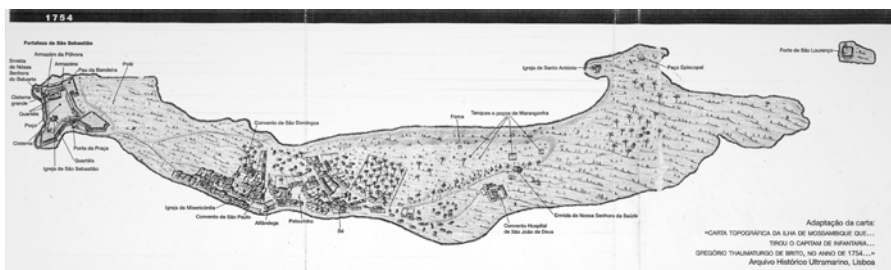


Fig. 6. Mapa representativo da ocupação da Ilha de Moçambique no séc. XVI. © Direcção Nacional de Cultura 2017.

A segunda fase, que não obedeceu a um cunho militar, parte de 1685 a 1752, época da administração da Ilha através do Vice-reinado da Índia (Goa). Houve um crescimento urbano caracterizado por ruas irregulares e estreitas de influência indiana, orientado por interesses comerciais, sem um planejamento centralizado.

5 Esse desenvolvimento orientado pelo comércio costeiro estava estritamente relacionado com a estratégia portuguesa utilizada durante a expansão e a importância económica da costa. Segundo Henriques (1998, 17), os espaços conquistados eram transformados a luz dos projectos comerciais, que forçaram a reorganização dos espaços, tanto da produção de mercadorias com das regras comerciais existentes nos territórios conquistados.

forte participação de agentes locais e estrangeiros na busca de escravos para a sua comercialização (Serra 1982, 102).

Devido a sua posição estratégica como ponto de trânsito, a busca de escravos pelos estrangeiros como mercadoria fez com que a Ilha se transformasse no principal porto de escravos em Moçambique em 1843. Com uma população estimada em mais de 6895 na Ilha, apenas 377 não eram escravos. Esta era a base da economia daquela região (Capela 2002, 17).

Se na fase inicial eram os contingentes militares que estavam a frente das actividades comerciais. Nesta fase os chefes locais, a fazenda real, oficiais portugueses, juntas de comércio e companhias comerciais também estavam envolvidos no comércio. O interesse dos escravos para as Ilhas Mascarenhas pelos franceses e plantações no continente Americano fez com que em 1788 cerca de 5500 fossem exportados, permitindo uma arrecadação nas alfândegas da Ilha de receitas que se estimam em cem mil patacas espanholas. Entre 1828 a 1829, os valores colectados atingiam os 110667\$790 [patacas] (Capela 2002, 174 e 185).

Devido a essa dinâmica comercial, várias construções com características comerciais (feitorias) foram construídas ao longo da costa e no espaço envolvente à Fortaleza de São Sebastião. Estas feitorias tinham como finalidade principal fortalecer tráfico de escravos (Macamo 2014, 16).

Como resultado do comércio a longa distância, que tinha a Ilha como ponto obrigatório de escala, que interligava vários continentes, a ilha foi dominada por “Grandes casas estrangeiras com representação na Ilha de Moçambique...”, uma actividade que, pelo facto de envolver as autoridades locais e da administração portuguesa, teve um impacto significativo nas alterações urbanísticas, devido a sua preponderância na economia da Ilha (Capela 2002, 186).

A dinâmica comercial e o papel do tráfico de escravos fizeram surgir novos empreendimentos locais, que incluíram a instalação de uma base de construção naval, que atrás já tínhamos feito referência. Esta serviu para a reparação de naus da carreira da Índia e outras embarcações que se movimentavam na Ilha (Rodrigues, Rocha & Nascimento 2009, 15). Este tipo de projecto exigia uma mão-de-obra especializada, que tinha que ser recrutada nas outras regiões, a fim de garantir o seu funcionamento naval. Referir que as embarcações marítimas (caravelas, galeões e outras) eram os principais meios de transporte de mercados e de mercadoria diversa, que incluíam o tráfico de escravos naquele período.

A estadia por longos períodos do pessoal afecto aos estaleiros e dos outros contingentes militares e comerciantes, relacionada com a duração das monções, pode ter ditado um conjunto de necessidades de fixação. Esta permanência, eventualmente condicionado por ventos favoráveis, pode ter pressionado para a necessidade de se criar condições de acomodação desse pessoal, que seguramente

ia ocupando a “cidade de pedra e cal”. Portanto, a dinâmica dos interesses comerciais e a necessidade de exploração do território foi ditando a necessidade de transformações urbanísticas nessa região.

Além da influência dos europeus no comércio de escravos, os agentes econômicos provenientes do continente asiático vieram influenciar consideravelmente na transformação urbana da Ilha, numa perspectiva de exploração de recursos. O tipo de construções ainda vigentes, maioritariamente indo-portuguesas, demonstram essa heterogeneidade dos interesses na região. A partir de 1686, com o envolvimento comercial cada vez mais activo dos comerciantes baneanes, estes passaram a exercer um domínio comercial na região e com impacto no processo das transformações urbanísticas da Ilha (Rodrigues, Rocha & Nascimento 2009, 29).

Conclusões

Após a análise das fontes sobre as diferentes abordagens aos processos urbanísticos de Moçambique e da expansão europeia, aliada as ocupações costeiras de Moçambique por meio de fortificações portuguesas, julgo que as hipóteses que levantei no início da pesquisa vão ao encontro do trabalho realizado.

O contexto histórico em que se deu a expansão europeia, por meio de expedições de mercadores militares portugueses a caminho das Índias, ao longo da costa oriental de Moçambique, explica, de certa forma, como é que a Ilha de Moçambique acabou por se transformar, posteriormente, em núcleo urbano e primeira cidade capital do território.

As primeiras formas de ocupação costeira dos portugueses na Ilha de Moçambique foram movidas, maioritariamente, por contingentes militares, que ergueram posições fortificadas que funcionaram em simultâneo como estabelecimentos comerciais (feitorias), as quais, como resultado da dinâmica do comércio costeiro em África e das ligações com os outros continentes, se transformaram em pequenos núcleos urbanos.

O tipo de navegação costeiro praticado pelos portugueses rumo às Índias, condicionado com ao regime de ventos ao longo do ano, as pretensões da exploração dos recursos do continente africano e as rivalidades com os comerciantes árabes, foram determinantes para as ocupações da costa oriental por meio de fortalezas-feitorias por parte dos portugueses. Foi dentro desse contexto expansionista que se deu a ocupação e urbanização da Ilha de Moçambique com base nas fortificações costeiras erguidas, com particular destaque para a Fortaleza de São Sebastião, que funcionou como estrutura defensiva e comercial desde o século XVI.

A partir das fontes consultadas no trabalho não se encontraram evidências directas de que a ocupação da costa oriental com posições fortificadas tinha como objectivo a criação de centros urbanísticos com planos de urbanização no século XVI. Apesar de terem surgido sob direcção de engenheiros e arquitectos militares portugueses, as fortificações também surgem como resultado da dinâmica da actividade comercial ao longo do período em estudo, que ditou novas exigências, o caso do tráfico de escravos, as rivalidades políticas entre as nações estrangeiras e pretensões europeias de explorar continuamente os novos territórios africanos.

Bibliografia

- BOTELHO, Justino Teixeira. 1934. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: da descoberta a 1833*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- BRANDÃO, Augusto Pereira. 1989. "O Oriente." In *História das Fortificações Portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, 159-187. Lisboa: Publicações Alfa.
- CAPELA, José. 2002. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- CRUZ, José de Sousa. 2010. "A Ilhota do paralelo 15." *Revista Militar* 2500 (Maio): 497-528.
- DIRECÇÃO Nacional de Cultura. 2017. *Ilha de Moçambique - Omuhipiti. Guia Português*. Maputo: DINAC/Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- FERNANDES, José Manuel, Maria de Lurdes Janeiro, & Olga Iglésias Neves. *Moçambique 1875/1975: Cidades, Territórios e Arquitectura*. Lisboa: Edição de Autor.
- GÓIS, Damião de. 1949. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Acta da Universitatis Conimbricensis.
- GUERREIRO, Inácio. 1989. "A África Oriental. Os casos de Sofala e de Moçambique." In *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol. III, páginas. Lisboa: Alfa.
- HENRIQUES, Isabel Castro. 1998. *Espaços e Cidades em Moçambique*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LIMA, Alfredo Pereira. 1966. *Lourenço Marques*. Lisboa: Publicações Turísticas - Olisipo.
- LOBATO, Alexandre. 1954. *Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498-1530: descobrimento e ocupação da costa*, vol. I. Lisboa: Agência do Ultramar, Divisão de Publicação e Biblioteca.
- MACAMO, Solange (coord.). 2014. *Ilha de Moçambique, Património Mundial*. Maputo: Status Graphic.
- MACIEIRA, Isabel Maria de Sousa da Silva. 2007. "A Ilha de Moçambique durante a idade moderna: a cidade de pedra e cal." Dissertação de Mestrado, Universidade de Algarve.
- MARQUES, Fernando Pereira. "O projecto colonial de Sá da Bandeira." In: Albuquerque, Luís (Dir). *Portugal no Mundo*. Vol III. Lisboa: Alfa, 1989. pp. 361-364.
- MARQUES, José António Gomes da Silva. 1966. *História de África*. s/l: s/n.

- MELO, Vanessa de Pacheco. 2013. "Urbanismo Português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro." *URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana* 5, nº 1 (Junho): 71-88.
- MENDES, Maria Clara. 1979. "Maputo Antes da Independência: Geografia de uma cidade colonial." Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MANO, Lourenço. 1939. "Luiz de Camões na Ilha de Moçambique." *Moçambique – Documentário o Trimestral* 20 (Out-Dez): 103-115.
- MONTEZ, Caetano Carvalho. 1948. *Descobrimientos e Fundação de Lourenço Marques. 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- MONTEZ, Caetano Carvalho. 1965. "Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Praça de S. Caetano de Sofala." *Monumenta. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique* 1: 9-14.
- MONTEZ, Carvalho Caetano. 1973. "Apontamentos para o roteiro dos monumentos militares portugueses: bocas do Zambeze - fortes de Quelimane: Tangalane e do Luabo." *Monumenta. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique* 9: 69-72.
- MOTA, A. Teixeira. 1973. "Cartografia Antiga de Sofala." *Monumenta. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique* 9: 5-18.
- PEREIRA, Alberto Feliciano Marques. 1966. *A Arte em Moçambique*. Lisboa: s.n..
- PEREIRA, L. F.. 1998. "Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique Património Histórico Nacional em degradação acelerada." *Arquivo* 4: 5-12.
- PIRES-TEIXEIRA, Paulo Manuel Castela. 2011. *Ilha de Moçambique - Na alma dos poetas*. Maputo: Textos Editora.
- ROCHA, Aurélio A. N.. 2006. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do Nacionalismo moçambicano*. Maputo: Texto Editores.
- RODRIGUES, Eugénia, Aurélio Rocha, & Augusto Nascimento. 2009. *Ilha de Moçambique*. Maputo: Alcance Editores.
- SERRA, Carlos (dir.). 1982. *História de Moçambique*. Maputo: Tempográfica.
- SERRA, Carlos (dir.). 2000. *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, Vol 1..

Uma planta inédita de finais do século XVII da fortificação de São Sebastião, Ilha de Moçambique

SIDH LOSA MENDIRATTA

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Contextualização

A história arquitectónica da fortificação de São Sebastião da Ilha de Moçambique (fig. 1) apresenta ainda aspectos pouco claros, nomeadamente no que diz respeito às intervenções operadas durante o século XVII. Neste texto, serão focados três documentos iconográficos que ajudam a compreender a evolução da fortificação em Seiscentos, mas cuja análise tem sido dificultada pela falta de correlação e contextualização, e por dúvidas em relação à sua datação. Estes três documentos foram produzidos no século XVII, ainda que um deles constitua uma cópia de outro mais antigo, provavelmente antecedente aos cercos holandeses à fortificação (1607-1608), como adiante se verá.

Do precoce projeto de Miguel de Arruda para uma fortificação na Ilha de Moçambique, transportado para Oriente em 1546 pelo mestre construtor Francisco Pires, ainda não foi possível obter rasto.¹ Até surgirem dados em contrário,

1 Alguns indícios apontam para que o projeto de Francisco Pires fosse efetivamente para uma fortificação a construir de raiz, e não para ampliar ou reforçar a fortificação existente de São Gabriel, como foi sugerido por Pedro Dias e outros autores (Dias 1992, 124). Para uma discussão sobre este assunto, v. Gonçalves 2011, 38, 39). Atente-se sobretudo na carta de Fernão de Sousa de Távora de 1547, que enfatizava a necessidade de haver “*cavouqueyros*” para se iniciar a obra, tendo por base a “*emformação*” dada por João de Castro de que a pedra do local “*ser ma de tirar*” (Rego 1971, 159-160). A dificuldade em escavar no local onde se implantou a nova fortificação de São Sebastião seria uma queixa recorrente em documentos subseqüentes.

certo é que a nova fortificação de São Sebastião, implantada no extremo norte da Ilha, foi apenas iniciada na década de 1550. Oficialmente fundada pelo vice-rei Constantino de Bragança quando aportou na Ilha em 1558, acompanhado do engenheiro francês Philippe Bries, mantém-se a hipótese dos trabalhos terem começado durante o triênio do capitão Diogo de Sousa (1555-1558) (Rego 1975, 66). No local já existia uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Vitória, edificada em 1522, ou pouco depois (fig. 2). Esta preexistência, conjuntamente com o maciço rochoso da orla costeira, terá condicionado o desenho da nova fortificação (Castanheda 1833, 97). Infere-se ainda que, em meados de Quinhentos, existiu uma plataforma de tiro em redor da capela (Santos 1609, 79). Dessa função terá resultado a invocação mais conhecida para a estrutura religiosa a partir de meados do século XVI: Nossa Senhora do Baluarte. Também se depreende que, em inícios de Seiscentos, essa mesma plataforma tinha caído em desuso, não estando operacional (Santos 1609, 79).



Fig. 1. Zona norte da fortaleza de São Sebastião (© Sidh Losa Mendiratta, 2018)



Fig. 2. Capela de Nossa Senhora do Baluarte (© Sidh Losa Mendiratta, 2018)

Apesar de alguns parapeitos estarem inacabados, a nova fortificação de São Sebastião ficou essencialmente concluída na década de 1580 (Durão 1952, 487, 488), conforme inscrição aposta no local em 1583.² Resistiu aos ataques holandeses de 1607 e de 1608, sendo que em consequência dessas crises se operaram várias mudanças na fortificação, no sentido de otimizar a sua capacidade defensiva e ofensiva. Mas qual seria a forma arquitectónica da fortificação antes do seu primeiro cerco?

A planta do Atlas de Hèliche

Um dos elementos que ajuda a compreender a situação de São Sebastião em finais do séc. XVI é a planta da fortificação contida no designado Atlas de Hèliche (fig. 3), assinada por Leonardo de Ferrari, apesar de a produção do Atlas datar de ca. 1650-1655.³ Dada a investigação já realizada sobre o Atlas, e outros argumentos

2 A inscrição, recuperada na década de 1960, lia: *Nuno Velho Pereira que foi o primeiro capitão que povoou esta fortaleza. Mandou fazer estes armazéns e aposentos no primeiro ano que tomou posse dela de 1583. Foi empreiteiro desta obra Álvaro Fernandes aqui morador* (Pereira 1965, 177).

3 O manuscrito designado por *Atlas de Hèliche* pertence ao Arquivo Militar da Suécia (Krigsarkivet, Samling 0406, Utlandska Kartor, sect. 0406a). Foi publicado em 2004 (Sánchez,

que surgirão adiante, afigura-se como muito provável que, para a planta da fortificação da Ilha de Moçambique, Ferrari tenha seguido de perto documentos bastante mais antigos – muito provavelmente plantas do último quartel do século XVI.⁴

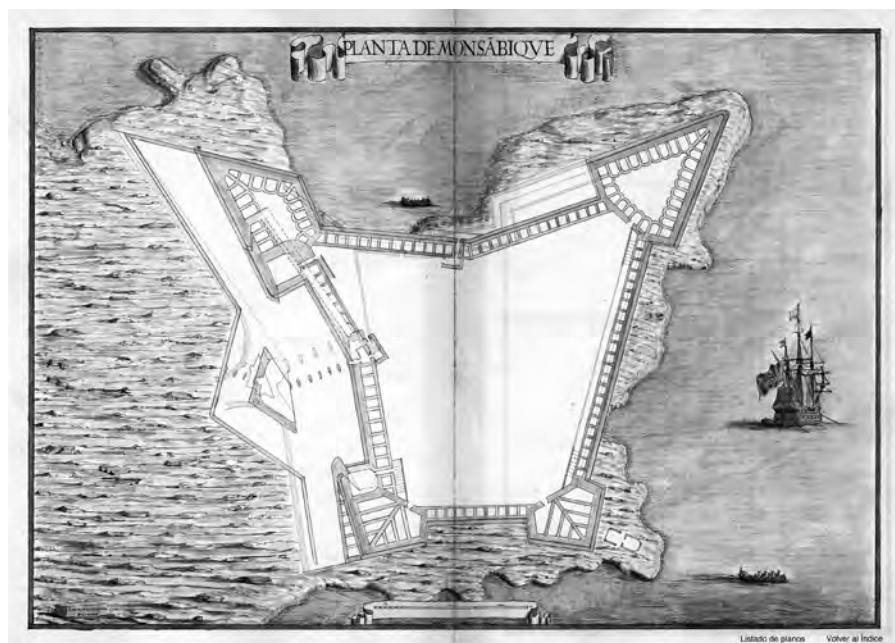


Fig. 3. Planta da fortaleza de São Sebastião do Atlas de Hèliche, de Leonardo Ferrari, 1650-1655 (© Krigsarkivet)

Atente-se no facto de a planta de Moçambique – assim como a de Damão e São Jorge da Mina pertencentes ao mesmo Atlas – ser um desenho que na gíria arquitectónica se designa por “vermelhos e amarelos”. Ou seja, constitui um projeto de intervenções e alterações a operar sobre uma estrutura preexistente, isto é, um projeto de reforma ou de reabilitação. As linhas amarelas e/ou pontilhadas indicam estruturas a demolir, enquanto que as linhas vermelhas representam as estruturas a manter e/ou a edificar de novo. Para além disso, o detalhe da representação – especialmente a preocupação com o sistema estrutural da fortificação – e a existência de uma escala gráfica, apontam para o trabalho de um

Testón e Sánchez 2004).

4 Sobre a produção e datação do *Atlas de Hèliche*, v. Sánchez, Testón e Sánchez 2004, 19-40 e Elbl 2007, 126-128.

engenheiro ou arquitecto que provavelmente terá visitado o local em serviço, ou que pelo menos terá tido acesso a um levantamento bastante rigoroso das estruturas existentes.⁵ Tendo o Atlas sido encomendado por volta de 1650, a probabilidade do desenho original ser posterior a 1640 é reduzida, uma vez que nesse caso o pintor italiano teria necessariamente de recorrer a uma planta da fortificação feita por um engenheiro ao serviço da coroa Portuguesa entre 1640 e 1650 – o que se afigura pouco provável.

Para além do que já foi dito relativamente à autoria, existem alguns dados cruciais que ajudam a datar o desenho original que terá servido de base à cópia constante do Atlas. Note-se que no documento não está representada qualquer couraça ou plataforma de tiro em redor da capela de Nossa Senhora da Vitória, sendo que esta é representada em planta, e com algum detalhe. Como a plataforma foi (re)construída em 1607-1608, figurando em quase todas as representações da fortificação posteriores a 1610, a sua ausência no Atlas indicia que o desenho original seja de data anterior aos cercos holandeses. A sustentar esta hipótese, está a representação, com bastante detalhe, de um fosso com um pequeno revelim no exterior da fortificação, ligado a uma ponte levadiça com os seus suportes de pedra defronte da porta de terra. Através de fontes holandesas e portuguesas, tem-se conhecimento da existência destes elementos antes do início dos cercos e de que os portugueses desmantelaram a ponte levadiça e entaiparam a porta de terra durante o segundo cerco (Durão 1952, 143, 144). Apesar de o fosso continuar a surgir em desenhos posteriores a 1610, nem a porta de terra, a ponte levadiça ou o revelim aparecem representados. De salientar também que os alinhamentos dos baluartes de São Gabriel e de Santo António coincidem com aquilo que vários autores consideram ser o primeiro desenho dessas estruturas defensivas, correspondentes ao período antecedente aos cercos, e cujos alinhamentos foram alterados devido a intervenções efetuadas durante o século XVII.

Pelas razões apontadas, proponho que a planta de São Sebastião de Moçambique que integra o Atlas de Hêliche seja uma cópia da autoria de Ferrari de um desenho datado de ca. 1580-1607. Pelas suas características, e pelo facto de ser uma proposta de intervenção – e não apenas um levantamento ou representação do existente –, coloco a hipótese de o desenho original remontar ao período de atividade no Estado da Índia de Giovanni Batista Cairatti (1580-1596), ou de Júlio Simão (1596-ca.1625). Aceitando esta datação, a análise das intervenções e representações Seiscentistas torna-se mais clara.

5 Tanto quanto se sabe, nem o encomendante do Atlas, Gaspar de Haro marquês de Carpio e Hêliche, nem o seu executante, pintor Leonardo de Ferrari, estiveram em Moçambique.

Como já referido, durante e logo após os cercos holandeses, operaram-se algumas alterações na fortificação. Ainda em 1607, edificou-se (ou reedificou-se) a plataforma de tiro à cota ribeirinha no exterior dos baluartes de Nossa Senhora de modo a alcançar embarcações que passassem pelo canal junto às muralha.⁶ No circunstanciado relato dos cercos da autoria de António Durão, é referido a existência de um fosso – muito provavelmente inacabado – e de uma ponte levadiça, que foi removida pelos portugueses e inutilizada, como já mencionado. A porta de terra e respetiva passagem sifonada a meio da cortina sul – que havia sofrido intenso bombardeamento e ruína⁷ –, foi igualmente bloqueada durante o segundo cerco com sacos de areia (Durão 1952, 51), e, pouco depois, entaipada de modo definitivo (fig. 4).⁸



Fig. 4. Porta de terra da fortaleza, entaipada após 1607 (© Sidh Losa Mendiratta, 2018)

-
- 6 A fragilidade ofensiva do baluarte de Nossa Senhora havia sido já notada em 1604, aquando da passagem de embarcações holandesas para o canal de Moçambique (Durão 1952, 123; Booy 1968, vol. I, 42-43).
- 7 “[H]uvo personas q en aquel primer día, que fueron ocho de Agosto, contaron mas de trezientas bombardadas, con las quales arruinaron gran parte del lienço del muro, que está entre los baluartes san António, y san Grabiél, que quedava frontero a su artilleria, bien hecharon de ver los rebeldes que tenian ancha entrada para la fortaleza, mas como no pelean sino con artilleria no osaron subir por la quebrada del muro, viendo sobre el sus valerosos defensores, aparejados, o a defenderlo, o morir sobre el.” (Durão 1952, 143, 144).
- 8 Plantas e vistas posteriores, atribuídas a Godinho de Erédia e a Pedro Barreto de Resende, confirmam o entaipamento da porta de terra, embora mantenham a representação do fosso. Representam também a edificação da couraça junto à capela de Nossa Senhora do Baluarte.

Após os cercos holandeses, nova campanha de obras foi determinada pelo “visitador geral das fortalezas” António Pinto da Fonseca que desembarcou na Ilha em 1612 vindo de Portugal (Bocarro 1876, 7, 8). Missivas posteriores da corte, de 1613 e 1614, encomendam enfaticamente a execução e conclusão dessas mesmas empreitadas, ordenando que: “*se ponham nêlla fortaleza, quatro esperas de alcance que possam defender a ambas as barras e varejarem até à ilha de S. Jorge, e que se faça à fortaleza huma cava por redor d’ella de altura de hum lança e outra de largo para que se não possa subir com escadas, e que pela banda da terra e toda em roda se cerque de pau a pique*” (Rego 1989, 302-304, 344).

De referir ainda a construção de uma nova cisterna no recinto da fortificação, entre 1614 e ca. 1636 (Lima e Bordalo 1859, 111, 112).⁹ Porém, a intervenção mais significativa, iniciada após os cercos holandeses e antes de 1630, foi a ampliação dos baluartes de São Gabriel e Santo António através de alvenarias paralelas apostas às suas faces respectivas voltadas para a Ilha de Moçambique.

O redesenho destes dois baluartes tinha como objectivos melhorar a sua capacidade de flanqueamento mútuo e de varejamento da cortina sul da fortificação, para além de reduzir a estreiteza da gola do baluarte de São Gabriel, característica considerada uma fragilidade no desenho inicial da fortificação. Assim, em ambos os baluartes foram edificadas paredes a ca. de 3 metros de distância das faces do lado sul, de modo a aumentar a área dos baluartes após o entulhamento do espaço entre os paramentos antigo e novo – sendo que no caso do baluarte de Santo António, esta intervenção resultou numa alteração significativa do seu ângulo saliente. Em 1635, para o caso do baluarte de São Gabriel, esta obra estava concluída; para o caso de Santo António, a nova parede atingia meia altura, aproximadamente.¹⁰ Curiosamente, esta intervenção nos baluartes está próxima daquela proposta no desenho do Atlas de Hêliche, pelo que se coloca a hipótese de as obras terem tido como referência as peças desenhadas datada de ca. 1580-1607, conforme já referido.

A vista associada a Pedro Barreto de Resende, datada de 1634 (fig. 5), enfatiza várias edificações no interior do recinto fortificado, sendo provavelmente a primeira a representar aí uma estrutura religiosa. Existem referências a trabalhos na fortificação de São Sebastião para a década de 1640 e 1650, e à sempre adiada

9 Numa carta da metrópole de Março de 1622, encomendava-se ao vice-rei Fernão de Albuquerque que “*a sísterna nova se acabe em perfeição*” (Rego 1989, 176, 177).

10 A componente textual do *Livro do Estado da Índia* de António Bocarro relata-nos que houve, algures entre 1608 e 1635, intervenções significativas nos baluartes de São Gabriel e de Santo António (Pereira 1940, 4-6).

obra do fosso.¹¹ Durante o triénio do capitão Manoel Mascarenhas – que chegou à Ilha em 1661 – as obras ganharam novo ritmo, sendo que nessa conjuntura se temia novo ataque a Moçambique, dada a elevada intensidade das ofensivas holandesas sobre o Estado da Índia. A este capitão se atribui o início da “*cava nova*”, sendo que noutro documento mais recente, refere-se que “*adiantou muito a obra da fortaleza, e concluiu a casa da polvora*” (Lima e Bordalo 1859, 116). Poderá ter sido também na década de 1660, conforme sugeriu Lavies, que se iniciou a penúltima grande alteração à morfologia da fortificação: a ampliação do baluarte de São Gabriel (Lavies 2012, 59). Proponho uma cronologia diferente para essa alteração, conforme se verá a seguir.

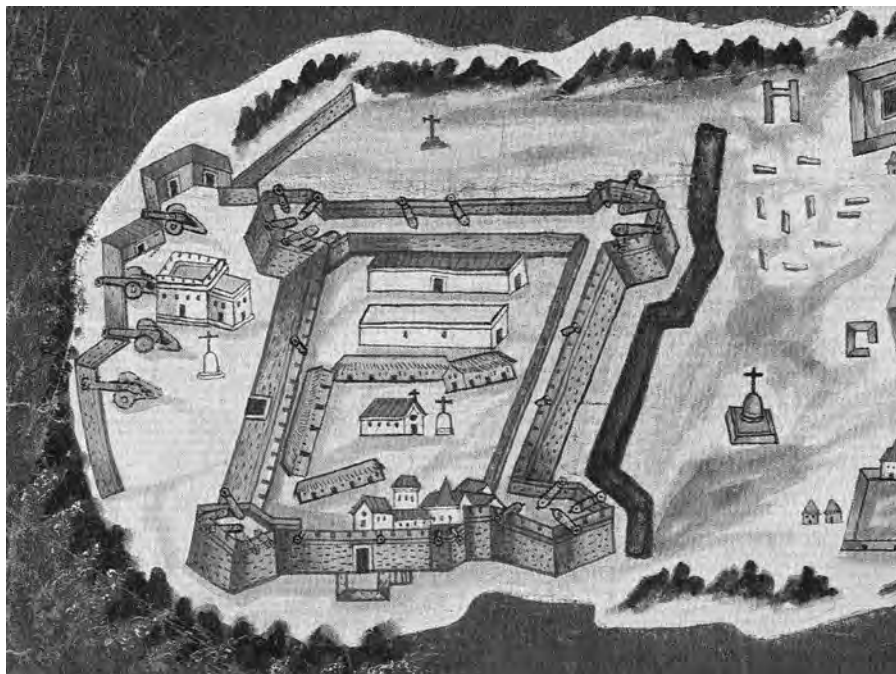


Fig. 5. Vista da Ilha de Moçambique, pormenor, atribuido a Pedro Barreto de Resende, ca. 1635 (© Biblioteca Pública / Arquivo Distrital de Évora)

11 Em Janeiro de 1653, o vice-rei Vasco de Mascarenhas (gov. Setembro de 1652 - Outubro de 1653) informava a corte de que continuava com as obras da “cava” (Theal 1899, 329). Em Fevereiro de 1640, Filipe III, encomenda ao vice-rei que acabasse “a obra da Cava de que ha tanto se comessou, e se tem encommendado todos os annos sem athe agora se haver feito” (Theal 1899, 284, 285).

A planta de 1671

Nos derradeiros dias de fevereiro de 1670, uma força naval omanita atacou a Ilha de Moçambique. Devido à ausência do seu capitão Inácio Sarmento de Carvalho, a defesa da Ilha ficou encarregue ao feitor Gaspar de Sousa de Lacerda, tendo a população recolhido atempadamente à fortificação de São Sebastião (Teixeira 1934, 330, 331). O desembarque omanita ocorreu perto da “*ponta chamada de Santo de Antonio*”, ou seja, nas praias algues entre o extremo sul da Ilha e a capela com aquela invocação (Jansen e Al-Salimi 2018, doc. 69). As embarcações ligeiras portuguesas e a artilharia de São Sebastião não conseguiram oferecer qualquer resistência ao desembarque, sendo que os exércitos atacantes, que “*traição escadas e os petrechos aparelhados ao intento*” de acometer a fortaleza, rapidamente ocuparam a povoação. A partir do convento de São Domingos, estrutura onde improvisaram a sua base, os omanitas bombardearam a fortaleza. Esta respondeu, mas o mau estado dos reparos dos canhões, que “*todos estarião no chão por velhos e podres*”, limitou os efeitos dos tiros (Jansen e Al-Salimi 2018, doc. 69). O assédio durou pouco mais de duas semanas, sendo que a 14 de Março de 1670 os atacantes levantaram o cerco e regressaram às embarcações, com “*perda de 150 homens pouco mais ou menos*”. Durante a retirada, os omanitas foram “*pondo fogo nos Conventos de São Paulo dos Padres da Companhia e de São Domingos*” e ainda nas “*igrejas da Se e Nossa Senhora da Saude*” (Jansen e Al-Salimi 2018, doc. 69). As restantes casas da povoação também sofreram com o incêndio, e os estragos foram avultados.

O ataque foi debatido em Conselho de Estado, reunido em Goa a 9 de Janeiro de 1671, do qual resultou um relatório enviado para a corte, onde se recomendava a edificação de uma nova linha de defensiva para abranger toda a metade norte da Ilha, desde a zona da antiga fortaleza de São Gabriel até à fortificação de São Sebastião (Pissurlencar 1956, 212-214).

Alguns meses após esse debate, a segunda planta em foco neste texto foi enviada de Goa para a corte (fig. 6),¹² acompanhando uma carta do vice-rei Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque (gov. Maio 1671 - Outubro 1677), datada de 14 de Outubro de 1671.¹³ Segundo o mesmo vice-rei, a planta fora delineada pelos dois “*engenheiros*” que o acompanharam aquando da sua partida de Lisboa, tendo feito escala em Moçambique em Março de 1671. Nesse momento, o vice-rei tinha já deixado “*ordenado se principiase*” a “*obra*” que figurava no desenho.¹⁴

12 *Planta da Fortaleza de Masambique*, [ca. 1672], Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), PT/AHU/CARTM/064/00512.

13 Carta de Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque, 14/10/1671, Historical Archive of Goa (Índia), *Livro das Monções* n.º 36, Ms. 44, fl. 405.

14 Carta de Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque..., fl. 405.

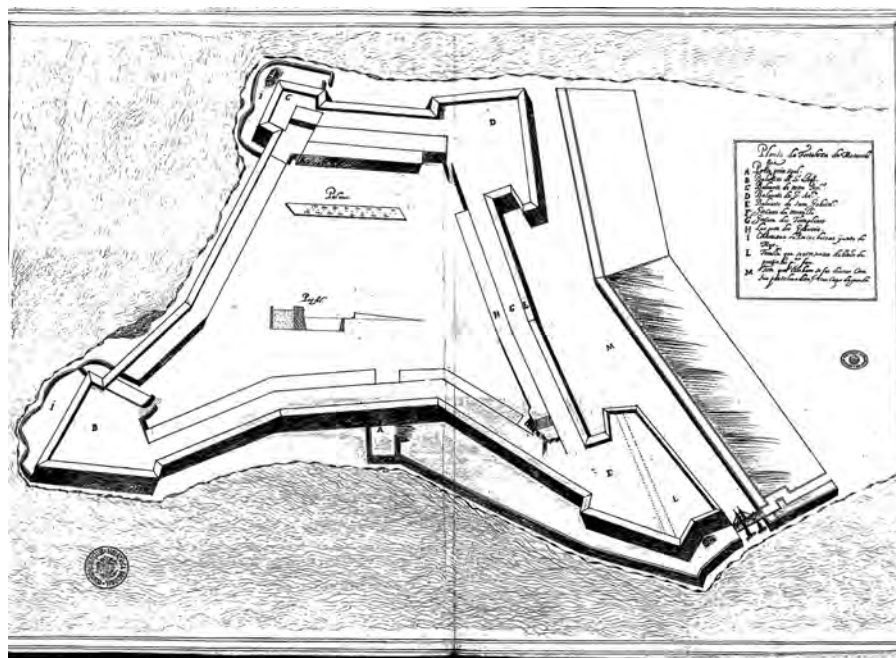


Fig. 6. Planta da fortaleza de São Sebastião, 1671 (© Arquivo Histórico Ultramarino)

Na planta enviada de Goa para Portugal em Outubro de 1671, a principal alteração à fortificação preexistente é a ampliação do baluarte de São Gabriel. Essa alteração é identificada através duma linha pontilhada, que divide a antiga configuração do baluarte da nova. Na legenda da planta, identifica-se essa intervenção como “*tenalha que se acrescentou da linha de pontinhos para fora*”. Engrossando consideravelmente o baluarte no seu flanco sul e alterando também o seu ângulo saliente, a nova e inusitada configuração do baluarte de São Gabriel fez com que o desenho desse ângulo saliente se aproximasse ao de uma pequena tenalha. Surge também representado um fosso com contra-escarpa que acompanha a nova configuração do referido baluarte, e à sua sombra surgem ainda representadas uma ponte levadiça e uma pequena casa da guarda.

Na carta que acompanhava a planta, o vice-rei Luís Mendonça de Furtado lista as três intervenções principais da sua campanha de obras: a “*obra exterior*”; o “*arranjo dos parapeitos*”, e a obra da “*cava*”. Relativamente à última, mostra-se céptico quanto à sua execução: “[E] quanto à Cava entendo se não pode faser mais que artificial, por que doutro modo se não conseguirá nunca, por ser em Rocha, na

qual todos os Governadores daquella fortaleza tem a lansado pera se ficarem com consideraveis somas de dinheiro da fazenda de Vossa Alteza".¹⁵

Relativamente aos parapeitos, esclarece: "*E porque também pareceo arranjasse os parapeitos que havia na dita fortaleza pera a artilheria ficar a barba, e laborar por todas as partes, o que não podia ser na forma em que estava, se fes esta obra na minha presença*".¹⁶

Finalmente, relativamente à obra exterior, que seria necessariamente a ampliação do baluarte de São Gabriel, e eventualmente a pequena casa da guarda junto a essa estrutura, o vice-rei explica que: "[A] obra que convem se acrescente que hé a exterior que se mostra na dita planta, a qual fizeram os engenheiros que V. A. mandou em minha companhia, cuja obra deixei ordenado se principiãçe".¹⁷

Assim, na interpretação que faço da planta e carta anexa, a obra de reconfiguração do baluarte de São Gabriel foi iniciada em 1671 por ordem do vice-rei Luís Mendonça Furtado, e com o conselho dos "engenheiros" que o acompanhavam na Ilha de Moçambique. Apesar de se usar o descritivo "*tenalha que se acrescentou*" ao baluarte na legenda da planta, com o verbo no pretérito perfeito, coloco a hipótese de que a obra tenha sido iniciada pouco antes, precisamente durante a estadia do governador na ilha, e estivesse em execução à data do envio da carta e planta para a metrópole. Relativamente ao fosso e outras obras exteriores, suponho que não tenham sido concluídas, ou sequer iniciadas. Estaria a obra do baluarte de São Gabriel relacionada com os eventuais estragos causados pelos bombardeamentos omanitas de 1670? É uma questão que permanece em aberto.

Durante o governo do vice-rei Francisco de Távora, conde do Alvor (gov. Setembro 1681 - Dezembro 1686), foi enviada nova planta da fortificação para Lisboa, com o intuito de obter aprovação para certas "*emmendas*" que o vice-rei teve por "*necessarias*",¹⁸ decididas provavelmente aquando da sua estadia na Ilha.¹⁹ O vice-rei tinha estado na Ilha entre Agosto e Setembro de 1681.²⁰ Apesar dessa planta ainda não ter sido localizada, coloco a hipótese de ter sido esse documento a informar e delinear a última alteração significativa à morfologia exterior da fortificação: a alteração do flanco leste do baluarte de São Gabriel.

15 Carta de Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque..., fl. 405.

16 Carta de Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque..., fl. 405.

17 Carta de Luís de Mendonça de Furtado e Albuquerque..., fl. 405.

18 V. *infra*, transcrição de carta datada de 22/03/1697.

19 Tanto quanto sei, esta planta ainda não foi localizada, mas terá seguramente servido de base para o próximo documento a ser analisado, datado de 1697.

20 Francisco de Távora aportou à Ilha de Moçambique a 31 de Julho de 1681, e embarcou novamente em finais de Agosto com destino à Índia, tendo arribado a Goa a 11 de Setembro do mesmo ano (Aragão 1880, 260).

Essa intervenção eliminou o orelhão desse baluarte, unindo a sua face à cortina adjacente através de um flanco simples. Como se verifica pela terceira planta em foco neste texto, em 1697 essa alteração estaria provavelmente concluída.

A planta de 1697

Entre Setembro de 1692 e meados de Março de 1693, o recém-empossado vice-rei Pedro de Noronha de Albuquerque e Sousa fez escala na Ilha de Moçambique, a caminho da Índia. Em finais de 1693, informava a metrópole da situação de “*hum baluarte de muita consideração totalmente condenado e sem defesa*” na fortificação de São Sebastião, ao qual era necessário acudir.²¹ Referia-se, muito provavelmente, ao baluarte de São Gabriel, ainda que o vice-rei não tenha ordenado qualquer nova intervenção nesse elemento. Mandou sim “*consertar as cisternas*” da fortificação, e reparar a sua artilharia, com o apoio de um “*fundidor*” que viajava na sua armada.²² Para além disso, deixou ordenado que se fabricasse um “*forte*” numa “*Ilhota*” para segurança do porto da Ilha de Moçambique, ou seja, o futuro fortim no ilhéu de São Lourenço.²³ Respondendo a nova carta do vice-rei datada de Dezembro de 1695, o monarca enviou outra escrita a 22 de Março de 1697, com uma planta a acompanhá-la. Essa planta permanece inédita (fig. 7), existe uma cópia elaborada, e publicada, em meados do séc. XX (fig. 8).²⁴ Pela sua relevância, incluo aqui a transcrição dessa missiva:

21 Carta de Pedro de Noronha de Albuquerque e Sousa, 08/12/1693, Historical Archive of Goa (Índia), *Livro das Monções* nº 57, Ms. 66, fl. 29 (pub. in *Boletim do Governo do Estado da Índia*, 5 de Janeiro de 1864, 15).

22 Carta de Pedro de Noronha de Albuquerque e Sousa..., 15.

23 Carta de Pedro de Noronha de Albuquerque e Sousa..., 15.

24 Uma cópia da planta feita por “*Babona Vencetexa Bandari*” surge publicada no estudo de Montez de 1966 (Montez 1967, 6, 7). Montez, contudo, não faz qualquer referência ao documento no texto, não lhe atribui data, nem refere de onde provém. Esta cópia, que pertence à Biblioteca Nacional de Moçambique com a cota “Arch. nr. 22.4”, tem a data de 1950 no verso. A mesma cópia da planta surge reproduzida em duas dissertações de mestrado relativamente recentes já referidas. No trabalho de Nuno Gonçalves (2011, 44), a planta aparece erroneamente datada de 1730, e referida como executada pelo “*deseñador Barbosa*”, para além de remeter a sua proveniência ao Arquivo Histórico Ultramarino, necessariamente sem indicação da cota. Já na dissertação de Lavies (2012, 57), a mesma cópia da planta surge com as datas corretas – 1950 da cópia e 1697 do original – para além de identificar a proveniência da cópia como estante na Biblioteca Nacional de Moçambique, em Maputo, e o original como pertencente aos “*Arquivos Históricos de Goa*”. Lavies refere ainda que não lhe foi possível ver a imagem – ou cota – da planta original. A planta original encontra-se dobrada e inserida no início do volume manuscrito: Historical Archive of Goa (Índia), *Livro das Monções* nº 61, Ms. 70.



Fig. 7. Projecto para a fortaleza de São Sebastião de Luís Serrão Pimentel, 1697 (© Historical Archives of Goa)

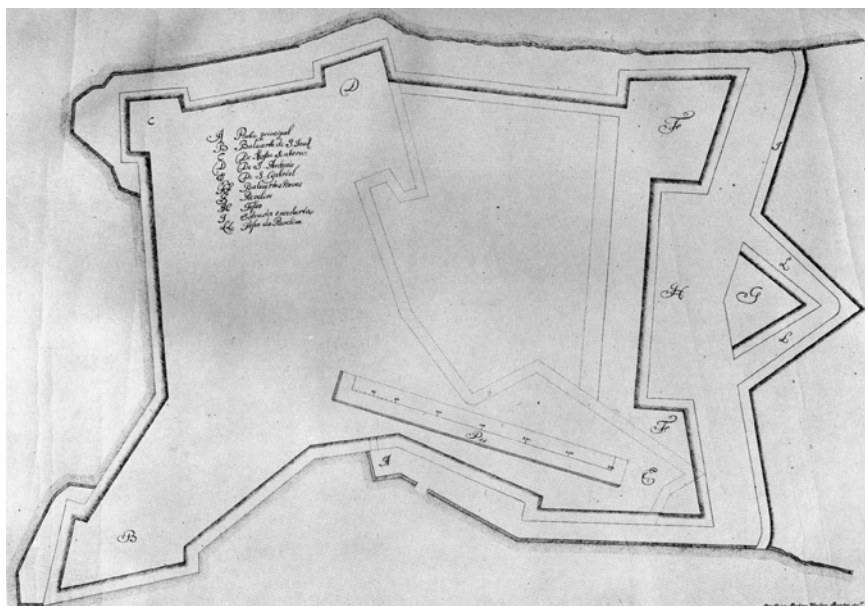


Fig. 8. Projecto para a fortaleza de São Sebastião de Luís Serrão Pimentel, 1697. Cópia de Babona Vencexa Bandari, 1950 (© Biblioteca Nacional de Moçambique)

*“Conde de Villa Verde Vice Rey da India Amigo, Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Viosse a vossa carta de 11 de Dezembro de 1695, resposta a que se vos havia escripto em Março do mesmo anno sobre a obra da Fortaleza da Ilhota [de São Lourenço] que mandastes fazer na ponta da Ilha de Mossambique, de que remestestes a planta como se vos havia ordenando, supposto entendieis estaria esta obra já finda. E pareceu me dizer vos, que vendosse a ditta planta da obra que se fes de novo na Ilhota de que dais conta, e a planta da Fortaleza que por parecer ao Conde de Alvor, quando governou esse Estado, que não estava bem entendida, nem tam ajustada ao terreno, mandou fazer outra com as emmendas que se tiverão por necessarias, a qual remeteu a este Reyno, e sendo aqui vista por Francisco Pimentel Sargento mor Engenheiro, asentouse que esta era a obra que se devia fazer, nem se devia cuidar em outra, e que a elle lhe parecia os erros da fortificação velha não podião ter melhor emmenda que a da planta nova que se vos remete, a qual esta em tudo ajustada aos perçeitos da arte, que nessa consideração deveis mandar pôr em execução o que o ditto Sargento mor Engenheiro aponta, com tal attenção que se não deve desfazer a obra velha, emquanto não estiver acabada a nova, por não ficar a fortaleza exposta. Escritta em Lisboa a 22 de Março de 1697. Rey”.*²⁵

Como as plantas do Atlas de Hêliche e aquela de 1671, o terceiro documento aqui em análise também propõe várias alterações à fortificação de São Sebastião, embora com uma filosofia diversa. Trata-se na realidade de um ambicioso projeto de ampliação que propunha aumentar consideravelmente o perímetro fortificado da estrutura defensiva através da edificação de novas cortinas e baluartes, e ainda de um novo fosso. De acordo com a carta que a acompanhava, a planta era da responsabilidade do “sargento-mor engenheiro” Francisco Pimentel, e tratava-se da revisão de uma planta anterior enviada pelo vice-rei Francisco de Távora à metrópole. Francisco Pimentel (1652-1706), filho de Luís Serrão Pimentel, ocupava à data o cargo de lente de Fortificação na Aula da Ribeira das Naus, tendo substituído o seu pai em 1679.

O projeto de Pimentel visava sobretudo regularizar a forma da fortificação, expandindo-a para sul através de um novo baluarte – a sul do de Santo António – e de uma reconfiguração profunda do de São Gabriel, resultando numa implantação aproximadamente rectangular. O engenheiro projetava também um fosso com um amplo revelim para o mesmo lado de terra.

Tanto quanto foi possível apurar, o projeto de Pimentel nunca foi posto em prática. Em resposta à carta régia de 1697, o vice-rei Conde de Vila-verde comprometia-se a desmantelar a fortificação da ilhota de São Lourenço, se tal lhe fosse ordenado, e a pagar da sua “fazenda” os custos da sua edificação. Pedia

25 Carta régia, 22/03/1697, Historical Archive of Goa (Índia), *Livro das Monções* nº 61, Ms. 70, fl. 1.

ainda engenheiros para iniciar a nova obra de ampliação de São Sebastião, quando houvesse o “*cabedal*” necessário.²⁶

Uma das últimas intervenções de vulto no exterior da fortificação de São Sebastião – mas que não alterou a sua implantação – foi a monumentalização da sua porta, operação concluída em 1712, conforme a inscrição lapidar aposta na mesma porta outrora legível mas atualmente delida (Ribeiro 1917, 551). Como foi demonstrado por Lavies, o desenho da nova porta segue de perto uma gravura do tratado de Luís Serrão Pimentel (Lavies 2012, 74).

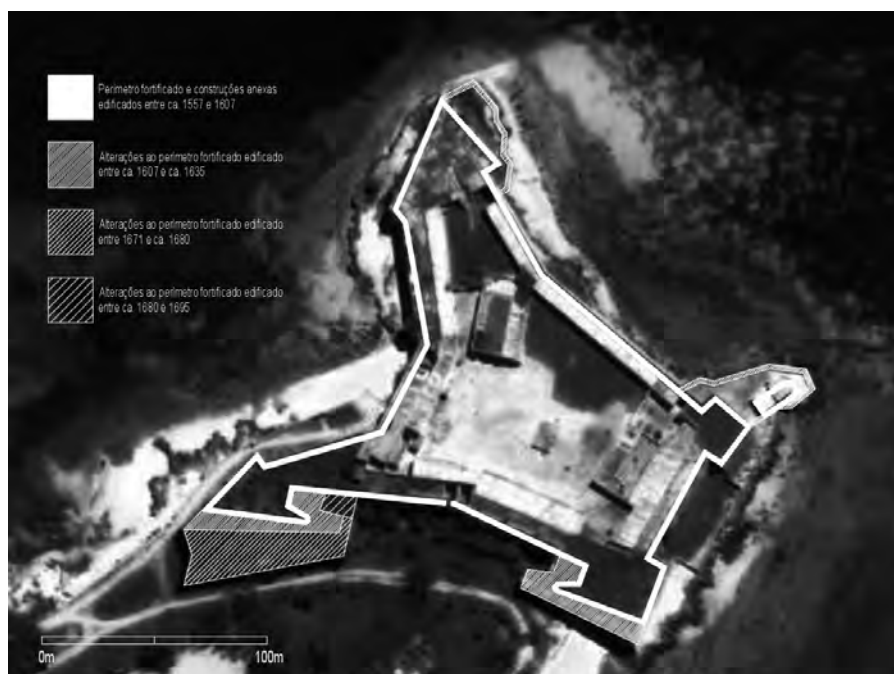


Fig. 9. Alterações operadas na fortaleza de São Sebastião durante o século XVII (© Sidh Loka Mendiratta, 2019)

Nota conclusiva

Os documentos iconográficos Seiscentistas da fortificação de São Sebastião, em conjunto com a documentação escrita a eles associada, permitem-nos formar uma visão mais precisa das alterações operadas sobre essa estrutura defensiva (fig. 9).

26 Carta de Pedro de Noronha de Albuquerque e Sousa, 02/01/1698, Historical Archive of Goa (Índia), *Livro das Monções* n.º 61, Ms. 70, fl. 2.

Constata-se que as principais alterações da sua morfologia ocorreram durante o século XVII, sendo que após 1694 não se efetuaram alterações significativas relativamente à implantação do perímetro fortificado – apesar de vários projetos para o efeito. Permitem-nos ainda compreender melhor a evolução dos baluartes de São Gabriel e de Santo António, e de todo o flanco sul da fortificação, a partir das primeiras reformas sugeridas no desenho do Atlas de Hèliche até à planta da autoria de Francisco Pimentel. Apesar da expressão seca e contida dessa última planta, é nela que se propõe pela primeira vez expandir verdadeiramente o recinto fortificado de São Sebastião, de modo a eliminar as fragilidades da cortina e dos baluartes voltados para sul. Vários projetos Setecentistas retomaram esta visão, porém, nenhum chegou a ser concretizado.

Agradecimentos

Pedro Pinto; Fernando Dias Velho; Alice Santiago Faria; Luís Filipe Thomaz; Roger Lee de Jesus; Cláudia Gomes Duarte; Ricardo Teixeira.

Bibliografia

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de. 1880. *Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Reis de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BOCARRO, António. 1876. *Década 13 da História da Índia*, vol. II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.
- BOOY, A. 1968. *De derde reis van de V.O.C. naar Oost-Indie onder het beleid van Admiraal Paulus van Caerden uitgezeild in 1606*, vol. I. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- BOTELHO, José Teixeira. 1934. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique da Descoberta até 1833*. Moçambique: Governo Geral.
- BOXER, Charles, e Carlos de Azevedo. 1960. *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes. 1833. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. vol. VI. Lisboa: Typ. Rollnadiana.
- CID, Isabel. 1992. *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do estado da Índia oriental de António Bocarro*. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- DIAS, Pedro. 1992. *Algumas questões sobre a cronologia e a autoria das primeiras fortificações da ilha de Moçambique*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.
- DURÃO, António. 1952. *Cercos de Moçambique defendidos por D. Esrêvão de Ataíde*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- ELBL, Martin Malcolm. 2007. “(Re)claiming Walls: the Fortified Médina of Tangier under Portuguese Rule (1471-1662) and as a Modern Heritage Artefact.” *Portuguese Studies Review* 15, no. 1-2: 103-192.

- GONÇALVES, Nuno. 2011. "O Projecto para a fortaleza da Ilha de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda," vol. I. MA diss., Universidade de Coimbra.
- JANSEN, Michael, e Abdulrahman Al-Salimi. 2018. *Portugal in the Sea of Oman: Religion and Politics, Research on Documents*, Corpus 3, pt. 2, vol. 6. Muskat: Georg Olms Verlag.
- LAVIES, Daan. 2012. "The São Sebastião fortress at Mozambique Island: a testimony of the variety in sixteenth century military architecture." MA diss., University of Utrecht.
- LIMA, José Lopes de, e Francisco Maria Bordalo. 1859. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Ásia Occidental na China e na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MONTEZ, Caetano Carvalho. 1967. "Praça de S. Sebastião." *Monumenta – Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique* 3(3): 5-20.
- MOREIRA, Rafael. 1988. "Os primeiros engenheiros-mores do Império Filipino, Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar." In *Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte*, coordenação de Pedro Dias, 528-530. Coimbra: Instituto de História da Arte – Universidade de Coimbra.
- MOREIRA, Rafael. 1992. "O Engenheiro-mor e a circulação das formas no Império Português." In *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*, 102. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- NAZARETH, J. M. do Carmo. 1906. "O architecto Júlio Simão." *O Oriente Portuguez* 3(12): 459-464.
- PEREIRA, A. B. de Bragança (ed.). 1940. *Arquivo Português Oriental*, Tomo 4. Bastorá: Tipografia Rangel.
- PEREIRA, Alberto Filiciano Marques. 1965. "A Fortaleza de S. Sebastião da Ilha de Moçambique." *A Arte e a Natureza em Moçambique*, pt. 1: 169-180.
- PEREIRA, António dos Santos. 2003. "A Índia a preto e branco: uma carta oportuna, escrita em Cochim, por D. Constantino de Bragança à rainha D. Catarina." *Anais de História de Além-Mar* 4: 449-481.
- PISSURLENCAR, Panduronga (ed.). 1956. *Assentos do Conselho do Estado / Governo Geral do Estado da Índia*, vol. 4: 1659-1695. Goa: Tip. Rangel.
- REGO, António da Silva (ed.). 1971. *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. VII. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos / National Archives of Rhodesia and Nyasaland.
- REGO, António da Silva (ed.). 1975. *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. VIII. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos / National Archives of Rhodesia and Nyasaland.
- REGO, António da Silva (ed.). 1989. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. IX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- RIBEIRO, Sousa (coord.). 1917. *Anuário de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

- SÁNCHEZ Rubio, Rocio, Isabel Testón Núñez, e Carlos Sánchez Rubio. 2004. *Imágenes de un Imperio Perdido: El Atlas del Marqués de Heliche: Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y Las Indias*. [Mérida]: Junta de Extremadura.
- SANTOS, João dos. 1609. *Ethiopia Oriental e Varia Historia de Cousas Notaveis no Oriente*. Évora: por Manuel de Lira.
- TEIXEIRA, José Justino. 1934. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- THEAL, George McCall (ed.). 1899. *Records of South-Eastern Africa: Collected in Various Libraries and Archive Departments in Europe*, vol. IV. London: Government of the Cape Colony.

O Estado da Índia a bordo através da arqueologia: diversidade étnica e social na fragata *Santo António de Taná* (1697)

ANDRÉ TEIXEIRA

Departamento de História e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

PATRÍCIA CARVALHO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Introdução

Em finais de 1696, a fragata *Santo António de Taná* partiu para a costa oriental africana numa pequena frota liderada pelo general Luís de Melo de Sampaio, em socorro da fortaleza de Mombaça, sitiada pelos árabes omanitas. O comandante seguia igualmente provido como capitão-geral de Moçambique e rios de Sofala. A embarcação fora concebida em Baçaim, região onde o fidalgo era foreiro e que se destacava em todo o Estado da Índia neste domínio da construção naval. A tentativa de socorro a Mombaça acabou por ter um desfecho trágico, não apenas para aquela posição portuguesa, que capitulou, como também para a embarcação, naufragada naquele porto. A actuação do comandante da frota mereceu reparos à época, já que este optara por seguir para Moçambique sem que Mombaça estivesse descercada.

Os destroços da *Santo António de Taná* permaneceram praticamente intocados até a década de 70 do século XX, quando uma equipa do Institute of Nautical Archaeology (INA) liderada por Robin Piercy ali realizou escavações arqueológicas. Nos destroços foram identificados e recuperados inúmeros artefactos referentes a várias actividades praticadas a bordo, além de uma parte significativa do casco do navio. Apesar dos importantes estudos parcelares desenvolvidos, não foi ainda editada uma monografia do sítio arqueológico. O estudo sistemático deste material vem sendo realizado nos últimos anos com a participação do CHAM.

Dado o excelente estado de conservação do contexto arqueológico tem sido possível lançar reflexões sobre inúmeros aspectos da vida do Estado da Índia nos finais do século XVII a partir destes vestígios materiais. Entre eles destacuem-se as complementaridades políticas e económicas entre a península hindustânica e a costa oriental africana, o posicionamento dos servidores régios nestas paragens, a vida a bordo e, sobretudo, a diversidade social e étnica que compunha este empreendimento, sublinhando o contributo decisivo das populações afro-asiáticas para a manutenção dos portugueses no Índico. É este o escopo temático deste texto, que deve ser entendido como mais um contributo para a já longa história da investigação deste relevantíssimo sítio arqueológico.

O artigo foi efectuado a partir dos registos de terreno, incluindo notas de escavação, desenhos e fotografias produzidos por elementos do INA, agradecendo-se a Robin Piercy o fornecimento de todos estes dados e a estima com que tem brindado a equipa do CHAM no decurso desta investigação.

O contexto histórico-arqueológico

Em 1678 a Coroa portuguesa mandou construir nos estaleiros de Baçaim a fragata *Santo António de Taná*. Esta foi lançada ao mar dois anos depois, sendo rebocada até Goa, onde se terminou a construção, com a colocação dos mastros, velame, poleame e outros equipamentos. Foi provavelmente seu mestre Manuel da Costa, que viajara de Portugal para a Ásia em 1673 e se tornou mestre da Ribeira de Baçaim (Blot e Blot 2001, 109, 112-113, 115). O nome do navio evocava o convento de Santo António, erguido em 1585 pelos frades capuchos na vila de Taná (Trindade 1964, vol. II, 100-01), a segunda povoação do distrito de Baçaim, parte da Província do Norte do Estado da Índia correspondente à actual metrópole de Mumbai (fig. 1).

As actividades navais nesta região são prévias à chegada dos portugueses e permaneceram após a sua incorporação em 1534, fabricando-se sobretudo pequenas embarcações para a navegação e comércio na costa indiana. O despon-tar da construção naval para a Coroa em Baçaim ocorreu no terceiro quartel de Quinhentos, relacionando-se com a necessidade de reforço dos meios navais ao serviço do Estado face ao agravamento da conjuntura político-militar (Teixeira 2010, 363-65). A partir desta data, Goa passou a encomendar com mais insistência que se armassem ali embarcações, nomeadamente para patrulha da região e protecção à cáfila de Cambaia, a denominada Armada do Norte. As fontes referem-nos que nestas frotas participavam muitos “filhos de Baçaim” (Couto 1973-1976, XII, i, 18, ou ii, 2 e 3).



Fig. 1. Território de Baçaim, assinalando-se aldeias de que era foreiro Luís de Melo de Sampaio.

Durante a primeira metade do século XVII desenvolveram-se em Baçaim condições favoráveis para o crescimento da construção naval ao serviço da Coroa, pelo que esta cidade se tornou uma alternativa à Ribeira de Goa. A sua vantagem residia fundamentalmente na abundância de boa madeira, mas também na existência de meios humanos especializados naquele mester e na possibilidade de aquisição ou fabrico de numerosas componentes para a construção e reparação naval (Teixeira 2010, 365-66; Teixeira e Carvalho 2020, 45-54). Nos finais do século XVI a ribeira de Baçaim tinha um patrão da ribeira (que era também mestre dos calafates) e a documentação demonstra a necessidade de provimentos para o armazém e para a ribeira, sugerindo uma intensa actividade naval (Matos 2003, 305). Em algumas situações houve uma articulação entre estaleiros portugueses: em Baçaim os navios eram erguidos até à terceira coberta, portanto o essencial do casco, sendo depois enviados para Goa, onde era finalizada a construção e efectuado o apresto (Carvalho 2008, 53). Foi isto que sucedeu com a *Santo António de Taná*, como referido.

Além dos meios humanos técnicos e, como refere a documentação da época, da “muita comodidade que ali havia de marinheiros”, podiam também recrutar-se comandantes entre os “fidalgos e cavaleiros moradores daquelas partes”, capazes de constranger aquela gente do mar a acompanhá-los na frota, por serem habitantes nas suas aldeias¹. O comandante da derradeira expedição da fragata foi, precisamente, um natural do Estado da Índia, pertencente a uma linhagem de fidalgos há mais de um século estabelecidos naquelas terras de Baçaim. Luís de Melo de Sampaio era possuidor de aldeias ribeirinhas junto a Taná, no curso do rio de Bombaim (Compri, Arioli Verçolim, Deunara e Icarvali) (Teixeira 2010, 313)², detendo também a concessão de importantes receitas régias naquela vila, nomeadamente a “renda dos carniceiros e do negri que é tinta preta”, assim como as “rendas das urracas, do azeite, anfião e banguê do caçabé”³ (fig. 1).

Nos anos seguintes à sua construção os registos sobre a fragata indicam que terá operado em missões no Índico e na Rota do Cabo. Em 1689 transportou artilharia e pólvora de Diu para Mombaça. Em 1694 percorreu a Rota do Cabo em direcção a Lisboa com uma carga de barris de salitre (Jordan 2001, 302)⁴, regressando à Índia em 1696, sob o comando de Francisco Antunes Mório⁵. Nesse ano a *Santo António de Taná* foi então encarregue de comandar uma pequena frota de cinco navios, enviada para socorrer o forte de Jesus e a cidade de Mombaça⁶, sitiada pelas forças omanitas. Naqueles finais do século XVII, o “inimigo arábio” era um dos principais competidores do Estado da Índia, empreendendo um processo de expansionismo naval no Índico Ocidental, visando simultaneamente os portos portugueses no litoral leste-africano e na costa ocidental indiana (Carreira 2006, 20 e 29-30).

-
- 1 Assento do Conselho de Estado, Goa, 11/04/1641, publicado por Pissurlencar 1954, vol. II, 308-09, e carta do vice-rei conde de Aveiras ao monarca, Goa, 02/08/1641, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Documentos Remetidos na Índia ou Livro das Monções*, livro 48, fl. 69-69v, n.º3.
 - 2 Ver Historical Archives of Goa (HAG), *Aforamentos*, cód. 2201, fls. 85v-86, cód. 2329, fls. 151-53, e cód. 2333, fls. 202-03v.
 - 3 HAG, *Aforamentos*, cód. 2332, fls. 32-34v e 37v-40.
 - 4 O autor cita um relatório não publicado de Jean-Yves Blot e Maria Luisa Blot, intitulado *Report on research in India and Portugal on the historical aspects of the seventeenth-century Portuguese Frigate Santo António de Tanna sunk in Mombasa, Kenya, Nov. 1697*, de 1984. A referência ao transporte de salitre encontra-se em Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Casa de Fronteira*, maço 245, documento cuja existência nos foi sinalizada por Pedro Pinto, a quem estamos gratos.
 - 5 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Conselho Ultramarino*, Consultas Mistas, cód. 18, fl. 433-34v.
 - 6 Sobre esta fortificação, erguida em 1591-92, veja-se Boxer e Azevedo 1960, 89-117.

Tendo partido de Goa a 25 de Novembro de 1696, a fragata chegou a Mombaça no dia 28 do mês seguinte, descarregando homens e provisões. Contudo, muito embora a fortaleza permanecesse cercada, a 25 de Janeiro de 1697 o comandante partiu para Moçambique, onde chegou 5 de Fevereiro e onde permaneceu até 22 de Agosto. Foi então obrigado a regressar a Mombaça, em risco de queda eminente, passando antes em Zanzibar, chegando ao seu destino a 15 de Setembro. Em inícios de Novembro daquele ano, encontrando-se ancorada no porto em frente às muralhas do forte, a fragata perdeu as amarras e foi arrastada para um recife; sem controlo do leme, acabou por encalhar. Com a mudança da maré os portugueses conseguiram recuperar o navio, rebocando-o para junto da fortaleza, mas os danos do casco eram irreparáveis e este acabou por naufragar, precipitando a queda da cidade⁷.

Os destroços da *Santo António de Taná* permaneceram praticamente intocados até à década de 1960, quando foram descobertos por mergulhadores amadores, levando à organização de uma campanha arqueológica dirigida por James Kirkman, então director do forte de Jesus de Mombaça (Kirkman 1972, 153-57). Entre 1976 e 1980, uma equipa conjunta do Institute of Nautical Archaeology (INA) e do National Museum of Kenya, liderada por Robin Piercy e Hamo Sassoon, realizou várias missões nos vestígios, tendo identificado uma parte significativa do casco do navio e mais de 7000 objectos relacionados com o seu funcionamento, vida a bordo e actividade comercial (Piercy 1977; Piercy 1978; Piercy 1979; Piercy 1981; Piercy 1998).

O sítio localizava-se numa zona de declive e de baixa profundidade, entre os 13 e os 16 metros, sendo possível identificar os contornos do navio no fundo marinho sob uma camada de lodos finos e restos de corais (fig. 2). As condições de visibilidade em mergulho alternavam entre fraca e razoável, consoante as marés. A intervenção foi efectuada de forma faseada, utilizando inovadora metodologia arqueológica, precedida pela utilização de meios de detecção remota para caracterização do sítio (Piercy 1976). Os vestígios foram posicionados *in situ* de acordo com uma grelha de referência e registados por desenho e fotografia, o que permitiu uma localização rigorosa dos artefactos e a sua associação aos espaços a bordo. Ao nível das técnicas é também de realçar a utilização de fotogrametria,

7 As principais narrativas para apurar estes factos são a “Planta da ilha de Mombaça, e descrição do princípio do seu [cerco] até o fim dele...”, de António da Cunha de Melo, de 1696 (Fundação Biblioteca Nacional, BNRJ, Rio de Janeiro, cód. I-32, 34, 013, nº006) e a “Historia de Mombaça”, manuscrito anónimo não datado, que deverá ser de 1697 (Biblioteca Nacional de Portugal, BNP, *Fundo Geral*, cód. 584, fls. 1-138v). Agradecemos a Pedro Pinto a indicação destes documentos, tendo-lhe cabido a transcrição deste último, publicada por Al-Salimi e Jansen 2018, vol. 15, 1-98.

bem como a realização de vários perfis e trilaterações do casco, de forma a permitir um registo tridimensional dos vestígios. É este rigor na escavação que nos permite hoje tirar múltiplas informações sobre os materiais recuperados.



Fig. 2. Aspecto dos trabalhos arqueológicos, vendo-se o casco da embarcação (courtesy Robin Piercy).

Na primeira missão (1977) foram escavadas três áreas: a parte central do *tumulus* de lastro do navio, depois estendida até à carlinga do mastro; a zona da proa; e uma área a cota superior, do lado de estibordo. Esta intervenção permitiu desde logo verificar o bom estado de preservação do contexto *in situ*, apenas perturbado na extremidade norte pela colocação de cabos submarinos, bem como delimitar os vestígios naquele flanco de estibordo. Nas missões seguintes (1978, 1979 e 1980) a área de escavação foi aumentada e a estratégia de intervenção adaptada consoante as necessidades de registo. Verificou-se que a proa estava depositada na zona mais profunda e que a embarcação estava tombada sobre bombordo, o que coincide com os relatos do naufrágio (Piercy 1978, 311; Green 1991, 8-9, 31)⁸.

8 Com efeito, as descrições indicam que durante a mudança da maré a fragata pendeu para a proa, virando e naufragando, conforme Piercy 1979, 308-09.

A *Santo António de Taná*, conservada numa extensão de cerca de 30 metros de comprimento por 12 metros de largura, apresentava características diferentes da generalidade das fragatas europeias, já que o espaçamento entre balizas – as peças correspondentes ao esqueleto do navio – era maior que o habitual neste tipo de embarcações. Paralelamente, não apresentava peças de enchimento e as peças de reforço interior estavam dispostas formando um padrão cruzado. Isto, por um lado, tornava o navio mais leve e rápido, por outro, criava uma estrutura de reforço contra a artilharia, parecendo constituir uma adaptação tecnológica deste tipo de navios às necessidades militares do Estado da Índia (Fraga 2007; Fraga 2012a, 668).

Note-se que a maior parte das embarcações mandadas construir pelo monarca no Estado da Índia no início do século XVII destinavam-se à constituição de armadas de defesa das costas, que acompanhavam muitas das cáfilas que ligavam os diversos portos, fornecendo-lhes protecção e assegurando a defesa dos interesses comerciais portugueses (Carvalho 2008, 50-52). Desde o século XVI assistia-se a uma “orientalização das armadas” no Índico, com um peso crescente de navios pequenos e a remo, mais rápidos e manobráveis, tendendo estes a substituir naus e galeões, de difícil navegabilidade junto à costa ou nos rios da região (Rodrigues 2004, 205-14). Tipologicamente a fragata enquadrava-se naquela categoria de navios auxiliares, de médio porte, mas com capacidade para transporte de artilharia⁹. A *Santo António de Taná* armava 42 peças, tendo sido transformada antes do socorro a Mombaça para armar 50 peças, conferindo-lhe maior poder de fogo¹⁰, a que se contrapunha uma menor robustez do reforço interno do casco, mas também uma maior capacidade de manobra, fundamental no socorro a uma praça cercada. Note-se ainda que, além destes aspectos, a embarcação devia também ser capaz de transportar uma carga suficiente para suprir as necessidades do forte, desde géneros, a munições e artilharia, conferindo-lhe um carácter simultaneamente militar e de carga (Fraga 2012b, 63-71).

Para avaliar o contexto arqueológico em presença é importante sublinhar que, por um lado, boa parte dos haveres da embarcação foram retirados pelos portugueses antes do seu afundamento, por outro, que o sítio foi objecto de ampla operação de salvados pelos omanitas após a conquista de Mombaça, nomeadamente através da recuperação de numerosas peças de artilharia (Piercy 1979, 307-09).

9 De facto, Fernando Oliveira no *Livro da Fabrica das Naus* enquadra-a no grupo dos navios a remo e, portanto, de pequeno porte, com uma relação comprimento-boca de 7:1. Já *as Coriosidades de Gonçalo de Sousa* atribuíam-lhe outra configuração. Sobre o assunto veja-se Domingues 2004, 284-85.

10 Jordan 2001, 302, citando o mencionado relatório de Jean-Yves Blot e Maria Luísa Blot (ver nota 4).

Os materiais arqueológicos: relance dos principais achados

A última viagem da *Santo António de Taná* foi uma expedição militar, pelo que destacamos em primeiro lugar os materiais directamente relacionados com a guerra (Darroch 1986; Darroch 1991, 4-6). Dentre estes destacam-se os 1532 projecteis metálicos de armas ligeiras, com diâmetro de um a dois centímetros, portanto correspondendo a diversos tipos de armas; três quartos destes foram descobertos sobre o casco numa zona muito circunscrita da proa da embarcação (entre aduelas de barris), provável zona do porão reservada ao armazenamento destas munições (Piercy 1979, 304), estando o restante quarto também concentrado mas desta feita à popa, eventualmente outro espaço desta natureza. Foram também contabilizados 603 projecteis de armas pesadas, igualmente muito variados (incluindo um bom número de bombas de metralha em ferro), encontradas também numa área específica do navio, desta feita na zona central, junto à carlinga do mastro, mas para a proa, mais um espaço interpretado como armazém no porão da fragata. O mesmo se poderá dizer das 31 granadas de mão de sete a onze centímetros de diâmetro, registadas na sua esmagadora maioria num espaço confinado da proa, embora neste caso no exterior a bombordo do casco. De referir que a fragata estava activa nos combates aquando do seu afundamento, pelo que os projecteis recuperados deverão corresponder às armas então em uso. Refira-se ainda a interessante descoberta de 27 fragmentos de painéis de barro com vestígios de pólvora, neste caso relativamente dispersas. Por fim, os 21 polvorinhos e, sobretudo, as 118 pederneiras destinadas à ignição de armas ligeiras concentravam-se na zona da popa, local onde estava instalada a elite embarcada (Pereira 2014, 53-63). As duas peças de artilharia em bronze, uma das quais com as armas portuguesas e a data 1677, são as escassas sobreviventes da referida campanha de salvados, que terá levado à recuperação de boa parte do poder militar da fragata.

No que toca à dimensão comercial, apenas claramente um tipo de material lhe pode corresponder. Tratam-se de mais de 200 paus de madeira muito escura, dura e pesada, alguns com cerca de dois metros de comprimento e, globalmente, com 16,5 a 22,5 centímetros de diâmetro (fig. 3). Trinta destes paus tinham grafitos mais ou menos claros, como “LM” e “DM”, aquele podendo corresponder ao comandante da expedição, Luís de Melo de Sampaio, este eventualmente ao seu sobrinho, Diogo de Melo de Castro, capitão das forças de infantaria embarcadas. Estas madeiras foram interpretadas primeiro como podendo ser paus de ébano (género *Diospyros*), ou do chamado sândalo africano (*Baphia nitida*), com propósitos portanto que variariam do mobiliário, a utensílios diversos, nomeadamente musicais, e à tinturaria; análises mais recentes indicam que as amostras deverão corresponder a pau-preto ou mpingo (*Oalbergia melanoxylon*). Os

paus deveriam estar acondicionados no porão do navio, tendo sido registados do centro para a popa da embarcação, embora pareça claro que esta mercadoria foi remexida durante as referidas operações de salvados (Piercy 1977, 337; Sassoon 1978, 35; Powel 1996, 8 e 13-15).



Fig. 3. Amostras de paus de madeira, com os grafitos LM e DM (courtesy Robin Piercy).

Destaque para áreas logísticas que existiam no porão, detectadas aquando dos trabalhos arqueológicos. A zona imediatamente sobre a carlinga do mastro consistia num compartimento de robustas paredes de madeira com 2x4m, que além de permitir o acesso às estruturas do navio e a sua manutenção, foi também interpretada como zona de armazém, já que aí se encontraram três grandes jarras (duas de faiança portuguesa e uma chinesa), um carro de pesca, um carro para artilharia, materiais de calafetagem, barris, projecteis de armas ligeiras e uns poucos de artilharia pesada, além de fragmentos de madeira (Piercy 1977, 332). Já para a popa, sobre a quilha e uma camada de lastro, foi detectada uma área compartimentada em pequenos espaços, interpretada como possível armazém de oficiais ligados à navegação e manutenção da fragata (sugere-se o contra-mestre), tendo aqui sido identificadas duas bússolas em madeira, uma lanterna também de madeira revestida com carepas (ao jeito das tradicionais janelas de Goa, feitas com conchas de bivalves), palmas de protecção das mãos, caixas de

pregos e parafusos, estopa sem usar e ferramentas para calafetagem, cunhas de pontaria para as peças de artilharia e grande quantidade de cabos, além de tigelas e de um prato em madeira, baldes, barris e uma esteira (Piercy 1977, 336; Piercy 1978, 306-07)¹¹.

Na área central da embarcação estariam também guardadas as provisões alimentares. Em torno à zona da carlinga do mastro foram identificadas quase todas as 19 botijas cerâmicas recuperadas na escavação (fig. 4), recipientes de grande dimensão vidrados no seu interior (para impermeabilização), onde se transportavam geralmente bens de primeira necessidade, como azeite, vinho, água, mas também mel, azeitonas, ou conservas alimentares (também denominadas anforetas, ou *olive jars*) (Sassoon 1981, 119-120). A sua produção massiva centrou-se na zona ocidental da Andaluzia, em torno de Sevilha, local de onde se proviam as armadas das Índias, mas este tipo de objectos espalhou-se extraordinariamente em vastas regiões atlânticas ao longo da Idade Moderna, sendo menos frequentes em águas do Índico¹². A série destes recipientes fabricada em Portugal obedece a características distintas dos achados da *Santo Antonio de Taná* (Silva 2019, 181-95), pelo que se atribui estes exemplares às oficinas andaluzas.



Fig. 4. Botija, pote de Martabão e vasilha indiana (courtesy Robin Piercy).

11 Veja-se também Piercy 1998, 138, onde porém a orientação destes achados se encontra trocada, já que ela se deu para a popa e não para a proa, e se sugere a existência de dois espaços de armazém de contramestre, factos contrariados no termo do mesmo artigo, à página 139. Sobre as bússolas recuperadas na fragata veja-se Richardson 1991, 16-18.

12 Sobre estes recipientes ver, entre outros: Goggin 1960; Avery 1997; Nena García 2004.

Menos evidente é a posição dos oito “potes de Martabão”, recipientes de grandes dimensões vidrados, neste caso de procedência chinesa e tailandesa-birmanesa, que serviam para o transporte de água, especiarias, preparados de frutas, entre outros bens (fig. 4); nesta embarcação, estes objectos repartiam-se entre a área central e a zona da popa (Sassoon 1981, 107-12; Willoughby 1991, 25-27). Registe-se também um pote não-vidrado de barro escuro (fig. 4), de clara procedência indiana, dada a sua semelhança com exemplares ainda hoje usados em Goa¹³. Deve recordar-se que, antes do afundamento do navio, boa parte das provisões foram retiradas para o forte de Jesus, pelo que estes recipientes de armazenamento têm aqui um significado residual.

Sobre o porão estava o convés do navio, naturalmente mais difícil de averiguar através dos vestígios de naufrágio da *Santa Antónia de Taná*. Em todo o caso, a distribuição global dos vários materiais recuperados permite tecer algumas considerações.

À popa localizava-se o respectivo castelo, provavelmente ornamentado, tendo sido detectados vários fragmentos de elementos decorativos esculpidos em madeira durante os trabalhos de escavação nesta zona do sítio arqueológico. Os vestígios mais significativos são parte de um escudo com as armas de Portugal e duas imagens antropomórficas (Piercy 1977, 337; Piercy 1981, 110). Estas correspondiam a um querubim em teca escura segurando um instrumento de sopro e outra figura com um objecto semelhante a uma garrafa. O querubim será muito semelhante a elementos de arte indo-portuguesa que revestem as igrejas de Goa, como por exemplo a Basílica de Bom Jesus (Blot e Blot 2001, 115-17; Blot 2015, 105-06). Entre as evidências do castelo de popa há ainda que mencionar os vestígios da malha de chumbo que enquadrava as vidraças da zona onde estava instalada a elite embarcada, bem como os seus haveres (Jordan 2001, 306). De facto, foram recolhidos neste flanco da área de escavação os materiais mais significativos e de maior valor, embora muitos deles no exterior para bombordo do navio, resultante da inclinação após o naufrágio¹⁴.

Foi nesta área que se recolheu a grande maioria dos artefactos de mesa em estanho (fig. 5), apanágio do consumo alimentar das elites, nomeadamente um prato de fabrico inglês, uma travessa, uma escudela com tampa, colheres e jarros; são objectos em pequeno número, seguramente resultado do referido processo

13 Como sugeriu Jean-Yves Blot (1991, 6-7), referindo-se à sua venda no famoso mercado de Mapuçá.

14 A área exterior da fragata foi escavada essencialmente na última campanha, embora apenas numa banda de seis metros cobrindo a metade entre a zona central e popa. Logo após a descoberta intui-se que os achados nesta zona se podiam atribuir aos níveis superiores da hierarquia a bordo. Piercy 1981, 109-10.

de recuperação de peças antes do naufrágio (Coelho, Carvalho e Teixeira 2017, 1629-31). No que toca à mesa dos oficiais superiores destaca ainda para uma numerosa colecção de porcelanas chinesas, uma das cargas exportadas para a Europa desde a chegada dos portugueses à Ásia, mas que conheceu incremento massivo e ampla generalização a partir de inícios do século XVII, sendo muito apreciada pelos portugueses na Índia, segundo testemunho do viajante francês Pyrard de Laval (Rivara 1862, 62). O espólio desta embarcação incluía essencialmente pratos e tigelas, mais escassamente jarras, registando-se tipos singulares com datação anterior ao último quartel do século XVI, mas também uma colecção significativa de pratos com simples folhas pintadas, ou exemplares da família verde, datadas da década anterior ao naufrágio; embora arrolando-se exemplares de porcelanas em toda a área, a grande maioria encontrava-se imediatamente no exterior para bombordo da popa da fragata (Sassoon 1981, 99-107).



Fig. 5. Tigela de porcelana, prato, escudela de asas e jarro em estanho (courtesy Robin Piercy).

Também foi neste espaço que se detectaram os elementos mais significativos de vestuário (fig. 6). Entre eles destaca para os botões em prata, seguramente apanágio do capitão ou dos oficiais superiores do navio. Os fabricados em liga de estanho ou de cobre, ou ainda em madeira, também se concentravam nesta área,

mas encontravam-se mais dispersos, sendo certo que pertenceriam a militares portugueses, já que a tripulação de origem não-europeia envergaria trajes sem este tipo de abotoadura. Foram igualmente recolhidos junto aos destroços da popa a grande maioria dos vestígios de calçado, nomeadamente saltos pertencentes a botas ou sapatos de ponta quadrada ou afilada, bem como fragmentos de solas de sapatos de couro, baixos e de ponta arredondada, embora estes também tenham sido verificados na área central; os primeiros pertenceriam por certo a elementos da elite, ao passo que os segundos se registam mais comumente em sítios arqueológicos, embora se deva excluir um uso pela generalidade da marinhagem não-europeia. Já as fivelas, tanto de cintos como de calçado, têm uma distribuição menos clara, apontando-se novamente para uma utilização exclusiva dos militares portugueses (Teixeira e Gil 2012, 672-76).



Fig. 6. Elementos de vestuário: fivelas, botões, brinco e fragmentos de sapatos e respectivos saltos (courtesy Robin Piercy).

Nas escavações da *Santo António de Taná* foi também recolhido um adorno de cabelo feminino, quatro brincos inteiros e outros 15 fragmentos de brincos, tendo estes características muito semelhantes (constituição com florão, laço e pingente, totalizando seis centímetros de comprimento) (fig. 6). Todos estes objectos foram fabricados em azeviche, ou âmbar negro, uma resina fóssil de cor negra brilhante, muito utilizada desde a Idade Média em objectos relacionados com a peregrinação a Santiago de Compostela, portanto elementos claramente cristãos (contas de rosário, cruzeiros, miniaturas de santos), mas a que se atribuíam também poderes protectores e taumatúrgicos, sendo muitas vezes esculpidos em objectos de superstição (amuletos vários, como figas). A sua ocorrência neste contexto arqueológico é enigmática, por um lado porque não seria de prever a presença de mulheres a bordo, por outro pelo elevado número de brincos muito idênticos, parecendo tratar-se de mercadoria para venda. De referir que todos estes brincos foram encontrados derramados para bombordo da popa do navio (Teixeira e Gil 2012, 679-80).

O mesmo sucede com os 13 medalhões em azeviche, de três tipos distintos na forma e dimensão (portanto revelando uma certa standardização), que eram utilizados como pendentes, tendo numa das faces gravadas inscrições cristãs (Jesus e Maria), palavras propiciatórias ou evocativas (como vida, firme, saudade, meu bem ou amores) e antropónimos (Teresa, Adriana, Isabel, Jacinta ou João) (fig. 7). De clara produção em contexto português, podem ter sido utilizados pela tripulação no quadro da sua vida espiritual e afectiva, mas a sua concentração numa área da embarcação não deixa de sustentar que possam ter sido uma carga comercial, da qual restaram naturalmente apenas alguns elementos, o que se compreende pelo contexto referido. Já bem diferente é o achado singular de três medalhas circulares em cobre (fig. 7), encontradas sobre o casco e em zonas distintas da fragata, pelo que estariam a ser usadas por elementos da marinhagem. Muito idênticas às que circulavam na Europa e no mundo colonial europeu dessa época, onde tendiam a figurar devoções particulares de localidades ou de grupos, tinham aqui evocações sugestivamente associadas ao contexto em causa: uma figurava Nossa Senhora do Rosário e Santo António, outra São Martinho de Tours e São Pedro e a derradeira Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier (Teixeira e Gil 2012, 676-79). Foram ainda encontradas várias contas em laqueca, concha, azeviche, madeira, sementes e vidro, com proveniências asiáticas, europeias e africanas, que tanto podem ter sido usadas por gentes com esta multiplicidade de origens, como serem vestígios residuais de cargas comerciais (Torres 2013, 187-216).



Fig. 7. Medalhões em azeviche e medalhas em cobre (courtesy Robin Piercy).

Também os objectos relacionados com a saúde e a higiene se espalhavam pela embarcação, como pentes em osso para desparasitação, agulhas, uma ventosa e uma seringa. Já as caixas de rapé, usadas para inalação de tabaco (que, recorde-se, se acreditava ter poderes curativos), concentravam-se à ré da embarcação, sendo claro que esta prática era apanágio das elites em Portugal¹⁵. O uso de cachimbos cerâmicos era mais generalizado, tendo sido descobertos doze objectos deste tipo, espalhados pela área arqueológica e com várias proveniências: sete exemplares fabricados em caulino, com forninho e longas hastes, um dos quais com a marca “IB” no pedúnculo, de origem inglesa; dois de haste e bocal, de produção geralmente atribuída à costa ocidental africana; duas bases de narguilés ou cachimbos de água de barro grosseiro, omnipresentes em contextos do Índico ocidental, mas possivelmente de origem indiana; e um curioso forninho antropomórfico, com traços europeus e africanos, mas que poderá ser uma intrusão mais recente. Estes objectos pertenceriam aos marinheiros da fragata, sendo a sua diversidade de origens um sinal da sua heterogeneidade (Hall 1991, 18-22).

15 Teresa Costa e Christelle Chouzenoux, “Médicos, doentes e marinheiros: saúde e higiene a bordo da fragata Santo António de Taná (1697)”, comunicação apresentada no 3º encontro *Arqueologia e o mar* (30 e 31 de Maio de 2014), organizada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e o Museu Nacional de Arqueologia. O seu conteúdo encontra-se já no prelo para publicação na monografia final do projecto sobre a fragata Santo António de Taná.

Nos destroços da embarcação foram também identificados objectos em vidro (fig. 8) (Silva 2017, 28-46 e 85-89). Destacam-se as 116 garrafas ou fragmentos de garrafa de fundo quadrado, designadas como *case bottles* na bibliografia arqueológica anglo-saxónica (por serem normalmente transportadas em caixas), de fabrico inglês, com uma medida correspondente à dimensão mais reduzida deste tipo de recipientes, o meio galão (cerca de 4,5 litros). É de longe o conjunto mais expressivo de recipientes vítreos, tendo sido detetado claramente a bombordo, para onde está inclinado o casco, e na zona central do navio. Estes dois elementos fazem-nos pensar que estaria numa zona de armazenamento de bebidas e que teria um conteúdo relacionado com o provimento da elite embarcada (Sassoon 1978, 34), ou mesmo com o comércio. Garrafas com estas características foram muito difundidas a partir de meados do século XVII em várias partes do mundo, já que isolavam muito melhor as bebidas alcoólicas – o seu conteúdo mais frequente – que recipientes de madeira. No que toca às oito garrafas denominadas *onion bottle*, em função da sua forma, também de provável fabrico inglês, foram detectadas na ré do navio, portanto com uma utilização à popa, e em zonas fora do casco, o que pode sugerir a sua localização na zona da coberta aquando do naufrágio. Seriam, pois, recipientes para uso à mesa da elite embarcada, que se alojava nesta área da embarcação. Neste contexto surgiu também uma cabaça, recipiente de produções portuguesas típica deste período.



Fig. 8. Garrafas em vidro, dos tipos *onion bottle* e *case bottle* (courtesy Robin Piercy).

Considerando a demais área do convés da embarcação reconheceram-se materiais para cozinha e alimentação individual bem diferentes dos anteriormente referidos. Na área para a proa registou-se um caldeirão de cobre, que seria um dos principais recipientes para a preparação de alimentos a bordo, para a generalidade da tripulação. Dois outros objectos de cozinha, prováveis bacias para amassar, e um copo medidor, foram detectados na área central para a proa (fig. 9) (Coelho, Carvalho e Teixeira 2017, 1628-39). Nesta zona localizar-se-ia, pois, uma das zonas de preparação de alimentos da fragata, embora não tenha sido detectado nenhum fogão; os navios tinham geralmente um destes espaços para capitão e soldados, outra para a marinhagem, segundo o relato de Pyrard de Laval, que viajou na Carreira da Índia no início do século XVII (Rivara 1862, vol. II, 110).



Fig. 9. Caldeirão em cobre e bacia para amassar em latão (courtesy Robin Piercy).

Na área central, mas desta feita mais para a popa, recolheu-se a grande maioria de pratos, tigelas e covilhetes de faiança portuguesa (fig. 10) (Sassoon 1981, 114-18; Sassoon 1991, 23-24). Cerâmicas brancas com decoração em azul eram produzidas desde o século XVI em Lisboa, Coimbra e Porto, tendo-se tornado ao longo da Idade Moderna o essencial do serviço de mesa em Portugal, nos seus espaços além-mar e em zonas com as quais estes mantinham estreitas ligações comerciais. As suas decorações foram muito inspiradas na porcelana

chinesas coeva, não sem alguns revivalismos¹⁶. Neste contexto arqueológico as faianças, pintadas a azul ou azul e roxo, são menos numerosas que as porcelanas e, acima de tudo, têm uma distribuição espacial na área de escavação totalmente distinta: além de mais de metade das faianças provir desta área central, um pequeno grupo recolheu-se à proa e apenas um exemplar provem das imediações da popa, zona onde se concentravam os achados de porcelanas. Estamos em crer que, se estas serviam a mesa da elite embarcada, aquelas teriam um uso bem mais generalizado (independentemente dos padrões decorativos), comprovado aliás pelas suas intensas marcas de uso.



Fig. 10. Jarra, prato e covilhete de faiança, copo vidrado no interior e tigelas de fabrico manual (courtesy Robin Piercy).

Refiram-se, ainda, os achados das já citadas duas grandes jarras de faiança, decoradas com pinturas de pássaros e plantas, provavelmente contentores de reservas alimentares inseridos numa área de armazenamento e serviço sobre a carlinga do mastro (fig. 10), e uma bacia de barbeiro, com o mesmo tipo de fabrico e localizado também na área central da embarcação (Sassoon 1991,

16 Sobre a faiança portuguesa ver, entre outras, as seguintes monografias ou artigos inseridos em colectâneas de estudos: Calado 1992; Sebastian 2010; Teixeira e Bettencourt 2012; Gomes e Casimiro 2013; Gomes, Casimiro e Gomes, 2016.

22-23). Também ao centro para a proa foram reconhecidos mais de uma dezena de copos vidrados em amarelo com pingos a verde, fabricados com pastas vermelhas (fig. 10), de procedência desconhecida, embora hipoteticamente lisboeta (no estado actual da investigação). Estes deverão ter constituído os objectos de beber a bordo para a generalidade da tripulação (Sassoon 1981, 121-22).

Os objectos cerâmicos não-vidrados, portanto tecnicamente mais simples, são ainda mais interessantes, constituindo a maioria dos utensílios de barro recolhidos na *Santo António de Taná* (Sassoon 1981, 122-28). Foram descobertos quase exclusivamente na metade da embarcação para a proa. Incluem-se os denominados frascos de colo longo, jarros com capacidade de 1,65 litros, finos e de superfícies modeladas, parecendo seguir na sua concepção protótipos em metal ou vidro; foram fabricados com barro cinzento e atribui-se-lhe uma provável origem indiana, servindo a mesa da generalidade da tripulação¹⁷. Considera-se também aqui um grande número de pequenas tigelas individuais, produzidas de forma grosseira manualmente e com cozeduras instáveis, variando a sua cor entre o cinzento, o castanho-escuro e o negro e tendo abundantes inclusões de quartzo; têm decorações plásticas variadas, incisões em bandas irregulares e pinturas a negro e vermelho (fig. 10). Tendo sido recolhidos exemplares idênticos no território actualmente moçambicano e queniano sugere-se uma produção na costa oriental africana. Foram extensivamente usadas, visto se apresentarem muito desgastadas, servindo por certo de recipiente para alimentação para o grosso da tripulação embarcada.

Naturalmente muitos outros tipos de objecto foram resgatados nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, a maioria deles ainda não dados à estampa e cujo estudo completo fornecerá seguramente novas pistas para a interpretação deste importante testemunho material do antigo Estado da Índia.

O Estado da Índia a bordo: notas interpretativas

O sítio arqueológico de naufrágio da *Santo António de Taná* é um dos mais importantes vestígios materiais das navegações portuguesas no Oceano Índico. A par da sua relevância no domínio da arquitectura naval (Jordan 2011, 301-16; Fraga 2007, 145-218; Fraga 2012b, 63-71; Fraga 2012a, 668), sobressai a interessante colecção de materiais, nomeadamente cerâmicos, para um período circunscrito entre 1681 e 1697, tendo numerosas semelhanças e padrões de frequência com achados de Moçambique e de outros sítios arqueológicos quenianos (Sassoon 1981, 129). A sua investigação é, pois, particularmente estimulante em

17 Três deles encontrados num orifício entre barrotes de madeira, segundo Piercy 1979, 303-04.

várias temáticas, tanto no foro exclusivo da arqueologia, como genericamente na reconstituição desta época e espaço. Dos vários assuntos susceptíveis de serem tratados afloramos aqui apenas alguns deles.

Desde logo deve sublinhar-se que os vestígios escavados ao largo de Mombaça e que aqui descrevemos brevemente correspondem seguramente à *Santo António de Taná*. Por um lado, pela descoberta de elementos datantes, sobressaindo o canhão de bronze, mas incluindo uma série de outros materiais com cronologias relativas compatíveis. Por outro, pelas características de uma série de outros achados, tanto elementos da própria estrutura do navio (incluindo os referidos elementos em madeira pertencentes ao castelo de popa com as armas da monarquia portuguesa), como materiais que restaram da sua vida quotidiana nos momentos anteriores ao naufrágio (onde avultam os mencionados medalhões com dizeres bem portugueses). O espólio arqueológico é assim concordante na época, origem e percurso desta fragata (Kirkman 1972, 154; Sassoon 1978, 34; Piercy 1978, 310; Blot 2015, 79-80).

Os achados revelam desde logo as circunstâncias em que decorreu o socorro à fortificação de Mombaça à partir de Goa naqueles anos de 1696 e 1697. O carácter simultaneamente militar e comercial da jornada fica patente nos achados arqueológicos, naturalmente uma pequena porção do que seguia a bordo, mas ainda assim bastante significativos. A componente militar revela-se na quantidade e variedade dos apetrechos bélicos detectados, nomeadamente projecteis de diversos calibres, as “balas de artilharia e mosquetearia, pólvora, pedras de fogo, morrão” a que se referem as fontes como tendo embarcado à saída da Índia¹⁸. Já a descoberta de mais de duas centenas de paus de madeira negra, parte deles com marcas de propriedade, além de eventualmente mais de uma centena de garrafas de vidro para bebidas alcoólicas e alguns objectos em azeviche, são reveladores das actividades mercantis que também decorreram na viagem. Na verdade, se a principal missão confiada pelo vice-rei conde de Vila Verde a Luís de Melo de Sampaio era descercar a fortaleza de Mombaça, este fidalgo também partiu de Goa como capitão-general de Moçambique e rios de Sofala, vago por morte de D. Francisco da Costa (Rodrigues 2013, 257 e 952), um cargo altamente rendoso pelas suas possibilidades comerciais.

A sucessão dos factos naquele ano de 1697 permite considerar que aquele fidalgo deu prioridade aos seus interesses mercantis face ao socorro da posição sitiada. Uma das fontes escritas mais detalhadas na descrição do cerco, a denominada “História de Mombaça”, é muito crítica da acção do vice-rei e do comandante da expedição. Embora *a posteriori*, relata as censuras à nomeação de Melo de Sampaio que tinham corrido em Goa, pois “logo no seu apresto mostrou que

18 BNRJ, cód. I-32, 34, 013, nº006, fl. 164v.

ia mais pera contratar, que pera contender”, hipotecando bens na Misericórdia daquela cidade para ter liquidez para os resgates que esperava fazer. Acusa-se especialmente este fidalgo de descurar as suas obrigações militares, eximindo-se a entrar na barra de Mombaça aquando da sua primeira estadia neste porto: “nunca determinou entrar, e sempre procurou desvios nesta materia”. Apontava-se especialmente a decisão de ter partido para Moçambique para o exercício do seu proveitoso cargo sem ter garantias de que a situação de Mombaça estivesse estabilizada, permitindo aos árabes omanitas receberem reforços e restabelecerem posições. Mais grave ainda, Melo de Sampaio optara por contrariar o assento do Conselho que convocara, recusando seguir para Moçambique numa galeota e deixar a restante armada na cidade sitiada “por lhe parecer pouco decoroso a sua pessoa, alem de outras conueniencias, não fazer viagem a Mossambique na Capitania”¹⁹. Assinalava-se, globalmente, uma conduta despótica em várias situações, uma hipocrisia no cumprimento do seu regimento (amiúde transcrito) e, genericamente, uma má condução dos assuntos da guerra.

A outra fonte que relata estes factos, a “Planta da ilha de Mombaça, e descrição do princípio do seu cerco até o fim dele...”, é bem mais benevolente para Melo de Sampaio. Veicula-se a ideia de que o fidalgo socorreu convenientemente Mombaça aquando da sua primeira estadia de 24 dias no porto da cidade, fornecendo-lhe todo o socorro que trazia da Índia em mantimentos e armamentos e “meteu a gente que era necessária na praça”. Não há qualquer crítica à partida “somente com a sua fragata para Moçambique”, registando-se antes que o fidalgo se preocupara por deixar um dispositivo de avisos e retaguardas conveniente para o caso do cerco se agravar, prontificando-se a regressar caso tal viesse a ser necessário e preparando um socorro durante a sua estadia em Moçambique (corroborado pela outra fonte). Descreve-se que, mal soube do aperto em que se encontrava Mombaça, aprestou-se rapidamente para voltar ao combate, rumando para aquela cidade, convencendo a sua tripulação a entrar no porto “com prudência e ameaços”, já que estes procuravam impedi-lo dada a complexidade da situação militar. Além da situação climática, a culpa por aquela perda é atribuída a outros membros da armada, não ao general, apresentado como o elemento mais corajoso entre as forças portuguesas. Enfim, ante a perda da *Santo António de Taná*, refere-se que Melo de Sampaio morreu “com desgosto e moléstia”²⁰.

As duas versões são naturalmente contraditórias no apuramento de responsabilidades na perda da fragata e sobretudo no fracasso do socorro enviado da Índia para a defesa de Mombaça. Se a primeira é declaradamente um libelo

19 BNP, *Fundo Geral*, Códice 584, fls. 18-18v, 32 e 37v.

20 BNRJ, cód. I-32, 34, 013, nº006, fls. 164v-165, 166-167, 169.

contra Melo de Sampaio, embora bastante caustico para vários dos intervenientes, a segunda parece construir-se para o defender. Em todo o caso, é factual que, depois de introduzir abastecimentos em Mombaça, o capitão seguiu para Moçambique na *Santo António de Taná*, deixando aquela posição ameaçada pelos árabes omanitas e ali regressando apenas face ao agravamento da situação militar. Também é claro que tal decisão acarretou o desmembramento da armada de socorro e que permitiu o reforço militar dos sitiados, contribuindo seguramente para a queda final da posição, ao cabo de um ano e nove meses de cerco. Independentemente do desacerto, nenhuma fonte nega também o desejo deste fidalgo assumir o seu cargo em Moçambique, nem o facto de aí ter praticado mercancia, como aliás era comum.

Com efeito, as ligações mercantis entre a costa ocidental indiana e a costa oriental africana são prévias à chegada dos portugueses ao Índico (Lobato 1995, 157-59), permanecendo naturalmente nas centúrias seguintes. Nos séculos XVI e XVII faziam-se ligações directas entre estas regiões (vários portos indianos e essencialmente a ilha de Moçambique), num comércio fechado e controlado pelas autoridades, sem grande concorrência. Esta actividade mercantil foi ganhando peso na economia do Estado da Índia, na medida em que outras fontes de receita decaíam ou se perdiam, tornando-se o seu maior sustentáculo a partir de meados de Seiscentos. Trocavam-se panos, contas, arroz e armas indianas, sobretudo por ouro, marfim e escravos africanos, em menor escala também por âmbar, tartaruga e madeiras originárias desta região (Lobato 1995, 166; Lobato 1996, 169-98). Por exemplo, na síntese sobre a situação económica do Estado da Índia em meados de Seiscentos, o jesuíta Manuel Godinho registou que vinha “ouro, de Sofala; marfim, ébano e âmbar, de Moçambique” (Godinho 1974, 21-22). Mombaça, pelo contrário, não merecia referência, já que as receitas nunca chegaram aqui para compensar as despesas, apesar de alguns portugueses terem aí prosperado, mercê da sua função de articulação entre o interior, a costa de Melinde e os portos indianos do Norte (Boxer e Azevedo 1960, 28-29 e 53-55; Antunes 1995, 22). Décadas antes o viajante Pyrard de Laval destacara em Moçambique o tráfico de escravos, arrolando outros produtos, como “ébano, o mais negro e excelente do mundo, e lhe chamam os portugueses pau de Moçambique” (Rivara 1862, vol. II, 197; ver também página 202). Os paus de madeira transportados na *Santo António de Taná* teriam, pois, sido resgatados algures em Moçambique nos meses que mediaram as duas aparições do navio em Mombaça, contando-se que acabasse por ser levado para a Índia, onde seria vendido. Não custa pensar, como referimos, que a insistência do comandante da frota em dirigir-se para Moçambique se relacione com o desejo de comerciar, na expectativa da obtenção de lucro aquando do regresso a casa.

Desde o século XVI que o cargo de capitão de Moçambique era um dos mais rendosos do Estado da Índia, em virtude do monopólio que detinha sobre o comércio dos rios de Cuama e Sofala, fosse como representante dos direitos régios, fosse como arrendatário exclusivo deste trato. Estas transações faziam-se geralmente com grandes diferenças de preços entre as mercadorias africanas e indianas, sendo estas muito inflacionadas, permitindo avultados lucros. O sistema favorecia os interesses dos que exerciam aquele cargo, dotados de poder militar e do controlo sobre a administração para impor os seus desígnios, em detrimento dos moradores dos estabelecimentos portugueses da costa africana, que sofriam por vezes constrangimentos nas suas transações de âmbito local e regional. Havia, pois, uma secular promiscuidade entre o desempenho de tarefas militares ao serviço da Coroa e a realização de comércio para proveito próprio (Lobato 1996, 170-88). Esta forma de remuneração era prática corrente na organização do Estado da Índia, permitindo fazer face à sua própria debilidade administrativa, a inexistência de oficialato capaz de exercer ou pelo menos de controlar as prerrogativas da Coroa.

Aqueles eventos de finais de 1697 inserem-se num momento de viragem da exploração daquele trato entre a Índia e África, procurando-se abandonar os referidos modelos de exploração régia e arrendamento ao capitão e tentando instaurar-se uma companhia comercial monopolista, já que o livre comércio raramente foi admitido. Esta teria monopólio sobre o comércio de marfim, âmbar e tartaruga, deixando os demais géneros, de menor lucro, para os demais agentes na costa oriental africana (Araújo 1992, 153-55; Lobato 1996, 197; Antunes 1995, 23-28; Rodrigues 2013, 217-26). Assim, este facto não impediu Luís de Melo de Sampaio e membros do seu séquito de fazerem os seus resgates, como cargas privadas, destinadas a obter lucro no regresso à Índia. As armadas destinadas a descercar Mombaça parecem, aliás, ter causado forte perturbação nas actividades da companhia, precisamente porque o mercado regional ficou “inundado com os [panos] que os oficiais e soldados das forças de socorro levaram” (Cunha 2006, tomo I, 218). A perda daquela cidade acabou por ser o pretexto para a extinção da companhia, entre outras motivações, e o regresso ao monopólio régio, através de uma Junta de Comércio, modelo já antes ensaiado.

Em todo o caso, é importante sublinhar que a situação dos portugueses em Mombaça se vinha deteriorando nas décadas anteriores a este evento, denotando-se uma global escassez de meios humanos e materiais (sobretudo militares) para garantir a sua presença na costa oriental africana. Os portugueses vinham perdendo influência na costa suaíli, onde sempre haviam aproveitado as rivalidades entre as diferentes cidades-estado para se impor, mau grado o seu reduzido número. Nestes finais de Seiscentos reforçavam-se uma série de potentados

contrários à sua presença, sobretudo Pate, que os portugueses não conseguiram submeter nas expedições empreendidas em 1678 e 1687. Este fenómeno conectava-se intimamente com a crescente presença dos árabes omanitas na região, que espicaçavam e apoiavam a animosidade contra os portugueses em vários pontos da costa, mesmo não granjeando aí grandes simpatias. A sua interferência estendia-se, aliás, mais a Sul, fazendo perigar a situação portuguesa em Moçambique, a braços também com problemas no sertão. Os omanitas acabaram por aproveitar os insucessos portugueses para os expulsar da região de Mombaça naqueles anos finais do século XVII (Axelson 1960, 140-62; Boxer e Azevedo 1960, 30-52 e 57-58 e 74; Newitt 1987, 217; Rodrigues 2013, 208-16).

Assim, se o socorro enviado a partir de Goa fracassou, a verdade é que o quadro estratégico em que os portugueses se moviam era crescentemente negativo, pela conjugação de forças antagónicas aos seus interesses (Axelson 1960, 175), incluindo algumas duplicidades das comunidades vizinhas à cidade (Kirkman 1983, 73-82). O cerco a Mombaça pelos omanitas teve para mais contornos épicos, não apenas pela sua longuíssima duração, entre 13 de Março de 1696 e 13 de Dezembro de 1698, como pela encarnizada defesa dos sitiados, incluindo população muçulmana que ali vivia, que acabou por lutar a par dos cristãos no interior do forte de Jesus (Boxer e Azevedo 1960, 59-60). É, igualmente, necessário mencionar que aquele auxílio foi limitado porque a maioria da frota portuguesa do Índico se encontrava então no Golfo Pérsico²¹. Enfim, estas constatações não ilibam de responsabilidades os que tomaram parte daquela armada em 1697, nem a do socorro do ano seguinte enviado a partir de Goa (Boxer e Azevedo 1960, 66-69 e 83-84), já que ambas deram espaço e tempo aos seus contendores para se reorganizarem e não levaram às últimas consequências a missão de socorro à posição cercada. Em todo o caso, estes eventos enquadraram-se certamente num quadro mais vasto de prioridades do Estado da Índia definidas a partir de Lisboa e, sobretudo, de Goa. A capital do Estado da Índia, além de fazer face aos omanitas, via-se ela própria ameaçada pelas alterações políticas do Decão, com a ascensão dos maratas (Antunes 1995, 19-20). Nesse contexto, Mombaça não passava de uma remota periferia do império português (Boxer e Azevedo 1960, 84).

Outro aspecto marcante dos achados arqueológicos é o da composição étnica da tripulação. Como já foi assinalado por outro autor, a *Santo António de Taná* é “um mosaico de culturas enraizadas no lato contexto do Oceano Índico de finais do século XVII”. Se estamos face a uma fragata construída e ao serviço da Coroa portuguesa nestas paragens, os seus vestígios materiais são reveladores

21 BNP, *Fundo Geral*, Códice 584, fol.18-18v.

de “identidades triangulares”, que unem três universos culturais distintos sob a bandeira portuguesa: o asiático, com particular destaque no noroeste indiano, a Península Ibérica e a costa oriental de África. O destaque vai para a variedade de procedências dos objectos a bordo, para além do próprio hibridismo documentado na arquitectura naval da fragata (Blot 2015, 79-81). Se é verdade que o estudo completo do conjunto cerâmico e dos demais materiais recuperados a bordo está ainda por fazer de forma exaustiva, parece claro que a diversidade de materiais acaba por ser o próprio espelho da composição humana do Estado da Índia, tanto em terra, como no mar. Os achados arqueológicos dão-nos conta que seguiram na fragata, à vez, contingentes de nautas europeus, indianos e africanos.

O predomínio do elemento humano não-europeu à partida em Goa é sugerido por um dos relatos da expedição, aliás numa perspectiva bastante eurocêntrica, mas procurando evidenciar como não fora por falta de meios que a expedição falhara os seus intentos: a armada compunha-se de “quatrocentos homens de guerra e com a lotação dos marinheiros que era necessária; é verdade que neste número de soldados e marinheiros entravam muitos naturais, porém estes também são homens e não sabemos que os arábios sejam mais brancos do que eles e nas ocasiões provam às vezes muito melhor que outros, que cuidam que o valor se não pode cobrir com uma couro preta”²². A estadia na ilha de Moçambique parece ter sido assaz mortífera, pois “em espaço de mês e meio morreram cento e cinquenta portugueses (...); os soldados Canarins e mais pessoas desta nação morreram quase todos”²³. Paralelamente, é evidente que em Moçambique ingressaram na fragata muitos africanos, dado o grande número de utensílios alimentares cerâmicos produzidos nesta região encontrados entre os destroços, embora tal contingente não tenha merecido referência nas fontes escritas. Por fim, ainda naquela ilha, Melo de Sampaio “tomou da nau do Reino *Nossa Senhora do Cabo* 270 soldados com suas armas, que com 30 que restavam dos 70 de sua fragata (pois morreram os mais em Moçambique) aprestou 300 soldados”²⁴. É de crer que parte dos haveres destes militares reinóis tenha sido transportada para a *Santo António de Taná*, pelo que, embora relativamente escasso, o conjunto de materiais de origem portuguesa estaria sobrerrepresentado no momento do naufrágio face à globalidade da viagem realizada desde Goa, ou de qualquer embarcação que então circulava sob a bandeira portuguesa nestas paragens.

Em suma, os achados de materiais no sítio de naufrágio da *Santo António de Taná* são reveladores destes distintos portos por onde passou a fragata,

22 BNP, *Fundo Geral*, Códice 584, fol. 20.

23 BNP, *Fundo Geral*, Códice 584, fol. 41v.

24 BNRJ, cód. I-32, 34, 013, nº006, fl. 166.

sobretudo naqueles seus derradeiros anos de vida: Baçaim, onde era foreiro o capitão-geral, trazendo eventualmente alguns dos que habitavam as suas aldeias ribeirinhas, e Goa, onde foi aprestada a embarcação; Mombaça, onde o navio tocou por duas vezes naquele ano de 1697, e Moçambique, onde o capitão estanciou pouco mais de mês e meio, entre aquelas aparições na cidade queniana; e Lisboa, de onde provinha gente e bens a cada viagem da Carreira da Índia, nomeadamente na armada do Reino daquele ano, que se cruzou com a *Santo António de Taná*. Independentemente das flutuações dos contingentes da embarcação, nestes seus derradeiros momentos de existência, é certo que permaneceram entre os seus destroços testemunhos de todas estas proveniências, nomeadamente da componente africana e asiática, vital para a formação e manutenção do Estado da Índia, nomeadamente naquelas paragens²⁵. A etnia e credo dos derradeiros defensores do forte de Jesus sob bandeira portuguesa, naquele final do século XVII, é assaz eloquente desta realidade: menos de 100 portugueses e pelo menos 1500 suaílis. Um dos poucos sobreviventes, Brás Fialho, moço do mestre da malograda *Santo António de Taná*, autor do principal relato sobre os últimos momentos de domínio português no forte, era ele próprio natural da Índia, casado na aldeia goesa de Chimbél, logrando fugir com um companheiro de Baçaim aquando da captura omanita do depauperado forte (Pereira 1938, 330-32; Boxer e Azevedo 1960, 61 e 69-71).

O espólio arqueológico recuperado é também eloquente da organização e hierarquização social a bordo de embarcações como esta. Estas estruturas constituíam verdadeiras micro-sociedades, que replicavam hábitos, costumes e credos das suas áreas de proveniência, “povoações flutuantes” com pessoas de diferentes condições e costumes, incluindo uma série de oficiais especializados, gente de armas e marinheiros, portanto indivíduos de todos os estratos sociais, desde o fidalgo ao indigente (Guinote, Frutuoso e Lopes 1998, 53). Essa diferenciação tinha uma espacialidade a bordo, observável em certos achados da fragata.

Os aposentos do capitão e oficiais superiores situavam-se na zona da popa, tendo aí sido recuperados elementos pertencentes a armas individuais, peças de mobiliário, cerâmicas mais finas, como a porcelana chinesa, objetos metálicos de serviço à mesa, elementos de vestuário (nomeadamente em prata), joalharia, moedas, contas de colar e objectos relacionados com o entretenimento, que aqui não abordámos. Retomando a “História da Mombaça”, relata-se que no regresso a Mombaça a tripulação sentia que Melo de Sampaio não tinha

25 Portugueses moradores na Índia, luso-asiáticos, mas também indianos canarins, constituíam então a maior parte dos colonizadores portugueses na região dos rios de Sena, detendo aí posições comerciais de destaque. Ver Rodrigues 2013, 177-83, 228-29 e 238-39.

verdadeira intenção de combater: “e para esta suspeita também lhe não faltavam fundamentos, assim porque ele como seus sobrinhos conduziam pera a nau várias coisas de passatempo, que eram passarinhos em gaiolas, patos, gazelas, abutres e outros divertimentos, que não diziam bem com a ocasião presente”. Efectivamente, foram achados entre os destroços elementos em madeira com orifícios, ainda inéditos, que podem corresponder a uma destas gaiolas. O que é facto, é que, à partida para Mombaça, fez “embarcar o General tudo o que tinha de seu em Moçambique”²⁶.

Na restante área do navio estariam os demais elementos da tripulação, nomeadamente os não-portugueses. A utensilagem para a alimentação é, pois, absolutamente distinta, detectando-se pratos e tigelas de faiança portuguesa, copos de barro vidrados e tigelas de fabrico africano, entre outros objectos a que se poderá atribuir uma procedência indiana. Elementos de vestuário ou utensílios em metal para uso individual são raros, avultando antes objectos que terão pertencido a uma cozinha, situada na zona da proa. Enfim, a hierarquia dos tripulantes tinha uma clara espacialidade, cor, material e formato, como aliás era regra na sociedade coeva. A *Santo António de Taná* revela-se, a este respeito, como um microcosmos do Estado da Índia.

Considerações finais

Globalização é o conceito chave que resume o significado cultural das evidências do *Santo António de Taná*, pois um mesmo sítio arqueológico com uma cronologia muito precisa integra homens de três continentes: a África, a Ásia e a Europa. Esta fragata é, igualmente, um reflexo da conjuntura político-militar, económica e social do Estado da Índia nos finais do século XVII.

A sua origem reflecte a importância crescente dos estaleiros de Baçaim na construção naval ao serviço do Estado, constituindo uma alternativa indiana à Ribeira de Goa, sobretudo para navios de pequeno e médio porte, ou construindo-se os cascos no Norte e ficando a cargo da capital a fase final dos trabalhos. As características da embarcação, de médio porte mas com capacidade de defesa, constituiria também uma adaptação às condições que se viviam no Índico, numa tendência da progressiva “orientalização” das armadas e crescente importância de frotas de defesa para protecção dos interesses do Estado da Índia. As soluções técnicas do casco da fragata parecem sugerir a necessidade de versatilidade na utilização do navio, com valências simultaneamente militares e de carga.

26 BNP, *Fundo Geral*, Códice 584, fol. 55-55v.

Quanto aos materiais arqueológicos verifica-se uma grande diversidade de categorias, associada à multiplicidade de actividades (e pessoas) a bordo. De uma forma genérica encontram-se representados os equipamentos do navio (militares e outra equipagem, como sobresselentes), bens pessoais (objectos associadas a profissões a bordo, ao consumo de alimentos e elementos de vestuário) e carga (artefactos de transporte de alimentos e outros com valor comercial).

No equipamento do navio, e apesar dos salvados realizados após o naufrágio, foi exumado um conjunto abrangente de armamento, desde artilharia, mas sobretudo projecteis de variadas dimensões, além de granadas de mão e painéis de pólvora, ou equipamentos militares individuais, como polvorinhos e pederneiras. Foram também recuperados fragmentos de velas e materiais de calafetagem, que poderiam corresponder a peças sobresselentes. Consideramos ainda como equipamento do navio o caldeirão de cobre associado à confecção de alimentos.

Os bens pessoais constituem uma das categorias mais interessantes, pois permitiram associar artefactos e espaços a algumas das profissões a bordo, nomeadamente relacionadas com a navegação e manutenção do navio: bússolas, palmas de protecção de mãos, ferramentas de calafetagem, entre outros. Destaque para os objectos relacionadas com a medicina, como uma seringa, ventosas ou agulhas, e com a higiene e saúde a bordo, como pentes para desparasitação ou caixas de rapé para inalação de tabaco. Entre os artefactos associados ao consumo de alimentos a bordo foram identificadas travessas, escudelas, pratos, tigelas, jarros ou garrafas, produzidos em diferentes materiais, como estanho, cerâmica, madeira ou vidro, e em diferentes localizações, consoante se tratavam de objectos associados à mesa dos fidalgos localizados junto ao castelo de popa, ou objectos da tripulação e, portanto, mais espalhados no navio. Também os elementos do vestuário encontrados reflectem a hierarquia a bordo, como por exemplo os botões em diferentes materiais: prata para as classes mais nobres e estanho, cobre ou madeira para outros oficiais e soldados; ou as tipologias de calçado, com as solas com salto associadas a fidalgos e rasas à marinhagem. Além da hierarquia a bordo, alguns equipamentos pessoais permitem ainda inferir diferentes culturas a bordo, como é o caso dos cachimbos, uns de tipologias europeias, outros africanas e outros ainda asiáticas produzidos em diferentes materiais.

Quanto à carga, temos os elementos associados a objectos de transporte de alimentos, como as anforetas ou as *case bottles*, ou outros com mais estrito valor comercial, como seriam os paus de madeira negra, alguns com marcas de propriedade, e eventualmente alguns elementos em azeviche.

Enfim, as gentes que tripulavam a *Santo António de Taná* testemunham a composição social e étnica do Estado da Índia, bem como o contexto político e económico da presença portuguesa na costa oriental africana nos finais de Seiscentos. Fica

patente a relação entre interesses régios e pessoais nas relações de poder entre portugueses no Oriente, onde uma débil estrutura administrativa obrigava a Coroa, ou os seus mais directos representantes em Goa, a encontrar equilíbrios com as elites ali instaladas, numa estrutura típica de uma periferia do Estado Moderno. Se por um lado se cometiam missões militares aos diversos fidalgos, destinadas a manter a integridade do Estado, por outro promovia-se a sua remuneração pela cedência de direitos régios ou o desempenho de cargos, contemporizando-se muitas vezes com atitudes individuais situadas nos limites dos regimentos prescritos. Este parece ter sido o caso de Luís de Melo de Sampaio, que não fica isento de culpas no naufrágio da fragata e, assim, no desfecho da missão que lhe fora atribuída, a protecção de Mombaça face ao cerco das forças omanitas. A ânsia de exercer o seu cargo em Moçambique, onde se terá entregue à mercancia, como era habitual, bem como uma condução desajustada das operações, acabaram por ter como consequência o triunfo do assalto, pondo fim à presença portuguesa naquela região da costa suaili.

Bibliografia

Fontes manuscritas

ARQUIVO Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Consultas Mistas, cód. 18.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, *Casa de Fronteira*, maço 245.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, *Documentos Remetidos na Índia ou Livro das Monções*, livro 48.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal, *Fundo Geral*, cód. 584.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, cód. I-32, 34, 013, nº006.

HISTORICAL Archives of Goa, *Aforamentos*, cód. 2201, 2329, 2332.

Fontes impressas

AL-SALIMI, Abdulrahman, e Michel Jansen (ed.). 2018. *Portugal in the Sea of Oman: Religion and Politics. Research on Documents*. Hildesheim / Zurich / New York: Georg Olms Verlag.

COUTO, Diogo do. 1973-1976, *Da Ásia*. Lisboa: Livraria Sam Carlos.

GODINHO, Padre Manuel. 1974. *Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal no Ano de 1663*, ed. A. Machado Guerreiro. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

PEREIRA, A. B. Bragança (ed.). 1938. *Arquivo Português Oriental*, tomo IV, vol. II, parte II, 288-365. Bastorá: Tipografia Rangel.

PISSURLENCAR, P. S. S. (ed.). 1954. *Assentos do Conselho de Estado (1618-1750)*. Bastorá: Arquivo Histórico do Estado da Índia.

- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.). 1862. *Viagem de Francisco Pyrard às Índias Orientais*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- TRINDADE, Frei Paulo da. 1964. *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. F. Félix Lopes. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Estudos

- ANTUNES, Luís Frederico Dias. 1995. “A Crise no Estado da Índia no Final do Século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu.” *Mare Liberum* 9: 19-29.
- ARAÚJO, Maria Benedita de. 1992. *O giro moçambicano. Subsídio para a História de Moçambique (1498-1752)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- AVERY, George E.. 1997. *Pots as packaging: the Spanish olive jar and Andalusian transatlantic commercial activity: 16th-18th centuries*. Gainesville: University of Florida.
- AXELSON, Eric. 1960. *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- BLOT, Jean-Yves, e Maria Luís Pinheiro Blot. 2001. “Archives and Nautical Archaeology: Late 17th century Portuguese shipbuilding in India and the *fragata* «Santo António de Tanna».” In *Fourth Centenary Volume of the Goa Archives (1595-1995)*, ed. S. K. Mhamai, 104-124. Goa: Directorate of Archives and Archaeology.
- BLOT, Jean-Yves. 1991. “Research in India provides Clues.” *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 6-8.
- BLOT, Jean-Yves. 2015. “Triangular identities: in search of *fragata Santo António de Tanna* (Vasai/Goa 1680, Mombasa 1697).” In *Shipwrecks around the World: Revelations of the Past*, ed. Sila Tripathi, 72-113. Nova Deli: Delta Book World.
- BOXER, C. R., e Carlos de Azevedo. 1960. *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa 1593-1729*. Londres: Hollis and Carter.
- CALADO, Rafael Salinas. 1992. *Faiança portuguesa: sua evolução até ao início do séc. XX*. Lisboa: Correios de Portugal.
- CARREIRA, Ernestina. 2006. “Aspectos Políticos.” In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo I, 17-122. Lisboa: Editorial Estampa.
- CARVALHO, Patrícia Catarina Sanches de. 2008. “Os Estaleiros na Índia Portuguesa (1595-1630).” Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- COELHO, Inês Pinto, Patrícia Carvalho, e André Teixeira. 2017. “A cozinha e a mesa a bordo da fragata portuguesa *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697): estudo de objectos metálicos e em madeira.” In *Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão*, ed. José Morais Arnaud e Andrea Martins, 1627-1639. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- CUNHA, João Manuel Teles e. 2006. "A rede económica do Estado da Índia (1660-1750)." In *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V (*O Império Oriental 1660-1820*), coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tomo I, 162-338. Lisboa: Editorial Estampa.
- DARROCH, Alison Christine. 1986. "The Visionary Shadow: A Description and Analysis of the Armaments Aboard the Santo António de Tanna." Dissertação de mestrado, Texas A&M University.
- DARROCH, Alison Christine. 1991. "The Weapons from the Santo António de Tanna." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 4-6.
- DOMINGUES, Francisco Contente. 2004. *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- FRAGA, Tiago. 2007. "Santo Antonio de Tanná. Story and Reconstruction." Dissertação de mestrado, Texas A&M University.
- FRAGA, Tiago. 2012a. "Santo António de Tanná. Uma fragata do Período Moderno." In *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*, ed. André Teixeira e José Bettencourt, 665-670. Lisboa: CHAM.
- FRAGA, Tiago. 2012b. "The Development of the Portuguese Frigate-Merchant of the Late-17th century." *ACUA Underwater Archaeology Proceedings 2012*, ed. Brian Jordan e Troy Nowak, 63-71. Columbus OH: Advisory Council on Underwater Archaeology.
- GARCÍA, Carmen Nena. 2004. "Nuevos datos sobre bastimentos y envases en armadas y flotas de la Carrera." *Revista de Indias* 64(231): 447-84.
- GOGGIN, John M.. 1960. *The Spanish olive jar. An introductory study*. New Haven: Yale University.
- GOMES, Mário Varela, e Tânia Casimiro (ed.). 2013. *On the World's Routes – Portuguese Faience, 16th -18th centuries*. Lisboa: IAP.
- GOMES, Rosa Varela, Tânia Manuel Casimiro, e Mário Varela Gomes (ed.). 2016. *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience: (16th-19th Centuries)*. Lisboa: IAP.
- GREEN, Jeremy. 1991. "Hull Recording Methods Used at Mombasa." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 8-9.
- GUINOTE, Paulo, Eduardo Frutuoso, e António Lopes. 1998. *Naufrágios e outras perdas da "Carreira da Índia" séculos XVI-XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- HALL, J. L.. 1991. "A fire in the bowl, a medicine in the smoke: evidence of smoking aboard the Santo Antonio de Tanna." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 18-22.
- JORDAN, Brian. 2001. "Wrecked ships and ruined empires: an interpretation of the Santo António de Tanna's hull remains using archaeological and historical data." In *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval an Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*, ed. Francisco Alves, 301-316. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- KIRKMAN, James. 1972. "A Portuguese wreck of Mombasa, Kenya." *International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration* 1: 153-157.
- KIRKMAN, James. 1983. "The Muzungulos of Mombasa." *The International Journal of African Historical Studies* 16(1): 73-82.
- LOBATO, Manuel. 1995. "Relações Comerciais Entre a Índia e a Costa Africana nos Séculos XVI e XVII. O Papel do Guzerate no Comércio de Moçambique." *Mare Liberum* 9: 157-173.
- LOBATO, Manuel. 1996. "Os regimes de comércio externo em Moçambique nos séculos XV e XVII." *Povos e Culturas* 5: 169-98.
- MATOS, Artur Teodoro de. 2003. "O Orçamento do Estado da Índia de 1588." *Povos e Culturas* 8: 229-353.
- NEWITT, M. D. D.. 1987. "East Africa and Indian Ocean Trade: 1500-1800." In *India and the Indian Ocean, 1500-1800*, ed. Ashin Das Gupta e Michael Naylor Pearson, 201-223. Oxford: Oxford University Press.
- PEREIRA, Mariana. 2014. "Organização interna e distribuição da carga a bordo da fragata *Santo António de Taná* (1697)." Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PIERCY, Robin. 1976. "The Mombasa Shipwreck." *AINA Newsletter* 3(3): páginas.
- PIERCY, Robin. 1977. "Mombasa wreck excavation, Preliminary report, 1977." *International Journal of Nautical Archaeology* 6(4): 331-47.
- PIERCY, Robin. 1978. "Mombasa wreck excavation, second preliminary report." *International Journal of Nautical Archaeology* 7(4): 301-19.
- PIERCY, Robin. 1979. "Mombasa wreck excavation. Third preliminary report, 1979." *International Journal of Nautical Archaeology* 8(4): 303-09.
- PIERCY, Robin. 1981. "Mombasa wreck excavation. Fourth preliminary report, 1980." *International Journal of Nautical Archaeology* 10(2): 109-18.
- PIERCY, Robin. 1998. "A Escavação do Santo António de Tanna, um navio português naufragado no porto de Mombaça." *almadam* II(7): 135-40.
- POWEL, Christine A.. 1996. "The Logs from the Mombasa Wreck." *The INA Quarterly* 23(2): 7-15.
- RICHARDSON, Lisa Shuey. 1991. "The Compasses." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 16-18.
- RODRIGUES, Eugénia. 2013. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. 2004. "A Guerra na Índia." In *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, 205-14. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SASSOON, Hamo. 1978. "Marine thoughts of a land archaeologist derived from the Mombasa Wreck excavation." In *Beneath the Waters of Time: The Proceedings of the Ninth Conference on Underwater Archaeology*, ed. J. Barto Arnold, III, 33-37. Austin: Texas Antiquities Committee.

- SASSOON, Hamo. 1981. "Ceramics from the wreck of a Portuguese ship at Mombasa." *Azania* 16: 97-130.
- SASSOON, Hamo. 1991. "The Portuguese faience." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 22-24.
- SEBASTIAN, Luís. 2010. "A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)." Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- SILVA, Ricardo Costeira da. 2019. "Um carregó de abóbada na igreja quinhentista de Santo António (Aveiro, Portugal)." *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 181-95.
- SILVA, Tiago. 2017. "O vidro a bordo nos séculos XVII-XVIII: uma perspectiva comparada a partir dos casos da fragata Santo António de Taná e do naufrágio Baía da Horta 1 (BH-001)." Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- TEIXEIRA, André, e José Bettencourt (ed.). 2012. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM.
- TEIXEIRA, André, e Luís Serrão Gil. 2012. "Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697." In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, ed. André Teixeira e José Bettencourt, 671-682. Lisboa: CHAM.
- TEIXEIRA, André, e Patrícia Carvalho. 2020. "A construção naval na Índia Portuguesa nos séculos XVI e XVII." In *Os Portugueses e a Ásia Marítima: Trocas Científicas, Técnicas e Sócio-Culturais (séculos XVI-XVIII)*, ed. Vítor Gaspar Rodrigues e Ana Paula Avelar, 27-45. Lisboa: Academia da Marinha.
- TEIXEIRA, André. 2010. "Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)." Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TORRES, Andreia Martins. 2013. "As contas a bordo do Sto. António de Tanná (1697). Um exemplo de intercâmbios num mundo global." *História. Revista da Universidade Federal de Goiânia*, 18(2): 187-216.
- WILLOUGHBY, Farid Paul. 1991. "The Martaban Jars." *Institute of Nautical Archaeology Newsletter* 18(2): 25-27.

Mobilidades e Obras Públicas: rupturas e permanências entre os antigos territórios do Estado da Índia.

ALICE SANTIAGO FARIA

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Introdução

Em Dezembro de 1869 que foram criadas pela primeira vez em todo o espaço ultramarino português, com uma organização base semelhante, as Direcções de Obras Públicas¹. Com a sua criação desejou-se o desenvolvimento de todos os territórios e apostou-se na descentralização, dotando estas repartições do pessoal técnico necessário para tal. Criou-se um serviço com uma missão e características comuns, mas atendeu-se às especificidades e aos contextos locais de cada território. Esta legislação, posteriormente revista em 1892 e novamente em 1911 – definiu o funcionamento básico dos serviços de Obras Públicas locais que foram parte fundamental da política e da administração dos territórios coloniais, e uma peça essencial na transformação física destes espaços ao longo dos séculos XIX e XX (Faria, 2020)².

Na organização geral das Obras Públicas de 1869, os territórios ultramarinos foram estruturados em duas divisões: a primeira, composta por Cabo Verde (que incluía o território da Guiné-Bissau até 1879), S. Tomé e Príncipe, e Angola, e a segunda, o Estado da Índia, Moçambique, Macau e Timor. O texto introdutório

1 Direcção Geral do Ultramar, “Da organização geral do serviço das Obras Públicas nas províncias ultramarinas”, em *Diário do Governo* n.284, 1572-73.

2 Sobre a importância dos serviços de Obras Públicas locais veja-se o exemplo do caso de Goa: Faria 2014b.

do decreto dava preferência aos engenheiros formados na escola militar de Goa³ para preencher os quadros da segunda divisão, sublinhando assim as relações históricas entre estes territórios. As Direcções de Obras Públicas foram sendo criadas ao ritmo e consoante as necessidades de cada território, conforme previsto pela legislação. Assim, só quase uma década depois foi organizada a primeira expedição de Obras Públicas ao território de Moçambique cujo objectivo principal era estabelecer estes serviços no território.

Moçambique tornou-se independente do Estado da Índia em meados do século XVIII, no entanto, houve laços e redes de trocas que se mantiveram. A dependência de Moçambique relativamente à Índia a diversos níveis, alimentar, de mão de obra entre outros, era muitas vezes realçada (Ennes 1893, 18). O objectivo deste texto é chamar atenção para algumas rupturas, mas também para algumas permanências, nas relações entre os dois territórios no âmbito das Obras Públicas, no final do século XIX, tentando entender porque umas se foram mantendo e outras não.

As mudanças ao modo de operar das Obras Públicas nos territórios ultramarinos aconteceram num tempo cheio de mudanças, quer na conjuntura nacional quer na internacional. Alterações que tinham como claro propósito de estabelecer o domínio colonial de Portugal sobre estes territórios, na sequência da independência do Brasil, e dos eventos internacionais da partilha de África que se adivinhavam, ou seja dos acontecimentos de meados da década 1880 e início da década seguinte – Mapa Cor de Rosa, a Conferência de Berlim (1884) e *Ultimatum* inglês de 1890⁴.

Nas mais variadas narrativas sobre Moçambique, o território surge sempre como um lugar de trocas por excelência, um entreposto africano entre o ocidente e o oriente onde à força da presença europeia, três culturas se encontravam. Pélisser descreve o território como “....uma membrana receptiva e porosa ao exterior, quer fosse a Índia quer fosse os vizinhos do Oeste” (1994, Vol. I, 135), esta leitura é ilustrativa da presença portuguesa até meados do século XIX no território: Moçambique era uma linha de costa onde essas interações aconteciam. O território de Moçambique, com a configuração aproximada do país de hoje, só foi surgindo ao longo do século XIX com as “descobertas” dos sertões e as viagens dos exploradores.

3 Sobre esta questão e a organização destes serviços nestes territórios veja-se: Faria 2012; Faria 2020; Marçal 2018.

4 Existe muita bibliografia sobre este período para um olhar geral, veja-se: Alexandre 2000; Alexandre e Dias 1998; Marques 2001.

O texto organiza-se em três partes, para além desta introdução, onde se procurou fazer um breve enquadramento deste trabalho. Na primeira, será abordada a organização dos Serviços de Obras Públicas no território de Moçambique e ao modo como estas funcionavam na prática, olhando para a passagem dos serviços entre as duas cidades capitais do território na segunda metade do século XIX, um processo de avanços e recuos que faz lembrar as discussões sobre a mudança da capital no território de Goa.

A segunda abordará alguns tipos específicos de mobilidades no âmbito das Obras Públicas: do pessoal do corpo técnico à mão de obra e aos materiais de construção, à circulação do conhecimento entre estes dois territórios conectando o campo das Obras Públicas com a hierarquia de gestão colonial, usando para tal o caso do Curso de Agrimensura criado no Estado da Índia.

A utilização do conceito de mobilidades, e a sua ilustração através de casos de estudos muito específicos, pretende sublinhar o enquadramento num sistema de relações mais complexo, apenas apontado neste texto, um sistema de circulação de práticas⁵, potenciadas pelos movimentos – no espaço, no tempo e na hierarquia colonial – entre estes dois territórios cujo reconhecimento são objectivo principal deste texto e do qual tratará a terceira parte em jeito de conclusão.

1. A organização da Direcção de Obras Públicas em Moçambique

Os serviços de Obras Públicas locais no território de Moçambique tiveram origem nas expedições organizadas pelo ministro Andrade Corvo, a Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a Moçambique em 1876. João Andrade Corvo era então Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-1878) e Ministro da Marinha e do Ultramar (1872-1877) e essas expedições eram uma parte importante do desenvolvimento de seu projeto colonial. A expedição a Angola decorreu sob o comando de Manuel Rafael Gorjão, enquanto que para liderar a missão a Moçambique foi nomeado Joaquim José Machado⁶.

5 Faria 2014a; Mol e Law 1994; Schäfer 2018; Merriman e Pearce 2019; Clarsen, Merriman e Sheller 2018. A utilização do termo mobilidade neste texto contrasta com a utilização do mesmo em trabalhos da história da ciência também citados neste texto, que consideram a circulação mais abrangente que a mobilidade por implicar um movimento de ir e de regressar (veja-se por exemplo os textos de Kapil Raj). É exatamente por esse aspecto de retorno que considero o termo mobilidade mais abrangente e mais adequado para o meu contexto de trabalho.

6 Joaquim José Machado foi nomeado em 1876, mas só embarca em 1877. Foi Director das Obras Públicas durante 3 anos, trabalhou entre outras coisas: no projecto e construção inicial do caminho de ferro entre Maputo e o Transval e da demarcação das fronteiras a sul de Maputo. Nos anos seguintes dirigiu a fiscalização do caminho de ferro de Ambaça e estudou a linha de Moçâmedes, em Angola, e em Moçambique, foi comissário do Governo Português

Foi neste contexto que, em Dezembro de 1876, foi organizada a Direção de Obras Públicas de Moçambique, tendo sido publicado o seu regulamento⁷. Na Índia, os serviços já tinham sido organizados em 1840, quando deixaram de ser da responsabilidade do Senado de Goa para passar para a administração do Governo do território, e o decreto de 1869 foi aplicado com algumas alterações devido à sua especificidade em Maio de 1870. Macau, do qual Timor dependia durante este período em estudo, viu o seu quadro organizado em Março de 1870⁸.

Repartições de Agrimensura, das obras no porto de Lourenço Marques, e serviços ligados à construção de linhas de caminho de ferro também foram criados até a última década do século XIX. Esses serviços foram, às vezes, autónomos e às vezes dependentes da Direcção de Obras Públicas. Algumas obras foram realizadas com o que hoje chamaríamos de “parcerias publico-privadas”, como o caso do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, projecto no qual Joaquim José Machado trabalhou na sua primeira missão no território e ao qual ficaria ligado depois de deixar o cargo de Director das Obras Públicas⁹. Assim, muitas vezes os técnicos de Obras Públicas trabalharam nesses e noutros serviços estatais, e vice-versa. Foi este também o caso de Fernando Maria Quintella, conductor de trabalhos, que trabalhou também nos Serviços Técnicos Municipais de Lourenço Marques; ou de Carlos Roma Machado de Faria e Maia, que depois de ser Director das Obras Públicas (1897-1900) foi trabalhar para a Companhia de Moçambique, à semelhança de Joaquim José Machado. Outra vezes, era a própria regulamentação destes serviços “público-privados” que deixava explicito que os seus técnicos tinham de ter experiência anterior de trabalho nas Obras Públicas.

para a delimitação da fronteira do Traansval. Governador-geral de Moçambique (Junho 1890-Julho 1891; Maio de a Outubro de 1900, Abril 1914 a Maio de 1915) e da Índia (1897-1900), e dirigiu ainda a Companhia de Moçambique e uma missão. Para uma biografia mais detalhada da vida de Joaquim José Machado veja-se Marçal 2018, 141-209; Zúquete 1962, 243-44.

7 Regulamento para Administração e Fiscalização das Obras Públicas de Moçambique publicado em Decreto de 23 de dezembro de 1876, em Silva 1904, 305.

8 Sobre este assunto veja-se Faria 2020, que este texto usa como ponto de partida e que esta parte do texto segue.

9 Sobre os caminhos-de-ferro coloniais vejam-se os trabalhos de Bruno Marçal (2018) e de Hugo Silveira Pereira (2018).

1876 | 1880 | 1907

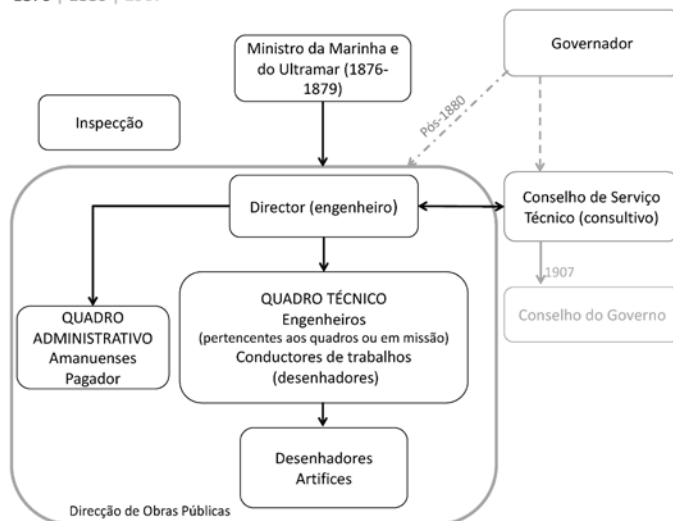


Fig. 1. Esquema resumo da organização da Direcção de Obras Públicas e órgãos a que estava subordinada e suas alterações entre o final do século XIX e início do XX

Desde 1876 e até 1880, ou seja, coincidente quase na totalidade com o período em que Joaquim José Machado foi Director das Obras Públicas, este não respondia ao Governador (Fig. 1), como acontecia nos outros territórios, mas sim directamente ao Ministro da Marinha e do Ultramar (Machado 1879). O investimento durante este período foi grande, embora segundo a maioria dos autores sem grandes resultados visíveis¹⁰. Estavam, no entanto, lançadas as bases para as transformações que se foram tornando visíveis nas décadas seguintes.

A direcção ficou estruturada em três secções geográficas – Moçambique, Quelimane e Lourenço Marques. Moçambique era a 1ª secção, a sede, e onde em princípio se encontra o director de serviços. O quadro de pessoal tinha o engenheiro director, três chefes de secção, engenheiros, dezasseis condutores e três desenhadores.

Esta organização mudou ao longo dos anos, nomeadamente com a criação de novas secções e subsecções. A primeira foi a subsecção de Inhambane criada logo no ano seguinte, que dependia de Lourenço Marques; seguiu-se a subsecção de Chinde e iria desaparecer mais tarde e anos depois Tete, que era o 5º distrito.

10 Péliissier refere que foram aplicados mais de 469 000\$000 em construções e mais de 200 000\$000 em salários entre 1877 e 1879. Mas que por falta de créditos nos anos seguintes as obras ficariam por terminar (2006, Vol. I, 138).

Em 1901, o serviço tinha cerca de 10 técnicos para 15 lugares no quadro, divididos por três secções geográficas: Moçambique, Quelimane e Lourenço Marques, que tinha uma subsecção em Inhambane. A estes acresciam os técnicos da Agrimensura e do porto de Lourenço Marques, que tinha passado a ser secções das Obras Públicas. Em 1907, esta organização foi alterada, aquando da reorganização administrativa do território, mas sem mudanças significativas, e, novamente em 1911, no seguimento de nova legislação geral. Voltou a ser instituído o cargo de Inspetor, que será extinto em 1925, e a sede das Obras Públicas, passou da Ilha de Moçambique, base administrativa do distrito de Moçambique, para Lourenço Marques, regularizando a realidade do que acontecia no terreno. Passaram a existir cinco secções geográficas: Lourenço Marques, com um quadro composto por 10 técnicos onde se incluía o director e um arquiteto; Inhambane, Quelimane e Tete, cada um com um engenheiro chefe de secção e um condutor de trabalhos, e Moçambique que, para além do engenheiro chefe de secção, tinha três condutores de trabalhos. Esta organização manteve-se até aos anos 20. O número de engenheiros, condutores de trabalhos e desenhadores, a trabalhar simultaneamente no território nas Obras Públicas, variou entre 10 e 28 técnicos, aos quais se juntavam quase outros tantos da Agrimensura e das obras do porto de Lourenço Marques¹¹. Foi sempre, desde a sua criação em 1876, um quadro técnico bastante extenso. Na sua maioria os técnicos eram da metrópole, onde tinham nascido e feito a sua formação, com raras excepções.

A dificuldade em conseguir técnicos para irem trabalhar em Moçambique é relatada desde o estabelecimento do serviço de Obras Públicas em 1876 (Machado 1879; Machado 1881). A falta de pessoal e as dificuldades na direcção de um território muito grande e subdividido, não pacificado, com uma organização hierárquica que levava muitas vezes à sobreposição de competências¹², traziam dificuldades à manutenção das hierarquias estabelecidas e à gestão do dia a dia das Obras Públicas. Em 1898 o Director das Obras Públicas, Carlos Faria e Maia, queixava-se mesmo que “... os meus antecessores nunca abriram livro para registo do pessoal tecnico e administrativo...”¹³. Sabe-se que isso não

11 Obras do porto de Lourenço Marques passaram a ser um secção especial da Direcção de Obras Públicas por portaria de 15 de Outubro de 1900, Silva 1904.

12 Isto não acontecia somente em Moçambique, mas em todos os territórios. Veja-se o caso das Obras Públicas de Goa, ou a referência à acumulação dos cargos por parte dos militares, sobretudo oficiais em: Faria 2014b; Ennes 1893, 119-20.

13 Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal (AHU). N.º 1381. Código de Sala: 1L. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar (SEMU). Secção: Direcção Geral do Ultramar (DGU). Caixa. Dat.: 1897-1906. Assuntos: Obras Publicas. Pessoal. Geografia: Moçambique. Carlos Roma Machado de Faria e Maia. “Direcção das Obras Publicas da Província de Moçambique em Lourenço Marques.” Lourenço Marques, 1898.

é verdade pois existem, no Arquivo Histórico Ultramarino, mapas de pessoal desde o primeiro ano de funcionamento da Direcção, mas isto demonstra a dificuldade no seu funcionamento, sobretudo nas alturas de passagem de serviço. Já no ano seguinte, Carlos Faria e Maia refere que se tentavam responder às exigências relativamente aos relatórios, mas que a extensão e dispersão do território, juntamente com a quantidade de trabalho que tinham e o pouco número de técnicos, fazia que fosse impossível responder atempadamente.

Entre a Ilha de Moçambique e Lourenço Marques

Como referido, Moçambique, cidade localizada na Ilha de Moçambique, era o local onde se situava a sede oficial dos serviços, apesar de logo em 1876, ano em que Lourenço Marques passa a vila, as prioridades de trabalho das Obras Públicas serem claras: o caminho de ferro de Lourenço Marques, as obras no porto e a na futura cidade. Apesar de também os directores das Obras Públicas ficarem, na sua maioria, em Lourenço Marques por ser o local onde se localizavam a maioria das obras novas; a sede oficial da secção das Obras Públicas foi-se mantendo na Ilha de Moçambique, onde a povoação que tinha passado de vila a cidade em 1818¹⁴. Talvez porque a falta de todo o tipo de infraestruturas em Lourenço Marques, fizesse com que alguns tivessem dúvidas. Em 1876, Joaquim José Machado refere na sua chegada que era “*necessário fazer tudo. Sem exagero não há effectivamente uma edificação pública em bom estado*”. Acrescentando “*O meu primeiro cuidado foi escolher numa encosta próxima um local que me pareceu adequado para a nova povoação, e determinar a rua em que se deviam edificar as barracas de madeiras...*” (Machado 1879, 95). Falava de 19 casas pré-fabricadas de madeira que tinham vindo de barco com a expedição e onde iam ser as instalações de uma força militar vinda da Índia, mas como essa força não chegava, foi aí que se instalaram as Obras Públicas, casas de oficiais, de operários, depósitos, farmácia e casa do farmacêutico, e um hospital. Ou seja, uma pequena vila. Lourenço Marques era nesta época um enorme estaleiro, com obras de secagem do pântano na parte baixa, com obras a decorrerem no caminho de ferro, no porto e em muitos edifícios¹⁵. Assim, na chegada à Ilha de Moçambique, apesar das queixas do mau estado do edifício de S. Domingos onde as Obras Públicas funcionavam, juntamente com outras repartições, refere: “*Vinhamos, porém, de Lourenço Marques, e por consequência, não obstante as pessimas condições e*

14 Vila de Moçambique elevada à categoria de cidade a 17 de setembro de 1818. Silva 1904, 286.

15 Morais 2001; “Relatórios de Obras Públicas. Moçambique.”

mau estado d'este edificio, reputámo-nos muito mais felizes, que os nossos collegas d'aquella secção." (Machado 1879, 95).

Anos depois, Roma Machado, refere num relatório com data de Agosto de 1901: "*No que diz respeito a edificios publicos em Lourenço Marques são eles bem necessários mormente se ficar estabelecido que a sede do Governo Geral fica nesta cidade.*"¹⁶ Lourenço Marques já era capital desde 1 de dezembro de 1898, ou seja, há 3 anos.

Estas são hesitações que nos fazem lembrar outros territórios do outro lado Oceano Índico (Faria 2014b, 70-76) e somente em 1911, a sede oficial e a sede real das Obras Públicas se juntam definitivamente na nova capital.

2. Entre Moçambique e o Estado da Índia

Esta segunda parte vai olhar com mais detalhe para dois exemplos, por entre os diversos tipos de mobilidades existentes no sector das Obras Públicas, para a mobilidade de pessoas e para materiais de construção. Casos de estudo que servem para demonstrar a multiplicidade e heterogeneidade destas conexões e de como elas se interligam. Mais concretamente, no primeiro caso, será analisada a mobilidade do pessoal do corpo técnico – engenheiros e condutores – e com ele a análise do curso criado na Repartição de Agrimensura do Estado da Índia. Nas provinciais ultramarinas do império português e nomeadamente, na transição dos séculos XIX para o XX, os serviços de Agrimensura tinham uma relação estreita com os serviços de Obras Públicas, da qual era necessariamente complementar, por vezes funcionado conjuntamente e outras separadamente. Um exemplo da importância do conhecimento prático e da sua circulação¹⁷ no campo das Obras Públicas, assim como da sua ligação à mobilidade na hierarquia e na prática da gestão colonial. Olharemos também a mão de obra da Direcção de Obras Públicas de Moçambique, o outro extremo da hierarquia dos quadros das Obras Públicas. Seguindo-se um olhar comparativo para a circulação dos materiais de construção nos diversos territórios do "oriente" nos

16 AHU. N.º 2510. Código de Sala:1B. Fundo: SEMU. Direcção Geral do Fomento (DGFTO). Maço. Datat: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique. Carlos Roma Machado de Faria e Maia, "Direcção das Obras Públicas da Provincia de Moçambique. Relatório da Gerencia do Anno Economico de 1899-1900", 129 (sublinhado meu).

17 A bibliografia sobre circulação do conhecimento na área da história da ciência é demasiado extensa para ser aqui referida. Menciono apenas alguns textos essenciais, que sublinham a importância de um olhar micro para as práticas conhecimento, pelas pessoas que o produziram e no contexto em que foram produzidas: Ophir e Shapin 1991; Shapin 1998; Shapin 2010; Livingstone 2003; Secord 2004; Raj 2013.

finais do século XIX início do século XX, que mostra a ligação de Moçambique com os mercados europeus contrastante com outros territórios, que demonstram relações mais regionais.

Pessoas: O corpo técnico da Direcção de Obras Públicas de Moçambique

Como já foi referido, na reforma de dezembro de 1869, onde se estabeleceram as bases da organização das Direcções de Obras Públicas, foi dada preferência aos engenheiros formados nas escolas militares de Goa para preencher os quadros parte “oriental” do império. Os engenheiros da Índia viram assegurada a preferência no acesso aos quadros em diversas províncias – Índia, Macau, Timor e Moçambique; por outro lado os militares pertencentes ao Corpo de Engenheiros da Índia mantinham o controle total do quadro das Obras Públicas “no seu” território (Faria 2012). Porém, este cuidado legislativo não correspondia bem à realidade. A expressão “...*habilitam de algum modo...*” indica o que o legislador pensava sobre essas habilitações. Os engenheiros da Índia, à semelhança do que acontecia com os médicos (Bastos 2011), só eram considerados para ocupar cargos mais elevados nos quadros da função pública se fizessem anos suplementares de formação no reino, sem isso o quadro da Índia era o único em que tinham condições de progressão iguais ou semelhantes aos engenheiros da Metrópole.

Entre 1876 e 1892 só se conseguiram identificar dois técnicos nascidos em Goa e que tinham frequentado as escolas militares em Goa: Adolpho de Moraes Palha e António Nascimento Costa. No entanto, ambos estudaram também na Escola do Exército em Lisboa e integraram a missão organizada por Joaquim José Machado, por isso a sua presença em Moçambique pode ser ligada a Portugal e não realmente a Goa. Henrique Barahona e Costa, nascido em Pondá, Goa, foi Director das Obras Públicas em dois períodos de tempo distintos¹⁸, no entanto,

18 AHU. Nº 781. Código de Sala: 1D. Fundo: SEMU. Direcção Geral Administração Política Civil (DGAPC). Maço. Data: 1899. Assunto: Obras Públicas-Pessoal. Geografia: Moçambique. Pessoal das Obras Públicas. Diversos. Processos até ao anno de 1895. AHU. Nº 1381. Código de Sala: 1L. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Direcção Geral do Ultramar. Caixa. Datas: 1897-1906. Assuntos: Obras Publicas. Pessoal. Geografia: Moçambique. Mapas de Pessoal. 1903. 1904. 1906. AHU. Nº 1392. Código de Sala: 1L. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Direcção Geral do Ultramar. Caixa. Assuntos: Obras Publicas. Pessoal. Datas: 1881-1883. Geografia: Moçambique. Mapas de Pessoal. 1893. 1894. 1895. AHU. Nº 2510. Código de Sala: 1B. Fundo: SEMU. DGFTO. Maço. Datas: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique. Provincia de Moçambique. Anno Económico de 1893-1894. Relatório Referido a 30 de Junho de 1894 Apresentado a Sua Ex.a, o Snr, Conselheiro Director Geral da Secretaria do Ministério da Marinha e do

também ele fez os seus estudos na Escola Politécnica de Lisboa. Até 1910, o número de goeses manteve-se mínimo, ou seja 2 ou 3 num total que variava entre os 40 e os 50 técnicos, como Alberto Menezes de Spínola ou Claudino Sousa e Faro, que foi Inspector da Fiscalização do Caminho de Ferro entre 1888-1889.

Para além deles existiam alguns luso-descendentes nascidos em África, mas igualmente em números mínimos, entre eles: Theodoro Monteiro de Macedo, natural da Ilha do Fogo, Cabo Verde, e Manuel Vieira Gomes Ribeiro, natural de Moçambique. E embora não tenha número exactos, nem explicações, – porque o Caminho de Ferro foi na maior parte do tempo independente das Obras Públicas – nas diversas obras dos Caminhos de Ferro existia aparentemente um maior número de pessoas com origem na Índia portuguesa a trabalhar¹⁹.

Existem certamente diversas explicações para o facto de o número de técnicos de origem em Goa serem poucos nas Obras Públicas de Moçambique. Entre eles o facto de, quando a direcção foi criada, o pessoal ter sido convidado para participar por Joaquim José Machado. No seu 1º relatório, Machado refere as dificuldades que tinha tido em arranjar pessoas para irem trabalhar para Moçambique ao contrário do que se passou com a missão organizada a Angola. Afirmava que o número de técnicos – engenheiros e condutores – em Portugal era absorvido pelo Ministério das Obras Públicas e pelas necessidades das obras que decorriam no território metropolitano. Descrevia que, mesmo após meses de esforços e, apesar da remuneração financeira ser boa, alguns aceitavam para logo depois recusarem. Assim, não era surpreendente que Machado tivesse recorrido a pessoas que ele conhecia, uma vez que refere: “*Ao pessoal da comissão que partia para se encarregar de obras muito importantes em pais para todos desconhecido*

Ultramar, por Henrique César da Silva Barahona e Costa, Capitão de Engenheiros. Director das Obras Públicas da Província, 1894. AHU. Nº 764. Código de Sala: 1D. Fundo: Ministério do Ultramar (MU). Caixa. Datas: 1877-1933. Assuntos: Processos Individuais. Geografia: São Tomé e Príncipe. Processo individual de Henrique Cesar da Silva Barahona e Costa

- 19 Veja-se em Forjaz e Noronha 2003. Não nos foi possível confirmar estas informações nem saber detalhes sobre os lugares que ocupavam, algumas vezes não especificados por Jorge Forjaz, mas existem diversas referências na maioria dos casos fora do âmbito cronológico deste texto: Cláudio Bélico Velasco, Vol. I, p. 287; Eduardo Alberto Coelho do Amaral, Vol. I, p. 475; Luís João da Silva e Costa, Vol. I, p. 613; João dos Santos Fernandes Vaz, Vol. II, p. 60; Plácido de Arriaga Brum da Silveira Costa Campos Frago, Vol. II, p. 129; Miguel Ângelo Costa Campos Frago, Vol. II, p. 136; José Francisco Emanuel Gomes da Silva, Vol. II, p. 236; Adolfo A. Rodrigues de Moraes Palha, Vol. II, p. 787; Caetano Garcez Palha, Vol. II, p. 880; Francisco de Assis Pereira Garcez, Vol. III, p. 273. Para além destes Renato de Ayala Fialho dos Reis, Vol. II, p. 96 e Abel Mário de Noronha e Távora de Oliveira de Andrade, Inspector das Obras Públicas de Moçambique, Vol. I, p. 123 aparecem referenciados nesta obra, mas não nos foi possível confirmar estes dados, pois não constam das fontes que consultamos, por estarem fora do âmbito cronológico deste trabalho.

podia fazer-se dois reparos: eram na maior parte indivíduos muito novos e inexperientes” acrescentando mesmo que os “*engenheiros que vieram sabiam bem que somente foram aceites na falta de outros*” (Machado 1879, 93), mais experientes e que tinham recusado participar. Efectivamente, analisando os percursos dos engenheiros do quadro das Obras Públicas de Moçambique podemos verificar que na sua maioria eram todos “novos”, ou seja, de uma idade aproximada à de Joaquim José Machado, por volta dos 30 anos, e como ele tinham estudado na Escola do Exército. Era esse também o caso, de Adolpho de Moraes Palha e de António Nascimento Costa. Para além desta explicação, acresce a dificuldade do reconhecimento das habilitações dos que estudavam em Goa, ou seja, o facto de terem de fazer anos suplementares nas escolas da metrópole para conseguirem aceder aos postos mais altos dos quadros das Obras Públicas. Assim, como o facto de as escolas militares de Goa – primeiro como Academia Militar e depois como Escola Matemática e Militar – terem funcionado um período temporal de cerca de 50 anos, ou seja, aproximadamente duas gerações. O número de técnicos formados em Goa no campo da Engenharia Militar foi relativamente reduzido, logo a sua preferência foi ficar pelo território de onde eram naturais, ou seguir para territórios mais familiares e seguros. A metrópole onde muitos, por serem luso-descendentes (Faria 2012), tinham família próxima, ou Macau. Uma análise exploratória dos quadros das Obras Públicas dos territórios no império de um modo geral, mostra que existiam técnicos naturais da Índia Portuguesa a trabalhar nas Obras Públicas dos diversos territórios e que essa mobilidade não se restringia aos territórios “orientais” mas que abrangia todas as geografias do império. Porém, o número de técnicos, com formação específica, foi sempre muito reduzido embora a sua presença nos territórios fosse tendencialmente mais longa que a de outros técnicos.

O curso da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, um modelo de referência

A mobilidades das pessoas através diversas geografias do império, mas também pela hierarquia colonial, levou a que os conhecimentos adquiridos num território fossem aplicados noutro, e a que a experiência adquirida num campo específico, como as Obras Públicas, fosse aplicada no campo da gestão colonial. São vários os engenheiros que depois de exercerem as suas funções como técnicos das Obras Públicas passavam a cargos de governação. Essa experiência reflete-se, não só no modo de governar, mas nas prioridades da governação²⁰.

20 Veja-se o exemplo da Índia em: Faria 2014b.

O curso de Agrimensura estabelecido por Norton de Matos na Índia, durante o governo de Joaquim José Machado, é um exemplo dessa rede de trocas através do Oceano Índico.

Joaquim José Machado foi nomeado Governador do Estado da Índia a 19 de Agosto de 1897, passado pouco mais de meio ano, em Abril de 1898 foram abertas vagas na Direcção de Obras Públicas para agrimensores ao mesmo tempo José Norton de Matos (1867-1955) foi convidado para criar e dirigir uma repartição de agrimensura autónoma.

A missão de Norton de Matos, então muito jovem, era bem definida: a de montar o serviço de Agrimensura, produzir uma carta Topografico-agricola e iniciar o levantamento cadastral de Goa. Para além disso ficou responsável pela maioria dos levantamentos cartográficos necessários no território. No regulamento do serviço criado por Norton de Matos, e que começou a funcionar em Outubro de 1898, estava incluído um curso de Agrimensura²¹, visto como essencial uma vez que no território eram quase inexistentes pessoas com formação para fazer tal trabalho. O curso que poderia ter uma duração entre um a dois anos era composto de uma parte teórica e de pelo menos 150 dias de trabalho campo, em que a monção marcava o ritmo dos trabalhos. A época seca era aproveitada para fazer os trabalhos de campo e a época da monção para as aulas teóricas e o trabalho na repartição. A base das aulas teóricas é conhecida pois em 1904 Norton de Matos publicou o Manual do Agrimensor, um livro que foi pensado para ser o manual de referência do curso e que teve como base as aulas ministradas por ele nos anos anteriores (Matos 1904, VII–IX). No *Manual* encontram-se referências a obras na área da agrimensura, francesas, da Índia Britânica e portuguesas. No fim da formação os alunos eram sujeitos a um exame. Em 1908, Norton de Matos referia que normalmente os alunos levavam dois anos a terminar o curso. Os alunos faziam parte comunidade local e para serem admitidos tinham de saber ler e escrever, sendo submetidos a um exame. Um número limite de 8 alunos a trabalhar simultaneamente na repartição de Agrimensura foi estabelecido, o que indicaria à partida um número reduzido de alunos. Porém, Norton de Matos refere que entre 1902 e 1905, 154 agrimensores terminaram o curso²². O que indica que para além daqueles que trabalhavam nos serviços de Agrimensura muitos seriam contratados como trabalhadores temporários.

21 Sobre este curso, foi feito e apresentado por mim um trabalho exploratório, ainda por publicar, com o título “*‘o mestre de todos os indivíduos que n’èlle se dedicam...’ Norton de Matos and the Land Surveying Course in Portuguese India*”, no *9th STEP Meeting: Science and Technology in the European Periphery*, Lisboa, Portugal, 2014.

22 Casa Norton de Matos, Arquivo Ponte de Lima. José Mendes Ribeiro Norton de Matos. “Proposta de Remodelação dos Serviços de Agrimensura.” Nova Goa, 31 de Julho 1908.

A experiência de Machado em Moçambique afigura-se fundamental para que o estabelecimento de um serviço de Agrimensura na Índia fosse uma das suas prioridades no território e para o modo como determina a missão de Norton de Matos. Entre 1879 e 1890, Machado ocupou diversos cargos passando de um jovem engenheiro sem experiência para um administrador com vasta experiência técnica e de gestão. Uma experiência adquirida principalmente em Moçambique e que resultam na sua nomeação como Governador-geral deste território em Junho 1890, cargo que ocupou durante um ano. Foi em Novembro de 1890, que Machado decidiu criar em Moçambique serviços de Agrimensura; a sua implementação e direcção ficou a cargo de Alfredo Freire de Andrade. A criação deste serviço técnico estava ligada à necessidade de organizar os processos de concessões de terrenos²³. Nos relatórios conhecidos dos anos seguintes, já citados anteriormente, ficaram os testemunhos de que uma das dificuldades principais destes serviços era a falta de pessoal qualificado e o facto, pelo menos numa primeira fase funcionarem descentralizados.

Em 1899, Carlos Maia referiu que os serviços de Agrimensura tinham feito muito, mas que “...se houvesse pessoal suficiente para ela e com habilitações necessárias...”²⁴ se podia ter feito muito mais. Dava como exemplo o que estava a ser feito na Índia “*Enquanto ao levantamento atrás mencionado, a organização dos serviços d’Agrimensura analogamente ao que está estabelecido na Índia Portuguesa daria resultados magníficos tanto mais que se pode em pouco tempo obter da Índia agrimensores baratos e com instrução da escola de lá.*”²⁵ A importância de ter pessoal com conhecimentos específicos de Agrimensura e de seguir o modelo da Índia formando agrimensores em Moçambique, citando sempre o curso criado e lecionado por Norton de Matos, foi uma ideia defendida logo após a criação do curso na Índia e até pelo menos 1911 (Pinheiro 1903, 112-13, 187; Costa 1903, 85). Também Eduardo Costa, em 1903, se refere à organização da Agrimensura feita por Joaquim José Machado na Índia como o modelo a seguir para todas as colónias (Costa 1903, 50). Porém, na prática, em posteriores concursos para lugares nesta repartição as habilitações dos agrimensores formados em Goa eram postas em causa, sendo mesmo desclassificados por

23 Os serviços de agrimensura são mandados criar por decreto de 18 de novembro de 1890, embora Andrade refira como data 1891. Andrade 1907, Vol I, 77.

24 AHU. N.º 2510. Código de Sala:1B. Fundo: SEMU. Direcção Geral do Fomento (DGFTO). Maço. Datas: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique. Carlos Roma Machado de Faria e Maia, “Direcção das Obras Públicas da Província de Moçambique. Relatório da Gerencia do Anno Economico de 1899-1900”, 2.

25 Idem, 3.

falta de habilitações²⁶. Fazendo com que, apesar de haver diversos agrimensores com origem em Goa a concorrer para os lugares de agrimensores em Moçambique e apesar da falta de pessoal classificado, a circulação destes técnicos entre os dois territórios fazia-se com dificuldade²⁷.

Em 1911, Pedro Luiz de Bellegarde da Silva, editou um livro que muito embora se intitule “*Agrimensura e Cadastro Predial na Província de Moçambique*”, levando a crer que se poderia tratar de um relatório ou edição semelhante, é na sua quase totalidade um manual para agrimensores (Silva 1911). Embora, numa primeira análise não se tenha encontrado nenhuma referência ao Manual escrito por Norton de Matos, encontram-se as semelhanças entre os dois. Depois de diversas alterações nos serviços de Agrimensura de Moçambique, seguindo a revisão de toda a administração do território e as alterações nas concessões de terrenos de 1909, que tinha introduzido a hipótese de um exame de acesso à Agrimensura, são novamente reorganizados em 1914, altura em que se cria nos serviços de Agrimensura uma escola de agrimensores²⁸. Esta alteração acontece meses após Joaquim José Machado ter tomado posse como governador do território. Machado assina o decreto de cria a escola a 28 de Agosto, sublinhando que já tinha havido uma experiência positiva na Índia e Pedro Bellegarde da Silva assume a regência das aulas uma vez que era o director dos serviços. Apesar da existência da já referida edição de Pedro Bellegarde da Silva a portaria estabelece que seja o 1º volume do “Manual do Agrimensor” de Norton de Matos o manual de referência para as aulas.

Pessoas: Mão de obra e pessoal auxiliar

Fora do quadro técnico, a mobilidade das pessoas entre Moçambique e a Índia fazia-se em números mais elevados, contudo os dados que dispomos não são muitos, nem muito claros relativamente à origem da mão de obra. Sabemos que existia uma grande dificuldade em arranjar operários e que existiam diversos

26 AHU. Nº 779. Código de Sala: 1D. Fundo: SEMU. MU. DGAPC. Maço. Datas: 1900-1930. Assuntos: Agrimensura-Pessoal-Requerimentos, Telegramas, Ofícios. Geografia: Moçambique. Na documentação relativa ao concurso de 1915 pode observar-se que todos os agrimensores da Índia, num total de 3, foram desclassificados por falta de habilitações.

27 Veja-se a documentação constante, por exemplo, no processo individual de João José Custodio em AHU. Nº 789. Código da Sala: 1D. Fundo: SEMU. MU. DGAPC. Maço. Datas: 1874-1931. Assuntos: Obras Públicas e Agrimensura-Procº. Indiv-Letras: J-X. Geografia: Índia. Processo Individual de João José Custodio.

28 Criando na Direcção de Agrimensura, uma escola de agrimensores e regulado o seu funcionamento Portaria do Governo Geral n. 1164, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, n. 36 de 5 de Setembro 1914, pp. 643-644.

pedreiros, serventes, etc. com origem na Índia, mas não se conhecem números nem a origem exacta no subcontinente indiano. Joaquim José Machado refere mesmo que em vez dos 59 operários de Lisboa, Alentejo e do Algarve a ter viajado com ele para Moçambique, deviam ter sido 590 e que as informações que lhe tinham dado, sobre a mão de obra local, estava errada. Deste total 26 eram militares e 33 civis e eram carpinteiros (21), pedreiros (20), tijoleiros (2) e seralheiros (16) (Machado 1879, 93, 122-23). Apesar de, posteriormente, se terem feito diversos esforços para formar a população local, prática que se foi tornando corrente nos diferentes territórios através das oficinas das Obras Públicas e da Escola de Artes e Ofícios, estes muitas vezes não chegavam às Obras Públicas sendo absorvidos pelo mercado privado. Por esse motivo, recorreu-se ao longo dos tempos a operários vindos de outros locais nomeadamente chineses e indianos, mas não só. As referências são muito escassas e as queixas de falta de pessoas recorrentes ao longo dos tempos²⁹.

O recrutamento de operários na Índia Portuguesa é uma solução pensada por Joaquim José Machado poucos meses após a sua chegada a Moçambique. No relatório datado de 1877 são patentes os diversos esforços que fez para conseguir esses operários, mas só ao longo do ano de 1878 chegam a Moçambique, vindos de Goa, 123 operários de 200 que tinham sido solicitados: 34 carpinteiros, 64 pedreiros, 20 cabouqueiros³⁰ e 5 pintores (Machado 1879, 124-26; Obras Públicas nas Possessões Portuguezas de Africa 1881, 47-49). Entre estes trabalhadores, que eram maioritariamente das Novas Conquistas em Goa, vinham dois carpinteiros chineses aos quais eram feitos os maiores elogios. Duas décadas depois, Henrique César da Silva Barahona e Costa não refere trabalhadores indianos, mas sim locais, chineses em grande número, poucos operários europeus – que segundo ele se adaptavam mal ao clima – e judeus vindos da Rússia. Profissionais indianos são referidos como pessoal auxiliar, ou seja mão de obra um pouco mais qualificada: mestres de obras, apontadores e ferramenteiros³¹.

29 Maia 1909, 46; AHU. Nº 2510. Código de Sala:1B. Fundo: SEMU. DGFTO. Maço. Datas: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique. Província de Moçambique. Anno Económico de 1893-1894. Relatório Referido a 30 de Junho de 1894 Apresentado a Sua Ex.^a, o Snr, Conselheiro Director Geral da Secretaria do Ministério da Marinha e do Ultramar, por Henrique César da Silva Barahona e Costa, Capitão de Engenheiros. Director das Obras Públicas da Província, 1894, 32.

30 Pessoa que extrai pedras da pedreira, que trabalha nas minas, ou que faz caboucos (escavações) Bluteau 1712, Tomo II: B-C, 216.

31 AHU. Nº 2510. Código de Sala:1B. Fundo: SEMU. DGFTO. Maço. Datas: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique. Província de Moçambique. Anno Económico de 1893-1894. Relatório Referido a 30 de Junho de 1894 Apresentado a Sua Ex.^a, o Snr, Conselheiro Director Geral da Secretaria do Ministério da Marinha e do Ultramar,

Num extenso relatório de 1907, Alfredo Augusto Freire de Andrade, Governador-geral de Moçambique entre 1906 e 1910, tem numerosas referências à questão da presença de asiáticos no território. O “asiático” aqui em causa não eram necessariamente pessoas vindas do Estado da Índia, mais especificamente dos territórios da Índia Portuguesa ou de Macau e Timor, mas sim, deveriam ser, pensamos, oriundos da China, por a eles se referir como “negociantes asiáticos” que mencionava serem os responsáveis por irem “desbravando o comércio do interior”. Os “*índios, não o negociante, mas sim o coolie, pode ser empregado com vantagem é nos trabalhos agrícolas e agrícolas industriais*” (Andrade 1907, Vol. 2, 24). A utilização do termo exacto de “índio” e “*coolie*” em contraposição ao “asiático” indica que se tratariam de pessoas oriundas da Índia Britânica, mas na verdade poderiam também ser de outras origens da Ásia³². A preocupação de Alfredo Freire de Andrade nestes relatórios era de debater a dificuldade de cobrança de impostos aos “asiáticos” nomeadamente aos comerciantes, tentada por diversos governos e o que originou diversas reclamações nomeadamente uma que transcreve de 1897, que como ele próprio sublinha era assinada somente por naturais da Índia (Andrade 1907, Vol. 2, 250-252). As preocupações e comentários por ele recolhidas ao longo dos tempos por diversos governadores dizem todas respeito ao conhecido domínio dos comerciantes da Ásia, da Costa Oriental Africana e à questão dos impostos. Embora sobre a origem dos trabalhadores das Obras Públicas ou Agrimensura, não haja nem uma referência, e a referência aos *coolies* seja mais ligada aos trabalhos agrícolas, a presença destes como mão de obras indiferenciada nas Obras Públicas é uma certeza como se pode verificar pelas outras fontes citadas.

por Henrique César da Silva Barahona e Costa, Capitão de Engenheiros. Director das Obras Públicas da Província, 1894.

32 *Coolie* era um trabalhador não qualificado contratado a um custo muito baixo ou, na maioria das vezes, num regime de quase escravatura. O termo utilizava-se relativamente a trabalhadores de várias partes da Ásia e a sua aplicação pode ter variações conforme o contexto geográfico e o período histórico de referência. Assim, neste contexto pensamos tratarem-se de *coolies* com origem na Índia Britânica, pois o termo era muitas vezes utilizado para distinguir estes trabalhadores daqueles com origem na Índia Portuguesa, mas não podemos ter a certeza.

Objectos: Materiais de construção

Em 1829 o Ouvidor de Moçambique Joaquim Dinis Costa referia:

“Temos relações commerciaes ... com os estabelecimentos Portuguezes e praças de Gôa, Damão e Diu, com o Brasil, com os Arabes, e fazem por este porto escala alguns navios Inglezes, Francezes, e da confederação e províncias unidas da America septentrional, os quaes traficam de cabotagem e fazem o commercio de transporte.

O commercio externo marítimo é tratado pelos navios embarcações estrangeiras. As do novo Império do Brasil... nos anos próximos em cada anno não têm entrado menos de vinte... Os Arabes nos seus pangaaios, que frequentam, nestes annos próximos muito este porto, e sempre excede em 50 o numero desta qualidade de embarcações annualmente entradas.... Nenhumas relações comerciais ha com Portugal.”³³

No caso dos materiais de construção podemos verificar que os que chegavam a Moçambique, na sua maioria, vinham na sua segunda metade do século XIX, da Europa que se tinha tornado muito mais acessível com a abertura do canal do Suez, em 1869. Lisboa e Marselha, mas mesmo outros pontos da Europa, passam a ser referidos como fornecedores de materiais tão comuns como ferragens, tintas, vidros, ou tijolos. No entanto, é possível encontrar algumas referências a produtos vindos da Índia Britânica e outros especificamente de Bombaim. Locais que normalmente também forneciam materiais para a Índia Portuguesa. Falando de “fazendas”, mas podendo servir de referência ao comércio de um modo geral, António Ennes, que serviu como fonte importante também a Alfredo Freire de Andrade, referiu esta alteração nas rotas comerciais:

“Tempos houve em que os Índios serviam de medianeiros entre os importadores europeus e os consumidores indígenas, ... mas esse tempo vai longe. Por uma parte, as importações da Europa decresceram, cedendo o passo às da Índia, por outra, os Asiáticos tendo alargado muito área das suas relações com o estrangeiro, entabularam-nas também com a Inglaterra, com a Alemanha, com a França, e de lá recebem directamente o que não fornecem as indústrias indianas.” (Ennes 1893, 52-53)³⁴.

33 *Annaes Marítimos e Coloniais*, n.3:125.

34 As referências a comerciantes com origem na Índia e nomeadamente de pessoas escravizadas, também se encontram descritos por outros autores.

Em 1892, a obra mais importante em curso na capital, ou seja, na ilha de Moçambique, era o Hospital. Os relatórios e correspondência demonstram bem a importância da obra. A chegada de materiais para a obra encontra-se registada em diversa correspondência entre a Direção das Obras Públicas e a Alfândega. Desde produtos cerâmicos vindos de Marselha, França, a portas, janelas e respectivas fechaduras e fechos, diversas peças de ferro fundido vindas de Lisboa, são múltiplos os pedidos de desalfandegamento de materiais sem o pagamento de taxas, entre eles se encontrou a referência de 2.100 pedras para o pavimento de uma das enfermarias do Hospital vindas da Índia. Também para as obras que decorriam no Palácio de S. Paulo e nos edifícios dos correios chegavam diversos materiais de Lisboa, como por exemplo 57 degraus de cantaria para o edifício dos correios³⁵. Deste modo não é de estranhar que A. Ennes referisse que os preços dos materiais de construção eram “...50 por cento mais elevados do que em Lisboa...” (Ennes 1893, 184). Os materiais locais eram muito poucos, havendo referência a pedra, cal, areia, argila para tijolos embora depois não existissem locais que fabricassem os tijolos propriamente ditos e madeira, mas que na sua maioria era descrita como muito difíceis de trabalhar.

É partindo de um conjunto de relatórios das Obras Públicas semelhantes para a maioria das colónias, entre os anos de 1894 e 1904 que conseguimos ter uma perceção mais global e comparativa dos materiais utilizados nas Obras Públicas neste período e da sua proveniência³⁶.

Como se pode observar pelo esquema na figura 2, os materiais de construção circulavam numa zona muita “regional”, com a exceção do caso de Moçambique. Em Timor, era da Indonésia de Surabaya, Makassar e Jacarta que chegavam a maioria dos materiais, muito embora também houvesse materiais vindos de Macau, Cantão, Hong-Kong e Singapura. De assinalar, que no caso de Timor a maioria do que vinha de Lisboa eram ferramentas, não materiais de construção e que no caso de Macau, embora a utilização de materiais vindos de Portugal – como a calçada – seja conhecido, nos registos que encontrados desta época não existia

35 Arquivo Histórico de Moçambique, Moçambique (AHM). Governo Geral de Moçambique, “Correspondência Recebida da Direcção das Obras Públicas. Caixa 8-134. M1. Docs. 1 a 158”. Documentos n. 24, 98, 107, 126, 152, 182.

36 AHU. Nº 347. Código de Sala:2G. Fundo: SEMU. Seção: Ministério do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Caixa. Datas: 1894-1916. Assuntos: Obras Públicas. Diversos. Geografia: Macau.Timor. *Relação dos Preços dos diferentes materiais empregados nas construções das Obras Públicas de Macau*, 1896, 13p; *Série de preços elementares dos materiais empregados nas obras da Índia, Goa e Damão*, 1894, 16p. *Relação dos Preços de todos os materiais empregados nas obras desta secção*, Lourenço Marques e Moçambique, 1894, 13p; *Relação dos preços dos materiais de construção à venda no mercado de Dilly e adquirido em Macau e Colónias Nerlandezes pelo Governo distrital*, 1897-1904, 125p.

nenhuma referência a tal. Em Macau, a maioria dos materiais vinham da China, mas também de Singapura, da Tailândia ou mesmo da Europa e da América, referências utilizadas de um modo genérico sem especificação do local concreto. Na Índia Portuguesa os materiais chegavam quase na totalidade do território vizinho e das cidades de Bombaim e Mangalore. Em Moçambique, as referências eram na sua maioria europeias, com excepção da Índia. São mencionados França (Marselha), Inglaterra (Londres), Portugal (Lisboa), Suécia, Noruega, mas também América, mais uma vez sem especificação do local concreto no continente Americano.

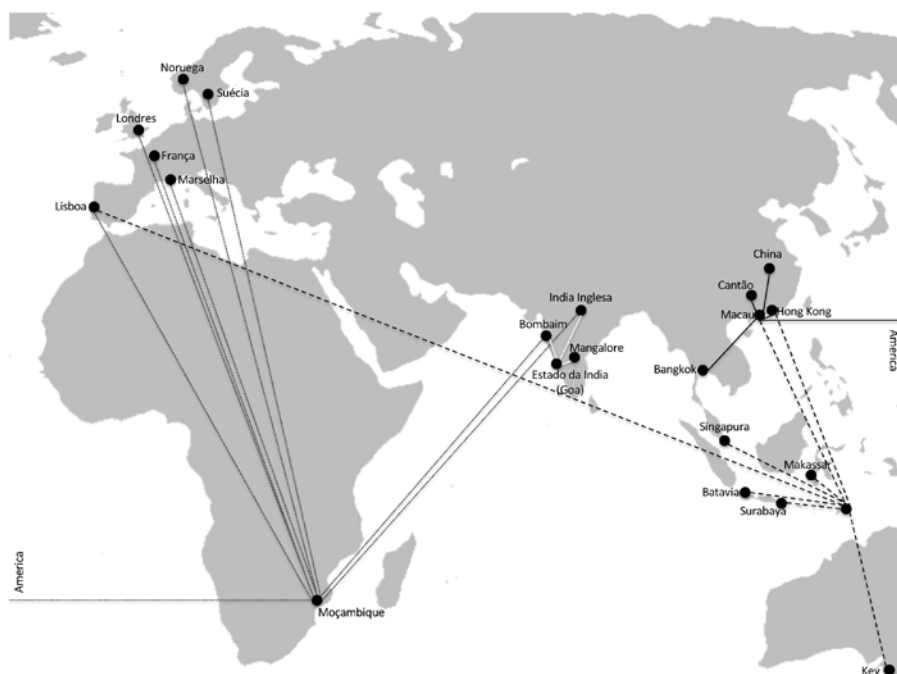


Fig. 2. Esquema indicando a proveniência dos materiais de construção utilizados nas Obras Públicas para as províncias da 2ª divisão – 1894 e 1904

A aquisição dos materiais de construção seguia uma lógica muito regional, salvo raras excepções. Eram adquiridos onde se conseguia ao melhor preço possível. Comparativamente a outros territórios do antigo “oriente” português, Moçambique surge como um caso de excepção onde as ligações comerciais directas com a Europa Central são predominantes. O canal do Suez alterou definitivamente as rotas comerciais do Índico, e era mais barato comprar importar materiais de Marselha, em França, por exemplo, do que de Lisboa ou mesmo da Cidade do Cabo.

Concluindo

Nos finais do século XIX é construída em Moçambique uma nova capital. Esta mudança simboliza toda uma nova “vida” e um novo sistema de mobilidades e de relações, ou de equilíbrio de relações, que se foi (re)estabelecendo no império português durante o longo século XIX. No âmbito das Obras Públicas as alterações foram muitas. O modo de trabalhar foi organizado por diversas vezes, sempre no sentido de aumentar a mobilidade (nomeadamente dos técnicos mais qualificados) no espaço colonial português e de uniformizar práticas de funcionamento, embora estas fossem sempre ajustadas a cada local. As ligações privilegiadas entre os territórios do antigo Estado da Índia, nomeadamente entre Moçambique e a Índia, continuaram a existir por vezes muito mais na teoria – ou no papel – do que na prática. Isso mesmo se pode observar na circulação dos técnicos formados nas escolas de Goa. Embora na legislação tivessem uma mobilidade privilegiada entre os territórios do antigo Estado da Índia, na realidade o número de técnicos a trabalhar fora da Índia era reduzido e estavam espalhados por todo o Império. As dificuldades sentidas na mobilidade das pessoas, sejam elas qualificados ou mão de obras sem qualificações específicas era semelhante. Não era simples arranjar mão de obra, não havia assim tantos interessados e demorava muito tempo trazer mão de obra de fora do território.

O número de entidades que circulam ou que tem ou não mobilidade pode não ser, no entanto, o mais importante para mostrar a influência entre os territórios. Como vimos, e apesar de tal nunca ser referido pelas fontes consultadas, para os quais o curso de Agrimensura da Índia era um exemplo por si só, com origens na Índia, julgamos o conhecimento prático adquirido por Joaquim José Machado foi certamente fundamental para a sua decisão de criação de uma Repartição com um curso para agrimensores a ela associada. A mobilidade na hierarquia colonial permitiu, a utilização desse conhecimento para a criação de algo de novo. A formação dos agrimensores em Goa e mais tarde em Moçambique, beneficiou da circulação do conhecimento entre estes dois territórios, mesmo que não tenha beneficiado a mobilidade dos agrimensores.

Este texto mostra que as redes de mobilidade desenvolvidas no âmbito das Obras Públicas ligavam todos os espaços coloniais portugueses, os espaços coloniais das potências vizinhas, o espaço do continente europeu, mas não só. Mostra ainda, múltiplas fronteiras que coexistiam conforme o contexto do qual olhamos: institucional, cultural, económico, comercial, etc. compondo múltiplos espaços de trocas, que se vão sobrepondo e interligando.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. 2000. *O Império Africano. Séc. XIX e XX*. Lisboa: Colibri, IHC.
- ALEXANDRE, Valentim, e Jill Dias (eds). 1998. *O Império Africano 1825-1890*. Vol. X. Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa.
- ANNAES *Marítimos e Coloniais*. 1841-1842. Associação Marítima e Colonial. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de. 1907. *Relatórios sobre Moçambique*. Lourenço Marques: Imp. Nacional.
- ARQUIVO Histórico de Moçambique, Moçambique. Governo Geral de Moçambique. “Correspondência Recebida da Direcção das Obras Públicas. Docs. 1 a 158,” 1º trim 1892. Caixa 8-134; M1.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 347. Código de Sala:2G. Fundo:SEMU Seção: Ministério do Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. Caixa. Datas: 1894-1916. Assuntos: Obras Públicas. Diversos. Geografia: Macau.Timor.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 764. Código de Sala: 1D. Fundo: Ministério do Ultramar. Caixa. Datas: 1877-1933. Assuntos: Processos Individuais. Geografia: São Tomé e Príncipe.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 779. Código de Sala:1D. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Ministério do Ultramar, Direcção Geral Administração Política Civil. Maço. Datas: 1900-1930. Assuntos: Agrimensura-Pessoal- Requerimentos, Telegramas, Ofícios. Geografia: Moçambique.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 781. Código de Sala: 1D. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Ministério do Ultramar. Direcção Geral Administração Política Civil. Maço. Data: 1899. Assunto: Obras Públicas-Pessoal. Geografia: Moçambique.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 789. Código da Sala: 1D. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Ministério do Ultramar. Direcção Geral Administração Política Civil. Maço. Datas: 1874-1931. Assuntos: Obras Públicas e Agrimensura-Procº. Indiv-Letras: J-X. Geografia: Índia.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 1381. Código de Sala: 1L. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Direcção Geral do Ultramar. Caixa. Datas: 1897-1906. Assuntos: Obras Publicas. Pessoal. Geografia: Moçambique.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 1392. Código de Sala: 1L. Fundo: Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Seção: Direcção Geral do Ultramar. Caixa. Assuntos: Obras Publicas. Pessoal. Datas: 1881-1883. Geografia: Moçambique.
- ARQUIVO Histórico Ultramarino, Portugal. Nº 2510. Código de Sala:1B. Fundo: SEMU. Direcção Geral do Fomento (DGFTO). Maço. Datas: 1892-1901. Assuntos: Relatórios de obras públicas. Geografia: Moçambique.

- BASTOS, Cristiana. 2011. “Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização.” In *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Império*, ed. Cristina Bastos e Renilda Barreto, 25-58. Lisboa: ICS, 2011.
- BLUTEAU, Rafael. 1712. *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florífero, Forense, Fructífero... Autorizado Com Exemplos Dos Melhores Escretores Portugueses, e Latinos...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- CASA Norton de Matos, Arquivo Ponte de Lima. José Mendes Ribeiro Norton de Matos. “Proposta de Remodelação dos Serviços de Agrimensura.” Nova Goa, 31 de Julho 1908.
- CLARSEN, Georgine, Peter Merriman, e Mimi Sheller. 2018. “Vistas of Future New Mobility Studies: Transfers and Transformations.” *Transfers* 8, no. 1: 112-17. <https://doi.org/10.3167/TRANS.2018.080109>.
- COSTA, Eduardo. 1903. *Estudo Sobre a Administração Civil Das Nossas Possessões Africanas: Memoria*. Congresso Colonial Nacional. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIÁRIO do Governo n. 284. Lisboa: Imprensa Nacional, 14 de Dezembro de 1869.
- ENNES, António J.. 1893. *Moçambique: Relatorio Apresentado Ao Governo De Sua Magestade*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FARIA, Alice Santiago. 2020. “Administração Colonial e Obras Públicas: As Direcções de Obras Públicas Nos Territórios Do Antigo Oriente Português (1869–1926).” In *História Da Ciência, Tecnologia e Medicina Em Portugal*, ed. Ana Carneiro, Teresa Salome Mota e Isabel Amaral, Vol. 3º Volume-Século XIX. Lisboa: CIUCHT.
- FARIA, Alice Santiago. 2014a. “Arquitectura e Mobilidade, Ou Questões Em Torno de Interinfluências Nas Obras Públicas Nos Antigos Territórios Do Oriente Português.” In *Mobilidade e Circulação. Perspectivas Em História Da Ciência e Da Tecnologia*, ed. Alice Santiago Faria e Pedro M. P. Raposo, 11-22. Lisboa: CIUHCT e CHAM.
- FARIA, Alice Santiago. 2014b. *L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département Des Travaux Publics, 1840-1926*. Saarbrücken: Presses Académiques Francophones.
- FARIA, Alice Santiago. 2012. “O Papel Dos Luso-Descendentes Na Engenharia Militar e Nas Obras Publicas Em Goa No Longo Século XIX.” In *Goa: Passado e Presente*, ed. Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, vol. I, 225-37. Lisboa: CEPCEP e CHAM.
- FORJAZ, Jorge, e José Francisco de Noronha. 2003. *Os Luso-Descendentes Da Índia Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente.
- LIVINGSTONE, David N.. 2003. *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge. Science. Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- MACHADO, Joaquim José. 1881. *Moçambique. Comunicação à Sociedade de geografia de lisboa nas sessões de 6, 13 e 22 de Dezembro de 1880*. Lisboa: Casa da Soc. de Geografia.
- MACHADO, Joaquim José. 1879. “Relatório Dos Trabalhos Executados Pela Direcção de Obras Publicas Da Provincia de Moçambique Durante o Anno de 1877.” In *Relatorios Dos Directores de Obras Publicas e Outros Documentos. Primeira Série..* Lisboa: Imprensa Nacional.

- MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. 1909. *Alguns Projectos e Obras Executadas Na Província de Moçambique de 1898 a 1907*. Extracto Da Revista de Engenharia Militar. Lisboa: Typographia do Commercio.
- MARÇAL, Bruno José Navarro. 2018. *Um império projectado pelo “silvo da locomotiva”. O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*. Lisboa: Colibri.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.). 2001. *O Império Africano 1890-1930*. Vol. XI. Nova História Da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. 1904. *Manual do agrimensor*. 1ª, Nova Goa: Imprensa Nacional.
- MERRIMAN, Peter, e Lynne Pearce. 2019. *Mobility and the Humanities*. Routledge.
- MOL, Annemarie, e John Law. 1994. “Regions, Networks and Fluids: Anaemia and Social Topology.” *Social Studies of Science* 24, no. 4 (November): 641-71. <https://doi.org/10.2307/370267>.
- MORAIS, João Sousa. 2001. *Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana: Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- OBRAS Públicas nas Possessões Portuguezas de Africa. 1881. *Relatorios dos Directores de Obras Publicas e Outros Documentos. Segunda Série. Primeiro Volume: Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OPHIR, Adi, e Steven Shapin. 1991. “The Place of Knowledge A Methodological Survey.” *Science in Context* 4, no. 01: 3-22. <https://doi.org/10.1017/S0269889700000132>.
- PÉLISSIER, René. 2006. *As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PÉLISSIER, René. 1994. *História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918*. Histórias de Portugal 10, 11. Lisboa: Estampa.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2018. “Quando Portugal acreditou no progresso.” *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 31, no. 2 (December): 105-27.
- PINHEIRO, José do Nascimento. 1903. *Restauração social e economica do Estado da India: memoria*. Lisboa: Imprensa Nacional. <http://archive.org/details/restauraosocial00pinhgoog>.
- RAJ, Kapil. 2013. “Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science.” *Isis* 104, no. 2 (June): 337-47. <https://doi.org/10.1086/670951>.
- SCHÄFER, Dagmar. 2018. “Editorial: Mobility Studies, a Transdisciplinary Field.” *Transfers* 8, no. 1 (March): vii-x. <https://doi.org/10.3167/TRANS.2018.080101>.
- SECORD, James A.. 2004. “Knowledge in Transit.” *Isis* 95, no. 4 (December): 654-72. <https://doi.org/10.1086/isis.2004.95.issue-4>.
- SHAPIN, Steven. 2010. *Never Pure: Historical Studies of Science as If It Was Produced by People with Bodies, Situated in Time, Space, Culture, and Society, and Struggling for Credibility and Authority*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press.
- SHAPIN, Steven. 1998. “Placing the View from Nowhere: Historical and Sociological Problems in the Location of Science.” *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, 23, no. 1 (January): 5-12.

- SILVA, João José da. 1904. *Repertório Alfabético e Chronologico Ou Índice Remissivo Da Legislação Ultramarina, Desde a Época Dos Descobrimentos Até 1902 Inclusive*. Lisboa: Tipografia J.F. Pinheiro.
- SILVA, Pedro Luís de Bellegarde da. 1911. *Agrimensura e Cadastro Predial da Provincia de Moçambique*. 2ª edição, Porto: Officinas do “Commercio do Porto”.
- ZÚQUETE, Afonso. 1962. *Tratado de Todos Os Vice-Reis e Governadores Da Índia*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Madalena de Cagigal e Silva e o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique (1966)*

CARLA ALFERES PINTO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

No dia 28 de Setembro de 1966 Madalena de Cagigal e Silva (1920–1984) assinava o “Relatório dos Trabalhos Efectuados em Moçambique” na sequência da viagem que fizera nesse mesmo ano. A relação entre Cagigal e Silva, a Fundação Calouste Gulbenkian (daqui em diante FCG) e o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique processara-se com rapidez e eficiência ao longo dos anteriores seis meses: a museóloga fora contactada para proceder “à classificação e inventariação do recheio destinado ao futuro Museu da Ilha de Moçambique” em carta datada de 25 de Março e viajara no território em Julho e Agosto, entregando o relatório e os anexos no final do mês de Outubro-início do de Novembro nas instalações da Fundação.¹

Sendo um projecto colectivo que reuniu muitas vontades, a criação do Museu de Arte Sacra na Ilha de Moçambique ficou persistentemente relacionado

* Este artigo é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0069, e contou com o apoio do CHAM (NOVA FCSH / UAc), através do projeto estratégico promovido pela FCT (UIDB/04666/2020) - <https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>.

O texto foi escrito na sequência da realização do XV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa e submetido para publicação em julho de 2019.

1 Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa), *Arquivo do Serviço de Cooperação* (daqui em diante FCG-ASC), Processo 01891, Relatório dos Trabalhos Efectuados em Moçambique pela Dr.^a Maria Madalena de Cagigal e Silva: Carta da Fundação Calouste Gulbenkian (daqui em diante FCG) para Madalena de Cagigal e Silva, Lisboa, 28/09/1965.

com a figura de Cagigal e Silva, sobretudo, pela avaliação, escolha e inventário das peças que o compõem, mas também pela natureza do percurso técnico e temático da museóloga, cuja investigação se centrou na arte popular e (no que designou) arte indo-portuguesa. Madalena de Cagigal e Silva foi também uma técnica com formação de excelência, que esteve ligada à criação de museus e ao estudo aturado de várias colecções museológicas.

Cagigal e Silva, a par de Lotika Varadarajan (1934-2017), foi uma das (poucas) participantes que apresentou desde o início dos Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa comunicações sobre arte e/ou cultura material. O seu derradeiro contributo para a história da arte foi mesmo a comunicação que apresentou ao II Seminário realizado na Torre do Tombo em Lisboa em 1980 (com o texto nas actas publicado postumamente em 1985) e ao qual compareceu já doente. Nas palavras que então proferiu era audível um certo desalento, uma postura algo defensiva e uma tentativa frustrada de actualizar a informação e as interpretações que, entretanto, deveria ter colhido no contacto com os/as colegas que encontrou no Seminário.²

Esta desactualização conservadora na interpretação do indo-português que o nome de Madalena de Cagigal e Silva lhe conferia, aliada à inevitável colagem a um tempo político que se queria deslembra, terão contribuído, talvez, para justificar o total esquecimento a que esta conservadora foi votada. Na realidade, e ainda que solidamente fundamentada no conhecimento técnico (pese embora as interpretações exageradas e abusivas, designadamente na identificação e leitura dos significados da presença de personagens da mitologia e religião hindu, budista, islâmica nos objectos indo-portugueses), o posicionamento discursivo de Madalena de Cagigal e Silva não foge à narrativa etnicista que desde início enformou a concepção do indo-português, aqui e ali fortemente eivada do pendor nacionalista que moldou as décadas em que viveu.³

Este texto resulta do trabalho que tenho vindo a desenvolver nos últimos anos sobre o uso do termo indo-português e que recupera a memória do contributo da conservadora Madalena de Cagigal e Silva para a identificação do património móvel do Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique. Igualmente, insere-se num projecto em progressão que pretende chamar a atenção para a necessidade de preservação do seu mobiliário expositivo, da autoria do arquitecto Rui Pimentel.

2 Registe-se, todavia, que não há alterações entre a versão que dactilografou em Outubro de 1980 e a que foi publicada nas actas. Ver Silva 1985, 373-393.

3 Este texto tem por base a investigação desenvolvida em Pinto 2014, vol. I, 198-208 e vol. III, 28-46.

Madalena de Cagigal e Silva e *A Arte Indo-Portuguesa*

Apesar de quase esquecida e pouco referida, Madalena de Cagigal e Silva teve um papel relevante na *invenção* de uma ideia de arte indo-portuguesa (Vicente 2003: 39), cuja definição continua a ser de síntese difícil. Os motivos da dificuldade são rapidamente enunciados: indefinição conceptual na origem, a visão etnicista e imperial que lhe está subjacente, os constrangimentos da geografia política, o alargamento do uso do termo para além do mobiliário e, por fim, a já longa e diversa historiografia dedicada ao termo. É inequívoco que na base de produção se encontram objectos com características híbridas e com originalidade, resultante da deslocação de pessoas para uma geografia diferente da da sua origem, e que se pode resumir em “objectos com formas ocidentais manufacturados com materiais indianos e decorados com, maioritariamente, motivos decorativos locais” conforme já foi referido por Pedro Moura Carvalho (2003, 36),⁴ ou, de uma forma mais abrangente, a “cultura material e artística do cristianismo na Índia”, de acordo com a leitura de Paulo Varela Gomes (2012, 105).

Ainda assim, não é fácil perceber quais as razões para que só em final de 1966 tivesse surgido no panorama editorial português uma monografia com este tema – *A Arte Indo-Portuguesa*. Cagigal e Silva, de forma desassombrada e logo no segundo parágrafo, começava por definir a arte indo-portuguesa, remetendo para Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) e para John Charles Robinson (1824-1913), já na conclusão (Pinto 2016, 2-3; Pinto 2014, 64-68), escrevendo que: “tem servido para designar, com mais ou menos hesitações e restrições, tanto objectos de arte portuguesa com influência indiana, como obras de arte indiana com influência portuguesa” (Silva 1966, 5).

O livro de Cagigal e Silva e a definição que nele se dava de indo-português não podiam evitar o equívoco da excessiva ambição do trabalho. Isto é, estavam em causa categorias – arte; arte portuguesa; arte indiana – que, também, por não terem sido (mal ou bem) definidas à partida, introduziam factores de variabilidade na formulação do juízo. Por outro lado, não obstante as boas intenções e o imenso trabalho de pesquisa e de troca de informação com outros investigadores, os poucos conhecimentos da autora sobre arte indiana (designadamente, porque a própria reconhecia na designação de Índia a geografia que corresponde ao sub-continente indiano onde as realidades culturais, sociais e religiosas são bem diversas de região para região e de estado para estado) e arte islâmica condicionaram em muito as possibilidades interpretativas do texto.

O problema é que ao inventar uma arte indo-portuguesa – “«Estilo», no sentido artístico, será tudo quanto caracteriza e individualiza uma obra de arte

4 Tradução minha.

ou um grupo de obras de arte” (Silva s/d, 359) –, Cagigal e Silva tinha que desenvolver um sistema de classificação que apurasse características mais ou menos constantes, repetitivas e comuns a todos os objectos, o que seria manifestamente difícil. Por isso, o livro dividia-se em partes com capítulos sobre materiais, formas, decoração (o mais extenso de todos), origem e evolução, e, dentro destas, organizava-se em tipologias, tentando relacionar toda a informação recolhida.

E o “inegável estilo indo-português” era-o porque as “peças indo-portuguesas são diferentes das obras de arte indiana e diferentes também das obras de arte portuguesa” (Silva s/d, 359). Assim, o que eram a arte indiana e a arte portuguesa?

Não fugindo ao padrão que se estabelecera décadas antes Cagigal e Silva começava por um panorama histórico, uma vez que havia “necessidade de se fazer uma breve referência à evolução histórico-religiosa das duas nações em relação com a arte e dar uma noção do que foram as suas concepções artísticas”. Recuando a Alexandre Magno, reconhecia que a península hindustânica não tinha união político-geográfica, mas que haveria “nela uma relativa unidade cultural” dravidiana que fornecia o fundo comum. Seguiu evocando os episódios mais relevantes da “história” da Índia – arianos, budismo, Gândhara, período Gupta, etc. etc. – sem uma verdadeira pormenorização geográfica e cultural. Por fim, resumia as teorias que tinha lido sobre arte indiana do seguinte modo: “São muitas as teorias que existem sobre o valor e o alcance das influências sofridas pela arte indiana, mas, duma maneira geral, podemos reuni-las em três grupos: grupo de teorias que quase reduz a arte indiana a uma arte de importação; grupo de teorias no qual se dá como superficial toda a influência estrangeira na arte indiana, e, finalmente, um grupo intermediário onde, a par da tradição local em certos ramos de arte, se reconhece a marca dos povos com quem a Índia manteve relações” (Silva s/d, 165 e 169).

É inegável que a autora leu inúmeras e diversas obras (a bibliografia citada espelha-o), a questão é que, tanto a maior parte dos autores que citava quanto a própria Madalena, estavam mais atentos à identificação dos vestígios (ou colocado de outra maneira, à determinação das maneiras de influência directa) da arte europeia nas formas indianas, fosse ela portuguesa ou não (Silva s/d, 359).

Já quanto à arte portuguesa, por razões fáceis de compreender, a autora estendeu-se menos, salientando a ligação da arte ao catolicismo e, grosso modo, considerando que portuguesa, era a arte feita em Portugal. Em suma, fosse no que dizia respeito à arte portuguesa fosse no que dizia respeito à indiana (agravado pela circunstância de não ser de facto especialista em artes asiáticas), não reconhecia um aspecto fundamental para o entendimento destes fenómenos: a circulação dos objectos, das formas, técnicas, materiais e artesãos, que era verdadeiro para a Europa (e para a difícil identidade de uma arte portuguesa construída

com base em objectos de uso, grandemente, utilitário e religioso, mais ainda num império feito com usos de tantas nações) como para a história da arte na Índia.

Pese embora o que ficou escrito, e conforme já foi referido por Pedro Moura Carvalho, esta publicação tem a vantagem de ser profusamente ilustrada e de mostrar ao público português uma série de imagens de peças que pertencem a colecções estrangeiras, pelo que, sendo afinal o texto mais abrangente sobre o tema e, também, devido ao seu impacto, contribuiu para criar uma série de mitos que se perpetuam até aos nossos dias (Carvalho 2003, 43). Todavia, tem igualmente aspectos de grande novidade, como o facto de discutir alguns dos locais de fabrico e ter chamado a atenção para as “obras realizadas para utilização de indianos, como [lhe] mostra[va]m peças de mobiliário antigo criado para uso próprio, existentes em casas de indianos de vários pontos da província de Moçambique”.

Esta frase abre-nos caminho para uma caracterização da circunstância sócio-política do momento em que o livro foi escrito e para a ligação da autora ao Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique, sintetizada na frase final do texto: “Assim, daremos por terminado um trabalho, mas não as investigações sobre um assunto do maior interesse, não só para nós como apaixonadas dos temas das relações Oriente-Occidente, como para o País a que temos a honra e o gosto de pertencer” (Silva s/d, 359-360).

A realidade é que a obra de Madalena de Cagigal e Silva se inscreve num momento profundamente nacionalista em que todas as formas de propalação e valorização da nação portuguesa foram usadas propagandisticamente.

Publicado em Dezembro de 1966, muito do material visual utilizado no mesmo e algo do que ficou escrito, era devedor da missão à Índia ocorrida em 1951 e realizada por Mário Tavares Chicó (1095-1966), Carlos de Azevedo (1918-1995), Martinho Humberto dos Reis (1904-?) e pelo fotógrafo José Carvalho Henriques (?) que, como Paulo Varela Gomes recordava “constitute[d] the first large scale, scientific survey of the churches, forts and Hindu temples in Portuguese India”.⁵

Não há no livro qualquer informação quanto às razões para o momento de publicação do título e nada na documentação sugere que o livro tenha sido uma encomenda. Como a autora disse a sua “maior entrega” havia sido à arte indo-portuguesa – “Conhecemos a maior parte dos seus trabalhos e as suas investigações a que se tem dedicado. Diga-nos, por favor, de todas as suas obras, aquela que mais a interessou e à qual se consagrou inteiramente?; – Por

5 Paulo Varela Gomes, comunicação apresentada em Shimla no Indian Institute of Advanced Studies em Maio de 2010, sob o título “The many memories of church architecture in Goa”, 18 (texto policopiado).

circunstâncias da vida e porque tudo quanto é letra e especialmente história de arte me interessa – o mesmo não posso dizer a respeito das ciências – nunca consegui dedicar-me «inteiramente» a nenhum assunto. Mas a obra a que mais completamente me entreguei, foi sem dúvida, a «Arte Indo-Portuguesa» agora em vias de publicação.”⁶ – e, por isso, este seria um projecto pessoal, ou quando muito, da casa editora.

Por outro lado, a publicação definitiva da obra ter-se-á arrastado por razões que não consegui apurar. Numa entrevista concedida em Agosto de 1964 mencionava-se que essa se encontrava em vias de publicação e fazia largas referências à mesma; nas suas palavras: “A oportunidade desta publicação é inegável por quanto constituirá mais um documento, e dos de mais valia, a atestar, que a presença dos portugueses na Índia se manifestou desde que lá fundearam as primeira naus não apenas como a de conquistadores, mas também nos domínios do Espírito e da Arte, onde a sua influência se fez sentir, inspirando artistas nativos e dando origem a uma nova arte híbrida indo-portuguesa em que maravilhosamente se combinaram as formas da Metrópole com a exuberante decoração indiana”⁷.

A verdade é que o interesse da autora por temas relacionados com a Ásia se revelara desde cedo. Em 1946 licenciara-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com tese sobre as *Relações artísticas entre Portugal e a China (séculos XVI-XVIII)* e logo três anos depois fez o levantamento e escreveu “Alguns motivos decorativos orientais na arte indo-portuguesa”. Este trabalho foi reutilizado na publicação (inserido, a propósito, na bibliografia), essa sim mais relevante para a historiografia do indo-português, do capítulo que Cagigal e Silva escreveu para a primeira grande síntese da arte portuguesa, dirigida por João Barreira (1866-1961).

Este dado não é pouco relevante, e por três motivos principais. Por um lado, porque *Arte portuguesa* é um trabalho com contornos pioneiros no panorama de publicações dedicadas à arte em Portugal – é a primeira história da arte impressa no país tematicamente abrangente e foi escrita pelos maiores especialistas de cada uma das áreas –, por outro, porque inclui Madalena Cagigal e Silva nesse leque de especialistas (conferindo-lhe igualmente a competência sobre o tema que se lhe pegou à pele), e por fim, porque esta foi a primeira e (durante muitas décadas seguintes a única) história da arte geral que incluiu na sua formulação a

6 Maria Manuela David Gomes, “Página Feminina: A obra a que mais completamente me entreguei foi, sem dúvida, a «Arte Indo-Portuguesa» agora em vias de publicação. Afirmou-nos a Dr.ª Maria Madalena de Cagigal e Silva conservadora do Museu de Arte Popular, em Lisboa,” *Notícias de Setúbal*, 20 Agosto, 1964, 2.

7 Gomes, “Página”, 5.

arte colonial (nos moldes geograficamente mais circunscritos e com os atavismos inerentes à época, mas ainda assim), precisamente através do texto desta autora.

Saídos do prelo em datas imprecisas, os quatro volumes que compõem a obra começaram a ser impressos em 1946 com o título dedicado à arquitectura e escultura, da exclusiva responsabilidade de João Barreira, e que reunia alguns textos dispersos anteriormente publicados em periódicos. O segundo e terceiro volumes foram dedicados às artes decorativas e mereceram que Barreira escrevesse um Prefácio (sem, contudo, fazer menção ao texto de Cagigal) no qual remetia para a exposição de 1882 a revelação “a críticos, artistas e simples amadores que havia no país uma abundantíssima colecção de objectos suntuários, restos ainda notáveis de uma riqueza dispersa ou perdida, afirmando um passado de produção decorativa intensa em que o esforço nacional tinha impresso o cunho do seu espírito e segurança da sua técnica” (Barreira s/d, 5). Barreira inscrevia-se indefectivelmente no grupo de estudiosos “patrióticos” (num termo que também usava neste Prefácio) que procurava e propagava a essência da arte portuguesa.

É no *curriculum vitae* de Madalena de Cagigal e Silva que se encontra uma data aproximada para a edição dos dois volumes dedicados às artes decorativas: 1953. O ano é fornecido para a escrita do texto e, de facto, quer as datas dos catálogos das exposições no Victoria and Albert Museum (1948 e 1951) que surgem na bibliografia citada quer a nota que finaliza o texto, reportam para uma edição posterior a 1952.⁸

Ainda que resumida, a bibliografia que a autora fornecia no fim do texto mostra que por essa altura já tinha beneficiado de idas em trabalho a Londres, onde terá recolhido grande parte da informação que, aliás, estava muito actualizada para o estado dos conhecimentos na altura. A definição que Madalena dava de arte indo-portuguesa era a mesma que repetiria anos mais tarde na publicação de 1966, tendo como única nota dissonante o facto de considerar que esta dizia respeito “em especial, ao ramo das artes industriais” (Silva s/d, 245), o que atesta a maior ambição do título posterior e, do mesmo modo, o alargamento de campo que a influência da missão de 1951 permitira.

Do mesmo modo, na súmula que fez sobre as colecções que possuíam objectos indo-portugueses, deixava perceber que as conhecia por tê-las visto fosse directamente fosse por fotografia. Cagigal conhecia e lera o trabalho de John Irwin (1917-1997), designadamente os dois catálogos sobre arte e bordados indianos citados na bibliografia, de onde provavelmente terá colhido muitos dos dados que desenvolveu sobre a influência indiana nos objectos que tratou. Madalena foi

8 Museu Nacional dos Coches – Arquivo (Lisboa), *Processo pessoal de funcionário*, Madalena de Cagigal e Silva, n.º 1.46, cx. 16 e 16A, *Curriculum vitae*, s.l., s.d.

bastante cuidadosa na escrita do seu texto para a obra de João Barreira: não fez afirmações conclusivas e chamou várias vezes atenção para o estado embrionário dos estudos e do levantamento documental. Todavia, assumiu uma diferença de interpretação entre as leituras que se seguiam em Portugal e em Inglaterra. Nas suas palavras: “Em Portugal tem-se usado principalmente no sentido decorativo, enquanto John Irwin, (...) compreende por «arte indo-portuguesa» mais uma técnica do que uma combinação de ornatos” (Silva s/d, 246). Por fim, era já notório neste capítulo a metodologia que a autora desenvolveria em *A Arte Indo-Portuguesa* organizando e classificando a informação em grupos estilísticos.

Entre inúmeros outros interesses e as circunstâncias profissionais que se impunham, Madalena nunca abandonou a investigação das diversas manifestações artísticas que testemunhavam a presença de portugueses na Ásia, publicando numerosos artigos, pelo que a escolha a ser feita por parte da FCG foi “simples”, para se deslocar a Moçambique e dar pareceres, inventariar e classificar as peças de arte e etnografia de uma série de colecções públicas e privadas que ali existiam, entre elas, a do Museu de Arte Sacra da Ilha.

Os antecedentes

A história da valorização e salvaguarda do património artístico móvel da Ilha de Moçambique, e designadamente do que estava à guarda da Misericórdia, remontava a pelo menos 1892. Segundo Vera Félix Mariz, e na sequência da lei de desamortização dos bens da Igreja e das corporações religiosas de Junho de 1866 (e que abrangia as Misericórdias), o Governo-Geral de Moçambique determinara que se procedesse à inventariação e avaliação dos “trastes” em materiais nobres (ouro, prata, têxteis, porcelanas, etc.) daquela corporação da Ilha. O cumprimento desta tarefa levou à criação de uma comissão que reunia oficiais administrativos, militares e religiosos que contribuíram para o arrolamento e avaliação monetária das peças, sobretudo as de metal precioso, já que naquela ocasião “prestou-se pouca ou nenhuma atenção a peças de escultura, pintura, paramentos ou mobiliário” (Mariz 2016). Com a implantação da República e a proclamação da Lei da Separação do Estado e da Igreja nas colónias em 1913 procedeu-se à entrega à Escola de Artes e Ofícios dos objectos artísticos e sacros da Misericórdia, transferência que antes de 1939 já fora invertida, “uma vez que D. Francisco Ferreira da Silva conseguiu que o Governo cedesse a igreja e respectivas alfaias e objectos de culto à Prelazia de Moçambique.” (Mariz 2016, 155-156).

A par com a indefinição quanto à tutela das alfaias e objectos artísticos, mantinha-se a pouca actuação na preservação e restauro do património edificado, que se foi degradando nos anos seguintes.

Para além das comissões oficiais, o património edificado de origem portuguesa situado na costa oriental africana beneficiou da intervenção da FCG, que apenas dois anos após a sua criação, patrocinou em 1958 a ida de Charles Boxer (1904-2000) e Carlos de Azevedo (1918-1995) a Mombaça no âmbito das escavações arqueológicas que aí tinham lugar. Classificado como Monumento Histórico nesse mesmo ano, o Forte de Jesus estava a ser intervencionado por uma equipa inglesa e queniana, que necessitava da ajuda documental de especialistas na história de Portugal e do império. Foi na sequência desta oportunidade que a FCG passou a desempenhar um papel relevante na recuperação e no restauro arquitectónico em Moçambique.

Escassos cinco anos volvidos, em 1963, e já depois da edição no ano de 1960 do livro *A fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça (1593-1729)*, com versões em português e inglês, José de Azeredo Perdigão (1896-1993), presidente do Conselho de Administração da FCG deslocou-se a Angola e Moçambique, tendo dedicado particular atenção à identificação e ao estado de conservação do património histórico edificado.⁹

A constituição de um futuro museu nas instalações vizinhas da antiga Misericórdia ficou logo sinalizado. É disso que nos dá conta o documento datado de 10 de Setembro de 1963, o excerto da acta n.º 146 da Comissão Delegada da FCG, no qual consta um: “Subsídio de Esc. 100.000\$00 (cem mil escudos), concedido durante a viagem do Senhor Presidente ao Ultramar, para instalação de um Museu Sacro na Capela do Palácio de S. Paulo – Ilha de Moçambique.”¹⁰

Na sequência desta visita e da abertura enunciada pela FCG quanto à participação de obras de restauro do património moçambicano, Pedro Quirino da Fonseca (1922-2001), arquitecto contratado com a função de elaborar os estudos para a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, estruturou vários projectos e pedidos de apoio dirigidos à FCG. Chegado a Moçambique em 1962, a sua presença foi fundamental para organizar os serviços da Comissão e reunir as condições para uma actuação mais eficaz.

Aliás, dever-se-á a Pedro Quirino da Fonseca a chamada de atenção para a existência do conjunto de alfaia litúrgicas que se guardavam então na igreja da Misericórdia, conforme se regista em documento datado de 22 de Março de 1963. Depois de algumas peripécias que envolveram a definição da localização final do museu, optou-se já em 1964 por instalá-lo em espaços do antigo hospital da Misericórdia, de acordo com projecto da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique. Segundo Vera Félix Mariz, as razões seriam

9 Para mais desenvolvimento sobre este tema ver Mariz 2016, 168 ss.

10 FCG (Lisboa), ASC, Processo 01891, documento avulso, Lisboa, 10/09/1963.

fáceis de identificar: “a localização acessível aos visitantes e a disponibilidade e carga memorial do espaço” (Mariz 2016, 546-547).¹¹

O Museu de Arte Sacra, Madalena de Cagigal e Silva e Rui Pimentel

A análise e transformação do espaço ia seguindo os trâmites necessários, mas face à inexistência de um técnico que pudesse avaliar e inventariar os objectos, a Comissão moçambicana solicitou à FCG que enviasse um especialista para o território. Conforme se lê na documentação interna da Fundação, a escolha foi imediata: “Todavia, no caso do exame [das peças a classificar e estudar], o problema está em parte simplificado visto tratar-se de peças de arte indo-portuguesa e existir no país um especialista neste sector: trata-se da Sr.^a D. Maria Madalena de Cagigal e Silva, ex-bolseira da Fundação, Conservadora do Museu de Arte Popular, que poderá, eventualmente, encarregar-se de proceder ao estudo e classificação das várias peças existentes na Igreja da Misericórdia. Depois de classificadas e devidamente inventariadas – pedir-se-ia para tanto àquela Senhora, no caso de se deslocar a Moçambique, que nos preparasse um relatório, com o inventário das peças e um ficheiro documentado com fotografias – pôr-se-ia a questão do seu restauro, a decidir mediante consulta a um especialista.”¹²

De facto, Madalena de Cagigal e Silva deslocou-se a Moçambique, onde já se encontrava no dia 7 de Julho de 1966, passando cerca de um intenso mês em visitas a colecções privadas e públicas, interagindo com os técnicos locais e recolhendo material para o relatório que escreveu à FCG. Igualmente, procedeu à avaliação e inventário escrito de todas as peças reunidas para o Museu de Arte Sacra, através do preenchimento manual de uma ficha de inventário-tipo que seguia o formato das usadas nos museus nacionais portugueses. Neste sentido, as peças foram classificadas e inventariadas como objectos museológicos artísticos, divididas por tipos, com grande predomínio para a ourivesaria de carácter religioso. As descrições e análise seguiram o estado da questão da historiografia da arte portuguesa e o entendimento que Cagigal e Silva vinha elaborando sobre a “arte indo-portuguesa”.

Neste âmbito, convém recordar que a data de publicação de *A Arte Indo-Portuguesa* é também o ano de 1966 e reconhecer, portanto, a importância desta estadia na Ilha de Moçambique para consubstanciar o pensamento de Cagigal e Silva sobre o tema.

11 Sobre a história do espaço e dos planos de instalação do museu ver a mesma tese nas páginas seguintes.

12 FCG (Lisboa), ASC, Processo 01891, Informação de Vítor Sá Machado, Lisboa, 10/02/1966.

Para a história da criação do Museu de Arte Sacra é particularmente interessante o episódio que reuniu Madalena e o arquitecto Rui Pimentel (1924-2015), que a acompanhou nas visitas às instalações no edifício do futuro museu.

A viver em Maputo desde 1964, para onde se deslocara no âmbito da formação do Gabinete de Urbanização, mas aonde ficou apenas mais um ano, é provável que em 1966 já estivesse a desenvolver a que seria a sua actividade principal naquele território: a concepção e produção de mobiliário.¹³

Formado em arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto, trabalhou com Fernando Távora, Carlos Ramos e outros grandes nomes da arquitectura portuguesa, tendo também viajado pela Europa e Brasil. Apesar do estudo da sua obra e percurso de vida estar por fazer, aparentemente e até à sua ida para Moçambique, Pimentel dedicava-se exclusivamente à arquitectura. Terá sido precisamente a partir de 1966 que se começou a desenvolver o interesse pelo mobiliário, em circunstâncias por esclarecer. A realidade é que em 1970 estava a realizar várias exposições de móveis em Joanesburgo, executados em madeiras de grande qualidade originárias de Moçambique. Terá sido na sequência deste processo que em 1971 montou um atelier onde desenvolveu vários projectos autorais, passando igualmente a dirigir a fábrica de móveis SIESTA em Maputo.

Rui Pimentel foi também o autor do mobiliário museográfico do Museu¹⁴, revelando um conhecimento sobre este tipo de equipamento que poderá ter resultado das conversas e discussões com Madalena de Cagigal e Silva. A opção pela manufactura das peças, únicas e desenhadas para aquela sala, seguindo as normas comuns à época, revela um mobiliário de excelência que não se fica pela qualidade dos materiais. Para além de plintos para a escultura de diferentes dimensões (desmonotonizando o espaço) adequados às alturas das peças, foram desenhadas vitrinas com trempes imponentes em madeira nobre. Sobre os pés das vitrines foram rasgados sulcos horizontais que permitiam o encaixe de vidros a toda a volta (permitindo ver as peças de vários ângulos), emoldurados por estruturas de fino metal dourado.

Ainda que datadas e de difícil manuseamento para as exigências museológicas actuais, estes móveis fazem parte de uma herança patrimonial do tempo e da história de Moçambique que urge preservar.

Inaugurado com pompa e circunstância no dia 23 de Novembro de 1969, o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique sobreviveu. Não sem grandes

13 “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Rui Pimentel,” consultado em 4 de Maio, 2019, https://sigarra.up.pt/up/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?P_pagina=1004309.

14 *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, n.º 4 (1968), 71, cit. em Mariz 2016, 557.

dificuldades, que o estado das instalações, das peças e do mobiliário atestam melhor que as palavras, conforme foi possível verificar aquando da realização do XV Seminário, entre final de Outubro e início de Novembro de 2018. A Fundação Calouste Gulbenkian tem novos planos para revitalizar o velho equipamento museológico. A ambição deste texto é que, para além do espaço e das peças de arte sacra, os móveis mereçam igual atenção.

Bibliografia

- BARREIRA, João. s/d. “Prefácio.” In *Arte portuguesa. As Artes decorativas*, ed. João Barreira, vol. 1, 5-7. Lisboa: Edições Excelsior.
- CARVALHO, Pedro Diniz de Moura. 2003. “Indo-Portuguese Furniture.” Tese de doutoramento, School of Oriental and African Studies.
- GOMES, Paulo Varela. 2012. “As igrejas invisíveis de Goa.” In *Goa: Passado e presente*, ed. Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, tomo I, 101-124. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa / Centro de História de Além-Mar.
- MARIZ, Vera Félix. 2016. “A «Memória do Império» ou o «Império da Memória». A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974).” Tese doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MARIZ, Vera. 2016. “De Hospital da Misericórdia a Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique (séc. XVI-1969).” *ARTis ON* 3: 151-159. <http://dx.doi.org/10.37935/aion.v0i3.71>.
- PINTO, Carla Alferes. 2016. “A arte ao serviço do império e das colónias: o contributo de alguns programas expositivos e museológicos para o discurso de legitimação territorial.” *Midas* [Online] 6. <https://doi.org/10.4000/midas.957>.
- PINTO, Carla Cristina Alferes Salgado da Silva. 2014. “A Colecção de Arte Colonial do Patriarcado de Lisboa. Proposta de estudo e musealização.” Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Maria Madalena de Cagigal e. 1966. *A Arte Indo-Portuguesa*. Lisboa: Edições Excelsior.
- SILVA, Maria Madalena de Cagigal e. 1985. “A história e as relações artísticas entre Portugal e a Índia.” In *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas*, ed. Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, 373-393. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- SILVA, Maria Madalena de Cagigal e. s/d. “A arte indo-portuguesa.” In *Arte portuguesa. As Artes decorativas*, ed. João Barreira, vol. 1, 245-264. Lisboa: Edições Excelsior.
- VICENTE, Filipa. 2003. “The colonies on display: representation of the Portuguese ‘Estado da Índia’ in exhibitions abroad.” *Estudos do século XX* 3: 37-55.

Até 1752, a costa oriental africana fez parte do Estado da Índia, o conjunto das possessões portuguesas em torno do Oceano Índico e do Mar da China Meridional que tinham Goa como capital. Na verdade, são seculares os laços humanos, económicos e culturais entre áreas costeiras dos actuais Moçambique, Tanzânia ou Quênia e a Índia, muito anteriores à expansão portuguesa e projectando-se até aos nossos dias.

Neste livro reúnem-se textos de diversos especialistas sobre esta matéria, a partir de um encontro realizado em Moçambique. Estuda-se a ilha de Moçambique como escala da Carreira da Índia e centro da presença portuguesa na costa oriental africana. Exploram-se os diversos agentes que lhe deram corpo, realçando o papel das mulheres, dos goeses, dos profissionais de saúde, mas também a questão da escravatura e a acção da Inquisição. Analisam-se as redes comerciais do Índico entre os séculos XVI e XIX. Trabalham-se temas políticos e territoriais, incluindo os projectos de conquista territorial. Por fim, atenta-se a aspectos urbanísticos, arquitectónicos, artísticos e arqueológicos, reflectindo-se sobre o legado patrimonial deste passado.